

Daniel Carvalho
João Cyrino

Organizadores

GuiaLET

Guia de leituras do Instituto de Letras

v. 1



EDUFBA

Os volumes que integram o *Guia de Leituras do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia – GuiaLET* são resultado de um projeto cujo objetivo foi oferecer aos estudantes do curso de Letras de todo o Brasil uma orientação quanto a leituras fundamentais para sua formação, disponível *on-line* e com acesso aberto. O *GuiaLET* conta com textos que apresentam os diferentes campos de estudo/pesquisa/especialidade em Letras, indicando leituras essenciais para introdução em cada uma dessas áreas do conhecimento. O material deverá servir como guia tanto para a formação do estudante de graduação, seja o licenciado, seja o bacharel, como para o desenvolvimento de pesquisa, já que ele terá ao seu alcance uma relação de obras basilares para o entendimento de determinada área.

GuiaLET

Guia de leituras do Instituto de Letras

v. 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Vice-reitor

Penildon Silva Filho



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Susane Santos Barros

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Maria do Carmo Soares de Freitas

Maria Vidal de Negreiros Camargo



**Danniel Carvalho
João Cyrino**

Organizadores

GuiaLET

Guia de leituras do Instituto de Letras

v. 1

Salvador
Edufba
2023

2023, autores.

Direitos para esta edição cedidos à Edufba. Feito o Depósito Legal.
Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
em vigor no Brasil desde 2009.

Analista editorial

Mariana Rios

Coordenação gráfica

Edson Nascimento Sales

Coordenação de produção

Gabriela Nascimento

Capa e projeto gráfico

Rodrigo Oyarzábal Schlabitz

Revisão e normalização

Aline Silva Santos

Maíra de Souza Lima

Sistema Universitário de Bibliotecas – UFBA

G943 GuiaLET: guia de leituras do Instituto de Letras
Danniel Carvalho, João Cyrino, Organizadores. - Salvador: EDUFBA, 2023.
2 v. :il. (v. 1).

Modo de acesso: <https://repositorio.ufba.br/>

ISBN: 978-65-5630-462-5

1. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. - Manuais, guias, etc.
2. Linguística. 3. Filologia. 4. Gramática comparada e geral. 5. Análise do discurso.
6. Tradução e interpretação. 7. Crítica textual. I. Carvalho, Danniel. II. Cyrino, João.
III. Título: guia de leituras do Instituto de Letras.

CDU – 81¹(036)

Elaborada por Geovana Soares Lira CRB-5: BA-001975/O

Editora afiliada à



Editora da UFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n – Campus de Ondina
40170-115 – Salvador, Bahia – Tel.: +55 71 3283-6164
www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

Dedicamos este volume à memória da
professora Maria Helena de Moura Neves.

SUMÁRIO

- 11 **Apresentação**
- 13 **Uma introdução ao Estudo da História**
Ana Carolina Barbosa Pereira
- 31 **Algumas leituras para compreender Filologia**
Fabiana Prudente
Ari Sacramento
- 41 **Dez obras para conhecer Saussure**
Núbia Rabelo Bakker Faria
- 55 **Dez obras para conhecer Estruturalismo**
Danniel Carvalho
João Paulo Lazzarini-Cyrino
- 69 **Dez obras para conhecer Funcionalismo Linguístico**
Emília Helena Portella Monteiro de Souza
Cristina dos Santos Carvalho
- 91 **Dez obras para conhecer Gramática**
Maria Helena de Moura Neves
André Vinícius Lopes Coneglian
- 113 **Dez obras para conhecer Gramática Gerativa**
Danniel Carvalho
Lílian Teixeira de Sousa
- 123 **Dez obras para conhecer Sociolinguística**
Gredson dos Santos
- 135 **Dez obras para conhecer Biolinguística**
Fernanda de Oliveira Cerqueira

- 161 **Dez obras para conhecer Fonética**
Felipe Flores Kupske
- 177 **Dez obras para conhecer Fonologia**
Juliana Escalier Ludwig Gayer
- 197 **Dez obras para conhecer Morfologia**
Antonia Vieira dos Santos
- 219 **Dez obras para conhecer Morfologia Histórica**
Mailson Lopes
- 239 **Dez obras para conhecer Pragmática**
Camilla Santero Pontes
Cecilia Aguirre
- 267 **Dez obras para conhecer a Linguística Queer/Cuir**
Rodrigo Borba
Elizabeth Sara Lewis
- 293 **Linguística Aplicada, produção de saberes e práticas de linguagem desde o sul global**
Lívia Baptista
- 315 **Dez obras para conhecer Análise do Discurso**
Luiz Felipe Andrade Silva
Adriana Santos Batista
- 333 **Dez obras para conhecer a Análise Crítica do Discurso**
Daniele de Oliveira
- 345 **Doze obras para conhecer os Estudos da Tradução**
Ana Maria Bicalho
Monique Pfau

- 353 **Dez obras para conhecer Crítica Textual**
Débora de Souza
Isabela Santos de Almeida
Rosa Borges
- 361 **Dez obras para conhecer a Crítica Genética**
Silvia La Regina
Sílvia Maria Guerra Anastácio
- 379 **Dez obras para conhecer o Processo de Criação de Audiolivros**
Sílvia Maria Guerra Anastácio
Silvia La Regina
- 399 **Sobre as(os) colaboradoras(es) do Volume I**

APRESENTAÇÃO

DANNIEL CARVALHO

JOÃO PAULO LAZZARINI-CYRINO

O *Guia de Leituras do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia – GuiaLET* é um projeto cujo objetivo é oferecer aos estudantes do curso de Letras, seja da Universidade Federal da Bahia (UFBA), seja de qualquer outra instituição de ensino, uma orientação quanto a leituras fundamentais para sua formação, disponível *on-line* e com acesso aberto.

O *GuiaLET* conta com textos que apresentam os diferentes campos de estudo/pesquisa/especialidade em Letras, indicando leituras essenciais para introdução em cada uma dessas áreas do conhecimento. O material servirá como guia tanto para a formação do estudante de graduação, seja o licenciado, seja o bacharel, como para o desenvolvimento de pesquisa, já que ele terá ao seu alcance uma relação de obras basilares para o entendimento de determinada área.

O projeto é inspirado no Guia Bibliográfico da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), coordenado pelo prof. dr. João Roberto Faria que, por sua vez, inspirou-se no texto “10 livros para conhecer o Brasil”, de Antonio Candido.¹ O *GuiaLET*, entretanto, possui o diferencial de atender tanto áreas mais gerais do curso de Letras, como os componentes curriculares, quanto mais específicas, como áreas de pesquisa e de especialidade, servindo como guia de leitura para nossos alunos, contribuindo, assim, para uma autonomia em sua formação.

1 Ver em: <https://teoriaedebate.org.br/2000/07/01/10-livros-para-conhecer-o-brasil/>.

O *GuiaLET* estabelece um diálogo também interdisciplinar, uma vez que nosso currículo, projetos de pesquisa e a própria área assim o são. Dessa forma, o *GuiaLET* conta com textos das áreas da Educação, Antropologia, Filosofia, Teatro, Artes, Estudos de Gênero, História, Ciências da Computação, Ciências Biológicas, entre outras.

O projeto conta com a colaboração de professores do Instituto de Letras e de outros institutos e faculdades da UFBA, além de outras instituições de ensino do Brasil.

O *GuiaLET* é dividido em volumes. O volume I conta com 22 capítulos, que abordam as mais diversas veredas dos estudos em Letras, tais como História, Filologia, Teorias Linguísticas, Linguística Teórica e Descritiva, Gramática, Discursos, Linguística Aplicada, Estudos da Tradução, Crítica Genética e Textual, Processos de Criação.

O *GuiaLET* pretende, portanto, estabelecer um diálogo entre o corpo docente, no que diz respeito a sua formação e pesquisa, e o corpo discente, que, como é sabido, não tem dimensão das possibilidades que o curso de Letras proporciona.

CAPÍTULO 1

UMA INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA

ANA CAROLINA BARBOSA PEREIRA

INTRODUÇÃO

Comum aos cursos de licenciatura e bacharelado em História, no Brasil e em outros países, a disciplina de Introdução aos Estudos Históricos¹ tem um papel muito importante na formação de jovens historiadores(as) e professores(as) de História. Essa disciplina tem um vínculo histórico com a obra homônima de Langlois e Seignobos (1898), historiadores da chamada escola metódica francesa, dedicada à iniciação ao ofício da História.

Originalmente, a referida obra tratava, principalmente, das especificidades do método histórico de pesquisa documental, destacando as funções heurística e crítica (externa e interna) no trato dos documentos.² Além disso, os autores também destacavam o que, àquela altura, denominaram “ciências auxiliares da História”, dentre elas a Paleografia, a Epigrafia, a Filologia e a Diplomática. Hoje sabemos que, muito mais do que auxiliares, essas ciências evidenciam o vínculo fundacional da ciência da História com os estudos da Linguagem e Crítica Textual. Por fim, a obra referencial de Langlois e Seignobos também trata

1 A disciplina também pode ter o nome de Introdução ao Estudo da História.

2 Heurística; crítica (externa); crítica (interna).

da elaboração de sínteses históricas, entrando diretamente no campo da escrita da história e, portanto, da construção narrativa e estruturação textual.

Contudo, mais de 120 anos depois da publicação do livro de Langlois e Seignobos, outras tantas questões se somam às que já haviam sido tratadas no contexto em que o escreveram. Esse distanciamento temporal certamente exige uma significativa reformulação do conteúdo e das discussões presentes na disciplina de Introdução aos Estudos Históricos. Tendo em vista algumas dessas questões, apresento a seguir 10 leituras que considero representativas do que poderíamos pensar como uma adaptação daquela disciplina às questões de nosso tempo.

O ESSENCIAL PARA UMA INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS

Começo indicando um texto de Marc Bloch, esse conhecido historiador francês que foi aluno de Charles Seignobos e ilustre integrante da primeira geração dos *Annales*. Trata-se de uma aula inaugural ministrada para jovens estudantes no ano de 1914, no Liceu de Amiens. Publicado em português com o título de “Crítica histórica e crítica do testemunho” o texto de Marc Bloch permanece impressionantemente atual. Nele o autor aborda o caráter indireto do conhecimento histórico e as regras da crítica histórica, definida por ele como “a arte de discernir nas narrativas o verdadeiro, o falso e o verossímil [...]”. (BLOCH, 2019, p. 57)

No primeiro caso, afirma, o conhecimento histórico é sempre mediado por testemunhos já que não o experimentamos diretamente. E ainda que o experimentemos, nossa perspectiva deve ser contraposta por outras, e todas elas serão sempre fragmentárias. É por isso que Marc Bloch afirma que o primeiro dever de todo(a) historiador(a) é citar as suas fontes. E o devem fazer, em primeiro lugar, por prudência, demonstrando que dispõe de garantias, e em segundo lugar por honestidade, na medida em que ao apresentá-las permite que se verifiquem os usos que dela foram feitos.

No segundo caso, a discussão realizada por Marc Bloch referente à crítica histórica merece toda a nossa atenção, especialmente em tempos de *fake news* e negacionismos na chamada era da pós-verdade. (D’ANCONA, 2018; KEYES, 2018) Um bom exemplo da atualidade do referido texto é a acertada afirmação de que os testemunhos não se contam, se pesam e de que, frente a testemunhos que se

contradizem, o espírito crítico é incompatível com o espírito conciliador. Afinal, “se seu vizinho da esquerda diz que dois vezes dois são quatro e seu vizinho da direita que dois vezes dois são cinco, não vá concluir que dois vezes dois são quatro e meio”. (BLOCH, 2019, p. 59) Em casos como esse, o mais acertado é deduzir que ao menos um dos dois está errado.

O espírito crítico, declara, é a higiene da inteligência! E a higiene da inteligência não deve ser empregada apenas por historiadores(as) profissionais.³ As lições de Marc Bloch são atuais também porque revelam que a preguiça e aceitação acrítica do que se ouve e se lê por aí, não têm fronteiras temporais, nem espaciais. E como sabemos, nunca foi tão urgente insistir que as pessoas não apenas citem suas fontes, mas que demonstrem sua procedência, autenticidade e confiabilidade.

Depois de Marc Bloch, a segunda indicação é o livro de Silvia Petersen e Barbara Lovato intitulado *Introdução ao Estudo da História: temas e textos* (2013). Trata-se de um livro que reúne os temas “clássicos” de uma introdução aos estudos históricos, tais como a definição de “fato histórico”, “fontes históricas” e “crítica dos documentos”, além de uma discussão sobre as fronteiras entre as disciplinas e o cruzamento dessas fronteiras (interdisciplinaridade).

Além disso, a obra reúne ainda uma síntese a respeito da história do conhecimento histórico, desde a sua constituição como ciência (século XIX), passando por paradigmas e escolas históricas como o positivismo, o historicismo, a escola metódica francesa, o empirismo, o materialismo histórico-dialético, a escola dos *Annales* e as tendências e críticas pós-modernas. E nesse sentido, constitui-se como uma excelente referência para os(as) estudantes de História que pretendem se familiarizar com a área e se localizar, sobretudo temporalmente, entre as tendências e paradigmas teóricos canônicos do conhecimento histórico.

Não obstante tudo isso, um dos grandes méritos do livro de Silvia Petersen e Barbara Lovato é o de acrescentar aos temas “clássicos” de uma introdução aos estudos históricos, uma preocupação com a função social da prática historiadora e também orientações específicas relacionadas à prática da pesquisa em História. No primeiro caso, as autoras elaboram uma reflexão fundamental a respeito da formação e atuação profissional dos(as) historiadores(as), mas

3 O autor, inclusive, desafia o público ao dizer que se todo(as) empregássemos a crítica histórica no nosso cotidiano, as fofocas não teriam vez!

também apresentam brevemente a trajetória do ensino de História no Brasil, analisam possibilidades de atuação profissional extraclasse e o mercado de trabalho entre a pesquisa, o ensino, a atuação em museus, arquivos, em gerência de patrimônio, além da participação em comissões e assessorias.

Quanto às orientações relacionadas à prática de pesquisa em História, as autoras dedicam um capítulo inteiro ao passo a passo da elaboração de um projeto de pesquisa, desde a formulação do problema até a redação final. Sem pararem por aí, Petersen e Lovato acrescentam um capítulo com informações sobre centros de pesquisa e documentação, bibliotecas, arquivos e museus nas regiões Sul e Sudeste e também alguns *sites* que possibilitam a pesquisa *on-line*.

Silvia Petersen e Barbara Lovato também apresentam um capítulo dedicado à historiografia e à história do conhecimento histórico e finalizam com uma lista de referências e sugestões bibliográficas sobre todos os temas abordados no livro, sendo todas elas produzidas por historiadores(as) brasileiros(as), a partir de 1990. Trata-se, portanto, de uma referência formidável, um guia com informações fartas e preciosas para aqueles(as) que se iniciam no ofício da História.

Além do texto de Marc Bloch e do livro de Silvia Petersen e Barbara Lovato, sugiro a leitura de dois artigos bastante conhecidos do historiador alemão Reinhart Koselleck. São textos que tratam da emergência do conceito de história como coletivo singular e daquilo que o autor considera ser uma constante antropológica que acompanharia toda e qualquer forma de interpretação histórica. Ambos os textos se encontram na coletânea publicada pelas editoras Contraponto e PUC do Rio, em 2006, com o título de *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*.

O primeiro artigo ao qual me refiro tem como título “Historia Magistra Vitae: sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento” e é uma importante referência para se compreender a origem da ideia de história como totalidade orgânica ou soma de todas as experiências humanas ao longo do tempo e do espaço. Me refiro à ideia já bastante familiar de história universal, de história como processo único e abrangente da experiência humana enquanto espécie. Essa ideia de história permeia toda a prática historiadora e também o ensino de História, de modo que compreendê-la é uma tarefa indispensável.

Embora Koselleck se dedique à investigação da emergência do termo no universo restrito da língua alemã, podemos compreendê-lo como parte de uma experiência mais ampla que abarca o ocidente europeu do século XVIII. O contraponto identificado por Koselleck (2006b) é entre os conceitos de *Historie* e

Geschichte, o primeiro significando “histórias de” ou “histórias”, no plural, e o segundo significando o que poderíamos traduzir como História Universal.

No primeiro caso, as histórias no plural reafirmavam o valor da história como escola ou como mestra da vida e permaneceu inabalável por cerca de 2 mil anos. No segundo caso, a História Universal (*Geschichte*) assume um sentido singular (a história), mas também coletivo na medida em que pretende abarcar toda a experiência humana condensando-a em uma ideia de desenvolvimento ou evolução da humanidade enquanto espécie.

Na argumentação de Koselleck (2006b) o conceito de História Universal (*Geschichte*) abandonou o papel de história mestra da vida, até então atribuído às histórias no plural, levando à reelaboração gradativa da relação entre passado e futuro. Em outras palavras, essa transformação do significado de história revela uma profunda mudança na relação entre passado, presente e futuro.

Segundo o autor alemão, a história mestra da vida (*Historie*) tem com o passado uma relação de proximidade e de filiação que é modificada e interrompida com as experiências de ruptura desenroladas ao longo do século XVIII europeu. Se antes de tais rupturas o passado era capaz de fornecer todos os exemplos a serem seguidos (*Historia Magistra Vitae*), com elas se experimenta uma alienação entre presente e passado, de modo que a experiência passada deixa de fazer sentido para o presente.

Para exemplificar o fenômeno que Koselleck analisa, a experiência de queda do Antigo Regime europeu talvez seja a principal referência. Afinal, a estrutura rígida de oposição entre ordens sociais imóveis que perdurou por aproximadamente 2 mil anos foi violentamente destruída com a destituição da realeza, simbolizada, sobretudo, pela decapitação da família real francesa, após tentativa fracassada de fuga.⁴ Nesse sentido, as divisões sociais rígidas ditadas pelos valores da aristocracia e da realeza, bem como pelas noções de honra e de obediência, inabaláveis por tanto tempo, foram substituídas por um estado de caos e violência que é a própria experiência de ruptura.

Da ruptura com o passado resulta o enfraquecimento do significado de história como mestra da vida e, ao mesmo tempo, a abertura ao futuro como horizonte incerto, desconhecido, perigoso e amedrontador. Dessa experiência

4 Sobre a morte da realeza como valor e símbolo secular, ver: OZOUF, M. *Varennes: a morte da realeza: 21 de junho de 1791*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

histórica de transformação decorre também uma mudança da relação com o tempo, na medida em que a ênfase salta do passado (*Historie*) em direção ao futuro (*Geschichte*).

É nesse mesmo contexto de transformação histórica que o ocidente europeu viu emergir um modelo interpretativo que buscava dar sentido à experiência humana como um todo. O esvaziamento de sentido proporcionado pelas experiências de ruptura com um passado secular exigia que novos sentidos fossem construídos como forma de enfrentamento do caos simbólico, político, social, cultural, filosófico, etc.

Tais interpretações, denominadas de filosofias da história, buscavam desvendar o significado ou a razão de ser da existência humana e, conseqüentemente, revelar o “motor” da história. Não por acaso, as filosofias da história tomam a forma de sistemas explicativos que pretendem atribuir sentido à experiência humana como um todo, isto é, são explicações universalizantes baseadas na ideia de “natureza humana”.⁵

Em resumo, a dissolução da ideia de história como mestra da vida (*Historie*) e, conseqüentemente, a emergência de um conceito singular coletivo de história (*Geschichte*) assinala a transformação do sentido tradicional de história, voltado para os exemplos do passado, em direção ao sentido moderno de história, voltado para o futuro como horizonte em aberto. É esse sentido moderno de história que orienta a prática historiadora, desde a sua fundação como ciência especializada, no século XIX. E por isso é tão importante compreender o que ele significa.

Em estreita relação com a investigação da emergência do conceito de História Universal (*Geschichte*) e dissolução do conceito de história mestra da vida (*Historie*), Koselleck (2006b) também analisa o que seria a matéria-prima de toda interpretação histórica. Em outras palavras, o autor busca identificar o que há de comum entre essas duas formas tão diferentes de se pensar e interpretar a

5 Sob influência da filosofia kantiana, a ideia de “natureza humana” baseava-se no pressuposto de um sentido transcendente de história, responsável por atribuir um propósito ao conjunto da espécie humana. Esse propósito baseava-se, fundamentalmente, na ideia de que o sentido da existência humana consistia na evolução de um estado de pura natureza instintiva, em direção à superação dos instintos e conquista da civilização. Esse deslocamento de um estado de natureza a um estado civilizatório foi apresentado por Kant em seu breve artigo intitulado “História Universal de um ponto de vista cosmopolita” e corresponde ao próprio desenvolvimento do que denominou como “razão humana universal”. A habilidade de superação do estado de natureza e conquista da civilização constituía o que Kant denominou de “perfectibilidade”, mas não se estendia a todos os povos e nações, o que levou à desumanização de civilizações e continentes inteiros.

história, chegando à conclusão de que o substrato comum a ambas é a tensão constante entre o que definiu como “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”.

No artigo “‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas” Koselleck (2006a) afirma que elas não se confundem com outras categorias históricas que atuam como par de conceitos que se excluem (como por exemplo, guerra e paz, trabalho e ócio). Para Koselleck (2006a, p. 307), “o par de conceitos *experiência* e *expectativa* é de outra natureza” porque elas equivalem ao espaço e ao tempo, de modo que uma não pode existir sem a outra.

Nas palavras do próprio Koselleck (2006a, p. 308), “[...] nossas duas categorias indicam a condição humana universal; ou, se assim o quisermos, remetem a um dado antropológico prévio, sem o qual a história não seria possível, ou não poderia sequer ser imaginada”. Em poucas palavras, na perspectiva do autor, não há história possível ou imaginável que não seja constituída, simultaneamente, de experiência e expectativa.

Em conjunto, portanto, os artigos de Reinhart Koselleck deixam explícitos o princípio universalizante que orienta a concepção moderna de história com a qual trabalham os(as) historiadores(as). Essa universalização da experiência euro ocidental, isto é, a projeção de uma experiência particular como se fosse toda a experiência humana possível, acarreta uma série de problemas de ordem ético-moral, uma vez que operam pelo solipsismo da diversidade de sistemas de pensamento, de metafísicas e epistememes não ocidentais ou ocidentalizadas.⁶

Encontramos um excelente e concreto exemplo dos desdobramentos dessa concepção de História Universal no projeto apresentado por Von Martius ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sobre como deveria ser escrita a História do Brasil. E esse projeto é a quinta sugestão de leitura que aqui apresento.

Como analisou o historiador Manoel Luis Salgado Guimarães, foi Januário da Cunha Barbosa⁷ o responsável por dar os primeiros passos em direção à elabo-

6 Emprego as expressões “não ocidental” e “ocidentalizadas” para significar, respectivamente: a) sistemas de pensamento constituídos de modo independente em relação ao sistema ocidental de pensamento (como a metafísica ameríndia, bantu ou dharma, por exemplo) e que seguem mantendo certa autonomia em relação a ele; b) experiências históricas de hibridização decorrentes da violência colonial e da herança colonialista.

7 Januário da Cunha Barbosa foi autor da proposta de fundação do IHGB, em 1838, e ocupante do cargo de primeiro secretário perpétuo da mesma instituição.

ração de uma história nacional, “[...] ao definir um prêmio para o trabalho que melhor elaborasse um plano para se escrever a história do Brasil”. (GUIMARÃES, 1988, p. 16) O projeto vencedor, de autoria de Carl Friedrich Philipp von Martius, foi publicado no 24º número do jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em janeiro de 1845.

O texto de Von Martius rascunha o que se convencionou chamar de “mito da democracia racial” no Brasil e carrega todos os traços da concepção de História Universal, do princípio da perfectibilidade como critério definidor de humanidade e, conseqüentemente, da ideia de que haveria aptidões físicas e morais características a cada uma das três raças que, segundo Von Martius, formam a civilização brasileira: “[...] a de cor cobre ou americana, a branca ou Caucasiana, e emfim a preta ou ethiopica”. (VON MARTIUS, 1844, p. 382)

Divulgador das teorias de Buffon e De Pauw no Brasil, a respeito da suposta inferioridade e imaturidade do continente e dos povos americanos, Von Martius reproduz a ideia de que os nativos americanos trariam em si o germe da degeneração e que estariam fadados ao desaparecimento. Quanto aos negros de origem africana, Von Martius se pergunta se sua “importação” teria sido benéfica ou maléfica ao Brasil, além de se referir aos negros, meramente, como fonte de interesses comerciais por parte dos portugueses, e uma outra referência às “superstições” dos africanos.

Algo muito diferente, contudo, se passa com a descrição da influência e importância dos portugueses na formação da civilização brasileira. Identificados como portadores do desenvolvimento e predestinados ao sucesso em sua empreitada de fundar, no Brasil, um novo Portugal, os portugueses são descritos por Von Martius como povos cujo sangue “[...] em um poderoso rio [deveria] absorver os pequenos afluentes das raças Índia e Ethiopica”. (VON MARTIUS, 1844, p. 383)

Como se pode observar, o projeto sobre como deveria ser escrita a história do Brasil tem na História Universal uma espécie de moldura que enforma a experiência portuguesa no Brasil. Dito de outra forma, a conquista portuguesa é interpretada como mais um capítulo da História Universal que tem como sujeito e protagonista do desenvolvimento e do progresso “a raça branca ou caucasiana”, como afirma Von Martius (1844). Nessa narrativa, não existe um devir indígena ou negro, pois a expectativa é de que esses “confluentes” sejam absorvidos pelo sangue português que, qual um “poderoso rio” os deveria trazer. Na perspectiva de Von Martius (1844), portanto, o devir da civilização brasileira

é o embranquecimento, assim como o dos povos negro e indígena é a assimilação ou o desaparecimento.

Uma referência que se contrapõe diretamente ao projeto de Von Martius e ao mito da democracia racial no Brasil é o artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira” de Lélia Gonzalez. Essa é a minha sexta recomendação de leitura. Publicado na década de 1980, o texto de Lélia Gonzalez aborda o racismo no Brasil como um sintoma do que autora define como “neurose cultural brasileira”.

Amparando-se na psicanálise freudiana e lacaniana, Lélia Gonzalez se coloca como sujeito da análise, contrariando uma das faces da neurose cultural brasileira que é a de objetificar e infantilizar homens e mulheres negras, especialmente as mulheres. Nesse sentido, adverte a autora, “[...] porque temos sido falados, infantilizados [...], neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa”. (GONZALEZ, 1984, p. 239-240)

A autora analisa uma faceta do carnaval brasileiro como atualização do mito da democracia racial, ao mesmo tempo em que explicita a atualidade do racismo e do sexismo que oprimem as mulheres negras no Brasil. Lélia Gonzalez explica como, do engendramento da mulata e da doméstica, a partir da figura da mucama, o mito da democracia racial é reencenado.

Como todo mito, afirma a autora, “[...] também o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra”. (GONZALEZ, 1984, p. 242) Esse “algo” diz respeito à articulação entre a função de prestação de bens e serviços e a prestação de serviços sexuais, presentes na figura da mucama, na sociedade escravocrata. Notem que a ocultação está presente também no texto de Von Martius, na medida em que o autor sugere que a miscigenação das três raças se deu de forma harmoniosa e não violenta.

A articulação à qual se refere a autora é atualizada nas figuras da empregada doméstica, no cotidiano, e da mulata, em tempos de carnaval. Mais precisamente, Lélia Gonzalez afirma que a doméstica é a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, “o burro de carga que carrega sua própria família e a dos outros nas costas” e, por isso, é também o oposto da exaltação, é a própria expressão do cotidiano. (GONZALEZ, 1984, p. 244) Em contrapartida, o carnaval é o contexto em que ocorre “a exaltação mítica da mulata”, momento em que a mulher negra se transforma em rainha desejada e “[...] devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la”. (GONZALEZ, 1984, p. 242)

A análise de Lélia Gonzalez trata da violência simbólica exercida sobre a mulher negra, na medida em que a outra face do endeusamento da mulata durante o carnaval, é a agressividade direcionada às empregadas domésticas no cotidiano da prestação de bens e serviços. Essa agressividade é um sintoma da culpabilidade branca pelo endeusamento da mulata, desejada durante o carnaval.

Em ambos os casos, tanto o endeusamento quanto a agressividade explicitam a objetificação da mulher negra. Quer para o trabalho pesado, quer para a satisfação dos desejos sexuais dos homens brancos, a mulher negra é desumanizada. Em síntese, é possível perceber como o projeto de Von Martius, a ideia de História Universal, o princípio da perfectibilidade como critério de humanidade e a desumanização da mulher negra analisada por Lélia Gonzalez dialogam diretamente.

Um outro excelente contraponto a narrativas como as de Von Martius e, a rigor, à própria ideia de História Universal com protagonismo exclusivista euro ocidental, é o prestigioso artigo de Claude Lévi-Strauss “Raça e História”, escrito a pedido da Unesco e publicado na Coleção “La question raciale devant la science moderne”, em 1952, como forma de combate ao racismo no pós-Segunda Guerra Mundial.

O antropólogo inicia seu texto contestando a ideia de que cada civilização contribuiria, à sua maneira e isoladamente, para o progresso da humanidade. O argumento é o de que esse tipo de análise supõe a superioridade de uns e a inferioridade de outros como se os diversos grupos étnicos trouxessem, enquanto tais, contribuições particulares para um patrimônio comum. Da mesma forma, o autor também refuta a ideia de que as sociedades humanas se desenvolveriam de modo contínuo e uniforme.

Lévi-Strauss reconhece, certamente, que os progressos realizados pela humanidade são inúmeros e incontestáveis. Mas, ao mesmo tempo, afirma não ser tão fácil como se poderia pretender, “ordená-los numa série regular e contínua”. Isso porque o progresso não é “nem necessário, nem contínuo”, ao contrário, “procede por saltos, pulos, ou [...] mutações”. (LÉVI-STRAUSS, 1993, p. 341-342) Tais saltos não seguem sempre em uma mesma direção porque constantemente sofrem mudanças de orientação, lembrando mais propriamente o movimento do cavalo num jogo de xadrez.

Como afirma o autor, a humanidade em progresso não se assemelha à imagem de uma pessoa subindo uma escada, como se cada degrau representasse uma

nova conquista. A imagem mais acertada seria, na perspectiva de Lévi-Strauss, a de um jogador cujas chances de acerto se dividem em muitos dados, ora resultando em sucesso, ora em fracasso. Isso significa que as sociedades humanas são cumulativas apenas de tempos em tempos, ao passo que em outros momentos vivem experiências estacionárias.

Esses argumentos são mobilizados para se concluir que a diferença entre as civilizações ou culturas nunca é entre culturas cumulativas e culturas estacionárias, pois todas as culturas são cumulativas. O que torna uma cultura mais cumulativa do que a outra não tem relação alguma com o caráter de um povo ou caracteres raciais, ou genialidade/debilidade. Essa diferença se reduz a um problema que depende do cálculo das probabilidades.

Esse cálculo de probabilidades é pensado por Lévi-Strauss por intermédio da ideia de colaboração entre as culturas. Dando continuidade à metáfora do jogador e dos dados, o autor afirma que quanto maior for o número de ligações entre culturas, maiores as chances de sucesso no jogo das probabilidades. Essas ligações, embora na maior parte das vezes sejam involuntárias e envolvam o uso da força (como é o caso do colonialismo/imperialismo), são as verdadeiras responsáveis pelo conjunto complexo de invenções que comumente se denomina “civilização”. Nas palavras de Lévi-Strauss, “portanto, não há sociedade cumulativa em si e por si. A história cumulativa não é propriedade de certas raças ou de certas culturas que se distinguiriam, assim, das outras”. (LÉVI-STRAUSS, 1993, p. 361)

Nesse sentido, Lévi-Strauss se coloca contra quaisquer tentativas de explicação das diferenças culturais baseadas em aptidões ou inaptidões inatas, em superioridade ou inferioridade entre “raças”. É, por isso, uma boa referência para se problematizar a relação entre história e progresso.

Na mesma direção, embora com uma abordagem bastante diferente e bem mais recente, sugiro também a leitura de *O perigo de uma história única*, da renomada escritora Chimamanda Ngozi Adichie. Fruto, originalmente, de uma palestra proferida por ela no TED Talk, em 2009, o texto foi publicado pela Companhia das Letras em 2019.

Chimamanda Adichie aborda o tema a partir de sua perspectiva como leitora e escritora, e define como história única um certo perfil de narrativa hegemônica que cria estereótipos da alteridade, os encerrando em representações fossilizadas. Reproduzidas repetidas vezes, essas narrativas alcançam um enorme

valor de verdade, impedindo que outras representações, perfis e experiências sejam sequer considerados.

Para exemplificar, a autora lembra que quando criança lia livros literários britânicos e estadunidenses e que começou a escrever muito cedo. Apesar de viver na Nigéria, afirma, todos os seus personagens eram brancos de olhos azuis e faziam coisas como brincar na neve, tomar cerveja de gengibre, comer maçãs e se alegrarem quando saía o sol.

Outro exemplo dos perigos de uma história única narrado por Chimamanda Adichie foi o comentário proferido por um professor universitário, nos Estados Unidos, segundo o qual o romance que ela havia escrito não era “autenticamente africano”. Segundo a própria autora comenta, “o professor me disse que meus personagens pareciam demais com ele próprio, um homem instruído de classe média: eles dirigiam carro, não estavam passando fome; portanto, não eram autenticamente africanos”. (ADICHIE, 2019, p. 20-21)

Mas longe de se perceber exclusivamente como vítima dos perigos de uma história única, Chimamanda Adichie analisa também a sua participação na reprodução de estereótipos da alteridade. A autora menciona a história única que, repetidas vezes, ouviu sobre Fide, um garoto que foi trabalhar em sua casa, quando ela tinha apenas oito anos de idade e sobre o qual ela não concebia nada além da pobreza, até se surpreender em uma visita ao vilarejo do garoto.

Chimamanda Adichie também compartilha a experiência de sentir-se envergonhada ao, numa visita a Guadalajara, se surpreender com o cotidiano de pessoas trabalhando, se divertindo, cozinhando, depois de uma temporada intensa de cobertura midiática nos Estados Unidos a respeito dos “ameaçadores” imigrantes mexicanos. A autora afirma ter percebido que, em função da cobertura da mídia, os mexicanos haviam se tornado, também para ela, o imigrante abjeto.

Em resumo, como afirma Chimamanda Adichie, “A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história”. (ADICHIE, 2019, p. 26)

Mais uma vez, não é difícil identificar nas palavras da autora uma certa proximidade com a crítica à ideia de História Universal e também da ideia de perfectibilidade como critério definidor de humanidade. Afinal, em ambos os casos o problema está, justamente, na tendência à desumanização de determinados sujeitos e culturas, ou como afirma a própria Chimamanda Adichie,

“a consequência da história única é essa: ela rouba a dignidade das pessoas”. (ADICHIE, 2019, p. 27)

Caminhando para a finalização de minhas sugestões e comentários, gostaria ainda de abordar uma outra questão, não estritamente relacionada à introdução aos estudos históricos. Me refiro às assimetrias de gênero, raça, sexualidade e outras interseções no processo de produção do conhecimento. Afinal, todos os problemas analisados até aqui reverberam também e de modo direto no mundo acadêmico. Nesse sentido, sugiro a leitura do texto de Patricia Hill Collins intitulado “Epistemologia feminista negra” e também “A iminente revolução na teoria social”, de Rawyn Connell.

No primeiro caso, Patricia Hill Collins nos apresenta uma excelente definição de epistemologia, ao mesmo tempo em que problematiza as relações de poder no campo das ciências e o modo como se constrói o regime de valorização de determinadas epistemes em detrimento de outras.

Começando com a definição de epistemologia, Collins afirma se tratar de uma teoria abrangente do conhecimento que investiga “[...] os padrões usados para avaliar o conhecimento ou *o motivo pelo qual* acreditamos que aquilo em que acreditamos é verdade”. (COLLINS, 2019, p. 140, grifo da autora) Como nos lembra a autora, considerando que as estruturas de validação do conhecimento científico são, em geral, controladas por homens brancos de elite, os critérios que definem os interesses de pesquisa, os paradigmas e epistemologias que desfrutam de reconhecimento e prestígio refletem seus próprios interesses.

Isso significa, dentre outras coisas, que a construção de cânones bibliográficos, assim como a escolha de temas e conteúdos considerados relevantes, interessantes e legítimos jamais são neutros ou inocentes. Além disso, estão sempre sujeitos a assimetrias de gênero, raça, classe, sexualidade, regionalidade e outra interseções.

Contudo, uma questão importantíssima abordada por Patricia Hill Collins é que as instituições sociais que legitimam o conhecimento, assim como as epistemologias ocidentais ou eurocêtricas que elas sustentam, embora sejam controladas por homens brancos de elite, não precisam necessariamente ser manejados pelos próprios homens brancos. Mulheres brancas, homens e mulheres afro-americanas, comunidade LGBTQIA+, homens e mulheres indígenas etc., podem ser recrutados para reforçar essas ligações entre as relações de poder e o que conta como verdade.

O modo como se dá essa cooptação é a domesticação de *outsiders*, ou o que Collins chama de “*outsiders seguros*”. A partir do momento em que os sujeitos subalternos desafiam o esquema de privilégios dos *insiders* (homens brancos de elites), os que se encontram no poder precisam encontrar uma maneira de manter do lado de fora os *outsiders* e ao mesmo tempo garantir que eles reconheçam a legitimidade do procedimento, o que geralmente se faz com garantias de benefícios individuais. Em outras palavras, mantêm-se de fora dos sistemas de poder os *outsiders*, ao mesmo tempo em que eles são usados para legitimar os processos de exclusão.

Outro tema importante abordado por Collins diz respeito ao significado da experiência vivida como critério de significado. Esse significado corresponde, na análise da autora, à primeira dimensão da epistemologia negra e consiste na distinção entre *conhecimento* e *sabedoria*. A questão mais fundamental à qual se refere à autora diz respeito ao fato de que, para sobreviver às violências interseccionais, as mulheres negras precisam de sabedoria muito mais do que conhecimento. Nas palavras de Collins: “Conhecimento sem sabedoria é suficiente para os poderosos, mas sabedoria é essencial para a sobrevivência dos subordinados”. (COLLINS, 2019, p. 411) Mas o que a autora quer dizer com sabedoria?

Quando se pertence a grupos subalternos que, no caso da análise de Collins, significa ser uma mulher negra, é preciso conhecer bem os códigos da sociedade hegemônica (masculinidade, branquitude, heteronormatividade) para poder sobreviver nessa sociedade. De certa forma, ter sabedoria significa construir, pela observação do comportamento dos sujeitos hegemônicos, um conjunto de estratégias, habilidades e competências para sobreviver em condições e ambientes hostis, adversos e perigosos.

O valor da experiência, na acepção da epistemologia feminista negra analisada por Patricia Hill Collins, portanto, nada tem a ver com a interpretação positivista marxista de que os sujeitos subalternos teriam uma visão mais clara da verdade porque não estaria contaminada pela ideologia da classe dominante. A experiência, aqui, é a fonte da sabedoria que se constrói pela observação, comparação, descrição, ponderação, análise e narrativa de situações compartilhadas por um grupo social (mulheres, mulheres negras, homens negros, comunidade LGBTQIA+). É por isso que quando sujeitos subalternos conversam entre si percebem rapidamente que as violências que sofrem afetam de modo semelhante outras pessoas, igualmente subalternas.

Como se pode notar, o texto de Collins oferece orientações preciosas que podem ser úteis para aqueles(as) que experimentam a universidade como um ambiente hostil. E nesse sentido, até mesmo extrapola o exercício de introdução aos estudos históricos!

Para finalizar, sugiro a leitura do artigo de Raewyn Connell intitulado “A iminente revolução na teoria social”, publicado em 2012. Esse texto é interessante porque sinaliza para um problema que costuma ser ignorado ou minimizado pela comunidade acadêmica do chamado “Sul Global”. Me refiro ao que a autora definiu como “divisão imperial do trabalho intelectual”.

Mobilizando uma experiência compartilhada por muitos estudantes e profissionais da área das ciências humanas e sociais no Brasil e em outros países periféricos, Raewyn Connell nos lembra que boa parte dos autores que compõem a lista de “leituras obrigatórias” são homens, brancos e euro-americanos. Isso porque, explica, na divisão imperial do trabalho intelectual o Norte se configura como o centro proeminente de produção de teorias, ao passo que o Sul ocupa o lugar de fornecedor de dados empíricos e, ao mesmo tempo, de consumidor de modelos teóricos importados do Norte.

O problema da importação de modelos teóricos e exportação de dados empíricos está no fato de que toda teoria tende, em maior ou menor grau, a reificar a experiência social de seu lugar de origem. Isso fica explícito, segundo Connell (2012, p. 10), “[...] quando somos informados de que vivemos numa sociedade de redes, ou numa sociedade de risco, ou na pós-modernidade – todas caracterizadas por experiências sociais que a maioria da população do mundo não vive”. Em outras palavras, as universidades periféricas tendem a reproduzir conceitos, categorias e modelos interpretativos que muitas vezes se apresentam como universalmente válidos, quando na verdade têm alcance bastante limitado.

Observem que, mais uma vez, estamos diante do fenômeno de universalização de experiências históricas e sociais particulares. O fenômeno descrito por Connell é muito semelhante e até pode ser pensado como um desdobramento do que venho apontando desde o começo e que diz respeito à ideia de História Universal e ao protagonismo exclusivista euro ocidental. Esses problemas acompanham o processo de formação em História e, por isso mesmo, devemos conhecê-los e nos atentarmos para os prejuízos que são capazes de provocar.

E agora, para realmente finalizar, gostaria de lembrar que as sugestões de leitura que apresentei e comentei brevemente não devem ser tomadas como

leituras obrigatórias, assim como tampouco são, todas elas, parte do cânone disciplinar da ciência da História. O que pretendi com esse elenco de autores(as) e textos foi comunicar algumas questões que considero importantes na formação de historiadores(as) e professores(as) de História, tais como a indispensabilidade da crítica histórica quando se trata da experiência, a importância de se compreender e problematizar o conceito de História Universal, a divisão imperial do trabalho intelectual, assim como o problema das assimetrias de gênero, raça, sexualidade e demais interseções presentes no processo de produção do conhecimento científico. Que minhas sugestões sejam lidas como um convite à interlocução!

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. N. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BLOCH, M. Crítica Histórica e Crítica do Testemunho (1914). In: BENTIVOGLIO, J.; OLIVEIRA, J. M. de. (org.). *Que pedir aos historiadores?*. Vitória: Milfontes, 2019. p. 57-67.
- COLLINS, P. Epistemologia feminista negra. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 139-170.
- CONNELL, R. A iminente revolução na teoria social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 80, p. 9-20, out. 2012.
- D'ANCONA, M. *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. Barueri: Faro, 2018.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *CIÊNCIAS sociais hoje*. São Paulo: Cortez, 1984. p. 223-244.
- GUIMARÃES, M. L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 4-27, jan./jun. 1988.
- KEYES, R. *A era da pós-verdade: desonestidade e enganação na vida contemporânea*. Curitiba: Vozes, 2018.
- KOSELLECK, R. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: KOSELLECK, R. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006a. p. 305-328.
- KOSELLECK, R. Historia Magistra Vitae: sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento. In: KOSELLECK, R. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006b. p. 41-60.

LANGLOIS, C.-V.; SEIGNOBOS, C. *Introducción a los estudios Históricos*. Salamanca: Universidad de Alicante, 2003.

LÉVI-STRAUSS, C. Raça e História. In: LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. p. 328-366.

PETERSEN, S. R. F.; LOVATO, B. H. *Introdução ao estudo da História: temas e textos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

VON MARTIUS, C. F. P. Como se deve escrever a História do Brasil. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 6, p. 381-403, 1844.

CAPÍTULO 2

ALGUMAS LEITURAS PARA COMPREENDER FILOLOGIA

FABIANA PRUDENTE
ARI SACRAMENTO

INTRODUÇÃO

A Filologia é um campo de saberes multidisciplinares que tem como objeto de estudo o texto, considerado em uma perspectiva plural que envolve aspectos materiais, históricos, culturais, linguísticos e literários. Para entender como opera a Filologia, faz-se necessário um esforço histórico sobre o desenvolvimento de suas práticas, uma vez que o termo tem uma origem muito antiga (por volta do século IV a.C.), em um período no qual as configurações do saber não eram as mesmas que regem as disciplinas modernas. Antigos registros de atividades filológicas remetem à Biblioteca de Alexandria, em África, na língua grega, como *φιλολογία*. Composta de um radical relativo ao verbo *φιλειν* “amar”, unido a um radical relacionado ao substantivo *λόγος* “palavra”, Filologia pode ser entendida como “amor à palavra”. Nesse sentido, considerando a natureza abstrata do substantivo *amor*, pretendemos entender quais práticas afetivas sobre a palavra, ou melhor, sobre o texto, constituem o trabalho filológico.

Esse afeto, expressado através de glosas, traduções, transcrições e outros cuidados para a preservação da memória textual, pode-se traduzir na compreensão da Filologia como uma “[...] constelação de habilidades acadêmicas

orientadas a ocupar-se do cuidado de textos históricos”¹ (GUMBRECHT, 2007, p. 14, tradução nossa), apontado por Hans Ulrich Gumbrecht em *Los poderes de la Filología: dinámicas de una práctica académica del texto*. De acordo com Gumbrecht (2007), a definição de Filologia como *práxis* multidisciplinar resultaria em cinco potências da Filologia, que se manifestam na diversidade das práticas: *identificar fragmentos*, utilizando-se de múltiplas técnicas (Paleografia, Diplomática, Codicologia, Bibliografia e outras) para compreender o caráter fragmentário de alguns textos; *editar textos*, elencando sua documentação para apresentá-los em sua pluralidade ou condensá-los em um texto único para a circulação; *escrever comentários*, a fim de preencher a brecha temporal entre os leitores do tempo presente e os leitores do tempo da produção do texto; *historiar*, ou seja, pensar historicamente períodos, línguas e culturas; e *ensinar*, fazendo uso dos textos e culturas no contexto institucional de ensino. Essa perspectiva da constelação apresentada por Gumbrecht evidencia as potências dos estudos filológicos, evidenciando seu aspecto arqueológico, ecdótico, hermenêutico, histórico e pedagógico.

O ESSENCIAL SOBRE FILOGIA

Rita Marquilhas, em *Filologia Oitocentista e Crítica Textual* (2010), ao retomar as ideias de Filologia *lato sensu* e *stricto sensu* propostas por Ivo Castro, distinguiu a Filologia moderna, estrita, da Filologia oitocentista, romântica e lata, estabelecida como esplêndida ciência no século XIX, com a ambição de reencarnar o espírito das nações (o *Volksgeist* alemão) a partir da reconstrução das línguas dos povos autóctones. Essa abordagem historicista possuía um viés nostálgico de valorização do passado, baseando-se na ideia de que a língua, tal como um organismo vivo, degenerava-se através do tempo, e os textos, de modo semelhante, também tenderiam, de acordo com essa concepção, à degenerescência, fosse ela provocada pela corrupção material ao longo do tempo, ou fruto da transmissão pelas gerações. Para Marquilhas (2010), algumas práticas da Filologia estrita, centrada na Crítica Textual,² foram os fatores de diversificação que contribuíram

1 Do espanhol: “[...] una constelación de habilidades académicas orientadas a ocuparse de del cuidado de textos históricos”.

2 Consultar verbete Crítica Textual.

para o desenvolvimento da Crítica Genética e da Sociologia dos Textos, que, ao proporem novos modos de pensar e trabalhar com os textos, modificaram as teorias de edição e asseguraram a continuidade das práticas filológicas até os dias atuais, preservando-se as relações interdisciplinares.

No trabalho filológico de Erich Auerbach, conseguimos observar as relações produtivas entre estudos linguísticos e literários, uma diferença que, desde o estruturalismo, tem ganhado espaço na área e nos currículos de Letras. Embora a Crítica Literária considere os procedimentos metodológicos de leitura de cena de Auerbach e muitos dos seus argumentos ainda hoje prevaleçam, frequentemente nos esquecemos que seus procedimentos são filológicos, na medida que compreende o texto como elemento forjado nas tramas estéticas, políticas, culturais e sociais. Em *Mimesis*, livro que traz como subtítulo “a representação da realidade na literatura ocidental”, o autor elege a realidade como objeto de representação histórica, isto é, a partir da leitura de textos tomados como “representativos” da Antiguidade grega e greco-romana, da Idade Média, Idade Moderna até a contemporaneidade, ele busca compreender de que modo a realidade é experienciada, mas não apenas no sentido de encontrar as semelhanças, mas observando as contradições, conflitos que tornam possível o ocidente. Esse livro foi escrito em Istambul, num momento em que a Alemanha estava sob domínio nazista, para alunos da Turquia, e o judeu Erich Auerbach não mais lá podia continuar. A perspectiva filológica presente em *Mimesis* reside na leitura material da linguagem, especialmente ao observar construções sintáticas, figuras de linguagem como traços constitutivos, mas também na leitura social que entende a relação entre o texto e o mundo, bem como o texto no mundo. A recepção a *Mimesis*, especialmente pelo diálogo estreito com os discursos literários analisados, fizeram dele um manual canônico, uma vez que estão pressupostos referências culturais que a Europa transformou em ocidente. Entretanto, precisamos pensar que a possibilidade de a realidade ser um objeto histórico faz com que entendamos que a proposta se entende como descritiva e analítica, e não prescritiva e esteticamente hierarquizadora. O que nos falta é reconhecer outras narrativas possíveis que não estão prevista em *Mimesis*, porque se trata de um livro produzido num contexto social e político e erigido a uma categoria herdeira dos valores atribuídos aos autores citados. Quando reconhecemos a parcialidade desse discurso e admitimos que as categorias foram universalizadas

por um saber colonial, estamos dispostos a pensar outros humanismos possíveis, democráticos, nas palavras de Edward Said (2012).

Uma das propostas de descentramento do paradigma canônico que se instaurou sob a etiqueta auerbachiana compreende os limites da amostra auerbachiana e reconhece a qualidade do procedimento metodológico desenvolvida pelo filólogo. Esse é o caso de *Humanismo e Crítica Democrática*, de Edward Said, que, através da experiência de ser um professor palestino na academia americana, problematiza a ideia de humanismo tradicional (eurocêntrica), cujas dimensões dificilmente escapam do etnocentrismo europeu, fato que contrasta *in excelsis* com a complexa multiculturalidade da sociedade americana. Assim, Said propõe um humanismo democrático, um que não mais tolere as estruturas produtoras de narrativas únicas. Para Said (2007, p. 30), “[...] os mesmos tipos de exclusões eurocêntricas são evidentes no esquecimento humanista ocidental das tradições indianas, chinesas, africanas e japonesas, para nomear alguns dos exemplos mais óbvios”. Por isso, é inadmissível que ao pensar a cultura das letras esqueçamos de entender suas complexidades. O autor continua:

Conhecemos agora tanto sobre essas outras tradições a ponto de realmente explodir quaisquer relatos simples e repetidos do humanismo, relatos que ainda são invocados por reivindicadores da ‘nossa’ herança nas comemorações do milagre ocidental ou em panegíricos à glória que é a globalização americana. (SAID, 2007, p. 30)

É nessa obra que somos lembrados de que a Filologia é um campo de saber também árabo-islâmico e de outras culturais não ocidentais, e não um construto do que o romantismo europeu fez da Grécia alexandrina. Desse modo, Said vai entender a leitura filológica como um empreendimento crítico capaz de ler os jogos de poder existentes na compreensão de mundo. Para ele, a leitura filológica é um escrutínio da linguagem capaz de ler as estruturas de poder mobilizadas por “seres humanos que existem na história”. A isso, Said (2007, p. 91) chama de Filologia “secular”, “mundana”.

Para entender a relação da Filologia com os estudos linguísticos e os estudos literários, a coletânea de estudos *Estudos filológicos: linguística românica e crítica textual*, de Célia Marques Telles apresenta um panorama bastante interessante

dos estudos filológicos da segunda metade do século XX até os dias de hoje. Nessa obra é possível compreender uma defesa fundamental da relação entre os estudos de língua e de texto, uma vez que a autora propõe que faz Filologia quem se vale dos estudos linguísticos para compreender o texto na história; faz Linguística Histórica quem se vale da leitura filológica do texto para estudar a língua no tempo. Com isso, as propostas de Telles mostram a relevância dos estudos filológicos e linguísticos para interpretação das línguas, das literaturas e das culturas através dos textos, o que corre na contramão de vertentes que, confessando ainda o paradigma positivista, ainda querem encontrar na Filologia o passado dos estudos linguísticos contemporâneos. Desse modo, encontramos trabalhos que lidam com a história da cultura escrita, com as teorias da edição, com problemas linguísticos de variação e mudança para compreensão do texto e com as histórias da Literatura no Brasil. Trata-se de um trabalho através do qual lemos a coalizão dos estudos da linguagem em favor da compreensão do texto e da língua.

Nessa mesma direção, precisamos citar *Sob a pele das palavras*, de Celso Cunha, obra que reúne escritos dispersos de um dos mais conhecidos filólogos e gramáticos de língua portuguesa. Ler essa obra é entender sob quais linhas mestras desenharam-se os caminhos dos estudos filológicos no Brasil, afinal, entender as perguntas feitas é também compreender os itinerários do pensamento da cultura letrada no país. Assim, dividida em seis seções além da introdução, cronologia e bibliografia, a saber: medievalística, camonística, lexicografia, Filologia e Linguística, Memorialística, a recolha traz um panorama relevante sobretudo no que diz respeito (i) aos estudos medievais – *corpora* dos debates filológicos mais contemporâneos; (ii) às discussões teóricas relativas à relação entre a Filologia e a Linguística, na qual podemos ler tensões teóricas e metodológicas da pesquisa histórica da língua e do texto; (iii) bem como uma ampliada visão acerca da história da universidade brasileira da qual, inclusive como filólogo, participou Celso Cunha, para quem não se pode pensar a Filologia sem a vida.

Numa dimensão mais histórica da disciplina filológica, temos de citar o livro *Critica Textualis in Caelum Revocata? Uma Proposta de Edição e Estudo da Tradição de Gregório de Matos*, de Marcello Moreira. Esse livro constitui-se como um divisor no labor filológico de língua portuguesa por ser um dos trabalhos historiográficos do campo disciplinar e um dos mais contundentemente críticos da universalidade metodológica lachmanniana. Moreira, a rigor, tem como objetivo a

edição de textos atribuídos a Gregório de Matos, mas, para consecução disso, ele precisou rever categoriais teórico-metodológicas da filologia oitocentista, mantidas ainda hoje em propostas neolachmannianas e propor, com base nas epistemologias contemporâneas, uma práxis filológica que considere a história do texto para estudo dele. Assim, ao discutir questões relacionados à autoria, ao estilo, às ideias de originalidade e fidedignidade – demandas do programa filológico moderno –, o autor investe na argumentação de que cada uma dessas categorias não é universal, mas histórica e não funcionou em todos os sistemas literários e culturais. Por isso, a Filologia moreiriana traz ao cenário dos estudos filológicos a necessidade de compreender o texto dentro das coordenadas do sistema que o tornou possível. Desse modo, para a edição e estudo de Gregório de Matos problematiza categorias como autoria e fidedignidade, numa Bahia setecentista cuja cultura manuscrita era o principal processo de circulação de textos.

Como podemos perceber nessas práticas, o paradigma da pós-modernidade e a teoria crítica têm imputado reflexões epistemológicas que reposicionam o lugar do filólogo na contemporaneidade. Nesse sentido, uma tendência atual da Filologia foi apresentada por Michelle Warren, em *Post-Philology* (2003). Ao propor uma Filologia consoante com a pós-modernidade e a pós-colonialidade, Warren entende que a crise de identidade é comum aos três movimentos, assim como o compromisso de realizarem uma crítica dos gestos totalizantes e universalizantes próprios da modernidade colonialista do século XIX. Warren (2003) aponta como características da pós-Filologia o deslocamento da busca pela origem para o estudo das origens materiais, estreitando o espaço entre materialidade textual e hermenêutica, e descartando a noção de versão autêntica, desmistificando o artefato texto. Além disso, Warren considera que a pós-Filologia, ao expor engajamentos ideológicos de edições e traduções, lida com complexas relações entre histórias literárias, linguísticas e políticas, propõe uma historiografia de múltiplas posições, valorizando a relação entre a mudança da linguagem e as manobras coloniais. (WARREN, 2003) Isso implica uma série de práticas, uma vez que a Filologia significa o estudo de manuscritos, evidenciando o caráter construído da história e a condição textual do conhecimento, o que conduz à desconstrução da ideia do especialista como senhor do discurso e técnicas. Dessa maneira, Warren (2003) afirma que a pós-Filologia contempla a “textualidade marginal”, pois entende que todos os textos têm algo a oferecer (inclusive os textos incompletos, mais recentes e mutilados), contribuindo para a

reorganização das hierarquias que governam a interpretação das relações entre textos, imagens e outros elementos não linguísticos, de modo que mesmo elementos em outras mídias passam a ser vistos como representações válidas da História Cultural.

O advento da tecnologia digital, tendo afetado a cultura escrita de múltiplas formas, foi decisivo para uma revisão das práticas filológicas frente às novas configurações textuais. Nesse sentido, no texto *A Filologia Digital em Língua Portuguesa: alguns caminhos*, Maria Clara Paixão de Sousa (2013) aponta possibilidades para o desenvolvimento de uma Filologia digital, ou, nos termos de Crane, *e-Philology*, para designar a Filologia realizada por meio de ferramentas computacionais. Ao apresentar projetos pioneiros na área, enfocando trabalhos de edição digital em língua portuguesa, Paixão de Sousa entende o texto digital como um texto descorporificado, como uma nova forma de lógica capaz de afetar a Filologia de diferentes maneiras, desde uma nova perspectiva sobre o objeto de estudo (o texto digital nativo) até a revolução metodológica e epistemológica, seguindo a perspectiva de Crane de que as ferramentas digitais disponíveis para o tratamento de textos fazem vislumbrar a criação de um espaço dinâmico para a vida intelectual que será tão diferente do precedente como a cultura oral é diferente da cultura escrita. No entanto, a autora é taxativa ao afirmar que ainda não abraçamos plenamente, por não as compreendermos, as potencialidades do novo meio e segue a ideia de que “[...] os livros digitais criados até hoje não passam de incunábulo: representam o último suspiro de uma tecnologia antiga – a tecnologia da difusão impressa, traduzida para um novo meio, o digital”. (PAIXÃO DE SOUSA, 2013, p. 136)

Toda essa diversidade de práticas filológicas aqui citadas pode ser contemplada na coletânea *Filologia em diálogo: descentramentos culturais e epistemológicos*, organizada por Risonete Batista de Souza e demais organizadores. Trata-se de um trabalho que segue a perspectiva contemporânea e plural de uma pós-Filologia desenvolvida no Brasil por 22 pesquisadores e por uma pesquisadora do México, que assina o único texto em língua estrangeira. Exibindo um panorama diversificado de atividades filológicas, o *e-book* é dividido em sete partes, iniciando-se com o tema Filologia e questões teóricas da contemporaneidade, sobre o qual escrevem Rosa Borges, Arivaldo Sacramento e Fabiana Prudente, propondo revisões epistemológicas da práxis filológica em torno de ideias como descentramento, decolonialidade e crítica política. A segunda parte, Filologia

e história da língua, conta com artigos de Célia Marques Telles, Antonia Vieira dos Santos, Aurelina Ariadne Almeida, Clese Mary Prudente Correia e Expedito Eloísio Ximenes, para enfatizar as relações entre edição de texto e pesquisas na área de história da língua. Em *Filologia e Literatura*, leem-se os trabalhos de Belem Clark de Lara e Risonete Batista de Souza, que associam a importância da prática filológica como procedimento crítico-hermenêutico, bem como a preparação de edições para a construção de uma história da Literatura. A quarta parte, *Filologia e práticas editoriais*, discute modalidades de edição, apresentando propostas elaboradas por Alcía Duhá Lose, Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz e Sílvia Maria Guerra Anastácio. *Filologia e memória* é a seção mais extensa, contando com sete trabalhos que discutem as relações entre a pesquisa filológica e os arquivos e acervos, trazendo abordagens como história cultural, Crítica Textual, Crítica Genética e Biográfica, através dos trabalhos de Ana Sartori, Débora de Souza e Rosa Borges, Gilberto Sobral, Maria da Conceição Reis Teixeira, Maria das Graças Sobral, Norma Suely da Silva Pereira e Vanilda Salignac Mazzoni. A penúltima parte, *Filologia e humanidades digitais*, expõe os trabalhos de Liliane Lemos Barreiros e Lívia Borges Magalhães sobre a interação da Filologia com as tecnologias digitais. Por fim, em *Filologia e ensino*, Rosinês Duarte discute a prática da Crítica Filológica na educação básica.

REFERÊNCIAS

AUERBACH, E. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

CUNHA, C. F. da. *Sob a pele das palavras: dispersos*. Organizado por Cilene da Cunha Pereira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

GUMBRECHT, H. U. *Los poderes de la Filología: dinámicas de una práctica académica del texto*. Tradução de A. Mazzucchelli. México: Universidad Iberoamericana, 2007.

MARQUILHAS, R. Filologia oitocentista e crítica textual. In: ALVES, F. M. et al. (org.). *Filologia, Memória e Esquecimento*. Act. 20. Lisboa: Húmus, 2010. p. 355-367.

MOREIRA, M. *Crítica textualis in caelum revocata? Uma proposta de edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra*. São Paulo: Edusp, 2011.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. A Filologia Digital em Língua Portuguesa: alguns caminhos. In: GONÇALVES, M. F.; BANZA, A. P. (coord.). *Patrimônio Textual e Humanidades Digitais: da antiga à nova Filologia*. Évora: CIDEHUS, 2013. p. 113-138.

SAID, E. *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOUZA, R. B. *et al.* (org.). *Filologia em diálogo: descentramentos culturais e epistemológicos*. Salvador: Memória & arte, 2020.

TELLES, C. M. *Estudos filológicos: linguística românica e crítica textual*. Salvador: Edufba, 2016.

WARREN, M. R. "Post-Philology". In: INGHAN, P. C.; WARREN, M. (ed.). *Post-Colonial Move: Medieval through Modern*. New York: Palgrave, 2003. p. 19-42.

DEZ OBRAS PARA CONHECER SAUSSURE

NÚBIA RABELO BAKKER FARIA

INTRODUÇÃO

Magda Soares, prefaciando o livro *Ciência & linguagem: uma introdução ao pensamento de Saussure* de Neidson Rodrigues,¹ afirma que, em julho de 1957, na *Semana Saussuriana*, promovida pela antiga Faculdade de Filosofia da Universidade Federal Minas Gerais (UFMG) para celebrar o centenário do nascimento de Ferdinand de Saussure (1857-1913), o eminente filólogo Serafim da Silva Neto destacava a propósito do genebrino: “não é apenas um grande mestre pelo que ensina: é maior pelo que sugere, pelo que faz pensar, pelo que fecunda nas inteligências alheias”. (SILVA NETO apud SOARES, 1980, p. 11) Em seu texto, escrito no final da década de 1970, Magda Soares lamentou a ausência de Saussure nos estudos de Linguística e de Filosofia da Linguagem nos cursos de Letras e de Filosofia no Brasil, assim como a “[...] escassíssima bibliografia brasileira sobre a doutrina saussuriana”. (SOARES, 1980, p. 11) Se por um lado, a primeira parte do lamento de Soares não está exatamente sanada, por outro, não podemos hoje endossar o que diz em seguida: efetivamente, temos tido, sobretudo ao longo dos últimos anos, uma produção brasileira profícua e de qualidade em torno da fortuna teórica de Ferdinand de Saussure. O convite feito para integrarmos

1 Este livro encontra-se esgotado, mas pode ser adquirido em sebos.

este Guia de Leituras do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (GuiaLET) é uma prova disto, o que nos alegra duplamente: pela honra do convite e pela satisfação de tornar esta produção ainda mais conhecida do público universitário.

Antes de passarmos ao “Essencial de Saussure”, listagem dos 10 títulos que selecionamos (não sem nos frustrarmos pela necessidade de cortar alguns deles), é importante iniciar do começo... Vamos então ao controverso *Curso de Linguística Geral*, doravante *CLG* ou, tão somente, *Curso*. Partiremos de sua história incomum, para depois tratarmos das controvérsias!

O *Curso*, “o famoso livro que Saussure não escreveu”, foi lançado postumamente em 1916, em plena Primeira Guerra Mundial (jun. 1914-nov. 1918). Sua origem remonta a três cursos de Linguística Geral ministrados por Saussure na Universidade de Genebra entre os anos 1907 e 1911. A partir das anotações de alguns dos alunos que acompanharam esse ensino, com destaque para Albert Riedlinger (1883-1978), Charles Bally (1865-1947) e Albert Sechehaye (1870-1946), colegas de Saussure na mesma universidade, propuseram-se a compilar “as geniais lições” do mestre sob o argumento de que “[t]odos quantos tiveram o privilégio de acompanhar tão fecundo ensino deploraram que dele não tivesse surgido um livro”. (BALLY; SECHEHAYE, 2006 [1915],² p. 1) Como não haviam assistido aos cursos devido a obrigações profissionais, os editores saíram em busca das notas de aula do professor para confrontá-las com as anotações dos alunos, cujos cadernos haviam sido colocados à sua disposição. Entretanto, como alegam no prefácio à primeira edição, nada encontraram: “F. de Saussure ia destruindo os borradores provisórios em que traçava, a cada dia, o esboço de sua exposição!”. (BALLY; SECHEHAYE, 2006 [1915], p. 1) Se levarmos em conta as dificuldades por que passava a Europa em meio a uma guerra devastadora, só podemos concluir que as lições tenham sido de fato “geniais”, justificando tamanho esforço para a execução do projeto.

A partir de um intenso e louvável trabalho de *reconstituição*, Bally e Sechehaye compuseram um livro a partir das notas de três cursos, com base no terceiro deles, ocorrido entre outubro de 1910 e junho de 1911, considerado “o mais definitivo”,

2 Para chamar a atenção do leitor ao momento histórico em que algumas das passagens referidas neste texto ocorreram, adotaremos a seguinte sistemática quanto às datas das obras citadas: a data da edição consultada será seguida da data da publicação original entre colchetes.

tendo em vista a discussão sobre a Linguística Geral. A intenção declarada de buscar uma “síntese” ou um “todo orgânico” para as lições ocorridas no espaço de cinco anos e ministradas por um mestre, cujo pensamento “evoluía em todas as direções”, conduz os editores a não se fixarem na sequência cronológica das aulas, em favor de uma *visão de conjunto*. A escolha do título reflete a ambiguidade da empreitada; como assinala Milner (2003), o substantivo francês *cours* (curso) só tem seu número definido quando precedido de artigo singular (*le*) ou plural (*les*). Não há artigo no título original da obra – *Cours de Linguistique Générale* –, podendo, em língua francesa, ser lido como *Cursos* (foram três, afinal) ou como *Curso* (uma síntese de todos) de *Linguística Geral*.

Em português, a ambiguidade inexistente. Desde o início, trata-se tão somente de *Curso*, no singular. Isso se deve a uma *escolha de tradução*, uma escolha feita tendo em vista o destino das lições do mestre. A versão em língua portuguesa vem a público em 1970, com 54 anos de atraso (!), para atender à demanda das universidades brasileiras,³ segundo nos conta o filólogo Isaac Nicolau Salum, autor do prefácio à edição brasileira. O *CLG* já tem o estatuto de *uma obra* cujo autor é Saussure, referido como “o pai da Linguística moderna”. Entretanto, nesta época, o paradigma estruturalista⁴ associado a seu nome, após um sucesso intelectual sem precedentes, sobretudo na França, mas também no Brasil, despertava uma série de críticas contundentes e provocava “[...] diálogos mais ou menos calorosos” (SALUM, 2006 [1970], p. XIII), como lemos no primeiro parágrafo do prefácio.

Quando a tradução brasileira é lançada, o *Curso* é considerado um “clássico”, um livro para ser lembrado, referido, mas, em geral, muito pouco lido, a não ser para que dele sejam extraídos pequenos trechos, como “pitadas de erudição”. Neste sentido, é notável observar que, em 1957, uma *Semana Saussuriana* seja

3 A introdução da Linguística nos cursos de Letras do Brasil como parte de seu currículo mínimo ocorrerá somente na década de 1960. Até então, a especialização dos estudos linguísticos brasileiros concentrava-se nas áreas de Filologia e Dialectologia. Mattoso Camara Jr. (1904-1970) é uma exceção, tendo ministrado curso extensivo de Linguística entre os anos 1938-1939 na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro e divulgado entre nós as ideias linguísticas da Europa e dos Estados Unidos. Ver Altman (1998).

4 O estruturalismo em Linguística será definido a partir dos continentes europeu e americano, sendo o primeiro deles associado ao nome de Ferdinand de Saussure e o segundo ao nome de Leonard Bloomfield. As distinções entre um e outro podem ser melhor precisadas em trabalhos de introdução à área, como, por exemplo *O estruturalismo linguístico: alguns caminhos*, de Rodolfo Ilari (2005).

realizada na UFMG e, ainda, que celebre o centenário de *nascimento* de Saussure. Não faltarão eventos e publicações alusivos à sua *morte*...⁵

Passemos agora para as *controvérsias* associadas ao *CLG*. Inicialmente, suas condições particulares de publicação não despertam suspeita, a não ser por uma ou outra observação de menor repercussão. Posteriormente, no final da década de 1930, algumas passagens, notadamente a que se refere ao “arbitrário do signo”, assinalam uma distinção entre o que foi dito pelo mestre numa situação de ensino, sem intenção de publicação, e o que ocorre posteriormente com a iniciativa de seus colegas de universidade. Instala-se, então, a suspeita sobre a *autenticidade* da edição de Bally e Sechehaye e a necessidade de confrontação entre o texto publicado e suas fontes manuscritas, isto é, anotações dos alunos e textos do próprio Saussure. Inicia-se o que se convencionará chamar de estudos de “filologia saussuriana”,⁶ uma busca por estabelecer o texto original do mestre. Obras importantes serão lançadas, com destaque para os trabalhos de Robert Godel intitulado *Les sources manuscrites du “Cours de linguistique générale” de Ferdinand de Saussure*, publicado em 1957; a edição crítica do *Curso* de Tullio de Mauro, publicada em 1967, e a monumental edição sinótica do *Curso* feita por Rudolf Engler em 1968. Nenhum destes trabalhos contesta a validade da edição de 1916; ao contrário, partem de sua organização para acrescentar informações e comentários, ressaltar discrepâncias e incorreções ou, ainda, apontar “iniciativas teóricas dos editores”,⁷ isto é, acréscimos feitos por conta própria – o mais célebre de todos é, sem dúvida, a frase que encerra o *CLG*: “[...] a Linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 271), uma conclusão de Bally e Sechehaye jamais proferida por Saussure. Estas são obras incontornáveis para qualquer pesquisador dos estudos saussurianos, mas não foram traduzidas para o português.⁸

5 A referência à morte de Saussure ocorreu mais de uma vez na reflexão linguística. Podemos citar, a título de exemplo, três textos: o clássico “Saussure após meio século”, de É. Benveniste (1963); “Sobre a desconstrução das teorias linguísticas”, de M. Pêcheux (1982), e “Da morte de Saussure o que se comemora”, de C. Lemos (1998). Todos eles tocam, de forma mais ou menos categórica, na dívida, mas, igualmente, no afastamento, na dissolução de uma descoberta. Em 2013, por ocasião do centenário de sua morte, serão muitas as publicações e eventos, como mencionaremos.

6 A respeito destes estudos, sugerimos a leitura do excelente artigo de Cruz (2009).

7 Esta expressão é usada por Calvet (1977).

8 A vitalidade da discussão pode ser recuperada ainda na criação, neste mesmo período, precisamente em 1957 (ano do centenário de nascimento de Saussure), do *Cercle Ferdinand de Saussure*, uma associação

Um outro tipo de investigação surgida em torno do genebrino foi a de caráter mais historiográfico, que se voltou à pesquisa do lugar ocupado por suas ideias relacionando-as com a Linguística do século XIX e com outras abordagens surgidas no século XX. Nesta perspectiva, o nome de Claudine Normand e seus colaboradores merece destaque especial.⁹

Mas, nem só de *linguística geral* vivia Saussure – muito pelo contrário! Dedicou-se com brilhantismo ao estudo das línguas indo-europeias e seu *Mémoire*,¹⁰ publicado em 1878, quando tinha apenas 21 anos, revela tratar-se de um estreado genial e lhe rendeu reconhecimento internacional. Como nos lembra Silveira (2018, p. 13), “[...] os estudos da linguagem no século XIX não conheciam limites. Entre a literatura, a língua falada, a cultura e a história de um povo, os textos escritos, as lendas, a gramática e a poesia, um estudioso da linguagem se movia sem obstáculos”. Saussure era um homem do seu tempo e escreveu *muito* sobre todos esses assuntos, mas publicou *muito* pouco. A busca por seus manuscritos de Linguística Geral propiciou a descoberta de uma enorme quantidade de textos de temáticas diversas e insuspeitadas,¹¹ ao menos para os padrões especializados da pesquisa do século XX: lendas germânicas; versos saturninos; etimologia; toponímia; glossolalia; estrutura anagramática da poesia. O contraste entre o linguista renomado e o inusitado de suas outras pesquisas metódicas e abundantes, porém afastadas do olhar público, envolverão Saussure, sua vida e obra, num ar de mistério; ouviremos falar de um “Saussure diurno” e um “Saussure

suíça, que tem por objetivo a divulgação do pensamento do genebrino e seus desenvolvimentos. O *Cercle* é ainda o atual responsável pela publicação dos *Cahiers Ferdinand de Saussure*, revista científica criada em 1941 pela Sociedade Genebrina de Linguística, consagrada ao estudo da obra do mestre. Muitas das discussões suscitadas neste período e em momentos posteriores foram registradas nas diversas e ininterruptas edições publicadas. Os números de 1 a 60, que compreendem os anos de 1941 a 2007, estão disponíveis para download em: <https://www.cercleferdinanddesaussure.org/les-cahiers-ferdinand-de-saussure/cahiers-ferdinand-de-saussure-1-60-1941-2007/>.

- 9 O número 49 da revista *Langages* de 1978, Saussure et la linguistique pré-saussurienne, é um belo exemplo da qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo coordenado por Normand Langages. Disponível em: https://www.persee.fr/issue/lgge_0458-726x_1978_num_12_49?sectionId=lgge_0458-726x_1978_num_12_49_1918.
- 10 *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*, trabalho de mestrado publicado em Leipzig, disponível em: http://www.revue-texto.net/1996-2007/Saussure/De_Saussure/Memoire/Saussure_Memoire.html.
- 11 Os textos manuscritos de Saussure estão disponíveis para consulta e estão arquivados na Biblioteca Pública e Universitária de Genebra Homepage - Saussure UNIGE e na Biblioteca de Harvard. Confira em: https://hollisarchives.lib.harvard.edu/repositories/24/resources/1579/collection_organization#tree::archival_object_412652.

noturno”. Esta faceta do genebrino também renderá uma série de pesquisas relevantes e inspiradoras, como a de Jean Starobinski sobre os anagramas, que resultará no livro cujo título, por si só, nos incita a imaginação: *As palavras sob as palavras* (1971).

Ainda na busca por estabelecer o texto do mestre de Genebra, a partir de manuscritos voltados à Linguística Geral, estão as publicações dos cadernos dos alunos que frequentaram os cursos. Estas, coordenadas por Eisuke Komatsu em 1993, 1996 e 1997, ao contrário das anteriores, recusam a ordenação dos assuntos estabelecida pelo CLG e privilegiam a discussão sequencial das aulas. Neste momento, as críticas aos editores pelo *falseamento* das ideias do mestre se intensificam e muitos se deixarão iludir pela busca do “verdadeiro Saussure”. Se na condição de um “clássico”, obra superada que pertence ao passado, o CLG não foi propriamente lido entre nós, agora, sob a alegação de ser uma “vulgata”, não faltarão vozes para desencorajar sua leitura. O dono mais conhecido de uma dessas vozes é, sem dúvida, Simon Bouquet.

Esta postura se radicaliza entre alguns pesquisadores por ocasião da descoberta, em 1996, de um novo conjunto de manuscritos que revelavam “[...] os esboços consistentes de um livro sobre linguística geral”. (BOUQUET; ENGLER, 2004, p. 15) Acredita-se que este material, colecionado dentro de um grande envelope, corresponde ao livro que Saussure, em carta a um antigo aluno, mencionou estar escrevendo. Reunidos sob o título “Da Essência Dupla da Linguagem”, estes novos manuscritos, juntamente com alguns outros já conhecidos, compuseram um novo livro póstumo de autoria atribuída a Saussure: *Écrits de Linguistique Générale*, publicado originalmente em 2002. A importância intelectual desta descoberta pode ser medida pela rapidez com que o livro foi traduzido no Brasil: em 2004, apenas dois anos depois, a mesma editora do *Curso* lança os *Escritos de Linguística Geral*, editado por R. Engler e S. Bouquet.¹²

Efetivamente, a descoberta de novos manuscritos e o fato de em 2013 e em 2016 completarem-se, respectivamente, os centenários da morte de Saussure e da publicação do CLG, motivaram a realização de eventos comemorativos no Brasil e em diversos países. No tímido mercado editorial brasileiro, muitos títulos

12 Há uma publicação posterior destes manuscritos organizada por René Amacker, *Science du langage: de la double essence du langage*, de 2011. Lamentavelmente, não há ainda tradução para o português desta importante edição.

de livros publicados por pesquisadores nacionais ou traduzidos para o português vêm a público; revistas científicas lançaram dossiês temáticos em torno do sistema conceitual saussuriano, movimentos que evidenciam que um novo ânimo se instaura por aqui. São muitos pesquisadores brasileiros em formação ou recém-formados, que dão testemunho de que há, de fato, uma nova geração de “saussurianos” nas universidades brasileiras ou delas egressos.

Gostaríamos de concluir salientando a perspicácia da observação de Serafim da Silva Neto que, nos primórdios das descobertas dos manuscritos e das polêmicas por eles suscitadas, reconheceu que o valor de Saussure suplanta o seu ensino e fecunda as inteligências alheias em campos diversos que envolvem a linguagem. A lista de publicações que preparamos dá uma ideia desta fecundidade e de sua pertinência para os dias de hoje. Privilegiamos a produção nacional, mas incluímos três excelentes livros traduzidos que julgamos relevantes para quem quer se iniciar no campo dos estudos saussurianos.

O ESSENCIAL DE SAUSSURE

Antes de enumerarmos a seleção que fizemos, esclarecemos que não incluímos o *Curso de Linguística Geral* nem os *Escritos de Linguística Geral*, por entendermos ocuparem um lugar à parte de todo o resto. O *Curso*, sem sombra de dúvida, é *a mais essencial das obras*. Com Normand (2009), recomendamos vivamente sua leitura *integral*. Trata-se do “[...] único texto facilmente legível de modo corrente”. É, além disso, “[...] um texto de ideias, de reflexão absolutamente original sobre a linguagem, a especificidade do objeto-língua, as armadilhas da evidência e da trivialidade nas ciências humanas, e, como tal, sua leitura torna-se estimulante, *mesmo para os linguistas*”. (NORMAND, 2009, p. 18-19, grifo nosso) Quanto aos *Escritos*, reconhecemos seu valor por ser primeira *proposta* de edição para os manuscritos de 1996 disponível em língua portuguesa, e por permitir uma aproximação inicial com o estranhamento de uma leitura fragmentada, devido a seu texto lacunar, repleto de hesitações, retomadas, abandonos; marcas dos “passos e impasses”¹³ de seu autor.

13 Esta expressão é utilizada por Silveira (2009).

LIVROS

SILVEIRA, E. *As marcas do movimento de Saussure na fundação da linguística*. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

Este livro tem pelo menos dois grandes méritos: a sua condição de obra pioneira no Brasil voltada à análise dos manuscritos saussurianos, e a qualidade e originalidade da discussão em torno do *movimento* de Saussure na fundação da linguística moderna. Cláudia Lemos (2009, p. 12), autora do prefácio, resume assim seu valor: “a arguta e original reflexão de sua autora [...] não se detém na reconstituição de fatos ou passos, mas, ao contrário, busca destituí-los de sua consistência imaginária, dando a ver o que a história e a ciência apagam”. Trata-se, efetivamente, de uma obra *essencial*.

SOUZA, M. de O. *Os anagramas de Saussure: entre a poesia e a teoria*. Uberlândia: Edufu, 2018.

Conforme lemos no prefácio, o livro de Marcen Souza inaugura a bibliografia brasileira a respeito das pesquisas saussurianas sobre os anagramas nas poesias grega e latina, articulando-as com as elaborações teóricas do genebrino sobre a Linguística Geral, demonstrando que suas preocupações com a linguagem não estabeleciam limites estanques entre a poesia e a teoria. Este livro, que teve origem na dissertação de mestrado do autor desenvolvida na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), reúne ainda uma importante lista de referências sobre o tema, auxiliando o percurso daqueles que se dispuserem a explorá-lo.

FLORES, V. do N. *Saussure e a tradução*. Brasília, DF: Editora UnB, 2021.

A apresentação de Flores (2021, p. 11) a seu livro é taxativa e não deixa dúvidas sobre suas convicções: “é possível derivar da linguística de Ferdinand de Saussure uma potente reflexão sobre a tradução”. O autor defende que a crescente divulgação de manuscritos associada aos estudos filológicos atuais permite renovar a interpretação sobre a fortuna teórica do genebrino, abrindo o campo para as questões relativas à tradução. Além disso, sabe-se hoje que Saussure era um

tradutor e que “[...] essa atividade se coaduna com o seu pensamento acerca da linguagem, da língua e das línguas”. (FLORES, 2021, p. 11) Este, portanto, é mais um campo fecundado pelas reflexões saussurianas.

FIORIN, J. L.; BARBISAN, L. B.; FLORES, V. do N. (org.). *Saussure: a invenção da linguística*. São Paulo: Contexto, 2013.

Esta coletânea, lançada por ocasião do centenário de morte de Saussure, traz textos de: Carlos Piovezani, Cristina Altman, Eliane Silveira, Hozanete Lima, José Luiz Fiorin, Leci Borges Barbisan, Marcio Alexandre Cruz, Maria Fausta Pereira de Castro, Maria Francisca Lier-DeVitto, Mônica Nóbrega, Raquel Basílio e Valdir do Nascimento Flores. A corajosa proposta do livro de discutir o pensamento do genebrino de diferentes ângulos e posições teóricas enriquece o debate e cria as condições para que os organizadores convidem o leitor para que, “[...] inspirado em Saussure, não deixe de criar pontos de vista sobre a língua”. (FIORIN; BARBISAN; FLORES, 2013, p. 19)

FARACO, C. A. (org.). *Efeito Saussure: cem anos do Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Parábola, 2016.

Esta coletânea reúne textos de Marcio Alexandre Cruz, Maria Fausta Pereira de Castro, Valdir do Nascimento Flores, Beth Brait, José Luiz Mercer, Luiza Milano, Leci Borges Barbisan, José Luiz Fiorin e Eliane Silveira. A diversidade dos temas tratados dá testemunho do “efeito Saussure” – isto é, do Saussure representado pelo *CLG* – sobre a reflexão linguística moderna, passados 100 anos de seu lançamento. O livro é ainda um convite para que o texto de 1916 continue a ser lido, “[...] agora em articulação com os inúmeros manuscritos de Saussure” (FARACO, 2016, p. 24) colocados ao alcance do público.

CRUZ, M. A.; PIOVEZANI, C.; TESTENOIRE, P.-Y. (org.). *Saussure, o texto e o discurso: cem anos de heranças e recepções*. São Paulo: Parábola, 2016.

Esta coletânea traz textos de Christian Puech, Luiza Milano, Valdir do Nascimento Flores, Marcio Alexandre Cruz, Carlos Piovezani, Pierre-Yves Testenoire, Driss Ablali, Rosana de Angelis, François Rastier, Clemilton Lopes Pinheiro e

Jean-Jacques Courtine. A perspectiva adotada privilegia a discussão sobre as diversas heranças e recepções do *CLG* ao longo de seus 100 anos, com destaque para o papel desempenhado pelas ideias do genebrino no desenvolvimento das noções de texto e de discurso. Para esta coletânea, foram convidados a participar importantes pesquisadores internacionais que tiveram seus trabalhos traduzidos para o português, ampliando sua divulgação entre nós.

NORMAND, C. *Saussure*. Tradução de Ana de Alencar e Marcelo Diniz. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

Neste belo livro, Normand se propõe uma “missão”: estimular a leitura do *CLG*, tal qual foi publicado em 1916, sem ceder ao que chama de “[...] argumento, tendenciosamente terrorista, dos ‘originais’”. (NORMAND, 2009, p. 22) O livro é, de fato, um convite a que se retorne a Saussure, feito através de um texto leve, mas extremamente rigoroso que enfrenta sem simplificações as sofisticadas elaborações teóricas do genebrino sobre a Linguística Geral. Sua leitura é absolutamente recomendável para os que querem se iniciar no campo dos estudos saussurianos e “[...] usar com toda liberdade essa herança histórica”. (NORMAND, 2009, p. 22)

BOUQUET, S. *Introdução à leitura de Saussure*. Tradução de Carlos A. L. Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2004.

O livro de Bouquet, ao contrário do que seu título sugere, não corresponde, propriamente, a uma “introdução à leitura de Saussure” nos termos em que estamos habituados. Trata-se, ao contrário, de uma reconstrução desta leitura a partir da convicção do autor de que os editores do *CLG* *deformaram* e *falsearam* o pensamento do mestre e que, portanto, é preciso rereer o genebrino “em sua letra original”, prescindindo da edição de 1916. Bouquet é, sem dúvida, um autor polêmico, mas seu livro é intelectualmente estimulante e enfrenta com rigor temas relacionados à epistemologia da área que são sempre muito bem-vindos.

DEPECKER, L. *Compreender Saussure a partir dos manuscritos*. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2012.

O objetivo deste livro é bastante explícito desde seu título: retornar a Saussure através de seus manuscritos, analisando detalhadamente seus principais escritos sobre a Linguística Geral. O autor adota em seu texto um estilo leve que convoca o leitor à reflexão. Há ainda uma clara preocupação de facilitar o trajeto daqueles que se arriscam a adentrar no vasto “continente do saussurianismo”.¹⁴ O livro traz uma preciosa lista de referências separadas por categorias (obras de Saussure, principais fontes manuscritas, cartas, manuscritos dos estudantes, edições do *CLG*, comentários de Saussure); um “Glossário das principais noções e dos sentidos mais usuais nos e segundo os manuscritos”; uma “Breve cronologia intelectual da vida de Saussure”; uma “Breve cronologia da aventura das notas manuscritas de Saussure e as de seus estudantes” e um Índice remissivo.

ARTIGO EM PERIÓDICO

CRUZ, M. A filologia saussuriana: debates contemporâneos. *Alfa*, São Paulo, v. 53, n. 1, p. 107-126, 2009.

Neste artigo, Cruz discute de forma bastante esclarecedora a filologia saussuriana, isto é, a reunião de trabalhos voltados à reconstituição do pensamento de Saussure relativamente à Linguística Geral. Assumindo uma perspectiva histórica, procura reconstituir o contexto de emergência desta filologia, recuperando suas motivações iniciais e contemporâneas, analisando a posição contrastante de R. Engler e de S. Bouquet.

14 Esta expressão é usada por Cruz (2009).

NOTAS FINAIS

Nesta parte, gostaríamos de listar alguns números temáticos em torno da fortuna teórica de Saussure publicados por revistas nacionais e que são facilmente acessíveis para os leitores. Ao final, indicamos alguns *sites* de interesse.

LETRAS & LETRAS. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, v. 25, n. 1, jan./jun. 2009. Um século com a teoria do valor: 1909-2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/letraseletras/issue/view/1089>.

CADERNOS DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, v. 52, n. 1, jan./jun. 2010. El legado de Ferdinand de Saussure sobre la subjetividad y el lenguaje. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/issue/view/458>.

INVESTIGAÇÕES: Linguística e teoria literária. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, v. 26, n. 2, jul. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/issue/view/23/showToc>.

MATRAGA: Estudos linguísticos e literários. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v. 21, n. 34, jan./jun. 2014. Saussure e a linguística novecentista. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/issue/view/1046>.

GROATÁ. Niterói: Universidade Federal Fluminense, v. 22, n. 44, set./dez. 2017. Da língua ao discurso: paradigmas teóricos. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/issue/view/1768>.

D.E.L.T.A. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, v. 34, n. 3, 2018. Estudos saussurianos hoje. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/issue/view/1767>.

LEITURA. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, v. 1, n. 62, jan./jun. 2019. Novo retorno a Saussure. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/issue/view/308>.

TODAS AS LETRAS. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, v. 22, n. 2, maio/ago. 2020. Dossiê Curso de Linguística Geral. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/issue/view/671>.

Sites de interesse

GRUPO DE PESQUISA FERDINAND DE SAUSSURE. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. Disponível em: <https://saussure.com.br/>.

GT ESTUDOS SAUSSURIANOS. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <http://anpoll.org.br/gt/estudos-saussurianos/>.

ESTUDOS SAUSSURIANOS E BENVENISTIANOS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, c2020. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/saussure-benveniste/>.

CERCLE FERDINAND DE SAUSSURE. Université de Berne, Berne, c2022. Disponível em: www.cercleferdinanddesaussure.org/.

TEXTO! TEXTES & CULTURES: Saussurismes et sémiotiques. Institut Ferdinand de Saussure, Paris, c2006. Disponível em: <http://www.revue-texto.net/index.php?id=60>.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, C. *A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas, 1998.

BALLY, C.; SECHEHAYE, A. Prefácio à primeira edição. In: SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916]. p. 1-4.

BENVENISTE, É. Saussure após meio século (1963). In: BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes: Editora Unicamp, 1995 [1966]. p. 34-49.

BOUQUET, S.; ENGLER, R. Prefácio dos Editores. In: SAUSSURE, F. de. *Escritos de Linguística Geral*. Organizado por S. Bouquet e R. Engler. Tradução de Carlos Leuba Salum e Ana Lucia Franco. São Paulo: Cultrix, 2004 [2002]. p. 11-18.

CALVET, L.-J. *Saussure pró e contra: para uma linguística social*. Tradução de Maria Elizabeth Leuba Salum. São Paulo: Cultrix, 1977 [1975].

CRUZ, M. A filologia saussuriana: debates contemporâneos. *Alfa*, São Paulo, v. 53, n. 1, p. 107-126, 2009.

FIORIN, J. L.; BARBISAN, L. B.; FLORES, V. do N. (org.). *Saussure: a invenção da linguística*. São Paulo: Contexto, 2013.

FLORES, V. do N. *Saussure e a tradução*. Brasília, DF: Editora UnB, 2021.

GODEL, R. *Les sources manuscrites du Cours de Linguistique Générale de F. de Saussure*. Genève: Librairie Droz, 1957.

ILARI, R. O estruturalismo linguístico: alguns caminhos. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2005. v. 3, p. 53-92.

LEMOS, C. Da morte de Saussure o que se comemora? *Revista Psicanálise e Universidade*, São Paulo, n. 3, p. 41-51, 1995.

LEMOS, C. Prefácio. In: SILVEIRA, E. *As marcas do movimento de Saussure na fundação da linguística*. Campinas: Mercado de Letras, 2009. p. 11-13.

MILNER, J.-C. Saussure. Retorno a Saussure. In: MILNER, J.-C. *El periplo estructural: figuras y paradigma*. Tradução de Irene Agof. Buenos Aires: Amorrortu, 2003 [2002]. p. 15-44.

- NORMAND, C. *Saussure*. Tradução de Ana de Alencar e Marcelo Diniz. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- PÊCHEUX, M. Sobre a (des)construção das teorias linguísticas (1982). Tradução de Celene M. Cruz e Clémence Jouët-Pastré. *Línguas e instrumentos linguísticos*, [s. l.], n. 2, 1998.
- RODRIGUES, N. *Ciência e linguagem: uma introdução ao pensamento de Saussure*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- SALUM, I. N. Prefácio à edição brasileira. In: SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916]. p. XIII-XXIII.
- SAUSSURE, F. de. *Cours de linguistique générale*. Edition critique par R. Engler. Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1968. Tome 1.
- SAUSSURE, F. de. *Cours de linguistique générale*. Publié par C. Bally et A. Sechehaye avec la collaboration d'A. Riedlinger. Édition critique préparée par Tullio de Mauro. Paris: Payot & Rivages, 1985 [1967].
- SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. Organizado por C. Bally e A. Sechehaye com a colaboração de A. Riedlinger. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].
- SAUSSURE, F. de. *Deuxième cours de linguistique générale: 1908-1909*. D'après les cahiers d'Albert Riedlinger et Charles Patois, édité par Eisuke Komatsu et George Wolf. Oxford: Pergamon, 1997.
- SAUSSURE, F. de. *Ecritos de Linguística Geral*. Organizado por S. Bouquet e R. Engler. Tradução de Carlos Leuba Salum e Ana Lucia Franco. São Paulo: Cultrix, 2004 [2002].
- SAUSSURE, F. de. *Premier cours de linguistique générale: 1907*. D'après les cahiers d'Albert Riedlinger. Édité par Eisuke Komatsu et George Wolf. Oxford: Pergamon, 1996.
- SAUSSURE, F. de. *Science du langage: de la double essence du langage*. Éditions des Écrits de Linguistique Générale établie par René Amacker. Genf: Librairie Droz, 2011.
- SAUSSURE, F. de. *Troisième cours de linguistique générale: 1910-1911: d'après les cahiers d'Emile Constantin*. Oxford: Pergamon, 1993.
- SILVEIRA, E. Prefácio. In: SOUZA, M. *Os anagramas de Saussure: entre a poesia e a teoria*. Ubelândia: Edufu, 2018. p. 13-18.
- SOARES, M. Prefácio. In: RODRIGUES, N. *Ciência e linguagem: uma introdução ao pensamento de Saussure*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980. p. 11-14.
- STAROBINSKI, J. *As palavras sob as palavras: os anagramas de Saussure*. Tradução de Carlos Vogt. São Paulo: Perspectiva, 1974 [1971].

CAPÍTULO 4

DEZ OBRAS PARA CONHECER ESTRUTURALISMO

DANNIEL CARVALHO

JOÃO PAULO LAZZARINI-CYRINO

“O estruturalismo não é nem uma teoria nem um método; é um ponto de vista epistemológico”.¹

(HRABÁK, 1942 apud GARVIN, 1964, p. vi, tradução nossa)

INTRODUÇÃO

É no contexto histórico do pós-guerra da década de 1920 que surge uma guinada metodológica no discurso científico. O conceito de *Estruturalismo* surge em oposição à noção romântica de *totalidade*, do universalismo que imperava no discurso científico do século XIX. Devemos, entretanto, dar-nos conta de que as rupturas conceituais não são contemporâneas à sua compreensão. Sendo assim, a noção de Estruturalismo como conceito epistemológico é algo que se definiu mais recentemente. Apesar da associação feita entre as discussões de Ferdinand de Saussure em suas aulas sobre língua e sua estrutura no início do século XX e da ampla discussão sobre estrutura e organicidade linguística nos círculos russo e de Praga, o conceito contemporâneo de Estruturalismo é algo que vai ser alicerçado como fundamento filosófico apenas na segunda metade do século XX.

1 Do original: “Structuralism is neither a theory nor a method; it is an epistemological point of view.”

Em uma mesma década (1910) a Europa e o mundo veem o surgimento de três grandes acontecimentos, que mudariam os rumos da humanidade ocidental: o início e o fim da Primeira Grande Guerra, a Revolução bolchevique na Rússia e o aparecimento da Linguística Estruturalista. As décadas seguintes constituem um período-chave na história das ciências, com o declínio do positivismo como modelo dominante e com descobertas que revolucionariam nossa forma de pensar e de viver, como a *relatividade* e o *inconsciente*.

É com o lançamento do *Curso de Linguística Geral*, em 1916, atribuído a Ferdinand de Saussure que, nas ciências humanas e em especial nos estudos da linguagem, vemos nascer o que compreendemos hoje como Estruturalismo. É no *Curso*, compilado de anotações feitas nos cursos de Linguística Geral ministrados por Saussure no início da década de 1910, por Charles Bally e Albert Sechehaye, que a expressão fundadora do pensamento estruturalista é cunhada: a língua é um sistema no qual tudo está ligado. Nesse sentido, entende-se que em um dado estado de língua, no qual sua história e situações de produção são ignorados, tudo é sistemático, ou seja, uma dada língua será construída por conjuntos intrinsecamente ligados uns aos outros; é um conjunto coerente em que cada termo depende um do outro para seu funcionamento.

Surge um forte movimento no continente europeu que tem como base pensar a noção-chave de estrutura. É desse movimento que se destaca o Círculo de Praga, que reunia diversos pensadores, dentre os quais russos que escapavam da revolução bolchevique na década de 1920. Dentre esses, destacam-se os nomes de Roman Jakobson e Nikolaj Trubetzkoy. Eles foram responsáveis pelo amadurecimento teórico do debate estruturalista europeu no ocidente.

Como apontado em passagem de Witold Mańczak (1970, p. 170), citado por Ernst Frideryk Konrad Koerner (1975, p. 808, tradução nossa, grifo nosso),²

[...] o estruturalismo, longe de ser um movimento homogêneo, se apresenta de formas diversas: seja na fonologia de Trubetzkoy, na glossemática de Hjelmslev, nas concepções de Kuryłowicz ou na gramática geral de Chomsky [...]. A única coisa que une os

2 Do original: "Hardly a homogeneous movement, structuralism took a variety of forms: Trubetzkoy's phonology, Hjelmslev's glossematics, Kuryłowicz's ideas, Chomsky's general grammar [...] The only thing that unites structuralists is that to a greater or lesser extent they all claimed Saussure as their master or at least as their precursor".

estruturalistas é que *todos*, em maior ou menor grau, assumem Saussure como seu mestre, ou pelo menos como seu precursor.

O linguista russo Roman Jakobson, contemporâneo de Saussure, e divulgador das ideias estruturalistas europeias nas Américas, afirma que esse pensamento apareceu como tendência nos diversos cantos da Europa, como pôde ser visto no Congresso Internacional de Haia, na Holanda, em 1928, no qual linguistas de diversas partes do continente reuniram-se para responder a questões comuns sobre língua. Jovens linguistas de diversos países compartilhavam “as mesmas concepções e as mesmas tendências”. (JAKOBSON, 1973, p. 312) Nesse contexto europeu, encontramos dois fortes grupos que se dedicavam à reflexão sobre “estrutura da língua”: o Círculo de Genebra, encabeçado por Charles Bally, discípulo direto de Ferdinand de Saussure, e o Círculo de Praga, cujo principal nome passou a ser Jakobson.

O Estruturalismo discutido por Bally era dedicado à noção de *estrutura sintagmática*, entendida como construção binária de um termo determinado com o seu determinante. (CÂMARA JR., 1967) Ou seja, em uma estrutura linguística, seus elementos são “solidários” uns aos outros, de forma que não pode existir um sem o outro. Tomemos o exemplo dos fonemas em uma língua: um fonema qualquer só tem seu valor, sua interpretação como fonema em comparação com os demais com os quais se associa para a formação de uma palavra. Assim, o fonema /l/ só tem valor de fonema em uma língua como o português ao ser deposto em um conjunto de outros fonemas e assim construir uma unidade maior naquela língua que também seja munido de significação, como a sequência fônicas /f//a//l//e/ e /f//a//ʎ//e/ correspondem a expressões linguísticas diferentes fonologicamente ([ˈfalɐ] e [ˈfaʎɐ]) fala e falha, cujos sentidos são também bastante distintos.

Essa mesma relação sintagmática é observada nos demais níveis de análise da língua. O morfema *-a*, por exemplo, terá seu *valor*, isto é seu significado, definido apenas quando disposto em uma palavra. Assim, *-a* na palavra *fal-a* e na palavra *professor-a* tem significados diferentes: na primeira ele compreende informações de modo verbal (indicativo), tempo (presente), número (singular) e pessoa (terceira), enquanto na segunda, compreende as informações de classe/gênero (feminino). A mesma relação sintagmática será encontrada na distribuição dos elementos lexicais sintaticamente, pois, usando o exemplo anterior *fala*, um item lexical só terá sua interpretação estabelecida quando relacionado

aos demais itens que formam uma sentença: “A *fala* do presidente foi ridícula” e “Ele só *fala* asneira”. Na primeira sentença *fala* corresponde a um substantivo, enquanto na segunda corresponde a um verbo.

Por sua vez, o chamado “Estruturalismo de Praga” pode ser dividido em duas correntes principais: a corrente russa, encabeçada por Jakobson, e a corrente tcheca, cujo principal nome foi Trubetzkoy. O estruturalismo de Praga é principalmente, mas não exclusivamente, conhecido por suas reflexões teóricas acerca da noção de “fonema”. A vertente russa parte do princípio pré-saussureano baudouinista (decorrente do pensamento do linguista polonês Jan Baudouin de Courtenay) que pretendia depreender uma realidade linguística abstrata diante da realidade física da fala. A essa ideia, Jakobson e seus companheiros russos associaram as ideias saussurianas, mas ainda amparados inicialmente pela herança novecentista de uma Linguística Comparativa. Paralelamente, a vertente tcheca, com nomes como Trubetzkoy e Vilém Mathesius, dedica-se a um estudo ahistórico, com forte inspiração na dicotomia sincronia-diacronia de Saussure.

Esse compartilhamento de concepções e tendências é devida, até certo ponto, ao sucesso do lançamento do *Curso* de Saussure e à dedicação desses estudiosos à sua compreensão e desenvolvimento, o que rompeu as fronteiras dos estudos da linguagem. Nas palavras de Paul Garvin, citado por Mattoso Câmara Jr.,

[O estruturalismo] parte da observação de que todo conceito num dado sistema é determinado por todos os outros conceitos do mesmo sistema, e nada significa por si próprio. Só se torna inequívoco, quando integrado no sistema, na estrutura de que faz parte e onde tem um lugar definido. A obra científica do estruturalismo é, portanto, uma síntese da visão romântica – cuja base cognitiva é a dedução a partir de um sistema filosófico que classifica e avalia os fatos a posteriori, e a posição empírica do positivismo – que, ao contrário, constrói a sua filosofia a partir dos fatos que comprovou pela experiência. Para o estruturalista, há uma inter-relação entre os dados, ou fatos, e os pressupostos filosóficos, em vez de uma dependência unilateral. Daí se segue que não se trata de buscar um método exclusivo, que seja o único correto, mas que, ao contrário, ‘o material novo importa em regra numa mudança de procedimento científico’. Da mesma sorte que nenhum conceito é inequívoco antes de

integrado na sua estrutura particular, os fatos não são inequívocos em si mesmos. Por isso o estruturalista procura integrar os fatos num feixe de relações que ponham em evidência a sua inequivocidade dentro de uma superordenação e de uma subordinação. Numa palavra, a estrutura global é mais do que uma sùmula mecânica das propriedades dos seus componentes, pois determina propriedades novas. (GARVIN, 1964, p. viii apud CÂMARA JR., 1967, p. 43)

Assim, vemos a adoção dessa forma de percepção do mundo em diversas áreas do conhecimento, como a Antropologia, a Filosofia, a História, a Sociologia e a Psicologia. Essa perspectiva pode ser resumida aproximadamente como no quadro a seguir:

Quadro 1 – Síntese do método estruturalista

Não atomismo	A totalidade do fenômeno é o objetivo, não suas partes, que funcionam como coadjuvantes.
Interrelações>substância	O conteúdo dos elementos que estabelecem as relações é secundário para a análise estruturalista, sendo sua forma final o ponto de partida.
Estruturas	Relações entre as categorias constituintes do fenômeno ou ainda, as relações de relações.
Universalismo	Existiriam universais em qualquer estrutura fenomenológica, sejam culturais, linguísticas ou comportamentais.
Relações sociais	Apenas fatos sociais são relevantes, em oposição a fatos individuais.
Binarismo/dicotomias	O funcionamento das estruturas, em geral, é explicado a partir de dualismos axiomáticos, formados por elementos que se opõem.
Existência de estruturas profundas	Representações profundas a partir de manifestações superficiais de um dado fenômeno.
Valor relacional	Cada elemento que compõe um objeto fenomenológico só possui seu significado em relação aos demais, seja da mesma categoria, seja das categorias que o formam ou, ainda, de categorias maiores, dos quais são elementos componentes.
Sincronia	As estruturas são atemporais.

Fonte: elaborado pelos autores.

O ESSENCIAL SOBRE ESTRUTURALISMO

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012 [1916].

Esse guia de leitura sobre Estruturalismo linguístico não poderia começar sem o clássico fundador de toda essa discussão. Nas palavras de Rodrigues (1980, p. 40), “[O Curso] é ‘um clássico’ a que sempre se faz referência, mas que não se lê”. E essa sua recomendação é uma tentativa de redenção diante dessa máxima. Como apresentado muito brevemente anteriormente, a historiografia linguística do século XX deve, de alguma maneira, sua existência à obra.

O livro se divide em sete partes, sendo elas: “Introdução”, na qual se discute os fundamentos e princípios da Linguística como ciência, além de questões de representação linguística (fala e escrita); “Apêndice”, no qual se apresentam os princípios de Fonologia; “Primeira Parte – Princípios Gerais”, em que alguns dos mais importantes princípios da linguística saussureana são definidos, como o “signo linguístico”, sua natureza, (i)mutabilidade e dualidade; “Segunda Parte – Linguística Sincrônica”, no qual se propõe a teoria do valor linguístico e as relações sintagmáticas e associativas, essenciais na concepção de estruturalismo como foi difundido no ocidente; “Terceira Parte – Linguística Diacrônica”, na qual questões de mudança linguística são escrutinadas e se apresenta o princípio da analogia como norma para a “evolução” dos sistemas linguísticos; “Quarta Parte – Linguística Geográfica”, cujo finalidade foi discutir diversidade linguística a partir dos conceitos definidos anteriormente; e “Quinta Parte – Questões de Linguística Retrospectiva – Conclusão”, no qual os organizadores enveredam por questões como reconstrução de línguas e questões de língua e raça.

Vale salientar que no ano de 1996, descobriu-se uma série de escritos do próprio Saussure, os quais foram editados por Simon Bouquet e Rudolf Engler e publicados originalmente em francês em 2002, e nos quais alguns conceitos defendidos pelos organizadores do *Curso* são senão refutados, pelo menos relativizados. Sua edição em português foi publicada no Brasil em 2004. (SAUSSURE, 2004)

CÂMARA JR., J. M. O estruturalismo. *Alfa*, São Paulo, v. 11, p. 43-88, 1967.

Nesse texto, o grande J. Mattoso Câmara Jr., precursor de uma Linguística estruturalista brasileira a partir de sua experiência com os fundadores do Estruturalismo, nos agracia com uma bela exposição do estruturalismo linguístico, a partir de um breve histórico do modelo, pontuando as “possibilidades de estruturalismos” na Linguística. O texto é a transcrição de uma sua fala no I Seminário de Linguística de Marília, realizado entre os dias 15 e 19 de agosto de 1966 e promovido pelo Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. O principal objetivo do encontro foi “[...] avaliar o estado atual dos estudos lingüísticos no Brasil, de acordo com as suas tendências mais representativas, decorrendo daqui a proposição de um temário amplo”.³

No texto, Câmara Jr. discorre sobre o surgimento do Estruturalismo linguístico na Europa e seus desdobramentos seja no leste europeu, seja nos Estados Unidos, com os trabalhos de Sapir e Bloomfield. O texto é constituído de seções que tratam do Estruturalismo saussuriano, da estrutura sintagmática, do Estruturalismo de Praga, do Estruturalismo sapiriano, do mecanicismo bloomfieldiano, de Estruturalismo e a Psicologia, da glossemática, do funcionalismo linguístico e do Estruturalismo diacrônico. Por ser o texto de uma conferência, encerra-se com as intervenções (perguntas e respostas), que contaram com nomes como Nelson Rossi, Aryon Rodrigues, Adriano da Gama Kury, Ataliba de Castilho, Maria Teresa Camargo, Inácio Assis da Silva e Maria Antonieta Alba Celani.

CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

Obra póstuma e inacabada de J. Mattoso Câmara Jr., *Estrutura*, como ficou conhecido na área, é uma aula de como se fazer Linguística Descritiva de uma língua natural. O livro trata da estrutura do português a partir de uma análise descritivista da Fonologia e da Morfologia da língua. Apesar de ser abruptamente interrompido devido ao falecimento do autor, *Estrutura* é uma obra essencial para que os estudantes percebam a movência do fazer descrição de língua,

3 Apresentação do volume 11 da revista *Alfa*, sem assinatura, p. 7.

elemento escassamente explorado no curso de Letras atualmente. Apesar de ser taxado por alguns como um trabalho ultrapassado metodologicamente, é essa mesma metodologia que possibilita o entendimento das partes constitutivas das estruturas das gramáticas das línguas e é utilizado para esse fim até os dias de hoje. Recomendamos sua leitura acompanhada de dois artigos de brilhantes linguistas brasileiras: o artigo de Rosa Virgínia Mattos e Silva, publicado em 2005, no volume 34 da revista *Estudos Linguísticos*, sob o título “Meu diálogo constante com Joaquim Mattoso Câmara Jr.”, e o artigo de Yonne Leite, publicado em 2004, no volume 20 da revista *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, sob o título “Joaquim Mattoso Câmara Jr: um inovador”. Os artigos são depoimentos valorosos sobre convivência com o linguista e com seus textos, dentre eles *Estrutura*.

SAPIR, E. *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. Tradução de J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954 [1938].

O mais famoso escrito do linguista e antropólogo estadunidense Edward Sapir é um exemplo de como a corrente estruturalista norte-americana preocupou-se com o caráter psicológico da língua: a fala. No livro, Sapir desenvolve definições do aparato linguístico relacionando-os a seu caráter cultural. O autor, entretanto, afirma, no prefácio do livro, que “[...] [t]em pouco a dizer sobre a base psicológica última da fala e fornece apenas o suficiente dos fatos reais descritivos ou históricos de línguas específicas para ilustrar princípios”. (SAPIR, 1954, p. 7) O livro é dividido em 11 capítulos, que versam sobre princípios da fala, como som e sentido, conceitos e processos gramaticais, língua como produto histórico e cultural, entre outros.

O livro é um clássico do descritivismo relativista ou, como também ficou conhecida, do *relativismo linguístico*, que deságua no perigoso tema do *determinismo linguístico*, ou seja, de que uma língua e sua estrutura limitam e determinam pensamento e pensamento de seus falantes, é um tema que gerou muita controvérsia desde seu surgimento, mas que vem sendo revisto e debatido na atualidade, tais como Lucy (1992) e Gumperz e Levinson (1996).

FONSECA, H. D. C. Influências de Bloomfield sobre a Linguística Moderna. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 42, p. 131-140, 2010. Disponível em: http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/42/8_influencia_de_bloomfield.pdf.

Este é um artigo em português que comenta a obra bastante emblemática do linguista Leonard Bloomfield (1926) “A set of postulates for the science of language”. Trata-se de uma obra de grande influência no estruturalismo americano uma vez que sistematiza o método distribucionalista de análise linguística a partir de uma linguagem matemática, de axiomas e definições. A ideia de se fazer análise linguística por meio de postulados a partir destes axiomas é defendida como uma forma de delimitar o campo de estudo do linguista além de forçá-lo a estabelecer explicitamente o que se assume e a decidir o que pode existir independentemente e o que é interdependente.

Essa forma de trabalhar proposta por Bloomfield terá grande relação com o trabalho de outro estruturalista americano que veremos adiante, Zellig Harris e, por sua vez, influenciará imensamente o desenvolvimento da Gramática Gerativa de Noam Chomsky. Os axiomas e definições de Bloomfield são utilizados até hoje por muitos linguistas na resolução de problemas de análise e descrição linguística.

JAKOBSON, R. *Linguística e Comunicação*. 24. ed. São Paulo: Cultrix, 2008 [1976].

Roman Jakobson foi, sem dúvidas, um dos maiores pensadores estruturalistas. Suas contribuições foram articuladas em uma intrincada colaboração entre a Linguística e a Literatura, a Antropologia, a Teoria da Comunicação, a gramática, a tradução e os estudos sobre distúrbio da linguagem. Em *Linguística e Comunicação*, podemos ter uma amostra dessa articulação. Os ensaios que compõem esse volume são um diálogo entre essas áreas das humanidades. A contribuição dos estudos da linguagem repercute em todas as áreas das ciências humanas e ninguém melhor que Jakobson para demonstrá-lo.

O livro, publicado pela Editora Cultrix, a mesma que edita no Brasil o *Curso de Linguística Geral*, atribuído a Saussure, e o *Dicionário de Linguística*, de Jean Dubois e demais autores, é uma das coletâneas de textos de Jakobson mais populares no Brasil e que ainda são editados, o que facilita sua circulação e acesso.

BAPTISTA, J. *Linguagem e Informação: uma síntese da teoria da linguagem*. Desenvolvida por Zellig S. Harris e ilustrada com exemplos do Português. Faro: Universidade do Algarve, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/328216258_Linguagem_Informacao_Uma_sintese_da_teor_da_linguagem_desenvolvida_por_Harris_S_Harris_ilustrada_com_exemplos_do_Portugues.

Este livro é uma síntese da Teoria da Linguagem que o linguista norte-americano Zellig Harris desenvolveu ao longo de sua vida. O livro resume a publicação de 1991 do linguista, intitulada “A theory of language and information: a mathematical approach”.

Zellig Harris é muito conhecido por ter sido o orientador de Noam Chomsky, mas suas contribuições vão muito além. O linguista é conhecido por levar ao extremo o método distribucionalista de Sapir e Bloomfield em trabalhos como “Methods in Structural Linguistics” (A theory of language 1951) e “From Morpheme to Utterance” (1946). Há em seus trabalhos uma grande preocupação com a metalinguagem e notações da linguística, com o perigo de utilizar categorias *a priori* e basear as análises nelas. Infelizmente boa parte dos linguistas não ouviu Harris, e a linguística acumula hoje uma série de problemas decorrente do uso de categorias *a priori*. Seu trabalho se desenvolveu em torno da ideia, já ventilada por Bloomfield, de que a matemática aplicada aos dados linguísticos pudesse ser a fundação da ciência da linguagem. Isso culminou em suas teorias que conectam ideias da Teoria da Informação (SHANNON, 1948), uma teoria matemática sobre quantificação de informação, à linguística. O livro aqui apresentado é, portanto, uma síntese do resultado final desses desenvolvimentos, com exemplos em português pelo autor Jorge Baptista.

Cabe mencionar que o trabalho de Zellig Harris é bastante influente na linguística computacional e suas ideias estão por trás de muitos dos mecanismos de busca, tradutores automáticos e corretores ortográficos com que lidamos em nosso dia a dia do século XXI.

HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem*. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1975.

Originalmente publicado em 1943 em dinamarquês como *Omkring sprogteoriens grundlæggelse*, o *Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem* é a obra mais conhecida do influente linguista Louis Hjelmslev, fundador do Círculo Linguístico de Copenhague. Hjelmslev critica, neste livro, o caráter fortemente descritivo e muitas vezes anedótica dos trabalhos em linguística de sua época. Seu trabalho desenvolve o signo linguístico de Saussure e forma uma base para uma linguística mais sistemática e racional.

Ao invés de levar em conta o significante e o significado de Saussure, Hjelmslev utiliza os termos plano do conteúdo e plano da expressão e cada um desses planos possui sua respectiva forma e substância. O signo de Hjelmslev é uma função da forma do conteúdo e da forma da expressão. Isso é interessante porque o significado é entendido do ponto de vista da forma do conteúdo e não de sua substância. Apesar de a substância do conteúdo ser importante, a partir do signo linguístico só analisamos a sua forma. O sistema de Hjelmslev é interessante na medida em que pode ser estendido para a análise de imagens, Literatura entre outras manifestações.

SÉRIOT, P. *Estrutura e totalidade: as origens intelectuais do Estruturalismo na Europa Central e Oriental*. Tradução de Marstela Cury Sarian e Mariângela Peccioli Galli Joanilho. Campinas: Editora Unicamp; Cáceres: Editora Unemat, 2016.

O livro é uma leitura do estruturalista a partir da premissa de que o movimento nasceu em Paris, nos anos pós-guerra, como nos adverte o autor no início do prefácio da segunda edição. A obra faz um resgate do debate russo sobre os conceitos estruturalistas, defendendo sua autenticidade e autonomia diante da sua origem ocidental. Contendo um debate mais filosófico, o livro é recomendado como uma lufada de ar fresco sobre a engessada tradição dos Círculos da linguagem (de Praga, de Genebra). Seu principal objetivo é apresentar uma pesquisa epistemológica histórica sobre o surgimento da noção de *estrutura*, reconstruindo uma história até então ignorada no debate acadêmico linguístico.

GONÇALVES, R. T. *Perpétua prisão órfica ou Ênio tinha três corações: o relativismo lingüístico e o aspecto criativo da linguagem*. 2008. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

O relativismo linguístico é uma das hipóteses mais reproduzidas a partir do pensamento estruturalista, seja na Linguística, seja nas demais disciplinas das humanidades. Em sua tese de doutoramento, Rodrigo Tadeu Gonçalves demonstra que a ideia por trás do relativismo linguístico é anterior à Benjamin Lee Whorf e Edward Sapir, a quem a hipótese relativista está associada no pensamento estruturalista, conhecida como “Hipótese Sapir-Whorf”.

Gonçalves remonta à Antiguidade grega, a Protágoras, indicando ali as origens da associação entre estrutura linguística e pensamento. O texto versa sobre o confronto entre universalistas, cuja principal hipótese se baseia no aspecto criativo da linguagem, e relativistas, cujo mote é que língua que falamos influencia na maneira como enxergamos a realidade.

A tese de Gonçalves compõe nossa relação por trazer uma revisão de autores clássicos do Estruturalismo linguístico, como também de autores *neo-whorfianos*, como os denomina o autor. De acesso aberto e em um formato cada vez menos explorado no ensino acadêmico – tese de doutorado –, o texto merece reconhecimento também pela tentativa de explorar de forma clara dois campos filosóficos que formaram uma das mais conhecidas dicotomias nos estudos linguísticos: determinismo linguístico *versus* criatividade linguística.

NOTAS FINAIS

O presente roteiro teve o intuito de despertar a curiosidade dos leitores acerca de um dos capítulos mais importantes e duradouros da história da disciplina Linguística. Sua apresentação procurou contextualizar seu surgimento e desenvolvimento como elemento fundador não só do que entendemos hoje por Linguística, mas de outras disciplinas, tais como a Antropologia, Sociologia, Psicologia e História, que, como a própria Linguística, ainda fazem uso e de forma bastante produtiva desse “ponto de vista epistemológico”.

Reconhecemos, no entanto, suas limitações e a necessidade de atualização porquanto a própria concepção de “ciências” seguiu novos rumos e percebe mundos diversos daqueles de quando as bases estruturalistas foram pensadas.

REFERÊNCIAS

- BLOOMFIELD, L. A set of postulates for the science of language. *Language*, [Washington, DC], v. 2, n. 3, p. 153-164, Sept. 1926.
- CÂMARA JR., J. M. O estruturalismo. *Alfa*, São Paulo, v. 11, p. 43-88, 1967.
- GARVIN, P. *A Prague school reader on esthetics, literary structure, and style*. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 1964.
- GUMPERZ, J. J.; LEVINSON, S. C. *Rethinking linguistic relativity*. Cambridge, CA: Cambridge University Press, 1996.
- HARRIS, Z. S. From Morpheme to Utternace. *Language*, [Washington, DC], v. 22, n. 3, p. 161-183, 1946.
- HARRIS, Z. S. *Methods in Structural Linguistics*. Chicago: University of Chicago Press, 1951.
- HARRIS, Z. S. *A theory of language and information: a mathematical approach*. Oxford: Clarendon Press, 1991.
- JAKOBSON, R. *Essais de linguistique générale: rapports internes et externes du langage*. Paris: Minuit, 1973. t. 2.
- KOERNER, E. F. K. European structuralism: early beginnings. In: SEBEOK, T. A. *Historiography of Linguistics*. The Hague: Mouton, 1975. vol. 13. p. 717-827. (Current Trends in Linguistics, 13).
- LEITE, Y. Joaquim Mattoso Câmara Jr: um inovador. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 20, n. especial, p. 9-31, 2004.
- LUCY, J. A. *Language diversity and thought: a reformulation of the linguistic relativity hypothesis*. Cambridge, CA: Cambridge University Press, 1992.
- MAŃCZAK, W. *Z zagadnień językoznawstwa ogólnego* [= Problemas de Linguística Geral]. Waszawa: Ossolineum, 1970.
- MATTOS E SILVA, R. V. Meu diálogo constante com Joaquim Mattoso Câmara Jr. *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, v. 34, p. 28-43, 2005.
- RODRIGUES, N. *Introdução ao pensamento de Saussure*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980. (Série Ciência e Linguagem).
- SAPIR, E. *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. Tradução de J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954 [1938].
- SAUSSURE, F. *Escritos de Linguística Geral*. Organizado por S. Bouquet e R. Engler. Tradução de Carlos Leuba Salum e Ana Lucia Franco. São Paulo: Cultrix, 2004.
- SHANNON, C. A mathematical theory of communication. *The Bell System Technical Journal*, New York, v. 26, n. 3, p. 379-423, 1948.

DEZ OBRAS PARA CONHECER FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO

EMÍLIA HELENA PORTELLA MONTEIRO DE SOUZA
CRISTINA DOS SANTOS CARVALHO

INTRODUÇÃO

Como uma corrente de investigação linguística, o Funcionalismo surge no século XX, defendendo conceitos, princípios e postulados que se opõem às ideias das abordagens formalistas (estruturalista e gerativista) predominantes nessa época. Assim, o funcionalismo tem sido caracterizado como um modelo teórico que investiga “[...] a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas” (FURTADO DA CUNHA, 2008, p. 157), acentuando a interdependência dos domínios da Sintaxe, Semântica e Pragmática.

Conforme explica Neves (1997), o rótulo *Funcionalismo* recobre diferentes vertentes de estudo. No entanto, independente das suas especificidades, qualquer abordagem funcionalista concebe a língua como um instrumento de interação social e busca explicar as regularidades dos usos linguísticos na dimensão interacional. Nessa perspectiva, na visão funcionalista, gramática e discurso se imbricam: “[...] a gramática é entendida como o sistema formado pelas regularidades decorrentes das pressões do uso”. (MARTELOTTA; VOTRE; CEZARIO, 1996, p. 11)

Quanto ao termo *função*, essa é uma palavra-chave nos estudos funcionalistas, desde a Escola Linguística de Praga, em que se localizam os primeiros trabalhos dessa teoria. Embora seja uma palavra considerada polissêmica para uns, mesmo nos estudos funcionalistas, o que caracteriza o Funcionalismo de Praga, segundo Martelotta e Kenedy (2003, p. 18), é a noção teleológica de *função*, na medida em que “[...] a língua deve ser entendida como um sistema funcional, no sentido de que é utilizada para um determinado fim”. A noção de *função* tem sido redimensionada, acompanhando os avanços teóricos do Funcionalismo. Primeiramente, considera-se que essa teoria se volta para a investigação da relação *função* x *forma* no uso linguístico; na versão clássica do Funcionalismo norte-americano, na abordagem da gramaticalização, a primazia é da *função*, como motivadora da trajetória unidirecional *função* > *forma*. Hoje, segundo Rosário e Oliveira (2016, p. 237), na vertente norte-americana, “temos [...] destacada a correlação de aspectos funcionais e formais na origem e na fixação das categorias linguísticas, traduzida como direcionalidade *função* < > *forma*”.

Nesse contexto, o Funcionalismo Linguístico é um dos modelos teóricos que mais tem avançado, ao se tomar como ponto de partida o seu início no século XX até às primeiras décadas do século XXI, considerando-se a sua configuração contemporânea. Identifica-se, nesse modelo, uma expansão teórica proporcionada, principalmente, pelo desenvolvimento de outras ciências da linguagem, o que tem resultado nas interfaces, em que o Funcionalismo se une a teorias afins, chegando a tomar de empréstimo não só conceitos, mas perspectivas de análise. Um dos enfoques do Funcionalismo de vertente norte-americana, a gramaticalização, que é definida como processo de mudança linguística ou paradigma que trata desse processo, tem possibilitado interfaces no tratamento dos fenômenos de variação e/ou mudança. Portanto, a escolha das obras, que serão aqui apresentadas, levou em consideração essa trajetória do Funcionalismo Linguístico, desde as suas ideias seminais até algumas de suas interfaces contemporâneas.

Seguem as obras selecionadas, seus autores e o resumo de cada uma. Espera-se que este material atenda à expectativa de você, leitor, e estimule a busca por outras leituras, ampliando, cada vez mais, seu conhecimento sobre o Funcionalismo Linguístico.

O ESSENCIAL SOBRE FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO

MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. (org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

A coletânea aborda, à luz do Funcionalismo Linguístico, na vertente norte-americana, o processo de gramaticalização no português brasileiro. O objetivo, como consta na “Introdução”, é

[...] divulgar os resultados das pesquisas sobre o uso da língua, [...] no Grupo de Estudos Discurso & Gramática [...], com vistas a atrair interlocutores que se interessam pelo funcionalismo linguístico em geral, e pela discussão das propostas teóricas e dos resultados empíricos da gramaticalização em particular. (MARTELOTTA; VOTRE; CEZARIO, 1996, p. 9)

Além da “Introdução”, a obra, que reúne diferentes pesquisadores como autores, possui 14 capítulos, “Referências Bibliográficas”, “Anexo”, “Índice remissivo” e “Índice de autores”. Os capítulos fazem uma reflexão mais teórica acerca do Funcionalismo, da gramaticalização e da metáfora (capítulos 1, 2 e 5, respectivamente) e/ou apresentam resultados empíricos de pesquisas sobre fenômenos em processos de gramaticalização e/ou em discursivização (capítulos 3 e 4, 6 a 14). Nas análises empíricas, utiliza-se o *corpus* Discurso & Gramática, composto de textos orais e escritos da língua portuguesa, em distintos subgêneros: narrativa de experiência pessoal, narrativa recontada, descrição de local, relato de procedimento e relato de opinião.

O paradigma da Linguística Funcional é descrito, no capítulo 1, a partir de um dos seus princípios básicos, o de iconicidade, que preconiza a motivação na relação entre forma e significado. Tendo em vista variados exemplos do português e de outras línguas, são discutidos os conceitos de ambiguidade, polissemia e sinonímia, mecanismos de mudança via transferência metafórica com base em trajetórias de deslizamentos semânticos, as possíveis motivações para esses deslizamentos e a relação entre estágios de mudança e perda de iconicidade, transparência.

Embora seja enfatizado no título, o paradigma da gramaticalização, no capítulo 2 são caracterizados os processos de gramaticalização (que motiva a emergência de itens/construções gramaticais) e discursivização (que leva o elemento linguístico a assumir restrições de caráter pragmático e interativo), suas trajetórias de mudança, seus pontos de partida e resultados. São ainda mencionados: os tipos de fenômenos relacionados à gramaticalização e os processos metafóricos e metonímicos envolvidos; e as funções desempenhadas por elementos que se tornam marcadores discursivos.

Uma discussão sobre gramaticalização de combinação de sentenças, mais precisamente, da complementação verbal, é apresentada no capítulo 3. Tomam-se como objeto de estudo verbos proposicionais (*achar, pensar e saber*), emotivos (*querer, deixar e desejar*) e efetivos (*ir, vir, estar, ficar e poder*) em sentenças principais e os seus graus de integração semântico-sintática com sentenças completivas. A conclusão a que se chega, tendo em vista a atuação de alguns parâmetros linguísticos, é que os distintos graus de integração semântico-sintática entre as cláusulas principal e completiva são motivados pelas diferenças estruturais dos verbos proposicionais, emotivos e efetivos.

Uma proposta teórica sobre a base corporal da metáfora a partir da trajetória corpo > mente é defendida no capítulo 5. São citados inúmeros exemplos de transferências metafóricas com ênfase nos sentidos perceptuais de visão, audição, tato, olfato e paladar e no papel da cabeça, do coração e pé.

São ilustrados na obra variados casos, no português, de mudança via gramaticalização em: ordenação vocabular de sujeito e auxiliar-verbo (capítulo 4), processos de repetição (capítulo 6), mecanismos de negação (capítulo 7), operadores argumentativos, com destaque para *ainda* (capítulo 8), gramaticalização de *então* (capítulo 9), *lá* (capítulo 10) e *até* (capítulo 11). Os fenômenos abordados nos capítulos 4 e 6 são examinados levando-se em conta a atuação do princípio de iconicidade. Para explicação dos usos dos itens estudados nos capítulos, parte-se do *cline* de gramaticalização – espaço > (tempo) > texto – postulado por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991).

Também são abordados fenômenos de discursivização, como os da partícula *né?* (capítulo 13) e do verbo *saber* na segunda pessoa do singular – *sabe?* – (capítulo 14). Nesse caso, destacam-se, na trajetória de discursivização, as funções pragmáticas adquiridas por *né?* e *sabe?*, as quais indicam uma maior abstratização de sentido. Uma intersecção entre gramaticalização e discursivização é

apresentada para a trajetória de mudança de usos de *assim* (capítulo 12), ainda com base no *cline* de Heine, Claudi e Hünemeyer (1991).

A *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional* é a primeira obra que trata desse processo no português brasileiro na linha funcionalista. Descreve não só esse processo, mas também o de discursivização a partir de distintos fenômenos linguísticos e variados exemplos do português brasileiro. Ademais, organizadores e autores fizeram/fazem parte do grupo de pesquisa Discurso & Gramática, que mais tem desenvolvido trabalhos sobre gramaticalização em três universidades brasileiras: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

NEVES, M. H. de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

A obra de Neves apresenta uma introdução, sete capítulos, notas e referências bibliográficas. Na “Introdução”, a autora, em linhas gerais, situa o Funcionalismo e diz que não é tarefa fácil caracterizá-lo, já que os estudos mais significativos sobre o assunto se ligam diretamente ao nome dos estudiosos que os desenvolveram, havendo por isso muitos funcionalismos. Embora esses funcionalismos possam ser diferentes uns dos outros, os principais pontos da abordagem são os mesmos, por exemplo, considerar a língua como competência comunicativa. Para ilustrar essa afirmação, Neves cita: Givón (1995), que postula que todos os funcionalistas assumem que a língua não é um sistema autônomo; e Nichols (1984, p. 97), que diz que “a Gramática Funcional, [...] embora analise a estrutura gramatical, inclui na análise toda a situação comunicativa: o propósito do evento de fala, seus participantes e seu contexto discursivo”. Seguem os capítulos, títulos e o extrato dos conteúdos.

No capítulo 1, “A questão das funções da linguagem”, Neves apresenta diversos conceitos sobre função, que foram usados por vários autores, como André Martinet e Mike Dillinger, entre outros. A autora diz que as propostas de conjuntos de funções da linguagem são diversas, nos vários autores da Escola Linguística de Praga, a exemplo de Karl Bühler, Roman Jakobson e Michael Halliday. Esse é um capítulo rico em explanação sobre o termo *função*, assim como sobre os conjuntos de *funções*, na perspectiva funcionalista da linguagem, muitos desses últimos tomados nos trabalhos sobre língua e linguagem.

No capítulo 2, “O funcionalismo em linguística”, Neves trata sobre a Gramática Funcional, sobre o Funcionalismo da Escola Linguística de Praga, sobre o modelo de Simon Dik, referente à interação verbal, dentre outros tópicos. Segundo Neves (1997, p. 15), entende-se a Gramática Funcional, “[...] em geral, por uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social”. Esse é um capítulo de muitas informações sobre a constituição de modelos de interação verbal, o papel dos componentes da Gramática Funcional e os autores proponentes.

No capítulo 3, “As duas correntes do pensamento linguístico: funcionalismo e formalismo”, Neves apresenta posicionamentos de diversos autores sobre os dois paradigmas. Considera como pensamentos que se contrastam:

o funcionalismo, no qual a função das formas linguísticas parece desempenhar um papel predominante, e o formalismo, no qual a análise da forma linguística parece ser primária, enquanto os interesses funcionais são apenas secundários. (NEVES, 1997, p. 39)

Nesse capítulo, há muitas informações sobre as características das duas abordagens, sempre a partir das propostas dos autores.

No capítulo 4, “Modelos funcionalistas”, Neves (1997, p. 55), citando Bechara (1991, p. 1), demonstra como o Funcionalismo era percebido: “[...] servindo para rotular várias modalidades de descrição linguística e de aplicação pedagógica no estudo e ensino de línguas”. Nichols (1984) distingue os funcionalismos em conservador, extremado e moderado e identifica, a partir daí, autores que os representam. Também, nesse capítulo, são tratados, detidamente, o Funcionalismo de Michael Halliday e o de Simon Dik.

No capítulo 5, “Gramática funcional e cognitivismo”, Neves estabelece a relação entre gramática e cognição e diz que esta relação está em várias análises linguísticas clássicas. As relações entre gramática e cognição podem ser identificadas, por exemplo, no uso da metáfora, também na iconicidade, entendida como a relação não arbitrária entre forma e função, ou entre código e mensagem na linguagem humana. Neves reserva boa parte das discussões para a iconicidade e os autores que tratam dessa noção.

No capítulo 6, “O processo da gramaticalização”, são apresentados os pontos mais relevantes que vão caracterizar a gramaticalização como um processo de

mudança linguística. É feita uma retrospectiva dos primeiros estudos da gramaticalização, são descritos os estágios e os princípios da gramaticalização, a metáfora e o protótipo.

No capítulo 7, “A gramática funcional e as diversas áreas de investigação linguística”, Neves, a partir de Dirven e Fried (1987), apresenta uma quantidade significativa de áreas em que há aplicação dos estudos funcionalistas. Também a autora volta a tratar do Funcionalismo vs Formalismo, destacando a questão da aquisição da linguagem, como um ponto de diferenciação entre essas duas abordagens.

Pode-se, então, afirmar que *A gramática funcional* é uma obra de referência sobre o Funcionalismo Linguístico, em que são abordados os temas mais pertinentes sobre o assunto, podendo-se verificar a sua abrangência e os principais autores que têm lidado com esse paradigma.

CASTILHO, A. T. de. A gramaticalização. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 19, p. 25-63, mar. 1997.

No resumo do texto, o autor chama, primeiramente, atenção para o fato de que “[...] os estudos sobre a gramaticalização não se situam claramente numa perspectiva teórica”. (CASTILHO, 1997, p. 25) Tais estudos estavam simplesmente começando aqui no Brasil, e ainda muita coisa estava por se definir. Esse é um texto clássico sobre a gramaticalização, e muitas pesquisas, a partir de seus princípios teóricos, se desenvolveram largamente ao final da década de 1990, entrando no século XXI. A gramaticalização é vista como um processo de mudança linguística, estando seus estudos, em grande maioria, inseridos na abordagem funcionalista, não faltando trabalhos na perspectiva gerativista, nem trabalhos alinhados com a teoria cognitivista da linguagem e com a variação.

Na apresentação do texto, Castilho (1997, p. 25) expressa o objetivo: “[...] examinar criticamente a literatura atual sobre a gramaticalização, propondo no final um plano sistemático de investigações sobre esse e outros processos de criação das expressões linguísticas”. Esses outros processos são a discursivização e a semanticização.

O texto é dividido em três partes: 1) “A gramaticalização na Linguística Contemporânea”; 2) “Estágios da gramaticalização”; e 3) “Princípios da gramaticalização”. Na seção 1, o autor faz uma retrospectiva dos estudos da gramaticalização,

situando-a nos estudos contemporâneos. A seção 2 pode ser considerada a parte mais importante do texto, por ser muito rica na exemplificação dos fenômenos linguísticos que passaram ou passam por processos de gramaticalização. Na seção 3, são apresentados os princípios que podem dar conta dos estágios da gramaticalização.

O que se tem a destacar é que esse artigo de Castilho contém o que há de mais básico e essencial sobre a gramaticalização e que tem se mantido ao longo do tempo. Ele contempla os estágios desse fenômeno, propondo-se a distingui-los dos princípios e a examinar fatos da língua portuguesa sob essa ótica.

Esse é um texto bastante informativo sobre gramaticalização. Embora congregue as ideias iniciais sobre esse processo de mudança linguística, vigentes nas últimas décadas do século XX, seus princípios teóricos, e os conceitos com os quais o autor lida se mantêm na atualidade.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (org.). *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

O livro *Linguística Funcional: teoria e prática* inicia-se com um prefácio, escrito por Anthony Naro. Segue-se a introdução, em que são apresentados os capítulos, que contemplam os princípios e pressupostos do Funcionalismo Linguístico norte-americano, nos quais constam exemplificações e aplicação prática ao ensino-aprendizagem da língua portuguesa no Brasil. É dito que esse é um empreendimento do grupo de pesquisa Discurso & Gramática, e que o *corpus* utilizado por todos os pesquisadores pertence a um banco de dados constituído por esse mesmo grupo. A obra consta de seis capítulos e, em seguida, há uma bibliografia comentada, referências bibliográficas e sobre os autores.

No capítulo 1, “A visão funcionalista da linguagem no século XX”, Mário Martelotta e Eduardo Areas apresentam um histórico do Funcionalismo Linguístico. Assumem três noções básicas que caracterizam a evolução da Linguística no século XX: *sistema*, *estrutura* e *função*. Esclarecem que a noção de *sistema* vem de Saussure e depois esse termo foi substituído por *estrutura*. Mencionam que a noção de *função*, advinda do Círculo Linguístico de Praga, proporcionou a divisão dos estudos linguísticos em dois grandes polos: formalista e funcionalista. Do polo funcionalista, sintetizam não só as noções teóricas mais relevantes que

perpassaram pelas escolas europeias, mas também as principais tendências dos estudos norte-americanos no século XX.

No capítulo 2, “Pressupostos teóricos fundamentais”, Maria Angélica Furtado da Cunha, Marcos Antonio Costa e Maria Maura Cezario começam estabelecendo a diferença entre o Funcionalismo Linguístico contemporâneo e as abordagens formalistas. O Funcionalismo difere das últimas por conceber a linguagem como um instrumento de interação social, em que os domínios da Sintaxe, Semântica e Pragmática são relacionados e interdependentes. Segue a essa parte introdutória, uma abordagem sobre a iconicidade e a marcação, a transitividade e planos discursivos e a informatividade. O capítulo é finalizado com as noções de gramaticalização e discursivização.

No capítulo 3, “A mudança linguística”, Mário Martelotta toma, inicialmente, os princípios de *camadas* e *divergência* de Hopper (1991), para demonstrar a mudança, apresentando exemplificação. Em seguida, trata do Funcionalismo e mudança, enfocando a teoria da gramaticalização. É apresentada a noção de unidirecionalidade, assim como de pancronia – uma forma de perceber a mudança linguística não em uma sucessão temporal apenas. São discutidos, do ponto de vista teórico, exemplos de trajetórias de mudança linguística e questões atinentes à natureza desse processo.

No capítulo 4, “Estabilidade e continuidade semântica e sintática”, Lucia Ferreira discute a questão da estabilidade sintática e semântica na língua e reúne evidências a partir de análise contrastiva de enunciados de diferentes sincronias do português e do latim. A autora afirma que não foram encontradas evidências de que os sentidos mais abstratos e genéricos são derivados dos mais concretos e específicos no curso do tempo e, sendo assim, sugere que as hipóteses unidirecionais de desenvolvimento sintático-semântico precisam ser enfraquecidas.

No capítulo 5, “Linguística funcional aplicada ao ensino de português”, Mariangela Oliveira e Victoria Coelho pretendem oferecer, a partir de pressupostos funcionalistas, alguns subsídios à investigação do português em sala de aula. Inicialmente, as autoras, considerando a documentação oficial, a Lei de Diretrizes e Base (nº 5692/1971), a nova Lei de Diretrizes e Base (nº 9394/1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), verificam o que, principalmente, esse último documento avança nas propostas pedagógicas de ensino de língua portuguesa. Posteriormente, analisam oito textos elaborados por alunos de

séries distintas, nas modalidades oral e escrita e propõem alternativas de tratamento linguístico.

No capítulo 6, “Rumos da linguística funcional”, Maria Angélica Furtado da Cunha, Mariângela Oliveira e Mário Martelotta discutem os caminhos da pesquisa em Funcionalismo, envolvendo questões atuais e futuras. Os autores citam: 1) as tendências de pesquisa identificadas na produção “recente” dos programas de pós-graduação, identificando uma valorização dos estudos do uso da língua em situação de interação; e 2) novas perspectivas de pesquisa, contemplando tópicos desenvolvidos nessa obra. Furtado da Cunha, Oliveira e Martelotta (2003, p. 125) são favoráveis a assumir-se mais de uma abordagem teórica uma vez que “[...] as disciplinas unem-se ou reúnem-se em tendências inter-, multi- e transdisciplinares”, a tônica desta contemporaneidade. Como conclusão, enumeram um conjunto de questões a investigar ou em processo de investigação para pesquisas em linguística funcional.

Na “Bibliografia Comentada”, são apresentadas obras de referência de autores, tais como Furtado da Cunha, Givón, Lakoff, Martelotta, Moura Neves, Oliveira.

Essa obra é de grande relevância nos estudos funcionalistas; os conceitos são muito bem trabalhados, a linguagem prima pela clareza e objetividade e, ao lado da abordagem teórica, há uma vasta exemplificação da língua em uso. Um diferencial desse livro é o fato de existir, nele, uma parte prática de aplicação ao ensino.

GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (org.). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola, 2007.

Essa obra consta de uma apresentação, um prefácio, nota sobre as fontes de onde foram extraídas ocorrências exemplificativas, quatro capítulos, bibliografia comentada e referências bibliográficas. Na “Apresentação”, os organizadores ressaltam que essa é uma obra introdutória aos estudos de gramaticalização e, como tal, são expostos os conceitos da teoria, acompanhados de vasta exemplificação. Há informações gerais sobre os autores, as temáticas desenvolvidas e o público-alvo da obra (alunos de graduação e pós-graduação, professores de língua portuguesa, dos ensinos fundamental e médio) e ainda é apresentada uma súmula de cada capítulo. O “Prefácio” é escrito por Maria Marta Pereira

Scherre, que faz uma homenagem a Maria Luíza Braga, para quem essa obra é dedicada. Fica esclarecido que todos os sete autores, pesquisadores e professores universitários, foram ex-alunos da referida professora homenageada. Na “Nota sobre as fontes de onde foram extraídas ocorrências exemplificativas”, há a indicação dos bancos de dados do português utilizados. Na “Bibliografia comentada”, são descritas obras clássicas, coletâneas e obras brasileiras sobre o tema *gramaticalização*. Seguem os quatro capítulos e seus autores.

No capítulo 1, “Tratado geral sobre gramaticalização”, Sebastião Gonçalves, Maria Célia Lima-Hernandes, Vânia Casseb-Galvão e Cristina Carvalho, na introdução, expõem os conceitos relativos à gramaticalização, entendida como paradigma, ou como processo, da mesma forma que pode ser um fenômeno diacrônico, sincrônico, ou mesmo pancrônico. É dado o conceito de gramaticalização, nas suas origens; na perspectiva de Castilho, a partir de seu modelo multissistêmico e, numa visão mais didática, segundo os autores. Seguem as seções em que são aprofundadas as questões relativas à gramaticalização: “Gramaticalização: breve histórico, definições e tendências”; “O estatuto teórico da gramaticalização”; “O alcance da gramaticalização: do léxico à oração”; “Gramaticalização: uma teoria? Em resumo..”. Os autores concluem o capítulo discutindo a questão do estatuto de teoria dado à gramaticalização por alguns linguistas funcionalistas.

No capítulo 2, “Critérios de gramaticalização”, Sebastião Gonçalves e Cristina Carvalho começam levantando algumas questões sobre a gramaticalização e afirmam que sempre houve uma indecisão quanto a seus limites. A grande questão posta é se os processos que atuam na gramaticalização são diferentes daqueles que levam à mudança em geral. Sobre isso, são apresentados posicionamentos divergentes entre estudiosos. No final dessa parte introdutória, os autores mencionam os objetivos do capítulo:

[...] apresentar os critérios de Lehmann (1995 [1982]) e os de Hopper (1991) como ferramentas que auxiliam na aferição do grau de gramaticalização de itens [...]; e expor os critérios de Lehmann (1988) para a identificação do grau de gramaticalização de orações [...]. (GONÇALVES; CARVALHO, 2007, p. 68)

No capítulo 3, “Estudos de caso”, Sebastião Gonçalves, Sanderléia Longhin-Thomazi, Maria Célia Lima-Hernandes, Nilza Dias, Angélica Rodrigues e Cristina

Carvalho discutem, com base em dados sincrônicos e/ou diacrônicos, resultados de pesquisas desde o nível da palavra até o nível dos processos de combinação de orações. Segue a discriminação dos fenômenos de gramaticalização investigados por cada um dos autores: gramaticalização das conjunções *logo*, *assim* e *porém*; gramaticalização de construções, o caso de *quer dizer* e *construções do tipo “foi fez”*; nos processos de combinação de orações, estudo das orações completivas de verbos causativos e perceptivos e diferentes orações que manifestam relação de temporalidade.

No capítulo 4, “Gramaticalização e ensino”, Vânia Casseb-Galvão e Maria Célia Lima-Hernandes, na introdução, buscam aproximar dois vieses, a gramaticalização e a Sociolinguística, para o tratamento da mudança. Para tanto, retomam alguns pontos das definições sobre gramaticalização, sobre os pressupostos teóricos, sobre os princípios para, aos poucos, “[...] ir construindo um caminho para o tratamento pedagógico do tema”. (CASSEB-GALVÃO; LIMA-HERNANDES, 2007, p. 158) As discussões empreendidas se voltam, primeiro, para o âmbito universitário, visando à formação do acadêmico-pesquisador, e, depois, para a prática de ensino de língua portuguesa no Ensino Médio. As autoras procedem à análise de alguns livros didáticos, verificam os seus limites na abordagem de questões linguísticas e apresentam uma proposta para tratamento dos verbos *achar* e *parecer* em aulas de língua portuguesa, a partir dos livros didáticos analisados.

Esse livro prima pela ampla abordagem da gramaticalização. Contemplam-se todos os níveis de análise linguística, das palavras avançando para a gramaticalização de construções e de orações. Apresenta, além de uma atualização teórica e metodológica, propostas didáticas a partir da teoria da gramaticalização.

FURTADO DA CUNHA, M. A. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 157-176.

Trata-se de um capítulo introdutório ao Funcionalismo Linguístico que enfoca diferentes modelos dessa área tendo em vista seus dois grandes polos: o europeu e o norte-americano. O texto, na parte inicial, apresenta uma caracterização geral do Funcionalismo quanto ao seu objetivo, à concepção de linguagem adotada e ao tipo de dados utilizados na análise e sinaliza divergências entre essa abordagem e propostas formalistas (Estruturalismo e Gerativismo) e entre modelos funcionalistas antigos e atuais.

Em duas extensas seções, Furtado da Cunha discute o percurso de desenvolvimento do Funcionalismo europeu e norte-americano. Na Europa, as ideias seminais do Funcionalismo são encontradas dentro do Estruturalismo, na Escola de Praga, cujos membros (Vilém Mathesius, Nikolaj Trubetzkoy, Roman Jakobson) passaram a ressaltar a função das unidades linguísticas na Fonologia e Sintaxe. A visão funcionalista se estende a outros grupos de linguistas na Escola de Genebra (Charles Bally e Henri Frei), Escola de Londres (Michael Halliday) e Holanda (Simon Dik). Nos Estados Unidos, embora o nome de Dwight Bolinger seja considerado um dos precursores do Funcionalismo, é na década de 1970 que surgem estudos declaradamente funcionais, como os de Gillian Sankoff e Penelope Brown e de Talmy Givón. Posteriormente, também se destacam outros linguistas americanos (Sandra Thompson e Paul Hopper) e um grupo alemão de linguistas (Bernd Heine, Tania Kuteva, entre outros) que segue princípios e categorias de análise da corrente norte-americana (descritos em distintas seções do texto): informatividade, iconicidade, marcação, transitividade e plano discursivo e gramaticalização.

Ainda na parte sobre a vertente norte-americana, a autora explica como se iniciou a tendência de análise funcionalista no Brasil, a partir da década de 1980, por influência de linguistas de alguns grupos de pesquisa: Projeto Norma Urbana Culta, Projeto de Estudo do Uso da Língua (PEUL) e Grupo de Estudos Discurso & Gramática. Entre os pesquisadores, desde os primeiros trabalhos até a fase contemporânea, estão nomes como os de Rodolfo Ilari, Anthony Julius Naro, Sebastião Votre, Mário Martelotta, Mariangela Rios de Oliveira, Maria Angélica Furtado da Cunha e Maria Maura Cezario.

Esse capítulo é um texto de referência para o Funcionalismo ao traçar um panorama histórico das vertentes desse quadro teórico desenvolvidas na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil, com destaque para alguns dos seus expoentes e fundamentos.

MARTELOTTA, M. E. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso.* São Paulo: Cortez, 2011.

O livro faz parte da Coleção Leituras Introdutórias em Linguagem, que se destina a alunos e professores de diferentes áreas (entre elas, Letras, Linguística e Educação) e busca abordar temas essenciais a essas áreas, articulando teoria

e prática. Como o próprio título já indica, trata do processo de mudança linguística – seus mecanismos e suas possíveis motivações – sob a perspectiva teórica que tem sido denominada de linguística centrada no uso. (TOMASELLO, 2005) Está dividido em três capítulos – “A natureza dinâmica das línguas”, “Linguística centrada no uso e mudança” e “Gramaticalização e lexicalização” –, contendo também as seguintes partes: “Apresentação da Coleção”; “Apresentação”; “Considerações finais”; “Desdobramentos do tema”; “Lendo mais sobre o assunto”; “Referências”; “Índice remissivo”.

O objetivo, nas palavras de Martelotta, é analisar as bases da mudança linguística partindo de um velho princípio neogramático do século XIX, também resgatado por Saussure (1975, p. 115): “[...] tudo quanto seja diacrônico na língua não o é senão pela fala. É na fala que se acha o germe de todas as modificações: cada uma delas é lançada a princípio por um certo número de indivíduos, antes de entrar no uso”. O autor nos esclarece que

adotar esse princípio significa aceitar que não há como se estabelecer uma distinção categórica entre o uso da língua e a regras gramaticais que estão na sua base, já que as regras mudam e a mudança se manifesta no uso e por ele se motiva. (MARTELOTTA, 2011, p. 16)

O tema do livro é introduzido ao leitor a partir de uma questão na “Apresentação”, que é retomada no capítulo 1: “Por que as línguas mudam?”. Em relação a esse questionamento, a visão defendida (explicitada no capítulo 1) é que a mudança linguística ocorre em virtude da própria natureza dinâmica e funcionamento das línguas naturais; nesse sentido, entende-se a mudança como “um fenômeno essencialmente funcional”, vinculado a “[...] estratégias comunicativas que os usuários utilizam nos diferentes eventos de usos”. (MARTELOTTA, 2011, p. 27) Entretanto, o autor mostra que, na história da linguística, nas suas diferentes abordagens teórico-metodológicas, nem sempre se teve esse entendimento. Sendo assim, traça um percurso histórico do tratamento científico dado à mudança linguística desde o século XIX, com os gramáticos histórico-comparativos e neogramáticos, passando pelo Estruturalismo saussuriano e Gerativismo, até chegar à Sociolinguística Variacionista. Sobre as posições/contribuições de representantes dessas correntes teóricas quanto à descrição/explicação da mudança

linguística, Martelotta deixa claro que as informações fornecidas no capítulo 1 são importantes para se compreender a visão, esteada em análises baseadas no uso, de linguagem e, por conseguinte, de mudança linguística adotada no livro.

A linguística centrada no uso, tal como definida no capítulo 2, “[...] considera haver uma relação estreita entre a estrutura das línguas e o uso que os falantes fazem delas nos contextos reais de comunicação”. (MARTELOTTA, 2011, p. 55-56) Assumindo que há também uma relação entre contexto de uso e mudança linguística, esse modelo teórico entende que esse processo apresenta uma regularidade no que concerne à atuação de mecanismos cognitivos e sociointeracionais. Vê a mudança de forma integrada, com implicação não só na dimensão formal (fonético-fonológica e morfossintática), mas também na dimensão significativa (Semântica, Pragmática e discursiva) das unidades linguísticas, que são vistas como construções ou pareamentos de forma e sentido.

Alguns processos específicos de mudança linguística – gramaticalização e lexicalização – são abordados no capítulo 3. “Enquanto a gramaticalização leva o elemento a assumir função gramatical, funcional, não referencial, tornando-o mais produtivo, a lexicalização cria um elemento lexical, referencial, menos produtivo” (MARTELOTTA, 2011, p. 118), como demonstram a gramaticalização do substantivo *mente* em afixo e a lexicalização de *colher de chá*. Todavia, o autor nos alerta que esses dois processos não constituem trajetórias contrárias de mudança, mas sim fenômenos com características e causas distintas. Embora diferentes, gramaticalização e lexicalização exibem tendências regulares de mudança quanto à gradualidade, unidirecionalidade e perda de fronteiras e de composicionalidade dos elementos envolvidos. Tais processos, que se manifestam no uso, na interação entre os usuários de uma dada língua, refletem não só a regularidade da mudança, mas também o seu caráter não aleatório.

Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso constitui leitura imprescindível aos interessados no Funcionalismo Linguístico. Representa uma obra inaugural em português no que diz respeito à discussão do processo de mudança linguística à luz da Linguística centrada no uso (fase mais contemporânea do Funcionalismo). Ademais, possui linguagem acessível e um vasto número de exemplos baseados em dados empíricos do português brasileiro para ilustração das reflexões teóricas. Por fim, o autor é um dos grandes nomes do Funcionalismo (vertente norte-americana) no Brasil, com uma vasta produção bibliográfica, que inclui livros autorais, capítulos de livros, artigos e coletâneas.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; TAVARES, M. A. *Linguística funcional e ensino de gramática*. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; TAVARES, M. A. (org.). *Funcionalismo e ensino de gramática*. Natal: EDUFRN, 2016. p. 13-51.

Esse capítulo tem como objetivo “[...] propor uma reflexão sobre as contribuições advindas de preceitos teórico-metodológicos norteadores da linguística funcional e das descobertas empíricas que vêm sendo feitas com base em tais preceitos”. (FURTADO DA CUNHA; TAVARES, 2016, p. 13) Apresenta, além da introdução, duas seções: 1) “Pressupostos, princípios e categorias da linguística funcional”; e 2) “O funcionalismo na sala de aula”.

Na introdução, as autoras criticam o fato de o ensino de português ainda seguir uma orientação normativo-prescritiva e haver uma distância entre a língua ensinada na escola e a usada nas interações cotidianas. Também fornecem pistas de como pode haver uma renovação desse ensino adotando-se a concepção de língua como atividade social determinada por situações comunicativas.

Na seção 1, são discutidos, com base em dados reais do português brasileiro, pressupostos do Funcionalismo norte-americano, destacando-se princípios básicos – marcação, iconicidade e gramaticalização – e as categorias de prototipicidade, transitividade e plano discursivo. A discussão norteia-se pela concepção de *gramática emergente* (HOPPER, 1987) e, por conseguinte, pela relação entre discurso e gramática.

Na seção 2, as autoras defendem que a abordagem funcional, ao considerar a língua em uso e a natureza emergente da gramática, pode contribuir para uma promoção de ensino de língua portuguesa diferente de práticas tradicionais. A partir de conceitos funcionalistas e resultados empíricos de pesquisas, mostram como o professor, assumindo uma perspectiva discursivo-pragmática, pode desenvolver atividades sobre alguns aspectos gramaticais da língua portuguesa: concordância verbal e sujeito; recursos de superlativização; classes de palavras, com destaque para adjetivos, advérbios e verbos e para a multifuncionalidade do item *onde*; transitividade. Tais atividades devem ter, como fio condutor, o trabalho com diversos gêneros textuais (orais e escritos, formais e informais) e, como objetivo, estimular o espírito crítico e reflexivo do aluno.

O grande diferencial desse texto é que ele enfatiza o diálogo entre teoria e prática na sala de aula, demonstrando possíveis aplicações de postulados do

Funcionalismo norte-americano na condução de um ensino mais produtivo da língua portuguesa.

ROSÁRIO, I. da C.; OLIVEIRA, M. R. de. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *Alfa*, São Paulo, v. 60, n. 2, p. 233-259, 2016.

Nesse artigo, Rosário e Oliveira apresentam uma fundamentação teórica e um estudo de caso na interface Funcionalismo x Cognitivismo, na perspectiva da abordagem construcional da gramática. Essa é uma das vertentes de estudos mais atuais do Funcionalismo para verificar processos de mudança linguística. Esse artigo está dividido em três seções.

Na seção 1, são contempladas as versões clássica e contemporânea do Funcionalismo norte-americano voltadas para a questão da mudança linguística. Compreende-se, pois, conforme os autores, que, dos estudos para se verificarem trajetórias de mudança de formas lexicais e gramaticais, paulatinamente foram se agregando outros elementos contextuais, e, a partir de contribuições teóricas, foi-se configurando no que hoje se denomina Linguística Funcional centrada no uso ou Linguística Cognitivo-Funcional. Esse enfoque trouxe consequências para a própria concepção de gramaticalização, “[...] que passa a incorporar de modo mais explícito a dimensão contextual, a cognitiva e a pragmática em suas definições mais recentes”. (ROSÁRIO; OLIVEIRA, 2016, p. 236) Ainda nessa seção, são discutidas as bases do cognitivismo e o conceito fundante de construção gramatical.

Na seção 2, são focalizadas tanto a construcionalização gramatical quanto a construcionalização lexical a partir da proposta teórica de Traugott e Trousdale (2013), que considera três fatores de análise: esquematicidade, produtividade e composicionalidade. Ainda nessa seção, é apresentada uma proposta de hierarquia construcional baseada nos estudos mais recentes sobre os processos de mudança linguística.

A seção 3 destina-se a demonstrar uma análise de um estudo de caso, a construção conectora $LocV_{CONEC}$ formada por locativo mais verbo. São exemplos de $LocV_{CONEC}$: *lá vai, aí vai*. $LocV_{CONEC}$ é classificada como uma construção: 1) complexa, por ser formada por duas subpartes; 2) esquemática, pela alta convencionalização de que se reveste; e 3) procedural, pelo conteúdo gramatical veiculado. (ROSÁRIO; OLIVEIRA, 2016, p. 248) Acrescentam os autores que a

classe dos conectores é considerada mais avançada no *cline* da mudança linguística face a outras de tipo lexical, como nomes ou verbos.

Esse artigo traz uma discussão inovadora ao abordar a questão da mudança linguística em uma perspectiva construcional. O aporte teórico, que une Funcionalismo e Cognitismo, é apresentado de forma clara; o corpo conceitual é todo definido e o estudo de caso, fundamental para o entendimento do processo de expansão contextual e cognitiva de uma dada construção.

OLIVEIRA, M. R. de. Bases cognitivas do funcionalismo e abordagem construcional da gramática. In: DIAS, N. B.; ABRAÇADO, J. *Estudos do português em uso*. Uberlândia: Pangeia, 2020. p. 54-62.

O capítulo, subdividido em quatro seções, além da introdução, objetiva “[...] demonstrar que o Funcionalismo norte-americano, desde sua fase clássica, situada nas décadas finais do século XX, [...], incorpora a seu paradigma teórico uma série de pressupostos com forte componente cognitivista”. (OLIVEIRA, 2020, p. 54)

Na seção “Bases cognitivas do funcionalismo clássico”, a autora esclarece que tais bases já estão presentes nos textos pioneiros do Funcionalismo norte-americano de Bolinger (1977) e Givón (1979), nos tradicionais *clines* de gramaticalização (HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991) e nos princípios de iconicidade e marcação. (GIVÓN, 1979, 1995)

Em “LFCU e a construção gramatical”, Oliveira explica como se efetiva, no século XXI, a articulação entre funcionalismo e cognitismo, na vertente da abordagem construcional da gramática, e quais são as consequências dessa articulação no que tem sido chamado de Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). Entre os fundamentos teóricos, citam-se: a construção (pareamento convencional de forma e sentido) como unidade básica da gramática; análise da construção a partir das propriedades esquematicidade, produtividade e composicionalidade; o equilíbrio da relação entre propriedades funcionais e formais; e a abordagem direcional da mudança linguística.

Em “Metodologia psicolinguística na pesquisa dos usos linguísticos”, explicita-se como vem ocorrendo o diálogo entre a LFCU e a psicolinguística a partir da aplicação de testes que funcionam como instrumentos complementares à análise dos dados empíricos coletados.

Na última seção, “Desafios e rumos de investigação”, a autora nos alerta que, na interface entre Funcionalismo e Cognitivism, via abordagem construcional da gramática, é preciso considerar não só as convergências, mas também as divergências entre esses modelos teóricos. Por fim, menciona algumas tendências de investigação na LFCU, que “[...] destacam e fortalecem o viés cognitivista da LFCU, sem contudo perder de vista sua marca funcional”. (OLIVEIRA, 2020, p. 60)

Esse texto apresenta uma discussão inovadora ao detalhar pressupostos de orientação cognitivista em conceitos e princípios do Funcionalismo norte-americano, desde a sua fase clássica até a fase contemporânea (LFCU), além de tratar de outra tendência de interface, nas pesquisas atuais, entre a LFCU e a psicolinguística.

NOTAS FINAIS

As dez obras aqui listadas como essenciais para uma introdução em Funcionalismo Linguístico se distribuem entre livros autorais, coletâneas, capítulos de livros e artigos publicados em periódicos. Tendo em vista o público-alvo – os estudantes de graduação – deste *GuiaLET*, a seleção dessas obras norteou-se pelos seguintes critérios: 1) produção de textos por linguistas brasileiros(as); e 2) linguagem acessível e apresentação de variados exemplos para as questões teóricas discutidas. Também foram considerados outros aspectos: o fato de algumas obras serem pioneiras na área, no Brasil; e o ano de publicação da obra, havendo um interstício temporal de 24 anos desde a primeira até a última obra selecionada (1996-2020).

Essas obras, ao caracterizarem o(s) Funcionalismo(s) Linguístico(s), nem sempre adotam a mesma perspectiva de abordagem: algumas destacam os polos europeu e norte-americano (FURTADO DA CUNHA; OLIVEIRA; MARTELOTTA, 2003; FURTADO DA CUNHA, 2008) ou os modelos funcionalistas com base nas suas figuras mais representativas (NEVES, 1997); outras centram-se em uma vertente (a norte-americana) e distinguem as suas fases clássica e contemporânea. (OLIVEIRA, 2020; ROSÁRIO; OLIVEIRA, 2016) Quanto a alguns dos fenômenos linguísticos abordados, enfocam-nos a partir de diferentes processos de mudança linguística: lexicalização e/ou gramaticalização e/ou discursivização. (CASTILHO, 1997; GONÇALVES; LIMA-HERNANDES; CASSEB-GALVÃO, 2007; MARTELOTTA; VOTRE; CEZARIO, 1996; MARTELOTTA, 2011) No conjunto das obras,

a ênfase é dada à gramaticalização, que, além de um tipo de mudança linguística, representa um paradigma muito caro ao Funcionalismo norte-americano. Alguns textos ainda discutem o diálogo estabelecido entre: 1) o Funcionalismo contemporâneo e outras correntes teóricas da linguística, mais especificamente, o Cognitivismo (na vertente da abordagem construcional da gramática) e a Psicolinguística (MARTELOTTA, 2011; OLIVEIRA, 2020; ROSÁRIO; OLIVEIRA, 2016); e 2) a Linguística Funcional e o ensino de língua portuguesa. (FURTADO DA CUNHA; OLIVEIRA; MARTELOTTA, 2003; FURTADO DA CUNHA; TAVARES, 2016; GONÇALVES; LIMA-HERNANDES; CASSEB-GALVÃO, 2007)

Com a leitura de todo o material indicado, espera-se que o aluno de graduação se aproprie de conhecimentos teóricos referentes ao objeto de estudo, conceitos, postulados básicos e abordagens do Funcionalismo Linguístico. Almeja-se ainda que esse aluno, como futuro pesquisador e/ou professor, compreenda como podem ser realizadas investigações de um dado fenômeno linguístico sob o prisma funcionalista e quais têm sido as contribuições desse modelo teórico para o ensino de língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

- BECHARA, E. Gramática funcional: natureza, funções e tarefas. In: NEVES, M. H. de M. (org.). *Descrição do Português II*. Araraquara: FCLAR, 1991.
- BOLINGER, D. *Meaning and form*. London: Longman, 1977. (English Language series, 2).
- CASSEB-GALVÃO, V. C.; LIMA-HERNANDES, M. C. Gramaticalização e ensino. In: GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (org.). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola, 2007. p. 157-195.
- CASTILHO, A. T. de. A gramaticalização. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 19, p. 25-63, mar. 1997.
- DIRVEN, R.; FRIED, V. Introduction. In: DIRVEN, R.; FRIED, V. (ed.). *Functionalism in Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1987. p. viii-xvii.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 157-176.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; TAVARES, M. A. Linguística funcional e ensino de gramática. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; TAVARES, M. A. (org.). *Funcionalismo e ensino de gramática*. Natal: EDUFERN, 2016. p. 13-51.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (org.). *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

- GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.
- GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.
- GONÇALVES, S. C. L.; CARVALHO, C. dos S. Critérios de gramaticalização. In: GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (org.). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola, 2007. p. 67-90.
- GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (org.). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola, 2007.
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. et al. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- HOPPER, P. Emergent grammar. In: ANNUAL MEETING OF THE BERKELEY LINGUISTICS SOCIETY, 13., 1987, Berkeley. *Proceedings* [...]. Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 1987. p. 139-157.
- HOPPER, P. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (ed.). *Approaches to grammaticalization: theoretical and methodological issues*. Amsterdam: John Benjamins, 1991. vol. 1. p. 17-36.
- LEHMANN, C. *Thoughts on grammaticalization*. Munich: LINCOM EUROPA, 1995 [1982].
- LEHMANN, C. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (ed.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p. 181-225.
- MARTELOTTA, M. E. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.
- MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. (org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos Discurso & Gramática UFRJ, 1996.
- MARTELOTTA, M. E.; KENEDY, E. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (org.). *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 17-28.
- NEVES, M. H. de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NICHOLS, J. Functional Theories of Grammar. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, v. 13, p. 97-117, 1984.
- OLIVEIRA, M. R. de. Bases cognitivas do Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. In: DIAS, N. B.; ABRAÇADO, J. (org.). *Estudos do português em uso*. Uberlândia: Pangeia, 2020. p. 54-62.
- ROSÁRIO, I. da C.; OLIVEIRA, M. R. de. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *Alfa*, São Paulo, v. 60, n. 2, p. 233-259, 2016.
- SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- TOMASELLO, M. *Constructing a language: a usage-based theory of language acquisition*. Cambridge: Harvard University Press, 2005.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

DEZ OBRAS PARA CONHECER GRAMÁTICA

MARIA HELENA DE MOURA NEVES
ANDRÉ VINÍCIUS LOPES CONEGLIAN

“Na mais simples definição, gramática é parte da linguagem”.¹

Halliday (1996, p. 4, tradução nossa)

INTRODUÇÃO

Quando falamos de gramática, falamos de quê, exatamente? Na percepção geral, gramática é aquilo que uma pessoa precisa saber para se comunicar bem. Não é incomum ouvir comentários como “Não sei português, nunca fui bem em gramática na escola”. O que comumente se vê é que a relação das pessoas com a gramática é quase de aversão, o que levou um famoso cronista brasileiro a escrever que “A vida é bela, mas tem seus espinhos. Um deles é a gramática”. (DREWNICK, 2015) Se prestarmos bastante atenção aos comentários que as pessoas geralmente fazem sobre gramática, prontamente identificaremos que a percepção do que seja gramática está ligada, invariavelmente, ao desempenho social do uso da linguagem e ao ambiente escolar. Particularmente, é na escola que se instala um entendimento equivocado do que seja gramática. Por exemplo, toma-se gramática como sinônimo de sintaxe, quando se diz que saber gramática é saber fazer análise sintática; ou, ainda, toma-se gramática como sinônimo de ortografia, quando se diz que saber gramática é usar o hífen corretamente

¹ Do original: “In the simplest definition grammar is part of language”.

ou saber quais palavras têm tal ou com tal grafia. O equívoco talvez esteja no fato de que ora se fala de gramática como disciplina, ora se fala de gramática como metalinguagem, e ora, ainda, se fala de gramática como se ela fosse a própria linguagem.

O fato é que, ao longo da nossa vida escolar, construímos uma noção profundamente equivocada do que seja gramática. Especificamente no contexto dos cursos de graduação em Letras, dos quais saem os professores dos diversos graus, pode ser instrutivo tentar estabelecer um amplo quadro dentro do qual professores em formação inicial possam construir um entendimento adequado do que seja essa entidade chamada *gramática*.

Nessa direção, este guia de leituras apresenta dez obras que tratam do tema “gramática” e suas interfaces, por exemplo, com a questão da normatividade, do ensino e da descrição gramatical.

Espera-se que as dez obras examinadas aqui mostrem, como está na epígrafe que abre este texto, que, no sentido mais geral, é com a gramática que se faz linguagem. Para tanto, as obras que aparecem neste guia de leituras constroem um percurso teórico que parte das origens históricas do estabelecimento da disciplina, começando na Grécia Antiga (NEVES, 2005), onde está o marco original ocidental da disciplina gramatical, e passa pelo seu desenvolvimento e instalação na tradição de língua portuguesa. (LEITE, 2007) Assentadas as bases históricas, verificam-se os desdobramentos científicos de uma disciplina gramatical vista com sustentação na Sociolinguística e na Linguística Histórica (TARALLO, 1994), com sustentação em uma visão em que Funcionalismo e Formalismo não se excluem (FRANCHI, 2006) e com sustentação nos estudos textuais. (AZEREDO, 2000) Chega-se às questões do estabelecimento de uma norma linguística (FARACO, 2008), questão a que se liga a consideração da ação escolar sobre gramática, com alertas para o perigo de legitimar-se a circunscrição dessa disciplina a normas atomizadoras e regradoras. (ANTUNES, 2008) Estabelecido esse amplo quadro teórico e prático, são apresentadas duas obras gramaticais de grande representatividade, quanto à descrição da língua, uma delas inovadora na própria tradição da disciplina “gramática” (SAID ALI, 1931) e a outra inovadora nestes tempos atuais, porque destinada à descrição gramatical de fenômenos observados e descritos na língua falada, sem entraves de prescrições. (JUBRAN, 2015) Acresce a particularidade de estar aqui inserida a amostra

de uma obra (CAMARA, 1956) que oferece suas lições de gramática em entradas dicionarizadas, o que abre uma questão relevante sobre exposição gramatical.

O ESSENCIAL SOBRE GRAMÁTICA

NEVES, M. H. M. *A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*. 2. ed. rev. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

Logo na introdução do livro, diz Neves (2005, p. 13) que enquadrar a gramática tradicional “[...] apenas como dogmática, normativa, especulativa, não científica, significa não compreender o processo de sua instituição”. E, na direção de esclarecer equívocos de julgamento como esse, a obra rastreia, em todo o seu percurso, as bases conceituais e culturais sobre as quais se erigiu a disciplina gramatical, reconstruindo, assim, o percurso de reflexão grega sobre a linguagem que possibilitou a instituição da disciplina.

A tese central defendida é a de que

A gramática é uma disciplina que, pelas próprias condições em que surgiu, aparece com finalidades práticas, mas representa um edifício somente possível sobre a base de uma disciplinação teórica do pensamento sobre a linguagem. (NEVES, 2005, p. 14)

São dois os pontos cruciais que marcam a emergência da gramática como uma atividade prática teoricamente sustentada: 1) a situação histórica e cultural do contexto de surgimento dessa disciplina; e 2) a existência de um pensamento teórico desenvolvido sobre séculos de uma rica vivência intuitiva da linguagem entre os gregos. E, ao longo do livro, demonstra-se a sobredeterminação dessas questões.

A disciplina gramatical que surge é produto do período helenístico, fortemente marcado pelo declínio do poderio grego e pelo esforço de preservação dos valores culturais e da própria língua grega, na qual estavam disponíveis obras literárias que haveriam de ser apreciadas no correr dos séculos. Mas havia, também, uma sustentação teórica do pensamento sobre a linguagem, construída, ao longo de um extenso período de tempo, pela reflexão filosófica,

com Platão, com Aristóteles e com os estoicos. Acresce que, com os sofistas, a visão da linguagem ganhara praticidade, e a linguagem se valorizara, porque os sofistas a livravam daquele compromisso com a verdade que lhe conferiam os filósofos, e, assim, ganhava relevância a eficiência do discurso. Afinal, o ponto de chegada à gramática está nos filólogos alexandrinos, que, naquele esforço de preservação da língua, observam e sistematizam os fatos que ela cria.

O importante na questão é que essa noção de fatos da língua, que está implicada na gramática, exige que já esteja processada uma noção de língua, e, para isso, tem de estar processada a noção de uma separação entre a linguagem e as coisas, uma condição básica para o exercício metalinguístico. E, como mostra Neves, os gregos já vinham processando essa separação em toda a sua história, vendo-se, na *Odisseia*, já bem destacadas, a força da ação e a força da palavra, e já bem distinguidos os homens bons de ação e os bons de palavra, só em Zeus existindo a excelência nos dois domínios. É assim que, como mostra Neves (2005, p. 267), nessa gramática emergente, e “segundo os métodos de classificação que o exercício do pensamento teórico permitira desenvolver, os fatos de língua se sistematizam”.

Em linhas gerais, *A vertente grega da gramática tradicional* constrói o percurso teórico que tornou possível o desenvolvimento da disciplina gramatical, mostrando que a experiência da cultura grega com a linguagem, revelada na Literatura e na Filosofia, determinou fortemente a composição dessa gramática que nos foi legada. Percorrendo, na segunda parte da obra, todo esse legado propriamente gramatical, Neves traz o tratamento dos fatos gramaticais que se encontra em Dionísio, o Trácio (no exame da *A arte da gramática*, século I a.C.) e em Apolônio Díscolo (no que pôde ser colhido do que restou de sua extensa obra, do século II d.C., assim como pelo aparato crítico que sobre ela se construiu). Deve ser registrado em destaque que a obra de Dionísio representa a “gramática alexandrina” e que a de Apolônio apresenta pela primeira vez no ocidente uma visão da Sintaxe.

LEITE, M. Q. *O nascimento da gramática portuguesa: uso & norma*. São Paulo: Humanitas: Paulistana, 2007.

O modelo grego de gramática difundiu-se no tempo e no espaço. É inegável a herança grega não só nos modelos atuais de gramática, mas também na própria

ciência linguística. Ocorre que, como defende Leite em seu livro, o legado gramatical grego estende-se para além da metalinguagem, revelando-se, também, no fato de que o estudo da gramática e a composição de obras gramaticais são atividades ligadas à “história do homem e de seu tempo”. (LEITE, 2007, p. 311)

No contexto do estabelecimento da tradição gramatical portuguesa, Leite mostra, por meio de um exame minucioso, que as duas obras inaugurais da gramaticografia portuguesa, *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira (1536), e *Grammatica da língua portuguesa*, de João de Barros (1540), diferem radicalmente no modo pelo qual encaminham a explicitação dos fatos gramaticais. Fernão de Oliveira tocou aspectos não convencionais do modelo clássico (grego) de gramática, não ficando preso às partes do discurso, e por aí obtendo uma descrição da maneira pela qual os portugueses falavam. Por outro lado, João de Barros prendeu-se fortemente ao modelo latino, tratando da língua propriamente dita.

Examinando essas duas obras, Leite defende a original tese de que não é incompatível verificar o modo pelo qual as obras mobilizam a funcionalidade do uso da língua, a partir do “engajamento normativo que os autores assumem quando tecem seus textos”. Essa aparente incompatibilidade, discute ela, repousa sobre a assunção de que a gramática tradicional é, por natureza e por definição, normativa. No entanto, ela mostra inequivocamente que a gramática, como um “elemento de conhecimento dos sistemas do saber”, é um “instrumento linguístico”. (LEITE, 2007, p. 27)

Leite alerta para a questão de que “engajamento normativo” não pode ser entendido como a consolidação de “bom uso”, uma vez que nenhuma das duas gramáticas, efetivamente, contribuiu na exposição de padrões normativos. Verifica também que Fernão de Oliveira se preocupa com a linguagem como um objeto cultural, o que se revela no modo pelo qual ele trata os fatos na sua gramática, enquanto João de Barros, na exposição de uma doutrina gramatical, faz aplicação do modelo clássico à descrição do português.

Na discussão das concepções de *gramática* adotadas nas obras, Leite (2007, p. 227) apresenta um conjunto de temas que podem embutir-se nas concepções apresentadas pelos autores. Ainda que não seja operacionalizado pela autora desta forma, esse conjunto de temas pode servir como roteiro inicial de análise para o estudante que deseja debruçar-se sobre a análise de obras gramaticais. São os temas: 1) a concepção geral e específica de *gramática*; 2) a fixação do

modelo de falante escolhido como fonte de observação linguística; 3) o reconhecimento das modalidades falada e escrita da língua, bem como o modo de realização e percepção que se tem de cada uma delas; 4) a organização e a divisão da matéria gramatical; 5) a citação das partes do discurso e sua hierarquia; 6) a opção teórico-metodológica adotada; e 7) a escolha do modelo.

Com base nesse conjunto de temas, Leite (2007, p. 317) faz um balanceamento geral do nascimento da “linguística portuguesa”, apontando que os autores privilegiaram a língua falada sobre a língua escrita, observaram a língua/linguagem como objeto cultural que é, o que significa que “o uso da língua portuguesa efetivamente praticada foi a base da gramática portuguesa”.

Verifica-se que exames enquadrados numa visão sociocultural do uso linguístico e da gramática como o oferecido por Leite podem revelar aspectos importantes da construção histórica do conhecimento sobre a linguagem e sobre a gramática. Nas palavras finais de Leite (2007, p. 312, grifo da autora), “Graças a *instrumentos linguísticos* [...], é possível ao historiador das ideias reconstruir o percurso da formação de tal metalinguagem e, assim, conhecer a formação do pensamento sobre a língua”.

TARALLO, F. *Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1994.

O livro se apresenta como um manual de Linguística (histórica) da língua portuguesa, oferecendo a história e a estrutura do português no correr dos séculos. Instala-se o objetivo central de “[...] visitar as transformações sofridas pelo nosso sistema linguístico com um programa preestabelecido e com determinadas perspectivas em mente”. (TARALLO, 1994, p. 61)

O autor aponta que o manual se destina a alunos de graduação, mas isso não implica que as lições que se oferecem sejam rasas. Pelo contrário, fica claro que a Linguística, “enquanto ciência da linguagem, é colocada como uma disciplina problematizadora por natureza e por definição” (TARALLO, 1994, p. 9), e isso se reflete no modo como cada capítulo do livro é concebido.

Para os propósitos desta exposição, que se centra na gramática, pinçam-se dois aspectos da obra: o seu enquadre teórico e o seu encaminhamento metodológico.

Ao remontar à história da língua portuguesa, Tarallo procura refletir sobre as condições de funcionamento do sistema linguístico e das características de

sua estruturação. Para tanto, ele invoca um arcabouço teórico que lhe permite verificar historicamente a dinamicidade da estrutura e do funcionamento linguístico. As bases gerais estão na Sociolinguística Variacionista de William Labov e colaboradores, aproveitando ideias e proposições da Linguística Histórica de diferentes tradições. Essa articulação de diferentes encaminhamentos teóricos permite ao autor: 1) fazer uma reconstrução comparada entre vários sistemas linguísticos; 2) reconstruir internamente o sistema linguístico do português, de modo a remontar ao latim; e 3) levar em conta os fenômenos decorrentes do contato do português com outras línguas, especialmente suas línguas irmãs. Do ponto de vista teórico, ficam estabelecidas as bases que, nos termos de Tarallo, possibilitam uma análise “dinâmica” da estrutura e do funcionamento da língua portuguesa.

Nesse enquadre, Tarallo escolhe ancorar suas análises em textos escritos de diversos períodos da história do português. A decisão metodológica de trabalhar com textos pressupõe que “[...] as formas do sistema se encontram em relação dinâmica e estruturante”. (TARALLO, 1994, p. 23) Assim, diz Tarallo (1994, p. 23),

[...] em qualquer ponto do túnel do tempo, em que venhamos a aterrizar, encontraremos um sistema em pleno funcionamento que, por sua vez, apresentará formas residuais do passado mais remoto contracenando com formas mais inovadoras de um futuro.

Aí está, pois, a lição de que é no texto, como produto do uso efetivo da linguagem, que se verifica o sistema linguístico (gramatical) de uma língua em pleno funcionamento.

A obra discute uma variedade de fatos da língua portuguesa, sempre traçando o seu percurso desde o latim, bem como provê explicações consistentes e minuciosamente argumentadas para as mudanças linguísticas. Os fatos gramaticais analisados nos capítulos 9 ao 12 são as perdas morfológicas ocorridas na passagem do latim ao português, os ganhos no quadro dos pronomes pessoais e das preposições, as alterações na sintaxe da ordem e da complementização.

Os últimos três capítulos da obra (capítulos 13 ao 15) destinam-se à aplicação prática do que foi construído ao longo do livro, oferecendo uma variedade rica de textos e de questões-guia para seu estudo.

FRANCHI, C. *Mas o que é mesmo “gramática”*. Organização de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2006.

O texto de Carlos Franchi que aqui se examina, intitulado “Criatividade e gramática”, constitui o capítulo central do livro *Mas o que é mesmo gramática?*² (FRANCHI, 2006, p. 34-101) Em nota de rodapé Franchi explica que um texto dele com o mesmo título desse capítulo havia circulado mimeografado, e que essa nova versão constitui uma reconstrução, corrigindo “inadequações” e adequando “propósitos”. Muito significativamente, ele declara: “Quero ser lido por aqueles a quem dedico este artigo, os professores que ainda insistem em ser professores, apesar de tudo”. Também pede desculpa aos “linguistas” pela “falta de rigor e de modernidade”. (FRANCHI, 2006, p. 34)

Carlos Franchi era um pensador sobre língua e linguagem, e pensava particularmente em gramática, de modo muito peculiar, pelo avesso do banal: pareava a gramática com a criatividade. E talvez ninguém mais tenha aberto o campo da gramática com esse tipo de chave, que põe à mostra justamente o inverso de quase tudo o que está exposto por aí quando o tema é esse.

As incursões reflexivas de Franchi sobre essa gramática correm no plano de uma “liberdade criadora”, e, a partir daí, ele oferece uma série de instigações. Muito singularmente, ele descarta que se deva vincular “criatividade” a “originalidade”, ou a “ruptura de padrões”, chegando a indicar a possibilidade de colocar-se o “[...] comportamento criativo como base de uma revisão curricular”. (FRANCHI, 2006, p. 39)

Quando registra que vai especificamente à “criatividade em linguagem”, Franchi (2006, p. 47-48) vai inequivocamente ao arranjo da língua em função: parte do fato de que o homem “organiza e dá forma a suas experiências”, e que aí fica reproduzido um “[...] processo dialético entre o que resulta da interação e o que resulta do sujeito na constituição dos sistemas linguísticos”. O que ele explicita, quanto à produção da linguagem humana, é, pois, uma organização semântica da experiência que, na interação (aí está o pragmático) encontra modo

2 Essa obra, publicada cinco anos após a morte de Franchi, por organização de Sírio Possenti, completa-se com outros dois capítulos que desenvolvem o mesmo tema central de avaliação do que se possa definir como “gramática”.

de expressão (aí está a sintagmatização), segundo o regramento dos sistemas linguísticos das “línguas naturais” de que o homem se serve, no uso.

Referindo-se aos mais importantes “aspectos” da “criatividade em linguagem”, Franchi aponta que “[...] é por ela que se constituem os sistemas de representação, na indefinida sequência histórica de indefinidos discursos [...]”. O sujeito falante não é alguém que simplesmente se apropria de um sistema dado, ele “o constrói junto com os outros” que com ele falam, com “possibilidades abertas de reforma e recolocação”. (FRANCHI, 2006, p. 56)

Nessa concepção, Franchi (2006, p. 38) defende fortemente que se deve ensinar gramática nas escolas, e, refletindo sobre o “sistema de ensino” em contraponto com “criatividade”, clama por uma “renovação do ensino gramatical”. Duas questões ele invoca, no sentido de fazer que as atividades de gramática escolar se compatibilizem com o aspecto criativo da linguagem: uma diz respeito a “recuperar no estudo gramatical a dimensão do uso da linguagem” e a outra se relaciona às estratégias utilizadas no “ensino” da gramática. E é aí que ele entremeia a questão do “uso”, ou seja, de uma “gramática do uso”, termo que ele lembra já ter sido entendido como relacionado a um “elencamento dos princípios e regras de falar e escrever bem, corretamente”, mas que ele toma no sentido de “uma renovação da retórica”, com uma dimensão política e social”, que ele leva a uma prática escolar, “abrangendo” “língua e discurso”. (FRANCHI, 2006, p. 74-77)

Afinal, fica dito que a noção de criatividade não pode limitar-se a “comportamento original”, a “inspiração”, a “desvio”. Por outro lado, fica dito que “[...] a gramática não somente não é ‘restritiva’ e ‘limitante’, mas é mesmo condição de criatividade nos processos comunicativos mais gerais”. (FRANCHI, 2006, p. 100)

AZEREDO, J. C. *Fundamentos da gramática do português*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

Em *Fundamentos de gramática do português*, Azeredo (2000, p. 12) assenta as bases de um modelo descritivo que seja capaz de dar conta “[...] do mecanismo gramatical do uso corrente do português do Brasil”. A obra se divide em duas partes: na primeira, intitulada “Natureza, estrutura e funcionamento da linguagem”, o autor assenta os pressupostos teóricos necessários para o estudo e a descrição da língua escrita em uso; na segunda, intitulada “Estrutura da

forma gramática”, são oferecidas amostras de fatos da gramática do português nos domínios da Fonética e da Fonologia, da Morfologia e da Sintaxe. Para os propósitos deste exame, o interesse está na exposição dos pressupostos teóricos e das noções mobilizadas para o estudo da gramática da língua escrita em uso.

As duas noções que estão na base do modelo de análise adotado são as de “comunicação” e de “sentido”. É interessante notar que Azeredo assume uma acepção particular do termo *sentido* como “[...] o que nos orienta em nossa relação com o mundo e com os seres e objetos que o povoam”. (AZEREDO, 2000, p. 12) Ele defende que, na produção de enunciados, os interlocutores escolhem os recursos linguísticos (gramaticais e lexicais) que melhor lhes permitam cumprir os seus “objetivos comunicativos”. Aí está uma imbricação entre sentido e comunicação.

Sem se comprometer com um modelo funcional particular, o que lhe permite trabalhar com categorias analíticas mais gerais, Azeredo (2000, p. 17) considera particularmente duas funções da linguagem: a função social, a mais evidente das funções da linguagem, verificada na comunicação e nas interações pessoais, e a função simbólica, que é aquela que permite às pessoas transformar “[...] todos os elementos do mundo em dados da nossa consciência e em assuntos dos nossos discursos”.

Tomando por base essas duas funções da linguagem, Azeredo tenta determinar em um enquadre textual-comunicativo o que é a entidade chamada *gramática*. Diz ele que “o sistema gramatical compreende as unidades portadoras de significado e os recursos formais que regem a combinação dessas unidades nos diferentes níveis da língua”. (AZEREDO, 2000, p. 33) Merece atenção, nessa concepção do autor, que ele confere a condição de sistema à gramática.

Azeredo (2000, p. 25-29) mostra que a organização sintagmática e paradigmática da gramática língua corresponde ao fato de ela ser um “sistema articulado”. Mostra, ainda, que o eixo sintagmático e o paradigmático são interdependentes e que qualquer enunciado é construído com base em dois procedimentos: “[...] a escolha das unidades em diferentes paradigmas e a combinação delas na cadeia do discurso”. (AZEREDO, 2000, p. 27, grifo do autor)

Na direção geral de estabelecer as condições teóricas mínimas para o estudo da língua escrita em uso, o autor assenta, muito alinhadamente com sua visão de gramática, que um modelo para o estudo da língua em uso não pode ser rígido,

porque a língua em uso “[...] se apresenta [...] como algo dinâmico e flutuante [...]”. (AZEREDO, 2000, p. 12)

FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

Dos temas que se ligam diretamente à questão da gramática, os temas da norma e da normatividade estão no centro da relação entre linguagem e sociedade, entre desempenho linguístico e percepção de competência linguística.

Em *Norma culta brasileira*, Faraco discute o que significam, de fato, termos como *norma*, *norma culta*, *norma padrão*, examinando seus usos tanto no contexto acadêmico quanto no contexto social. Com base nesse exame, ele analisa as implicações do estabelecimento de uma norma linguística para a constituição da identidade linguística de uma comunidade e para o ensino de gramática e de língua portuguesa na escola.

Faraco assenta que qualquer reflexão séria a respeito de norma deve considerar que ela é um reflexo de valores socioculturais segundo os quais se constituem as comunidades linguísticas. Se a variação é um fato inerente a toda língua natural, são as instituições sociais que estabelecem normas de bom uso e de regramento do uso da linguagem.

Uma das particularidades do exame de Faraco está no cotejo que faz entre as noções de *norma* no senso comum e no sentido técnico. Ele aponta que, na visão do senso comum, a noção de norma se desdobra em três concepções: 1) ela é o objeto de ensino das aulas de língua portuguesa; 2) ela é sinônimo de *gramática tradicional*;³ e 3) ela é o equivalente de *expressão escrita*. É particularmente interessante o material de que se vale o autor para chegar a essas concepções, pois ele examina com muito detalhe o que vem dito em matérias jornalísticas e em provas de concursos públicos.

O sentido técnico de *norma*, estabelecido com respaldo em uma visão científica da linguagem, consiste na prática comum de comunidades linguísticas. Assim, se a sociedade brasileira é diversa e estratificada, é perfeitamente normal que existam várias normas, cada uma característica de uma comunidade

3 A respeito dessa confusão, mencione-se o estudo histórico de Neves em *A vertente grega da gramática tradicional*, obra examinada neste capítulo.

linguística. Nesse encaminhamento, Faraco submete as noções de *certo* e de *errado*, tão características do pensamento normativista, a uma avaliação científica. E defende muito seguramente que, em um enquadre científico, não há lugar para essas noções, já que elas estão ligadas a um condicionamento inteiramente social dos regramentos de uso da linguagem.

Faraco mostra que a angulação da norma linguística pela vida social da linguagem tem importantes implicações, tanto para o que se ensina quanto para a finalidade do ensino de gramática em contexto escolar. No que diz respeito à finalidade do ensino escolar da gramática e da norma, ele entende que a finalidade do ensino reside na “compreensão do funcionamento interno da língua”, privilegiando-se “uma percepção intuitiva dos fatos”. (FARACO, 2008, p. 158)

O autor deixa claro, contudo, que essa visão não é incompatível com o trabalho escolar com a norma e a metalinguagem, como comumente se defende. Ele levanta argumentos fortes que vão na direção de mostrar que é inconcebível extinguir-se o ensino da metalinguagem gramatical nas escolas, sendo o seu ensino proveitoso na medida em que for conduzido cientificamente e na medida em que estimule a reflexão sobre o funcionamento da linguagem.

Chega-se, afinal, aos nós que precisam ser desatados, são tanto de natureza metalinguística quanto de natureza social, e a obra defende que tentar desatar só os nós metalinguísticos ou sociais pode ser um exercício vazio que gera ainda mais nós.

ANTUNES, I. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola, 2008.

Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho (2008) já se intitula com direcionamento para ação escolar das suas exposições e lições, e a introdução já se abre com esta declaração: “O que pretendo com este livro é trazer para o debate público a questão da gramática e de seu ensino na escola”. (ANTUNES, 2008, p. 15) Quanto à destinação de público, a autora não menciona categorias específicas de leitores, nem os professores (os de língua, ou os de português) nem os profissionais da linguagem, nem os estudantes, pelo contrário, ela visa ao público em geral: quem quer que “[...] pudesse parar pouco para pensar, com olhos de amplidão, nessas coisas da linguagem, da língua, da gramática”. (ANTUNES, 2008, p. 17)

A sequência dos títulos dos capítulos já pode dar um panorama da linha traçada, vista na direção do que a obra propõe oferecer, entretanto eles não serão percorridos aqui, apenas se buscará seguir a linha seguida, que pretende conduzir a um tratamento escolar da gramática que vá “muito além” de visões ingênuas e infundadas sobre a matéria. Assim, não se dispensa a gramática, pelo contrário, fica proposto partir-se dela, e, com ela configurar-se essa ultrapassagem que está no “além de”. Mais que isso, fica implicada uma determinada concepção com que esse termo “gramática” tem de entrar em questão, para que se possa compreender o que significa essa ultrapassagem da gramática.

Antunes já põe a concepção de “gramática” como tema da introdução, partindo da visão crítica de uma gramática que se ligue à “correção de erros” ou a “questões muito pontuais”, e propondo, na direção contrária, “um olhar respaldado pela investigação das ciências da linguagem. Ela lamenta o fato de os “estudos linguísticos” não terem chegado ao grande público, nem mesmo àquele público que teve acesso ao estudo de línguas na escola, e advoga por uma chegada da ciência linguística às proposições de ensino escolar de gramática.

Em toda essa problematização inicial o que fica em aberto (e vai ter de ser deslindado) é a noção da gramática que, na proposta do título, tem de ser excedida (levada “além”), assim como a noção de gramática que deve ser oferecida a quem pense nela sem olhos “tortos”. (ANTUNES, 2008, p. 17) Antunes mostra que já aí há um conflito a esclarecer, e o capítulo 1 do livro – que se denomina “Gramática: uma área de muitos conflitos” – desdobra tais “conflitos” (“internos” e “externos”) da *gramática*, presentes na própria visão de *língua*. Mais uma vez propondo um “ir além de”, a autora assenta ser necessário “reprogramar a mente” de todos os envolvidos, para acertar-se o modo de “enxergar” a língua.

Nessa conjuntura, a obra se põe na via de estabelecer a noção de gramática, e o faz partindo da verificação de que os equívocos são muitos. Discute-se uma série de cinco acepções, que, obviamente, não vão ser percorridas aqui, porque o que interessa é estabelecer qual é a noção (ou quais são as noções) de gramática que tem de ser excedida ou transposta, não se correndo o risco de ficar em um aquém indesejado. Ora, uma indicação como a de que “basta saber gramática para falar, ler e escrever bem” (ANTUNES, 2008, p. 54) é refutável, qualquer que seja a gramática pensada, e, por outro lado, uma indicação como a de que “não é para se ensinar apenas gramática” (ANTUNES, 2008, p. 65) é aceitável, qualquer que seja a gramática pensada. Entretanto, uma indicação

como a de que “o texto (não a gramática)” é “o centro do programa” (ANTUNES, 2008, p. 138), embora digna de apreciação, tem de ter seu entendimento muito bem conduzido, de modo a não entender-se que está aí uma refutação do valor da gramática cientificamente entendida.

Com legitimidade, Antunes (2008, p. 138) põe no centro a atenção ao texto, considerado exatamente “o eixo”, já que “ele é que comanda”. Dentro dessa proposta, ela destaca, afinal, que, “os itens de gramática parecem” (ANTUNES, 2008, p. 138), exatamente porque o texto deve ser analisado em função: no seu gênero, estratégias de composição, distribuição de informações, remissões intertextuais, recursos de coesão, estabelecimento de coerência.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 2. ed. aum. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

Said Ali entra neste conjunto de pensadores da categoria gramática como legítimo representante da figura de um gramático, autor que é de diversas obras assim consideradas,⁴ e, ainda mais, distinguido por marcante pioneirismo dentro da tradição gramatical do país. Mais que isso, ele é, já no primeiro quartel do século XX, um linguista fazendo gramática, devendo-se observar, ainda, que temos dele um artigo já denominado “Estudos de linguística”, publicado na *Revista Brasileira*, no século XIX (1895).

A natureza e as características de sua abrangente produção podem ganhar peso se avaliadas dentro de uma visão do perfil do pensador Said Ali. Como fonte segura de uma avaliação nesse sentido, nada há melhor do que a palavra de Evanildo Bechara, que gozou de sua privacidade e de sua amizade, como “aluno particular” que foi, por muitos anos, desse grande mestre.⁵ Bechara (1962), que atribui a Said Ali “olhos de lince” e “incomparável erudição”, dá conta de que leituras do mestre o teriam levado à atenção para as alterações por que passou a linguagem, em séculos. E o notável laudo desse discípulo é que Said Ali deu soluções para problemas de nossa língua que até hoje temos como definitivas.

4 São três suas obras denominadas como *Gramática elementar* (1923); *Gramática secundária da língua portuguesa* (1923); e *Gramática histórica da língua portuguesa* (1931).

5 Comunicação pessoal.

Sua *Gramática histórica da língua portuguesa*, objeto de interesse, neste texto, é uma publicação que reúne as obras já então existentes *Lexeologia do português histórico*, de 1921, e *Formação de palavras e sintaxe do português histórico*, de 1923. O livro constitui uma amostra do constante pioneirismo de Said Ali, porque ela não é *histórica*, no sentido que esse adjetivo especificador canonicamente tem, junto desse substantivo: ela é uma gramática do português histórico, trazendo uma sistematização de fatos da língua historicamente verificados, no campo da Morfologia Flexional e da Sintaxe.

Também cabe referir, nessa obra, a peculiaridade de o exame histórico dos fatos de língua (e das mudanças da língua) restringir-se ao português, não deslocando a visão para as mudanças que historicamente marcaram a passagem do latim para essa língua. De todo modo, Said Ali não deixa de oferecer nessa obra seus sólidos conhecimentos de história da língua, com a sua introdução denominando-se, exatamente, “História resumida da língua portuguesa”.

No prólogo da *Lexeologia do português histórico*, Said Ali (1931, p. iv) declara sua disposição de “ir diretamente às fontes buscar a solução de problemas”, porque a isto o “obrigava a natureza do trabalho”. E, em uma afirmação de “pesquisador”, admirável para a época, ele declara que seu intuito, ao escrever esse livro, era “[...] expor somente as conclusões a que chegara depois de ler e cotejar muitos e diferentes textos”. (SAID ALI, 1931, p. vi)

Numa direção que facilmente se vê como ligada à língua em função, Said Ali não se furta a criticar “gramáticos” que se aferram “a certos princípios de lógica”, vendo na linguagem um “reflexo perfeito da criação do pensamento”, sem perceber, por exemplo, que “um pensamento não se exprime necessariamente da mesma maneira [...] nas diversas línguas do mundo” e que, se a sequência *esta casa é grande* constitui uma oração é porque o ouvinte a percebe como informação ou opinião sobre a grandeza de certa casa. (SAID ALI, 1931, p. 44-45) E na análise das orações “em que não se menciona senão o predicado”, ele do mesmo modo diz que os “interlocutores” têm a consciência de que “se está falando a propósito de” algo. (SAID ALI, 1931, p. 47-49) Ainda na mesma linha, Said Ali (1931, p. 61) explica o uso do vocativo chamando a atenção para o fato de que, “pelo tom em que é proferido”, esse nome da pessoa a quem o discurso se dirige (ou o equivalente desse nome) confere a um verbo no imperativo “a significação de ‘ouvir’ ou ‘prestar atenção’”. E, afinal, a explicação sobre “concordância” de Said Ali (1931, p. 78) acompanha-se da indicação (incrível para a época) de que

“a linguagem familiar de hoje, espontânea e despreocupada de combinações lógicas e fórmulas gramaticais” faz a sua escolha por predileção, não por regras.

JUBRAN, C. S. (org.). *A construção do texto falado: gramática do português culto falado no Brasil*. São Paulo: Contexto: FAPESP, 2015. v. 1.

A construção do texto falado (2015) é a única obra coletiva que faz parte do conjunto que aqui se analisa. Com coordenação de C. S. Jubran, a obra reúne estudos da equipe “Organização textual-interativa” do projeto Gramática do português culto falado no Brasil – sediado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e coordenado por A. T. de Castilho. Na introdução do volume, Clélia Jubran (2015, p. 35) oferece indicações precisas não apenas sobre a obra em si, mas também sobre: 1) os “desafios” do grupo (por ousar compor uma apreciação textual-interativa de uma gramática do português falado); 2) a “construção do texto falado” (em razão de esse tipo de texto, dentro de um suporte que favorece “descontinuidades”, desenrolar de um “modo contínuo” o fluxo de informação); e 3) a necessidade de selecionar uma “perspectiva textual-interativa” específica para a consideração do objeto (em virtude de a produção oral exigir pesquisas que não dissociem a “dinâmica dos processos formulativos-interacionais sistematicamente envolvidos em sua produção”).

É da segunda indicação que há de partir o entendimento do leitor sobre essa proposta de uma “gramática do português falado” que atesta “predomínio do modo pragmático sobre o sintático” em situações face a face. Por aí vem explicado o ritmo ralentado da progressão temática nos textos analisados, dadas as descontinuidades da fala. Essa característica vem relacionada com o “imediatismo do panejamento da fala”, com o “movimento rápido da sua produção” e com a “flexibilidade da atualização da sintaxe” nesse tipo de produção. “Descontinuidades” é, pois, um dos temas relevantes no decorrer das análises gramaticais apresentadas, porque elas estarão sempre representadas na linguagem falada, especialmente por “interrupções” e “hesitações”. Esses fenômenos se destacam porque, não constituindo processos de “formulação textual” (semântica), não tendo estatuto informacional (pragmática interna), e não fazendo parte da estrutura sintagmática (Sintaxe do corpo do texto), entretanto representam importante papel no complexo das estratégias discursivas que configuram o texto.

Por outro lado, o tema “organização tópica do texto” (parte II) é indicado como a “categoria analítica”, no quadro teórico da perspectiva textual-interativa, e dentro dele o livro trata duas questões relevantes: a tipologia do “par dialógico” pergunta-resposta e a manifestação de “relevo”, esta como o recurso de desenvolvimento do tópico discursivo que permite ao falante salientar ou rebaixar avaliativamente pontos de sua fala, conduzindo o interlocutor a determinadas direções interpretativas.

O tema “processos de construção textual” (parte III) é, por sua vez, um celeiro de considerações sobre as atividades de formulação interpretadas gramaticalmente no livro, entrando em análise inicialmente processos de “reformulação” (algo muito próprio da língua falada), que são três: 1) a “repetição”, que tem papel na organização discursiva, na monitoração da coerência, no favorecimento da coesão, da compreensibilidade e da organização tópica e interacional; 2) o “parafraseamento”, que instala relações de parentesco semântico entre uma “matriz” e sua “paráfrase”, os quais promovem deslocamentos semânticos entre o segmento reformulado e o reformulador, resultando expansões, condensações ou paralelismos formais, dentro de uma mesma unidade tópica; e 3) e a “correção”, que, embora não tenha natureza por si criadora, é estudada pelo que concerne à substituição de opções formulativas.

O tratamento dos demais temas abrigados entre os “processos de construção textual” dá grande importância à “parentetização”, processo que se opera pela inserção, no segmento tópico, de informações paralelas ao tema relevante naquele determinado momento, promovendo, assim, algum desvio no tópico em que se encaixam. Avalia-se a seguir o processo de “articulação tema-rema”, considerado no “limiar entre a abordagem sintática e a textual”, e afinal discute-se a “referenciação”, processo essencial na gramática da língua falada, cuja cadeia referencial tem de ser seguida em uma dinâmica interacional.

Na parte IV estão os “marcadores discursivos”, que têm um papel particular como “mecanismos de organização textual”, exibindo traços identificadores que configuram essa classe particularmente marcadora da natureza interacional do texto falado.

E, afinal, quanto ao todo da obra, ponha-se em relevo o que a introdução diz sobre a adoção de um enfoque “textual-interativo” para dar conta da realidade “múltipla e complexa” da linguagem verbal, particularmente a que é configurada na conversação: “Os estudos apresentados neste volume assumem o

princípio de que os fatores interacionais são inerentes à expressão linguística, pela introjeção natural da atividade discursiva no processamento verbal de um ato comunicativo”. (JUBRAN, 2015, p. 33)

CÂMARA JR., J. M. *Dicionário de fatos gramaticais*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956.

O *Dicionário de fatos gramaticais*, de Câmara Jr. (1956), é uma obra particularmente representativa do tratamento da gramática, dentro da história do pensamento brasileiro sobre a linguagem. Ocorre que a exposição do saber gramatical em verbetes constitui um modo bastante revelador do modo de concepção das categorizações e subcategorizações, assim como revelador do grau de sensibilidade do autor nas acepções que ele monta.

Câmara Jr. pôs-se à vontade para procurar liberdade e rigor nas suas formulações, quando decidiu não se submeter à orientação de uma determinada “nomenclatura gramatical”, porque, assim, diz ele, fica inteiramente livre para instituir como entradas categoriais os substantivos e os adjetivos de sua própria escolha.

Na “Explicação preliminar” da obra já vem indicada uma ligação com o “modelo distante” do *Dicionário gramatical* de João Ribeiro, entretanto declara-se um “plano próprio” e um “propósito bem determinado”. (CÂMARA JR., 1956, p. 11) E é essa explicação (de sete recheadas páginas) que, na exposição que segue, vai ser percorrida, buscando-se um painel da obra. Ou seja, tudo o que for dito a seguir sobre a configuração geral da obra é informação colhida em Câmara Jr., não é nenhuma apreciação resenhadora destes autores.

A obra pretendida não foi um “Dicionário de Linguística geral”, ou seja, um “vade-mécum da ciência da linguagem”, porque, nas reais condições de produção, isso levaria a uma obra “vaga” e “de muito escassa utilidade”. Entendeu-se como “fatos da língua portuguesa”, para serem “dicionarizados em verbetes” particularmente as “entidades classificatórias decorrentes de agrupamento dessas formas por um critério de classificação gramatical” (como *vogal, afixo, desinência, artigo*); os “processos gramaticais”, ou seja, os “processos de que se serve a língua para estruturar suas formas” (como *sufixação e alternância*) e “funcionar na comunicação linguística” (como *solilóquio*). São também abrigadas noções gramaticais como as de “número”, de “gênero”, de “tempo verbal”, de “voz verbal”, que dão

a “fisionomia íntima” de cada língua. E, afinal, são abrigados “os próprios sistemas linguísticos como entidade social” (como os substantivos *falar, dialeto, gíria, língua, português, latim, indo-europeu*). Destaca-se que as entradas não se limitam a fatos gramaticais que se verifiquem no português, porque cada língua é, a rigor, “novo estágio de uma língua anterior”. (CÂMARA JR., 1956, p. 11-14)

O dicionário se autodeclara como destinado a “preencher uma lacuna na nossa bibliografia filológica”, invocando para isso as finalidades que o dirigiram: “fazer compreender a língua em sua estrutura, em seu funcionamento espontâneo e em sua história”. Vem entendido que, assim preparado, ele passaria a permitir, “em consultas rápidas e diretas, a solução de incertezas e de dúvidas”.

Mattoso Câmara Jr. ressalva uma “desvantagem” de um “dicionário” de gramática, em face de um “tratado” ou de uma “gramática” propriamente dita, que é a de “fragmentar em verbetes o que por si possui uma unidade intrínseca”, uma “atomização dos fatos em vez de uma concatenação compendiosa e lógica”. Mas ele já aponta que seu dicionário procurou neutralizar esse perigo “com a escolha cuidadosa dos verbetes, destinados a focalizar fatos centrais” e “com uma exposição ampla e coerente, abrangendo vários fatos intimamente correlatos”. Acresce ele o cuidado de um provimento criterioso de “remissões” que permitem ao consulente compor uma cadeia de informes “[...] até chegar a um informe compreensivo e conclusivo, em vez de contentar-se com os dados parciais e incompletos do verbebo a que por acaso se tenha circunscrito”. (CÂMARA JR., 1956, p. 15)

Um ponto de destaque é que Mattoso Câmara Jr. tem grande atenção para a justificativa dos critérios de decisão da obra, voltando a essa questão em muitos pontos de seu texto inicial. Quanto aos critérios de montagem do corpo de verbetes do dicionário, diz ele que a obra “reflete” “um ponto de vista muito pessoal”, mas que se evitou “um arbítrio essencialmente subjetivo” quanto possível, “pela sua importância de dependência intrínseca”. Afinal, quanto ao “tratamento dos fatos”, é relevante a indicação de que se evitou “o arbítrio subjetivo”, e a obra “procura ter uma linha diretriz nítida”, não havendo, porém, uma abdicação de princípios”. (CÂMARA JR., 1956, p. 15-16)

Cabe, afinal, uma observação⁶ paralela quanto ao fato de esse dicionário vir sendo republicado, postumamente, e com peculiaridades. Por exemplo, de 2011,

6 Agradecemos ao professor Ricardo Cavalieri (UFF) por esclarecimentos sobre a reformulação do *Dicionário de fatos gramaticais* nas suas diferentes edições.

mantendo o registro de autoria de “Joaquim Mattoso Câmara Jr.” circula uma edição, registrada como 28ª (Ed. Vozes), com o título de *Dicionário de linguística e gramática – Referente à língua portuguesa*. Nela, está uma biobibliografia de Mattoso, na qual, entre as “obras publicadas” por ele, consta o *Dicionário de linguística e gramática*, como 7ª edição, em 1977 (Ed. Vozes), já póstuma, portanto. Acrescenta-se que a 1ª edição (sem registro de data) foi publicada “com o título *Dicionário de fatos gramaticais*” (exatamente a que é aqui comentada), mas não há nenhuma indicação sobre o fato de a reedição que circula conter grandes alterações, não havendo, também, nenhuma referência a colaboradores que (datadamente) se tenham responsabilizado pelas refacções.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, I. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola, 2008.
- AZEREDO, J. C. *Fundamentos da gramática do português*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BECHARA, E. M. *Said Ali e sua contribuição para a filologia portuguesa*. 1962. Tese (Concurso de cátedra de Língua e Literatura) – Instituto de Educação do Estado da Guanabara, Rio de Janeiro, 1962. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/textos/bechara1962-a.pdf>. Acesso em: 12 maio 2021.
- CÂMARA JR., J. M. *Dicionário de fatos gramaticais*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956.
- DREWNICK, P. Ah, a gramática. *Estadão*, São Paulo, Seção E-mais, 14 maio 2015. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/blogs/escrever/ah-a-gramatica/>. Acesso em: 23 abr. 2021.
- FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.
- FRANCHI, C. *Mas o que é mesmo “gramática”*. Organização de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2006.
- HALLIDAY, M. A. K. On grammar and grammatics. In: HASAN, R.; CLORAN, C.; BUTT, D. (org.). *Functional descriptions: theory in practice*. Amsterdam: John Benjamins, 1996.
- JUBRAN, C. S. (org.). *A construção do texto falado: gramática do português culto falado no Brasil*. São Paulo: Contexto: FAPESP, 2015. vol. 1.
- LEITE, M. Q. *O nascimento da gramática portuguesa: uso & norma*. São Paulo: Humanitas: Paulistana, 2007.
- NEVES, M. H. M. *A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*. 2. ed. rev. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 2. ed. aum. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

TARALLO, F. *Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1994.

DEZ OBRAS PARA CONHECER GRAMÁTICA GERATIVA

DANNIEL CARVALHO

LÍLIAN TEIXEIRA DE SOUSA

INTRODUÇÃO¹

A Teoria Gerativa teve seu início entre as décadas de 1950 e 1960, ao postular como conceito de língua um estado de uma Faculdade de Linguagem (FL), a língua-I. Essa abordagem, denominada Biolinguística por assumir que a linguagem pode ser estudada como parte do mundo natural, busca, através do estudo da FL, entender os princípios subjacentes às gramáticas de todas as línguas, como forma de se chegar a *insights* mais profundos sobre a natureza da linguagem e do pensamento humano. (CHOMSKY, 1995) Nessa jornada de pouco mais de meio século, chegou-se a três fatores dentro dos quais a linguagem se desenvolve: 1) carga genética – aparentemente uniforme entre os membros da espécie, interpreta parte do ambiente como experiência linguística e determina o curso do crescimento e desenvolvimento da FL; 2) experiência – que leva à variação, como no caso de outros subsistemas da capacidade humana e do organismo em geral; e 3) princípios da arquitetura estrutural e restrições desenvolvidas que não são específicas da linguagem.

¹ Uma versão estendida desse texto foi publicada em Carvalho e Sousa (2018). Agradecemos à Editora Blucher pela autorização de uso do texto nessa publicação.

O estudo das interfaces entre os subcomponentes da gramática tem recentemente ocupado um lugar importante entre as pesquisas formalistas, seja na interface Sintaxe-Semântica, Sintaxe-Fonologia ou ainda na interface Fono-logia-processamento da linguagem, entonação-estrutura discursiva, dentre outros. A principal questão norteadora desses trabalhos está no entendimento dos mecanismos gramaticais envolvidos na derivação de fenômenos que relacionam esses subcomponentes e também na forma como esses subcomponentes se relacionam entre si. Pode-se questionar, por exemplo, se a Morfologia segue as mesmas regras da Sintaxe, se os processos de sândi externo ocorrem por motivação morfossintática ou fonológica, se o léxico existe como um módulo da gramática ou se questões de natureza semântica e/ou discursiva interagem com as propriedades flexionais das sentenças.

O campo de estudos em Gramática Gerativa tem, sem sombra de dúvidas, se ampliado nos últimos anos, em parte devido ao grande progresso em áreas que haviam sido pouco exploradas como um modelo semântico-teórico da verdade e estruturas prosódicas, mas também pelo resultado de uma ampla gama de estudos desenvolvidos nessa área sobre uma variedade de línguas. Muitos dos trabalhos realizados nesse campo levantaram problemas não observados anteriormente, assim como revigoraram os estudos de aquisição e processamento. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é apresentar uma descrição sucinta dos avanços da teoria, começando por expor alguns conceitos fundamentais e etapas de desenvolvimento. Ao fim, apresentamos dez obras para se conhecer Teoria Gerativa.

GRAMÁTICA NA GRAMÁTICA GERATIVA

Podemos afirmar que uma *gramática* consiste em: 1) uma unidade formal complexa; 2) um sistema de regras que relaciona unidades atômicas e também complexas a esta unidade formal; e 3) uma caracterização dos elementos atômicos ou elementares, e como eles se relacionam com o sistema de regras.²

Chamaremos unidade formal a *sentença*, que pode ser o resultado de um número grande de sistemas de regras. Já os elementos atômicos são os itens lexicais, aos quais são atribuídas certas categorias para que um sistema de regras possa fazer-lhes uso.

2 Ver: Kiss e Alexiadou (2015).

No âmbito mais amplo da Linguística saussuriana, a Sintaxe propriamente dita é negligenciada em seu início, apesar de o movimento estruturalista europeu, conhecido como Escola de Praga, ter estudado as funções pragmáticas dos constituintes da sentença no discurso com sua perspectiva funcional da sentença.³ O empirismo sintático surge através da hipótese de que a estrutura sintática é definível como uma hierarquia de constituintes imediatos. Foi por meio dessa hipótese que a Sintaxe começou a florescer na chamada Linguística moderna.

É o Estruturalismo americano que introduz rigor científico ao modelo, mas concentrou-se, quase exclusivamente, em aspectos morfofonêmicos. Chomsky (2005) aponta que Harris (1951) já reconhece, em uma teoria estruturalista de Sintaxe, a necessidade de três ingredientes que figurariam, de alguma forma, no modelo sintático gerativo embrionário: 1) instruções introdutórias que permitam a síntese ou previsão dos enunciados de uma dada língua; 2) instruções para a transformação de sentenças; e 3) sentenças propriamente ditas, unitárias ou que consistem em uma sequência de sentenças encaixadas.

Den Dikken (2013) aponta que, no início da Gramática Gerativa, instruções do tipo (i) ressurgem como regras de estrutura da frase que codificavam as representações sintáticas bem-formadas subjacentes, e aquelas do tipo (ii) preveem suas transformações de forma transparente (resguardando-se as diferenças que o termo *transformação* possui nas duas perspectivas). Dessa forma, transformações generalizadas poderiam combinar dois sintagmas simples, gerando uma sentença complexa (CHOMSKY, 1975), como prevê (iii), cujas premissas se aproximam à abordagem adotada pelos gramáticos de Port Royal para sentenças complexas. (ARNAULD; LANCELOT, 1992 [1660])

A partir desses aspectos formais, a Gramática Gerativa, em seu início, é uma continuação de seus antecessores. Mas, este novo modelo rompe com seus precursores estruturalistas no que concerne à identificação do *explanandum* central que Chomsky tem chamado de *Problema de Platão*: o fato de qualquer criança adquirir sua língua materna sem esforço em um curto período de tempo, independentemente da pobreza do estímulo. O que a criança ouve em seu redor é, quantitativamente e qualitativamente, um reflexo muito insipiente do que sua língua é capaz: durante o período crítico da aquisição da língua, a criança provavelmente não ouvirá um único exemplo de muitas construções que ela

3 Ver: Firbas (1957).

acabará por produzir e processar sem nenhuma dificuldade. E, por outro lado, ela vai ouvir muitas expressões que não são gramaticalmente bem formadas, mas, de alguma forma, consegue excluí-las a partir dos dados linguísticos primários, com base nos quais desenvolvem a gramática de sua língua materna.

De acordo com Den Dikken (2013), o aprendiz (ou *adquirente*) da língua é posto no cerne da empreitada gerativista, sendo, a esse respeito, um universo paralelo ao Estruturalismo. O Estruturalismo norte-americano é sobretudo uma abordagem prática para a descrição dos dados da língua, fornecendo uma ferramenta maximamente rigorosa para configurar os inventários fonêmicos (anteriormente analisados) das línguas particulares. A metodologia estruturalista era desenvolvida basicamente a partir da perspectiva do linguista, e não da perspectiva da criança adquirente.

Chomsky mudou dramaticamente essa perspectiva, tornando o adquirente da língua o ponto focal e, dessa forma, revolucionou o campo dos estudos linguísticos. Isso não quer dizer, no entanto, que o problema lógico da aquisição da linguagem nunca tinha sido pensando anteriormente na agenda de pesquisa linguística: como enfatizado por Chomsky (1966), uma perspectiva mentalista de linguagem é atribuída ainda no século XVII ao filósofo francês René Descartes; Wilhelm von Humboldt e Otto Jespersen também podem ser citados no mesmo contexto nos séculos XVIII e XIX, respectivamente. (CHOMSKY, 2020) Chomsky tornou o problema lógico da aquisição da linguagem o foco da empreitada gerativa quando definiu o critério principal para o qual uma teoria gerativa da linguagem deveria dar resposta, o da adequação explicativa. Essa ênfase na aquisição resultou, com o passar do tempo, na teoria dos princípios (universal, inata) e parâmetros, limitado ao léxico funcional.

O ESSENCIAL SOBRE GRAMÁTICA GERATIVA

CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.

Aspects é um clássico! Primeiro livro em que Chomsky apresenta o aparato para o desenvolvimento de uma gramática gerativa transformacional a partir da observação do funcionamento de línguas naturais. Sua ênfase é a Sintaxe. Os aspectos semânticos e fonológicos da estrutura da linguagem são discutidos

apenas na medida em que têm relação com a teoria sintática. O livro traz ainda fundamentos que vigoram até os dias de hoje no modelo, como a ideia de traços formativos e da estrutura do léxico.

CHOMSKY, N. *O programa minimalista*. Tradução de Eduardo Raposo. Lisboa: Caminho, 1998.

O Programa Minimalista (PM) reúne quatro longos artigos escritos por Chomsky, sendo o primeiro em parceria com Howard Lasnik, os quais apresentam o que passou a ser denominado de “programa de investigação” gerativista. Durante os anos 1980, a Teoria de Princípios e Parâmetros foi pensado a partir de um modelo repleto de módulos da gramática que, muitas vezes, eram propostos de forma *ad hoc* seja para determinados fenômenos, seja para certas línguas. O PM oferece um enxugamento do modelo, reduzindo consideravelmente o número de princípios fundamentais para a computação linguística a fim de torná-la um instrumento ótimo.

ADGER, D. *Core Syntax: a minimalist approach*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2003.

O último livro em língua estrangeira de nossa relação foi concebido como um manual de Sintaxe, pensado a partir das premissas gerativistas. Adger é muito feliz na escolha da ordem dos temas tratados e nos exemplos trazidos para ilustrar a discussão. Escrito de forma didática e acessível, o manual traz exercícios ao fim de cada capítulo e indicações de leituras para aprofundamento de cada tópico.

FRANCHI, C.; NEGRÃO, E. V.; MÜLLER, A. P.; POSSENTI, S. (org.). *Mas o que é mesmo gramática?* São Paulo: Parábola, 2006.

Esse pequeno livro é um grande começo para nossas obras em língua portuguesa. É uma pequena compilação de quatro textos, sendo os dois primeiros do saudoso professor Carlos Franchi (*Mas o que é mesmo gramática?* e *Criatividade e gramática*), o terceiro de suas discípulas na USP, Esmeralda Vailati Negrão e Ana Paula Müller (*O uso de relações semânticas na análise gramatical*) e o último escrito pelos três (*Um exemplo de análise e de argumentação em sintaxe*). É um

livro desprezioso e, por isso mesmo, fundamental para que o leitor compreenda de forma simples o que entendemos por “gramática”.

KATO, M. A Teoria sintática: de uma perspectiva de “-ismos” para uma perspectiva de “programas”. D.E.L.T.A., São Paulo, v. 13, n. 2, p. 275-299, 1997.

O artigo de Mary Kato, um dos principais nomes na formação de pesquisadores e divulgação do modelo gerativista no Brasil é um clássico em língua portuguesa. O artigo apresenta o percurso da empreitada gerativista quando de sua concepção enquanto programa de investigação. É um texto didático e realmente introduz conceitos-chave para o entendimento da gramática gerativa.

MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. *Novo Manual de sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2013.

Edição revisada do *Manual de sintaxe*, escrito pelos autores e publicado em 1999 pela editora Insular, o *Novo Manual de sintaxe* é um exemplo de quão didático o modelo pode ser se explanado da forma certa. O livro apresenta os fundamentos e técnicas de análise sintática gerativista tendo como base o modelo de Regência e Ligação. (CHOMSKY, 1981) Cada capítulo apresenta exercícios e é uma boa opção para aprender como fazer “árvores” das estruturas sintáticas.

KENEDY, E. *Curso básico de gramática gerativa*. São Paulo: Contexto, 2013.

Como o título deixa claro, o livro *Curso básico de gramática gerativa*, de Eduardo Kennedy entra em nossa lista por ser um excelente curso introdutório. Seu passo a passo do modelo, desde sua concepção de língua até as possibilidades de interface são uma leitura complementar aos demais manuais mais “técnicos” existentes no mercado. Seus capítulos são finalizados com uma “Conclusão” e exercícios, o que torna sua leitura um estudo autodidata.

FERRARI-NETO, J.; SILVA, C. R. T. (org.). *Programa minimalista em foco: princípios e debates*. Curitiba: CRV, 2012.

Primeiro livro publicado no Brasil com a intenção de compilar os princípios do Programa Minimalista chomskyano. Escrito por diversos autores, em sua

maioria professores brasileiros de instituições públicas de ensino superior, o livro é uma boa alternativa para o leitor ser introduzido no programa de investigação minimalista. Infelizmente, ainda é pouco usado como material de ensino, talvez devido ao pequeno alcance de divulgação de sua editora.

CARVALHO, D. da S.; SOUSA, L. T. de. *Gramática Gerativa em perspectiva*. São Paulo: Blucher, 2018.

O livro foi organizado com o intuito de reunir as possibilidades de pesquisa em gramática gerativa feitas no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e conta com capítulos escritos por professores dessa disciplina na instituição. O volume foi o primeiro a ser publicado em formato de acesso aberto sobre o tema no Brasil. Sua apresentação, cujos trechos compõem a apresentação do presente texto, faz uma boa revisão da Gramática Gerativa desde seu modelo transformacional. Seus demais capítulos versam sobre aspectos fonológicos, morfológicos, semânticos, diacrônicos e dialetológicos que podem dialogar com o modelo gerativista de gramática.

MAXIMILIANO, G. *Os fundamentos de Teoria Linguística de Chomsky*. Petrópolis: Vozes, 2017.

O livro do professor Maximiliano Guimarães, egresso da UFBA e professor da Universidade Federal do Paraná, é voltado ao leitor interessado no pensamento linguístico de Noam Chomsky. Diferente dos demais livros dessa relação, ele não foi escrito como um passo a passo dos modelos de análise gramatical, mas como um debate crítico da própria epistemologia gerativista.

REFERÊNCIAS

ARNAULD, A.; LANCELOT, C. *Gramática de Port Royal ou gramática geral e razoada*. Tradução de Bruno Fregni Basseto e Henrique Graciano Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1992 [1660].

BERMÚDEZ-OTERO, R. Cyclicity. In: VAN OOSTENDORP, M. et al. (ed.). *The Blackwell companion to phonology*. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2010. p. 2019-2048.

BRESNAN, J. (ed.). *The mental representation of grammatical relations*. Cambridge, MA: MIT Press, 1982.

- CARVALHO, D. da S. *A estrutura interna dos pronomes pessoais em Português Brasileiro*. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.
- CARVALHO, D. da S. Traços. In: FERRARI-NETO, J.; SILVA, C. R. T. (org.). *Programa Minimalista em foco: princípios e debates*. Curitiba: CRV, 2012. p. 113-132.
- CARVALHO, D. da S. *The internal structure of personal pronouns*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2017.
- CARVALHO, D. da S.; SOUSA, L. T. de. Gramática Gerativa em perspectiva: escopo, objetivos e estrutura. In: CARVALHO, D. da S.; SOUSA, L. T. de. *Gramática Gerativa em Perspectiva*. São Paulo: Blucher, 2018. p. 7-24.
- CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.
- CHOMSKY, N. Bare phrase structure. In: CAMPOS, H.; KEMPCHINSKY, P. (ed.). *Evolution and revolution in linguistic theory: a festschrift in honor of Carlos Otero*. Washington, DC: Georgetown University Press, 1995. p. 51-109.
- CHOMSKY, N. *Cartesian linguistics: a chapter in the history of rationalist thought*. New York: Harper & Row, 1966.
- CHOMSKY, N. Conditions on transformations. In: ANDERSON, S. R.; KIPARSKY, P. (ed.). *A Festschrift for Morris Halle*. New York: Holt, Reinhart and Winston, 1973. p. 232-286.
- CHOMSKY, N. Derivation by phase. In: KENSTOWICZ, M. (ed.). *Ken Hale: a life in language*. Cambridge, MA: MIT Press, 2001. p. 1-52.
- CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding: the Pisa lectures*. Dordrecht: Foris, 1981.
- CHOMSKY, N. *The logical structure of linguistic theory*. New York: Springer, 1975.
- CHOMSKY, N. Minimalist Inquiries: the framework. In: MARTIN, R. et al. (ed.). *Step by step: essays on minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000. p. 89-155.
- CHOMSKY, N. On phases. In: FREIDIN, R.; OTERO, C.; ZUBIZARRETA, M. (ed.). *Foundational issues in linguistic theory*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2008. p. 133-166.
- CHOMSKY, N. Operações fundamentais da Linguagem: reflexões sobre o design ótimo. *Cadernos de Linguística*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 1-15, jul. 2020.
- CHOMSKY, N. Remarks on nominalization. In: JACOBS, R. A.; ROSENBAUM, P. S. (ed.). *Readings in English transformational grammar*. Waltham: Ginn and Company, 1970. p. 184-221.
- CHOMSKY, N. *Syntactic structures*. The Hague: Mouton, 1957. (Janua Linguarum Series Minor, 4).
- CHOMSKY, N. Three Factors in Language Design. *Linguistic Inquiry*, [Cambridge, MA], v. 36, n. 1, p. 1-22, Winter 2005.
- CHOMSKY, N.; HALLE, M. *The sound pattern of English*. New York: Harper & Row, 1968.
- CHOMSKY, N.; LASNIK, H. Filters and control. *Linguistic Inquiry*, [Cambridge, MA], v. 8, n. 3, p. 425-504, Summer 1977.

DEN DIKKEN, M. (ed.). *The Cambridge handbook of Generative Syntax*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2013. (Cambridge Handbooks in Language and Linguistics).

FIRBAS, J. On the problem of non-thematic subjects in contemporary English. *Casopis pro moderní filologii*, Prague, v. 39, p. 22-72, 1957.

HARRIS, Z. S. *Methods in structural linguistics*. Chicago: University of Chicago Press, 1951.

KISS, T.; ALEXIADOU, A. Synatx: the state of a controversial art. *In*: KISS, T.; ALEXIADOU, A. (ed.). *Syntax - Theory and Analysis: an international handbook*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2015. v. 1. p. 1-14.

CAPÍTULO 8

DEZ OBRAS PARA CONHECER SOCIOLINGUÍSTICA

GREDSON DOS SANTOS

INTRODUÇÃO

As obras indicadas a seguir pretendem servir de referência para os estudantes interessados em entender a constituição da Sociolinguística Laboviana enquanto disciplina científica que investiga as propriedades dos processos de variação e mudança que constituem as línguas. Os livros indicados permitem ao estudante conhecer o objeto de estudo da Sociolinguística, suas noções principais e sua aplicabilidade ao ensino de língua portuguesa no Brasil. Os títulos estão organizados considerando cinco aspectos: 1) obras fundadoras; 2) manuais introdutórios; 3) títulos de apreciação crítica e princípios analíticos; 4) títulos dedicados ao ensino; e 5) obra de interpretação da realidade linguística brasileira. É evidente que ficaram de fora da lista muitos outros livros, além de artigos e ensaios, dissertações de mestrados e teses de doutorado que já são clássicos tanto na produção internacional quanto na farta produção brasileira; apesar disso, as obras indicadas contêm ao final delas muitas outras referências que podem ser buscadas pelo estudante que deseja se aprofundar.

O ESSENCIAL SOBRE SOCIOLINGÜÍSTICA LABOVIANA

Nesta seção, elencaremos algumas obras que podem ser consultadas pelos estudantes que pretendem se iniciar nos estudos sociolinguísticos. Trata-se de uma lista de títulos que são introdutórios e que já não traduzem o desenvolvimento e o volume de estudos produzidos na área hoje. Assim, a lista poderia ser maior e muitos manuais interessantes ficaram de fora. Caberá ao estudante interessado ampliar esse repertório para além das poucas indicações aqui fornecidas.

Obras fundadoras

WEIREINCH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno e Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

Considerada a obra que funda formalmente a Sociolinguística, os *Fundamentos* são, sem dúvida, o texto basilar para compreender qual o principal alvo da Sociolinguística: a mudança linguística, entendida como propriedade intrínseca às línguas humanas e, por isso, condicionada por elementos linguísticos e por elementos externos ao sistema linguístico, como a constituição demográfica da comunidade de fala, o perfil etário ou profissional das pessoas etc.

A sua primeira versão impressa resulta de um *paper* apresentado durante o Symposium Directions for Historical Linguistics, realizado em 29 e 30 de abril de 1966, em Austin, na Universidade do Texas. Segundo os organizadores, o objetivo do evento era promover os estudos em Linguística Histórica para que eles restaurassem a sua posição de liderança entre as principais disciplinas da Linguística. Assim, o *paper* apresentado por Weireich, Labov e Herzorg, intitulado originalmente de *Empirical foundations for a theory of language change*, passou a integrar, como o quinto e último capítulo, a coletânea *Directions for Historical Linguistics*, organizada por Winfred Lehman e Yakov Malkiel.

Os *Fundamentos* estão divididos em quatro capítulos: “Introdução”, em que os autores apresentam o trabalho; “Isolamento do idioleto”, capítulo em que os autores fazem uma revisão crítica das teorias de Herman Paul e da escola neogramática, além de apresentarem os principais postulados de Saussure, Bloomfield e dos gerativistas; “Problemas da mudança estrutural”, em que se apresentam

os problemas encontrados pelo Estruturalismo para abordar apropriadamente a mudança linguística; “A língua como sistema diferenciado”, parte em que os autores apresentam sua visão sobre a mudança linguística, apresentando vários argumentos em favor da tese de que a mudança linguística não compromete a sistematicidade da língua (muito pelo contrário, é parte dela) e pode ser observada satisfatoriamente durante seu desenvolvimento.

Na edição brasileira da obra, referida no cabeçalho desta nota, o leitor encontra, antes de ingressar na leitura do livro propriamente dito, a “Apresentação de um clássico”, uma excelente resenha feita pelo professor Carlos Alberto Faraco, que apresenta e detalha o conteúdo da obra. Ao final da edição, as professoras Maria da Conceição Paiva e Maria Eugênia Lamoglia Duarte assinam o texto “Quarenta anos depois: a herança de um programa na Sociolinguística brasileira”, em que fazem um balanço crítico do impacto da obra na Linguística brasileira e quais os caminhos que a Sociolinguística brasileira tomou a partir da direção fornecida por Weireich, Labov e Herzog no clássico de 1968.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

Tendo em Labov seu principal nome, a Sociolinguística, após toda a repercussão causada pela divulgação dos *Fundamentos*, conheceu amplo desenvolvimento com as várias pesquisas empreendidas pelo autor e seus colaboradores. Nos Estados Unidos, diversos estudos de Labov tiveram grande impacto, inclusive educacional, a exemplo de “The logic of the nonstandard English” (que integra o livro *Language in the inner city: studies in the Black English Vernacular*, publicado em 1972). Mas certamente foi a obra *Sociolinguistic Patterns* (*Padrões Sociolinguísticos*, na sua versão brasileira), também publicada em 1972, que passou a representar a obra de consolidação da disciplina já na década de 1970. Embora se deva observar que a Sociolinguística nem começou e nem se resume às obras até aqui citadas, sem dúvida coube a elas a principal apresentação dos pilares da disciplina, a compilação de estudos importantes e frutíferos com base nesses pilares, além de que essas obras representaram o guia para que uma grande rede de pesquisa se desenvolvesse em nível mundial.

Os capítulos de *Sociolinguistic patterns* são um conjunto de nove estudos realizados por Labov entre 1963 e 1972, publicados ou parcialmente divulgados

em eventos ou outras publicações acadêmicas. O capítulo de abertura da obra, “A motivação social de uma mudança sonora”, por exemplo, é uma versão resultante do clássico estudo *The recent history of Some dialect markers on the Island of Martha’s Vineyard*, talvez o mais reportado e citado quando se fala em Sociolinguística. Esse estudo é também frequentemente tomado como a investigação de abertura da Sociolinguística¹ e considerado por Eckert (2012, p. 88, tradução nossa) como o “primeiro estudo etnográfico quantitativo sobre variação”,² enquadrado no que ela chamou de estudos de segunda onda da Sociolinguística. Juntos, os capítulos da obra apresentam com profundidade e a partir de farta comprovação empírica os principais temas da Sociolinguística, tais como: os cinco problemas da mudança linguística, o vernáculo, o paradoxo do observador, a comunidade de fala, o tempo aparente, o tempo real, mudança em progresso, variação estável, dimensão subjetiva da mudança linguística, estilos contextuais, hipercorreção etc.

Manuais introdutórios

COELHO, I. L. *et al. Para conhecer Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015.

Essa obra é um excelente manual para os estudantes brasileiros que estão começando suas primeiras incursões no universo da pesquisa sociolinguística. Embora haja no mercado editorial brasileiro outros manuais de introdução como, *A pesquisa Sociolinguística* (de Fernando Tarallo), *Sociolinguística: uma introdução crítica* (de Louis-Jean Calvet) e *Manual de Sociolinguística* (de Stella Maris Bortoni Ricardo), o livro elaborado por Coelho e demais autores (2015) tem a grande vantagem de ser bastante atual e apresentar os principais tópicos da disciplina numa linguagem acessível ao estudante de graduação com abundante exemplificação de fatos do português brasileiro reportados por vários estudos importantes realizados em diferentes regiões do país. Além disso, apresenta os aspectos metodológicos das pesquisas em Sociolinguística Variacionista e faz um debate sobre o ensino de língua portuguesa. São capítulos da obra: “O estudo da linguagem

1 Veja-se, por exemplo, a Pesquisa Sociolinguística, de Fernando Tarallo (1985).

2 Do original: “The first quantitative community study of linguistic variation [...]”.

no contexto social”, “A teoria da variação e mudança linguística”, “Metodologia da pesquisa sociolinguística”, “Variação linguística e ensino da língua”.

MOLLICA, M. C.; FERRAREZI JR., C. *Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2016.

A Sociolinguística não se resume à Sociolinguística Laboviana, embora esta seja, sem dúvida, a principal vertente da disciplina até hoje. Temas como a variação espacial, línguas em contato, línguas de herança ou Sociolinguística Interacional são outras linhas de pesquisa ligadas à Sociolinguística Laboviana. Ao estudante que quer conhecer essas outras abordagens, a obra *Sociolinguística, sociolinguísticas* tem o grande mérito de apresentar em visão geral essas diversas áreas correlatas à pesquisa sociolinguística, destacando as suas linhas de investigação e indicando obras para leitura.

São estes os capítulos do livro: “Dialetoлогия”, “Mudança em tempo real e em tempo aparente”, “Sociolinguística ‘paramétrica’”, “Sociofuncionalismo”, “Sociolinguística e aquisição da linguagem”, “Crioulística”, “Ecolinguística”, “Sociolinguística e línguas de herança”, “A sociolinguística e os estudos da interação”, “Sociolinguística e Análise do Discurso”, “Sociolinguística Cognitiva”, “Sociolinguística e línguas indígenas brasileiras”, “Paradigma de redes sociais nos estudos sociolinguísticos”, “Sociolinguística aplicada à educação”, “Importância da Sociolinguística Educacional na formação docente continuada”, “Sociolinguística e texto”, “Pragmática e Aspectos sociais e pragmáticos da Linguística de Corpora”. A consulta à obra abre ao estudante uma importante janela para o grande horizonte de estudos sociolinguísticos.

Títulos de apreciação crítica e abordagem de princípios analíticos

LUCCHESI, D. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna*. São Paulo: Parábola, 2004.

Sem dúvida, é esta uma das mais importantes obras de cunho analítico e historiográfico sobre a Sociolinguística. Fruto de sua dissertação de mestrado, orientada pela professora Rosa Virgínia Mattos e Silva, e defendida pela Universidade

de Lisboa, *Sistema, mudança e linguagem* teve uma primeira edição publicada na Europa e contou com prefácios assinados por Rosa Virginia (à edição portuguesa) e Ataliba T. de Castilho (à edição brasileira), dois dos maiores linguistas brasileiros. Embora não se possa deixar de mencionar o trabalho de Camacho (2013) como um texto de apreciação crítica da Sociolinguística, é certamente o livro de Lucchesi a principal referência brasileira nesse campo.

A obra, que contém oito capítulos, está dividida em três partes: I) “A primazia do sistema e ostracismo da mudança” – em que Lucchesi analisa os principais postulados do Estruturalismo saussuriano e as suas incompatibilidades frente ao fenômeno da mudança linguística; II) “A mudança no domínio do sistema” – parte em que o autor mostra o que ele chama de “fissura” no modelo estruturalista a partir da consolidação das teses do sistema funcional, propostas por linguistas da Escola de Praga, e do desenvolvimento de uma linguística estrutural diacrônica, o que levará à derrocada da concepção estática de língua dos estruturalistas; III) “O sistema no domínio da mudança” – parte em que o autor mostra como os principais postulados da Sociolinguística representam uma incorporação e reelaboração (não uma rejeição) da visão sistêmica de língua a uma teorização sobre a mudança linguística. É nesta última parte que o autor concentra sua atenção sobre os princípios da Sociolinguística para fazer uma análise crítica evidenciando as grandes vantagens explanatórias da teoria e os limites de abordagem da escola no que tange à mudança linguística.

GUY, G. R.; ZILLES, A. *Sociolingüística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola, 2007.

Conhecida também como Sociolinguística Quantitativa, o modelo de análise laboviano tem como uma das principais marcas o tratamento estatístico de dados linguísticos. Em razão de que um postulado importante da disciplina é a coleta robusta de dados, a análise estatística é a principal ferramenta de sistematização utilizada pelos sociolinguistas. Fazem parte da história da disciplina importantes ferramentas computacionais de análise, como os programas Varbrul e Goldvarb, desenvolvidos e aprimorados a partir da década de 1970 por autores como David Sankoff, Gillian Sankoff, Sali Tagliamonte e Shana Poplack. Embora hoje muitos pesquisadores tenham começado a utilizar o programa R em suas análises, o Goldvarb Z é a versão mais recente do principal programa

de análise estatística dedicado especialmente à análise da variação linguística. Nesse sentido, o manual de Guy e Zilles, que trata dos principais conceitos da análise estatística multivariada (o método analítico base do Goldvarb), é talvez o guia mais didático e ao mesmo tempo o mais detalhado no mercado brasileiro. É certamente um dos melhores instrumentais de análise variacionista à disposição do estudante brasileiro.

BAGNO, M. *Dicionário crítico de Sociolinguística*. São Paulo: Parábola, 2017.

Mais do que um refinado e já imprescindível trabalho lexicológico, que cobre 426 verbetes, o *Dicionário Crítico* do professor Bagno é uma obra que, para além de fornecer definições para os verbetes selecionados, à maneira própria de um dicionário, reúne um conjunto de ensaios críticos sobre assuntos que estão no escopo da análise sociolinguística. Trata-se, por isso mesmo, de uma obra abrangente, didática e, ao mesmo tempo, com um ótimo nível aprofundamento. Em suas 529 páginas, o leitor interessado encontrará nas entradas o termo correspondente em inglês, indicações que possibilitam o aprofundamento do texto e referências às fontes bibliográficas que foram consultadas pelo autor. Uma importante característica da obra é que os verbetes coligidos estão agrupados a partir de 11 grandes áreas: *Sociolinguística Variacionista, Sociolinguística Interacional/ antropologia linguística, variação, mudança/dialetologia, Sociologia da linguagem, Política linguística, Ideologias linguísticas, Português, Contato de línguas/crioulística, Linguística crítica, Sociolinguística e educação e Teorias linguísticas/epistemologia linguística*. Ao final, a obra conta com uma lista de todas as referências usadas pelo autor, um índice remissivo e um índice onomástico, o que facilita muito a consulta a termos importantes, mas que não estão na entrada do dicionário.

Títulos dedicados ao ensino

MARTINS, M. A.; VIEIRA, S. R.; TAVARES, M. A. (org.). *Ensino de português e sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2016.

Nos últimos anos, a Sociolinguística brasileira produziu farta documentação em que os resultados da pesquisa sociolinguística são analisados do ponto de

vista pedagógico.³ Por isso, é importante dizer que seria possível tranquilamente fazer um roteiro somente com obras dedicadas ao ensino; mas, em razão das limitações de espaço deste guia, daremos destaque a dois títulos.

O primeiro deles, organizado por Martins, Vieira e Tavares (2016), é um livro que, além de apresentar um balanço sobre as contribuições da Sociolinguística brasileira ao ensino de língua portuguesa, reúne tópicos específicos que cobrem: o ensino de português e a variação linguística em sala de aula, a variação nos níveis fonético-fonológico e morfossintático e a relação com o ensino de português, os livros didáticos e a variação linguística e o tema das crenças e atitudes em sala de aula frente à variação linguística.

Embora reconheçamos o a grande importância e o pioneirismo em Sociolinguística Educacional dos trabalhos da professora Bortoni-Ricardo (notadamente em títulos como *Educação em língua materna: a Sociolinguística na sala de aula* e *Nós Chegemos na escola, e agora?*), o livro organizado por Martins, Vieira e Tavares se beneficia dessas e de tantos outros trabalhos importantes e consegue fornecer um panorama mais geral e mais contemporâneo da relação entre Sociolinguística e ensino de português.

BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação lingüística*. São Paulo: Parábola, 2007.

Bagno é um autor que escreveu várias obras dedicadas à aplicação de estudos sociolinguísticos ao ensino de língua portuguesa, a exemplo de Bagno (2000, 2011 e vários outros). O título destacado neste guia trata-se de um livro que tem uma linguagem bastante acessível a estudantes de graduação e a professores da educação básica sem deixar de lado o cuidado com questões técnicas da pesquisa sociolinguística. O livro, que contém 10 capítulos, está dividido em duas partes. Na primeira, “Variação, mudança e ensino”, o autor trata de conceitos como variação linguística, mudança linguística e erro, além de apresentar um panorama sobre a constituição da norma-padrão do português. Na segunda parte, “Com a mão na massa”, o autor demonstra como o professor pode realizar um trabalho de pesquisa como parte de suas aulas de português considerando fenômenos como o desaparecimento do pronome *cujo* da fala brasileira e o rotacismo. Essa

3 Ver Santos (2020) para um balanço crítico a respeito.

última parte, inclusive, faz uma referência direta ao livro *Português ou Brasileiro: um convite à pesquisa*, do mesmo autor, em que outros fenômenos são sugeridos para pesquisa pelo professor de português em suas aulas.

Obra de interpretação da realidade sociolinguística brasileira

LUCCHESI, D. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

Resultado de sua tese para professor titular de língua portuguesa, o livro *Língua e sociedade partidas* é uma obra premiada (a primeira na área de Linguística) pela 58ª edição do Prêmio Jabuti. Além da introdução, o livro apresenta os seguintes capítulos: “A polarização sociolinguística do Brasil: fundamentos teóricos”, “A polarização sociolinguística do Brasil: formação histórica”, “A polarização sociolinguística do Brasil: condicionamentos socioeconômicos”, “A polarização sociolinguística do Brasil: fundamentos ideológicos”, “A polarização sociolinguística do Brasil: fundamentos empíricos” e “Conclusão: balanço e perspectivas”.

A obra apresenta, certamente, a mais elaborada e mais abrangente interpretação teórica sobre a realidade sociolinguística do Brasil. A partir de um reenquadramento teórico das noções de norma linguística e comunidade de fala, o livro apresenta um panorama do desenvolvimento sociolinguístico brasileiro levando em conta a realidade colonial a partir do século XVI, sem abrir mão de denunciar diferentes episódios de racismo linguístico no Brasil (com destaque para o que esteve na base da famosa polêmica do livro didático *Por uma vida melhor*, acusado de ensinar os alunos a falarem “errado”). O livro faz também uma análise de importantes períodos da história brasileira e suas repercussões em termos sociais e linguísticos.

Os principais fenômenos linguísticos analisados na obra são o objeto direto anafórico de 3ª pessoa, as estratégias de relativização e a variação na concordância verbal – tópicos clássicos dos estudos que analisam o português brasileiro. É um livro de consulta indispensável ao estudante que quer entender como o grande volume de estudos sociolinguísticos produzido no Brasil pode servir para uma compreensão ampla e ao mesmo tempo aprofundada do processo de

implantação/imposição e difusão do português no Brasil em suas normas culta e popular, tal como as caracteriza o autor.

NOTAS FINAIS

As obras indicadas neste roteiro pretendem ser um direcionamento básico para o estudante que quer iniciar e seguir com os estudos em Sociolinguística. De fato, muitos outros trabalhos importantes, clássicos ou contemporâneos, poderiam ser citados. Temos plena consciência de que este guia poderia assumir outras direções e recomendar outras obras. No entanto, entre os títulos indicados, certamente estão alguns dos mais representativos trabalhos produzidos pela Sociolinguística brasileira, o que permite ao estudante desenvolver autonomia e ampliar suas leituras na direção dos temas de pesquisa de seu interesse.

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social*. São Paulo: Loyola, 2000.

BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

BAGNO, M. *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola, 2001.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a Sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Manual de Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2017.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Nós chegemos na escola, e agora? Sociolinguística e educação*. São Paulo: Parábola, 2005.

CALVET, L.-J. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMACHO, R. G. *Da linguística formal à linguística social*. São Paulo: Parábola, 2013.

ECKERT, P. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. *Annual Review of Anthropology*, [s. l.], v. 41, p. 87-100, Oct. 2012. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-anthro-092611-145828>. Acesso em: 31 out. 2020.

LABOV, W. *Language in the inner city: studies in the Black English Vernacular*. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1972.

LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (ed.). *Directions for Historical Linguistics*. Boston: Brill, 2017. [Reimpressão do original de 1968].

SANTOS, G. Contribuições da Sociolinguística para o ensino de língua portuguesa: balanço crítico. In: ARAÚJO, S. S. de F. et al. (org.). *Variação e mudança em língua portuguesa*. Campinas: Pontes, 2020.

TAGLIAMONTE, S. A. *Analysing sociolinguistic variation*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2006.

TARALLO, F. *A pesquisa Sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985.

DEZ OBRAS PARA CONHECER BIOLINGÜÍSTICA

FERNANDA DE OLIVEIRA CERQUEIRA

INTRODUÇÃO

O termo Biolinguística remete, por inferência morfológica, à associação de interesses em comum entre frentes teóricas da Biologia e da Linguística. Não obstante, se, grosso modo, a Biologia é a ciência cujo interesse incide na investigação dos seres vivos e a Linguística a ciência cujo objeto de investigação é a língua(gem), é lícita a compreensão de que a Biolinguística, por sua vez, é um campo de pesquisa em que se compreende a língua(gem) como elemento orgânico/biológico. Entretanto, assim como há diferentes maneiras de compreender a língua(gem), em Linguística, também há diferentes vieses de compreensão da fisiologia de animais humanos e não humanos, em Biologia.

Em vista disso, o presente trabalho tem por objetivo apresentar um breve panorama das principais associações vigentes entre as duas disciplinas, com fito de aprofundar o debate na abordagem, até o momento, mais aderida sob o termo Biolinguística, como agenda de pesquisa direcionada à compreensão da competência linguística, fruto da Faculdade da Linguagem (FL) – órgão mental inato, como propriedade distintiva entre a espécie do *Homo sapiens* e outras espécies de animais. Cabe destacar, no entanto, que embora haja, até então, maior adesão dessa agenda de trabalho, não há aqui qualquer intenção de hierarquizar campos do saber, mas de estabelecer um recorte necessário para desenvolvimento da discussão em questão.

COMO SURTIU?

No que concerne ao surgimento do termo Biolinguística, sabe-se que em 1974, no Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT), foi realizada uma conferência internacional intitulada de *Biolinguistic*,¹ na qual estiveram presentes profissionais de diferentes áreas, tais como linguistas, biólogos evolucionistas, neurocientistas, dentre outros. Na ocasião em questão, discutiram acerca de interesses em comum entre linguagem humana e evolução dessa espécie. Porém, a formalização de tais interesses é postulada no clássico *Biological Foundations of Language*, da autoria de Eric Lenneberg, publicado, pela primeira vez, em 1967, no qual o autor debate aspectos orgânicos da língua, a fim de apontar a natureza biológica desse fenômeno constantemente concebido como puramente social.

Todavia, o embrião da perspectiva biolinguística, já estava previsto na agenda de trabalho gerativista desde o seu surgimento, uma vez que ao questionar a proposta de aquisição da linguagem behaviorista (SKINNER, 1957), segundo a qual todo comportamento operante de organismos é condicionado por estímulos, reforçados positivamente ou negativamente, de modo a produzir reforços para o padrão de comportamento em questão (estímulo-resposta-reforço), a Linguística Gerativa já apontava para a natureza inata da língua e, portanto, para seu caráter iminentemente biológico. (CHOMSKY, 2007b)

Assim, ao questionar “Como a criança produz expressões jamais ouvidas?”, tais como “sabo” ou “fazi”, no caso do português, e “Como uma criança entre seis e sete anos é capaz de produzir e compreender qualquer sentença de sua(s) língua(s) materna(s) sem ser exposta a todas essas sentenças?”, Chomsky (1959), em uma famosa resenha intitulada *A review of B. F. Skinner’s Verbal Behavior*, anuncia a necessidade de inserir ao debate sobre aquisição de língua materna os conceitos de criatividade² e recursividade,³ haja vista que, sob viés empirista, a criança precisaria ser “um mini linguista” para que, por meio de imitação mecanicista, as questões supracitadas fossem respondidas sem requerimento da cognição humana.

1 Termo cunhado por Massimo Pittellini-Palmarini, em meados da década de 1950. (CHOMSKY, 2007a)

2 Em linhas gerais, capacidade cognitiva de criação de expressões linguísticas.

3 Recursividade pode ser compreendida como propriedade de concatenação de elementos sintáticos. Grosso modo, é a capacidade de produzir um conjunto infinito de sentenças, a partir de um conjunto finito de regras gramaticais.

Em oposição ao modelo comportamentalista, as teorias de aquisição da linguagem de base racionalista, a saber, Gerativismo, Construtivismo e Interaçionismo, convergem acerca da concepção de que a cognição humana é crucial para o processamento linguístico. Contudo, divergem acerca do *modus operandi* do cérebro, bem como de seus campos, na apreensão, no processamento e na produção da língua. Desse modo, a abordagem gerativista assume a hipótese da modularidade da mente, segundo a qual há um módulo específico do cérebro responsável pela língua, isto é, a FL. (CHOMSKY, 1986) Por sua vez, as abordagens cognitivistas (Construtivismo e Interaçionismo) pautam-se na hipótese da plasticidade cerebral, segundo a qual conhecimentos linguísticos ou não linguísticos resultam de processos de integração entre diferentes domínios conceituais, comuns a todas as competências, ao passo que não se concebe um domínio específico para a língua. (SCARPA, 2001)

Nesse sentido, sob viés Gerativista (CHOMSKY, 1981, 1986, 1995, 2005, 2007a, dentre outros), línguas maternas são adquiridas de maneira espontânea conforme a formatação da parte sistêmica desse aparato biológico modular do cérebro humano, ou seja, a capacidade de apreensão de língua(s) é possível à medida que a Gramática Universal (GU) matura-se. Para tanto, a GU avança, naturalmente, do seu estágio inicial – momento em que as propriedades sintáticas comuns a todas as línguas (princípios) ainda estão sem suas especificações (parâmetros) – para o seu estágio final – resultando em sua formatação. Quando isso ocorre, as especificações dos princípios estarão realizadas, com base no *input* linguístico, culminando em uma Língua Interna (LI), ou mais de uma, caso haja situação de bilinguismo ou plurilinguismo.

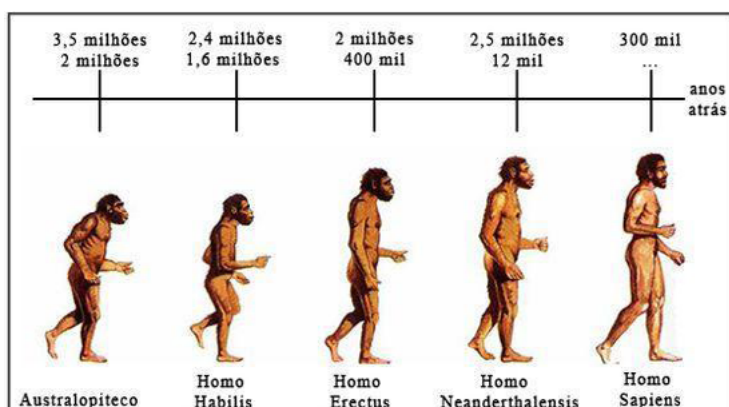
Considerando que, mesmo sob aperfeiçoamento no curso de seu empreendimento (BORGES NETO, 2004), a Teoria Gerativista sempre se pautou, através do método hipotético-dedutivo, na existência de um mecanismo biológico responsável pela capacidade linguística restrita à espécie humana, o qual, no decorrer de seu aprimoramento, teve sua parte física tratada como FL e sua parte sistêmica tratada como GU. Em vista disso, com o advento do Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995 e posteriores), versão mais recente do modelo gerativista, a questão “Como o conhecimento linguístico se realiza no mecanismo do cérebro”, passa a compor sua agenda de trabalho, ao passo que se abre possibilidade para investigações no campo da Biolinguística, justificando, assim, a adesão predominante dessa interseção de interesses entre Linguística e Biologia.

Logo, a perspectiva biolinguística, nesses termos, argumenta em função de que a capacidade de produzir e compreender língua, exclusiva dos humanos, até o ponto em que as ciências nos permitiram saber, seja decorrente da existência e da maturação de um órgão mental puro responsável pela competência linguística, por sua vez, “[...] diz respeito à faculdade da linguagem como ‘órgão do corpo’ junto com outros sistemas cognitivos”. (CHOMSKY, 2005, p. 1)

POSSÍVEIS ASSOCIAÇÕES ENTRE LINGUÍSTICA E BIOLOGIA

A evolução das espécies viventes no globo é interesse de diferentes autores cujas discussões remontam a séculos de investigação, mesmo que muitas dessas ainda não gozassem do estatuto moderno de ciência. Assim, estudos biológicos apontam que há aproximadamente 3,8 bilhões de anos surgiram os primeiros organismos unicelulares na Terra, ao passo que, em decorrência de uma série de fenômenos físico-químicos, tais organismos sofreram inúmeras mutações, passando, por sua vez, a dispor de organizações celulares cada vez mais complexas, as quais, em tempo, teriam evoluído para os grupos animais conhecidos, a saber, peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos. Essas mutações teriam produzido condições para o surgimento dos hominídeos, no grupo dos mamíferos, conforme pode-se observar na ilustração a seguir.

Figura 1 – Evolução dos hominídeos



Fonte: Evolução... (2020).

No entanto, embora seja unânime a compreensão de que tal processo evolutivo tenha se dado por meio de seleção natural (DARWIN, 1859), nem sempre essa foi a única abordagem legitimada, de modo que compreender seu percurso teórico é relevante para as diferentes instanciações de trabalho entre a Biologia e a Linguística.

Perspectivas evolucionistas

As teorias evolucionistas surgem com intuito de apresentar respostas a problemas apresentados à ideia de fixismo, bastante popular até o início do século XVIII, ou seja, antes da descoberta de fósseis, contribuição da Arqueologia Moderna, bem como da Anatomia, no campo da Medicina, era comum a crença de que não havia mudanças nos seres vivos desde a sua “criação”. Todavia, descobertas de diversos campos do saber, em especial os supracitados, requerem respostas às questões colocadas diante das novidades desse tempo. Assim, as perspectivas evolucionistas advogam em função de que, ao longo de milhares de anos, ocorreram mudanças nos organismos e, posteriormente, nos seres vivos de modo a culminar no vasto número de espécies de animais existentes no globo terrestre. Nesse sentido, destacam-se o Lamarckismo e o Darwinismo.

O Lamarckismo é a corrente evolucionista proposta por Lamarck (1809), a qual é composta pela Lei do Uso e do Desuso e pela Lei dos Caráteres Adquiridos. Para o autor em questão são as pressões externas que influenciam as mudanças nas espécies, uma vez que, nesse viés, uma ação ambiental induziria sua necessidade de adaptação. Desse modo, quanto maior a necessidade de utilização de dado órgão, maiores suas chances de desenvolvimento, ao passo que, quanto menor seu uso, maiores suas chances de atrofia, no curso evolutivo. Por essa razão, a primeira lei, denominada de Lei do Uso e do Desuso, costuma ser ilustrada mediante ao seu principal exemplo: o pescoço das girafas, o qual teria crescido devido ao constante esforço. Por sua vez, as características adquiridas, através do uso, pela espécie sobrevivente seriam transmitidas aos seus descendentes, culminando na segunda lei.

Em contrapartida, o Darwinismo, corrente evolucionista proposta por Darwin (1859), advoga que a evolução dos seres é decorrente da variabilidade das espécies e da seleção natural. Com intuito de confrontar a vertente lamarckiana, o biólogo reinterpreta a Lei da Pressão Populacional (MALTHUS, 1798), cuja base

incide da prerrogativa de que a sobrevivência está relacionada às condições de competição, ao passo que os mais adaptados apresentariam vantagens.

Sob essa ótica, Darwin propôs que há diferentes espécies entre as famílias e gêneros de animais, de modo que aquelas que dispusessem de fisiologia mais adaptada sobreviveriam às adversidades, culminando na redução do número das espécies cuja fisiologia fosse menos adaptada. À vista disso, considerando o caso das girafas, haveria duas espécies do mesmo gênero, uma de pescoço curto e outra de pescoço longo. Porém, apenas as de pescoço longo teriam sobrevivido às condições ambientais as quais foram expostas. Tal hipótese resulta da assunção da variabilidade das espécies e da seleção natural como prerrogativas.

Para Wallace, autor contemporâneo a Darwin, a seleção natural, como proposta, seria insuficiente para justificar o desaparecimento de algumas espécies e a perpetuação das mais adaptadas no decorrer da história do globo terrestre. Para ele, haveria algo intrínseco à espécie adaptada para que ela desenvolvesse as habilidades necessárias para sobrevivência às condições ambientais. Muitos anos após a discussão entre Darwin e Wallace, Mendel desvendou o que seria essa 'motivação intrínseca' chamada por Wallace e Sutton de genética. (CARVALHO; CERQUEIRA; MARIANO, 2017, p. 2290)

Portanto, a seleção natural sozinha mostrou-se insuficiente para justificar a variabilidade das espécies, ou seja, a responder por que existiam duas espécies de girafa? Nessa direção, o Neodarwinismo ou Teoria Sintética da evolução atuam articulando a seleção natural com a recombinação genética, a qual produz as mutações (as alterações hereditárias). Logo,

[o]s seres vivos diferem no seu patrimônio genético, mas o mecanismo bioquímico que utiliza essa informação – o próprio código genético – é virtualmente idêntico em seres extremamente diversos. A imensa semelhança do código genético entre os mais diversos seres existe porque eles descendem de um mesmo ancestral, no qual o código originalmente surgiu. (MEYER; EL-HANI, 2005, p. 29)

Diante desse quadro, há muito tempo questiona-se a relação existente entre linguagem humana e cognição, bem como de que modo a FL teria se desenvolvido como uma inovação evolutiva capaz de distinguir expressivamente o *Homo sapiens* dos demais homínidos (CHOMSKY, 2007a, 2017; CHOMSKY; BOECKX, 2011; TALLERMAN; GIBSON, 2012) sendo, provavelmente, um elemento distintivo para sua sobrevivência, em termos de seleção natural, pois

[a] faculdade da linguagem é um componente cujo fator de confusão de uma teoria evolutiva moderna Alfred Russel Wallace chamou de ‘natureza intelectual e moral do homem’: a capacidade humana de criatividade para imaginação, linguagem, e sistemas gerais como matemática, interpretação e recordação de um fenômeno natural intrincado a práticas sociais semelhantes a um complexo de capacidades que parece ter sido cristalizada recentemente, talvez um pouco mais que 50.000 anos atrás entre a pequena reprodução de um grupo do qual todos nós somos descendentes. (CHOMSKY, 2005, p. 3)

De acordo com Tattersall (1998), há marcas arqueológicas milenares de desenvolvimento social em África – onde surgiu o *Homo sapiens*, realizando, posteriormente, fluxos migratórios antes, durante e após o movimento das placas tectônicas – as quais contribuem para a interpretação de que, nesse momento, os humanos já dispunham de um sistema comunicativo mais ou menos elaborado, o que lhes conferiu vantagem na escala evolutiva em relação aos demais homínidos.

Abordagens evolucionárias acerca da linguagem humana

No tocante à evolução da FL, há, porém, dois problemas, os quais foram intitulados de Problema de Wallace (BICKERTON, 2014) e Problema de Darwin. (BOECKX, 2009) Para Wallace (1869), a seleção natural, por si só, teria produzido diferenças menos expressivas entre o cérebro do *Homo sapiens* e o de seus ancestrais, no entanto, é observada uma extensa complexidade em termos de cognição em animais humanos, a qual, por sua vez, extrapola o necessário para

sua condição de sobrevivência na pré-história. De modo semelhante, o Problema de Darwin questiona a motivação para o surgimento da FL como órgão mental.

Em síntese,

Embora esses dois problemas tenham sido definidos separadamente pela literatura, eles podem ser reduzidos a um único dilema, a saber:

Problema Wallace-Darwin

De que modo a complexidade atribuída à competência linguística foi alcançada na evolução tendo em vista a aparente pobreza de precursores e o curto intervalo de tempo para o seu desenvolvimento? (NÓBREGA, 2018, p. 63, grifo do autor)

A busca pela resposta para tal problemática se desdobra em dois vieses distintos, ainda que ambos convirjam acerca da compreensão da competência linguística como propriedade inata.

Por um lado, Jackendoff e Pinker (2005) argumentam em favor da *hipótese continuísta*, para qual a capacidade comunicativa humana é resultado de processos de adaptação, conforme a seleção natural ortodoxa, “[...] inclui[ndo] as propriedades comunicativas e gramaticais que permitam no mundo humano e animal o tratamento descritivo e explanatório da evolução da linguagem”. (CAMPOS, 2011, p. 16)

Por outro lado, Hauser, Chomsky e Fitch (2002) e Fitch, Hauser e Chomsky (2005) advogam em função da *hipótese descontínuista*, por sua vez, favorável a um processo exaptativo, ou seja, uma virada radiológica, puramente ambiental, pode ter produzido condições para uma mutação inesperada no curso evolutivo (REULAND, 2013), dialogando mais intimamente com o Neodarwinismo. Sendo assim, de acordo com Hauser, Chomsky e Fitch (2002) e Fitch, Hauser e Chomsky (2005), a FL possui duas instâncias, uma mais ampla (FLB, *Faculty of Language – broad sense*) e outra mais estreita (FLN, *Faculty of Language – narrow sense*), conforme ilustração a seguir.

Figura 2 – Faculdade da Linguagem (FLN + FLB)

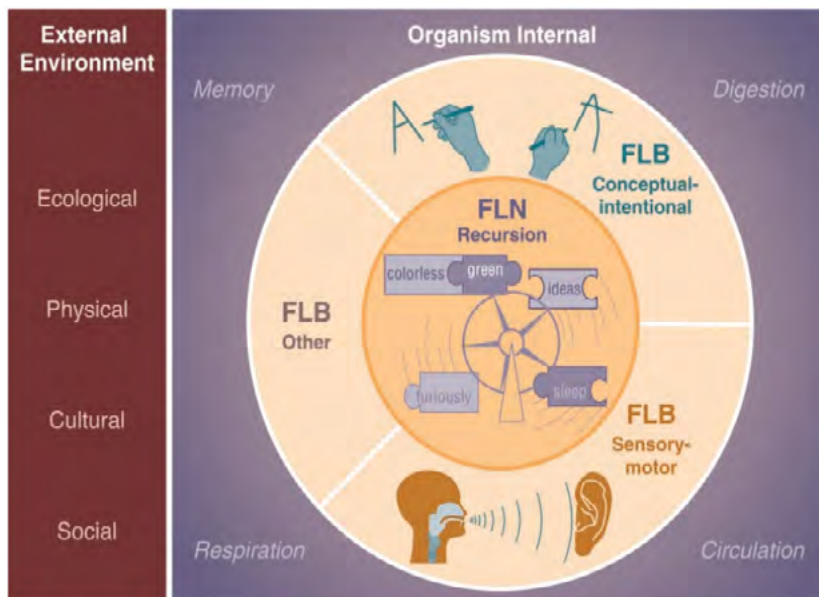


Fig. 2. A schematic representation of organism-external and -internal factors related to the faculty of language. FLB includes sensory-motor, conceptual-intentional, and other possible systems (which we leave open); FLN includes the core grammatical computations that we suggest are limited to recursion. See text for more complete discussion.

Fonte: Hauser, Chomsky e Fitch (2002, p. 1570).

Nesses termos, considerando que a linguagem humana se mostra notavelmente diferente do sistema comunicativo de outros animais, “[...] a faculdade da linguagem humana parece ser organizada como um código genético hierárquico, gerativo, recursivo, e sem limites virtuais a respeito deste escopo de expressão”.⁴ (HAUSER; CHOMSKY; FITCH, 2002, p. 1569, tradução nossa) Com efeito, os autores defendem que FLB inclui um sistema computacional interno no qual FLN estaria contida, atrelada a dois sistemas de interface, o sensório-motor (ou articulatório-perceptual) e o conceitual-intencional. Em vista disso, por ser o módulo responsável pela concatenação sintática, FLN é o único sistema

4 Do original: “[...] the human faculty of language appears to be organized like the genetic code – hierarchical, generative, recursive, and virtually limitless with respect to its scope of expression”.

linguístico computacional e abstrato, ainda que interaja com os sistemas de interface. Logo, FLB contém FLN.

Nós assumiremos, colocando de lado o mecanismo preciso, que uma componente chave de FLN é um sistema computacional (sintaxe estreita) que gera representações internas e as mapeia dentro da interface sensorio motora, pelo sistema fonológico, e dentro de uma interface conceitual intencional, pelo sistema semântico (formal).⁵ (HAUSER; CHOMSKY; FITCH, 2002, p. 1571, tradução nossa)

Tendo em vista que FLN opera exclusivamente com recursividade, propriedade sintática, ao passo que FLB opera tanto com as interfaces articulatório-perceptual e conceitual-intencional, quanto com os módulos externos, tais como social, cultural, psíquico e ecológico, conforme trabalhos de Hauser, Chomsky e Fitch (2002); Fitch, Hauser e Chomsky (2005); Fedor, Ittész e Szathmáry (2009); Chomsky (2005, 2007a, 2007b) e Berwick e Chomsky (2016), FLN seria restrita aos seres humanos, enquanto FLB estaria presente tanto em humanos, quanto em outros animais de classes mais evoluídas, como alguns mamíferos e aves.

Contudo, cabe salientar que

[q]uaisquer que sejam as perspectivas teóricas adotadas em torno da Biolinguística, de caráter continuísta ou descontinuísta, a base inata e a predisposição a compreender em alguma medida a relevância da seleção natural no ínterim do processo evolutivo parecem ser percursos necessários à constituição dos pilares erguidos ao longo do debate. Apesar das finas particularidades entre, grosseiramente, os defensores de uma Gramática Universal e de um Instinto da Linguagem, ambas perspectivas parecem ir ao encontro da definição de Lenneberg, a de que a linguagem, em sentido amplo ou restrito, deve ser estudada na pauta biológica como propriedade ontológica natural, tendo seu

5 Do original: “We assume, putting aside the precise mechanisms, that a key component of FLN is a computational system (narrow syntax) that generates internal representations and maps them into the sensory-motor interface by the phonological system, and into the conceptual-intentional interface by the (formal) semantic system”.

lugar de objeto concebido na esfera de um mundo igualmente natural. (PENZ; IBAÑOS, 2018, p. 71)

Portanto, é importante ter em vista que apesar de haver divergência quanto à natureza da FL, como órgão inato, surgido de maneira abrupta na espécie humana, ou como um fenômeno decorrente de milhares de anos de adaptação, tanto a abordagem descontinuísta, quanto a continuísta, concebem a língua como elemento inato. Porém, há outra interseção entre Linguística e Biologia, na qual se concebe a língua como elemento interacional, podendo ou não ter uma contraparte inata.

Ecolinguística

Outra possibilidade de interlocução entre a Biologia e a Linguística se dá através da Ecolinguística, a qual visa investigar as relações entre a língua e o meio ambiente (COUTO, 2007), isto é, como aspectos das interações, entre falantes, grupos de falantes, diferentes línguas e/ou diferentes ambientes socio-culturais afetam processos linguísticos. (FILL, 1993; MAKKAI, 1993; MUFWENE, 2001, 2016) Nessa perspectiva, o campo da Biologia em que o debate se insere é a Ecologia e não mais as teorias de evolução. Não por acaso, as concepções de língua inscritas nesse debate também assumem caráter mais social do que biológico, embora uma abordagem não anule a outra, ainda que sejam diferentes possibilidades de conceber o mesmo fenômeno.

Considerando que a Ecologia é o campo da Biologia responsável por investigar as relações dos seres vivos consigo e, por conseguinte, com o meio orgânico e com o inorgânico, sua interlocução com a Linguística segue no sentido de identificar quais aspectos do mundo – do ambiente/meio sociocultural – corroboram com fenômenos da(s) língua(s). Por essa razão, é interesse dessa área compreender e valorizar a diversidade das manifestações linguísticas, bem como suas relações com o meio, haja vista que, ancorada na noção de ecossistema, advoga em função de que a diversidade é o fluxo natural da vida, por isso equivale à riqueza. (HAUGEN, 1971, 1972) Assim, suas vertentes tendem a priorizar o aspecto exoecológico, focado nas relações entre língua e o mundo exterior, as quais podem ser ideológicas (COUTO, 2013), ou o endoecológico, direcionado ao sistema linguístico. (MUFWENE, 2001)

A exemplo do primeiro caso, há os trabalhos de Couto (2007, 2013), nos quais se prima por uma abordagem mais holística dos fatos linguísticos considerando como instância matriz o ecossistema em que tais manifestações se verificam, ao ponto, inclusive, de culminar em um ecossistema fundamental da língua, pois

[...] a *ecologia linguística* (outro nome para ecolinguística) é uma das maneiras de se fazer ecologia. Deixando as demais de lado para efeitos operatórios, notamos que seu objeto de estudo são os *ecossistemas linguísticos*, que inicialmente compreendem o ecossistema *natural*, o *mental* e o *social*. Em consonância com a proposta de Leonardo Boff de que esses três ecossistemas (que ele chama de 'ecologias') convergem para um ecossistema 'integral' (BOFF, 2012), na linguística ecossistêmica eles convergem para o que chamo de *ecossistema fundamental da língua*, mas que poderia ser igualmente chamado de *ecossistema fundacional da língua*, por razões óbvias. Este, por seu turno, pode ser encarado da perspectiva da *comunidade de língua* e da da (sic) *comunidade de fala*. A primeira, também chamada de *ecossistema linguístico geral e bioma linguístico*, equivale ao domínio do *sistema*. (COUTO, 2013, p. 294, grifo do autor)

Se por um lado, há uma abordagem Ecolinguística na qual se visa estudar a língua como um componente do ecossistema (COUTO, 2007, 2013), por outro lado, há outro viés ecolinguístico no qual se pretende analisar como a Ecologia atua sobre o(s) sistema(s) linguístico(s). (MUFWENE, 1996, 2001, 2005, 2008, 2016) Para Mufwene, a Ecologia da língua(gem) é uma vertente na qual se assume que a vitalidade das línguas em seus meios ambientes sociais deve ser mensurada do mesmo modo que a vitalidade de organismos e espécies em seus *habitats* naturais.

Como já foi notado por diversos linguistas desde o século XIX, especialmente por Darmesteter (1886), as línguas também têm vida. Entretanto, como foi explicado em Mufwene (2001, 2008), nós podemos falar em nascimento, vitalidade e morte de línguas com propriedade apenas se as concebemos como espécies, mesmo que do tipo viral, cuja existência depende das

práticas interacionais de seus falantes, que são seus criadores e seus hospedeiros. O foco na espécie em vez de nos organismos (tradicional desde o século XIX) é crucial porque mostra a importância da variação no interior de uma língua como uma extrapolação do que não passa de uma população de dialetos falados por indivíduos ao comunicarem uns com os outros. A vitalidade das línguas depende de quão regularmente as populações (que consistem de indivíduos), associadas a elas vêm a usá-las em várias situações, com consequências que variam muito, dependendo de se são usadas em todos os domínios do conhecimento/experiências dos falantes, somente em alguns, mas não em outros, ou em nenhum deles. (MUFWENE, 2016, p. 22)

Sob essa ótica, a ecologia de dada língua incorre no mapeamento sócio-histórico, econômico e político associado às suas línguas ancestrais, bem como ao ambiente etnográfico em que “evoluem”, haja vista que são as estruturas sociais que mobilizam os falantes a optar por qual(is) língua(s) e/ou modalidade(s) linguística(s) são mais vantajosas em situações comunicativas específicas. (MUFWENE; VIGOUROUX, 2012; MUFWENE, 2016)

Nessa perspectiva, a vitalidade, bem como a sobrevivência, de uma dada língua é fruto da ecologia dessa língua, isto é, a sociohistória das populações de falantes dessa língua e seu ambiente etnográficos induzem os falantes a optarem pelas línguas/modalidades linguísticas mais vantajosas em contextos específicos. Portanto, as estruturas sociais que atravessam dada comunidade linguística interferem na vitalidade e na sobrevivência das línguas ou modalidades linguísticas inseridas nesse cenário político cultural. Logo, ‘[t]oda mudança é motivada externamente. O que acontece internamente são rearranjos, pelo processo conhecido como regramaticalização’ (MUFWENE, 2016, p. 1), ou, nos termos de Aboh (2020), recombinação gramatical. (CERQUEIRA, 2020, p. 80)

Não obstante, tal abordagem tem sido extremamente profícua nos estudos sobre contato linguístico (ABOH, 2009, 2015, 2020; MUFWENE, 2008; NEGRÃO; VIOTTI, 2011, 2012), dado que a formação de novas línguas/variedades linguísticas,

no bojo da colonização europeia, tem como eventos de pressão ecológica a escravização, a exploração territorial e a hierarquização de sujeitos, os quais impactaram drasticamente na vitalidade das línguas ancestrais, como também nas variedades de língua alvo. Entretanto, é importante destacar que embora a Ecolinguística também acione um objeto em comum entre a Biologia e a Linguística, não se insere em seu escopo de trabalho investigar a evolução abrupta da FL no *Homo sapiens*, o que parece ser decisivo para os trabalhos endereçados ao item lexical Biolinguística.

BIOLINGÜÍSTICA EM QUESTÃO

Conforme discutido nas seções anteriores, é comum que o termo Biolinguística seja associado a estudos que visam discutir a emergência da competência linguística, por meio do surgimento de uma FL cuja essência opera recursivamente (FLN), mas que está em diálogo contínuo com as interfaces articulatório-perceptual e conceitual-intencional (em FLB), emergiu, de maneira abrupta, no *Homo sapiens*, sendo, por conseguinte, elemento distintivo entre essa espécie e as de outros animais.

Nesse sentido, a FL, bem como a sua contraparte sistêmica (GU), atua de maneira espontânea como outros sistemas da fisiologia de sua espécie, tais como os sistemas visual, digestivo, circulatório, dentre outros. No entanto, sua maturação é fruto da presença indispensável de três fatores para determinação dessa língua abstrata, resultado da formatação da GU, a saber, LI. Assim, Chomsky (2005, p. 6) define três fatores centrais para agenda de pesquisa biolinguística: 1) a dotação genética, prerrogativa para a emergência da FL/GU; 2) a experiência, concebida como *input* linguístico cujo papel é primordial na aquisição de língua materna, haja vista que orienta a marcação paramétrica; a qual, por sua vez, se manifesta no terceiro fator; e 3) noção de princípio, a qual se desdobra em princípios gerais (fundamentos sintáticos comuns a todas as línguas naturais) e em princípios específicos (manifestação dos princípios gerais em cada língua, produto da marcação paramétrica, orientada pelo *input*).

O sustentáculo de uma proposta como a biolinguística está em argumentar em favor de que a competência linguística, a qual parece ser uma particularidade dos humanos, tenha surgido

nessa espécie por uma razão particular, isto é, uma virada na evolução da espécie pode ter proporcionado uma mudança genética responsável pelo surgimento de uma GU nos humanos, capaz de diferenciar muito significativamente a língua dos sistemas comunicativos dos animais (DI SCIULIO, BOECKX, 2011; CHOMSKY, 2016). Por conseguinte, ao passo que se deu a evolução desse aparato na espécie humana é preciso considerar como se dá o seu funcionamento e, para tanto, é necessário assumir que os princípios linguísticos, presentes na GU, são parcialmente rígidos, sendo uma parcela deles marcado positiva ou negativamente, conforme acionado pelo *input*. Considerando que os dados linguísticos primários são degradados em termos de gramática, finitos em termos de amostra e pobres em termos qualitativos (JENKINS, 2011) é lícito postular que uma parcela muito relevante desse conhecimento linguístico é de natureza inata. (CARVALHO; CERQUEIRA; MARIANO, 2017, p. 2289)

Não por acaso,

[o] problema da evolução da linguagem surgiu [...] quando os primeiros esforços foram feitos para tratar a linguagem como objeto biológico, interno a um indivíduo, capturando o que podemos chamar de Propriedade básica da linguagem humana: cada língua produz uma matriz digitalmente infinita de expressões estruturadas hierarquicamente com interpretações sistemáticas em interfaces com outros dois sistemas internos, o sistema sensório-motor (para a externalização) e o sistema conceitual [-intencional] (para inferência, interpretação, planejamento, organização da ação e outros elementos que informalmente fazem parte daquilo que chamamos de 'pensamento'). O quadro geral que aborda a linguagem dessa maneira, adotando tais diretrizes, passou a ser chamado de programa biolinguístico. (BERWICK; CHOMSKY, 2017, p. 107-108)

Do ponto de vista genético, assume-se que o gene *FOXP2* (BERWICK; CHOMSKY, 2016; HILLIARD; WHITE, 2009; REULAND, 2013) seja responsável por mutações genéticas responsáveis pela interação e, nesse sentido, afetam a

linguagem, embora tal gene também tenha sido encontrado em outras espécies de mamíferos e aves. Diante disso, especula-se que

[...] a disposição do FOXP2 ao desenvolvimento de língua esteja relacionada a sua atuação paralela a outros genes específicos dos humanos. Aparentemente, o FOXP2 agrega funcionalidades acionadas na medida em que outros genes estão presentes no código genético da espécie em questão. É possível que na medida em que a espécie avance na escala evolutiva, o gene acumule mais funções. O caso do *homo sapiens* ocasionou no surgimento da língua, mas em outras espécies promoveu mutações pertinentes à fisiologia dos mesmos. (CERQUEIRA; MARIANO, 2016, p. 6, grifo nosso)

Portanto, consoante a proposta de Hauser, Chomsky e Fitch (2002), uma vez que a competência linguística se diferencia expressamente do sistema comunicativo de outros animais, “[...] a faculdade da linguagem humana parece ser organizada como um código genético hierárquico, gerativo, recursivo, e sem limites virtuais a respeito deste escopo de expressão”.⁶ (HAUSER; CHOMSKY; FITCH, 2002, p. 1569, tradução nossa) Em vista disso, a arquitetura da linguagem prevista nesse viés concebe que FLN opera unicamente com recursividade, propriedade sintática, ao passo que a FLB lida, principalmente, com as interfaces articulatório-perceptual e conceitual-intencional, apesar de estar em constante diálogo com módulos externos como social, cultural, psíquico e ecológico.

O ESSENCIAL EM BIOLINGÜÍSTICA

Na seguinte seção, serão apresentados dez textos principais para compreensão introdutória, apesar de consistente, da agenda de trabalho Biolinguística. Dentre estes títulos, também constam textos correspondentes a outras frentes de investigação possíveis por meio da articulação de interesses entre a Biologia e a Linguística, conforme discussão realizada nas seções anteriores.

6 Do original: “[...] the human faculty of language appears to be organized like the genetic code – hierarchical, generative, recursive, and virtually limitless with respect to its scope of expression”.

LENNEBERG, E. *Biological Foundations of Language*. New York: Wiley, 1967.

Este livro é um clássico da literatura Biolinguística, sendo um dos pioneiros a tecer considerações acerca dos “aspectos da biologia da língua”. (LENNEBERG, 1967, p. vii) Em seu trabalho, o autor defende a tese de que considerações biológicas são necessárias para compreensão do comportamento linguístico, reforçando, por sua vez, o ponto de vista apresentado em Chomsky (1959). Assim, discute, nesse trabalho, forma e função em ontogenia, confronta as hipóteses da modularidade e da plasticidade cerebral, além de aspectos fisiológicos, tais como o sistema nervoso central, sistemas de fala e de respiração, atingindo debate no campo neurológico. Embora seja uma leitura complexa e densa, é muito positiva, apesar de recomendada para leitores já familiarizados com essa agenda de trabalho.

BERWICK, R.; CHOMSKY, N. *Why only us?: language and evolution*. Cambridge: MIT Press, 2016.

Em oposição ao livro anterior, Berwick e Chomsky (2016) é uma literatura mais atualizada acerca da agenda Biolinguística, ainda que convirja para os mesmos interesses. Enquanto, no primeiro, o referencial em teoria linguística se inscreve no modelo transformacional (CHOMSKY, 1957, 1965), o segundo, já prevê um debate em perspectiva minimalista (CHOMSKY, 1995), considerando uma arquitetura da linguagem cuja derivação demanda duas operações básicas, a saber, *merge* e *move*. Desse modo, os autores apresentam um cotejo tanto de teorias genéticas, quanto da evolução, com fito de responder questões linguísticas, tal qual o surgimento da FL no *Homo sapiens*. O livro apresenta quatro capítulos bastante densos, mas extremamente oportunos para o(a) leitor(a) interessado no debate. Ademais, em 2017, foi lançada sua versão em português brasileiro, *Por que nós?*, traduzida por Gabriel Othero e Luisandro Mendes Souza.

DI SCIULLO, A. M.; BOECKX, C. *The biolinguistic enterprise: News perspectives on the evolution and nature of the human language faculty*. New York: Oxford University Press, 2011.

Assim como o livro anterior, *The biolinguistic enterprise* também é denso, embora mais apropriado para certos leitores(as). Em linhas gerais, o livro explora

propriedades básicas da linguagem humana, como se deu sua maturação e posterior expansão para uso através da comunicação, tendo como questão norteadora “como essa propriedade se desenvolveu em nossa espécie?”. Portanto, são discutidas questões acerca da interação de mente e cérebro na produção e recepção de língua. O livro é composto por uma introdução e três partes, tendo sete capítulos em duas dessas e seis em outra, totalizando 21 textos de linguistas, biólogos e neurocientistas.

LONGOBARD, G.; GUARDIANO, C. The Biolinguistic Program and Historical Reconstruction. In: DI SCIULLO, A. M.; BOECKX, C. (ed.). *The biolinguistic enterprise: news perspectives on the evolution and nature of the human language faculty*. New York: Oxford University Press, 2011. p. 266-301.

O presente capítulo visa apresentar resultados de projeto de pesquisa em curso, naquela oportunidade, cujo pressuposto foi de que a abordagem teórica da Sintaxe tende a apresentar evidências inesperadas para típicas questões filogenéticas do paradigma histórico-comparativo. Sob essa ótica, os autores argumentam, através do modelo de genéticas moleculares, que a gramática formal se apresenta como grande contribuinte para compreensão do passado da humanidade, considerando a realidade dos sistemas paramétricos como teorias cognitivas de variação gramatical. Logo, além de tratar de questões atinentes à Biolinguística *stricto sensu*, os autores realizam um debate muito profícuo sobre a noção de parâmetro.

HAUSER, M.; CHOMSKY, N.; FITCH, W. The faculty of language: what is it, what has it, and how did it evolve? *Science*, Washington, D.C., v. 298, n. 5598, p. 1569-1579, Nov. 2002.

O presente trabalho é uma leitura imprescindível para quem deseja compreender nuances básicas da Biolinguística. Nesse artigo, os autores apresentam a proposta de distinção entre a FL em sentido amplo (FLB) e FL em sentido estrito (FLN), por meio da argumentação de que a compreensão da FL demanda colaboração interdisciplinar de trabalhos em Biologia Evolucionária, Antropologia, Psicologia e Neurociência. Desse modo, há apresentação e defesa da hipótese de que FLN, manifestada sistemicamente através da recursividade, é propriedade exclusiva dos humanos. Após a publicação do artigo *The nature of the language*

faculty and its implications for language, da autoria de Jackendoff e Pinker, Fitch, Hauser e Chomsky publicam uma segunda versão desse artigo, intitulada, *The evolution of language faculty: clarifications and implications*, na qual explicitam com maior clareza alguns aspectos da hipótese descontinuísta, bem como a arquitetura da linguagem prevista no Programa Minimalista. Logo, embora a discussão presente nesse artigo seja densa, é preliminar para compreensão da agenda de trabalho adotada em Biolinguística.

CHOSMKY, N. Three factors in language design. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, MA, v. 36, n. 1, p. 1-22, Winter 2005.

Nesse trabalho, Chomsky advoga que a perspectiva Biolinguística considera a língua como um “órgão do corpo”, haja vista que três fatores corroboram com essa concepção, a saber: 1) desenvolvimento genético da GU; 2) experiência, via *input* linguístico; e 3) princípios provenientes da concepção da língua como organismo independente, tal qual o sistema circulatório, por exemplo. Tais fatores são essenciais, nesse sentido, para “[...] tentativa de explicar as propriedades da linguagem em termos de considerações gerais de computação eficiente [...]”.⁷ (CHOMSKY, 2005, p. 1, tradução nossa) Esse também é um texto introdutório ao debate, por isso, vale a pena lê-lo antes de outras alternativas. Cabe destacar que Jenkins (2011), também realiza discussão acerca dos “três fatores” em texto intitulado *The three design factors in evolution and variation*.

CARVALHO, D. da S.; CERQUEIRA, F. de O.; MARIANO, V. C. Biolinguística: da evolução da espécie à noção de parâmetros. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 2286-2289, 2017.

O presente artigo apresenta um breve panorama do estado da arte da Biolinguística, considerando seu surgimento, os interesses dessa abordagem, a evolução da FL no *Homo sapiens*, bem como da noção de parâmetro. Assim, é discutida a natureza biológica da linguagem humana, considerando suas propriedades fisiológicas, a emergência da competência linguística e os processos

7 Do original: “[...] attempt to account for properties of language in terms of general considerations of computational efficiency [...]”.

evolutivos responsáveis por seu surgimento. Portanto, é recomendado, especialmente, como leitura introdutória ao debate.

PENZ, Y. F. da S.; IBAÑOS, A. M. O estatuto da Biolinguística: fundamentos teórico-ontológicos relevantes. *ReVEL*, [s. l.], v. 16, n. 31, set. 2018.

No texto em questão, os autores apresentam uma densa discussão filosófica-ontológica acerca do estatuto da Biolinguística, realizando, inicialmente, uma breve historicização de fundamentos teóricos pertinentes à relação de língua e evolução, seguida por um interessante debate confrontando os vieses continuísta e descontínuísta. Embora trate-se de texto introdutório, é recomendado para leitores mais maduros em Teoria Gerativa, haja vista que muitos conceitos-chave serão apresentados, mas não aprofundados, dado ao objetivo do artigo.

JACKENDOFF, R.; PINKER, S. The nature of the language faculty and its implications for language. *Cognition*, [s. l.], v. 97, n. 2, p. 211-225, 2005.

Por ser uma crítica ao ponto de vista apresentado por Hauser, Chomsky e Fitch (2002), é recomendável que a leitura do segundo pressuponha à do primeiro. Assim, Jackendoff e Pinker defendem que a hipótese continuísta, ao passo que argumentam que a assunção da FLN é problemática devido ao que trataram como “dicotomização da cognição das capacidades cognitivas”. Segundo os autores, os sistemas cognitivos são adaptados paulatinamente conforme seu uso, o que, por sua vez, diverge da hipótese de mutação genética abrupta.

MUFWENE, S. Ecologia da língua: algumas perspectivas evolutivas. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 21-38, 2016.

A perspectiva apresentada por Mufwene, como já dito nas seções anteriores, é fruto da interseção de interesses da Biologia com a Linguística, apesar de não se inserir na agenda de trabalho da Biolinguística nos termos em que se define na literatura. Por conseguinte, a abordagem apresentada pelo autor congolês resulta da interação entre a Ecologia e a Sociolinguística, mais precisamente, no tocante às teorias de contato linguístico, popularmente tratadas como Crioulística, no Brasil. No artigo em questão, argumenta que toda mudança linguística

“[...] é motivada externamente. O que acontece internamente são rearranjos” (MUFWENE, 2016, p. 1), por isso advoga que a vitalidade das línguas decorre de processos de seleção e competição, motivadas por eventos socioeconômicos, como a colonização. É um excelente texto para introdução à ecologia da língua(gem).

NOTAS FINAIS

O trabalho em questão apresentou um breve preâmbulo do estado da arte da Biolinguística, bem como das principais interlocuções entre Biologia e Linguística. Sendo assim, foram discutidas questões acerca de abordagens biológicas, como Lamarckismo, Darwinismo e Neodarwinismo, como também suas diferentes associações com estudos da língua(gem), tais como as hipóteses descontinuista e continuista, além da Ecolinguística. Ademais, foi realizada uma breve síntese dos interesses principais do que se institui como foco da agenda de pesquisa Biolinguística. Por fim, também foram apresentadas dez obras acerca das discussões estabelecidas no decorrer do texto, com intuito de guiar leitores interessados nessa agenda de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ABOH, E. O. Competition and selection: that's all! In: ABOH, E. O.; SMITH, N. (ed.). *Complex processes in new languages*. Amsterdam: Benjamins, 2009. p. 317-344.
- ABOH, E. O. *The emergence of hybrid grammar: language contact, change and creation*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2015.
- ABOH, E. O. Lessons from neuro-(a)-typical brains: universal multilingualism, code-mixing, recombination, and executive functions. *Frontiers in Psychology*, Lausanne, v. 11, p. 488, Apr. 2020. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2020.00488/full>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- BERWICK, R. C.; CHOMSKY, N. *Por que apenas nós? Linguagem e evolução*. Tradução de Gabriel de Ávila Othero e Luisandro Mendes de Souza. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- BERWICK, R.; CHOMSKY, N. *Why only us?: language and evolution*. Cambridge, MA: MIT Press, 2016.
- BICKERTON, D. *More than nature needs: language, mind, and evolution*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2014.
- BOECKX, C. The nature of Merge: consequences for language, mind, and biology. In: PIATTELLI-PALMARINI, M.; URIAGEREKA, J.; SALABURU, P. (org.). *On mind and language: a*

dialogue with Noam Chomsky in the Basque Country. Oxford, UK: Oxford University Press, 2009. p. 44-57.

BORGES NETO, J. O empreendimento gerativo. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3. p. 93-130.

CAMPOS, J. Chomsky vs. Pinker: na interface entre Linguística e Psicologia Evolucionária. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 46, n. 3, p. 12-17, jul./set. 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/9739/6666>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CARVALHO, D. S.; CERQUEIRA, F. O.; MARIANO, V. C. Biolinguística: da evolução da espécie à noção de parâmetros. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 2286-2289, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2017v14n3p2286/35139>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CERQUEIRA, F. O. O pretuguês como comunidade de prática: concordância nominal e identidade racial. *Revista Traços de Linguagem*, Cáceres, v. 4, n. 1, p. 75-88, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/tracos/article/view/4644/3774>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CERQUEIRA, F.; MARIANO, V. Algumas considerações sobre evolução da linguagem: biolinguística e a noção de parâmetro. *Inventário*, Salvador, n. 19, dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/inventario/article/view/18229/13161>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CHOMSKY, N. Approaching UG from below. In: SAUERLAND, U.; GÄRTNER, H. M. (org.). *Interfaces + Recursion = Language?* Berlin: De Gruyter Mouton, 2007a. p. 1-29.

CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.

CHOMSKY, N. *Knowledge of language: its nature, origin, and use*. New York: Praeger, 1986.

CHOMSKY, N. *Language and mind*. New York: Harcourt Brace and World, 1968.

CHOMSKY, N. Language architecture and its import for evolution. *Neuroscience and Behavioral Reviews*, [s. l.], v. 81, part B, p. 295-300, 2017.

CHOMSKY, N. The language capacity: architecture and evolution. *Psychonomic Bulletin & Review*, Chicago, v. 24, p. 200-203, 2016.

CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

CHOMSKY, N. On minds and language. *Biolinguistics*, Nicosia, v. 1, p. 1-22, 2007b.

CHOMSKY, N. *Programa minimalista*. Tradução de Eduardo Raposo. Lisboa: Caminho, 1995.

CHOMSKY, N. A review of B. F. Skinner's Verbal Behavior. *Language*, [Washington, D.C.], v. 35, n. 1, p. 26-58, 1959.

CHOMSKY, N. *Syntactic Structure*. Haia: Mouton, 1957.

CHOMSKY, N. Three factors in language design. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, MA, v. 36, n. 1, p. 1-22, Winter 2005.

- CHOMSKY, N.; BOECKX, C. *The biolinguistic enterprise: news perspectives on the evolution and nature of the human language faculty*. New York: Oxford University Press, 2011.
- COUTO, H. H. C. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília, DF: Thesaurus, 2007.
- COUTO, H. H. C. O que vem a ser Ecolinguística, afinal? *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, DF, v. 14, n. 1, p. 275-313, 2013.
- DARWIN, C. *On the origins of species*. London: John Murray, 1859.
- DI SCIULLO, A. M.; BOECKX, C. *The biolinguistic enterprise: news perspectives on the evolution and nature of the human language faculty*. New York: Oxford University Press, 2011.
- EVOLUÇÃO humana. *Significados*, [s. l.], c2020. Disponível em: <https://www.significados.com.br/evolucao-humana/>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- FEDOR, A.; ITTZÉS, P.; SZATHMÁRY, E. The biological background of syntax evolution. In: BICKERTON, D.; SZATHMÁRY, E. (ed.). *Biological foundations and origins of syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 2009. p. 15-39.
- FILL, A. *Ökologie: Eine Einführung*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1993.
- FITCH, W. T.; HAUSER, M. D.; CHOMSKY, N. The evolution of language faculty: clarifications and implications. *Cognition*, [s. l.], v. 97, n. 2, p. 179-210, 2005.
- GALLIESTEL, C. Guest editor: animal cognition. *Cognition*, [s. l.], v. 37, n. 1-2, special issue, 1990.
- HAUGEN, E. The ecology of language. *The Linguistic Reporter*, Washington, D.C., v. 13, n. 1, p. 19-26, Winter 1971.
- HAUGEN, E. *The ecology of language*. Stanford: Stanford University Press, 1972. p. 325-339.
- HAUSER, M.; CHOMSKY, N.; FITCH, W. The faculty of language: what is it, what has it, and how did it evolve? *Science*, Washington, D.C., v. 298, n. 5598, p. 1569-1579, Nov. 2002.
- HILLIARD, A.; WHITE, S. Possible precursors of syntactic components in other species. In: BICKERTON, D.; SZATHMÁRY, E. (ed.). *Biological Foundations and origins of syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 2009. p. 161-183.
- JACKENDOFF, R.; PINKER, S. The nature of the language faculty and its implications for evolution of language. *Cognition*, [s. l.], v. 97, n. 2, p. 211-225, 2005.
- JENKINS, L. The three design factors in evolution and variation. In: DI SCIULLO, A. M.; BOECKX, C. (ed.). *The biolinguistic enterprise: new perspectives on the evolution and nature of the human language faculty*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2011. p. 169-204.
- LAMARCK, J.-B. *Philosophie Zoologique*. Paris: Muséum National D'histoire Naturelle, 1809.
- LENNEBERG, E. H. *Biological foundations of language*. New York: Wiley, 1967.
- LONGOBARD, G.; GUARDIANO, C. The biolinguistic program and historical reconstruction. In: DISCIULLO, M. A.; BOECKX, C. (ed.). *The biolinguistic enterprise: news perspectives on the*

evolution and nature of the human language faculty. New York: Oxford University Press, 2011. p. 266-301.

MAKKAI, A. *Ecolinguistics: toward a new **paradigma** for science of language?* London: Pinter Publisher, 1993.

MALTHUS, T. *An essay on the Principle of Population: an essay on the Principle of Population as it affects the future improvement of society with remarks on the speculations of Mr. Godwin, M. Condorcet, and other writers.* London: St. Paul's Church-Yard, 1798.

MEYER, D.; EL-HANI, C. N. *Evolução e o sentido da biologia.* São Paulo: Editora Unesp, 2005.

MUFWENE, S. *Créoles, écologie sociale, évolution linguistique.* Paris: L'Harmattan, 2005.

MUFWENE, S. Ecologia da língua: algumas perspectivas evolutivas. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 21-38, 2016.

MUFWENE, S. *The ecology of language evolution.* Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2001.

MUFWENE, S. The founder principle in creole genesis. *Diachronica*, Amsterdam, v. 13, n. 1, p. 83-134, 1996.

MUFWENE, S. Language birth and death. *Annual Review of Anthropology*, [s. l.], v. 33, p. 201-222, 2004.

MUFWENE, S. *Language evolution: contact, competition and change.* London: Continuum, 2008.

MUFWENE, S.; VIGOUROUX, C. B. Individuals, populations, and timespace: perspectives on the ecology of language. *Cahiers de Linguistique*, Paris, v. 38, n. 2, p. 111-138, 2012.

NEGRÃO, E.; VIOTTI, E. Em busca de uma história linguística. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 309-342, 2012.

NEGRÃO, E.; VIOTTI, E. Epistemological aspects of the study of the participation of African languages in Brazilian Portuguese. In: PETER, M.; VANHOVE, M. (ed.). *Portugais et langues africaines: études afro-brésiliennes.* Paris: Karthala, 2011. p. 13-44.

NÓBREGA, V. A. *Abordagem Isomórfica: articulação entre léxico e a sintaxe na emergência da linguagem.* 2018. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PENZ, Y. F. S.; IBAÑOS, A. M. T. O estatuto da Biolinguística: fundamentos teórico-ontológicos relevantes. *ReVEL*, [s. l.], v. 16, n. 31, set. 2018.

REULAND, E. Recursivity of language: what can birds tell us about it? In: BOLHUIS, J.; EVERAERT, M. (ed.). *Birdsongs, speech and language: exploring the evolution of mind and brain.* Cambridge: MIT Press, 2013. p. 209-228.

SCARPA, E. M. Aquisição da linguagem. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras.* 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. v. 2. p. 241-271.

SKINNER, B. F. *Verbal Behavior.* New York: Appleton Century Crofts, 1957.

STEMMER, B. Pragmatics: theoretical and clinical issues. *Brain and Language*, [s. l.], v. 68, n. 3, p. 389-391, 1999.

TALLERMAN, M.; GIBSON, K. R. Introduction: the evolution of language. In: TALLERMAN, M.; GIBSON, K. R. (ed.). *The Oxford handbook of language evolution*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2012. p. 1-36.

TATTERSALL, I. *Becoming human: evolution and human uniqueness*. New York: Harcourt Brace, 1998.

WALLACE, A. R. Sir Charles Lyell on geological climates and the origin of species. *Quarterly Review*, London, v. 126, p. 359-394, 1869.

DEZ OBRAS PARA CONHECER FONÉTICA

FELIPE FLORES KUPSKE

INTRODUÇÃO

Fonética *versus* Fonologia. Pode soar estranho para o leitor iniciante, mas o estudo dos sons da língua é, tradicionalmente, dividido nessas duas áreas. De um lado, há a Fonética – foco deste texto –, que investiga os sons propriamente ditos de uma língua, por exemplo, como eles são produzidos e percebidos. Do outro, há a Fonologia, que trabalha com a organização desses sons em sistemas linguísticos.¹ Muito embora Fonética e Fonologia comumente sejam tratadas separadas (BLOOMFIELD, 1933; CHOMSKY, 1957; CHOMSKY; HALLE, 1968), muitos autores (ALBANO, 2001, 2020; BYBEE, 2001; BROWMAN; GOLDSTEIN, 1992; KUPSKE; ALVES, 2016; MUNSON; EDWARDS; BECKMANN, 2005; OHALA, 1983; PIERREHUMBERT, 2003) defendem a unificação dessas áreas. Eu, particularmente, advogo que a gramática dos sons de uma língua, a gramática fonológica, é dirigida pela “superfície” ou, em outras palavras, que seria a Fonética, o uso dos sons da fala, que nortearia a construção da Fonologia. Para mim, o detalhe fonético, às vezes marginalizado na Linguística, é central no processamento e na aquisição da linguagem: Fonética e Fonologia estão entrelaçadas.

1 No caso de língua de sinais, como LIBRAS, por exemplo, os aspectos equivalentes dos sinais são analisados. (TYRONE, 2010)

Entre os que defendem uma separação categórica e os que pensam na total inseparabilidade dos dois domínios, existem diversas outras perspectivas. Assim, concordo com Brescancini e Gomes (2014, p. 5) quando sinalizam que a “[...] relação entre Fonética e Fonologia é capturada diferentemente nas diversas vertentes teóricas da Linguística, de modo que diferentes limites para esses, ao mesmo tempo, níveis e campos de estudo são estabelecidos”. Contudo, nesta breve introdução, adotarei uma perspectiva mais tradicional, que separa a fala (*parole*), que, grosso modo, está para a Fonética, de língua (*langue*), que está para Fonologia, por uma questão puramente didática. Além disso, o guia que abarca este capítulo conta, também, como um texto destinado especificamente à introdução da Fonologia. Desde já, contudo, deixo claro que essas barreiras podem e devem ser repensadas. Saliento, também, que independentemente do posicionamento em relação à aproximação entre as duas áreas, Fonética e Fonologia são interdependentes, “[...] uma vez que para qualquer estudo fonológico é indispensável partir do conteúdo fonético, articulatório e/ou acústico para determinar quais são as unidades distintivas de cada língua”. (CALLOU; LEITE, 2009, p. 11)

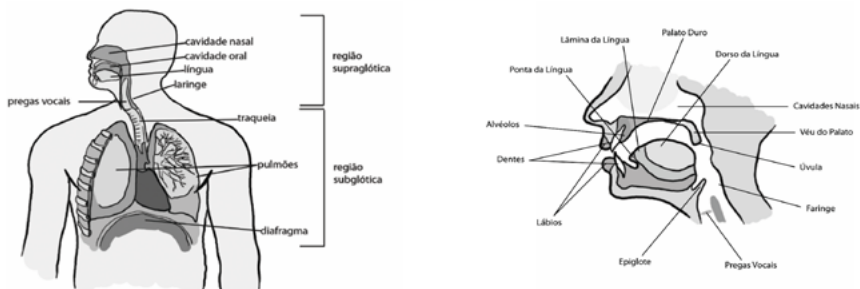
Muito embora o *Curso de Linguística Geral* (SAUSSURE, 2006) já defina Fonética como uma ciência histórica, que “[...] analisa acontecimentos, transformações e se move no tempo” (SAUSSURE, 2006, p. 43), é Trubetzkoy (1939), à luz do Estruturalismo do Círculo Linguístico de Praga, que define (e separa da Fonologia) a Fonética como tradicionalmente adotada, como o estudo dos sons da fala em termos saussureanos. A Fonética, então, que tem o *fone* como sua unidade mínima de análise, é a ciência que estuda as características dos sons humanos, especialmente quando usados na fala, fornecendo os métodos para sua descrição, classificação e transcrição. (CRYSTAL, 2000) De maneira geral, o foneticista, especialista na área, trabalha com a produção e percepção efetiva dos sons das línguas naturais.

As línguas naturais são, primariamente, produzidas por meio de movimentos coordenados de partes do nosso corpo. No caso das línguas orais, a fala é produzida a partir dos movimentos realizados no aparato vocal e o seu produto é o sinal acústico (KENT; READ, 2015), e, como apontam Massini-Cagliari e Cagliari (2001), para falarmos, usamos mais da metade do nosso corpo, do abdômen até a cabeça. A Fonética, que estuda todas as etapas da produção e percepção desses sons, é comumente subdividida em três grandes ramos em função de

seus focos de investigação: 1) Fonética Articulatória; 2) Fonética Acústica; e 3) Fonética Auditiva ou Perceptual (ou perceptiva). Todavia, devo sinalizar que essas três subáreas da Fonética não funcionam de forma independente. Para defini-las, usarei a proposta de Llisterri (1991), que sugere pensarmos na Fonética a partir do esquema de comunicação verbal proposto por Roman Jakobson (2007).

Levando em consideração o ponto de vista do emissor, teríamos a *Fonética Articulatória*, que está relacionada diretamente com os movimentos no aparato fonador, ou seja, que estuda a produção efetiva dos sons por parte dos falantes. Esse ramo da Fonética, então, investiga a maneira como os sons da fala são produzidos em relação a suas características fisiológicas e articulatórias. (SEARA; NUNES; LAZZAROTTO-VOLCÃO, 2011) Para Crystal (2000), essa subdivisão, às vezes, é denominada Fonética Fisiológica, pois parcela de sua terminologia se origina nos campos da anatomia e fisiologia humanas. Dessa forma, aquele que estuda a Fonética Articulatória deve entender os mecanismos e os processos de articulação dos sons, bem como todos os órgãos responsáveis por essa produção. Na Figura 1 abaixo, à esquerda, podemos ver o aparelho fonador humano e, à direita, detalhes dos órgãos articulatórios ativos e passivos do mesmo aparelho.

Figura 1 – Aparelho fonador e detalhe de órgãos articulatórios



Fonte: Seara, Nunes e Lazzarotto-Volcão (2011, p. 17).

Para Callou e Leite (2009), o nome Fonética Articulatória possui dois sentidos. No sentido mais amplo, o termo refere-se ao propósito de se descrever os sons produzidos pelos seres humanos. Em seu sentido mais estrito, refere-se à tentativa de investigar os mecanismos existentes nas línguas humanas. Dessa forma, como a área se concentra na articulação das línguas orais, movimentos e

posições dos articuladores, várias técnicas têm sido empregadas para que possamos “ver” a fala em diferentes planos. A área, inicialmente, contava apenas com a visualização do pesquisador, mas, aos poucos, foi se sofisticando e, hoje, conta com o auxílio de vários instrumentos, como, por exemplo, ultrassonografia, ressonância magnética (MRI), radiografia, articulografia eletromagnética (EMA), palatografia entre outros.

A descrição dos sons de qualquer língua adota parâmetros articulatórios. A própria classificação dos sons pelo Alfabeto Fonético Internacional (IPA, de *International Phonetic Alphabet*), conjunto de símbolos que linguistas usam para descrever os sons das línguas naturais, por exemplo, é baseado em características articulatórias. Vejamos um pedaço do IPA para consoantes (Figura 2).

Figura 2 – Alfabeto Fonético Internacional

	Bilabial	Labiodental	Dental	Alveolar	Postalveolar	Retroflex	Palatal	Velar	Uvular	Pharyngeal	Glottal
Plosive	p b			t d		ʈ ɖ	c ɟ	k ɡ	q ɢ		ʔ
Nasal	m	ɱ		n		ɳ	ɲ	ŋ	ɴ		
Trill	ʙ			ɾ					ʀ		
Tap or Flap		ɸ		ɾ		ɽ					
Fricative	ɸ β	f v	θ ð	s z	ʃ ʒ	ʂ ʐ	ç ʝ	x ɣ	χ ʁ	ħ ʕ	h ɦ
Lateral fricative				ɬ ɮ							
Approximant		ʋ		ɹ		ɻ	j	ɰ			
Lateral approximant				l		ɭ	ʎ	ʟ			

Fonte: International Phonetic Association (2015).

Como podemos perceber pela Figura 2, o fone consonantal [v] em “vaca” [ˈva.ka], assim, é descrito, pelo IPA, como um som fricativo labiodental sonoro. Seu *Modo de Articulação*, parâmetro articulatório de classificação relacionado ao tipo de aproximação que ocorre entre os articuladores, é fricativo, pois a consoante é executada pelo ar fonatório através de um canal estreito produzido pela aproximação de dois articuladores, resultando em uma fricção audível. Seu *Ponto de Articulação*, parâmetro relacionado aos articuladores ativos e passivos envolvidos na produção da consoante, é labiodental, pois corresponde à aproximação entre o articulador ativo “lábio inferior” e o articulador passivo “dentes incisivos superiores”. Em relação ao *Vozeamento*, determinado pela ação (vibração) das cordas vocais, [v] é uma consoante vozeada (ou sonora), pois é realizada com

vibração das cordas vocais.² O fone [f], por outro lado, possui os mesmos modo e ponto de articulação, mas é um segmento não vozeado (ou surdo). Assim, a única diferença, pelo IPA, entre [v] e [f] é o vozeamento.

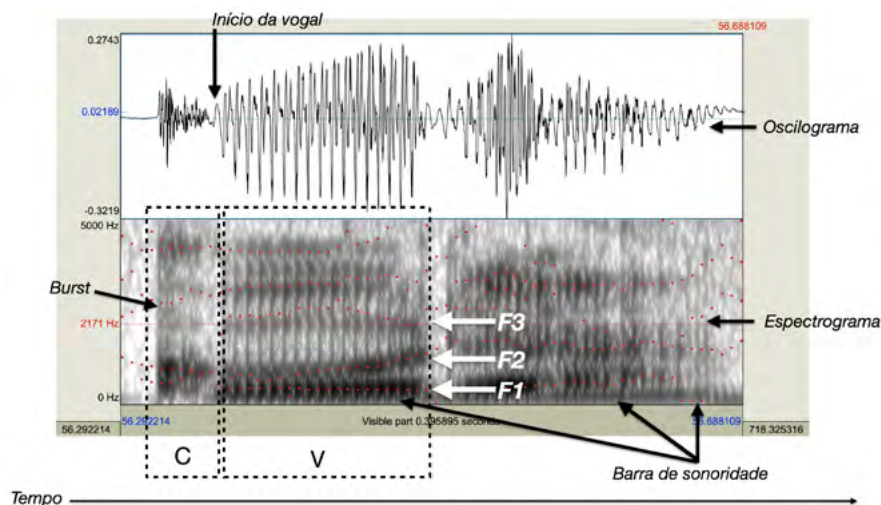
Para a classificação de vogais, são adotados quatro parâmetros distintos, quais sejam: 1) altura de língua (ou abertura/fechamento da mandíbula); 2) avanço/recuo de língua; 3) arredondamento dos lábios; e 4) abertura/fechamento do véu palatino. A vogal [u], como em “uva”, por exemplo, é uma vogal (1) alta, pois a língua encontra-se alta na dimensão vertical da cavidade oral; (2) posterior, significando que o corpo da língua se encontra em um ponto posterior de deslocamento horizontal na cavidade oral; (3) arredondada, pois os lábios encontram-se aproximados, e (4) oral, pois o véu palatino está fechado. Para maiores detalhes sobre a descrição das consoantes e vogais do português brasileiro (PB), leia-se Cristófar-Silva e demais autores (2019).

Ainda seguindo-se a proposta de Llisterri (1991), à luz de Jakobson (2007), partindo da perspectiva da mensagem propriamente dita, o sinal acústico, entendido aqui como onda sonora, é analisado pela *Fonética Acústica*. Enquanto a Fonética Articulatória investiga questões que envolvem a execução dos sons humanos, a Fonética Acústica busca entender como as diferentes formas de execução afetam as propriedades do som. Se pararmos para pensar, entre o término da articulação e a percepção dos sons, a língua é um fenômeno físico, já que o som é formado por perturbações das moléculas de ar. (CRISTÓFARO-SILVA et al., 2019) Assim, a fala, como qualquer outro som, pode ser gravada e submetida à análise acústica. De forma geral, esse ramo da Fonética investiga o som a partir de suas propriedades físicas, ou seja, pela análise das ondas sonoras, por meio de espectrogramas, gráficos da forma de onda, trajetórias de formantes e da frequência fundamental etc.

A representação acústica da fala pode ser executada de duas possibilidades: uma representação temporal, que engloba a forma de onda e o espectrograma, e/ou uma representação espectral, englobando o espectro. Focarei apenas na primeira. Na figura abaixo, encontramos o oscilograma e o espectrograma para a palavra “cura” do PB, representações do sinal acústico da fala.

2 Acesse o Quadro do IPA interativo em: <https://www.ipachart.com/>.

Figura 3 – Oscilograma e o espectrograma para a palavra “cura”



Fonte: elaborada pelo autor.

No oscilograma, encontramos, no eixo das abscissas, os instantes de tempo e, no eixo das ordenadas, o registro da amplitude de onda (medida em decibéis, dB), isto é, as diferenças de pressão presentes na onda sonora. Na Figura 3, por exemplo, sem entrarmos nos detalhes da Teoria Acústica de Produção da Fala, podemos perceber que os sons consonantais possuem valores mais baixos de amplitude de onda quando comparados com as vogais, e que vogais tônicas são mais longas e possuem maior amplitude quando comparadas com vogais átonas, já que, quanto maior a energia despendida na produção do som, maior será a amplitude da onda. Como sinalizam Cristófar-Silva e demais autores (2019), o oscilograma apresenta informações relevantes, sobretudo para a caracterização de sons consonantais, mas não dá conta de uma análise detalhada dos sons fala, principalmente quando buscamos analisar vogais. Para uma descrição mais completa, além da forma de onda, devemos analisar a frequência (medida em hertz, Hz), que corresponde nos sinais da fala à quantidade de ciclos glotais por segundo, apresentada pelo espectrograma, que relaciona frequência e tempo.

Obviamente, os elementos a serem investigados na representação temporal do sinal da fala dependem do objetivo da análise, mas, longe de tentar ensinar, aqui, como fazer análise acústica da fala, vamos imaginar que, de oitiva,

de ouvido, um pesquisador não consegue identificar se um de seus locutores narrou a palavra “cura”, “pura” ou “dura” e resolve tratar os dados acusticamente para resolver o impasse. Antes de continuarmos, preciso destacar que a análise acústica não se limita, de forma alguma, a ser usada como uma ferramenta de verificação ou identificação de sons da fala, já que a investigação na área vai além da estrutura física dos sons e engloba, por exemplo, a investigação sobre a síntese e reconhecimento automático da fala, reconhecimento/identificação de locutores para fins de perícia criminal e a análise de disfonias (patologias da laringe).

Considerando-se a Figura 3, ao analisarmos o início da primeira sílaba, o foneticista acústico seria capaz de notar a presença de um deslocamento de energia (*burst*) da soltura de uma consoante seguida de um momento de silêncio antes do início da produção da vogal seguinte, característico dos sons plosivos não vozeados, /p, t, k/, do PB. Os sons plosivos vozeados em PB, /b, d, g/, comportam-se de maneira diferente, sendo que a produção da vogal inicia antes da soltura do som consonantal. Por meio da Figura 3, o linguista pode perceber, também, que não existe uma barra de sonoridade na duração da plosiva inicial, que se configuraria como uma região/linha escura na parte mais inferior do espectrograma, como pode ser visto no restante de palavra. Dessa forma, o linguista é capaz de confirmar que a palavra narrada pelo participante não é “dura”. Medindo a duração do intervalo de silêncio entre o início da plosiva e o início da vogal seguinte e o “desenho” da transição de formantes entre a consoante e a vogal, o foneticista, então, constata que se trata do fone [k], que tem um intervalo de silêncio muito mais longo do que [p].

Digamos que o linguista queira “descobrir” qual é a vogal da sílaba tônica da palavra representada pela Figura 3. Nesse caso, ele deve analisar os valores dos formantes, frequências de ressonância (as linhas escuras marcadas no espectrograma), 1, 2 e 3 – F1, F2 e F3, respectivamente, que mudam em relação ao comprimento do tubo/trato vocal e a sua seção transversal. Como alteramos a configuração do nosso tubo/trato vocal ao articularmos sons diferentes, com o valor de F1, o pesquisador é capaz de identificar a altura de língua utilizada para a produção da vogal. Com os valores de F2 e F3, o pesquisador consegue ter acesso a informação sobre anterioridade e do arredondamento da vogal, respectivamente. Assim, ao analisar os formantes presentes no espectrograma, o linguista seria capaz de identificar que se trata da vogal alta [u]. Para compreender mais sobre

os conceitos fundamentais de Fonética Acústica e para uma descrição acústica do PB, indico a leitura de Cristóforo-Silva e demais autores (2019).

A Fonética Acústica esteve vinculada, por muito tempo, a equipamentos e programas computacionais caros e pouco acessíveis, além, claro, de demandar um conhecimento mínimo de Física. Por esses motivos, embora a área esteja crescendo – dada a criação de programas gratuitos de análise acústica da fala, como o *Praat* (BOERSMA; WEENINK, 2021), por exemplo –, trata-se de um domínio ainda pouco explorado no Brasil quando comparado a outras propostas de Fonética. O crescente número de laboratórios de Fonética e Fonologia – como o Laboratório de Ciências da Fala (LAFALA) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), também tem contribuído para o desenvolvimento da área, mas há um caminho longo a ser trilhado.

Finalmente, agora na perspectiva do receptor/interlocutor, tratarei da *Fonética Auditiva*, que busca estudar, principalmente, como ouvintes interpretam o sinal acústico do ponto de vista linguístico. Esse ramo dos estudos da fala investiga, então, os processos de interpretação dos sons. Em outras palavras, busca compreender a reação em termos de percepção a esses estímulos auditivos (CRYSTAL, 2000) ou em como os seres humanos convertem ondas sonoras em informação linguística.

Trata-se de um ramo transdisciplinar em essência, sendo que suas questões geralmente são exploradas com referência às Fonéticas Acústica e Articulatória. Na verdade, para alguns pesquisadores, não haveria uma divisão cartesiana entre esse ramo da Fonética e os demais. Além disso, a Fonética Auditiva está relacionada com outras áreas, como, por exemplo, a Psicologia, a Física Acústica, e as Neurociências em geral, já que seria impossível investigar a conversão de ondas em sentido sem considerarmos a cognição humana e a física de produção da fala.

A Fonética Auditiva trabalha principalmente com testes de percepção, com os quais podemos testar, por exemplo, a *identificação* e/ou a *discriminação* categórica ou dos sons da fala. No caso da identificação, participantes devem escutar um item e classificá-lo com base em seu conhecimento fônico. Posto de forma simples, busca-se investigar se um falante é capaz de identificar um determinado som, o que pode não acontecer quando se investiga, por exemplo, sons de uma língua não nativa. Por outro lado, em um teste de discriminação categórica, os participantes devem ouvir dois ou mais itens de fala seguidos em um único estímulo e contrastá-los. Por exemplo, em uma tarefa AXB, o participante

escuta um estímulo contendo a sequência “*ship, ship, sheep*” da língua inglesa e deve responder se o elemento do meio é semelhante ao primeiro ou ao último da sequência. Para mais detalhes, convido o leitor a ler Perozzo (2017).

O ESSENCIAL SOBRE FONÉTICA

Nesta seção, irei apresentar dez fontes que considero essenciais para aqueles que pretendem navegar pela área da Fonética. Muito embora qualquer um dos textos que selecionei possam ser lidos de maneira independente, optei por um ordenamento que considera uma gradualidade da complexidade teórica, partindo de textos mais amplos. Isso, de forma alguma, significa que as primeiras leituras são menos importantes ou menos profundas. Significa apenas que os textos iniciais apresentam conceitos mais genéricos e/ou mais introdutórios.

CRISTÓFARO-SILVA, T.; YEHIA, H. C. *Sonoridade em Artes, Saúde e Tecnologia*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

A minha primeira sugestão de leitura – que serve de base para muitos de meus alunos –, de qualidade, de fácil acesso e gratuita, é o *site/projeto* Sonoridade em Artes, Saúde e Tecnologia idealizado pelas professoras Thaís Cristóforo-Silva e Hani C. Yehia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Totalmente inovador no Brasil, criado em 2009, o *site* apresenta a fala como um evento dinâmico e serve como uma excelente fonte de consulta para estudantes e professores da área.

Além de ter acesso a uma introdução à Linguística e a áreas caras às ciências da fala, com foco nas Fonéticas Articulatória e Acústica e na Fonologia, o leitor encontrará materiais didáticos e exercícios diversos relativos, por exemplo, a aspectos fisiológicos e articulatórios da fala; acústica da fala; caracterização de fenômenos sonoros em várias línguas; transcrições fonéticas do português brasileiro e de outras línguas entre outros tópicos. O *site* também permite acesso ilimitado a dados de diversas línguas e sotaques. Além disso, o leitor pode contribuir para o banco de dados do projeto ao gravar a leitura de um pequeno texto em áudio e fazer a submissão pelo próprio *site*. O leitor encontrará, também, além de muitas sugestões de leituras e referências *on-line*, ferramentas da área,

fontes fonéticas, mapas entre outros materiais de apoio. Seguramente, é uma boa plataforma para se começar a estudar sobre Fonética e Fonologia.

CALLOU, D.; LEITE, Y. *Iniciação à fonética e à fonologia*. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

O livro acima é um clássico e deve figurar como uma leitura obrigatória aos interessados em Fonética. Trata-se de um livro curto, de fácil leitura, mas bastante completo. Na obra, as autoras introduzem e discutem os principais conceitos e questões da Fonética e da Fonologia, sendo que sua primeira parte é exclusivamente destinada a descrever esses dois domínios. Na segunda parte do livro, as autoras discutem a evolução dos estudos em Fonética e Fonologia, do Estruturalismo europeu aos modelos pós-chomskianos. Na terceira e quarta partes, respectivamente, o leitor encontrará uma introdução completa à Fonologia do PB e um panorama sobre as pesquisas em Fonética no Brasil. Ao chegar na quinta parte da obra, o estudante terá acesso a algumas aplicações da Fonética. Além de ser um texto introdutório completo, o livro apresenta uma Bibliografia Comentada. Nela, o leitor terá acesso a uma excelente lista de leituras comentada pelas autoras.

CRISTÓFARO-SILVA, T. *Fonética e Fonologia do Português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

Talvez o livro mais conhecido e lido de Fonética e Fonologia do PB, a obra de Cristóforo-Silva é um clássico da área dos sons do português e está presente em grande parte dos programas dos cursos e disciplinas sobre Fonética e Fonologia no Brasil. Seguramente, é uma leitura completa e obrigatória. O livro tem como principal objetivo subsidiar a organização e descrição dos sons das línguas naturais, com foco na caracterização de variedades do PB. A obra conta com uma introdução e três partes, quais sejam: “Fonética”, “Fonêmica” e “Modelos Fonológicos”.

Na primeira parte do livro, relevante para este texto, além de definir a Fonética, a autora traz à tona os pontos centrais das Fonéticas Articulatória, Auditiva, Acústica e Instrumental, além de apresentar, em detalhes, os sistemas do corpo humano envolvidos na produção da fala. A autora parte, então, para uma

descrição primorosa do sistema consonantal e vocálico do PB. Para finalizar a seção sobre Fonética, a autora traz uma sequência de exercícios – que possuem respostas ao final do livro – com os quais o estudante pode sedimentar o conteúdo lido e checar sua aprendizagem. Seguindo o livro, o leitor encontrará uma parte específica sobre os aspectos fonológicos do PB e modelos de análise, partes mais relevantes para o capítulo de Fonologia deste volume.

MASSINI-CAGLIARI, G.; CAGLIARI, L. C. Fonética. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 105-145.

As três primeiras sugestões de leitura apresentadas são mais gerais e dão conta tanto da Fonética quanto da Fonologia. São, claro, bases sólidas para o aprendiz de Fonética já que, como discuti no início deste capítulo, mesmo para os que separam Fonética e Fonologia, essas são áreas interdependentes. Assim, o estudante de Fonética deve ser um bom leitor de Fonologia e vice-versa. O capítulo de Massini-Cagliari e Cagliari, por sua vez, é especialmente dedicado à Fonética. Trata-se de um texto robusto de introdução à área, que dá conta não apenas de questões segmentais, mas de questões suprasegmentais da fala (acento, ritmo, entoação etc.), trazendo à tona uma excelente introdução aos elementos prosódicos da língua, ponto frágil em alguns textos introdutórios de Fonética, bem como de sua relação com a ortografia, por exemplo. Ao ler esse capítulo, o estudante terá uma base mais sólida sobre a Fonética e poderá, então, aventurar-se por leituras mais específicas e complexas, como as que seguem.

BRESCANCINI, C. R.; GOMES, C. A. Apresentação: Fonética versus Fonologia? *Letras de Hoje*, Florianópolis, v. 49, n. 1, p. 5-10, jan./mar. 2014.

Talvez eu quebre um pouco o “protocolo” de sugestão de leituras ao indicar um texto curto de apresentação de edição temática de periódico acadêmico. Contudo, trata-se de um texto denso e potente, que levanta uma excelente discussão e que, sim, deve ser lido. Nessa apresentação do volume destinado à interface entre Fonética e Fonologia do periódico *Letras de Hoje* da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brescancini e Gomes (2014), em poucas páginas, traçam uma linha do tempo entre “Fonética versus Fonologia” e “Fonética integrada à Fonologia”. Como discuti no início deste texto,

se, de um lado, alguns tomam Fonética e Fonologia como áreas dependentes, mas distintas, por outro, há uma corrente – em ampliação – em defesa de que não devemos separar gramática fonológica e produção fonética efetiva. Esse é um debate efervescente que todo o estudante da área dos sons da fala deve conhecer, para que possa, inclusive, fazer escolhas e tomar posicionamentos teóricos e metodológicos mais informados. Nesse texto, o leitor, além entender um pouco mais sobre a questão supramencionada, encontrará uma vasta lista de referências para que possa navegar pelas duas correntes. Além da apresentação, o volume conta com diversos outros textos interessantes. O volume todo é uma boa sugestão de leitura.

LADEFOGED, P.; JOHNSON, K. *A course in Phonetics*. 7. ed. Boston: Cengage Learning, 2015.

O leitor que está seguindo o ordenamento aqui proposto, agora, terá acesso a uma das obras mais importantes do mundo na área da Fonética. Embora sua primeira versão tenha sido publicada na década de 1970, o livro de Ladefoged e Johnson é, ainda, uma referência obrigatória nos cursos de Fonética e Fonologia ao redor do globo, sendo considerado, por muitos – inclusive por mim –, um dos melhores livros de introdução à área.

O livro toma como base a língua inglesa e, além de apresentar um excelente glossário, cobre virtualmente todos os pontos necessários para uma completa formação da área da Fonética, além de incluir diversos exercícios de fixação. Nesse livro, o leitor encontrará conceitos mais complexos de produção de fala. Além de descreverem a fala em termos acústicos, os autores buscam ensinar, também, habilidades práticas. Para os que não se sentem confortáveis em ler o texto na língua original, sinalizo que Pinto (2020) traduziu grande parte da obra para o PB em sua tese de doutorado em Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

CRISTÓFARO-SILVA, T. *et al. Fonética Acústica: os sons do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2019.

Escrito por vários nomes importantes da área no Brasil, esse livro é um manual de fonética acústica do nível segmental do PB. Além de retomar questões da

Fonética Articulatória, essa leitura traz à tona o instrumental teórico e metodológico básico da Fonética Acústica, desde os princípios da teoria acústica da produção da fala até análises e práticas guiadas sobre a acústica do PB. Em seu apêndice, o leitor encontrará um guia básico ilustrado para o uso do *Praat* (BOERSMA; WEENINK, 2020), ferramenta gratuita utilizada para análise acústica. Esse livro também traz exercícios ao final de cada capítulo, assim, o estudante pode praticar e checar sua aprendizagem.

KENT, R. D.; READ, C. *Análise Acústica da fala*. Tradução de Alessandro Rodrigo Meireles. São Paulo: Cortez, 2015.

O livro de Kent e Read sobre Fonética Acústica é uma leitura importante para os futuros foneticistas. Nesse livro, o leitor encontrará uma fonte mais aprofundada e detalhada sobre o estudo acústico da fala. Trata-se de uma leitura mais longa e complexa, mas nela, o estudante encontrará todos os aspectos da análise acústica de dados fonéticos, incluindo questões suprasegmentais da fala. Além disso, o livro de Kent e Read traz uma sessão específica sobre a síntese de fala. O apêndice B “Física Elementar do Som”, apresenta, de forma descomplicada, os princípios físicos da produção da fala, tópico importante para os estudantes em Fonética.

ALBANO, E. C. *O gesto audível: Fonologia como Pragmática*. São Paulo: Cortez, 2020.

Agora que o leitor tem uma visão global de Fonética, estando familiarizado com as subdivisões da área, introduzo o livro de Eleonora C. Albano – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Esse livro, seguramente, eleva a nossa visão sobre Fonética, pois revela a produção da fala como produto de um processo dinâmico complexo norteado pela superfície, pelos aspectos sociais, que vai além de mecânica e da acústica. Albano discute a fala à luz da filosofia da mente, da ciência cognitiva e da Neurociência. O terceiro capítulo, nomeado “Dinâmica fônica e sensorio-motricidade”, é particularmente importante, pois retoma/apresenta a Fonologia Articulatória, Gestual ou Acústico-articulatória proposto por Albano em 2001, que não só investiga a organização interna da língua, mas a influência do ambiente sobre ela.

COLANTONI, L.; STEELE, J.; ESCUDERO, P. *Second Language speech: theory and practice*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2015.

Esta obra é especialmente destinada aos que desejam investigar a fala de línguas não nativas, uma área de crescente importância dentro e fora da Linguística, dada a sua grande contribuição para as áreas da linguagem e da cognição humana como um todo, mas é de grande valia para qualquer estudante de Fonética, pois, ao contrário dos textos trazidos até então, o livro de Colantoni, Steele e Escudero é um guia completo de investigação, contanto, inclusive, com uma parte totalmente destinada à metodologia de pesquisa na área da fala. Trata-se de um livro completo, trazendo discussões teóricas e práticas. Cada capítulo da obra inclui questões de revisão, e a maioria dos capítulos inclui seções de “tutorial” e “laboratório” com exercícios práticos. Esse livro é um excelente recurso para qualquer pessoa interessada na área.

NOTAS FINAIS

Mesmo aqueles que ainda perpetuam uma distinção categórica entre Fonética e Fonologia concordam que os dados fonéticos são importantes fontes empíricas para (re)pensarmos todas as áreas da Linguística. Além disso, para Colantoni, Steele e Escudero (2015), pesquisadores e profissionais em Linguística, Psicologia, Educação, Fonoaudiologia e Ciência da Computação têm demonstrado cada vez mais interesse pela investigação da produção e percepção da fala, frente ao seu grande e crescente potencial de contribuição para modelos de linguagem e cognição humana. Indo bem além de alimentar a Linguística Geral e Aplicada a Fonética, que tem se deslocado da margem da Linguística para o lócus do desenvolvimento linguístico (KUPSKE; ALVES, 2017), é um dos pilares da Fonoaudiologia, da perícia criminal (Fonética Forense) e das Tecnologias da Fala referentes ao reconhecimento e síntese de voz. Espero, assim, ter despertado no leitor o interesse por essa área tão importante.

REFERÊNCIAS

ALBANO, E. C. *O gesto audível: Fonologia como Pragmática*. São Paulo: Cortez, 2020.

ALBANO, E. C. *O gesto e suas bordas: esboço de fonologia acústico-articulatória do português brasileiro*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

- ALVES, U. K. *A aquisição das sequências finais de obstruintes do inglês (L2) por falantes do Sul do Brasil: análise via Teoria da Otimidade*. 2008. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- BLOOMFIELD, L. *Language*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1933.
- BOERSMA, P.; WEENINK, D. *Praat: doing phonetics by computer*. Versão 6.1.38. Amsterdam: University of Amsterdam, 2021. Disponível em: <http://www.praat.org>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- BRESCANCINI, C. R.; GOMES, C. A. Apresentação: Fonética versus Fonologia? *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 49, n. 1, p. 5-10, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7726.2014.1.17283>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- BROWMAN, C. P.; GOLDSTEIN, L. Articulatory Phonology: an overview. *Haskins Laboratories Status Report on Speech Research*, New Haven, n. 111-112, p. 23-42, 1992.
- BYBEE, J. *Phonology and Language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- CALLOU, D.; LEITE, Y. *Iniciação à fonética e à fonologia*. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- CHOMSKY, N. *Syntactic structures*. The Hague: Mouton de Gruyter, 1957.
- CHOMSKY, N.; HALLE, M. *The sound pattern of English*. New York: Harper & Row, 1968.
- COLANTONI, L.; STEELE, J.; ESCUDERO, P. *Second Language speech: theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- CRISTÓFARO-SILVA, T. *Fonética e Fonologia do Português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- CRISTÓFARO-SILVA, T.; YEHA, H. C. *Sonoridade em Artes, Saúde e Tecnologia*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. Disponível em: <http://fonologia.org>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- CRISTÓFARO-SILVA, T. *et al. Fonética acústica: os sons do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2019.
- CRYSTAL, D. *Dicionário de linguística e fonética*. São Paulo: Zahar, 2000.
- JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 24. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.
- KENT, R. D.; READ, C. *Análise acústica da fala*. Tradução Alexsandro Rodrigo Meireles. São Paulo: Cortez, 2015.
- KUPSKE, F. F.; ALVES, U. K. A fala de imigrantes brasileiros de primeira geração em Londres como evidência empírica para a língua como um Sistema Adaptativo Complexo. *ReVEL*, [s. l.], v. 14, n. 27, p. 173-203, 2016. Disponível em: www.revel.inf.br/files/e166bf461eeco67bb8459c6617d5fd52.pdf. Acesso em: 1 nov. 2021.
- KUPSKE, F. F.; ALVES, U. K. Orquestrando o caos: o ensino de pronúncia de língua estrangeira à luz do paradigma da complexidade. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 14, n. 4, p. 2771-2784, out./dez. 2017.
- LADEFOGED, P.; JOHNSON, K. *A course in Phonetics*. 7. ed. Boston: Cengage Learning, 2015.

- LLISTERRI, J. B. *Introducción a la Fonética: el método experimental*. Barcelona: Anthropos, 1991.
- MASSINI-CAGLIARI, G.; CAGLIARI, L. C. Fonética. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 105-145.
- MUNSON, B.; EDWARDS, J.; BECKMAN, M. E. Phonological knowledge in typical and atypical speech-sound development. *Topics in Language Disorders*, Philadelphia, v. 25, n. 3, p. 190-206, July/Sept. 2005. Disponível em: https://journals.lww.com/topicsinlanguagedisorders/Abstract/2005/07000/Phonological_Knowledge_in_Typical_and_Atypical.3.aspx. Acesso em: 10 out. 2021.
- OHALA, J. J. The origin of sound patterns in vocal tract constraints. In: MACNEILAGE, P. F. (ed.). *The production of speech*. New York: Springer, 1983. p. 189-216.
- PEROZZO, R. V. *Sobre as esferas cognitiva, acústico-articulatória e realista indireta da percepção fônica não nativa: para além do PAM-L2*. 2017. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- PIERREHUMBERT, J. Probabilistic Phonology: discrimination and robustness. In: BOD, R.; HAY, J.; JANNEDY, S. (ed.). *Probability theory in Linguistics*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2003. p. 177-228.
- PINTO, A. *A tradução comentada de um texto técnico-científico: a course in phonetics de Peter Ladefoged & Keith Johnson 7th edition*. 2020. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216071>. Acesso em: 16 jan. 2021.
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SCOBBI, J. M. The phonetics-phonology overlap. *QMUC Speech Science Research Centre Working Paper*, [s. l.], n. 1, p. 1-30, Sept. 2005. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/c16f/4cc5af116157a9c31d42a9daco147d742cc.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- SEARA, I.; NUNES, V. G.; LAZZAROTTO-VOLCÃO, C. *Fonética e Fonologia do português brasileiro: 2º período*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. Disponível em: https://ppglin.posgrad.ufsc.br/files/2013/04/Livro_Fonetica_e_Fonologia.pdf. Acesso em: 16 jan. 2021.
- TRUBETZKOY, N. *Principles of Phonology*. Berkeley: University of California Press, 1969.
- TYRONE, M.; MAUK, C. Sign lowering and phonetic reduction in American Sign Language. *Journal of Phonetics*, [s. l.], v. 38, n. 2, p. 317-328, Apr. 2010.

DEZ OBRAS PARA CONHECER FONOLOGIA

JULIANA ESCALIER LUDWIG GAYER

INTRODUÇÃO

A Fonética e a Fonologia são dois campos científicos que se ocupam do estudo dos sons da fala. A primeira descreve os sons que são produzidos efetivamente pelos falantes, levando em consideração propriedades acústicas, articulatórias ou perceptivas, enquanto a segunda descreve e busca explicar como esses sons se organizam para manter a distinção entre palavras dentro de um sistema linguístico e quais são as regras que o falante reconhece ao manipular os sons da sua língua, partindo então para uma análise mais abstrata. Para pensar essa organização, os estudos em Fonologia pretendem analisar o padrão sonoro da língua, o que envolve listar os sons que compõem o sistema, que seriam os sons relevantes ou os sons com função linguística, além de descrever como eles se combinam para formar unidades maiores e quais são os processos regulares que sofrem. Nessa perspectiva, a Fonologia se ocupa apenas do som que distingue palavras na língua, e, por esse motivo, é considerado relevante. Esse som com função distintiva, de acordo com a Fonologia Estruturalista, é chamado *fonema* e é representado entre barras inclinadas (/ /).

Uma primeira questão que pode surgir para um aluno que está começando a estudar a área é: como devemos representar esses sons das línguas? E, nesse sentido, a ortografia pouco nos ajuda. No português, por exemplo, temos grafema que pode representar mais de um som, como a letra <s> que pode representar

o som [s]¹ em “sala” e o som [z] em “casado”; e temos som que pode ser representado por mais de um grafema, como o som [z] que pode ser representado pelas letras <z> em “zelo”, <x> em “exato” e <s> em “casado”. Por esses e outros motivos, ou seja, porque não temos total correspondência entre grafema e fone, usamos um alfabeto fonético para representar os sons, tanto os do nível fonético quanto os do nível fonológico, visando uma representação mais precisa e fiel do que é produzido. O alfabeto mais utilizado é o Alfabeto Fonético Internacional, mais conhecido pela sigla em inglês IPA (*International Phonetic Alphabet*). Nele encontramos um único símbolo para cada som descrito até o momento nas línguas do mundo, resolvendo todos os casos de ambiguidade e de falta de correspondência na transcrição de um fone.

Se compararmos o *par mínimo* [‘aza]² (“asa”) e [‘aja]³ (“acha”), percebemos que temos duas palavras distintas do português, com significados diferentes, e o que diferencia um item de outro é um único som: [z] na primeira palavra e [ʃ]⁴ na segunda. Isso quer dizer que, alterando um som pelo outro, temos uma nova palavra na língua. Essa comparação e essa constatação leva o linguista a considerar os sons /z/ e /ʃ/ como fonemas do português, ou seja, sons relevantes para diferenciar palavras, ou ainda sons com função distintiva. Os fonemas são reconhecidos como unidades abstratas na mente do falante e fazem parte da sua consciência fonológica (ou, mais especificamente, consciência fonêmica).

De fato, todo falante do português brasileiro (PB), por exemplo, reconhece os sons que pertencem (e conseqüentemente descarta os que não pertencem) à sua língua e o sistema de regras que a governa, identificando padrões possíveis e impossíveis. Isso pode ser verificado, por exemplo, quando tomamos emprestado uma palavra de outra língua e adaptamos às regras do PB, como em

1 Aqui estou usando os sons entre colchetes, pois estou me referindo a fones (e não fonemas), sons do nível fonético, isto é, que são efetivamente produzidos pelos falantes.

2 Na transcrição fonética, o diacrítico sobrescrito indica sílaba tônica e vem sempre antecedendo a sílaba proeminente.

3 Para começar a fazer as associações entre sons e símbolos, sugiro o site <http://fonologia.org/>, organizado pela professora Thaís Cristóforo-Silva (UFMG). Na parte de fonética articulatória, são apresentados os sons consonantais e vocálicos do português com seus respectivos símbolos. Ao clicar em cada símbolo, podemos visualizar a articulação do som, através de um diagrama animado, e ouvir como ele é produzido. O site ainda traz outras informações importantes para os estudantes da área. Então não deixa de ser também um material fundamental para quem está iniciando suas pesquisas.

4 Neste texto, para representar alguns símbolos fonéticos, estou usando o teclado virtual do IPA, disponível em: <http://westonruter.github.io/ipa-chart/keyboard/>.

“estresse”. Nesse caso, a palavra original é *stress*, e, quando utilizada no PB, é produzida normalmente como [is'tres]. Essas adaptações acontecem por questões de restrições de combinações (fonotáticas) dos sons nas unidades fonológicas da língua. Em português, não temos início de sílaba formado com a combinação *st. Para resolver essa restrição, inserimos uma vogal, criamos uma nova sílaba e separamos esse encontro consonantal não permitido: [is.'tres].⁵ Outro exemplo do inglês é a palavra *top*, utilizada no PB e produzida normalmente como [ˈtɒ. pɪ]. Nesse caso, como não é permitido, em português, sílaba com consoante “p” na posição final, inserimos uma vogal e associamos essa consoante ao início da próxima sílaba, adaptando então ao padrão silábico da língua.

Percebemos, com esses exemplos, que a noção de sílaba, em Fonologia, é importante para explicar a distribuição dos sons dentro das palavras, e essa distribuição não é aleatória, segue regras e restrições específicas para cada língua. Todos esses conhecimentos estão relacionados à intuição que o falante tem sobre os sons da sua língua e as combinações possíveis e impossíveis no sistema implícito de regras que acometem esses sons, e esses conhecimentos parecem estar disponíveis desde muito cedo, no decorrer do processo de aquisição da linguagem. A consciência silábica, por exemplo, não é só atestada a partir da alfabetização, com a separação das sílabas na escrita, mas quando manipulamos e dividimos as sílabas na fala, em brincadeiras como *os jogos do pê*.

Tendo como base esses primeiros conceitos e essas primeiras discussões, que considero que tragam uma visão geral da área, parto para a apresentação do que seria essencial em Fonologia, indicando as principais teorias fonológicas com alguns de seus objetivos e algumas sugestões de leitura em português. Como a literatura sobre Fonologia é vasta, este texto não tem a pretensão de trazer uma lista completa. A proposta é orientar os estudantes para que iniciem as pesquisas na área e, caso tenham interesse, busquem outras fontes a partir dessas indicadas.

O ESSENCIAL SOBRE FONOLOGIA

Os estudos em Fonologia iniciam com a proposta estruturalista, corrente em que “[...] o componente sonoro tinha primazia sobre os demais”. (SEARA;

5 O ponto, na transcrição fonética, indica fronteira silábica.

NUNES; LAZZAROTTO-VOLCÃO, 2015, p. 97) A Fonologia Estruturalista tem por objetivo (mas não o único) descrever os sons que têm valor distintivo dentro do sistema linguístico, ou seja, que estão em *oposição*, sons denominados, como vimos, fonemas.⁶ Nessa perspectiva, a unidade mínima da Fonologia é o fonema,⁷ e o conjunto dessas unidades compreende o sistema fonológico de uma língua.

Além de estabelecer o inventário de fonemas, levando em consideração a comparação de pares mínimos, esse campo de análise fonológica envolve testes para delimitar os *alofones* (ou variantes) desses fonemas e ainda as regras que determinam sua realização, conhecidas como *regras alofônicas*. Por exemplo, quando a substituição de um som por outro, em um mesmo contexto, não produz mudança de significado, estamos diante de duas variantes fonéticas ou dois alofones, e não de dois fonemas, visto que não há oposição nesse caso. É o caso dos itens [ˈtia] e [ˈtʃia], em que a substituição de [t] por [tʃ] não acarreta mudança de sentido, ou seja, temos apenas variação. Essa variação acontece influenciada pelo contexto, porque só ocorre diante da vogal [i] no PB. Nas variedades em que a regra de *palatalização* (mudança de /t/ para [tʃ] diante da vogal [i]) se aplica, o /t/ não é alterado antes das outras vogais diferentes de [i], como em “tatu” e “teto”. Isso está relacionado a questões articulatórias, pois a produção de [t] é recuado e se aproxima da produção de [i] (vogal palatal), por isso o processo é denominado de *assimilação*, pois um segmento assimila características de outro segmento da sequência. Esses contextos exclusivos de ocorrência de cada alofone, [tʃ] diante de [i] e [t] diante de todas as outras vogais, são conhecidos como *distribuição complementar*. Nesse caso, quando há variação, o linguista pode prever quando o falante usará um alofone ou o outro, porque dependerá do ambiente em que a variante ocorre.⁸

6 O termo “Fonêmica”, ligado aos estudos estruturalistas norte-americanos, também é empregado para designar a proposta de levantamento dos fonemas de uma língua.

7 Estamos considerando a análise de línguas orais, mas é importante salientar que há análises fonológicas sendo propostas também para as línguas de sinais. A análise fonológica da língua de sinais brasileira considera também unidades mínimas distintivas, como os parâmetros configuração de mão, movimento e locação. Para maiores detalhes sobre a análise fonológica da língua de sinais brasileira, consultar Quadros e Karnopp (2004).

8 É importante esclarecer aqui que qualquer regra variável é influenciada também por outros fatores, de natureza linguística e extralinguística, os quais podem ser quantificados a partir de análises sociolinguísticas, mas não detalharei esses aspectos neste texto.

Há ainda a variação que acontece sem depender do contexto, é o que chamamos de *variação livre*. Pensemos nas produções [‘vasora] e [‘basora] para a palavra “vassoura”. Aqui percebemos novamente que, substituindo [v] por [b], não temos uma nova palavra, ou seja, temos apenas duas variantes ou dois alofones. Essa variação acontece em um mesmo ambiente e talvez um mesmo falante produza as duas formas em diferentes ocasiões. O que diferencia os casos de variação livre dos casos de distribuição complementar é que, no primeiro, não temos como prever quando o falante utilizará um alofone e quando utilizará o outro, porque essa variação se dá livre de contexto e é apenas influenciada por outros fatores, de ordem linguística ou extralinguística.

Para fechar essa breve revisão de alguns conceitos estruturalistas relacionados à análise fonológica, precisamos falar sobre outros dois importantes: *neutralização* e *arquifonema*. Comparando o par mínimo [‘asa] (“assa”) e [‘aʃa] (“acha”), temos argumento para identificar os sons /s/ e /ʃ/ como fonemas do português, já que eles estão em oposição na língua. Porém, há um contexto em que essa oposição se neutraliza, ou seja, deixa de existir, como em [‘kaska] e [‘kaʃka] (“casca”). Nesse caso, os dois sons estão em variação, não distinguem palavras, sendo considerados então dois alofones. Quando há a neutralização da oposição, como no caso da posição final de sílaba, alguns linguistas, como Câmara Jr., por exemplo, propõem o uso de um arquifonema na representação fonológica. O arquifonema é representado com letra maiúscula e é um som não completamente especificado, podendo representar qualquer um dos alofones possíveis de serem produzidos no contexto em que ocorre. No caso em análise, a representação fonológica dos exemplos apresentados anteriormente seria /kaʃka/, e esse arquifonema /S/ representaria os dois alofones atestados nos exemplos: [s] e [ʃ].⁹

Joaquim Mattoso Câmara Jr. foi o primeiro linguista a propor análises estruturalistas dos sons para o PB, e suas propostas ainda hoje são consideradas e retomadas em vários textos da área. Suas principais publicações são *Para o estudo da fonêmica portuguesa* (1953), *Problemas de linguística descritiva* (1969), *Estrutura da língua portuguesa* (1970) e *História e estrutura da língua portuguesa* (1974).

9 O arquifonema fricativo /S/ ainda representaria as correspondentes sonoras dessas variantes, mas não discutirei esses detalhes aqui.

Pensando em textos introdutórios e manuais, em português, mais recentes sobre a Fonologia Estruturalista, recomendo, primeiramente.¹⁰

CARDOSO, D. P. *Fonologia da Língua Portuguesa*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe: CESAD, 2009.

A professora Denise Cardoso, nesse manual, apresenta um panorama dos conceitos em Fonologia, dando destaque à visão estruturalista. Com um texto objetivo e claro, os capítulos (divididos em aulas) trazem sempre, após cada discussão, atividades de revisão, comentários sobre as atividades propostas e um resumo para fechar a aula, o que facilita a leitura e a compreensão dos estudantes que estão iniciando na área. Nesse texto, os conceitos estruturalistas são detalhados, como fonema, alofone e arqui fonema; análises considerando essa abordagem são apresentadas para as consoantes e para as vogais do português; e ainda as ideias sobre sílaba, variação fonológica e acento são destacadas. É importante dizer que, ao longo do texto, a autora busca fazer um paralelo entre os conceitos fonológicos apresentados e alguns aspectos ortográficos, discussão importante para quem tem interesse em usar os conhecimentos fonológicos também no ensino.

CRISTÓFARO-SILVA, T. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. 11. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2019.

Na parte dedicada à Fonêmica, a professora Thaís Cristófaros-Silva faz uma boa introdução da metodologia de análise fonêmica, discutindo cada um dos conceitos fundamentais e propondo uma retomada a partir de vários exercícios após cada exposição. Além disso, ela traz uma descrição dos fonemas e dos alofones consonantais do PB, considerando também a estrutura silábica e suas restrições, e dos fonemas e alofones vocálicos. O livro conta ainda com uma breve exposição sobre o acento e, na parte dedicada aos modelos fonológicos, apresenta as outras abordagens em Fonologia que se desenvolvem a partir do modelo estruturalista, como a Fonologia Gerativa Padrão e os modelos não lineares.

10 É importante salientar que a ordem de apresentação das sugestões aqui listadas foi pensada a partir dos desenvolvimentos/desdobramentos das teorias fonológicas contempladas em cada obra, considerando as ideias da Fonologia Estruturalista em um primeiro momento, partindo para a Fonologia Gerativa e teorias posteriores, conhecidas como não lineares.

Em relação à Fonologia Gerativa, é importante dizer que essa proposta passa a considerar o traço como unidade mínima, e não mais o fonema, visto que o segmento pode se diferenciar de outro por um único traço, como /s/ e /z/, por exemplo, que se diferenciam apenas pelo traço [sonoro], por isso o termo *traço distintivo*. Nesse sentido, os segmentos são considerados matrizes de traços, listados sem ordenamento pré-estabelecido, mas que juntos constituem os sons das línguas. Nessa perspectiva, então, temos unidades menores do que o segmento, antes considerado enquanto fonema, e essas unidades menores são chamadas de traços, definidos como propriedades mínimas relacionadas a aspectos articulatórios ou acústicos, como [nasal], [consonantal], [sonoro] etc. Além disso, na matriz, cada segmento é identificado com base em uma oposição binária: presença (+) e ausência (-) de determinado traço na articulação do som. Se considerarmos o traço [sonoro], que diferencia os sons /s/ e /z/, por exemplo, podemos dizer que /s/ recebe o valor negativo [-sonoro], pois é produzido sem a vibração das cordas/pregas vocais, enquanto /z/ recebe o valor positivo [+sonoro], pois ocorre a vibração das cordas/pregas vocais na sua produção.

A inclusão dos traços para formalizar, a partir de regras, os processos fonológicos encontrados nas línguas, traz para a teoria certa generalidade. Tomando como exemplo a regra de palatalização, que muda /t/ para [tʃ] diante da vogal [i], como vimos, podemos comparar como seria a representação com base na noção de fonema (proposta estruturalista) e com base na noção de matrizes de traços (proposta gerativa). Considerando o fonema como unidade mínima, temos de representar o processo que acontece com os fonemas /t/ e /d/, que também sofre a alteração nas variedades em que há palatalização, como em [ˈdʒia] (“dia”):

Figura 1 – Regra de palatalização (fonema)

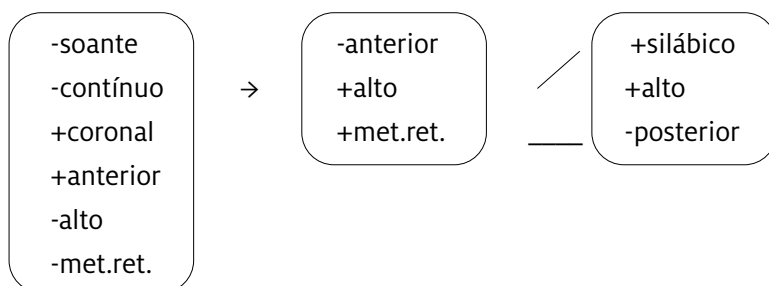
/t/ → [tʃ] / __ [i]

/d/ → [dʒ] / __ [i]

Fonte: elaborada pela autora.

As regras representadas indicam que o fonema /t/ passa a [tʃ] quando está no contexto anterior à vogal [i],¹¹ assim como o fonema /d/ passa a [dʒ] quando se encontra no contexto indicado. Quando os traços são considerados na formalização de regras, porém, podemos contar com uma única representação para dar conta desses dois processos, como podemos ver na seguinte proposta de formalização:

Figura 2 – Regra de palatalização (matrizes de traços)



Fonte: Matzenauer (2010, p. 26).

Nessa representação, temos tanto o segmento /t/ quanto o /d/ definidos na primeira matriz, pois ambos podem ser descritos como [-soante], sons produzidos com obstrução significativa (total ou parcial) da passagem de ar pelo trato vocal; [-contínuo], sons produzidos com obstrução completa na passagem de ar; [+coronal], sons produzidos com elevação da parte anterior da língua; [+anterior], sons produzidos entre os lábios e os alvéolos.¹² Esses traços já seriam necessários para indicar que temos, na primeira posição da representação, uma oclusiva alveolar (/t/ ou /d/). Em relação aos outros dois traços, eles parecem ser listados pois sofrem modificação com a aplicação da regra, como vemos na segunda matriz, local em que é indicado o que é alterado com a mudança no som. Os traços que sofrem alteração de valor são [anterior], [alto] e [metástase retardada], o qual é positivo apenas para as africadas [tʃ] e [dʒ], que são

11 Na formalização das regras fonológicas, o contexto de aplicação vem sempre representado depois da barra inclinada.

12 Para maiores detalhes sobre o aparelho fonador e os articuladores envolvidos na produção dos sons, sugiro o site: http://fonologia.org/sistema_articulatorio_fonatorio.php.

produzidas com uma oclusão total seguida de uma soltura que se dá lentamente, como uma fricativa, por isso este último traço também é conhecido como [soltura retardada]. Em relação ao traço [anterior], o segmento resultante é um som [-anterior] no caso das africadas porque elas já são produzidas na parte posterior aos alvéolos, ou seja, na região palatal. A matriz que indica o ambiente de ocorrência da regra, que está depois do travessão, define um segmento vocálico, com o traço [+silábico], positivo apenas para as vogais no português, pois são elas que funcionam como núcleo de sílaba, e os traços [+alto] e [-posterior] indicam que essa vogal é [i]. A partir desse breve relato, percebemos que a generalidade proposta pela teoria é alcançada, pois a regra com traços distintivos dá conta de explicar o processo que acontece em uma classe de segmentos, e não apenas em segmentos isolados.

OLIVEIRA, D. da H.; MAGALHÃES, J. S. *Fonologia, variação e ensino*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

O material dos professores Dermeval da Hora Oliveira e José Sueli Magalhães foi desenvolvido para estudantes e professores do Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras) para a disciplina obrigatória do curso. Nesse texto, os autores trazem os conceitos fundamentais das áreas de Fonética e Fonologia do português, dedicando um capítulo para a distinção entre elas. Em relação à Fonologia, os conceitos estruturalistas são abordados, bem como a proposta da Fonologia Gerativa, com o detalhamento da Teoria dos Traços Distintivos. (CHOMSKY; HALLE, 1968) Além disso, os autores discutem questões relacionadas a regras e processos fonológicos e à sílaba no PB. Esse material é interessante porque é um *e-book* e, por esse motivo, apresenta vídeos ao longo dos capítulos e exercícios interativos de revisão ao final de cada capítulo.

SEARA, I. C.; NUNES, V. G.; LAZZAROTTO-VOLCÃO, C. *Para conhecer fonética e fonologia do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015.

Nesse livro, as professoras Izabel Seara, Vanessa Nunes e Cristiane Lazzarotto-Volcão apresentam uma conceituação detalhada das áreas de estudo dos sons, discutindo sobre a Fonologia dentro da visão estruturalista e gerativista. São apresentados os principais conceitos da proposta estrutural, detalhando

o sistema consonantal e vocálico do PB, além da sua estrutura silábica e do acento na língua. São discutidos também os principais conceitos relacionados à Teoria dos Traços Distintivos, listando alguns processos fonológicos bem como as propostas de formalização de regras. O último capítulo do livro ainda conta com uma discussão sobre as áreas da Fonética e da Fonologia relacionadas ao ensino, tema que também considero importante dentro dos estudos fonológicos e que está ganhando força nos últimos anos. Conceitos relevantes como *alfabetização*, *letramento*, *aquisição da linguagem* e *preconceito linguístico* são abordados pelas autoras.

CALLOU, D.; LEITE, Y. *Iniciação à fonética e à fonologia*. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

As professoras Dinah Callou e Yonne Leite apresentam, nesse livro, os principais conceitos das áreas da Fonética, da Fonologia Estruturalista e da Fonologia Gerativa, detalhando os sistemas consonantal e vocálico do português. As autoras falam também das pesquisas em Fonética e em Fonologia no Brasil e discutem dois domínios das áreas: a estilística fônica e a alfabetização. Uma discussão interessante que esse texto traz é um breve percurso histórico sobre a evolução dos estudos das áreas. Em relação à Fonologia, especificamente, as autoras apresentam uma seção sobre a evolução “do estruturalismo à fonologia pós-chomskiana”. Nesse percurso, as autoras relacionam as dicotomias saussureanas com os conceitos da Fonologia Estruturalista, os quais já foram definidos aqui, como fonema, variante, oposição, dentre outros. A partir das propostas mais generalistas, e conseqüentemente mais econômicas, as autoras listam os principais argumentos a favor de se considerar o traço como unidade básica da Fonologia, detalhando as principais contribuições da Fonologia Gerativa, e falam brevemente sobre algumas teorias pós-chomskianas, consideradas como não lineares.

ROBERTO, M. *Fonética, fonologia e ensino: guia introdutório*. São Paulo: Parábola, 2016.

Nesse manual, a professora Mikaela Roberto apresenta os principais conceitos das áreas dos sons, discutindo as questões fonéticas, os conceitos estruturalistas de análise fonológica e as noções introdutórias sobre traços distintivos.

Além disso, a autora apresenta os constituintes prosódicos, que são unidades fonológicas formadas da combinação de segmentos, como sílaba, palavra fonológica etc. Detalharei melhor esses constituintes quando tratar sobre as teorias não lineares, a seguir.

O material sugerido traz ainda uma descrição dos processos fonológicos encontrados no PB, bem como suas representações a partir de regras, e questões relacionadas à fase de aquisição da linguagem e a desvios fonológicos. Preocupada também com as questões de ensino, mais especificamente com a interface *oralidade-escrita*, a autora apresenta um capítulo voltado para a questão da *ortografia*, relacionando conceitos como *convenção*, *aprendizagem*, *sistema alfabético*, *consciência fonológica* e *alfabetização*.

CAGLIARI, L. C. *Análise fonológica: introdução à teoria e à prática, com especial destaque para o modelo fonêmico*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

Nesse texto, o autor apresenta todas as noções básicas da corrente estruturalista, definindo, em um primeiro momento, cada um dos conceitos ligados à análise fonológica. Apesar de o título indicar um destaque especial ao modelo fonêmico, o autor também aborda as propriedades distintivas a partir de traços, além da formalização dos processos fonológicos com base em matrizes (perspectiva gerativa), e as novas tendências da área, apresentando os principais aspectos de algumas teorias não lineares (ou pós-chomskianas), como Fonologia Métrica, Fonologia Lexical e Fonologia da Geometria de Traços (Fonologia Autossegmental). Ainda em relação às teorias modernas, o autor dedica o último capítulo para o detalhamento da Teoria da Otimalidade (ou Teoria da Otimidade), fechando o livro com vários exercícios de revisão de todas as abordagens apresentadas e algumas sugestões de leitura.

A Fonologia Não Linear é um desdobramento da Fonologia Gerativa e compreende teorias que se dedicam ao estudo das unidades fonológicas ou prosódicas, representadas em níveis ordenados ou hierarquizados. O termo *não linear*, então, nasce com esse novo modelo de representação, como afirma Cagliari (2002, p. 118):

a fonologia tradicional era linear porque seguia a linha do tempo, definindo fonemas ou matrizes de propriedades distintivas.

Atualmente, a fonologia tem uma visão não-linear, porque suas unidades de trabalho vão além dos limites do fonema e das matrizes de propriedades. Além disto, os elementos paradigmáticos dessas unidades acabaram tendo uma organização própria, com uma hierarquia bem estabelecida.

Além de entender sobre o uso do termo, acho importante, para o aluno iniciante na área, conhecer o objeto de estudo de cada uma dessas teorias, a fim de compreender por que algumas delas são utilizadas para explicar certos processos e outras são usadas para processos diferentes. Isso está relacionado ao foco explicativo de cada teoria e aos domínios envolvidos na análise dos processos fonológicos.

A proposta de representação das unidades em níveis é apresentada com base nos resultados dos estudos das línguas tonais. Goldsmith (1976) demonstra que, quando um tom é associado a uma vogal, o apagamento dessa vogal não implica necessariamente o apagamento de seu tom, o qual pode ser reassociado a segmentos adjacentes. Essa possibilidade de reassociação revela que há independência entre os segmentos e os tons associados a eles, ou seja, que o tom não é uma propriedade inerente ao segmento. Para representar a ideia de que os tons são prosodicamente independentes, Goldsmith (1976) considera níveis diferentes para os tons e os segmentos (consoantes e vogais). Nessa perspectiva, em um nível, os tons seriam representados e, em outro, os segmentos; eles estariam ligados por linhas de associação.¹³

A partir dos estudos das línguas tonais, Goldsmith (1976) foi um dos precursores da Fonologia Autossegmental, a qual considera que os segmentos têm uma estrutura interna, e essa estrutura é representada de uma forma hierarquizada, composta por níveis e por traços que caracterizam o segmento. A representação hierárquica dos traços é conhecida como Geometria de Traços (CLEMENTS, 1985) e foi pensada para que os processos fonológicos pudessem ser explicados como uma única operação, atingindo ou um traço isolado ou uma classe de traços. Dessa forma, os traços estão dispostos na hierarquia como uma proposta universal, a fim de descrever e explicar os processos que acontecem em todas as línguas.

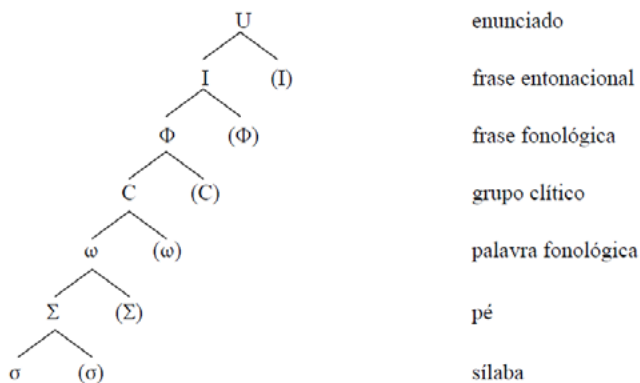
13 Para maiores detalhes sobre o surgimento da representação em níveis e sobre a história dos constituintes prosódicos, sugiro a leitura de Gayer (2015).

A Fonologia Autossegmental é interessante para explicar, por exemplo, os processos assimilatórios das línguas, casos em que os segmentos se tornam mais parecidos com outros da sequência. A explicação dos casos está na assimilação de traços específicos de segmentos vizinhos ou mesmo na assimilação de um conjunto de traços. Essa assimilação só é possível quando consideramos que os traços, assim como os tons, são prosodicamente independentes e podem se estender a segmentos adjacentes.

Já a Fonologia Prosódica (NESPOR; VOGEL, 1986) considera a representação não linear das unidades fonológicas maiores do que o segmento, analisando processos que têm como domínio constituintes formados a partir da combinação de segmentos, como a sílaba, a palavra fonológica e a frase fonológica. Essa teoria surge como uma proposta de considerar a centralidade do componente fonológico, diferentemente da abordagem gerativa, cuja gramática tinha como componente central a Sintaxe. Nesse caso, a Fonologia passa a ter papel central e se comunica com todos os outros componentes. No componente da Fonologia Prosódica, toda informação (morfológica, sintática etc.) vinda de outros componentes é convertida, a partir das regras de mapeamento, em estrutura prosódica/fonológica. Nesse componente, as regras se aplicam aos *constituintes prosódicos* (já convertidos) e têm acesso apenas às informações fonológicas.

Os constituintes prosódicos considerados estão hierarquizados, sendo que o constituinte maior domina o de nível imediatamente inferior, numa estrutura conhecida como *hierarquia prosódica*.

Figura 3 – Hierarquia prosódica



Fonte: Bisol (2010, p. 260).

Como vemos no esquema, os constituintes que compõem a hierarquia prosódica são, por ordem de dominância: *enunciado*, *frase entoacional*, *frase fonológica*, *grupo clítico*, *palavra fonológica*, *pé* e *sílaba*. Cada um desses domínios funciona como contexto de aplicação para regras específicas e são mapeados a partir de informações de outros componentes. O constituinte *palavra fonológica* e os constituintes menores, como *pé* e *sílaba*, por exemplo, necessitam de informações morfológicas, além de outras informações. Já o constituinte *frase fonológica* (também conhecido como sintagma fonológico) é mapeado a partir de informações sintáticas, e a frase entoacional considera aspectos sintáticos e semânticos. Por isso a proposta de uma comunicação entre o componente fonológico e os demais componentes se fez necessária.

É importante dizer que temos, em português, dois manuais muito importantes para o estudante que quer conhecer os detalhes das teorias não lineares em Fonologia. Listo as duas obras a seguir.

BISOL, L. (org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 5. ed. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2010.

Esse livro, organizado por uma das fonólogas mais importantes do Brasil, a professora Leda Bisol, traz contribuições de vários pesquisadores da área, iniciando as discussões com uma introdução à teoria fonológica. Nessa introdução, a professora Carmen Matzenauer faz uma retrospectiva sobre os primeiros modelos teóricos em Fonologia, trazendo uma apresentação bem detalhada do modelo linear da teoria gerativa clássica, que, como vimos, considera o traço como propriedade distintiva. Ainda no primeiro capítulo, a autora define também algumas propostas não lineares, apresentando os principais conceitos da Fonologia Autossegmental e trazendo uma breve discussão sobre a Fonologia Métrica, a qual é detalhada em outro capítulo do livro, destinado à análise do acento em português.

O segundo capítulo apresenta os princípios da Fonologia Lexical e é assinado pela professora Leda Bisol. A Fonologia Lexical (KIPARSKY, 1982; MOHANAN, 1982) é uma teoria que busca explicar os processos fonológicos em dois níveis. No nível lexical, são representados os processos fonológicos que ocorrem na interface entre Fonologia e Morfologia, ou seja, processos envolvidos na formação de palavras e que se aplicam a cada nova afixação (regra morfológica),

como a regra de silabificação (segmentação da palavra em sílabas) e a regra de acentuação (atribuição de acento na palavra); esses são, portanto, considerados *processos lexicais*. No nível pós-lexical, há os processos fonológicos que ocorrem na interface entre Fonologia e Sintaxe, isto é, processos que têm como domínio a combinação de palavras e já não acessam mais informações morfológicas, além das regras que criam alofones (regras variáveis). Como estão fora do nível lexical, estes últimos são considerados *processos pós-lexicais*. Nesse sentido, as regras fonológicas são representadas em níveis (lexical e pós-lexical) e cada nível é composto por princípios específicos.

No terceiro capítulo, a professora Gisela Collischonn apresenta os conceitos básicos da Teoria da Sílabas, discutindo dois modelos não lineares de representação da estrutura interna da sílaba: a teoria autosegmental (KAHN, 1976) e a teoria métrica da sílaba. (SELKIRK, 1982) Além disso, a autora traz uma análise da sílaba em português, considerando as condições universais (comum a todas as línguas) e paramétricas (específicas para cada língua), discutidas na primeira parte do capítulo, além de regras fonológicas que ocorrem no domínio silábico.

A professora Gisela Collischonn também assina o quarto capítulo, dedicado ao acento em português. Para explicar como se dá a atribuição de acento na língua, a autora detalha a proposta da Fonologia Métrica, que foi apresentada brevemente no primeiro capítulo do livro. A Fonologia Métrica utiliza a noção de níveis (ou *tiers*) para representar as proeminências relativas constitutivas da palavra, da frase etc. Nessa perspectiva, o acento é considerado como uma propriedade relacional das sílabas, representada em termos de grades métricas, indicando combinações de sílabas proeminentes e não proeminentes. A autora apresenta as duas propostas para a análise do acento nas línguas – a de Halle e Vernaud (1987) e a de Hayes (1991) – e, a partir dessa primeira discussão, lista as análises que foram propostas para o *acento primário* (sílabas mais proeminentes da palavra) em português, considerando abordagens com base no modelo gerativo clássico e nos modelos métricos. Nesse capítulo, a professora Gisela ainda discute um pouco sobre a atribuição do *acento secundário* em português.

Os capítulos 5 e 6 são dedicados às análises de segmentos que compõem o sistema fonológico do português. No quinto capítulo, as professoras Elisa Battisti e Maria José Vieira apresentam os segmentos vocálicos e as regras que envolvem esse tipo de segmento, e, no sexto capítulo, as professoras Valéria Monaretto e Laura Quednau e o professor Dermeval da Hora analisam os segmentos

consonantais, listando vários processos que eles sofrem na língua. Nessas análises, os autores apresentam propostas de representação a partir de alguns modelos fonológicos, como estruturalista, gerativista, autosegmental e lexical.

A Teoria da Otimidade (também conhecida pela sigla TO) é outra teoria pós-gerativa que ainda não foi abordada neste texto e que ganha destaque no capítulo 7 desse livro. O professor Luiz Carlos Schwindt, nesse capítulo, traz os princípios fundamentais da TO conhecida como clássica (MCCARTHY; PRINCE, 1993; PRINCE; SMOLENSKY, 1993) e explica a arquitetura da gramática dentro do modelo. Na TO, há *restrições violáveis* que são universais, ou seja, comuns a todas as línguas. O que é específico de língua e o que diferencia uma língua da outra é a *hierarquia* entre essas restrições, responsável pela escolha do *candidato ótimo* (candidato atestado na língua). Essa escolha é representada a partir de *tableau* e feita a partir da eliminação de candidatos que violam restrições mais altas na hierarquia. O *tableau* é uma tabela em que encontramos os candidatos na primeira coluna, a hierarquia de restrições na primeira linha, e a representação das violações através de asteriscos (*) nas demais células (os asteriscos são atribuídos sempre que a restrição é violada por determinado candidato). O professor Luiz Carlos Schwindt, no texto indicado, além de apresentar os aspectos fundamentais da teoria, discute brevemente outras questões relacionadas ao modelo, como a opacidade, a aquisição da linguagem e a variação e a mudança linguísticas.

No último capítulo, a professora Leda Bisol apresenta os constituintes prosódicos, sobre os quais já falamos um pouco aqui, definindo cada um desses domínios de aplicação de regras fonológicas e listando suas regras e princípios. É importante dizer que, ao final da maioria dos capítulos desse livro, os autores apresentam uma lista de leituras suplementares e propõem exercícios de revisão. Além disso, no final do livro, há um índice remissivo, indicando em quais páginas cada termo pode ser encontrado.

HORA, D. da; MATZENAUER, C. L. (org.). *Fonologia, fonologias: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2017.

Outro manual importante para o estudo principalmente das teorias fonológicas não lineares é o organizado pelos professores Dermeval da Hora e Carmen Matzenauer. Nesse livro, também temos a contribuição de vários especialistas da

área de Fonologia e um ponto importante é a organização dos capítulos; todos eles são apresentados conforme modelo:

O que é a Teoria X?

O que a Teoria X estuda?

Como analisar fenômenos da língua usando a Teoria X?

Poderia me dar um exemplo?

Quais são as grandes linhas de investigação?

O que eu poderia ler para saber mais?

Acredito que essa divisão de capítulos proposta pela Editora Contexto para a coleção pode facilitar a leitura e a compreensão de quem está começando na área. Por isso, é uma obra basilar também para os estudantes, iniciantes ou não.

Seguindo então a divisão das seções dentro dos capítulos, o primeiro texto é escrito pelos professores Juliene Pedrosa e Rubens Lucena e traz a discussão sobre a Fonologia Estruturalista. No segundo capítulo, o professor Seung Hwa Lee apresenta os princípios da Fonologia Gerativa, enquanto, no terceiro, as professoras Carmen Matzenauer e Ana Ruth Miranda detalham a proposta gerativa com a Teoria dos Traços. Já a Fonologia Autossegmental é tratada, na sequência, pelos professores Dermeval da Hora e Ana Vogeley, e o capítulo sobre a Fonologia Lexical é assinado pela professora Leda Bisol. São abordados ainda os aspectos da Fonologia Métrica, pelos professores José Magalhães e Elisa Battisti; os aspectos da Fonologia Prosódica, pela professora Luciani Tenani; os aspectos da Teoria da Sílabas, pelo professor Ubiratã Alves; e os aspectos da TO, pelos professores Luiz Carlos Schwindt e Gisela Collischonn.

Além dessas teorias, o livro ainda conta com dois capítulos sobre outros modelos fonológicos modernos: a Teoria de Exemplares, capítulo escrito pelas professoras Thaís Cristófaros-Silva e Christina Gomes, e a Fonologia de Laboratório, texto escrito pela professora Eleonora Albano. A Teoria de Exemplares estuda a percepção e a produção aliadas à organização gramatical. De acordo com as autoras,

a experiência impacta as representações mentais, que são definidas probabilisticamente a partir de todas as instâncias da categoria que foram atestadas na experiência com o uso da língua. Assim, por exemplo, as produções e percepções da palavra

cor – [koh], [koḥ], [kox], [koɣ], [koɹ], [kor] e [ko] – constituem um feixe de exemplares que agrega informação linguística e não linguística. (CRISTÓFARO-SILVA; GOMES, 2017, grifo nosso)

As representações então para essa teoria são complexas, agregando experiências, evidências empíricas e detalhe fonético, e são constituídas como mapas cognitivos, rede de relações que organizam o conhecimento linguístico.

A Fonologia de Laboratório é uma abordagem que justamente sugere o estudo integrado das ciências dos sons da fala: Fonética e Fonologia. Por ser uma abordagem, ela pode ser aplicada a qualquer teoria que tenha a possibilidade de trabalhar com essa integração. Nesse sentido, a proposta é incluir na análise de dados linguísticos tanto a metodologia lógico-dedutiva da Fonologia quanto a metodologia empírico-quantitativa da Fonética.

CRISTÓFARO-SILVA, T. *Dicionário de fonética e fonologia*. Colaboradoras: Daniela Oliveira Guimarães e Maria Mendes Cantoni. São Paulo: Contexto, 2011.

O último texto que considero importante destacar neste trabalho é o dicionário da professora Thaís Cristófaros-Silva, obra também fundamental para quem está introduzindo os estudos nas áreas dos sons. Nesse dicionário, a professora apresenta os principais termos técnicos relacionados à Fonética e à Fonologia, vinculando muitas vezes figuras às suas definições, o que tende a facilitar a compreensão de alguns conceitos. Além dos termos listados em ordem alfabética, a obra ainda conta com um índice inglês-português, uma seção de apresentação dos sons do português, uma lista de figuras e um índice remissivo. A proposta da autora é utilizar definições simples e objetivas, apresentando assim conceitos acessíveis também aos iniciantes na área.

NOTAS FINAIS

Neste texto, propus uma sugestão de 10 obras para o aluno interessado em começar nos estudos fonológicos. É importante deixar claro que o roteiro de leituras sugerido aqui serve como uma introdução na área, orientando os estudantes para que iniciem suas pesquisas e, caso tenham interesse, busquem

novas fontes a partir dessas. Acredito que todas as obras listadas neste texto têm relevância para a área em questão, configurando obras de grande valor para a comunidade científica e que darão um considerável suporte aos estudantes. Outras referências poderiam ser indicadas, mas como a lista não teria como ser exaustiva, optei por indicar manuais mais atuais e escritos em português, já que a proposta é oferecer aos alunos, inclusive aos que estão iniciando no curso de Letras, uma orientação quanto a leituras fundamentais para sua formação.

REFERÊNCIAS

- BISOL, L. Os constituintes prosódicos. In: BISOL, L. (org.) *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 5. ed. rev. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2010. p. 259-271.
- CAGLIARI, L. C. *Análise fonológica: introdução à teoria e à prática, com especial destaque para o modelo fonêmico*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.
- CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- CÂMARA JR., J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1974.
- CÂMARA JR., J. M. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro: Simões, 1953.
- CÂMARA JR., J. M. *Problemas de linguística descritiva*. Petrópolis: Vozes, 1969.
- CHOMSKY, N.; HALLE, M. *The sound pattern of English*. New York: Harper & Row, 1968.
- CLEMENTS, N. The geometry of phonological features. *Phonology Yearbook*, London, v. 2, p. 225-252, 1985.
- CRISTÓFARO-SILVA, T.; GOMES, C. A. Teoria de exemplares. In: HORA, D. da; MATZENAUER, C. L. (org.). *Fonologia, fonologias: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2017. p. 157-168.
- GAYER, J. E. L. Uma breve história dos constituintes prosódicos. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 149-172, dez. 2015.
- GOLDSMITH, J. *Autosegmental phonology*. 1976. Tese (Doutorado em Fonologia) – Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, MA, 1976.
- HALLE, M.; VERGNAUD, J. R. *An essay on stress*. Cambridge, MA: MIT Press, 1987.
- HAYES, B. *Metrical Stress Theory: principles and case studies*. Los Angeles: University of California, 1991.
- KAHN, D. *Syllable-based generalizations in English Phonology*. 1976. Tese (Doutorado em Fonologia) – Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, MA, 1976.
- KIPARSKY, P. Lexical morphology and phonology. In: YANG, S. (org.). *Linguistic in the Morning Calm*. Seoul: Hanshin, 1982. p. 3-91.

MATZENAUER, C. L. Introdução à teoria fonológica. In: BISOL, L. (org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 5. ed. rev. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2010. p. 11-73.

MCCARTHY, J. J.; PRINCE, A. Generalized Alignment. In: BOOIJ, G.; VAN MARLE, J. (ed.). *Yearbook of morphology*. Dordrecht: Kluwer, 1993. p. 79-153.

MOHANAN, K. P. *Lexical Phonology*. 1982. Tese (Doutorado em Fonologia) – Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, MA, 1982.

NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic phonology*. Dordrecht: Foris, 1986.

PRINCE, A.; SMOLENSKY, P. *Optimality Theory: constraint interaction in generative grammar*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Center for Cognitive Science, 1993.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SEARA, I. C.; NUNES, V. G.; LAZZAROTTO-VOLCÃO, C. *Para conhecer fonética e fonologia do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015.

SELKIRK, E. The syllable. In: HULST, H.; SMITH, V. D. (ed.). *The structure of phonological representations*. Dordrecht: Foris, 1982. v. 2. p. 337-383.

DEZ OBRAS PARA CONHECER MORFOLOGIA

ANTONIA VIEIRA DOS SANTOS

APRESENTAÇÃO

A Morfologia é comumente definida como a área da linguística que estuda a estrutura interna da palavra. O termo, constituído pelos elementos *morf(o)-*, do grego *morphé* “forma”, e *-logia*, do grego *logía* “estudo”, foi inicialmente empregado nas ciências da natureza, como a Botânica e a Geologia. O seu uso no âmbito da Linguística se deu no século XIX, referindo-se ao estudo da forma das palavras. Nessa época, em consequência dos estudos histórico-comparativos das línguas indo-europeias, emerge uma classificação das línguas com base na sua organização morfológica, a partir da qual se distinguem línguas isolantes ou analíticas (como o chinês), línguas aglutinantes (como a língua turca), línguas flexivas, sintéticas ou fusionais (como a língua latina) e línguas polissintéticas ou incorporantes (como as línguas esquimós). É importante salientar que a Morfologia, enquanto área da gramática, mantém relações estreitas com a Fonologia, com a Semântica, com a Sintaxe, com o Léxico e com a Pragmática.

A estrutura interna de uma palavra consiste não na mera combinação de elementos mínimos significativos – os *morfemas* –, mas na sua organização enquanto unidades da primeira articulação, que, sendo responsáveis pelo significado da palavra, mantêm relações solidárias entre si. O arranjo dos morfemas na estrutura interna da palavra atende principalmente a duas finalidades: criar

uma nova palavra e alterar flexionalmente a forma de uma mesma palavra. (RODRIGUES, 2016, p. 37)

No quadro teórico estruturalista, o morfema constitui a unidade básica da teoria gramatical. O interesse está centrado na identificação e na classificação dos morfemas que compõem cada língua falada no mundo de acordo com a sua disposição na estrutura da palavra. Definidos como unidades mínimas dotadas de conteúdo semântico e/ou função gramatical, os morfemas podem apresentar outras propriedades, como, por exemplo, a recorrência. Tomemos, a título de ilustração, o substantivo livraria. Ele é composto por unidades significativas e funcionais, responsáveis pelo significado “estabelecimento onde se vendem livros”: a palavra está constituída pelo radical de livro, pelo sufixo -ari-, que possui o significado de “lugar, estabelecimento”, e pelo constituinte temático -a, que funciona como atualizador lexical. (GONÇALVES, 2019, p. 46) A recorrência diz respeito à capacidade de partes de palavras serem reconhecidas, com o mesmo significado (ou com a mesma função), em outras palavras. Assim, o significado de livro é reconhecido em *livr-eiro*, *livr-eto* e *livr-o-texto* e o de -ari- em *sapat-ari-a*, *cervej-ari-a*, *pastel-ari-a*, enquanto a função de -a é vista em *mes-a*, *cadeir-a* e *carteir-a*, por exemplo.

Muitas palavras, no entanto, não possuem estrutura interna, isto é, não podem ser divididas em partes menores. São chamadas de palavras monomorfêmicas. Nesses casos, o morfema coincide com a própria palavra: *sol*, *mar*, *café*, *jacaré*, *lápiz* etc.

O morfema, por corresponder a uma unidade significativa mínima, não pode ser segmentado em unidades menores: em *cervejaria*, por exemplo, não é possível dividir *cervej-* em *cerv-* e *-ej-*, pois esses segmentos, isoladamente, não têm qualquer significado na língua. A significação básica – “bebida alcoólica produzida a partir da fermentação do malte de cevada ou de outros cereais, e aromatizada com flores de lúpulo” – é dada pelo radical *cervej-*. Note que esses segmentos nada têm a ver com *cerv-* e *-ej-* em palavras como *cervo* “designação comum aos veados do gênero *Cervus*, nativos do hemisfério norte” (*cerv-o*) e *gotejar* “deixar cair, ou cair, gota a gota; pingar” (*got-ej-a-r*), nas quais eles têm claramente uma função lexical e gramatical, correspondendo, portanto, a morfemas.

A análise mórfica de uma palavra, ou seja, a sua segmentação em morfemas, se apoia em certos procedimentos, sendo a comutação o mais importante deles. A comutação consiste na substituição e no contraste de segmentos

recorrentes. Tome-se a palavra *trabalhador* “aquele que trabalha”, segmentada em *trabalh-*, *-a-* e *-dor*. A possibilidade de isolar e comutar (substituir) esses constituintes confirma o seu caráter de morfema. Mantendo-se o *-dor* fixo e comutando-se *trabalh-* por *cuid-*, *jog-*, *empreend-* e *esgrim-*, obtêm-se *cuidador*, *jogador*, *empreendedor* e *esgrimidor*. Se o verbo que está na base do nome não pertence à primeira conjugação, a vogal será *-e-* ou *-i-*, como em *empreendedor* e *esgrimidor*, respectivamente. Nesse conjunto de palavras, o *-dor* possui o mesmo significado, indicando o agente da ação expressa pela primeira parte da palavra: *cuidador* “aquele que cuida”, *jogador* “aquele que joga”, *empreendedor* “aquele que empreende” e *esgrimidor* “aquele que esgrime”. Agora, mantendo-se *trabalh-* fixo e comutando-se o sufixo *-dor* por *-ist-*, *-os-*, *-inh-*, obtêm-se *trabalhista*, *trabalhoso* e *trabalhinho*, respectivamente. A cada comutação feita, uma nova palavra surge, confirmando o estatuto de morfema dos constituintes contrastados.

Que tipos de morfemas existem em português e que ordem ocupam na estrutura das palavras? Ao analisarmos a estrutura das palavras, distinguimos constituintes morfológicos como raiz, radical, vogal temática (ou constituinte temático), tema, morfemas flexionais (ou desinências) e morfemas derivacionais. Numa abordagem sincrônica, a raiz corresponde ao elemento lexical básico, irreduzível, que pode por si só constituir a base de uma palavra, estando presente em um conjunto de palavras semanticamente relacionadas, como *terr-* em *terra*, *terrestre*, *terráqueo*, *terremoto*, *terreiro*, *aterrar* etc. (MONTEIRO, 2002) O radical é obtido quando se lhe retiram a vogal temática e os morfemas flexionais, podendo coincidir ou não com a raiz: *terr-*, em *terras* (nesse caso, o radical coincide com a raiz); *terreir-*, em *terreiros*; *aterr-*, em *aterramos*, por exemplo. Nessas duas últimas formas, a raiz *terr-* é ampliada por um afixo derivacional, tornando-se um radical complexo. (RODRIGUES, 2016, p. 74) Esse radical é denominado de secundário, quando a ampliação é realizada por meio de um afixo derivacional, terciário, quando é por dois, e assim por diante. (ZANOTTO, 2013, p. 39) A vogal temática é a extensão do radical, e com ele forma o tema, permitindo que os morfemas flexionais sejam harmoniosamente acrescentados: *livr-* + *-o* + plural → *livros*; *estud-* + *-a* + modo-tempo-aspecto → *estudava*. Os morfemas derivacionais podem ser prefixais (*re-* + *ler* → *reler*), sufixais (*trabalha-* + *-dor* → *trabalhador*) e circunfixais (*em-* + *pobr-* + *-ec(er)* → *empobrecer*). Quando a derivação não envolve qualquer tipo de afixo, tem-se um processo de *conversão*: *atacar*

(verbo) → *ataque* (substantivo); *martelo* (substantivo) → *martelar* (verbo); *burro* (substantivo) → *burro* (adjetivo).

O *morfema* também pode ser encarado como uma unidade lexical abstrata, sendo o *morfe* a sua realização concreta (MATTHEWS, 1974, p. 79): assim, o -s de *livros* materializa a noção de plural, aplicável a substantivos e a adjetivos do português; o -va de *estudava* materializa a noção gramatical de pretérito imperfeito do indicativo, aplicável aos verbos do português. O morfe constitui, assim, a menor unidade linguística portadora de significado. Mas o que significa “materializar”? Significa que cada significado lexical e/ou função gramatical concretiza-se efetivamente na língua por meio de segmentos fônicos, representados nos textos, em geral, por sua forma gráfica. Quanto a sua autonomia, os morfemas podem ser presos ou livres: em *florista*, por exemplo, *flor* é um morfe livre, -ist- e -a são morfemas presos. No entanto, muitas palavras do português são constituídas por apenas morfemas presos: *gatos* (gat-o-s), *verdadeiro* (verdad-eir-o), *pescador* (pesc-a-dor), *estudávamos* (estud-á-va-mos), *raticida* (rat-i-cid-a).

Como na língua nem sempre há a correspondência perfeita entre forma e significado, utilizam-se, na descrição morfológica, alguns artifícios como o *morfe zero* e o *morfe cumulativo*. O morfe zero é denominado de “ausência significativa”. No contraste feito anteriormente entre *livro* e *livros*, o morfe -s está presente em *livros*, forma marcada, indicando que se trata da forma plural, enquanto na forma *livro* não há nenhum morfe aparente indicando que se trata da forma singular. Na análise descritiva, essa ausência corresponde ao morfe zero, representado pelo símbolo Ø: *livro*-Ø x *livro*-s. (CÂMARA JR., 1992 [1970]) Nesse caso, a oposição entre Ø e -s revela um fato linguístico relevante, que é a oposição de número (singular x plural). A ausência é significativa porque a ela corresponde a informação gramatical “singular”. No caso do morfe cumulativo, típico das flexões verbais, observa-se a relação de um significante para dois ou mais conteúdos, sendo impossível separar os diferentes significados e representá-los por morfemas específicos. Na forma *estudavas* (e em praticamente todas as formas verbais do português), o -va e o -s são morfemas cumulativos, pois indicam, respectivamente, modo (indicativo)/ tempo (pretérito imperfeito)/ aspecto (ação não concluída) e número (singular)/ pessoa (segunda pessoa).

O morfe, substância do morfema, pode se apresentar com formatos (fonético-fonológicos e ortográficos) distintos. Esse fenômeno, submetido ao princípio da distribuição complementar (morfemas que representam um mesmo significado

nunca ocorrem em contextos idênticos), é denominado de *alomorfia*. Nesse caso, tem-se a correspondência de mais de um significante para um mesmo significado: os morfemas, apesar da sua diferença formal, veiculam o mesmo conteúdo semântico, como em *petr-* e *pedr-* “matéria mineral sólida, dura, da natureza das rochas” (**pedra** x **petrificar**) e *-va* e *-ve-* “pretérito imperfeito do modo indicativo” (**cantava** x **cantáveis**), por exemplo. As alomorfias podem ocorrer por um condicionamento de natureza fonológica, morfológica ou lexical. O condicionamento fonológico pode ser exemplificado pelo prefixo de negação *in-*, que assume o formato [i-] antes de palavras iniciadas por [l, r, m, n], como em **ilegal**, **irreal**, **imortal**, **inegável**, [ĩ-] antes das demais consoantes, como em **infeliz**, **ingrato** e **incorreto**, e [i.n-] antes de bases principiadas por vogal, como em **inadequado**, **inútil**, **inexperiente**. (GONÇALVES, 2019, p. 76, 82-83; PETER, 2003, p. 64) O condicionamento morfológico é exemplificado pelo sufixo *-vel*, formador de adjetivos, que, em um contexto derivacional específico (diante do sufixo *-idad(e)*), passa a *-bil-*: **rentável** → **rentabilidade**. (GONÇALVES, 2019, p. 77-78; RODRIGUES, 2016, p. 46) Nos casos de alomorfias do tipo *vid-* (**vida**) e *vit-* (**vital**), *pedr-* (**pedra**) e *petr-* (**petrificar**), em que não se observam condicionamentos fonológicos ou morfológicos que permitam uma generalização, atribui-se um condicionamento lexical. (SCHWINDT, 2014, p. 121) É preciso ter em mente, no entanto, que nem toda divergência observada na escrita corresponde a uma alomorfia. (GONÇALVES, 2019, p. 73; ZANOTTO, 2013, p. 59) O verbo *ficar*, por exemplo, apresenta em seu paradigma as formas *fico*, *ficas*, *ficamos*, *fique*, *fiques*, *fiquemos* etc., em que se observam os radicais *fic-* e *fiqu-*. Nesse caso, trata-se de uma mera acomodação gráfica, pois a pronúncia de *fic-* e *fiqu-* é a mesma. A diferença na escrita se deve a uma regra da ortografia: diante de vogais anteriores, escreve-se <qu>, e não <c> (*fiquei*/**ficei*).

Casos como os apontados – a ausência de marca morfológica para um determinado morfema, morfemas em número maior que o número de significantes e vice-versa –, entre outras situações, como o morfe vazio ou interfixo (o “l” de *tecelão*, por exemplo) e o morfe descontínuo (como *en...ec(er)*, em *entristecer*), mostram que a relação entre forma e significado nem sempre é biunívoca, o que motiva a discussão sobre a definição tradicional de morfema (“unidade mínima significativa”).

Considerando-se a sua significação, os morfemas são classificados como *lexicais* e *gramaticais*. Os morfemas lexicais possuem significado conceptual,

correspondendo a constituintes pertencentes a classes de palavras como substantivo, adjetivo e verbo. Os morfemas gramaticais têm como função principal indicar relações gramaticais, como as categorias de gênero e número de substantivos e adjetivos e de modo-tempo-aspecto e número-pessoa dos verbos, ou mesmo estruturar morfologicamente a palavra, como a vogal temática. Assim, *-a* e *-s* (em *casas*), *-a* (em *nova*), *-ste* (em *compraste*), *-va* (em *comprava*) são morfemas que correspondem, respectivamente, aos seguintes morfemas gramaticais: vogal temática, plural, gênero feminino, segunda pessoa do singular, pretérito imperfeito do indicativo.

É possível acrescentar uma outra categoria de morfemas, os *léxico-gramaticais* (SOLEDADE, 1999), correspondente aos afixos derivacionais (prefixos, sufixos, circunfixos), pois costumam apresentar uma dupla função, sintática e semântica. Vejamos um exemplo: a palavra *escolar* é constituída por uma parte com significado lexical, *escol-*, reconhecida em palavras da mesma família, como *escola*, *escolinha*, *pré-escola* etc., e por uma parte com significado tanto lexical quanto gramatical, o sufixo *-ar*, presente em *hospitalar*, *muscular*, *rudimentar* etc. O sufixo *-ar* agrega ao radical o valor semântico de “relação” – *escolar* “relativo a escola”, *hospitalar* “relativo a hospital” e *muscular* “relativo a músculo” –, mas, ao mesmo tempo, possibilita categorizar esses derivados como adjetivos (*infecção hospitalar*, *lesão muscular*, *explicação rudimentar*), classe com comportamento sintático distinto do de *escola*, *hospital* e *músculo*.

Ao tratarmos da Morfologia, falamos, o tempo todo, de *palavra*. *Palavra* é um termo de uso corrente. Qualquer falante sabe, quando perguntado, dar exemplos de palavras em sua língua. Pode, também, identificar palavras da língua, mesmo sem saber o seu significado. Mas o que realmente é uma palavra? A resposta a essa pergunta não é simples, pois pode atender a diferentes critérios: gráfico, semântico, sintático, morfológico, lexicográfico. E nenhum desses critérios é autossuficiente. Para se melhor delimitar o que é uma palavra, Bloomfield (1933) elaborou os conceitos de *formas livres* e *formas presas*. As formas livres têm autonomia para, sozinhas, constituírem uma frase (substantivos, adjetivos, verbos), enquanto as formas presas precisam estar ligadas a outras (prefixos, sufixos, morfemas flexionais, radicais não autônomos, como *-cid(a)*, em *aticida*, por exemplo). A palavra, para Bloomfield, corresponderia, assim, à forma livre mínima, isto é, a menor forma que pode ocorrer autonomamente. As *formas dependentes*, conceito introduzido por Câmara Jr. (1992 [1970]), dizem respeito a

formas com mobilidade na frase, mas que nunca ocorrem isoladamente, dependendo fonologicamente de outras palavras (artigos, preposições, conjunções). Na concepção de Câmara Jr., formas livres e formas dependentes são palavras.

Outra noção, também relacionada com a problemática da delimitação do conceito de palavra, é a de *lexema*. (HASPELMATH; SIMS, 2010, p. 15) Com origem no gerativismo, busca-se definir, com esse termo, o que é uma palavra, enquanto unidade significativa, presente no léxico mental dos falantes. O *lexema* corresponde a uma unidade lexical abstrata que reúne todas as flexões de uma mesma palavra, denominadas *formas de palavra*, estando, desse modo, relacionado com um paradigma flexional particular. Dito de outra maneira, as formas de palavra (ou flexionadas) correspondem à realização concreta, no enunciado ou na frase, de um lexema. O lexema está vinculado a uma categoria lexical, nomeadamente pertencente a um conjunto aberto, e é convencionalmente representado por sua forma de citação (em geral mais neutra e genérica), em maiúsculas. A forma de citação de um lexema é identificada, por alguns autores, com a entrada de um dicionário: em português, substantivos e adjetivos são representados no singular e no masculino (quando variáveis em gênero), enquanto verbos são representados na forma do infinitivo. Essas definições podem ser ilustradas pelos seguintes exemplos: o lexema CASA (substantivo) apresenta em seu paradigma formas relacionadas com a categoria morfossintática de número: *casa* (singular) e *casas* (plural); o lexema NOVO (adjetivo) apresenta em seu paradigma formas flexionadas em gênero e número: *novo*, *novos*, *nova*, *novas*; o lexema ESTUDAR (verbo) apresenta em seu paradigma todas as formas flexionadas em modo-tempo-aspecto e número-pessoa: *estudo*, *estudas*, *estudarás*, *estudaste*, *estudem*, *estudarmos*, *estudásseis* etc. O paradigma de um lexema está constituído, portanto, por todas as formas que se relacionam flexionalmente. A classe da palavra serve como orientação para o acesso ao paradigma de determinado lexema: substantivos e adjetivos são variáveis em gênero e número, enquanto verbos são variáveis em modo-tempo-aspecto e número-pessoa. É importante perceber que o conjunto de palavras que instanciam o mesmo lexema (*casa*, *casas*) é distinto do conjunto de palavras pertencentes a uma mesma família morfológica (*casario*, *caseiro*, *casebre*, *casinha*), o que pressupõe a divisão entre a *Morfologia Flexional* e a *Morfologia Lexical* ou *Derivacional*. Ambas as morfologias, no entanto, não possuem natureza discreta, o que significa dizer que a

fronteira entre as duas não é categórica, especialmente no que diz respeito a determinados fenômenos linguísticos.

A Morfologia Flexional trata da variação da forma de uma palavra com a finalidade principal de adequá-la a um determinado contexto sintático. A Morfologia Lexical ou Derivacional trata dos mecanismos de formação de novas palavras na língua: derivação, composição, reduplicação, *clipping* ou truncamento, *blending* ou cruzamento vocabular, siglagem. Enquanto a Morfologia Flexional não altera a categoria lexical da palavra (*livro*, no singular, é um substantivo; *livros*, no plural, continua sendo um substantivo), a Morfologia Derivacional *pode* alterá-la: *cheiro*, substantivo, passa a adjetivo em *cheiroso*; *avaliar*, verbo, passa a substantivo em *avaliação*; *triste*, adjetivo, passa a verbo em *entristecer*. Embora haja processos em que não ocorre a alteração de categoria lexical – *ler* (verbo) → *reler* (verbo), *abacate* (substantivo) → *abacateiro* (substantivo) –, para alguns autores a mudança de classe é um dos critérios que caracterizam a derivação face à flexão.

As operações morfológicas flexionais atuam sobre as categorias lexicais que admitem variação em português. Considerando a classificação tradicional de palavras, são variáveis verbos, substantivos, adjetivos, artigos, pronomes e numerais, e invariáveis advérbios, conjunções, preposições e interjeições. Vamos nos centrar, de forma breve, nas três grandes classes de palavras lexicais – verbos, substantivos e adjetivos –, assim chamadas por possuírem significação extralinguística, remetendo para uma realidade física ou psicossocial, externa à língua. Enquanto substantivos e adjetivos apresentam variação em gênero e número, os verbos variam em modo, tempo, aspecto, número e pessoa. As marcas morfológicas que representam essas noções são exigidas por fatores de concordância (no caso dos verbos, apenas as noções de número e pessoa), fenômeno sintático, o que evidencia a relação estreita entre a Morfologia e a Sintaxe. Por exemplo: a forma do adjetivo *vermelho* a ser utilizada numa frase (recorde-se que o paradigma desse lexema inclui: *vermelho*, *vermelhos*, *vermelha*, *vermelhas*) dependerá da forma do substantivo ao qual se vincula: assim, em *as flores vermelhas*, a forma selecionada do paradigma foi *vermelhas*, que concorda em gênero e número com *flores*, substantivo feminino flexionado no plural. Vejamos agora um exemplo de concordância verbal: na frase *As crianças jogam bola na chuva*, o morfe *-m* do verbo representa a terceira pessoa do plural (*eles/elas*), reforçando a relação sintática existente entre o sujeito (*crianças*) e o

verbo (*jogar*). A maior parte dos substantivos da língua varia em número (*flor/flores*), fato incontestável para os autores que abordam o tema. Em relação ao gênero, enquanto uns autores enxergam na oposição *coelho/coelha*, por exemplo, um processo flexional, outros analisam como derivacional, considerando o *-a* da forma feminina um sufixo. Nessa perspectiva, o substantivo seria variável flexionalmente apenas em número. Esse aspecto, em si, é suficiente para percebermos que a questão do gênero em português é controversa. Quanto ao chamado *grau* de substantivos e adjetivos, abordado como flexão em algumas gramáticas – com características de prefixo, por não mudar a classe da base –, é considerado um mecanismo derivacional, com natureza avaliativa: *carrão, bonitinho, caixona, chatinha*.

Os processos de formação de palavras também envolvem classes de palavras, em especial substantivos, adjetivos e verbos. A partir da palavra de uma classe, forma-se uma outra palavra, às vezes pertencente à outra classe: *belo* (adjetivo) → *beleza* (substantivo). A derivação pode operar por meio de afixos ou por conversão. Nos processos afixais, além da sufixação, exemplificada por *livraria*, ocorre a prefixação (*reler*) e a circunfixação (*envelhecer*). No caso de *envelhecer*, admite-se que ocorra, em vez da adjunção de um circunfixo descontínuo a uma base (circunfixação), a adjunção simultânea de um prefixo e um sufixo (parassíntese). A derivação por conversão corresponde aos processos denominados pela gramática tradicional de: 1) derivação regressiva: *sacar* (verbo) → *saque* (substantivo); 2) derivação imediata: *açúcar* (substantivo) → *açucarar* (verbo); 3) derivação imprópria: *burro* (substantivo) → *burro* (adjetivo). (RODRIGUES, 2016, p. 119)

Além da derivação, a composição também forma palavras na língua a partir de outras existentes. Em português, há vários padrões de composição, como substantivo + substantivo (*bolsa-família, peixe-espada*), verbo + substantivo (*limpa-vidros, tranca-ruas*), substantivo + adjetivo (*carro-forte, febre amarela*) e substantivo + preposição + substantivo (*pimenta-do-reino, fim de semana*). As combinações que envolvem pelo menos um radical, erudito ou vernáculo, também são consideradas, na proposta de alguns autores, palavras compostas em português: *antropólogo, raticida, hidromassagem, fumódromo, luso-brasileiro*. (RIBEIRO; RIO-TORTO, 2016; VILLALVA, 2003) No âmbito da composição também podem ser incluídos casos de recomposição, processo exemplificado por *fotojornalismo* “gênero de jornalismo em que a fotografia é primordial na veiculação de

notícias” e *telejornal* “noticiário transmitido pela televisão”, em que o primeiro elemento de cada uma dessas palavras corresponde ao encurtamento de uma forma plena: *fotografia* → *foto*, *televisão* → *tele*.

Ao lado da derivação e da composição, figuram os processos ditos não concatenativos, que não envolvem, necessariamente, constituintes com valor morfêmico. É o caso do cruzamento vocabular (*brasiguai* = *brasi*(leiro) + *para*(guaio)), do truncamento (*publi* = *publicidade*), da siglagem (*UTI* = Unidade de Tratamento Intensivo) e da reduplicação (*chororô* = *choro* + *-rô*). Casos de alternância morfêmica (*avô/avó*) e submorfêmica (*ovo/ovos*) também são referidos como processos não concatenativos em português. (GONÇALVES, 2019, p. 68-70)

O ESSENCIAL SOBRE MORFOLOGIA

CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1992 [1970]. p. 69-96.

Câmara Jr. é, reconhecidamente, pioneiro na introdução da linguística estrutural no Brasil, e é nessa perspectiva que a Morfologia é abordada no seu livro *Estrutura da língua portuguesa*, de leitura obrigatória. Destacam-se os capítulos VIII (“O vocábulo formal e a análise mórfica”) e IX (“A classificação dos vocábulos formais”), nos quais o autor se ocupa do conceito de vocábulo formal e da forma de identificá-lo, e os capítulos X (“O mecanismo da flexão portuguesa”) e XI (“O nome e suas flexões”), em que desenvolve os conceitos de flexão e derivação e apresenta o padrão flexional dos vocábulos em português. No capítulo VIII, o autor, ao indagar qual o critério para se depreender o vocábulo formal, introduz as noções de forma livre e forma presa, propostas por Leonard Bloomfield (1933), às quais acrescenta a de forma dependente, que abrange partículas enclíticas e proclíticas. Na abordagem dos procedimentos de análise mórfica, explicita o método da comutação, que consiste na “[...] substituição de uma invariante por outra, de que resulta um novo vocábulo formal”. (BLOOMFIELD, 1933, p. 72) Ao proceder à análise mórfica do verbo em português, introduz os conceitos de cumulação, alomorfia, neutralização, alternância vocálica morfêmica e submorfêmica, importantes na descrição gramatical. A alomorfia é apresentada quando aborda a possibilidade de variação formal do morfema e dos

seus condicionamentos. No capítulo IX, os vocábulos formais são abordados na perspectiva da sua distribuição em classes, indicando três critérios para a sua classificação: o semântico, o formal (ou mórfico) e o funcional. No âmbito do mecanismo da flexão portuguesa, destaca-se a sua posição em relação ao estatuto morfológico do grau: apoiado na distinção que estabelece entre flexão e derivação, afirma que a expressão do grau não é um processo flexional em português, mas derivacional. Também se destaca a classificação dos nomes, quanto à presença/ausência de tema (radical + vogal temática), em temáticos e aтемáticos, e a particularização da situação dos nomes em que a vogal temática se deduz da forma plural (nomes com forma teórica em -e no singular: **mare/mare-s*). Nessa perspectiva, a oposição de número se dá entre \emptyset (zero) e o arquifonema /S/, com a flexão de plural realizando-se através de dois ou três alomorfes, fonologicamente condicionados. Em relação ao gênero, além de apresentar o mecanismo básico de flexão em português (o acréscimo da desinência -a à forma do masculino) e os casos de alomorfia, Câmara Jr. descreve algumas situações que evidenciam a complexidade envolvida no estudo dessa categoria gramatical. Ao assumir que a flexão de gênero é um traço redundante nos substantivos portugueses, o autor propõe o ensino do gênero a partir da forma do artigo exigida pelo substantivo, proposta que merece reflexão. Em relação ao número, destacamos a concepção de pluralidade, entendida não apenas como a oposição entre um único indivíduo e mais de um indivíduo (*casa/casas*), mas também como propriedade semântica de alguns nomes, como coletivos (*folhagem*) e *pluralia tanta* (*núpcias, trevas*). A oposição singular-plural aplica-se não somente a nomes contáveis, mas ainda a nomes de massa, que representam “quantidades contínuas”: *açúcar x açúcares* (refinado, cristal, mascavo). Os principais aspectos sobre a flexão de número, além da proposta de um morfema \emptyset para palavras como *simples* e *ourives*, são as alterações fonológicas pelas quais passam substantivos e adjetivos terminados em -l e o problema da variação livre nos nomes terminados em -ão (*aldeões, aldeães, aldeãos*).

SANDMANN, A. J. *Morfologia geral*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1993.

Trata-se de um livro com apenas 79 páginas, mas que condensa, em cinco capítulos, temas relevantes no estudo da Morfologia. No primeiro capítulo, a partir do poema “O analfabeto político” de Bertold Brecht, o autor desenvolve

os conceitos de linguística de texto, Sintaxe e Fonologia antes de chegar na Morfologia. Para o autor, a Morfologia tem seu objeto de estudo no eixo paradigmático da linguagem, isto é, “[...] nas relações que se podem estabelecer entre elementos que não estão todos simultaneamente presentes numa frase ou texto”. (SANDMANN, 1993, p. 16) A Morfologia é apresentada, no texto, integrada a outros fenômenos, mas sempre com o seu escopo delimitado, como na passagem em que se declara que a concordância e a regência são fatos da Sintaxe, sendo por ela estudados, mas a forma como se realizam é de responsabilidade da Morfologia. (SANDMANN, 1993, p. 17) Ao mesmo tempo em que reconhece a preocupação da Morfologia com a classificação de palavras, o autor problematiza a utilização de um único critério nesse processo, apontando que, de maneira geral, utiliza-se mais de um critério – semântico, formal e funcional –, como proposto por Câmara Jr. (1973). De forma diluída, a Morfologia, ou o que cabe a ela, vai sendo apresentada pelo autor. Ao destacar que a distinção entre sufixo derivacional e sufixo flexional é uma questão essencial na Morfologia, introduz a discussão sobre o estatuto morfológico da vogal *-a* em palavras como *política*, *ministra* e *doutora*, defendendo que, em casos dessa natureza, o constituinte *-a* é sufixo derivacional, e não flexional, tópico desenvolvido, de forma mais aprofundada, no capítulo intitulado “Morfologia Lexical x Morfologia Flexional”. Também desenvolve a ideia de que o grau não é flexão, de que há diferenças de função entre as flexões de número do substantivo e as do adjetivo, e também entre as flexões de pessoa e número do verbo, de um lado, e as de tempo, modo e aspecto, de outro. Neste livro está registrada a sua célebre frase – “[...] nem sempre é simples classificar as palavras, pô-las em gavetas pré-escolhidas e em que elas fiquem bem comportadas e acomodadas” (SANDMANN, 1993, p. 32) –, que reflete a impossibilidade, em muitos casos, de se traçar fronteiras bem definidas entre os fenômenos linguísticos.

MONTEIRO, J. L. *Morfologia portuguesa*. 4. ed. rev. amp. Campinas: Pontes, 2002.

Essa obra tem o objetivo de descrever a Morfologia da língua portuguesa, seguindo de perto os princípios de descrição de Câmara Jr. É constituída por 21 capítulos não numerados, sendo propostos, ao final de grande parte deles, exercícios (com respostas no final do livro) para que o aluno possa praticar e fixar

os temas estudados. Todos os capítulos são de grande interesse, pois trazem, além de uma proposta de descrição mórfica, uma riqueza de informações que, apesar de abundantes em alguns casos, mostram-se pertinentes, considerando que a obra, nas palavras do autor, trata-se de um “convite à reflexão e à pesquisa linguística”. (MONTEIRO, 2002, p. 9) No entanto, destaca-se, na obra, a abordagem de alguns temas, como os conceitos de morfema como uma entidade abstrata e de morfe/alomorfe como a sua realização concreta. Ao desenvolver os conceitos de morfema e morfe, o autor salienta que a situação ideal seria que a cada morfema correspondesse um único morfe e vice-versa. No entanto, são muitas as situações em que a correspondência forma-significado não ocorre de forma perfeita: o morfe zero, o morfe vazio, o morfe cumulativo, o morfe superposto, o morfe alternante, o morfe redundante, o morfe homônimo, o alomorfe. São abordados os conceitos de raiz, radical, tema, base, incluindo as noções de palavras temáticas e aтемáticas e de tema teórico. Ao tratar dos afixos, Monteiro defende, na contramão de alguns autores, a existência de infixos em português. Destaca-se, ainda no âmbito dos afixos, a diferenciação entre a parassíntese e a circunfixação, apresentada de forma bastante clara. No capítulo dedicado à flexão nominal, é notável o autor ter introduzido a discussão sobre o estatuto do morfe *-a* em palavras como *loba* – desinência de gênero ou sufixo derivacional –, instigando a reflexão sobre o gênero em português. Apesar de manter, por “prudência”, a tradição gramatical, afirma que “o assunto continua polêmico e merece novos estudos”. (MONTEIRO, 2002, p. 88) Na abordagem da flexão de número, assume, como Câmara Jr., a existência de um tema teórico em *-e*, estando o morfe *-s* de plural sujeito a alomorfias fonologicamente condicionadas. Os capítulos mais robustos do livro, na nossa opinião, são os que trazem a estrutura verbal, o mecanismo da flexão verbal e os desvios do padrão geral. Nesses capítulos, são descritas as categorias de modo, tempo (não inclui o aspecto), pessoa e número, além da vogal temática. No que diz respeito aos verbos de padrão especial do português, o autor chama a atenção para a necessidade de se distinguir as verdadeiras alomorfias dos casos que chamou de alografia no radical (*ficar vs. fiquei*, por exemplo). Nos capítulos dedicados aos processos de formação de palavras, destacamos a apresentação de um extenso inventário de sufixos do português (MONTEIRO, 2002, p. 165-180) e a abordagem de algumas questões relacionadas com a complexidade envolvida no conceito de composição.

Monteiro trata, ainda, da formação de antropônimos, de hipocorísticos e de oniônimos, o que, de certa forma, diferencia a obra de outras congêneres.

ZANOTTO, N. *Estrutura morfológica da língua portuguesa*. 6. ed. rev. amp. Caxias do Sul: Ibral, 2013.

Trata-se de um livro introdutório aos estudos morfológicos, com exercícios ao final de cada unidade e exercícios de revisão geral ao final do livro, o que permite ao aluno testar a sua compreensão dos assuntos estudados. Composto por quatro capítulos, ocupa-se, em síntese, da análise morfológica dos vocábulos. Apesar de introdutório, o livro é rico de informações, pois, quando pertinente, são apresentadas diferentes perspectivas sobre um mesmo fenômeno. Nas considerações que tece sobre o conceito e a delimitação de palavra e de vocábulo mórfico, o autor defende que o termo “palavra”, por ser polissêmico, deve dar lugar, no âmbito da Morfologia, ao vocábulo mórfico (ou morfológico). O vocábulo mórfico é definido a partir dos conceitos de formas livres, formas presas (BLOOMFIELD, 1933) e formas dependentes. (CÂMARA JR., 1967) Na descrição que apresenta da análise mórfica, apresenta a significação e a comutação como caminhos para a segmentação das palavras em morfemas. O morfema é abordado do ponto de vista do significado (morfemas lexicais e morfemas gramaticais) e do significante (aditivos, subtrativos, alternativos, reduplicativos, zero). Na parte em que trata dos constituintes morfológicos que estruturam os vocábulos (radical, vogal temática, afixos derivacionais, desinências), utiliza o termo circunfixo, afixo descontínuo envolvido na formação de palavras como *envelhecer*. Assume a posição, não consensual, de que a sequência *-ar*, em verbos como *acostumar*, tem função cumulativa: de sufixo derivacional e de sufixos gramaticais (vogal temática + morfe de infinitivo), o que levanta uma questão para discussão. No âmbito dos morfemas lexicais, desenvolve os conceitos de raiz, radical, radical primário, radical gramatical e radical final. No âmbito da descrição do constituinte temático nos nomes, trata das palavras atemáticas, terminadas no singular em consoante e em vogal tônica, admitindo, no primeiro caso, a presença da vogal temática na forma plural: *mar* (atemático)/*mares* (temáticos). No segundo capítulo, que trata de “Conceitos e ocorrências morfofonêmicas”, destaca-se a lição sobre alomorfia, distribuição complementar e acomodação gráfica. No tópico em que trata da formação de palavras, percebem-se algumas imprecisões

terminológicas, havendo abordagens mais atualizadas sobre o tema. No âmbito da Morfologia Flexional, aborda o gênero com pormenor, destacando-se a perspectiva do -a do feminino (*gat-a*) poder corresponder, na realidade, a um sufixo derivacional (“Sabe-se que é difícil alterar uma tradição gramatical reproduzida há décadas, mas [...] é bom refletir sobre o assunto”). No que diz respeito ao número, o autor organiza os substantivos em cinco grupos: número de seres (um x mais de um), plurais vazios (*calça ~ calças x calças*), plurais difusos (na realidade, os *pluralia tanta* como *exéquias* e *óculos*), plurais significativos (*costa-costas x costas*), coletivos (*cardume*). O autor também apresenta uma descrição detalhada do plural dos nomes contáveis, com a indicação de sete esquemas, sendo os mais complexos, na nossa opinião, aqueles que incluem palavras terminadas em -l (*azul, casal, pastel, farol, fuzil, fácil*). No capítulo 4, que trata do verbo, destacamos a ausência de referência ao aspecto na apresentação da sua estrutura básica (radical + vogal temática + desinência modo-temporal + desinência número-pessoal).

PETTER, M. M. T. Morfologia. In: FIORIN, J. L. (org.). *Introdução à Linguística II: princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 59-79.

O capítulo em questão integra uma coletânea de textos introdutórios ao estudo da linguística, e aborda, de modo abrangente, os principais temas relacionados com a Morfologia. Ao mesmo tempo em que são introduzidos os conceitos de lexema e de forma de palavra, as noções de palavra e forma são problematizadas a partir da definição habitual de Morfologia como “[...] área da lingüística que estuda ‘a forma das palavras’”. (PETTER, 2003, p. 60) Ao discutir o conceito de palavra e as formas para sua identificação, a autora evidencia o protagonismo da Morfologia no século XIX, período em que se formulou, a partir do estudo comparativo das línguas, uma tipologia morfológica destas. Para a autora, “[c]onsiderar o *morfema* ou a *palavra* como unidade central do estudo morfológico resulta em modos diferentes de abordar a morfologia”. (PETTER, 2003, p. 62, grifo nosso) Em diferentes seções do capítulo, descreve os procedimentos para a identificação de morfemas, apresenta uma boa discussão sobre a alo-morfia e os seus condicionamentos – em especial o fonológico, evidenciando a relação estreita entre Fonologia e Morfologia –, descreve alguns processos morfológicos aditivos e subtrativos, além da reduplicação e da alternância, e aborda

o morfema zero. A Morfologia Derivacional e a Morfologia Flexional, referidas brevemente na introdução (PETTER, 2003, p. 60), são apresentadas com maior detalhe na seção 6. No âmbito da Morfologia Derivacional, são descritas a derivação, a composição, a derivação regressiva (ou conversão, para alguns autores) e a parassíntese (vista como circunfixação por alguns autores). No âmbito da Morfologia Flexional, discute-se brevemente a questão da existência de universais morfológicos, sendo utilizados dados do quimbundo, língua falada em Angola, para exemplificar o funcionamento dos morfemas flexionais. Além das referências, o capítulo apresenta sugestões de leituras sobre o tema e propostas interessantes de exercícios, com dados de línguas variadas, com a vantagem de as respostas constarem ao final do livro. (PETTER, 2003, p. 226-228)

BASILIO, M. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011 [2004].

Trata-se de uma obra que tem a Morfologia Derivacional – descrita de forma sintética – como protagonista, pois, como consta na introdução,

[...] as estruturas morfológicas constituem um instrumento fundamental na aquisição e expansão do léxico individual ou coletivo, assim como de seu uso na produção e compreensão de diferentes tipos de texto em nossa língua. (BASILIO, 2011, p. 7)

Para além da introdução e das referências, o livro é constituído por 10 pequenos capítulos não numerados, todos acompanhados de um conjunto de exercícios de fixação, no entanto sem propostas de resolução. Para facilitar a apresentação da obra, vamos atribuir números a esses capítulos. Assim, no primeiro capítulo (BASILIO, 2011, p. 9-12), a autora começa perguntando para que serve o léxico e, a partir daí, passa a abordar a sua constituição e expansão, distinguindo léxico externo e léxico interno, léxico real e léxico virtual. No capítulo 2, intitulado “Dissecando a palavra” (BASILIO, 2011, p. 13-19), apresenta diferentes perspectivas sobre a noção de *palavra* (palavra gráfica, palavra lexicográfica, palavra estrutural, palavra como lexema e como vocábulo, palavra como unidade de significação, palavra como unidade fonológica, palavra como “forma não presa mínima”), destacando alguns problemas decorrentes dessas várias facetas. No capítulo 3

(BASILIO, 2011, p. 21-25), destaca a importância das classes de palavras tanto na descrição gramatical quanto na descrição dos processos lexicogênicos de uma língua. Conclui, após fazer referência a alguns critérios de classificação, que “[...] as classes de palavras devem ser definidas simultaneamente por critérios morfológicos, sintáticos e semânticos”. (BASILIO, 2011, p. 23) Nessa perspectiva, apresenta uma brevíssima definição das principais categorias lexicais: substantivo, adjetivo, verbo, advérbio. No capítulo subsequente, a autora aborda derivação e mudança de classe, deixando claro que a sua preocupação, na obra, é “[...] determinar os padrões gerais que regem os processos de mudança de classe”. (BASILIO, 2011, p. 27) Descreve, com muita clareza, as motivações para essa mudança: gramatical, semântica, expressiva e textual/sintática. Do capítulo 5 ao 8 (BASILIO, 2011, p. 33-65), trata da formação de verbos, formação de substantivos, formação de adjetivos, e formação de advérbios. Na sequência, Basilio (2011, p. 67) aborda a sufixação sem mudança de classe (a expressão do grau e a formação de nomes de agentes denominais). No último capítulo, a autora apresenta uma importante discussão sobre a distinção entre substantivo e adjetivo, abordando o conceito de conversão plena e de adjetivos substantivados. Particulariza a situação dos nomes pátrios, dos nomes de cores e dos substantivos com função de adjetivo, como os nomes de agente, ressaltando, contudo, que, nesse último caso, não se trata de conversão plena. Também importante é a distinção feita entre substantivos como qualificadores e substantivos como complementos de substantivos. No tópico “Substantivos podem qualificar substantivos?”, são exibidas situações em que substantivos ocorrem como qualificadores e especificadores de outros substantivos, combinação considerada, em geral, uma palavra composta.

GONÇALVES, C. A. *Morfologia*. São Paulo: Parábola, 2019.

O livro integra a Coleção Linguística para o ensino superior, da Parábola Editorial. Seguindo os parâmetros estabelecidos pela coleção, a obra apresenta ao leitor, de forma integrada e didática, a Morfologia e os principais conceitos relacionados a esse domínio da Linguística. Constituído por cinco capítulos, o livro prima pela linguagem clara e pela abundância de exemplos e abonações, o que certamente auxilia na compreensão do tema em foco. No primeiro capítulo, o termo *morfologia* é introduzido, juntamente com os termos *morfema*, *palavra*,

vocábulo (formal e fonológico), *formas livres*, *formas presas* e *formas dependentes*. Ainda neste capítulo, destaca-se a seção “A técnica da comutação”, em que são apresentadas as propriedades do morfema: isolabilidade, contrastividade, recorrência e significado. No capítulo 2, faz-se uma descrição das estruturas morfológicas da língua: morfemas lexicais e gramaticais, radical, raiz, índices temáticos, afixos, desinências. O índice temático nominal é considerado um atualizador lexical – “[...] têm a função de completar a palavra, fazendo com que radicais presos se transformem em livres” (GONÇALVES, 2019, p. 46-47) –, portador, em muitas situações em que o nome termina nas vogais *-a* e *-o*, de informação de gênero. A alomorfia e seus condicionamentos receberam uma boa descrição, exibindo-se exemplos da sua abordagem nos modelos Item-e-Arranjo (IA) e Item-e-Processo (IP). No capítulo 3, o autor aborda a flexão e a derivação, descrevendo as principais diferenças entre esses dois processos. A abordagem da flexão e da derivação na perspectiva de um *continuum* é aplicada aos afixos de grau, sendo consideradas, como medidas de avaliação, oito parâmetros. Na descrição das categorias nominais associadas à flexão, são apresentados o gênero e o número, discutidos a partir de Câmara Jr. e outros autores. Na discussão do número, destaca-se a posição do autor de recorrer à Fonologia, ou, antes, à interface Morfologia-Fonologia, para justificar os plurais aparentemente alomórficos. Na seção 3.8 é apresentado o padrão formal do verbo português. O quarto capítulo aborda a formação de palavras em português, apresentando suas principais motivações: rotulação (denominação), mudança categorial, discursiva (atitudinal e textual) e indexical. Antes de descrever os principais mecanismos de formação de palavras, o autor disserta sobre produtividade lexical e formações analógicas, e, ainda, sobre as diferenças entre processos concatenativos e não concatenativos. Ao abordar a derivação, faz referência à “derivação parassintética”, sem se referir, como faz nas páginas 49 e 50, ao termo “circunfixação”. A observação a ser feita incide nos exemplos de circunfixos apresentados, em especial aqueles com o segmento final *-ar*. (GONÇALVES, 2019, p. 138, Quadro 15) Em seguida, o autor aborda a derivação imprópria, que nomeia de conversão, e a derivação regressiva. Na nossa opinião, ambos os processos podem ser designados de conversão. Na subseção em que trata da derivação regressiva, faz referência, sem muitos detalhes, à formação de verbos a partir de um substantivo, como *âncora* → *ancorar*, mecanismo produtivo em português, que poderia, igualmente, ser encarado como conversão. Os mecanismos de composição de palavras e de

recomposição são descritos nas seções 4.9 e 4.10, respectivamente. Por fim, na seção 4.11 e subseções correspondentes, são descritos, com maior detalhamento, processos não concatenativos, como reduplicação, hipocorização, siglagem, truncamento, cruzamento vocabular e *splinters*. O quinto e último capítulo intitula-se “Para saber mais”, no qual são recomendadas leituras sobre os temas abordados no livro. Trata-se de uma valiosa contribuição, motivando o leitor a se aprofundar nos temas de interesse.

RODRIGUES, A. S. Noções basilares sobre a morfologia e o léxico. In: RIO-TORTO, G. et al. Gramática derivacional do português. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016. p. 35-133.

A *Gramática derivacional do português* constitui um trabalho inovador e abrangente sobre a formação de palavras no português contemporâneo. Embora os dados recolhidos contemplem predominantemente a variante europeia, a obra trata de fenômenos que ocorrem em português, de uma forma geral, interessando, portanto, também aos estudantes e pesquisadores brasileiros. A formação de palavras é abordada, na obra, tanto em termos da competência da gramática mental do falante quanto da descrição/explicação linguística desse aparato. O termo *derivacional*, presente no título, é compreendido em sentido *lato*, equivalendo à formação de palavras, de forma que variados processos são descritos no livro, como a afixação, a conversão, a composição, o cruzamento vocabular, a truncação (ou truncamento), a reduplicação, a siglação (ou siglagem) e a acronímia. Temas relacionados com esses processos são desenvolvidos com maior detalhamento pelos cinco autores da *Gramática*, individualmente ou em parceria, a partir do capítulo 2. Destacamos, no entanto, para este guia, o capítulo 1 (“Noções basilares sobre a morfologia e o léxico”), de autoria de Alexandra Soares Rodrigues, texto introdutório aos demais capítulos, em que são apresentados conceitos básicos de termos como Morfologia (com destaque para as relações que esta estabelece com outras áreas, como a Sintaxe, a Semântica e a Fonologia), palavra, lexema, forma de palavra e morfema. A respeito desse último termo, ele é trazido sob uma definição ligeiramente diferente da clássica, visando, como se afirma na citação a seguir, “[...] contornar as desvantagens que surgem se considerarmos o morfema como uma ligação entre uma forma e um significado”. (RODRIGUES, 2016, p. 43) O capítulo debruça-se, também,

sobre as diferenças entre flexão e derivação, ainda que se saiba que, em alguns casos, a distinção entre esses dois processos seja apenas uma questão de grau. Também se descreve, em termos formais e semântico-funcionais, os constituintes morfológicos da palavra, como radical, tema, constituinte/índice temático, afixo (flexional/derivacional). Na seção sobre segmentação e comutação (p. 77-80), reflete-se sobre a importância desses procedimentos na identificação de morfemas. O capítulo ainda traz uma seção de grande interesse, centrada em reflexões sobre léxico mental, produtividade e criatividade, e dá destaque para a atuação de restrições (fonológicas, semânticas, pragmáticas, morfológicas, argumentais e etimológicas) no âmbito dos processos de formação de palavras.

PERINI, M. A. Classificação. In: PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 399-420.

O capítulo em destaque apresenta uma importante e necessária discussão sobre as noções de classe e função, formulando o princípio de que “[a]s funções se definem no contexto em que ocorrem; as classes se definem fora de contexto”. (PERINI, 2016, p. 400) O autor evidencia a relevância da distribuição das palavras em classe, ao mesmo tempo em que chama a atenção para a complexidade envolvida nesse processo. Exibe aspectos dessa complexidade por meio do exame de palavras tradicionalmente classificadas como substantivos e adjetivos, e, utilizando um sistema de traços, semânticos e/ou formais, busca demonstrar porque uma palavra como *amigo* pertence a uma classe distinta da classe de *barulho* e da classe de *sufocante*, por exemplo. Na continuidade, o autor enfatiza que o conjunto de traços classificatórios de uma palavra exprime o seu potencial funcional. O capítulo, em resumo, trata-se de uma reflexão crítica sobre as classes de palavras, tema que importa à Morfologia.

PINILLA, M. da A. de. Classes de palavras. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (org.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. 2. ed. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2013. p. 169-183.

O capítulo em foco analisa como o tema “classes de palavras” tem sido tratado, em especial na sala de aula, e apresenta algumas propostas para a sua abordagem. O primeiro ponto levantado pela autora diz respeito ao ensino das classes de palavras restringir-se, muitas vezes, ao conhecimento da nomenclatura.

Assim, o texto “[...] objetiva servir como reflexão para futuros estudos a respeito do tema”. (PINILLA, 2013, p. 169) Na primeira seção, apresenta-se, de forma breve, o que a tradição gramatical propõe sobre classes de palavras. Iniciando por Aristóteles, a autora passa por Dionísio da Traça e Varrão, chegando à Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), de 1958, que reconhece dez classes: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. A autora comenta que, embora haja a concordância de que aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos devam ser levados em consideração no tratamento do tema, o que de fato ocorre é o domínio de um único critério, em geral o semântico. Essa situação, que resulta em definições incompletas, é ilustrada de forma bastante clara no Quadro 2. (PINILLA, 2013, p. 172) Após descrever, resumidamente, uma pequena amostra de trabalhos sobre as classes de palavras, a autora apresenta alguns modelos de classificação com base nos critérios semântico, formal (ou mórfico) e funcional, propostos por Câmara Jr. Destaca que para se definir uma classe é preciso definir qual o papel da palavra na unidade sintagmática, sendo necessário articular, portanto, os conceitos de classe e função. Na última seção, atém-se à questão do ensino, reiterando o problema da mistura de critérios nas definições apresentadas nas gramáticas e nos livros didáticos. Por fim, a autora, embora reconhecendo a eficácia do critério funcional, opta por utilizar os três critérios – funcional, mórfico e semântico –, na definição das classes de palavras.

REFERÊNCIAS

- BASILIO, M. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011 [2004].
- BLOOMFIELD, L. *Language*. New York: Henry Holt, 1933.
- CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1992 [1970].
- GONÇALVES, C. A. *Morfologia*. São Paulo: Parábola, 2019.
- HASPELMATH, M.; SIMS, A. D. *Understanding Morphology*. 2. ed. London: Hodder Education, 2010.
- MATTHEWS, P. H. *Morphology: an introduction to the Theory of Word-Structure*. London: Cambridge University Press, 1974.
- MONTEIRO, J. L. *Morfologia portuguesa*. 4. ed. rev. ampl. Campinas: Pontes, 2002.

- PERINI, M. A. Classificação. In: PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 399-420.
- PETTER, M. M. T. Morfologia. In: FIORIN, J. L. (org.). *Introdução à Linguística II: princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 59-79.
- RIBEIRO, S.; RIO-TORTO, G. Composição. In: RIO-TORTO, G. et al. *Gramática derivacional do português*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016. p. 461-520.
- RODRIGUES, A. S. Noções basilares sobre a morfologia e o léxico. In: RIO-TORTO, G. et al. *Gramática derivacional do português*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016. p. 35-133.
- SANDMANN, A. J. *Morfologia geral*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1993.
- SCHWINDT, L. C. Morfologia. In: SCHWINDT, L. C. (org.). *Manual de linguística: fonologia, morfologia e sintaxe*. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 109-154.
- SOLEDADE, J. *Para um entendimento da morfologia lexical da língua portuguesa a partir de Guimarães Rosa*. 1999. Monografia (Bacharelado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.
- VILLALVA, A. Formação de palavras: composição. In: MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed. rev. aum. Lisboa: Caminho, 2003. p. 971-983.

DEZ OBRAS PARA CONHECER MORFOLOGIA HISTÓRICA

MAILSON LOPES

INTRODUÇÃO

Nenhuma definição de Morfologia Histórica se mostraria mais precisa e satisfatória do que a fincada no próprio esmiuçamento semântico do termo que rotula esse campo do saber, ou seja, *morfologia + história*. Sendo assim, em linhas gerais, tratar-se-ia da subárea da Linguística Histórica que se dedica à análise da estruturação interna da palavra, englobando a descrição dos elementos, fenômenos, operações, pautas e paradigmas que lhe são concernentes, sob um prisma historicocêntrico, isto é, fortemente compromissado com a historicidade da língua.

Se se pode distinguir como morfológica uma análise voltada ao funcionamento da partícula *super-* no português contemporâneo (em derivados como **supervalioso** ou **superdose**), que identifique a sua variante formal (*sobre-*, em **sobrevoar**) e a sua polivalência semântica (no primeiro vocábulo reproduzido, o prefixo denota “intensificação”; no segundo, “excesso”; no terceiro, “posição espacial superior”), da mesma forma se chegaria à conclusão de ser um estudo de Morfologia Histórica aquele que explicasse o surgimento do alomorfe *sobre-* a partir de *super-*, mediante transformações sonoras recorrentes na passagem do latim ao português (/ũ/ > o, como em *m/ũ/sca* > *m/o/sca*; /p/ intervocálica > /b/,

como em *ca/p/ère* > *ca/b/er*; /er/ final → /re/, como em *semp/er/* > *semp/re/*), assim como a geração diacrônica dos sentidos mais abstratos do formativo em questão (“intensificação” e “excesso”) a partir do seu sentido mais concreto, o locativo, por meio de processamento metafórico (ESTAR ACIMA DE X É SER MUITO X/É SER X EM DEMASIA).

De igual forma, não há dúvida de que seja uma descrição morfológica a que aponte que as formas de 1ª pessoa do plural do presente do indicativo e do pretérito perfeito simples em português (*Nós sempre dormimos muito/Dormimos muito ontem*) coincidem por não apresentar, no plano do significante, uma marca flexiva modo-temporal (*dorm*-_{RAD}-*i*-_{VT}-*∅*-_{MT}-*mos*_{NP}), sendo desambiguadas apenas contextualmente. E, se se tratasse de explicar que tal coincidência formal ocorre em português devido à queda do segmento -VĪ- ocorrida na forma latina do pretérito perfeito (DORMIVĪMUS), da qual se originaria a vernácula, coincidindo com a configuração da forma correspondente ao presente do indicativo latino (DORMĪMUS), estar-se-ia fazendo Morfologia Histórica.

Pelos exemplos anteriores (e por tantos outros que poderiam ser arrolados), chega-se à percepção de que a consideração de aspectos históricos na descrição de unidades, processos e fenômenos atinentes à estruturação interna do vocábulo e à arquitetura do léxico propicia uma compreensão mais atilada da dinâmica de seu funcionamento hodierno. Isso porque, sem dúvida, a morfologia e o léxico de *ontem* estão vivos e pulsantes na morfologia e no léxico de *hoje*.

A pertinência da Morfologia Histórica e da Linguística Histórica como um todo é indiscutível e não há como ser negada sem que se caia em flagrante contrassenso, já que a língua é, por natureza, um objeto histórico (COSERIU, 1958), um sistema herdado e em contínuo movimento (VIARO, 2011b), incontestavelmente moldado no tempo e na história. Assim,

[...] por mais que o estudioso se situe em uma perspectiva sincrônica ao avaliar dados morfológicos, é inescusável reconhecer que todo momento histórico sincronicamente considerado arrasta consigo a herança de sincronias passadas [...],¹ (SERRANO-DOLADER, 2012, p. 487, tradução nossa)

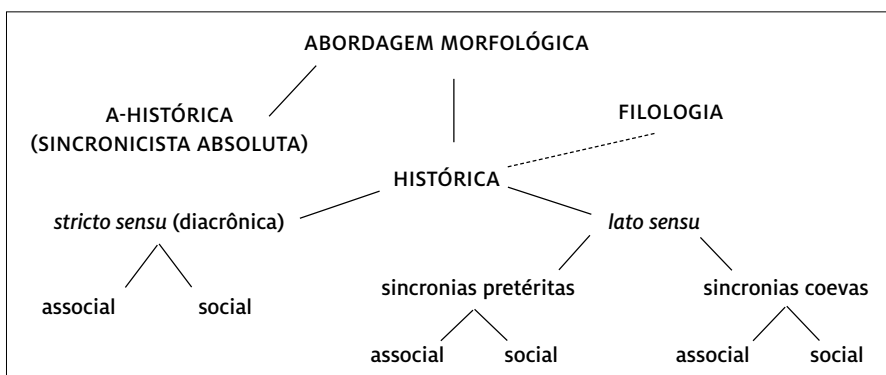
1 No original espanhol: “[...] por más que el estudioso se sitúe en una perspectiva sincrónica al evaluar los datos morfológicos, es inexcusable reconocer que todo momento histórico sincrónicamente considerado arrastra la herencia de sincronías pasadas [...]”.

o que se comprova pela existência de inúmeras estruturas ou fenômenos morfológicos que só são bem interpretados quando abordados a partir de uma aproximação diacrônica.

Como afirma Lopes (2018), a própria noção de estudo morfológico se identifica, no português, com a história da língua e com a diacronia. Basta observar que até as últimas décadas do século XIX, o que hoje se entenderia por *morfologia* era geralmente identificável pelo rótulo de *etimologia* nos estudos gramaticais do português (MARÇALO, 2008-2009; MONTEIRO, 1997), o que deixa entrever a plena associação entre o labor morfológico e a perquirição histórico-etimológica sobre a língua. Embora sendo registrado pelo menos desde 1881 em português como parte dos estudos gramaticais – cf. verbete *morphologia*, à p. 1187 do vol. II do *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza*, de Aulete (1881), como evidenciado por Rosa (2013) –, somente a partir da segunda quadra do século XX o termo *morfologia* passa a se alastrar na gramática/linguística portuguesa, mormente em virtude da difusão e êxito dos modelos estruturalistas e de suas publicações.

Inspirando-se na proposta geral de um esquema classificatório para os estudos de Linguística Histórica, tracejado por Mattos e Silva (2008) e, sobretudo, na esquematização proposta por Simões Neto (2016a) para os estudos de Morfologia Histórica, Lopes (2018), focando no critério da historicidade, delimitou um quadro de sistematização diagramática para as diversas abordagens morfológicas, que vale a pena reproduzir, para uma melhor compreensão dessa subdisciplina linguística e de suas ramificações:

Quadro 1 – Esquematização dos estudos morfológicos a partir de um critério historicista



Fonte: Lopes (2018, p. 112).

Observa-se, no diagrama, a partição dos estudos morfológicos em dois grandes domínios, o a-histórico (ou sincronicista absoluto) e o histórico. Ao primeiro corresponderiam as análises que se eximiriam de qualquer argumento de natureza histórico-diacrônica, partidárias de uma visão de léxico (e, consequentemente, de Morfologia) como conhecimento armazenado na mente do falante, que, em sua sincronia, para a construção e compreensão das estruturas e fenômenos léxico-morfológicos, não teria consciência da sucessão temporal destes (CARVALHO, C., 2008) e, por conseguinte, não lançaria mão de acessos mentais a informações diacrônicas. (SIMÕES NETO, 2016a) Já ao segundo domínio, o da abordagem histórica – justamente o oposto da primeira –, atrelar-se-iam aquelas análises alinhadas à valorização do dado histórico como critério pertinente para a interpretação e explicação do componente morfológico da língua. Essa última abordagem se associaria à Filologia, mas não de modo incondicional (a linha pontilhada já o indica), devido ao fato de ser possível se debruçar historicamente sobre a Morfologia sem se valer diretamente dos métodos e princípios preconizados pelo labor filológico.

Seguindo ainda o esquema, percebe-se que a abordagem historicocêntrica da Morfologia encontra-se bipartida em, de um lado, *stricto sensu* (ou diacrônica), necessariamente voltada à evolução² de elementos ou operações morfológicas processada ao longo do eixo temporal da língua; e, de outro, *lato sensu*, com a apreciação, dentro de um recorte sincrônico específico, de dada unidade, processo ou fenômeno morfológico. Tal recorte, para a abordagem histórica *lato sensu*, poderia reportar-se a sincronias pretéritas (interessada por dados datados e localizados do passado) ou coevas (interessada por dados datados e localizados do presente), mas sempre com a devida atenção à natureza incontornavelmente histórica da língua. Por fim, para cada ramificação, há a dicotomia *social/associal*, dado que tanto a apreciação sobre a mudança diacrônica em Morfologia quanto as incursões focadas em determinado fenômeno morfológico numa sincronia do passado ou no presente podem ou não prescindir de fatores extralinguísticos como aportes explicativos.

2 Termo empregado neste escrito não com um sentido de 'movimento para arranjo teleológico otimizante', mas sim, meramente como 'desenvolvimento histórico', o que se dá com qualquer objeto cultural. (ABAD, 2004; COSERIU, 1958)

Atualmente, no âmbito da lusofonia, é o Brasil o principal reduto dos estudos de Morfologia Histórica do português, com um conjunto de exímios pesquisadores que perscrutam temas desse âmbito, concentrados principalmente na Universidade de São Paulo (USP), com o Grupo de Morfologia Histórica do Português (GMHP),³ e na Universidade Federal da Bahia (UFBA), com o subprograma Morfologia e Lexicologia Históricas, pertencente ao Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR).⁴ Mencione-se também a Universidade de Coimbra, em Portugal, como outro *locus* de profícua investigação de questões morfológicas sob um prisma histórico-diacrônico, devido, sobretudo, à atividade de Graça Rio-Torto e de seus discípulos.

São elencadas, a seguir, dez publicações (livros, capítulos de livros e artigos científicos) consideradas relevantes, que poderão ser úteis a discentes dos cursos de Letras ou a quaisquer outros interessados como material bibliográfico para uma introdução ao campo da Morfologia Histórica, a seus temas, a seus métodos, a suas pautas de pesquisa, a suas abordagens e a seus resultados. Foram basicamente dois os critérios utilizados para a seleção dos textos: 1) que a publicação servisse adequadamente a uma aproximação introdutória à Morfologia Histórica; 2) que fosse de fácil acesso (disponível na internet, em bibliotecas universitárias brasileiras ou de baixo custo para aquisição).⁵

O ESSENCIAL SOBRE MORFOLOGIA HISTÓRICA

VIARO, M. E. (org.). *Morfologia Histórica*. São Paulo: Cortez, 2014.

Uma formidável introdução à Morfologia Histórica, publicada no Brasil, fruto do trabalho do GMHP/USP, grupo que há quase duas décadas vem se dedicando aos estudos histórico-diacrônicos em Morfologia, sobretudo à sufixação em língua portuguesa. Organizada por Mário Viaro, a obra consta de 13 capítulos, nos quais são tecidas considerações pertinentes à Morfologia Diacrônica.

3 Ver em: <http://www.usp.br/gmhp>.

4 Ver em: <https://www.prohpor.org/morfologia-lexico-historicos>.

5 Apenas por esse motivo, obras fundamentais como as de Alvar e Pottier (1983), Pharies (2002) e García Gallarín (2018), por exemplo, ficaram fora do rol de textos comentados.

Embora todos os textos que compõem o livro tragam em si descrição ou análise de dados, é possível dividi-lo em duas partes: a primeira, constituída pelos dois primeiros capítulos, prima por apresentar reflexões de natureza teórico-metodológica, enquanto a segunda, que abarca as demais contribuições, contempla estudos sobre formativos sufixais específicos, no português (-*ngo*, -*aria/-eria*, -*ada*, -*ista*, -*ismo*, -*mento*, -*agem/-igem/-ugem*, -*ádego/-ádigo-ádiga*, -*udo*), em outras línguas românicas (-*aria/-eria*, -*ância/-ança/-ência/-ença*) ou mesmo no latim (-*dō*, -*ntia*) e no grego (-*δών*).

Sem dúvida, uma coletânea de particular interesse para os que desejam enveredar pela perquirição diacrônica da sufixação, no vernáculo ou em outras línguas. Mais ainda: seus dois primeiros capítulos – “Em busca de um método de investigação para os estudos diacrônicos”, de autoria do próprio GMHP; “Desafios em morfologia: história e (re)conhecimento”, escrito por Graça Rio-Torto – são altamente recomendáveis a todos os que buscam orientações relevantes para a pesquisa científica em Morfologia Histórica, principalmente aquela voltada à derivação afixal e à composição.

VIARO, M. E. Sobre a inclusão do elemento diacrônico na teoria morfológica: uma abordagem epistemológica. *Estudos de Lingüística Galega*, Santiago de Compostela, v. 2, p. 173-190, 2010.

Neste artigo, de autoria de Mário Viaro (etimólogo que dispensa apresentações), publicado na revista *Estudos de Lingüística Galega* (vol. 2, 2010), problematiza-se a inclusão de alguns termos e conceitos afeitos à linguística moderna (majoritariamente pautada em um enfoque sincrônico) nos estudos diacrônicos em Morfologia, com a identificação de possíveis incompatibilidades, tendo em vista um aperfeiçoamento conceitual e terminológico. São abordadas, assim, as definições de termos como *produtividade* – e a sua relação com outro termo, *prolifidade* (VIARO, 2006, 2012) –, *polissemia*, *homonímia*, *competência*, *falante ideal*, *gramaticalidade* e *derivação*, amplamente utilizados pela teoria morfológica sob uma ótica sincrônica.

Além de servir como referência proveitosa para uma introdução à terminologia morfológica, com a problematização das definições a que se ligam tais termos e com algumas propostas conceituais e terminológicas alternativas, o artigo em questão reúne ainda uma série de argumentos, devidamente sustentados, em

defesa da conveniência e até mesmo imprescindibilidade de uma abordagem diacrônica em Linguística e em Morfologia, associada a uma epistemologia compromissada com a essência do fenômeno linguístico e com a sua inerente historicidade. Mostra-se, por conseguinte, como uma leitura de inegável utilidade aos interessados nos estudos morfológicos.

SOLEDADE, J. A morfologia histórica e a morfologia construcional: encontros e desencontros. In: ALMEIDA, A. A. D.; SANTOS, E. S.; SIMÕES NETO, N. A. (org.). *Dez leituras sobre o léxico*. Salvador: Eduneb, 2019. p. 173-201.

Incrustando-se na coletânea *Dez leituras sobre o léxico*, organizada por Almeida, Santos e Simões Neto (2019), o texto intitulado “A Morfologia Histórica e a Morfologia Construcional: encontros e desencontros”, de autoria de Juliana Soledade – uma das maiores morfólogas do país –, tem como cerne um conjunto de ponderações a respeito das premissas e métodos da Morfologia Construcional (BOOIJ, 2010, 2013, 2017) quando aplicados a dados empíricos históricos da língua. Trata-se de uma leitura fundamental para quem deseja investigar estruturas e/ou fenômenos morfológicos mediante uma abordagem construcional, considerando igualmente a relevância do fator histórico da língua.

O artigo em tela lança um olhar crítico, sob um prisma historicocêntrico, a esse que é um dos mais recentes e profícuos modelos no âmbito da análise morfológica, filiado à Linguística Cognitiva em geral e à Gramática das Construções em particular. Com isso, Soledade (2019) oferece valiosos contributos para um diálogo produtivo entre a Morfologia Construcional e a Morfologia Histórica, simbiose essa que serviria tanto para o aperfeiçoamento do modelo booijsiano quanto para avanços na compreensão do léxico, da morfologia e das relações semânticas, que se manifestam na língua engendrados na e pela história.

MARTÍN GARCÍA, J.; VARELA, S. La relevancia de la diacronía para la teoría morfológica. In: CAMPO SOUTO, M. et al. (ed.). *Assí como es de suso dicho: estudios de morfología y léxico en homenaje a Jesús Pena*. San Millán de la Cogolla: Cilengua, 2012. p. 323-336.

Neste texto, que figura como um dos 31 artigos da coletânea em homenagem a Jesús Pena – grande morfólogo da língua espanhola –, Josefa Martín García e Soledad Varela, outros dois grandes nomes da Morfologia hispânica, abordam

uma série de processos atinentes à Morfologia que têm uma clara dimensão histórica, como a gramaticalização, a lexicalização, a reanálise e a atualização de procedimentos obsoletos. Além disso, apresentam também temas teóricos de Morfologia (níveis gramaticais, composicionalidade, análise mórfica, competência morfológica do falante) sobre os quais intervêm aspectos diacrônicos, sendo estes de certo modo imprescindíveis para uma compreensão mais atilada daqueles.

A leitura do artigo “La relevancia de la diacronía para la teoría morfológica”, aqui sugerida, conduz o morfólogo em formação (ou qualquer outro interessado) à constatação de que o fluxo histórico da língua acaba permeando, de alguma forma, a descrição e a análise de dados em Morfologia, assim como a teorização desenvolvida nesse campo, o que acaba corroborando, no fundo, a existência de uma complexa e dinâmica teia de relações entre dado estado de língua (em outras palavras, dada sincronia) e o seu passado, como afirmam as próprias autoras.

JOSEPH, B. Diachronic morphology: an overview. *OSU Working Papers in Linguistics*, Columbus, OH, n. 46, p. 16-37, 1995.

O artigo “Diachronic morphology: an overview”, publicado por Brian Joseph, reconhecido linguista histórico norte-americano, no 46º volume (1995) do *Working Papers in Linguistics*, oferece aportes introdutórios relevantes para o conhecimento da Morfologia Histórica, apontando que a perspectiva fincada na diacronia é igualmente viável e aplicável às incursões sobre o componente morfológico, que se apresentavam representadas, à época (há quase três décadas), principalmente por teorias sincrônicas.

Em seu *paper*, lançando mão de exemplos de várias línguas (grego, latim, turco, inglês, lituano, dentre outras) e atento à rica interação entre a morfologia e os demais níveis da língua, o autor comenta algumas questões instigantes sobre a mudança morfológica, buscando entender o que muda ou pode mudar (e o que não muda ou não pode mudar) no componente morfológico, bem como as causas desencadeadoras de tais transformações, tentando chegar, por fim, a conclusões de se é ou não razoável esboçar e admitir uma teoria geral para a mudança em Morfologia.

MENDOZA TUÑÓN, J. Sistema morfológico y cambio lingüístico. *Revista Española de Lingüística*, Madrid, v. 16, n. 1, p. 1-20, 1986.

Neste artigo, publicado no 16º volume (1986) da *Revista Española de Lingüística*, Julia Mendoza Tuñón, lançando mão de farta bibliografia, faz um apanhado das diversas considerações em Linguística moderna a respeito da mudança morfológica e de seus problemas. São tratadas as possíveis causas e condicionantes, alcance e efeitos da mudança em Morfologia, assim como o seu real *locus* no sistema linguístico (se independente, estabelecida no próprio nível morfológico; se subordinada a outros, como o fonológico ou o sintático, que a desencadeariam), com alguma preferência pelo entendimento de que pode caminhar solidariamente com reestruturações sonoras e semânticas (e não raro sintáticas) processadas nas estruturas da língua.

O texto aludido, da pena de uma reconhecida especialista em linguística indo-europeia, tem como principal foco a reflexão sobre a formulação de um modelo teórico para a mudança morfológica, capaz de dar conta do universo de reduções ou ampliações possíveis a esse subsistema da língua, contemplando também as suas diversas causas impulsionadoras, sendo uma delas o contato interlinguístico (e entre suas variedades). Tal modelo seria devedor de uma tipologia da mudança linguística, que o precederia e que traria contribuições (teóricas e empíricas) ao seu estabelecimento.

SAID ALI, M. *Grammatica histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

Grande vulto nos estudos da língua portuguesa, reconhecido como tal pelos seus contemporâneos e também pelos pósteros, Manuel Said Ali Ida (1861-1953) foi autor de várias obras de destaque, dentre as quais *Lexeologia do português histórico* (que veio à luz em 1921) e *Formação de palavras e syntaxe do português histórico* (publicada em 1923), que, fusionadas, aumentadas e revisadas, deram origem à *Grammatica histórica da língua portuguesa*, publicada em 1931. Trata-se de uma obra de importância capital para o estudo morfológico em perspectiva histórica, seja quanto à flexão, seja quanto à derivação, dado o rigor descritivo e conceitual, a sistematicidade e a valorização do dado empírico (riqueza de abonações) que a caracterizam.

Na mencionada *Grammatica histórica*, são de particular interesse para o entendimento da Morfologia o capítulo “Os vocábulos”, na primeira parte da obra (p. 44-263) e o capítulo “Formação de palavras”, na sua segunda parte (p. 1-43). Enquanto no primeiro são apresentados pontos de evolução histórica de elementos de variadas classes gramaticais (de substantivos a conjunções), com anotações a respeito de seu comportamento no latim, passando pelo português arcaico e chegando ao moderno, no segundo, que é primoroso (com reflexões que primam pela originalidade e pela acuidade científica⁶), são abordadas uma a uma as unidades morfológicas envolvidas em procedimentos de formação de palavras no vernáculo, sejam em formações sufixais, prefixais, parassintéticas, regressivas ou compositivas, sempre acompanhadas de acurados comentários referentes à sua trajetória diacrônica.

NUNES, J. J. *Compêndio de gramática histórica portuguesa: fonética e morfologia*. 9. ed. Lisboa: Clássica, 1989 [1919].

O *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, da pena do eminente filólogo e lexicógrafo português José Joaquim Nunes (1859-1932), tem como foco a Fonética e a Morfologia Históricas do português, algo que é sinalizado no seu subtítulo e que se reflete na própria estruturação da obra. Após uma seção introdutória, que se debruça sobre a origem e o curso temporal da língua portuguesa, volta-se à descrição dos sons (Fonética) e à descrição das formas (Morfologia), em duas robustas seções, que se estendem por um número considerável de laudas.

Na parte correspondente à Morfologia Histórica (p. 199-409), o autor incide sobre as várias classes do que denomina *partes do discurso*: nome (que abarca substantivos, adjetivos e numerais), pronome (incluindo os artigos), verbo e palavras invariáveis (advérbios, preposições, conjunções e interjeições), cada uma delas contando com apontamentos de ordem histórico-diacrônica, assentados em uma rica bibliografia e subsidiados por um copioso número de exemplos

6 Cite-se, a título de exemplo, a lúcida compreensão de Said Ali (1931) acerca de três questões: 1) o comportamento (morfológico e semântico) e a trajetória histórica do prefixo des-; 2) a sinonímia e a concorrência sufixais (com a consequente emergência de corradicais sufixados sinônimos ou doublets lexicais) na história do português; e 3) a dificuldade no estabelecimento da fronteira entre derivação e composição.

extraídos de fontes fidedignas, com remissão ao latim e ao português arcaico. Coroa a obra um respeitável capítulo sobre a formação de palavras,⁷ quer popular, quer literária (erudita), abrangendo diversos procedimentos de ampliação vocabular (prefixação, sufixação, composição e empréstimos).

COUTINHO, I. de L. *Gramática histórica*. 7. ed. rev. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976 [1938].

Uma das obras mais difundidas no Brasil no âmbito dos estudos sobre a história do português e sobre processos diacrônicos da língua, contando com quase duas dezenas de edições (a primeira, em 1938; a mais recente, em 2011), a *Gramática histórica* de Ismael de Lima Coutinho (1900-1965) é um compêndio interessante para adquirir um cabedal preliminar sobre temas concernentes ao latim clássico e vulgar, à ortografia e à Fonética Histórica, sendo de particular interesse para os que se voltam aos estudos morfológicos os capítulos “Constituição do léxico português” (p. 164-220) e “Morfologia” (p. 221-321).

No primeiro, Coutinho (1976) aborda as fontes lexicais da língua portuguesa, os processos lexicogenéticos (estritamente morfológicos ou não) e os elementos neles envolvidos, formas divergentes e convergentes, arcaísmos e neologismos. Já no segundo capítulo, o autor destrincha aspectos relevantes de Morfologia e de Morfossintaxe Históricas, percorrendo as diversas classes gramaticais, sempre apresentando a rota formativa/evolutiva das estruturas enfocadas.

Pese a sua antiguidade, pese o seu caráter introdutório e sinóptico, a obra em questão parece permanecer como basilar para uma compreensão geral do português em seu trajeto diacrônico, assim também o sendo para um entendimento panorâmico dos processos e elementos concernentes à Morfologia Histórica dessa língua, em sua evolução do latim à hodiernidade.

7 O que se afirmou na nota precedente sobre a acuidade analítica de Said Ali (1931) quanto ao seu entendimento da sinonímia sufixal pode ser também aplicado a Nunes (1989), agregando-se o fato de que este parece ter ido um pouco além, pois logrou perceber a existência de prefixos semanticamente equivalentes e a sua coocorrência/concorrência na história da língua.

BASSETTO, B. F. *Elementos de filologia românica: história interna das línguas românicas*. São Paulo: Edusp, 2010. v. 2.

Um manual já reputado como clássico em cursos de Letras no país, *Elementos de filologia românica*, de Bruno Fregni Bassetto, é constituído por dois volumes: um que se dedica à história externa das línguas românicas (vol. I, publicado em 2001, em 1ª edição e em 2005, em 2ª edição) e o outro à sua história interna (vol. II, publicado em 2010). No tocante à Morfologia Histórica, é de grande utilidade o segundo volume, cuja leitura é aqui recomendada, nomeadamente os seus capítulos 2 (“O léxico”) e 3 (“Morfossintaxe”).

Para uma compreensão panorâmica das partículas, operações e fenómenos pertinentes à Morfologia sob um prisma histórico, a principal vantagem do estudo de Bassetto (2010) frente às três gramáticas históricas aludidas anteriormente (sem qualquer desmerecimento para estas), é que em *Elementos de filologia românica: história interna das línguas românicas* há o emprego de nomenclatura técnica (terminologia linguística) mais atualizada, mais moderna, aliada a um empenho em se descrever a Morfologia Lexical e a Morfossintaxe sob um viés panromânico, centrado no português, mas com alusão a importantes paralelismos em muitas outras línguas neolatinas, o que o converte em uma bibliografia valiosa a qualquer investigação morfológica, lexical ou morfossintática de natureza histórica e/ou comparativa voltada ao âmbito românico.

NOTAS FINAIS

Os estudos em Morfologia Histórica, embora nunca tão numerosos como os de Fonética e Fonologia diacrônicas, parecem gozar atualmente de franca vitalidade na Linguística, quer no inglês, quer nas línguas românicas, quer em diversas outras. Para o português, essa situação vem comprovada pela extensa produção científica de grupos de pesquisa como os já citados na seção introdutória deste escrito, materializada em inúmeras teses, dissertações, livros e artigos, especialmente sobre a morfologia lexical, da qual são consideráveis mostras os estudos de Rio-Torto (2020a, 2020b, 2019,⁸ 2014, 2012a, 2012b), Caetano (2020, 1998⁹),

8 Em coautoria com Mailson Lopes.

9 Em coautoria com Maria Teresa Brocardo.

Carvalho (2017, 2016), Villalva (2015,¹⁰ 2011¹¹), em Portugal, e de Soledade (2020, 2019, 2013, 2012a, 2012b, 2004, 2001), Viaro (2012, 2011a, 2010, 2006), Santos, A. V. (2020,¹² 2018, 2016a, 2016b, 2013, 2009a, 2009b), Gonçalves, C. A. (2020,¹³ 2015), Simões Neto (2020a, 2020b, 2018, 2017, 2016a, 2016b, 2013¹⁴), Campos (2004), Areán-García (2011), Freitas (2014), Santana (2017), Gonçalves, A. A. G. (2009), Castro da Silva (2010), Santos, A. P. (2016), Marinho (2009), Higino da Silva (2016) e Lopes (2020a, 2020b, 2018, 2016, 2015, 2013a, 2013b), no Brasil.

Este roteiro bibliográfico, constituído por dez referências, não teve outra ambição que não fosse a de oferecer um conjunto de sugestões de leituras (dentre outras possíveis) para um entendimento geral e introdutório (mas também sério e proveitoso) da abordagem histórico-diacrônica em Morfologia, especialmente para discentes universitários e novos interessados pela área. Dada a indiscutível qualidade e relevância da dezena de textos brevemente comentados, é crível que se tenha alcançado tal fim.

Finda-se este escrito com um sincero (e talvez pretensioso) anseio de que a leitura destas laudas possa ser de alguma inspiração para o surgimento de novos interessados na Linguística Histórica em geral e na Morfologia Histórico-Diacrônica em particular, mormente no contexto universitário baiano e brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABAD, F. Diacronía y diacronía del español (I). *CAUCE*, Sevilla, n. 27, p. 7-26, 2004. Disponível em: https://cvc.cervantes.es/literatura/cauce/pdf/cauce27/cauce27_01.pdf. Acesso em: 16 dez. 2020.

ALVAR, M.; POTTIER, B. *Morfología histórica del español*. Madrid: Gredos, 1983.

AREÁN-GARCÍA, N. *Aspectos sincrônicos e diacrônicos do sufixo -ístico(a) no português e no galego*. 2011. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-29082012-103453/pt-br.php>. Acesso em: 9 jan. 2021.

10 Em coautoria com João Paulo Silvestre e Ana Guilherme.

11 Em coautoria com João Paulo Silvestre.

12 Em coautoria com Natival Simões Neto.

13 Em coautoria com João Carlos Tavares da Silva.

14 Em coautoria com Juliana Soledade.

- AULETE, F. J de C. *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. v. 2. Disponível em: <http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26034>. Acesso em: 14 dez. 2020.
- BASSETTO, B. F. *Elementos de filologia românica: história interna das línguas românicas*. São Paulo: Edusp, 2010. v. 2.
- BASSETTO, B. F. *Elementos de filologia românica*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2005 [2001]. v. 1.
- BOOIJ, G. *Construction morphology*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2010.
- BOOIJ, G. Inheritance and motivation in Construction Morphology. In: GISBORNE, N.; HIPPLISLEY, A. (ed.). *Defaults in morphological theory*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2017. p. 18-39.
- BOOIJ, G. Morphology in Construction Grammar. In: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (ed.). *The Oxford handbook of construction grammar*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2013. p. 255- 273.
- CAETANO, M. do C. Desaparecimento de -ádig/-ádeg- e -idão do sistema sufixal do português. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 104-125, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufjr.br/index.php/lh/article/view/31298>. Acesso em: 9 jan. 2021.
- CAETANO, M. do C.; BROCARDO, M. T. O prefixo *des-* num texto português do século XV: contribuição para um estudo de morfologia derivacional diacrónica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 14., 1998, Aveiro. *Actas [...]*. Braga: APL, 1998. p. 213-225.
- CAMPOS, L. S. *A negação prefixal na história da língua portuguesa*. 2004. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28698>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- CARVALHO, C. de. *Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CARVALHO, M. J. Novos caminhos na morfologia lexical do Português: perspectiva histórica. In: ÁLVAREZ DE LA GRANJA, M.; BOULLÓN AGRELO, A.; GONZÁLEZ SEOANE, E. (ed.). *Aproximacións á variación lexical no dominio galego-portugués*. A Coruña: Universidade da Coruña, 2017. p. 89-114. Disponível em: https://illa.udc.gal/rgf/monografias/pdf/mon_11.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.
- CARVALHO, M. J. Prefixes in the history of Portuguese: a semantic and cognitive approach. *Estudos de Lingüística Galega*, Santiago de Compostela, v. 8, p. 45-67, 2016. Disponível em: <https://revistas.usc.gal/index.php/elg/article/view/2608>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- CASTRO DA SILVA, C. C. Das mudanças históricas na parassíntese à luz da linguística cognitiva. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, n. 41, p. 55-70, 2010.
- COSERIU, E. *Sincronía, diacronía e historia: el problema del cambio lingüístico*. Montevideo: Universidad de la República, 1958.
- COUTINHO, I. de L. *Gramática histórica*. 7. ed. rev. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

FREITAS, É. S. S. de. *O tempo e o mento: história do sufixo latino -mentum e de seu desenvolvimento na língua portuguesa, em contraste com outras línguas românicas*. 2014. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-22042014-125405/pt-br.php>. Acesso em: 9 jan. 2021.

GARCÍA GALLARÍN, C. *Diccionario histórico de la morfología del español*. Madrid: Guillermo Escolar, 2018.

GONÇALVES, A. A. G. *Diacronia e produtividade dos sufixos -agem, -igem, -ugem, -ádego, -ádigo e -ádiga no português*. 2009. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-30112009-142459/pt-br.php>. Acesso em: 9 jan. 2021.

GONÇALVES, C. A. Mudança no estatuto morfológico de formativos: evidência de um *continuum* composição-derivação. *Solettras*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 206-226, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/solettras/article/view/14052>. Acesso em: 9 jan. 2020.

GONÇALVES, C. A.; TAVARES DA SILVA, J. C. Sobre o estatuto de -nte: evidência de um continuum flexão-derivação para a mudança morfológica do latim ao português. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-83, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/30736/19122>. Acesso em: 9 jan. 2021.

HIGINO DA SILVA, N. *Diferentes perspectivas sobre o formativo agro-: aspectos históricos, morfológicos e semânticos*. 2016. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://posvernaculas.lettras.ufrj.br/teses-quadrinio-2016-2013/>. Acesso em: 14 jan. 2021.

JOSEPH, B. Diachronic morphology: an overview. *OSU Working Papers in Linguistics*, Columbus, OH, n. 46 p. 16-37, 1995. Disponível em: <https://kb.osu.edu/handle/1811/81471>. Acesso em: 19 dez. 2020.

LACOTIZ, A. *Estudo diacrônico da função e dos valores semânticos dos sufixos -ança/-ença, -ância/-ência no português*. 2007. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-28012008-112539/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

LOPES, M. A combinação de prefixos no galego-português. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 148-180, jan./abr. 2020a. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/31990>. Acesso em: 12 jan. 2021.

LOPES, M. Compressão lexical: notas sobre um modelo semântico-histórico-construcional para análise de vocábulos derivados. *Gragoatá*, Niterói, v. 25, n. 52, p. 688-711, maio/ago. 2020b. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/40851>. Acesso em: 12 jan. 2021.

LOPES, M. *Estudo histórico-comparativo da prefixação no galego português e no castelhano arcaicos (séculos XIII a XVI): aspectos morfolexicais, semânticos e etimológicos*. 2018. Tese (Doutorado em Língua e Cultura; Doutoramento em Linguística do Português) – Universidade Federal da Bahia, Salvador; Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018. 5 v. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/29879>. Acesso em: 2 dez. 2020.

LOPES, M. Um olhar semanticocêntrico sobre a prefixação em um documento português do século XIV. In: ALMEIDA, A. A. D.; SANTOS, E. S. (org.). *Linguagens e cognição*. Salvador: Edufba, 2016. p. 229-259.

LOPES, M. A parassíntese *lato* e *stricto sensu* na primeira fase do português arcaico. In: HORA, D. da; PEDROSA, J. L.; LUCENA, R. (org.). *ALFAL 50 anos: contribuições para os estudos linguísticos e filológicos*. João Pessoa: Ideia, 2015. p. 969-1012. Disponível em: http://www.mundoalfal.org/sites/default/files/revista/ALFAL_50_anos.pdf. Acesso em: 12 jan. 2021.

LOPES, M. *A prefixação na primeira fase do português arcaico: descrição e estudo semântico-morfolexical-etimológico do paradigma prefixal da língua portuguesa nos séculos XII, XIII e XIV*. 2013. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. 2 v. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/15537>. Acesso em: 13 jan. 2021.

MARÇALO, M. J. O que é a palavra? Reflexões sobre a herança gramatical greco-latina. *Filologia e linguística portuguesa*, São Paulo, n. 10-11, p. 53-68, 2008-2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59814>. Acesso em: 14 dez. 2020.

MARINHO, M. A. F. *Do latim ao português: percurso histórico dos sufixos -DOR e -NTE*. 2009. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=164297. Acesso em: 13 jan. 2021.

MARTÍN GARCÍA, J.; VARELA, S. La relevancia de la diacronía para la teoría morfológica. In: CAMPO SOUTO, M. et al. (ed.). *Assí como es de suso dicho: estudios de morfología y léxico en homenaje a Jesús Pena*. San Millán de la Cogolla: Cilengua, 2012. p. 323-336. Disponível em: https://www.academia.edu/38894346/La_relevancia_de_la_diacron%C3%ADa_para_la_teor%C3%ADa_morfol%C3%B3gica. Acesso em: 16 nov. 2020.

MATTOS E SILVA, R. V. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008.

MENDOZA TUÑÓN, J. Sistema morfológico y cambio lingüístico. *Revista Española de Lingüística*, Madrid, v. 16, n. 1, p. 1-20, 1986. Disponível em: <http://revista.sel.edu.es/index.php/revista/article/view/1092>. Acesso em: 22 dez. 2020.

MONTEIRO, J. L. As idéias gramaticais de João de Barros. *Revista de Letras*, Fortaleza, v. 19, n. 1-2, p. 25-31, jan./dez. 1997. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revletras/article/view/2088/o>. Acesso em: 9 jan. 2021.

NUNES, J. J. *Compêndio de gramática histórica portuguesa: fonética e morfologia*. 9. ed. Lisboa: Clássica, 1989 [1919]. 5ª edição disponível em: <https://archive.org/details/CompendioDeGramaticaHistoricaPortuguesaQuintaEdicaoLisboa1945472/page/n13/mode/2up>. Acesso em: 8 jan. 2021.

PHARIES, D. *Diccionario etimológico de los sufijos españoles (y de otros elementos finales)*. Madrid: Gredos, 2002.

RIO-TORTO, G. Desafios em morfologia: história e (re)conhecimento. In: VIARO, M. E. (org.). *Morfologia Histórica*. São Paulo: Cortez, 2014. p. 31-57.

- RIO-TORTO, G. Morfologia lexical no português médio: variação nos padrões de nominalização. In: LOBO, T. et al. (org.). *ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: Edufba, 2012a. p. 305-322. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16749>. Acesso em: 12 dez. 2020.
- RIO-TORTO, G. Nomes deverbais corradicais no português arcaico. In: CAMPO SOUTO, M. et al. (ed.). *Assí como es de suso dicho: estudios de morfología y léxico en homenaje a Jesús Pena*. San Millán de la Cogolla: Cilengua, 2012b. p. 469-484.
- RIO-TORTO, G. Preposições e prefixos na Língua Portuguesa: percursos e interações. In: SANTOS, D. S.; BARBOSA, F. de A.; HUE, S. (org.). *O sentimento da língua: homenagem a Evanildo Bechara – 90 anos*. Rio de Janeiro: NAU, 2020a. p. 83-99.
- RIO-TORTO, G. Suffixal changes in Middle Portuguese. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 16-40, jan./abr. 2020b. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/31282>. Acesso em: 12 jan. 2021.
- RIO-TORTO, G.; LOPES, M. Fluctuación prefijal en el gallego-portugués y en el castellano medievales. *Estudios de Lingüística Galega*, Santiago de Compostela, v. 11, p. 103-136, 2019. Disponível em: <https://revistas.usc.gal/index.php/elg/article/view/5105>. Acesso em: 12 jan. 2021.
- ROSA, M. C. Era uma vez uma gramática que não tinha Morfologia. *Diadorim*, Rio de Janeiro, n. especial, p. 25-38, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/4005>. Acesso em: 14 dez. 2020.
- SAID ALI, M. *Grammatica histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1931. Disponível em: <https://archive.org/details/M.saidAli.grammaticaHistoricaDaLinguaPorugueza/page/n363/mode/2up>. Acesso em: 5 jan. 2021.
- SANTANA, M. dos S. *O sufixo diminutivo em português: forma, funcionamento e significação – do século XIII ao XX*. 2017. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. 3 v. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-13062017-161624/pt-br.php>. Acesso em: 8 jan. 2021.
- SANTOS, A. P. *Morfologia em diacronia – os caminhos e desvios de um afixo na história da língua: o percurso histórico-semântico do prefixo des- em bases sufixadas e em formações parassintéticas*. 2016. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-10052016-115122/pt-br.php>. Acesso em: 12 jan. 2021.
- SANTOS, A. V. dos. A composição coordenativa no português arcaico: um primeiro estudo. *Cadernos do NEMP*, Rio de Janeiro, n. 4, v. 1, p. 93-103, 2013. Disponível em: <https://www.nemp-rj.com/cadernos-5-1>. Acesso em: 15 jan. 2021.
- SANTOS, A. V. dos. Compostos criativos no período arcaico da língua portuguesa. In: ALMEIDA, A. A. D.; SANTOS, E. S. dos (org.). *Linguagens e cognição*. Salvador: Edufba, 2016a. p. 213-228.
- SANTOS, A. V. dos. Compostos NprepN no português arcaico: aspectos morfossintáticos. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 50, p. 191-214, 1 sem. 2016b. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/rc/index.php/rc/article/view/98>. Acesso em: 15 jan. 2021.

SANTOS, A. V. dos. *Compostos sintagmáticos nominais VN, NN, NA, AN e NPrepN no português arcaico (sécs. XIII-XV)*. 2009. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009a. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11221>. Acesso em: 15 jan. 2021.

SANTOS, A. V. dos. Padrões de composição de palavras na poesia medieval galego-portuguesa. In: SANTOS, E. S. dos; ALMEIDA, A. A. D.; SIMÕES NETO, N. A. (org.). *Olhares sobre o léxico: perspectivas de estudo*. Salvador: Eduneb, 2018. p. 111-138.

SANTOS, A. V. dos. Processos de Composição nas Cantigas de Santa Maria. In: R.-D., G. (org.). *A Linguística Galega desde Além Mar*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela; Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 2009b. p. 391-404.

SANTOS, A. V. dos; SIMÕES NETO, N. A. O Esquema construcional [[X]N-[mor]A]N na história da língua portuguesa. *Estudos da língua(gem)*, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 125-140, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/6097>. Acesso em: 15 jan. 2021.

SERRANO-DOLADER, D. Tensiones entre sincronía y diacronía en la descripción de la morfología léxica del español: el caso de la *Nueva Gramática de la Lengua Española*. In: CAMPO SOUTO, M. et al. (ed.). *Assí como es de suso dicho: estudios de morfología y léxico en homenaje a Jesús Pena*. San Millán de la Cogolla: Cilengua, 2012. p. 485-498.

SIMÕES NETO, N. A. Do latim [[X]-tus]a ao português [[X]-udo]a: considerações sobre a trajetória de um esquema morfológico adjetival. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 84-103, jan./abr. 2020a. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/28585>. Acesso em: 26 nov. 2020.

SIMÕES NETO, N. A. *O esquema X-ARI-do latim às línguas românicas: um estudo comparativo, cognitivo e construcional*. 2020. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020b. 5 v. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32014>. Acesso em: 8 jan. 2021.

SIMÕES NETO, N. A. Morfologia Construcional e alguns desafios para a análise de dados históricos da língua portuguesa. *Domínios de lingu@gem*, Uberlândia, v. 11, n. 3, p. 468-501, jul./set. 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/36837>. Acesso em: 8 jan. 2021.

SIMÕES NETO, N. A. Morfologia, morfologias: um diálogo entre morfologia histórica e morfologia construcional a partir das construções X-eir- no português arcaico. In: ALMEIDA, A. A. D.; SANTOS, E. S. (org.). *Linguagens e cognição*. Salvador: Edufba, 2016a. p. 261-283.

SIMÕES NETO, N. A. *Um enfoque construcional sobre as formas X-eir-: da origem latina ao português arcaico*. 2016. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016b. 2 v. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/30404>. Acesso em: 8 jan. 2021.

SIMÕES NETO, N. A. Variação morfológica: aproximações entre dialetologia e diacronia. *Miguilim: Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 7, n. 1, p. 39-54, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/MigREN/article/view/1552>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SIMÕES NETO, N. A.; SOLEDADE, J. Túnel morfológico: Polissemia, alomorfia, sinmorfismo e doublets no português arcaico e no português brasileiro. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, v. 47, p. 105-126, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/view/14456>. Acesso em: 8 jan. 2021.

SOLEDADE, J. Antroponímia no português arcaico: aportes sobre a sufixação em nomes personativos. In: LOBO, T. et al. (org.). *ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: Edufba, 2012a. p. 323-336. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16749>. Acesso em: 12 dez. 2020.

SOLEDADE, J. *Aspectos morfolexicais do português arcaico: sufixação nos sécs. XIII e XIV*. 2001. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001. 2 v.

SOLEDADE, J. Esquemas construcionais no português arcaico: um estudo sobre X-ada1, X-ada2, X-ado, X-do, X-da. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 41-56, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/31294>. Acesso em: 8 jan. 2021.

SOLEDADE, J. Experimentando esquemas: um olhar sobre a polissemia das formações [Xi-EIR-]NJ no português arcaico. *Diadorim*, Rio de Janeiro, n. especial, p. 83-111, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/4008>. Acesso em: 8 jan. 2021.

SOLEDADE, J. A morfologia histórica e a morfologia construcional: encontros e desencontros. In: ALMEIDA, A. A. D.; SANTOS, E. S.; SIMÕES NETO, N. A. (org.). *Dez leituras sobre o léxico*. Salvador: Eduneb, 2019. p. 173-201.

SOLEDADE, J. *Semântica morfolexical: contribuições para a descrição do paradigma sufixal do português arcaico*. 2004. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. 2 v. Disponível em: <https://www.prohpor.org/julianasoledade>. Acesso em: 12 dez. 2020.

SOLEDADE, J. *O sinmorfismo e os doublets no Português Arcaico*. In: MATTOS E SILVA, R. V.; OLIVEIRA, K.; AMARANTE, J. (org.). *Várias navegações: português arcaico, português brasileiro, cultura escrita no Brasil, outros estudos*. Salvador: Edufba, 2012b. p. 45-66. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17758>. Acesso em: 8 jan. 2021.

VIARO, M. E. *A derivação sufixal do português: elementos para uma investigação semântico-histórica*. 2011. Tese (Livre Docência em Letras: Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011a.

VIARO, M. E. *Etimologia*. São Paulo: Contexto, 2011b.

VIARO, M. E. (org.). *Morfologia histórica*. São Paulo: Cortez, 2014.

VIARO, M. E. Problemas de morfologia e semântica histórica do sufixo *-eiro*. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 35, p. 1443-1452, 2006. Disponível em: www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/1213.pdf. Acesso em: 11 dez. 2020.

VIARO, M. E. A produtividade dos sufixos do ponto de vista diacrônico. In: LOBO, T. et al. (org.). *ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: Edufba,

2012. p. 275-292. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16749>. Acesso em: 12 dez. 2020.

VIARO, M. E. Sobre a inclusão do elemento diacrônico na teoria morfológica: uma abordagem epistemológica. *Estudos de Lingüística Galega*, Compostela, v. 2, p. 173-190, 2010. Disponível em: <https://revistas.usc.gal/index.php/elg/article/view/1513>. Acesso em: 16 nov. 2020.

VILLALVA, A.; SILVESTRE, J. P. De *bravo* a *brabo* e de volta a *bravo*: evolução semântica, análise morfológica e tratamento lexicográfico de uma família de palavras. *ReVEL*, [s. l.], v. 9, n. 17, p. 140-166, 2011. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_17_de_bravo_a_brabo.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

VILLALVA, A.; SILVESTRE, J. P.; GUILHERME, A. O modelo de descrição no dicionário histórico morfológico: o radical de *alto*. In: FERREIRA, A. M.; BRASETE, M. F. (ed.). *Pelos Mares da Língua Portuguesa* 2. Aveiro: UA Editora, 2015. Disponível em: https://ria.ua.pt/handle/10773/13367?locale=pt_PT. Acesso em: 9 jan. 2021.

DEZ OBRAS PARA CONHECER PRAGMÁTICA

CAMILLA SANTERO PONTES

CECILIA AGUIRRE

INTRODUÇÃO

Durante a primeira metade do século XX floresceram, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, teorias linguísticas diversas e inclusive conflitantes. A perspectiva estruturalista de estudo da língua, de matriz saussuriana e chomskiana, recebeu críticas e revisões quando, desde a Sociolinguística, a Antropologia, a Sociologia, a Análise do Discurso, a Filosofia e a própria Linguística, diversos pensadores questionaram o método científico moderno e o valor veritativo da linguagem como representação lógica do mundo real. Assim, os enunciados passaram a significar em relação a um jogo de linguagem, em termos de ação, como em Wittgenstein; ou em relação a uma concepção sócio-histórica do mundo, que para Bakhtin permeia o uso da linguagem segundo distintas esferas de atividade social. Nesse sentido, o olhar dos cientistas passa a focalizar a língua em uso, dando origem a um movimento teórico que procura inserir a fala dentro do objeto de estudo da Linguística. Precursores tais como o sociolinguista Dell Hymes, antropólogos e analistas do discurso como John Gumperz e Ervin Goffman, e os filósofos da linguagem corrente, como John Austin, John Searle, Paul Grice, analisaram a palavra situada no contexto social, comunicativo, e na interação face a face. É a partir desse movimento que a Pragmática

começa a se constituir como área, com a mudança de um paradigma de corte mentalista, cognitivo para um paradigma situado, interacional.

Considerando essa ebulição teórica do início do século XX, fazemos neste guia um recorte e, a partir do pensamento de Wittgenstein (em sua segunda fase) e dos demais filósofos da linguagem corrente, apresentamos dez obras basilares para o estudo da Pragmática, entendida de forma geral como o estudo da língua em uso. Dos filósofos da linguagem corrente, apresentamos as teorias de Austin e Grice. Já no campo da Linguística descrevemos a obra de Leech e de Sperber e Wilson, a definição de Pragmática de Levinson e Mey, a conceituação de polidez de Brown e Levinson e, por último, apresentamos duas introduções aos estudos da Pragmática em língua espanhola, de Reyes e Escandell Vidal. Embora as últimas autoras se dediquem à língua espanhola, as obras aqui mencionadas são introdutórias para qualquer pesquisador que queira aventurar-se no campo da Pragmática. Por fim, para encerrar este capítulo, no que se refere aos estudos de Pragmática no Brasil, apresentamos alguns fundadores, são eles: Dascal, Ilari e Rajagopalan.

O ESSENCIAL SOBRE PRAGMÁTICA

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.¹

A obra de Austin, *Quando dizer é fazer*, é o resultado de diferentes conferências do filósofo da linguagem. Austin foi um dos principais representantes da filosofia linguística, revisitando os problemas filosóficos tradicionais através da análise linguística dos conceitos centrais de teorias como a do conhecimento, da percepção e da ética. Em sua análise, Austin identificou a necessidade de se levar em conta o contexto de uso das expressões. Segundo o autor, os elementos constitutivos do contexto indicam que a linguagem não deve ser considerada em abstrato, em sua estrutura formal apenas, mas sempre em relação a uma situação em que faz sentido o uso de tal expressão. Austin tinha especial

1 A primeira edição do livro em inglês data de 1962, publicado postumamente pela *Harvard University*. O livro recolhe uma série de conferências nas quais Austin desenvolve a Teoria dos Atos de Fala.

interesse pelas regras de uso da linguagem, pelo que se pode ou não dizer, pela gramática e o que era tido como agramatical.

Para Austin a linguagem é uma prática social concreta, portanto para analisá-la é preciso investigar o contexto social e cultural no qual é usada, observando as práticas, os valores e os paradigmas de dada comunidade. Dessa visão proposta por Austin surge um novo paradigma teórico que concebe a linguagem como ação, como forma de atuação sobre o real e, por conseguinte, de constituição do real e não meramente de representação ou correspondência com a realidade. Em um segundo momento, o conceito de verdade da semântica clássica (ponto central da teoria porque corresponde à garantia de adequação entre linguagem e realidade) é revisto por Austin e substituído pelo conceito de eficácia do ato – felicidade –, suas condições de sucesso e pela dimensão moral do compromisso assumido na interação comunicativa. Para o filósofo, são as condições de uso da sentença que determinam seu significado. Uma das principais consequências desta nova concepção de linguagem consiste no fato de a análise da sentença dar lugar à análise do ato de fala, do uso da linguagem em um determinado contexto, com uma determinada finalidade e de acordo com certas normas e convenções.

Austin propõe que se considere a expressão “Eu prometo...” como performativa, porque a expressão faz/realiza algo ao invés de descrever ou relatar. As expressões performativas, por serem atos realizados, não estão sujeitos à verdade ou à falsidade, mas a condições de felicidade. Desse modo, Austin vai dando forma a sua teoria sobre a natureza da linguagem enquanto um modo de realizar atos – os atos de fala. O autor não só formula uma série de conceitos teóricos, mas também procura estabelecer e classificar os diferentes tipos de atos de fala, buscando sua sistematização.

Portanto, em sua obra, o autor argumenta que os proferimentos performativos não consistem apenas em dizer algo, mas também em fazer algo. Embora não seja sempre verdadeiro ou falso, o proferimento está sempre sujeito à crítica, podendo assim ser infeliz. De forma geral, o proferimento performativo se caracteriza por uma fórmula na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa (gramatical). No entanto, a diferença entre os constativos ou constatativos (descritivos) e os performativos não é tão lógica. Austin afirma que a linguagem em si não é precisa, nem explícita. A precisão torna claro o que foi dito – o significado. A explicitação torna mais clara a força do proferimento,

ou seja, como ele deve ser considerado. No decorrer das conferências, Austin desconstrói a dicotomia constativo *versus* performativo, para declarar que todas as sentenças são performativas, ou seja, dotadas de força ilocucionária, afinal, uma expressão nunca é usada apenas para descrever ou relatar, mas sempre para fazer algo!

Sobre as forças ilocucionárias, o autor explica que a realização de um proferimento performativo implica a realização de um ato ilocucionário, isto é, a realização de um ato ao dizer algo, em oposição à realização de um ato de dizer algo. Realizar um ato locucionário, e assim um ato ilocucionário, pode ser realizar também um ato perlocucionário, que se refere aos efeitos ou conseqüências sobre os pensamentos, sentimentos ou ações dos interlocutores. O ato locucionário “Ele disse que...”, pode resultar no ato ilocucionário “Ele argumentou que...” e desencadear o ato perlocucionário “Ele me convenceu que...”. Falar do uso da linguagem para “argumentar” parece o mesmo que falar do uso da linguagem para “convencer”. Contudo, o primeiro uso pode ser considerado convencional, no sentido de ser possível explicitá-lo pela forma “Argumento que...”, ao passo que o mesmo não ocorre com o segundo “Eu convengo você que ...”. Logo, o ato ilocucionário (informar, ordenar, prevenir etc.) é um ato com certa força convencional – um ato realizado em conformidade com uma convenção.

Austin, em assenso às ideias de Wittgenstein – de que o significado está no uso e não na mera representação das coisas, fundou o que hoje chamamos de Pragmática e a partir das reflexões lançadas por esses filósofos da linguagem, o que deve ser examinado em uma análise pragmática não é a sentença, mas o ato de fala numa dada situação.

GRICE, P. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. (org.). *Pragmática: problemas, críticas, perspectivas da Linguística*. Tradução de João Wanderley Geraldi. São Paulo: Global, 1978. (Fundamentos metodológicos da linguística, 4). p. 81-104.²

Nos *Prolegomena do Studies in the way of words*, (uma compilação de toda sua obra) Grice (1989 [1975]) senta as bases da sua teoria. O autor parte da

2 O artigo foi publicado pela primeira vez em 1975 no volume *Syntax and Semantics*, editado por P. Cole e J.L. Morgan, Editora *Academic*, Nova York.

necessidade de estabelecer um método que dê conta do significado literal da linguagem não científica e que permita distinguir suas aplicações legítimas e não legítimas. Ele entende que a falta de cuidado na aplicação dos procedimentos de análise adequados deriva em “erros filosóficos”, que podem ser evitados respeitando a distinção entre significado e uso. Longe de advogar em favor de um ou outro, seu principal objetivo é estabelecer os limites entre significado e uso e sua relevância para a filosofia, tarefa que envolve, necessariamente, a investigação de uma teoria sistemática e filosófica da linguagem.

Em virtude dessas preocupações filosóficas, no ensaio “Lógica e Conversação”, Grice (1978 [1975]) se propõe a dar atenção à natureza e importância das condições que governam a conversação.

Partindo do célebre exemplo:

Suponha que A e B estejam conversando sobre um amigo comum C que está, atualmente, trabalhando num banco. A pergunta a B como C está se dando no emprego, e B retruca: *Oh, muito bem, eu acho; ele gosta de seus colegas e ainda não foi preso*. Neste ponto, A deve procurar o que B estava implicando, o que ele estava sugerindo, ou até mesmo o que ele quis dizer ao dizer que C ainda não tinha sido preso. (GRICE, 1978 [1975], p. 84, grifos do autor)

Grice determina as noções fundamentais da sua teoria, que marcaram o desenvolvimento futuro da Pragmática: 1) a noção de *contexto*, que antecipadamente explicita aquilo que o falante quer dizer; 2) o conceito de *significado intencional*; 3) a definição de *implicatura*; 4) a diferença entre o *dizer* e o *dito*; e 5) a diferença entre *implicatura convencional* e *implicatura conversacional* (*particularizada e generalizada*).

Essas distinções servem de base para explicar de que forma os interlocutores transmitem e inferem os significados na conversação. Para isto, Grice (1978 [1975]) elabora o que denomina o *Princípio de Cooperação*: “Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado”. (GRICE, 1978 [1975], p. 86) Este princípio encerra quatro categorias, junto com suas máximas correspondentes:

Quadro 1 – Categorias e máximas do Princípio da Cooperação

Categorias	Máximas
QUANTIDADE, categoria relacionada com a quantidade de informação a ser fornecida.	Faça com que sua informação seja tão informativa quanto requerido. Não faça sua informação mais informativa do que é requerido.
QUALIDADE, categoria relacionada com a veracidade da informação fornecida.	Não diga o que você acredita ser falso. Não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidencia adequada.
RELAÇÃO	Seja relevante
MODO, categoria que diz respeito a como o que é dito deve ser dito.	Seja claro Evite obscuridade de expressão Evite ambiguidades Seja breve Seja ordenado

Fonte: elaborado pelas autoras.

Grice (1978 [1975]) ainda reconhece a existência de outras máximas, de caráter estético, social, ou moral, como por exemplo “seja polido”, normalmente observadas pelos participantes de uma conversação, máximas que também podem gerar implicaturas não convencionais. O Princípio de Cooperação e as máximas a ele associadas têm um valor descritivo, não normativo, considerado um contrato subjacente à interação, uma vez que descrevem como as pessoas geralmente se comportam.

Desta forma, a interação se organiza a partir da pressuposição de cooperação dos interlocutores que procurarão interpretar o dito assumindo que ambos estão sendo cooperativos. Este processo de interpretação, dedução, elaboração gera o que Grice denomina implicaturas, que podem ser implicaturas convencionais, conversacionais generalizadas e conversacionais particularizadas. Por exemplo:

Quadro 2 – Ilustração das implicaturas

<p>Implicaturas convencionais Estas implicaturas dependem do significado convencional das palavras, do seu valor semântico. Por este motivo se opõem às implicaturas conversacionais</p>	<p>Têm as seguintes propriedades: Não são calculáveis, pois estão aderidas à significação das expressões linguísticas; Não são canceláveis, pois por estarem aderidas à significação não dependem do contexto; São separáveis, pois por estarem aderidas à significação das expressões linguísticas, podem ser substituídas por outra expressão e assim cancelar a implicatura.</p>	<p>“É pobre, mas trabalhador”</p> <p>Neste caso, a implicatura criada pela conjunção adversativa “mas” nos leva a inferir o seguinte significado: “quem é pobre não gosta de trabalho, é preguiçoso”.</p> <p>“Ele é argentino e, portanto, pedante”</p> <p>O uso da locução consecutiva “e, portanto”, cria uma implicatura no sentido de que ser pedante resulta uma consequência de ser argentino.</p>
<p>Implicaturas conversacionais As implicaturas conversacionais são interpretações que se originam quando o falante diz o que diz, num contexto compartilhado com seu interlocutor e com base no pressuposto de os dois estarem acatando o Princípio de Cooperação.</p>	<p>As implicaturas conversacionais podem acontecer: a. quando o falante obedece às máximas; b. quando parece violá-las, mas não o faz; c. quando precisa violar uma delas para não violar outra à qual concede maior importância; d. quando viola uma das máximas propositada e abertamente.</p>	
<p>Implicaturas conversacionais particularizadas</p>	<p>Elas têm as seguintes propriedades: São calculáveis (pois são conversacionais); São canceláveis, porque dependem de um contexto específico; Não são separáveis, por não estarem aderidas, como as convencionais, ao significado das expressões linguísticas.</p>	<p>A. Poxa! Esqueci minha caneta. B. Eu tenho outra.</p> <p>Podemos supor que no momento de começar a prova A diz: “Poxa! Esqueci minha caneta”, ao que B responde: “Eu tenho outra”, dando mais informação do que a requerida. Nesse caso podemos inferir que B está oferecendo a segunda caneta para A, pois não seria cooperativo nem racional mencionar que tem duas para não oferecer uma delas.</p>

continua...

Implicatura conversacional generalizada	Por ser conversacionais, calculáveis, podem ser canceladas; Não dependem de um contexto específico. Entre as implicaturas conversacionais generalizadas e as particularizadas há apenas uma diferença no grau de dependência do contexto; Não são separáveis, por não estarem aderidas, como as convencionais, ao significado das expressões linguísticas.	Ele vai se encontrar com uma mulher hoje. Neste caso o uso de “uma mulher” nos permite inferir que não se trata nem da mãe, filha, irmã, tia, esposa, ou seja, se trata de uma pessoa fora do círculo social próximo. Podemos inclusive inferir que se trata de um encontro fora do aceitável.
--	--	---

Fonte: adaptado de Reyes (2007, p. 49).

Segundo Reyes (2007), a Pragmática adquire o *status* de subdisciplina da Linguística, ou de disciplina independente para alguns, após a apresentação da Teoria Griceana. Desta influente teoria sobre como os falantes produzem e inferem o significado linguístico derivam profícuas reflexões: Sperber e Wilson (2001), por exemplo, postularam sua teoria reduzindo o número de máximas, destacando apenas a máxima de relevância. Por outro lado, Leech (1989), ampliou o modelo griceano com outros princípios e máximas complementares que dizem respeito à polidez/cortesia linguística, quais sejam, o Princípio de Polidez e as máximas de tato, generosidade, aprovação, modéstia, acordo e simpatia.

Concluindo, em contrapartida à tradição do racionalismo filosófico da linguagem científica, o modelo inferencial de Grice é concebido para explicar a partir da própria lógica as inferências realizadas no âmbito da linguagem corrente. Por isso, para Reyes (2007, p. 52), é difícil derrubar o pressuposto de cooperação entre os interlocutores uma vez que o Princípio de Cooperação e as máximas griceanas são regras de caráter heurístico que conduzem a interação face a face, descritas a partir do campo da Filosofia. No entanto, para a autora nem sempre os interlocutores querem ser corteses na interação, sendo a polidez/cortesia um fenômeno de natureza pragmática propriamente dita.

LEVINSON, S. *Pragmática*. Barcelona: Teide, 1989.³

No livro de título *Pragmática*, o autor Stephen Levinson (1989) propõe oferecer uma introdução e conhecimentos básicos dos temas que ocupam lugar protagônico nos estudos pragmáticos. O autor comenta um pouco sobre a origem do termo “pragmática” e destaca a diferença entre a terminologia originária e o que ele entende por Pragmática. Segundo ele, Morris (1938) inaugurou o nome “Pragmática” ao separar a Semiótica em três ramos de investigação, o sintático, o semântico e o pragmático, que tratava da relação dos signos com seus intérpretes. Para Levinson, o termo Pragmática abarca os aspectos da estrutura linguística que dependem do contexto e os princípios de uso e compreensão da língua. O autor divide a Pragmática em universal – que investiga quais aspectos do contexto são codificados e como são codificados – e específica, de acordo com cada língua em particular.

Em seu intento de definir o que é a Pragmática logo no primeiro capítulo, Levinson afirma que a Pragmática é o estudo do papel que desempenha o contexto no significado do falante (ou do enunciado). No entanto, o autor encontra falhas em todas as definições apresentadas e decide elucidar o que é a Pragmática listando os fenômenos dos quais a teoria pragmática deve dar conta, como a dêixis, os atos de fala, a pressuposição e a implicatura, e conclui que não faz muito sentido buscar definições exatas para a Pragmática porque não se trata de mais um nível da teoria linguística, como o é a Semântica e a Sintaxe, por exemplo, mas uma forma de voltar aos dados e aos métodos da Linguística. Deste modo, a Pragmática estaria próxima à Sociolinguística. Entretanto, ao considerar a Pragmática sob o viés da teoria linguística o autor argumenta que assim como a Sintaxe é anterior à Fonologia, a Pragmática é anterior à Semântica, afinal, se a Semântica tem que ser veritativa e as condições de verdade só podem ser atribuídas aos enunciados e não às orações, então as especificações contextuais constituem uma informação de entrada necessária para um componente semântico. Por isso ele menciona que em um extremo a Pragmática faz fronteira com a Semântica e em outro extremo com a Sociolinguística.

No primeiro capítulo, Levinson esboça possíveis definições para o campo da pragmática e nos demais capítulos se dedica a discutir fenômenos que,

3 A primeira edição do livro data de 1983, publicado pela *Cambridge University Press*, Grã-Bretanha.

segundo ele, são centrais para os pragmatistas. Em seu livro, Levinson afirma tratar especificamente dos problemas concretos de linguagem que requerem soluções pragmáticas, afinal, como dar conta das indiretas, propósitos implícitos e atitudes sociais? Para o autor, a base da Pragmática está na interação face a face, ou seja, inúmeros fenômenos pragmáticos podem ser explicados a partir desse evento, como ele exemplifica: a pressuposição consiste na aceitação de que o conhecimento de certo tema é compartilhado; os atos de fala se baseiam na explicitação, para os outros participantes, dos próprios objetivos comunicativos; a implicatura conversacional consiste no assentimento da cooperação comunicativa e a dêixis equivale a uma indicação, sinalização das circunstâncias da enunciação, seja ela temporal, locativa ou de pessoa.

De acordo com Levinson, a dêixis é a forma como as línguas codificam ou gramaticalizam características do contexto enunciativo ou do evento de fala. Para o autor, a dêixis deveria ser para os linguistas teóricos um lembrete de que as línguas naturais foram desenhadas para serem utilizadas em interações face a face e que a análise linguística que prescindir desse evento apresenta resultados muito limitados. Ele então dá uma série de exemplos para demonstrar a importância da informação dêitica para a interpretação do enunciado, como a oração “volto dentro de uma hora”. Se não sabemos quando foi escrita, não há como saber quando voltará o autor da mensagem.

Outro fenômeno explorado pelo autor é a noção de implicatura conversacional (GRICE, 1978 [1975]) que, segundo ele, além de ser uma das ideias mais importantes na Pragmática, é um tipo especial de inferência pragmática. O conceito de implicatura demonstra explicitamente como é possível significar mais do que efetivamente se diz, como no exemplo “Você pode me dizer a hora? ”, o qual não questiona a capacidade do interlocutor em dizer ou não a hora, mas demanda uma informação específica. O autor afirma que essas inferências não podem ser consideradas semânticas, porque elas estão mais subordinadas ao contexto – que inclui a cooperação dos participantes –, que às estruturas linguísticas das orações que as transmitem verbalmente.

Ao entender a pressuposição como outro tipo de inferência pragmática, Levinson argumenta que as pressuposições parecem estar ligadas a palavras específicas, trata-se de elementos linguísticos que geram pressuposições. Segundo o autor, através da negação de uma oração é possível extrair uma pressuposição, como no exemplo dado por ele: (1) João conseguiu parar a tempo. A partir do

exemplo (1), Levinson anuncia duas inferências: (2) João parou a tempo; e (3) João tentou parar a tempo. No entanto, se negamos (1): (4) João não conseguiu parar a tempo, já não podemos inferir (2), mas a inferência (3) é mantida, logo (3) é uma pressuposição de (1) e (4). Embora o autor apresente essa forma de se chegar a uma pressuposição, ele conclui que todas as definições são falhas e não abarcam a complexidade do tema.

Sobre os atos de fala, Levinson (i) faz um breve esboço das origens filosóficas da teoria com Wittgenstein, Austin e Searle, (ii) expõe as diferentes posições adotadas nos temas mais relevantes, como o fato de que os atos de fala não podem ser reduzidos a questões de veracidade ou falsidade, mas de felicidade; a problemática dos atos de fala indiretos etc., e (iii) sinaliza que certos problemas da teoria dos atos de fala estão sendo supridos por estudos empíricos do uso da língua, como o faz a Análise da Conversa (AC) e a Etnografia da fala.

De acordo com o autor, quase todos os conceitos pragmáticos que ele apresenta em seu livro estão estreitamente relacionados à estrutura da conversa, sendo a conversa a representação mais central do uso da língua. Segundo ele, todos os fenômenos discutidos – implicatura, dêixis, atos de fala e pressuposição – são de natureza filosófica, mas a estrutura da conversa é fundamentalmente empírica. Para o autor o estudo da conversa pode ser feito pela Análise do Discurso (AD) e pela AC. A diferença entre o primeiro e o segundo se deve a variados motivos. A AC é rigorosamente empírica, menos intuitiva se comparada à AD. Levinson dedica boa parte de seu último capítulo à análise de amostras de fala baseado na AC que, segundo ele, contribui substancialmente para a compreensão do significado dos enunciados.

Em sua obra, o autor apresenta alguns conceitos basilares dos estudos pragmáticos e os problematiza concluindo que a AC (área afim) pode resolver as questões apontadas por ele como problemáticas em cada um dos conceitos pragmáticos discutidos.

LEECH, G. *Principles of Pragmatics*. Singapore: Longman, 1989.⁴

A teoria de Leech contribuiu para a constituição da Pragmática como uma subdisciplina da Linguística, ao tentar diferenciá-la da Sintaxe e da Semântica.

4 A primeira edição do livro data de 1983, publicado pelo *Longman Group Limited*, Grã-Bretanha.

Influenciado pelos filósofos da linguagem corrente da escola anglo-saxã, como Austin (1990 [1962]) e Searle (1984), no seu livro *Principles of Pragmatics*, Leech expõe uma teoria geral da Pragmática elaborada a partir do Princípio de Cooperação de Grice (1978 [1975]), propondo a extensão das máximas griceanas de quantidade, qualidade, relação e modo, com as Máximas de Polidez, complementando dessa forma o escasso tratamento dado por Grice. Por isso, a parte mais influente de sua teoria recai no Princípio de Polidez, princípio constituído por suas respectivas máximas: de tato, generosidade, aprovação, modéstia, acordo e simpatia.

Na introdução do livro, Leech (1989, p. x) define Pragmática como “O estudo sobre como os enunciados transmitem significados em distintas situações”.⁵ (LEECH, 1989, p. x, tradução nossa) Ele explica que intenciona apresentar a Pragmática inserida na perspectiva da linguagem como comunicação, sendo o estudo do uso da língua diferente de e complementar ao estudo da língua como um sistema formal. Em outras palavras, entende que a Gramática, num sentido amplo, deve ser separada da Pragmática. E acrescenta que não é suficiente definir a Pragmática de forma negativa, ou seja, a partir daqueles fenômenos que não podem ser explicados pela Linguística (cf. Dascal, neste texto), mas é preciso desenvolver teorias e métodos descritivos específicos da área. Em outras palavras, delimita o domínio da Pragmática e defende a complementariedade dos campos da Gramática e da Pragmática como um sistema integrado de estudo da linguagem.

Nos primeiros três capítulos, Leech (1989) descreve o embasamento histórico e intelectual do estudo proposto e advoga pela combinação de uma visão formalista e funcionalista na linguística. Do capítulo quarto ao sétimo, na parte mais descritiva do livro, Leech propõe, a partir de abundantes exemplos, uma extensão do Princípio de Cooperação de Grice (1978 [1975]) e desenvolve um marco geral que denomina Retórica Interpessoal dentro do qual outros princípios e máximas, como os de Polidez e Ironia, desempenham um importante papel na descrição da força pragmática (p. 229).

No oitavo e nono capítulo, Leech argumenta que sua visão retórica da Pragmática requer uma abordagem diferente da clássica visão dos performativos e atos ilocucionários da Teoria dos Atos de Fala de Austin (1990 [1962]) e de Searle

5 Do original: “The study of how utterances have meanings in situations”.

(1984) (cf. Austin, neste texto). Para Leech, a taxonomia de atos ilocucionários de Searle (1984) deve ser reinterpretada como uma taxonomia semântica de verbos ilocucionários. Entende que a força ilocucionária é indeterminada, objeto da Pragmática e não da Gramática, e que tratar a força ilocucionária a partir dos significados dos verbos resulta em uma “falácia dos verbos ilocucionários”: “Quando analisamos verbos ilocucionários, estamos lidando com a Gramática, ao passo que quando analisamos a força ilocucionária dos enunciados, estamos lidando com a Pragmática”.⁶ (LEECH, 1989, p. 174, tradução nossa) Mey (2001) irá retomar esta discussão sobre a “falácia dos verbos ilocucionários”.

No último capítulo, Leech faz uma avaliação das contribuições e limitações do seu trabalho, reconhecendo a necessidade de aprofundamento na análise e descrição de algumas categorias, assim como a necessidade de realizar futuros testes, análises de *corpus*, estudos interculturais, e de estender a discussão sobre pequenos intercâmbios ou enunciados individuais para textos ou discursos completos.

No artigo “Politeness: Is there an East-West divide?” Leech (2005, p. 5) refuta as críticas que seu trabalho recebeu e apresenta uma reformulação do seu Princípio de Polidez. *Principles of Pragmatics* recebeu críticas por seu caráter extensivo, ou seja, por acrescentar um número muito grande de máximas ao modelo griceano; por seu caráter eurocêntrico, ocidental, apresentando exemplos apenas do inglês e por fundamentar o conceito de polidez a partir de uma perspectiva individualista, com ênfase nos desejos e intenções do eu, dando ênfase à máxima de tato, a qual implica minimizar a imposição dos atos diretivos. Não obstante, como Leech (1989, p. 10) mesmo explica, seu objetivo é propor uma teoria geral de Pragmática, apontando para as condições gerais do uso comunicativo da linguagem, delegando o estudo de condições específicas de uso das línguas para a área da Sociopragmática, uma vez que o Princípio de Cooperação (GRICE, 1975) e o Princípio de Polidez se realizam de forma variável em diferentes culturas e comunidades linguísticas; em diferentes situações e classes sociais.

6 Do original: “When we are analysing illocutionary verbs, we are dealing with grammar, whereas when we are analysing the illocutionary force of utterances, we are dealing with pragmatics”.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevância: comunicação e cognição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.⁷

A Teoria da Relevância (TR) de Sperber e Wilson pode ser vista como uma tentativa de resolver o problema que Levinson menciona ao discutir as implicaturas conversacionais, ou seja, solucionar o que Grice apresenta como uma característica essencial da maior parte da comunicação humana – a expressão e o reconhecimento de intenções. O modelo inferencial de comunicação de Grice difere do modelo de código clássico, porque ao invés da relação quase matemática entre o comunicador que codifica a mensagem e a audiência que decodifica, o comunicador fornece evidência de sua intenção de comunicar *x* e a audiência infere com base na evidência fornecida. Segundo os autores, o significado linguístico decodificado é apenas um dos *inputs* para um processo de inferência que produz uma interpretação do significado do falante.

De acordo com Sperber e Wilson, a TR se baseia na afirmação de Grice de que os enunciados criam automaticamente expectativas que guiam o ouvinte na direção do significado do falante. Essas expectativas equivalem ao que Grice denominou Princípio da Cooperação e máximas de Qualidade, Quantidade, Modo e Relação. Embora se alicercem nos estudos de Grice, Sperber e Wilson defendem que, sob o viés da TR, os enunciados geram expectativas de relevância não porque os falantes obedecem a um Princípio de Cooperação, mas porque a busca pela relevância é uma característica básica da cognição humana. Cabe, portanto, à TR explicar em que consistem essas expectativas.

Segundo os autores, qualquer estímulo externo ou representação interna que fornece um *input* para processos cognitivos pode ser relevante para um indivíduo em algum momento. Um *input* se faz relevante para um indivíduo quando seu processamento, em um rol de suposições disponíveis, produz um efeito cognitivo positivo. Entre os efeitos cognitivos alcançados mediante o processamento de um *input* em contexto, destaca-se uma implicação contextual – uma conclusão dedutível a partir exclusivamente do contato do *input* com o contexto.

Nos termos da TR, quanto maior for o esforço para processar um *input*, menos relevante ele será, e quanto maiores forem os efeitos cognitivos positivos alcançados pelo processamento de um *input*, maior será a relevância do *input*.

7 A primeira edição do livro data de 1986, publicado pela *Blackwell*, Oxford.

Desse modo, relevância pode ser calculada, considerando os efeitos cognitivos e os esforços de processamento.

Sperber e Wilson afirmam que na TR, uma comunicação ostensivo-inferencial – evidências dadas pelo comunicador de que possui certa intenção – envolve o uso de um estímulo ostensivo, que cria expectativas de relevância precisas e previsíveis não geradas por outros *inputs*. Um estímulo ostensivo é externado para chamar a atenção dos ouvintes.

Considerando a tendência cognitiva dos indivíduos em maximizar a relevância, ao produzir um estímulo ostensivo, o comunicador impele seus ouvintes a presumirem que ele é suficientemente relevante para valer a pena processá-lo. Essa necessidade se assenta no Princípio de Relevância, segundo o qual, todo estímulo ostensivo comunica a própria presunção de sua relevância ótima. A relevância ótima indica (i) que o estímulo ostensivo é relevante o suficiente para merecer esforço de processamento pelos ouvintes e (ii) que um estímulo é o mais relevante que um comunicador está disposto e é capaz de produzir.

A TR é uma teoria pragmática, assim como os “atos de fala” de Austin (1990), as “Implicaturas Conversacionais” de Grice (1978 [1975]) e a Teoria da Polidez de Brown e Levinson (1987) e, por abordar a cognição humana na construção do comportamento comunicativo, fundamenta muitas pesquisas na área do ensino e aquisição de L2, por exemplo.

BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1987.

Para Brown e Levinson (B-L), a polidez/cortesia pressupõe a existência da agressividade nos membros de toda sociedade e busca amortecer seu impacto para tornar possíveis as relações sociais. Segundo os autores, durante a comunicação se estabelece um tipo de conduta racional, que busca sua máxima eficiência, nos moldes do Princípio de Cooperação de Grice.

Em sua obra, Brown e Levinson tentam responder à pergunta sobre que tipo de suposição e motivação são utilizadas pelos participantes de uma interação verbal para produzir as estratégias universais da interação. Para tanto, os autores tomaram os atos de fala como unidade de análise e observaram não só sua constituição, mas seu uso comparado com outros contextos e também com outros idiomas, identificando as semelhanças e diferenças existentes.

Além da noção de atos de fala (AUSTIN, 1990 [1962]), outro conceito fundamental dentro da Teoria da Polidez de Brown e Levinson é a imagem pública/face (GOFFMAN, 1967) do falante, que realiza os atos de fala, muitas vezes ameaçadores à face do interlocutor. As estratégias da polidez surgem justamente da necessidade de salvaguardar essa imagem pública, protegendo-a de potenciais atos ameaçadores. Mas em que consiste um ato ameaçador de face? Segundo os autores, a cooperação entre os falantes se baseia na noção de que a imagem pública é vulnerável e de que é preciso deixá-la a salvo, e uma maneira de resguardá-la seria não ameaçar a imagem dos outros, seja invadindo seu território, impedindo sua liberdade de ação, seja desprezando seu interlocutor.

Para os autores, todo falante possui uma face positiva – o desejo de ser apreciado pelos demais e que os outros compartilhem os mesmos desejos – e uma face negativa – o desejo de ter liberdade de ação, de não sofrer imposições por parte dos demais, de dominar seu próprio território. Desse modo, a polidez positiva atuaria como um acelerador social, ao passo que a polidez negativa desempenharia uma função de freio social, aumentando ou diminuindo a distância social entre os participantes desconsiderando os atos de ameaça a face.

O ato polido/cortês que se emprega está condicionado ao grau de ameaça de determinado ato de fala realizado em dado contexto e depende diretamente de três fatores: (i) a distância social entre os interlocutores – eixo horizontal; (ii) relação de poder, que se situa no eixo vertical; e (iii) grau de imposição de um determinado ato com respeito à face.

A obra de Brown e Levinson é referência no tema da polidez/cortesia e traz grande contribuição para os estudos pragmáticos por tratar de uma característica fundamental das interações interpessoais. A impolidez, por exemplo, compromete a troca comunicativa, gerando consequências indesejadas, dentre elas, o fim precoce da interação.

MEY, J. *Pragmatics: an introduction*. Oxford: Basil Blackwell, 2001.⁸

O livro foi publicado inicialmente em 1993, porém trata-se aqui da segunda edição do livro de Jacob Mey, atualizado e revisado pelo autor. No capítulo introdutório, Mey (2001, p. 3) se questiona sobre a rápida expansão e popularidade

8 A primeira edição do livro data de 1993, publicado pela *Blackwell Publishers*, Oxford.

da Pragmática, até o momento da publicação da sua obra. Como resposta propõe-se a delimitar a área e dar uma definição não do que a Pragmática é, mas do que a Pragmática faz. Como se trata de um livro introdutório, cada tópico é descrito em profundidade, com abundantes exemplos e com atividades individuais, comentadas e com as possíveis soluções. Por isso a relevância desta obra, que se constitui em uma detalhada e abrangente introdução ao estudo da Pragmática.

O livro está organizado em três partes: na parte I, o autor apresenta noções básicas sobre Pragmática, traçando seu percurso histórico, elucidando o vínculo com a Filosofia da linguagem corrente e descrevendo alguns dos seus principais problemas. Na parte II, denominada “Micropragmática”, o autor retoma os principais temas e as principais teorias, também discutidas por Levinson (1989 [1983]), quais sejam, contexto, implicatura e referência; princípios pragmáticos tais como a distinção entre regras e princípios, atos de fala, verbos performativos e atos de fala indiretos; a falácia do verbo ilocucionário (confira Leech, neste texto); e a análise da conversação. Na parte III, denominada “Macropragmática”, o autor aborda problemas metapragmáticos, referentes a questões teórico-metodológicas específicas da área, que a diferenciam da Linguística e da Semântica; propõe sua definição de atos pragmáticos, e discute questões relativas a uma Pragmática literária, a uma pragmática através das culturas, e aos aspectos sociais da Pragmática.

De acordo com Mey (2001, p. 4) a virada pragmática em Linguística significa uma mudança de paradigma, da Gramática teórica, da Sintaxe em particular, para o paradigma do usuário da língua. Assim, o livro está fundamentado no conceito de que “a Pragmática estuda o uso da linguagem na comunicação humana determinado pelas condições sociais”.⁹ (MEY, 2001, p. 6, tradução nossa)

De acordo com Reyes (2007), Mey se distancia dos estudos que focalizam mecanismos psicológicos de interpretação e dá relevância às condições sociais, políticas, culturais históricas que determinam o uso da linguagem. Nesta perspectiva, a noção de contexto adquire grande relevância, uma vez que constitui um conceito dinâmico, universo do uso da língua, soma do que as pessoas fazem na interação, e para o qual são relevantes os aspectos sociais. Vale a pena destacar neste sentido o conceito de atos pragmáticos que Mey (2001, p. 235)

9 Do original: “Pragmatics studies the use of language in human communication as determined by the conditions of society”.

elabora a partir da noção de ato de fala: os atos pragmáticos são situados e ao mesmo tempo criam a situação social na qual se realizam, em perfeita adaptação e dependência do contexto.

Para finalizar, *Pragmatics: an introduction* constitui uma obra basilar para os estudos em Pragmática, pois apresenta uma detalhada historiografia da área e atualizadas discussões dos principais problemas, com argumentações bem fundamentadas, abundantes exemplos e exercícios. Além do mais, não só quem se inicia nos estudos da Pragmática, mas também professores e pesquisadores podem encontrar temas de interesse através das análises oferecidas sobre a falácia dos atos ilocucionários, a unidade de análise da conversação, da escrita literária, do problema da universalidade através das culturas, do uso da linguagem em diversos contextos, entre outros temas.

ESCANDELL VIDAL, M. V. *Introducción a la pragmática*. 2. ed. Barcelona: Ariel, 2006.

Como o próprio título do livro já demonstra, trata-se de um texto introdutório à disciplina. Segundo a autora, o livro foi pensado para “[...] todos aqueles que se interessem pelas condições que regulam o emprego da língua na comunicação”.¹⁰ (ESCANDELL VIDAL, 2006, p. 8, tradução nossa)

A autora pretende apresentar as teorias e os aspectos mais relevantes da Pragmática como perspectiva linguística. Segundo Escandell Vidal (1993, p. 8), o interesse pela disciplina cresceu muito nos últimos anos, existe uma associação dedicada aos estudos da Pragmática (*International Pragmatics Association*), há várias revistas especializadas na área, como *Journal of Pragmatics*, *Pragmatics*, *Argumentation*, entre outras, e cada ano que passa mais universidades incluem a disciplina em seus cursos.

A autora traz em sua obra a Pragmática não como mais um nível da descrição linguística, comparável à Sintaxe ou à Morfologia, por exemplo, mas como uma perspectiva que olha para os dados linguísticos, considerando os elementos extralinguísticos que condicionam o uso efetivo da língua, precisamente todos aqueles fatores não contemplados em um estudo puramente gramatical, como

¹⁰ Do original: “[...] todos aquellos que se interesen por las condiciones que regulan el empleo del lenguaje en la comunicación”.

a noção de interlocutores, contexto verbal, situação comunicativa, conhecimento de mundo, intenção comunicativa etc. Sobre a intenção do falante, a autora argumenta que “[...] é legítimo tentar descobrir que atitude há por trás de determinado ato, ou seja, perguntar-se sobre a intencionalidade dos atos e ações”.¹¹ (ESCANDELL VIDAL, 2006, p. 41, tradução nossa)

Inicialmente, a autora discute o que ela classifica como os três problemas da Pragmática. São eles, o significado não convencional, os pares sintaxe e contexto e referência e dêixis, e a necessidade da Pragmática. Sobre o significado não convencional, a autora traz exemplos para comprovar que não há uma correspondência biunívoca constante entre representações fonológicas e interpretações, e continua sua explanação destacando o complexo mecanismo de inferência que possuem os falantes para, através de estratégias, contextualizar o que foi dito de modo que faça sentido. Com relação à sintaxe e o contexto, ela defende que alguns aspectos gramaticais, como a ordem de palavras, também estão determinados por fatores pragmáticos, principalmente no que se refere ao contraste entre a informação compartilhada pelos interlocutores e a informação nova. O mesmo ocorre com a referência e a dêixis que só cumprem inteiramente seu papel a partir de uma perspectiva pragmática, fazendo uso do extralinguístico para alcançar o objetivo comunicativo. No que se refere à necessidade da Pragmática, Escandell Vidal defende sua relevância na complementação das considerações gramaticais e na simplificação da descrição de nível estrutural.

Mais adiante a autora apresenta como conceitos básicos da Pragmática, o emissor, o destinatário e o enunciado, todos trazidos de outra área, mas com acepções modificadas. Emissor e destinatário deixam de desempenhar a função de codificador e decodificador, para assumir papéis ativos, analisando todas as variáveis que incidem no entorno da enunciação para produzir conteúdo e interpretá-lo, respectivamente. Sobre o enunciado e a situação em que ocorre a troca comunicativa, a autora declara que o primeiro é delimitado por uma pausa ou mudança de emissor e o segundo é o espaço e o tempo em que o enunciado é emitido ao destinatário.

Outro conceito apresentado como básico pela autora é a informação pragmática como componente relacional. Tal informação é composta por três

11 Do original: “[...] es legítimo tratar de descubrir qué actitud hay detrás de un determinado acto, es decir, preguntarse cuál es la intencionalidad de los actos y decisiones”.

subcomponentes relacionais: o geral se refere ao conhecimento de mundo; o situacional alude ao conhecimento adquirido pelos interlocutores durante a interação, mediante a percepção do espaço e dos participantes da troca; e o contextual compreende o conhecimento construído ao longo da interação, ou seja, a partir do que é trazido pelos interlocutores. A autora também apresenta como componente relacional a intuição e a distância social entre os interlocutores.

Ao relacionar a Pragmática à Filosofia da linguagem, Escandell Vidal se dedica principalmente aos estudos de Austin, atribuindo-lhes papel capital na constituição do que hoje denominamos Pragmática. No entanto, menciona os estudos de Searle sobre os atos de fala, pois embora sejam tidos como derivados do trabalho de Austin, diferem sobremaneira do sentido originário da teoria pragmática dos atos de fala e apresentam algumas inconsistências como a constante ligação entre oração e atos de fala, já que sempre será preciso avaliar o contexto enunciativo.

Em seu último capítulo, Escandell Vidal aborda o Princípio de Cooperação de Grice, quem, segundo a autora, não desenvolve uma teoria que se situa entre a Semântica e a Pragmática, como Searle, mas se dedica inteiramente à Pragmática através do estudo dos princípios que regulam a interpretação dos enunciados. Grice se debruça sobre a lógica que rege uma conversação e conclui que o Princípio de Cooperação consiste em fazer com que a contribuição do interlocutor em uma conversa seja a requerida. Em sua teoria, Grice também salienta que o que se diz é o conteúdo proposicional do enunciado e o que se comunica é toda a informação transmitida. A esse conteúdo implícito, Grice denomina implicatura. As implicaturas conversacionais combinam três elementos – a informação contida no enunciado, os fatores que configuram o contexto e os princípios conversacionais. Por fim, a implicatura recupera o conteúdo que se pretendia comunicar.

Assim como em capítulos anteriores, Escandell Vidal apresenta as teorias que, para ela, são fundadoras e definidoras da Pragmática, mas não deixa de expor suas críticas aos modelos explicitados. Segundo a autora, apesar de o Princípio de Cooperação de Grice ser reducionista e puramente mecânico, sua teoria representa o ponto de partida para muitos enfoques posteriores como os desenvolvidos por Sperber e Wilson (1986), Levinson (1987) e, como mencionado anteriormente, por Leech (1989).

REYES, G. *El abecé de la pragmática*. 7. ed. Madrid: Arco Libros, 2007.

Dos livros introdutórios resenhados aqui, *Pragmatics*, de Levinson (1989) e *Pragmatics: an Introduction*, de Jacob Mey (2001) constituem, por sua abrangência e detalhamento, duas referências imprescindíveis para conhecer o desenvolvimento da Pragmática desde suas origens filosóficas, passando por sua delimitação e apontando para seu desenvolvimento e principais temas de pesquisa, ainda hoje em plena discussão. *Introducción a la Pragmática*, de Escandel Vidal (2006) e *El abecé de la pragmática*, de Reyes (2007), por outro lado, constituem da mesma forma duas obras introdutórias em língua espanhola sobre a definição e teorias mais influentes da área.

El abecé de la pragmática é o último livro introdutório aos estudos da Pragmática apresentado aqui neste guia. De todos eles, é o mais básico, pois segundo a própria autora, propõe-se a explicar como a Pragmática estuda o funcionamento da linguagem da forma mais simples e menos técnica possível para que sua leitura seja acessível tanto para quem se inicia na Pragmática como para aqueles leitores que não são da área da Linguística. Assim, o livro aborda questões essenciais ilustradas com exemplos claros e pertinentes, oferecendo também uma seção de exercícios que complementam os conceitos e as teorias abordadas. Oferece, por último, uma bibliografia que incentiva a leitura desde introduções gerais à Pragmática até obras recomendadas de acordo com os temas discutidos.

Já na introdução, a autora discute uma noção essencial para a Pragmática: o significado do falante. No primeiro capítulo, explica de forma muito didática a distinção entre oração e enunciado, os limites entre Semântica e Pragmática, a noção de contexto ou contextos e sua relevância para a área. No segundo capítulo, a autora se concentra em responder o que é a Pragmática. Para tal, cita e relaciona vários linguistas, como Horn, Levinson, Green, Sperber e Wilson, Mey, alguns deles discutidos anteriormente, que se preocuparam em delimitar e definir a área. A autora estabelece assim a definição de Pragmática à qual seu livro se subscreve: “A posição adotada neste pequeno livro é que a pragmática é uma subdisciplina da linguística que tem por objeto o estudo da língua em uso”.¹² (REYES, 2007, p. 23, tradução nossa) Nas outras seções deste capítulo, a autora

12 Do original: “La posición tomada en este librito es que la pragmática es una subdisciplina lingüística, y su objeto el significado del lenguaje en uso”.

descreve as origens filosóficas da Pragmática, principalmente no que se refere à Filosofia da linguagem corrente, e aborda brevemente a Teoria dos Atos de Fala de Austin, a reformulação realizada por Searle e o significado intencional de acordo com o filósofo Paul Grice.

Nos capítulos três e quatro, a autora se centra na descrição do dito e do implicado a partir de duas teorias que já foram apresentadas neste texto, quais sejam, o modelo de Grice, o Princípio de Cooperação e as implicaturas, e a Teoria da Relevância de Sperber e Wilson. O livro encerra com uma seção de exercícios.

Para finalizar este guia, apresentamos discussões em torno da Semântica e da Pragmática propostas na academia brasileira.

DASCAL, M. La pragmática y las intenciones comunicativas. In: DASCAL, M. (ed.). *Pragmática*. Madrid: Trotta, 1999. (Filosofía del lenguaje, 2).

Marcelo Dascal, filósofo e linguista brasileiro, questiona no seu trabalho as primeiras tentativas de definir a pragmática através da tradicional tricotomia de Charles Morris (1983 apud DASCAL, 1999, p. 22) e elaborada por Rudolph Carnap (1942 apud DASCAL, 1999, p. 22), que delimita o objeto de estudo da Semântica, da Sintaxe e da Pragmática.¹³ Dascal explica que na visão de Carnap, a Semântica e a Sintaxe são disciplinas teóricas, enquanto a Pragmática é uma disciplina empírica, sem método próprio e que se serve dos resultados de outras áreas da ciência. Ainda, segundo Dascal, a definição carnapiana identifica de fato a Pragmática com o que Chomsky denomina *performance* e Saussure *parole*, ou seja, com um conjunto de fenômenos não sistemáticos que a linguística científica deve preferir em favor da investigação sistemática da *competence* ou *langue* como objetos idealizados e teoricamente coerentes. Para Dascal, essa definição constitui um ponto de referência importante tanto pelos problemas que aborda

13 Segue aqui a citação completa: “Se numa investigação [da linguagem] faz-se referência explícita ao falante ou, em termos mais gerais, a quem usa a *linguagem*, atribui-se essa investigação ao campo da pragmática [...]. Se, abstraindo quem usa a linguagem, analisam-se apenas as expressões e sua *designata* estamos no campo da semântica. E se, finalmente, abstrai-se também a *designata* e analisam-se apenas as relações entre as expressões, estamos na sintaxe (lógica)”. (MORRIS, 1983 apud DASCAL, 1999, p. 22, tradução nossa)

como por ter influenciado a constituição de um modelo residual implícito na forma de definir o domínio da Pragmática.¹⁴

Questionando a pertinência desta categorização, ele propõe examinar cuidadosamente os “resíduos” que tem constituído a matéria prima da Pragmática, abordando diretamente a relação entre Semântica e Pragmática. Esses “resíduos” são orações sobre as quais não se aplica a questão da verdade, como na expressão de ordens, petições, emoções; orações que expressam mais do que pensamentos, como mediante uma ênfase prosódica ou alteração na ordem das palavras e orações que não são suficientes por si só para expressarem pensamentos, como no caso dos dêiticos. Embora cada um destes aspectos pressuponha o modelo residual de definição da Pragmática, Dascal destaca que constituem ao mesmo tempo um critério positivo para sua definição. Em outras palavras, Dascal identifica estes aspectos como três concepções específicas da Pragmática: a ação linguística; o implícito inferido dessa ação e a dependência contextual; concepções fundamentais para diferenciar a Pragmática da Semântica. Em decorrência disso, ele defende a tese da complementariedade, e não da *residualidade*, ou da exclusão, entre Semântica e Pragmática. Dascal fundamenta sua argumentação em conceitos apresentados por Grice (1989 apud DASCAL, 1999, p. 27) como as distinções entre o significado natural e não natural do enunciado; o componente de intencionalidade do significado não natural e o significado do falante. Em sua proposta, Dascal define como objetivo da Pragmática “[...] o estudo do *uso* dos meios linguísticos (e outros) pelos quais um falante veicula suas intenções comunicativas e um ouvinte as reconhece”.¹⁵ (DASCAL, 1999, p. 27, grifo do autor, tradução nossa) esclarecendo que esta definição se aplica apenas ao que ele denomina “Sociopragmática”, ou seja, a teoria do uso comunicativo e social da linguagem.

Não obstante, a conceituação e delimitação da área da Pragmática não está isenta de polêmica. Já dentro da área da Linguística, na revista *Cadernos*

14 Não obstante, Dascal alerta em nota de rodapé que a tricotomia de Morris foi declarada irrelevante para a pragmática, de acordo com a argumentação de Gazdar (1979) e Sayward (1974), assim como foram apontadas por Levinson (1983) as inconsistências da concepção carnapiana de pragmática. (DASCAL, 1999, p. 23)

15 Do original: “En resumen, lo que propongo es definir como tarea de la pragmática el estudio del uso de los medios lingüísticos (u otros) por los cuales un hablante vehicula sus intenciones comunicativas y un oyente las reconoce”.

de Estudos Linguísticos e Literários da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), foram publicados três artigos em sequência, dos quais apresentaremos dois: “Dos problemas de imperfeita simetria”,¹⁶ de Rodolfo Ilari e “Quando ‘2+3’ não é igual a ‘3+2’: a semântica e a pragmática das construções simétricas em língua natural”, de Kanavillil Rajagopalan. Nesse espaço, os dois acadêmicos inauguraram o debate no âmbito da Linguística no Brasil sobre os limites do significado entre Semântica e Pragmática, assim como sobre a validade dos argumentos interpretativos, que no caso da Pragmática envolve a incorporação de elementos extralinguísticos como o próprio falante, suas intenções e o contexto comunicacional. Em outras palavras, a discussão versava sobre a constituição do próprio objeto de estudo da Linguística.

No artigo “Dos problemas de imperfeita simetria”, o professor Ilari parte das argumentações do professor Carlos Vogt, que com base na escola da Semântica argumentativa de Oswald Ducrot, derruba a aparência de sinonímia de predicados conversos (*A é mais forte que B = B é mais fraco que A*) demonstrando diferenças irreduzíveis nas condições e uso. Neste sentido, de acordo com Ilari (1987 [1983], p. 51) a Semântica argumentativa defende que “[...] uma semântica atenta apenas ao sentido literal não esclarece o fenômeno da interpretação e mostra a necessidade de um componente pragmático, ou como preferiu dizer Ducrot, retórico”.

A partir da análise de um diálogo espontâneo,

A. Soube que você trabalha na mesma sala que o Paulo.

B. Não, o Paulo é que trabalha na mesma sala que eu.

(ILARI, 1987 [1983], p. 51)

Ilari lança suas hipóteses interpretativas e passa a analisar vários casos de sinonímia aparentemente perfeita para chegar finalmente a uma “sinonímia fracassada” (ILARI, 1987 [1983], p. 56) esquadrinhando a dicotomia entre simetria sintática e proeminência semântica de diversas frases nominais na posição de sujeito, objeto e predicativo justapostas a verbos tais como trabalhar em, puxar

16 Este artigo primeiro foi publicado na revista *Ensaio de Linguística* nº 9, Belo Horizonte: UFMG, p. 94-120 em 1983 e republicado no *Cadernos de Estudos Linguísticos e Literários* em 1987, segundo o próprio Ilari, “[...] para permitir aos leitores acompanhar o debate travado com K. Rajagopalan”. (ILARI, 1987 [1983], p. 49)

por (alguém), desquitar-se, ser, assim como os desdobramentos semânticos da locução comparativa *a mesma (sala) que* e da locução verbal *é que*, entre outros fenômenos. Em suma, Ilari (1987 [1983]), procura explicar aquele intercâmbio a partir da Semântica argumentativa e da Teoria Griceana da Interação, afirmando que a oração B é contraditória, sendo essas tentativas de explicação insuficientes. Conclui que cabe à Semântica formular as restrições de seleção, as pressuposições lexicais e as propriedades semânticas de palavras e orações, em acordo com os princípios da lógica tradicional que regem a linguagem.

A seguir, encontra-se a resposta do professor Kanavillil Rajagopalan, que retoma o exemplo inicial de Ilari. Para Rajagopalan (1987, p. 67), há um equívoco que precisa ser desfeito: “[...] para aceitar a alegação de Ilari de que [Não, o Paulo é que trabalha na mesma sala que eu] é contraditório, é preciso abordar o enunciado em questão no seu contexto dialógico [...]”, afirmando que há apenas uma explicação possível.

Assim, Rajagopalan (1987, p. 85) analisa aspectos como o conceito de proeminência discutido por Ilari, por exemplo, com o intuito de destacar sua origem pragmática. Refuta as explicações dadas por Ilari a partir da Semântica argumentativa e da Teoria Griceana, chegando novamente a uma dicotomia: à dicotomia interpretação estática/interpretação dinâmica (RAJAGOPALAN, 1987, p. 89) que correlaciona a distinção Semântica/Pragmática atribuindo à Semântica o estudo dos resultados das operações, e não das operações enquanto processos, este último, objeto da Pragmática.

Rajagopalan ressalta que a preocupação central do seu trabalho é a de “[...] pleitear que tais fenômenos constituem o próprio fenômeno chamado a linguagem” (RAJAGOPALAN, 1987, p. 85), ao mesmo tempo que adverte que qualquer polêmica a nível teórico, como essa, remete em definitiva a diferentes posturas teóricas que por sua vez envolvem diferentes concepções de linguagem, como representação, ação e outras, e inclusive diferentes posturas metateóricas, como por exemplo o papel do componente semântico numa teoria global da linguagem. (RAJAGOPALAN, 1987, p. 85) Neste trabalho Rajagopalan defende a tese de que muitos dos problemas tradicionalmente abordados pela Semântica são melhor analisados a partir da Pragmática, e finaliza; “Acredito que o fim dessa linha será a realização de que o que há é a Pragmática, sendo a Pragmática, a Semântica e a Sintaxe produtos da atividade intelectual que consiste em progressiva abstração”. (RAJAGOPALAN, 1987, p. 91)

Como já apontamos anteriormente, estas discussões inauguram na academia brasileira a discussão em torno dos limites interpretativos entre Semântica e Pragmática, expondo duas posturas irreduzíveis, uma a favor de uma abordagem semântica na interpretação dos fenômenos linguísticos e outra eminentemente pragmática, que deriva em sucessivos graus de abstração à medida em que se adentra na área da Sintaxe e da Semântica. Por outro lado, o artigo de Dascal propõe a tese da complementariedade entre Semântica e Pragmática, com base na Teoria Griceana, ao mesmo tempo em que oferece um panorama da área, a partir das suas origens filosóficas.

NOTAS FINAIS

Como introdução aos estudos em Pragmática, neste guia foram apresentadas teorias seminais que deram origem à área, junto com obras introdutórias gerais e discussões sobre Pragmática na academia brasileira. Partindo dos filósofos da linguagem corrente, discutimos a Teoria dos Atos de Fala de Austin (1990 [1962]) e o Princípio de Cooperação de Grice (1978 [1975]). Esta última e influente teoria foi a base a partir da qual, dentro da área da linguística, Sperber e Wilson (2001 [1986]) propuseram a Teoria da Relevância, Leech (1989 [1983]) deu forma ao Princípio de Polidez e Brown e Levinson, sua obra Polidez.

Entre livros mais gerais, introdutórios, resenhados aqui, encontram-se *Pragmatics*, de Levinson (1989 [1983]) e *Pragmatics: an Introduction*, de Mey (2001 [1993]), *Introducción a la Pragmática*, de Escandell Vidal (2006) e *El abecé de la pragmática*, de Reyes (2007). Cada um desses autores aborda a Pragmática a partir de um viés diferente. Levinson (1989) destaca a relevância do contexto para determinar o significado do falante; Mey (2001) enfatiza a situação social como determinante dos usos da linguagem na comunicação. Por outro lado, Escandell Vidal (2006) aponta para as condições comunicativas que regulam o uso da língua; e Reyes (2007) define a Pragmática como uma subdisciplina da Linguística, cujo objeto de estudo é a língua em uso. Eles foram selecionados por constituírem referências imprescindíveis para o leitor que deseja se iniciar nos estudos de Pragmática.

Por último, no âmbito acadêmico brasileiro, apresentamos as discussões entre o professor Rodolfo Ilari e o professor Kanavillil Rajagopalan da Unicamp, que discutem a problemática em torno dos limites interpretativos entre Semântica

e Pragmática, inaugurando assim o debate na academia brasileira. Por sua vez, do campo da Filosofia, o professor Marcelo Dascal defende a tese da complementaridade entre Semântica e Pragmática, com base na Teoria Griceana.

Para finalizar, mencionamos alguns dos grupos de pesquisa que atualmente se dedicam ao estudo da pragmática no contexto acadêmico brasileiro. Por exemplo, o *Grupo de Pesquisa: Linguagem, Comunicação e Cognição*, sediado na Universidade Federal do Paraná (UFPR), é liderado pela professora Elena Godoi (UFPR) e coliderado pelo professor Sebastião Santos (UEPG), e reúne pesquisadores e alunos de diversas universidades, promovendo pesquisas sob uma tessitura interdisciplinar. Por outro lado, o grupo *Pragmática (inter)linguística, cross-cultural e intercultural*, sediado na USP e liderado pelas professoras Elisabetta Santoro e María Zulma Moriondo Kulikowski e pelo professor Luiz Antonio da Silva, desenvolve projetos sobre atos de fala em perspectiva *cross-cultural* e dedica-se atualmente, em especial, aos pedidos em português, italiano, espanhol, alemão e francês. Por último, cabe mencionar o *Grupo de estudo e pesquisa em Pragmática do par Português e Espanhol*, sediado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), liderado pela professora Cecilia Aguirre, que conta com a participação das professoras Camilla Santero (UFBA) e Camila Rastely (UFBA). O grupo propõe observar as diferenças e semelhanças dos usos pragmáticos entre o espanhol e o português brasileiro. As professoras têm se dedicado ao estudo dos diminutivos em português e espanhol, estratégias e táticas cortesês e pedidos de desculpa.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1987.
- CARNAP, R. *Introduction to Semantics*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1942.
- DASCAL, M. La pragmática y las intenciones comunicativas. In: DASCAL, M. (ed.). *Pragmática*. Madrid: Trotta, 1999. (Filosofía del lenguaje, 2).
- ESCANDELL VIDAL, M. V. *Introducción a la pragmática*. 2. ed. Barcelona: Ariel, 2006.
- GOFFMAN, E. *Interaction ritual*. Garden City, NY: Doubleday, 1967.

- GRICE, P. H. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. (org.). *Fundamentos metodológicos da linguística*. Tradução de João Wanderley Geraldi. São Paulo: Global, 1978. v. 4. p. 81-104.
- GRICE, P. H. *Studies in the way of words*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.
- ILARI, R. Dos problemas de imperfeita simetria. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 13, p. 49-65, 1987. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636788/4509>. Acesso em: 6 mar. 2023.
- LEECH, G. Politeness: is there an East-West divide? *Journal of Foreign Languages*, Shanghai, n. 6, p. 3-31, 2005. Disponível em: https://www.oriprobe.com/journals/wgy-shwgydxxb/2005_6.html. Acesso em: 6 mar. 2023.
- LEECH, G. *Principles of Pragmatics*. Singapore: Longman, 1989.
- LEVINSON, S. *Pragmática*. Tradução de Àfrica Rubiés Mirabet. Barcelona: Teide, 1989.
- MEY, J. *Pragmatics: an introduction*. Oxford: Basil Blackwell, 2001.
- MORRIS, C. W. Foundations of the Theory of Signs. In: NEURATH, O.; CARNAP, R.; MORRIS, C. (ed.). *International Encyclopedia of Unified Science*. Chicago: University of Chicago Press, 1938. p. 77-138.
- RAJAGOPALAN, K. Quando '2+3' não é igual a '3+2': A semântica e a pragmática das construções simétricas em língua natural. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 13, p. 67-96, 1987. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636789/4510>. Acesso em: 6 mar. 2023.
- REYES, G. *El abecé de la pragmática*. 7. ed. Madrid: Arco Libros, 2007.
- SEARLE, J. R. *Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem*. Coimbra: Almedina, 1984.
- SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevância: comunicação e cognição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CAPÍTULO 15

DEZ OBRAS PARA CONHECER A LINGUÍSTICA *QUEER/QUIR*

RODRIGO BORBA

ELIZABETH SARA LEWIS

INTRODUÇÃO

Hoje em dia no Brasil, muito tem se falado sobre *queer* na academia, no ativismo e até mesmo na mídia. Por exemplo, em 2014 a revista *Cult* publicou um dossiê intitulado “Teoria queer: o gênero sexual em discussão” e desde então vem contribuindo para a disseminação do termo entre o grande público através de números temáticos e artigos. E como não lembrar do quiproquó que a exposição “Queermuseu” provocou em 2017, colocando a extrema-direita brasileira em uma cruzada contra transformações sociais recentes que deram visibilidade a pessoas cujo gênero e orientação sexual escapam dos ditames da heterossexualidade reprodutiva? Mas afinal o que é *queer*? E o que isso tem a ver com a Linguística?

Recorrer à história da palavra pode nos ajudar a responder estas perguntas. A palavra inglesa *queer* deriva etimologicamente do prefixo protoindo-europeu *terkw-* do qual originou-se o verbo latino *torquere*, ou seja, torcer ou girar. Em inglês, o primeiro registro da palavra, segundo o *Oxford English Dictionary*, ocorreu no século XVI quando adquiriu os sentidos de “estranho”, “singular”, “excêntrico”. O termo ganhou sentidos preconceituosos, contudo, somente na Inglaterra do

século XIX. O Marquês de Queensbury, indignado com a relação entre seu filho Alfred e o escritor Oscar Wilde, utilizou a palavra no processo judicial que levou o autor à prisão: *snob queers*, escreveu ele em referência aos amantes. A repercussão desse caso ajudou que o termo fosse popularizado como uma forma de insulto homofóbico no mundo anglo-saxão, uso que ficou bastante consolidado. Na década de 1960, segundo a linguista Julia Penelope (1970), as lésbicas e gays que entrevistou para sua pesquisa sobre gírias homossexuais reconheciam *queer* como uma ofensa utilizada por pessoas heterossexuais para expressar desdém e desprezo, algo como “bicha”, “viado” e “sapatão” em português.

Nos anos 1980, em uma conjuntura caracterizada pelo conservadorismo neoliberal e sexual, personificado nas políticas de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, pela violência anti-gay e por representações midiáticas sensacionalistas de pessoas morrendo de aids, *queer* passou por um processo de reapropriação e ressignificação. Movimentos sociais, incluindo grupos militantes como *Queer Nation* e *Act Up*, usavam palavras de ordem como *We're here, we're queer, get used to it!* (“Estamos aqui, somos bichas mesmo, acostume-se!”, em tradução livre) para contestar não somente o preconceito que enfrentavam da sociedade mais abrangente, mas também de grupos de ativismo LGBT que insistiam na importância de tentar se encaixar para ganhar aceitação (a famosa “tolerância”). As formas de mobilização política *queer* romperam com a dependência em categorias identitárias (i.e. gay e lésbica) como formas de identificação que preconizavam o reconhecimento das minorias sexuais com base nas suas identidades com o objetivo de aceitação, inclusão e assimilação à cultura heterossexual. Ao invés disso, tentavam forjar conexões mais amplas e realizar um ativismo radical que desafiasse noções de o que é ser “normal”. Assim, *queer* foi perdendo sua conotação exclusivamente negativa. Esta reapropriação semântica – uma inversão da injúria – é, em si mesma, uma prática *queer* de ressignificação, ou seja, de retorcer sentidos e práticas naturalizados, virá-los do avesso de forma a questionar dinâmicas de hierarquização e exclusão. Nesse sentido, desde sua concepção, a ação política *queer* se forja através de processos linguísticos com vistas a perturbar a ordem de sentidos estabelecida.

Essas ressignificações, contudo, não pararam aí. O barulho provocado por protestos nas ruas foi tão estrondoso que abalou até mesmo a torre de marfim da academia estadunidense. Atenta ao período histórico conturbado que marcou o fim da década de 1980 e o início da de 1990, a feminista italiana Teresa de

Lauretis cunhou o termo *Queer Theory* durante um congresso que organizou na Califórnia, nos Estados Unidos, em 1990. Trabalhos deste congresso foram publicados em 1991 em um número especial da influente revista *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*, intitulado *Queer Theory: Lesbian and Gay Sexualities*. De Lauretis (1991, p. iv) propunha usar o termo *queer* para “marcar certa distância crítica” dos termos “gay” e “lésbica”, de modo parecido aos grupos militantes acima mencionados e suas críticas às políticas identitárias assimilacionistas do ativismo LGBT *mainstream*. Neste texto seminal, a autora partia da premissa de que a heterossexualidade não devia ser vista como natural, necessária e correta e, por sua vez, a homossexualidade não devia ser entendida como algo marginal e desviante, sempre definida por oposição à heterossexualidade. Desta maneira, a palavra *queer* emprestou seu nome a uma corrente de pensamento e ação que abarcou o trabalho acadêmico de teóricas¹ em universidades estadunidenses como De Lauretis, Judith Butler, Eve Kosofsky Sedgwick e Steven Seidman (embora, num primeiro momento, De Lauretis fosse a única dentre elas que usou o termo “Teoria *Queer*” para definir seu trabalho). Algo que essas acadêmicas têm em comum é que foram influenciadas pelo pós-estruturalismo, pela desconstrução derrideana, pelas obras de Michel Foucault e pelas teorias feministas. Durante seus primeiros anos de consolidação, a Teoria *Queer* contestava certos aspectos de dois campos de estudos institucionalizados na academia estadunidense, os “Estudos das Mulheres” (*Women’s Studies*) e os “Estudos Gays e Lésbicos” (*Gay and Lesbian Studies*), por terem visões essencializantes e homogeneizantes dos grupos que estudavam.

Na complexa relação recíproca entre o ativismo político de grupos militantes antiassimilacionistas e o trabalho acadêmico de teóricas críticas, *queer* foi novamente ressignificado. A partir dos anos 1990, as imbricações entre militância

1 Nos alinhamos aqui às propostas de linguagem neutra (no sentido de “sem gênero”, já que nenhum uso da linguagem é ideologicamente neutro) comuns entre grupos de pessoas não binárias. Assim, utilizamos o “e” como desinência de gênero neutro com vistas a evitar o masculino genérico e o apagamento linguístico das múltiplas identificações de gênero que compõem comunidades LGBTQIA+. Também por esse motivo, adotamos aqui o uso do sistema pronominal “elu” que inclui as formas elu, delu, nelu, aquelu, elu mesmo etc. Em consonância com o pensamento *queer*, a linguagem neutra serve de mecanismo para a desestabilização do binário homem/mulher. Embora seja possível evitar o masculino genérico através da dupla flexão do gênero – e.g. “teóricos(as)”, “amigos(as)” –, esta alternativa ainda reifica a naturalização dos (dois) sexos e o binário homem/mulher. A linguagem neutra reconhece identificações de gênero que se situam entre os extremos deste binário ou vão além dele, assim contribuindo para subvertê-lo. Ver, nesse sentido, Lau (2019).

e academia também resultaram em dois usos da palavra que frequentemente são contraditórios. Por um lado, *queer* às vezes é usado como um termo guarda-chuvas para facilitar a referência a toda performance identitária não heteronormativa (ao invés de usar listas longas como “gay, lésbica, bissexual, transexual, travesti, intersex, assexuade etc.”) ou até como uma categoria identitária em si (o “Q” em LGBTQIA+). Por outro lado, também é usado para “se refer[ir] àquilo que não está alinhado a nenhuma identidade em particular e que resiste à categorização”. (SAUNTSOON, 2008, p. 271-272) Ou seja, paradoxalmente, às vezes o termo é usado como uma categoria identitária; às vezes é usado para insistir na importância de evitar categorizações.

Embora possa ser arriscado tentar definir um termo que resiste à categorização, aqui nos alinhamos à perspectiva de Sedgwick (1993, p. 8) segundo a qual *queer* se refere “[...] [à] malha aberta de possibilidades, brechas, sobreposições, dissonâncias e ressonâncias, falhas e excessos de significação na qual os elementos constituintes do gênero de qualquer pessoa, da sexualidade de qualquer pessoa não conseguem (ou não podem ser obrigados a) significar monoliticamente”. Ou seja, a questão da significação, ou melhor, de sua instabilidade, é central aqui. Se *queer* é aquilo que não pode ser nomeado, que foge de sistemas classificatórios sedimentados, o termo se constitui como um significante escorregadio. Nesse sentido, Halperin (1995, p. 62, grifo do autor) explica que “‘queer’ é por definição *tudo* que vai contra o normal, o legítimo, o dominante. [...] [O termo] descreve um horizonte de possibilidades cuja extensão precisa e o escopo heterogêneo não pode ser definido a priori”. O linguista Rusty Barrett (2020, p. 50) radicaliza esse posicionamento ao afirmar que *queer* é um significante sem um significado, o que permite que o termo englobe “um conjunto imaginado e não delimitado de práticas sexuais (e indivíduos associados a essas práticas) que escapa das pressuposições heteronormativas dos discursos sociais dominantes”.²

Outra questão frequente tem sido “se/como traduzir a palavra ‘queer?’”. Existem tentativas de tradução, particularmente de *queer* em forma de verbo, *to queer*: “estranhar”, “rarificar”. As grafias “queerificar” e “queerizar” são comuns em português e espanhol. O termo “cuirizar” também é usado frequentemente

2 Por limites de espaço, recorremos aqui à genealogia mais conhecida da Teoria *Queer* que deriva de sua criação nos Estados Unidos. Estamos cientes, contudo, de que essa não é a única história a ser contada. Há, de fato, outros pontos de emergência do *queer* na Europa, na América Latina e na África. Ver, nesse sentido, Matebeni (2017) e Pereira (2015).

em países hispano-falantes. Embora possa parecer simplesmente uma tentativa de representar a pronúncia hispânica da palavra anglófona *queer*, faz mais do que isso, sendo usado para romper com o discurso colonial angloamericano e destacar a deslocalização geopolítica. (CAMPAGNOLI, 2017) No título do presente capítulo, optamos por usar duas grafias, *queer* e “*cuir*” para demonstrar o terreno percorrido até agora na Linguística *Queer* (LQ, doravante) e frisar as possibilidades latino-americanas de uma Linguística *Cuir* que rompa com a “nor-te-normatividade”. Nas recomendações de leitura, destacaremos não somente algumas das obras fundadoras da LQ provenientes do Norte Global, mas também nossas produções locais.

Retraçar a história do termo é também importante para responder a segunda pergunta que fizemos acima: afinal, o que *queer* tem a ver com a Linguística? A resposta mais óbvia diz respeito ao nível do significado. Do protoíndo-europeu *terkw-*, à ofensa homofóbica, ao campo aberto de possibilidades e excessos de significação dos quais nos fala Sedgwick, *queer* nos dá um exemplo muito apto de como a sexualidade é radicalmente contingente e seus sentidos estão à deriva. Isso quer dizer que pares dicotômicos como homem/mulher, hétero/homo (e até mesmo *langue/parole*, competência/desempenho, sincronia/diacronia, tão caros ao nosso campo de atuação) não dão conta de explicar o social, pois há sempre “exceções à regra”. São justamente essas exceções que interessam. Mas a aproximação do *queer* à Linguística excede o nível semântico e nos leva a caminhos teóricos e metodológicos que, fazendo jus à origem do termo, contorcem outro pressuposto básico de nossa área de investigação. Ao invés de partir do princípio de que mulheres, homens, gays, lésbicas etc. falam de modos específicos (i.e. uma visão essencialista da relação entre linguagem e identidade que ainda tem muita influência em nossa área), pensar em uma LQ nos leva para o caminho oposto: categorias identitárias são efeito do que falamos e não sua origem. Em outros termos, mais do que descrever como pessoas LGBTQIA+ falam ou escrevem, a LQ investiga o papel da linguagem em conferir ou retirar legitimidade a múltiplas formas de vivenciar a sexualidade (incluindo aí também a heterossexualidade). Central para este empreendimento é a crítica de como a linguagem oral e escrita contribui para a manutenção ou a contestação da heteronormatividade – um agregado de instituições, discursos, ações que projetam a heterossexualidade como natural, correta, necessária e legítima. Voltaremos a este conceito mais à frente quando discutirmos seus desdobramentos atuais.

Antes, contudo, é necessário fazer outro *detour* histórico para entendermos como a sexualidade foi/é tratada no nosso campo de investigação. A breve história que apresentamos a seguir nos ajudará a sublinhar os ganhos teóricos, metodológicos, analíticos e políticos que uma crítica *queer* a essa forma essencialista e estereotipada de entender a sexualidade em nosso campo pode nos propiciar.

A relação entre linguagem e sexualidade tem há décadas instigado a imaginação linguística. Nos anos 1960 e 1970, a Sociologia, a Antropologia e até mesmo a Medicina, no afã de descrever subculturas marginalizadas, lançavam seu olhar para a forma de falar de desviantes sexuais. É nesse contexto que foram publicados o capítulo “A Lexicon of Homosexual Slang” de Cory e Leroy (1963), o livro *The Lavender Lexicon: Dictionary of Gay Words and Phrases* publicado pela Strait and Associates (1964), o livro *The Queens’ Vernacular: A Gay Lexicon* de Rodgers (1972) e o artigo “The Argot of the Homosexual Subculture” de Farrell (1972). Uma característica marcante desses estudos é que não foram realizados por linguistas e, assim, carecem de metodologia adequada. Trata-se de glossários que apresentam termos considerados típicos entre homens gays brancos e, em muitos casos, reiteram estereótipos.

A partir da segunda metade dos anos 1970, antropólogos e linguistas publicaram artigos sobre aspectos do que chamavam de “linguagem gay e lésbica”, incluindo alternâncias de código (LUMBY, 1976), insultos (MURRAY, 1979), a “fala homossexual” (CHESEBRO, 1981), fenômenos paralinguísticos (WEBBINK, 1981) e padrões de ênfase. (MOONWOMON, 1985) A publicação do livro *Beyond the Lavender Lexicon* (LEAP, 1994) foi paradigmática já que, como o título deixa entrever, reúne capítulos cuja atenção recai em diversos fenômenos linguísticos. Nota-se aí uma mudança de foco. Ao invés de atentar somente no nível lexical, essas pesquisas começam a expandir o campo de atenção analítica, mas ainda assim tendiam a tratar as categorias gay e lésbica como identidades dadas, pré-existent à enunciação. Ou seja, consideravam que se uma mulher é lésbica, tudo que fala e escreve deriva dessa identidade e, por conta disso, ela falaria como lésbica em todos os contextos, da mesa de jantar ao tribunal.

Em fins dos anos 1990, à medida que a Teoria *Queer* se firmava institucionalmente e começava a influenciar diversas disciplinas com seus pressupostos antiessencialistas e não representacionais, um grupo de jovens linguistas que faziam doutorado na Universidade de Berkeley e estavam insatisfeitos com as formas estereotipadas em que a fala de gays, lésbicas e pessoas trans eram

descritas na literatura acadêmica disponível à época viu aí um caminho analítico frutífero e politicamente interessante. Chegamos, assim, à Linguística *Queer* (LQ), que foi oficialmente inaugurada em 1997 com a publicação do livro *Queerly Phrased: Language, Gender, and Sexuality*, organizado por Anna Livia e Kira Hall. Como explica Borba (2015, p. 94), a LQ é

[...] uma área de investigação que estuda o espaço semântico-pragmático entre os discursos dominantes (i.e. heteronormatividade) e a performance linguística situada [mostrando-se], assim, como um campo promissor para o estudo de como fenômenos macrosociológicos que produzem certos indivíduos como seres abjetos, inferiores ou patológicos são sustentados e/ou desafiados nos detalhes mais ínfimos de nossa vida social, notadamente, a linguagem em uso.

Nesses 25 anos desde a publicação da obra de Livia e Hall (1997), a LQ cresceu exponencialmente e conta, hoje, com publicações em periódicos internacionais de grande impacto (HALL, 2005, 2019; MILANI, 2013; MILANI; LEVON, 2019; MOTSCHENBACHER, 2013), livros publicados por editoras importantes (BARRETT, 2017; CAMERON; KULICK, 2003; CAMPBELL-KIBLER; PODESVA; WONG, 2002; HALL; BARRETT, 2021; LIVIA; HALL, 1997; ZIMMAN; DAVIS; RACLAW, 2014), um periódico, *Journal of Language and Sexuality*, e um congresso internacional anual, o *Lavender Languages and Linguistics*. Essa listagem de publicações indica que o campo, embora jovem, encontra-se em fase de intensa expansão.

Pode-se dizer, como fez Eckert (2012) sobre a Sociolinguística, que a LQ se divide em três ondas. Em um primeiro momento, linguistas interessadas nas relações entre linguagem e sexualidade se viram questionando os pressupostos essencialistas (gays falam assim; lésbicas falam assado etc.) e representacionais (i.e. a língua como espelho do real) da disciplina através do grande impacto epistemológico que a teoria da performatividade butleriana causou na academia estadunidense. De acordo com Butler (2003, p. 59), isso que chamamos de identidade não é nada além do que o efeito de “[...] estilizaç[ões] repetida[s] do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura altamente rígida que se cristaliza no tempo para produzir a aparência de substância, de uma classe natural de ser”. A linguagem tem papel central na produção dessas estilizações.

O exemplo que Butler nos dá é o enunciado “É uma menina!” pronunciado no momento do parto, na sala de ultrassom ou nos famigerados chás de revelação. Segundo a filósofa, esta frase, mais do que descrever uma realidade, a cria, pois a partir dela o corpo a que se refere entrará em infinitos processos que visam conformá-lo a ideais inalcançáveis de feminilidade. Note-se que essa dinâmica tem a ver também com sexualidade, pois para ser socialmente inteligível (e ter legitimidade cultural) é necessário produzir uma linha reta entre o corpo sexuado, o gênero e a orientação sexual. Ou seja, não basta ser mulher, deve-se ser também feminina e heterossexual. Vê-se aí que a teoria da performatividade abala dois pressupostos centrais da forma que comumente entende-se a relação entre linguagem, identidade e realidade. Primeiro, a identidade não deve ser vista como uma essência do indivíduo que predetermina sua forma de falar e escrever. Segundo, a língua não representa uma realidade que a antecede; o que entendemos por real é produzido no momento mesmo de sua significação.

Estudos da primeira onda da LQ se debruçavam sobre os desafios antiesencialistas e anti-representacionais lançados pela Teoria *Queer*, explorando suas possibilidades teóricas e políticas com vistas a tentar descrever, a partir de um ponto de vista linguístico, as “falhas e excessos de significação” mencionadas na citação de Sedgwick acima, aquelas que fazem com que o gênero e a sexualidade das pessoas não possam ser obrigados a ter um único significado. Constituíam, assim, tentativas de aplicar os pressupostos da Teoria *Queer* à Linguística. Exemplo disso é a coletânea *Queerly Phrased* (LIVIA; HALL, 1997) que já mencionamos.³ Os capítulos que compõem o livro partem da teoria da performatividade para examinar como identidades de gênero e sexualidade são construídas discursivamente. Ao invés de presumir que o gênero, o sexo ou a sexualidade de falantes são denotados por sua forma de usar a língua que, por sua vez, revelaria alguma verdade ulterior sobre si, os capítulos da coletânea colocam sob escrutínio as formas pelas quais recursos linguísticos dos mais diversos níveis do sistema fornecem subsídios (ou seja, signos disponíveis culturalmente) através dos quais identidades emergem em contextos reais de fala. Por conta de sua relevância para o estabelecimento da LQ, comentaremos este livro mais detalhadamente na seção seguinte.

3 Ver Livia e Hall (2010) para a tradução em português da introdução da coletânea.

Se, neste primeiro momento, a LQ pode ser entendida como a aplicação da Teoria *Queer* ao estudo da língua, a segunda onda do campo segue o caminho contrário. A tendência da Teoria *Queer* em fazer análises de fenômenos socio-culturais, a partir de uma posição pós-estruturalista, por vezes produz discussões e conceitos muito abstratos (e às vezes até universalizantes) que pouco dialogam com a vocação empírica da Linguística (ou até mesmo com a forma em que pessoas de carne e osso fazem sentido do mundo ao seu redor). Por outro lado, a desconfiança radical que o *queer* nutre por categorias identitárias encontra seu limite na vida diárias dos indivíduos que usam essas categorias como pontos de orientação para suas ações sociais e para seu entendimento de si mesmos. Linguistas *queer* perceberam essas contradições e as dificuldades que impunham ao estudo do uso de língua em contextos empíricos e, a partir de meados dos anos 2000, passaram a ter mais cautela e a evitar a aplicação automática de teorizações *queer* para entender como pessoas subvertem ou reiteram normas de gênero e sexualidade. E, com isso, a LQ passou a produzir entendimentos mais nuançados sobre a relação entre prática e identidade, sem privilegiar a primeira em detrimento da última como se faz na Teoria *Queer*. É aqui que o conceito linguístico de indexicalidade é útil.

Partindo da diferenciação que o semiólogo Charles Sanders Peirce (1977) faz do signo entre ícone, símbolo e índice, o antropólogo Michael Silverstein (1976) cunhou o conceito de indexicalidade para se referir ao processo social, histórico, cultural e político através do qual sentidos emergem. Segundo Peirce (1977), o ícone é um signo cujo significante tem semelhança física com o significado – um bom exemplo são as imagens que clicamos na tela do computador para nos levar ao programa que desejamos usar (i.e. o ícone do Word é uma página de papel). Símbolos são signos que não possuem semelhança alguma com aquilo que significam e, portanto, essa relação deve ser aprendida culturalmente – por exemplo, alfabetos e números. Já o índice, que nos interessa aqui, é um signo cuja interpretação depende de uma relação contígua com aquilo a que se refere – fumaça é sinal de fogo, a palatalização das oclusivas alveolares em certas variedades do português brasileiro nos dá indícios da origem geográfica de falantes etc. O processo semiótico da indexicalidade, então, sugere que o significado vai muito além dos níveis conotacionais e denotacionais, pois, a relação entre signo e significado não é direta, mas mediada por uma história de uso que o vincula a vários sentidos possíveis que só poderão ser determinados

contextualmente. A construção da identidade, assim, envolve a produção de *links* indexicais indiretos que vinculam determinada estrutura linguística a certo sentido social contextualmente produzido. Ou seja, a elaboração disso que chamamos de identidade não está restrita ao uso explícito de categorias como homem, mulher, gay, trans etc., mas ocorre indiretamente por meio de diversos recursos linguísticos (sons, morfemas, estruturas sintáticas etc.). Ao serem usados em uma prática discursiva específica, esses signos retomam uma história que movimenta certos arcaísmos interpretativos disponíveis socioculturalmente e lhes confere sentido no aqui e agora da enunciação.

Devido a essa situacionalidade radical, sentidos de normatividade e subversão, de reiteração e contestação emergem de ações locais e não podem ser compreendidos como anteriores ao engajamento discursivo. Como bem argumenta Hall (2013, p. 638), “[...] qualquer análise da vida social deve começar pelo reconhecimento de que o significado da prática discursiva não é fixo [...]”, nem seu *status* como normativa ou desviante, normal ou anormal. O uso fluído do gênero gramatical por travestis é um bom exemplo de como a indexicalidade funciona. Ao exigir que outras pessoas se refiram a elas com o feminino gramatical, elas não só reforçam sua identificação com a feminilidade, mas revestem a morfologia com camadas de sentido que a vinculam a respeito por sua identidade de gênero e/ou filiação política a sua causa. Contudo, a tendência em usar o masculino gramatical em contextos nos quais falam sobre suas relações familiares, por exemplo, retoma dinâmicas sociais que produzem a masculinidade como detentora de respeitabilidade. O gênero gramatical, via indexicalidade, passa a ser vinculado não só à masculinidade ou à feminilidade, mas também a outros sentidos que não estão diretamente ligados a ele.⁴

A atenção empírica à indexicalidade dá à LQ caminhos para evitar a romantização da subversão presente em muitas discussões teóricas *queer*. Tomemos como exemplo a *drag queen* que, para Butler (2003), é um exemplo paradigmático da performatividade já que em sua performance (hiper)feminina no palco há uma dissonância entre sexo (i.e. pênis), gênero (i.e. feminilidade) e desejo sexual (i.e. homossexualidade). Segundo Butler, a *drag* corporifica repetições que rompem com os contextos normativos de produção de identidades e suas convenções, explicitando os mecanismos de sua produção. Contudo, as repetições

4 Ver, nesse sentido, Borba e Ostermann (2008).

que a *drag* elabora também reiteram sentidos bastante sedimentados sobre feminilidade, masculinidade e classe. Isso é o que se vê nos estudos sociolinguísticos de Barrett (2017) sobre *drag queens* afro-americanas em um bar gay no Texas. Em seus shows, essas artistas fazem uso de recursos linguísticos convencionalmente vinculados a mulheres brancas heterossexuais de classe média (entonação, escolha lexical etc.) assim como descritos por Lakoff (2010) e os sobrepõem a formas e estruturas linguísticas associadas ao registro de fala de homens afro-americanos heterossexuais de Nova York estudados por Labov (1966) e às gírias e padrões prosódicos do grupo de gays afro-americanos do sul dos EUA. A subversão, claro, está no desencontro entre o corpo que fala e os estilos linguísticos utilizados, mostrando que categorias demográficas estanques não determinam o que/como se fala. Contudo, há manutenção de sentidos quando esses estilos são amarrados a certos contextos da performance. Por exemplo, as *drags* do estudo de Barrett (2017) tendem a utilizar itens lexicais e prosódia estereotípicos de mulheres brancas para salientar uma performance de classe média perante o público frequentador do bar, que é, predominantemente, de classe trabalhadora (assim como as próprias *performers*). Com isso, elas se diferenciam da audiência e produzem uma hierarquia com base na projeção de uma classe econômica a qual elas mesmas não pertencem. Em contextos nos quais comparam sua performance de feminilidade com mulheres, essas *drags* fazem uso de registros convencionalmente associados a homens heterossexuais e reclamam enunciados misóginos. Ou seja, sentidos paradoxais emergem localmente a partir do uso de diferentes recursos linguísticos e ilustram, empiricamente, que “as performances das *drags* não podem ser entendidas simplesmente como ‘subversivas’ ou ‘submissas’ no que tange à cultura hegemônica”. (BARRETT, 2017, p. 54) Há tanto reiteração quanto contestação de relações de poder e isso só pode ser vislumbrado se atentarmos para detalhes quase imperceptíveis da ação local.

Com base nesses preceitos, a LQ entende a identidade de gênero, sexualidade, raça etc. como fenômenos intertextuais, já que, para fazer sentido, signos usados localmente sempre reavivam conexões com práticas, relações, grupos sociais e instituições nas quais apareceram anteriormente. Atentar a esse processo semiótico mais amplo e à historicidade que ele traz para a significação nos oferece pontos de entrada empíricos para investigar a relação entre prática e identidade como mutuamente constitutivos: gênero e sexualidade (assim como qualquer outra categoria) não são meros descritores demográficos e muito menos

essências que precedem a ação social. Pelo contrário, emergem da interação entre o eu e o outro durante a qual recursos linguísticos dos diversos níveis do sistema apontam para a história de seu uso. Na seção seguinte, indicaremos textos representativos desse momento do campo.

O que a indexicalidade indica é que subversão ou assujeitamento não podem ser vistos *a priori* já que até mesmo os indivíduos mais anti-normativos estão sempre envolvidos no estabelecimento e manutenção de suas próprias normas e hierarquias. Além disso, atentar às práticas (tais como *drag*, pornografia, sadomasoquismo, *barebacking* etc.) é, necessariamente, analisar as identidades que delas emergem performativamente. Nesse sentido, Hall (2013, p. 636) argumenta que embora a Teoria *Queer* estadunidense entenda que o significado da prática esteja dado pelo discurso (ou seja, a *drag* é subversiva, o casamento gay não), a LQ “[...] procura analisar como essas práticas adquirem sentido [...]” que, ao invés de ser estático, emerge através de estilos e recursos linguísticos postos em uso. A fase atual da LQ sobrepõe os ganhos epistemológicos e analíticos dessas duas ondas no estudo de como indivíduos, em suas ações linguísticas, negociam sentidos para si e para outros vis-à-vis sistemas de normas temporal e geograficamente específicos que fornecem e ao mesmo tempo limitam o acesso a determinados recursos linguísticos para a construção local de identidades. Um exemplo desses sistemas é a cis-heteronormatividade, ou seja, dinâmicas e instituições que naturalizam não só a heterossexualidade, mas também a cisgeneridade.

Lewis (2020a, 2020b), por exemplo, mostra como pessoas narram suas experiências sexuais com dildos, o que resulta em mudanças em sua maneira de perceber sua identidade de gênero e/ou sexualidade e também na maneira como essas identidades são percebidas por outres. Em um dos casos que a autora examina, uma mulher questiona sua identificação como lésbica devido ao fato de sua esposa penetrá-la com um dildo nas relações sexuais, o que faz com que ela entenda sua esposa como “masculinizada”. Em outro, uma mulher lésbica se pergunta se sua namorada bissexual não é, na verdade, heterossexual devido à namorada ter expressado interesse em ser penetrada com um dildo. Em outro caso ainda, uma mulher penetra seu marido com um dildo, e depois os dois questionam sua heterossexualidade. Em suas narrativas, as participantes da pesquisa de Lewis fazem questionamentos e negociações identitárias que salientam as limitações dos esquemas de inteligibilidade disponíveis. No sistema

cis-heteronormativo, um dildo é visto como um “substituto” para um pênis (ao invés de uma tecnologia de prazer ou algo que possa suscitar um desejo específico para certa prática sexual); o pênis é associado exclusivamente aos homens cis; e os homens são associados à ideia do papel “ativo” ou de penetrador nas relações sexuais – ou seja, uma cadeia discursiva que acaba limitando o desejo e as práticas sexuais a um campo de sentidos bastante estrito, o que causa dúvidas e, no limite, sofrimento. Nessa rede de sentidos estáticos, um homem heterossexual que deseja ser penetrado é ininteligível e, portanto, percebido como homossexual, da mesma maneira que uma lésbica que deseja penetrar é percebida como masculina. A pesquisa de Lewis revela como uma “mesma” prática sexual – a penetração com dildos – têm efeitos discursivos variados dependendo da situação e das pessoas envolvidas, e como diversas negociações de sentido são necessárias para criar novas inteligibilidades dentro do sistema cis-heteronormativo.

A cis-heteronormatividade, contudo, não é o único sistema de regulações disponível. Também podemos falar de homonormatividade, que se refere a dinâmicas sócio-político-econômicas que privilegiam apenas uma forma de ser gay ou lésbica em detrimento de outras. Duggan (2003, p. 50) explica que a homonormatividade é produto da cooptação neoliberal de formas de viver a homossexualidade que “[...] não contestam pressupostos e instituições heteronormativas, mas as mantêm e as sustentam [...]” o que produz “uma cultura gay despolitizada e baseada na domesticidade e no consumo”.⁵ A linguagem é central nesse processo, como mostra a pesquisa de Milani (2013) sobre o *site* sul-africano Meetmarket, uma plataforma para homens que procuram relacionamentos com outros homens. O autor utiliza a Linguística de *corpus* para analisar quantitativamente o que identifica como a “economia libidinal” que marca a experiência de homens gays no pós-apartheid. O foco em listas de palavras e linhas de concordância geradas a partir de 4.738 perfis sugere que os usuários desse *site* valorizam certas identidades em detrimento de outras, movimentando a homonormatividade através das escolhas lexicais.

Como mostra Milani (2013), o uso frequente do descritor *straight acting* (i.e. com jeito de homem heterossexual) como referência ao tipo de parceiro que

5 Saliente-se que a homonormatividade também privilegia a cisgeneridade. Aqui, contudo, optamos em manter o conceito com a grafia proposta por Duggan (2003).

os usuários desejam mostra que há uma hierarquia libidinal na qual a masculinidade hegemônica encontra-se no topo em detrimento de gays afeminados. (BONFANTE, 2016) Os dados de Milani indicam que raça também comparece na produção dessa hierarquia. Descritores raciais como “branco” e “negro” são muito frequentes e são usados de forma a delimitar geografias do desejo circunscritas pela cor da pele. Essas escolhas lexicais fazem ver como a homonormatividade tem efeitos concretos: gays brancos masculinos de classe média, ao se aproximarem desse ideal normativo, estão no topo dessa hierarquia libidinal ao passo que gays negros afeminados são seu contraponto. A pesquisa de Milani mostra como uma análise linguística *queer* pode dar uma visão mais nuançada dos regimes de significação presentes em uma sociedade em dado momento histórico. Na África do Sul pós-apartheid, todos os homens são iguais, mas alguns são mais iguais que outros... e a LQ pode mostrar como essa dinâmica se dá através de métodos quantitativos e qualitativos.

Em resumo, as três ondas da LQ são identificadas pelo seu foco de atenção analítico: performatividade, indexicalidade e normatividade. Note-se, contudo, que esses são somente diferentes pontos do desenvolvimento do campo que, hoje em dia, se complementam. A indexicalidade é um fenômeno performativo por excelência (BARRETT, 2017) e através dela normatividades são produzidas ou contestadas no momento mesmo da produção linguística, como mostram as pesquisas que discutimos acima. Se a aproximação da Teoria *Queer* à Linguística nos leva a rever seus ditames essencialistas e representacionais, a aproximação da Linguística à Teoria *Queer* nos faz evitar abstrações generalizantes que pouco dizem sobre a vida diária das pessoas.

Até agora nos esforçamos em fazer uma historicização da LQ desde seu surgimento em 1997. Seguindo o exemplo de Eckert (2012), caracterizamos o desenvolvimento do campo em três ondas. Para tanto, privilegiamos estudos paradigmáticos de cada um desses momentos. A história que contamos da LQ é intimamente ligada a contextos geopolíticos do Norte Global (especialmente Estados Unidos e Europa), mas isso não significa que o campo esteja restrito a eles. Há, de fato, outras narrativas a serem contadas. E o Brasil tem cada vez mais contribuído para expansão da LQ por outras bandas na quais o campo se adapta e se transforma ao gosto do cenário sóciopolítico e institucional local.

Por aqui, a primeira discussão sistemática sobre LQ foi feita por Rodrigo Borba em um artigo de 2006. (BORBA, 2015 [2006]) A partir da publicação

desse texto, alguns trabalhos que se engajam com as propostas da LQ foram desenvolvidos e incluem dissertações (BARBOZA, 2018; GONZALEZ, 2017; LEWIS, 2012), teses (LEWIS, 2016; ROCHA, 2013; SANTOS FILHO, 2012), artigos, capítulos (BORBA, 2009, 2014; LEWIS, 2018; SANTOS FILHO, 2017) e livros (BORBA, 2020; SANTOS FILHO, 2020). Ainda outros textos discutem as relações entre linguagem, gênero e sexualidade a partir de uma abordagem *queer* (ver, por exemplo, MOITA LOPES, 2006; FABRÍCIO; LOPES, 2008; LOPES; FABRÍCIO, 2013) sem, contudo, se vincular explicitamente à LQ. Hoje podemos falar em Linguística *Queer* por conta do trabalho pioneiro de Luiz Paulo da Moita Lopes que vem influenciando uma nova geração de linguistas aplicadas e analistas do discurso a traçar outros caminhos e a desaprender epistemologias modernistas guiadas por dicotomias que pouco dizem sobre as distensões e contorções que falantes executam em sua vida diária.

O ESSENCIAL SOBRE LINGUÍSTICA *QUEER/QUIR*

LIVIA, Anna; HALL, Kira. (org.). *Queerly phrased: language, gender and sexuality*. Oxford, UK: Oxford University Press, 1997.

A coletânea considerada responsável pela inauguração do campo da LQ, *Queerly Phrased* é composta por 25 capítulos que examinam como as identidades de gênero e sexualidade são construídas discursivamente, partindo da teoria da performatividade de gênero de Butler. Os capítulos de sua primeira seção, “lexicalidade liminar”, discutem os itens lexicais que são cultural e ideologicamente significativos na denotação de identidades sexuais vistas como “alternativas”. Aqueles da segunda seção, “fala *queer*”, discutem as estratégias discursivas da fala de gays e lésbicas ao mesmo tempo que desconstrói a ideia essencialista de “traços homossexuais” na fala. O foco dos capítulos da terceira e última seção, “manipulação do gênero linguístico”, é como o sistema linguístico-gramatical de gênero é usado, manipulado e desestabilizado por sujeitos que não se encaixam nitidamente no binário de gênero social. O livro é paradigmático no uso que faz da teoria da performatividade para entender diversos fenômenos linguísticos e discursivos que desafiam entendimentos essencialistas da identidade e visões representacionais da língua. Desde a publicação deste livro, a LQ se ampliou e

vem preenchendo lacunas teórico-metodológicas que o grupo de linguistas reunidos aqui deixou em aberto. Embora a coletânea inteira seja disponível somente em língua inglesa, seu primeiro capítulo – a apresentação escrita por Anna Livia e Kira Hall – foi traduzido para o português sob o título “É uma menina!”: a volta da performatividade à linguística”. (LIVIA; HALL, 2010)

MOTSCHENBACHER, Heiko; STEGU, Martin (org.). Volume especial “Queer Linguistic Approaches do Discourse”. *Discourse and Society*, [s. l.], v. 24, n. 5, Sept. 2013.

Este volume especial do periódico *Discourse and Society* abre com uma apresentação dos organizadores que discutem os fundamentos teóricos da conexão entre estudos do discurso e Teoria *Queer* dentro do campo da Linguística *Queer*. A seguir, é composto por cinco artigos com diversas abordagens, desde a Análise do Discurso, à Linguística do *corpus*, a abordagens etnográficas. Frisando a importância de olhar criticamente para todo tipo de normatividade, os primeiros artigos olham para construções de heterossexualidades em diferentes países ou discutem construções identitárias (não-) normativas em textos de lésbicas. Há, ainda, artigos que focam em práticas discursivas não heteronormativas em contextos diversos: aplicativos de encontros e as coletivas de imprensa da competição *Eurovision Song Contest*. O volume especial se encerra com dois comentários escritos por linguistas renomeadas na área de linguagem e sexualidade, Kira Hall e William L. Leap. As forças do volume especial incluem o objetivo de olhar para diversos tipos de normatividades, não deixando a heterossexualidade escapar de sua lente analítica, e a inclusão de artigos nos quais contextos transnacionais de comunicação têm um papel importante.

BORBA, Rodrigo. Linguística *Queer*: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. *Revista Entrelinhas*, São Leopoldo, v. 9, n. 1, p. 91-107, jan./jun. 2015 [2006].

A primeira publicação brasileira sobre a Linguística *Queer*, este artigo foi publicado originalmente em 2006 e revisitado e atualizado pelo autor quase dez anos depois, em 2015. Apresenta para o contexto brasileiro os principais conceitos da LQ, uma área ainda incipiente na época, e continua servindo como uma excelente introdução. Após uma nova apresentação que comenta as mudanças

e novos rumos na área desde a data original de publicação, o artigo apresenta a Teoria *Queer* e sua relação com a Linguística *Queer*, uma breve história do surgimento da LQ, e uma explicação da relação entre linguagem e sexualidade na visão da LQ. Sua ênfase nessa relação e na perspectiva não essencialista da área é resumida, didaticamente, na frase seguinte: “não falamos A, B ou C por que somos X, Y, Z; mas nos constituímos como X, Y ou Z ao falar A, B ou C”. (BORBA, 2015, p. 102) O artigo também elucida como a LQ vê a linguagem como um meio de circulação de ideologias, produção de práticas sociais e construção de identidades, e conecta esses diversos componentes numa discussão de como identidades sexuais são construídas e negociadas perante ideologias cis-heteronormativas. Por ser a primeira publicação brasileira sobre a LQ e apresentar de uma maneira simultaneamente profunda e didática os conceitos para nosso contexto, este artigo é leitura obrigatória para pessoas que estão começando a se interessar pela LQ.

LEVON, Erez. Conflicted selves: Language, sexuality and religion in Israel. In: LEVON, Erez; MENDES, Ronald Beline (org.). *Language, Sexuality, and Power: studies in Intersectional Sociolinguistics*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2016. p. 215-239.

Partindo do pressuposto sociolinguístico de que as subjetividades resultam da intersecção de identificações, várias das quais podem estar em ou entrar em conflito, o capítulo discute, a partir de uma perspectiva sociofonética, como esses conflitos são materializados na linguagem. O autor investiga uma entrevista com um judeu ortodoxo israelense e a forma como ele fala sobre suas relações afetivo-sexuais com sua esposa e com parceiros homens que mantém fora do seu casamento. O foco recai sobre o uso que o entrevistado faz de “creaky voice” (ou seja, de qualidade gutural decorrente de um processo de laringalização) durante a entrevista. A partir de uma análise quantitativa e qualitativa, o capítulo argumenta que o entrevistado usa a “creaky voice” como uma maneira de negociar o conflito entre suas identificações religiosas e sexuais. A leitura é interessante pois é um exemplo de como é possível fazer pesquisas em ramos considerados mais “duros” da Linguística, como a Fonética, em conjugação com uma perspectiva *queer*.

ZIMMAN, Lal. Gender as stylistic bricolage: Transmasculine voices and the relationship between fundamental frequency and /s/. *Language in Society*, [s. l.], v. 46, n. 3, p. 339-370, June 2017.

O artigo faz uma crítica à ausência de estudos sobre fenômenos fonéticos e fonológicos através dos quais a construção de vozes generificadas se dá e chama a atenção para importância da voz de pessoas trans. O autor argumenta que diferenças generificadas na voz, inclusive aquelas influenciadas pela fisiologia, não devem ser entendidas como propriedades estáticas, mas como elementos de estilo sociolinguístico. Observando que pessoas trans desafiam sistemas rígidos de categorização de vozes como femininas ou masculinas, o autor investiga como o processo de transição de gênero através de terapia hormonal entre homens trans e transmasculinos influencia os significados generificados atribuídos à frequência fundamental e a pronúncia do fonema /s/. A análise mostra que o gênero de uma voz é uma questão complexa que envolve um agrupamento de características situadas. A análise de aspectos de produção da fala a partir de perspectivas sociofonéticas é ainda um campo a ser explorado na LQ brasileira. Os trabalhos de Levon e Zimman demonstram que a LQ não se dedica somente a questões semânticas, pragmáticas ou discursivas. Um posicionamento teórico *queer* pode também trazer contribuições importantes para áreas como a Fonética e a Fonologia.

LEWIS, Elizabeth Sara. Do “léxico gay” à Linguística *Queer*: desestabilizando a norma homossexual oculta nas Teorias *Queer*. *Revista Estudos Linguísticos*, São Paulo, n. 47, v. 3, p. 675-690, 2018.

Versão ampliada de uma palestra dada no 65º Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, o artigo oferece não somente uma introdução à Teoria *Queer* e à LQ, mas algumas críticas a essas áreas de estudo. Também comenta dois estudos de caso que exemplificam caminhos possíveis para preencher certas lacunas. Propõe que os Estudos *Queer* dão muita ênfase aos homens gays, assim não realizando seu potencial de desconstruir e desnaturalizar as categorias de gênero e sexualidade, e discute se a LQ sofre ou não desse mesmo problema. Após uma revisão da literatura, chega à conclusão que a LQ tem prestado maior atenção às performances discursivas de lésbicas do que

os Estudos *Queer* em geral, mas que ainda poderia explorar mais performances de outras “orientações” sexuais e performances discursivas relacionadas a práticas sexuais que desestabilizam o binário heterossexual/homossexual. Por sua revisão da literatura, visão crítica da área e uso de estudos de caso para exemplificar as propostas, é um texto importante para quem já fez algumas leituras introdutórias sobre a LQ e busca começar a se aprofundar.

HALL, Kira; LEVON, Erez; MILANI, Tommaso (org.). Volume especial “Navigating Normativities: Gender and Sexuality in Text and Talk”. *Language in Society*, [s. l.], v. 48, n. 4, Sept. 2019.

Este volume especial discute o papel da normatividade e da anti-normatividade em pesquisas sobre linguagem, gênero e sexualidade e propõe que a Sociolinguística pode fazer grandes contribuições para os debates críticos sobre a Teoria *Queer* nos estudos culturais. Na apresentação, os organizadores apresentam algumas críticas à Teoria *Queer*, em particular, que seu posicionamento anti-normativo acabou se tornando uma marca normativa – ou seja, que ser anti-norma é uma norma na Teoria *Queer*. Propõem adotar uma perspectiva escalar para considerar as múltiplas normatividades, que muitas vezes “competem” entre si, que estão disponíveis para os sujeitos como repertórios para suas construções identitárias e outras práticas discursivas. Os seis artigos discutem a relação dialética entre normatividade e anti-normatividade e como normas e anti-normas são colocadas em uso e/ou contestadas por meio de práticas discursivas específicas. Suas abordagens variam, desde métodos qualitativos, a uma abordagem híbrida envolvendo Análise do Discurso e Linguística do *corpus*, à Análise da Conversa. Os contextos e temas estudados também são variados, desde a Índia, a Arizona, EUA, a Israel, e desde o uso do humor para se mostrar “moderno”, a críticas ao homonacionalismo, às discussões em um fórum *on-line* para homens heterossexuais que sofrem de uma forma de transtorno obsessivo-compulsivo no qual temem ameaças a sua identificação enquanto heterossexuais. O volume especial mostra como um foco empírico à dimensão linguística de nossas práticas sociais pode dar maior nuance a conceitos da Teoria *Queer* e sua maneira de olhar a relação entre norma(tividade) e anti-norma(tividade).

BORBA, Rodrigo (org.). *Discursos transviados: por uma Linguística Queer*. São Paulo: Cortez, 2020.

A primeira coletânea sobre a LQ publicada no Brasil tem 12 capítulos que discutem o papel da linguagem na (des)legitimação das mais variadas formas de vivenciar o gênero e a sexualidade em diversos contextos de ação tais como redes sociais, o espaço do banheiro público, a sala de aula, a mídia, a religião dentre outros. Mostram que o estudo de práticas discursivas a partir de uma perspectiva *queer* traz ganhos de diversos tipos – epistemológicos, metodológicos, políticos – para diversos campos como, por exemplo, a Linguística Aplicada, a Análise da Conversa, a Linguística do texto, a Morfologia, os letramentos, a Antropologia Linguística e a Análise do Discurso. Além de trazer novos *insights* sobre linguagem, gênero e sexualidade, esses ganhos também podem nos ajudar a repensar não somente o lugar do linguístico no social, mas também do social no linguístico. Também nos proporcionam mais possibilidades de produzir pesquisas politicamente responsivas às demandas de um mundo que ainda precisa aprender a lidar com a diferença. Sua leitura contribui para demonstrar as ricas e criativas contribuições de pesquisadores brasileiros para o campo da LQ, até agora dominado por publicações em inglês.

MELO, Iran Ferreira de; SILVA, Danillo da Conceição Pereira da (org.). Dossiê temático “Perspectivas *queer* nos estudos da linguagem”. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, DF, v. 21, n. 2, 2020.

O dossiê temático reúne trabalhos de pesquisadores de diversas áreas, incluindo a Linguística Aplicada, Antropologia, Filosofia, Educação e Estudos de Gênero, objetivando contribuir para uma perspectiva indisciplinar na LQ ou no que os organizadores chamam de uma “mirada *queer* nos estudos linguísticos”. Os artigos olham para como usos situados da linguagem podem reiterar ou desestabilizar normas que marginalizam certos corpos e performances de subjetividades, procurando desafiar associações binárias e coloniais. Suas discussões teóricas giram em torno de abordagens transfeministas, decoloniais e interseccionais. Os artigos olham para uma diversidade de casos tais como performances de branquitude em vídeos, a retórica e tentativas de censura dos movimentos “antigênero”, preconceitos contra lésbicas “caminhoneiras” em

anúncios pessoais, entre outros. De forma inovadora, o dossiê aproxima a LQ de perspectivas interseccionais, anti-coloniais, transfeministas e antirracistas.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. *Linguística Queer*. Recife: Pipa, 2020.

O livro mostra como a LQ pode contribuir para problematizar as diversas normatividades de gênero e sexualidade que são reproduzidas nas nossas práticas sociais. Além de uma contextualização histórica da emergência da LQ e seu papel nas práticas de ressignificação, discute vários conceitos-base da área, como a performatividade e aspectos linguístico-discursivos dos gêneros e sexualidades na cultura heteronormativa. O foco analítico dos capítulos recai sobre a representação de gêneros e sexualidades na mídia brasileira, descrevendo lutas discursivas e processos de significação. Propõe a aproximação da LQ à teoria bakhtiniana da enunciação.

REFERÊNCIAS

- BARBOZA, R. *Sentidos e(m) movimento: a construção discursiva de espaços e identidades pelos grafitos de banheiro*. 2018. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- BARRETT, R. Seria a teoria *queer* importante para a teoria sociolinguística? Tradução de E. Espíndola. In: BORBA, R. (org.). *Discursos Transviados: por uma Linguística Queer*. São Paulo: Cortez, 2020. p. 47-65.
- BARRETT, R. *From drag queens to leathermen: Language, gender and gay male subcultures*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- BONFANTE, G. M. *Erótica dos signos nos aplicativos de pegação: performances íntimo-espetaculares de si*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2016.
- BORBA, R. Discurso e (trans)identidades: interação, intersubjetividade e acesso à prevenção de DST/Aids entre travestis. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 441-473, 2009.
- BORBA, R. (org.). *Discursos Transviados: por uma Linguística Queer*. São Paulo: Cortez, 2020.
- BORBA, R. A linguagem importa? Performance, performatividade e peregrinações conceituais. *Cadernos Pagu*, São Paulo, v. 43, p. 441-474, jul./dez. 2014.
- BORBA, R. Linguística Queer: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. *Revista Entrelinhas*, São Leopoldo, v. 9, n. 1, p. 91-107, jan./jun. 2015.

- BORBA, R.; OSTERMANN, A. Gênero ilimitado: a construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramatical. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 409-432, 2008.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução de R. Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990].
- CAMERON, D.; KULICK, D. *Language and sexuality*. Cambridge, CA: Cambridge University Press, 2003.
- CAMPAGNOLI, M. A. Cuirizar los Derechos Sexuales. In: LEWIS, E. S.; BORBA, R.; FABRÍCIO, B. F.; PINTO, D. S. (org.). *Queering Paradigms IVa: Insurgências queer ao Sul do equador*. Oxford, UK: Peter Lang, 2017. p. 111-133.
- CAMPBELL-KIBLER, K.; PODESVA, R.; WONG, A. (org.). *Language and sexuality: contesting meaning in theory and practice*. Stanford: CSLI Press, 2002.
- CHESEBRO, J. W. *Gayspeak: gay male and lesbian communication*. New York: Pilgrim Press, 1981.
- CORY, D. W.; LEROY, J. P. A lexicon of homosexual slang. In: CORY, D. W.; LEROY, J. P. *The homosexual and his society: a view from within*. New York: Citadel Press, 1963.
- DE LAURETIS, T. Queer Theory: lesbian and gay sexualities. An introduction. *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*, Durham, NC, v. 3, n. 2, p. 3-16, Summer 1991.
- DUGGAN, L. *The twilight of equality? Neoliberalism, cultural politics, and the attack on Democracy*. Boston: Beacon Press, 2003.
- ECKERT, P. Three waves of variation studies: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. *Annual Review of Anthropology*, San Mateo, v. 41, p. 87-100, 2012.
- FABRÍCIO, B. F.; LOPES, L. P. da M. "A guerra dos carneiros gays": a (re)construção do fantasma da eugenia sexual no discurso midiático. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 22, p. 64-84, jan./jun. 2008.
- FARRELL, R. A. The Argot of the Homosexual Subculture. *Anthropological Linguistics*, Bloomington, IN, v. 14, n. 3, p. 97-109, 1972.
- GONZALEZ, C. *Foto-grafia e seu valor icônico e perlocucionário: o caso Verônica Bolina e a 'monstrualização' semiótico-discursiva de performances de gênero não-hegemônicas em narrativas noticiosas*. 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- HALL, K. Intertextual sexuality: Parodies of class, identity and desire in liminal Delhi. *Journal of Linguistic Anthropology*, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 125-144, 2005.
- HALL, K. Middle class timelines: Ethnic humor and sexual modernity in Delhi. *Language in Society*, Boulder, v. 48, n. 4, p. 491-517, 2019.
- HALL, K. Commentary I: "It's a hijra!" Queer linguistics revisited. *Discourse & Society*, [s. l.], v. 24, n. 5, p. 634-642, Sept. 2013.
- HALL, K.; BARRETT, R. *The Oxford Handbook of Language and Sexuality*. Oxford: Oxford University Press, 2021.

HALPERIN, D. *Saint Foucault: towards a Gay hagiography*. New York: Oxford University Press, 1995.

LABOV, W. *The social stratification of English in New York City*. Cambridge, CA: Cambridge University Press, 1966.

LAKOFF, R. Linguagem e lugar da mulher. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (org.). *Linguagem. Gênero. Sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola, 2010. p. 13-30.

LAU, H. Pensando fora do sistema: uma reflexão sobre linguagem não-binária. *Uniletras*, Ponta Grossa, v. 41, n. 1, p. 262-282, jul./dez. 2019.

LEAP, W. *Beyond the Lavender Lexicon: authenticity, imagination, and appropriation in Lesbian and Gay Languages*. Buffalo, NY: Gordon and Breach, 1994.

LEWIS, E. S. “Acho que isso foi bastante macho pra ela”: Reforço e subversão de ideologias heteronormativas em performances narrativas digitais de praticantes de pegging. 2016. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

LEWIS, E. S. Discursos, dildos e a produção de sujeitos. In: BORBA, R. (org.). *Discursos transviados: por uma Linguística Queer*. São Paulo: Cortez, 2020a. p. 347-373.

LEWIS, E. S. Do “léxico gay” à Linguística Queer: desestabilizando a norma homossexual oculta nas Teorias Queer. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 675-690, 2018.

LEWIS, E. S. *Não é uma fase: construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais*. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

LEWIS, E. S. Por uma Linguística Cu(-ir). *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, DF, v. 21, n. 2, p. 327-349, 2020b.

LIVIA, A.; HALL, K. (org.). *Queerly Phrased: Language, Gender and Sexuality*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

LIVIA, A.; HALL, K. “É uma menina!” A volta da performatividade à linguística. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (org.). *Linguagem. Gênero. Sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola, 2010. p. 109-128.

LOPES, L. P. da M.; FABRÍCIO, B. F. Desestabilizações queer na sala de aula: táticas de guerrilha e a compreensão da natureza discursiva dos gêneros e sexualidades. In: PINTO, J.; FABRÍCIO, B. F. (org.). *Exclusão social e microresistências: a centralidade das práticas discursivo-identitárias*. Goiânia: Cãnone, 2013. p. 281-299.

LOPES, L. P. da M. “Falta homem até pra homem”: A construção da masculinidade hegemônica no discurso midiático. In: HEBERLE, V.; OSTERMANN, A. C.; FIGUEIREDO, D. C. (org.). *Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. p. 131-157.

LUMBY, M. Code switching and sexual orientation: a test of Bernstein's Sociolinguistic Theory. *Journal of Homosexuality*, [s. l.], v. 1, n. 4, p. 383-399, Summer 1976.

- MATEBENI, Z. Perspectivas do sul sobre relações de gênero e sexualidades: uma intervenção *queer*. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 60, n. 3, p. 26-44, 2017.
- MILANI, T. Are “queers” really queer? Language, identity and same-sex desire in a South African online community. *Discourse and Society*, [s. l.], v. 24, n. 5, p. 615-633, 2013.
- MILANI, T.; LEVON, E. Israel as homotopia: Language, space, and vicious belonging. *Language in Society*, [s. l.], v. 48, n. 3, p. 607-628, 2019.
- MOONWOMON, B. Toward a Study of Lesbian Speech. In: BERKELEY WOMEN AND LANGUAGE CONFERENCE, 1985, Berkeley. *Proceedings [...]*. Berkeley: University of California, 1986. p. 96-107.
- MOTSCHENBACHER, H. “Now everybody can wear a skirt”: linguistic construction of non-heteronormativity at the Eurovision song contest press conferences. *Discourse and Society*, [s. l.], v. 24, n. 5, p. 590-614, 2013.
- MURRAY, S. O. The art of gay insulting. *Anthropological Linguistics*, Bloomington, IN, v. 21, n. 5, p. 211-223, 1979.
- PENELOPE, J. Homosexual slang. *American Speech*, Durham, NC, v. 45, n. 1-2, p. 45-59, Spring/Summer 1970.
- PEREIRA, P. P. *Queer* decolonial: quando as teorias viajam. *Contemporânea*, São Carlos, SP, v. 5, p. 411-437, jul./dez. 2015.
- PIERCE, C. S. *Semiotics and Signifys*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 1977.
- ROCHA, L. *Teoria queer e a sala de aula de inglês na escola pública: performatividade, indexicalidade e estilização*. 2013. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- RODGERS, B. The queens’ vernacular: a gay lexicon. San Francisco: Straight Arrow Books, 1972.
- SANTOS FILHO, I. I. *A construção discursiva de masculinidades bissexuais: um estudo em linguística queer*. 2012. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- SANTOS FILHO, I. I. Linguística *queer*: na luta discursiva, como/sobre prática de resignificação. In: SILVA, D.; MELO, I.; CASTRO, L. (org.). *Dissidências sexuais e de gênero nos estudos de discurso*. Aracaju: Criação, 2017. p. 153-184.
- SANTOS FILHO, I. I. *Linguística Queer*. Recife: Pipa, 2020.
- SAUNTON, H. The contributions of Queer Theory to gender and Language Research. In: HARRINGTON, K.; LITOSSELITI, L.; SAUNTON, H.; SUNDERLAND, J. (org.). *Gender and Language Research Methodologies*. Hampshire/Nova York: Palgrave MacMillan, 2008. p. 271-282.
- SEDGWICK, E. K. *Tendencies*. Durham, NC: Duke University Press, 1993.
- SILVERSTEIN, M. Shifters, linguistic categories and cultural description. In: BASSO, K.; SELBY, H. (org.). *Meaning in Anthropology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1976. p. 11-55.

THE LAVENDER Lexicon: dictionary of Gay Words and Phrases. San Francisco: Strait and Associates, 1964.

WEBBINK, P. Nonverbal behavior and Lesbian/Gay orientation. *In: MAYO, C.; HENLEY, N. (org.). Gender and Non-verbal Behavior.* New York: Springer, 1981. p. 253-259.

ZIMMAN, L.; DAVIS, J.; RACLAW, J. *Queer excursions: retheorizing binaries in language, gender and sexuality research.* Oxford: Oxford University Press, 2014.

LINGUÍSTICA APLICADA, PRODUÇÃO DE SABERES E PRÁTICAS DE LINGUAGEM DESDE O SUL GLOBAL

LÍVIA BAPTISTA

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DA LINGUÍSTICA APLICADA E DE SEUS DESDOBRAMENTOS NO BRASIL

O surgimento e a consolidação da Linguística Aplicada (LA), no contexto brasileiro¹ em particular, constituem uma trajetória marcada, de um lado, pela existência e coexistência de diferentes formas de compreensão sobre o campo, seu objeto e sua relação com outras áreas de conhecimento e, de outro, pela afirmação de determinados *locus* de enunciação, como detalho ao longo deste texto. Tal movimento implica um constante repensar dos fundamentos, metodologias, diálogos epistemológicos, visões de pesquisa e do pesquisador(a) e, igualmente, do seu fazer no campo aplicado. Desse modo, é preciso considerar

1 De acordo com Tomaselli e Lucena (2015, p. 5): “A área ganhou relevante espaço no Brasil no final da década de 1960, especialmente a partir do trabalho de Maria Antonieta Celani que, em 1971, instituiu o primeiro Programa de Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas na PUC-SP. Poucos anos antes, em 1964, acontecia o primeiro Congresso da Associação Internacional de Linguística Aplicada (AILA), o que evidencia o dinamismo do trabalho de Celani para que, tão logo os estudos da LA conquistassem maiores contornos internacionalmente, estivessem também fazendo parte nesse meio, os estudos realizados em contexto brasileiro (MOITA LOPES, 2013a, p. 15)”.

alguns deslocamentos relevantes visto que levaram a mudanças sensíveis quanto à definição da LA, suas principais preocupações e, ainda, quanto à sua relação com o mundo social. Neste sentido, Amorim (2017, p. 5), ao apresentar um histórico da LA, menciona o foco inicial de aplicação da linguística ao ensino de línguas, seguido dos questionamentos a respeito da possibilidade dessa aplicação e da adoção de políticas interdisciplinares à ampliação para contextos não escolares até a afirmação da LA como um campo de atuação independente dos conhecimentos produzidos no interior da Linguística como ciência-mãe. Para esse autor, os “linguistas aplicados foram os responsáveis, dessa forma, por (re)descrever constantemente o campo de pesquisas, os referenciais teóricos adotados e os aparatos metodológicos elencados para um fazer aplicado na área da LA”. Imbricam-se, assim, a maneira como se entende a LA e como nesse campo se posicionam enquanto pesquisador(a), e, portanto, a relação entre o que se entende por pesquisa não se dissocia do que se entende ou se espera do pesquisador(a) e do alcance de sua prática investigativa.

Ao referir-se aos caminhos teórico-metodológicos, Amorim (2017, p. 4) observa que a LA, ao longo do tempo, desde o seu surgimento na década de 1940, passou por várias “reformulações” e “(re)escrituras”, de modo que emergiram novos questionamentos que promoveram sua consolidação como área independente de produção de conhecimento. Dessa forma, as implicações decorrentes da relação existente entre produção de conhecimento, contextos e sujeitos, a compreensão de como se dá a dinâmica desses processos e a relação entre os distintos sujeitos que dele participam, não podem ser desvinculados de uma complexa tessitura social, histórica, cultural e política que orienta e condiciona o considerado válido como saber e como conhecimento produzido. Discorro, portanto, a seguir sobre esse ponto.

A LA surge no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), no qual emerge como *disciplina* de estudos, motivada por duas razões centrais: a necessidade de estabelecer uma comunicação eficaz entre falantes de línguas distintas fossem aliados ou não e a profusão de questionamentos quanto à eficiência do método gramática-tradução no ensino de línguas, voltado fundamentalmente para o desenvolvimento da habilidade da leitura, com foco nas regras gramaticais e na tradução de listas de palavras como suporte para a interpretação de textos. Nesse momento, que compreende a segunda guerra mundial e o período imediato que lhe segue do pós-guerra, a LA é considerada um *enfoque científico*

para o ensino de línguas, direcionado, sobretudo, pelos olhares e interesses dos Estados Unidos e da Inglaterra. Com tal finalidade, pretendia-se proporcionar soluções científicas para os problemas relacionados ao ensino de línguas; daí a denominação Linguística Aplicada ao ensino de línguas que, aliás, até hoje ainda persiste em muitos espaços acadêmicos. Nesta direção, Rajagopalan (2010, p. 14) chama a atenção para a não linearidade histórica, uma vez que, de forma geral, ao falarmos de ciência pensamos somente nas ideias que a constituem, como se essas existissem e circulassem de maneira independente dos sujeitos que estão por detrás dessas que, como acentua o autor, são seres humanos “situados histórica, social, geográfica e culturalmente”. Sendo assim, para esse autor

O primeiro degrau é dizer que a Linguística Aplicada só poderia ter nascido no mundo anglófono. Por que? Na II Grande Guerra, Inglaterra estava de joelhos, enquanto Estados Unidos planificava o seu lado de grande potência, quando percebeu o potencial de expandir a língua inglesa pelo ensino, devido o instante histórico necessitar da aprendizagem de línguas diferentes, por exemplo, ensinar soldados estacionados no Japão. Nesse período, Linguística Aplicada nada tinha a ver com linguística nem com aplicação, referia-se a estudos da linguagem. (RAJAGOPALAN, 2010, p. 14)

Como vimos, o surgimento da LA se associa fortemente ao ensino e à expansão do inglês e se insere em um projeto orientado para a “exportação” dessa língua como manifestação de poder. Moita Lopes (2009a, p. 13), por sua vez, situa como sendo o ano de 1957 o do início da LA na Inglaterra e se refere à “[...] fundação do Departamento de Linguística Aplicada de Edinburg (TUCKER, s/d), de onde saíram Pit Corder, Widdowson e Davies [...]”, que, segundo o autor, são provavelmente três dos maiores linguistas aplicados da época, cuja influência ainda persiste. Já Rajagopalan (2010, p. 15) observa que esse movimento de expansão da língua inglesa indica que a LA da década de 1970 tinha uma visão “profundamente imperialista”, pois “o hemisfério norte produzia, e nós do sul, os cucarachos, consumíamos”. Em outras palavras, era “nortecentrada”.

Nesses primórdios, a LA é vista como *aplicadora de teorias* da Linguística ao ensino de línguas e se aproxima da Psicologia behaviorista e do Estruturalismo linguístico. Como notam Rodrigues e Cerutti-Rizzatti (2011, p. 17), na primeira metade do século XX predominam estudos formalistas, sobretudo com base

em Saussure, enquanto na segunda ganham relevância os estudos formalistas com base gerativista. Para as autoras, a LA surgiu e se consolidou na mesma época em que o pensamento de Chomsky se difundia após décadas de herança saussuriana. Dessa forma, argumentam que naquele momento se tornou difícil compreender a linguagem em uso em situações reais de interação a partir de outros olhares, pois tal não era o foco dos estudos *saussurianos* e *chomskyanos* vigentes no momento. Nesse panorama, a LA passa a ser entendida como *aplicadora de teorias* e, por extensão, interessava a quem pesquisava direcionar o conhecimento linguístico a algum objeto, colocando em uso teorias previamente dadas; daí, por exemplo, a ideia de *aplicabilidade* das teorias produzidas e do linguista aplicado como *consumidor ou usuário de teorias*, já que esse a partir do estudo da língua e da Linguística deveria resolver problemas práticos de uso da linguagem.

Opondo-se a essa *visão habitual* ou *tradicional* da LA, ou seja, a de mera aplicadora de teorias e a do linguista aplicado como consumidor ou usuário de teorias, temos uma *visão emancipadora* que implica uma ressignificação da LA como campo produtor de teorias e de conhecimento, do seu objeto e do fazer do linguista aplicado comprometido ética e politicamente com a relevância e o alcance da pesquisa em termos sociais e humanos.

Cabe mencionar algumas importantes mudanças ao longo dos anos na forma de entender a LA que abarcam desde uma visão estritamente orientada pela ideia de fragmentação e especialização de saberes, com a LA tributária da Linguística, caso dos anos 1940 a 1960; a uma visão da LA que, sob a égide do *Estruturalismo* e do *Positivismo*, busca aplicar o conhecimento linguístico a situações práticas de uso da língua, caso dos anos 1970; passando por uma visão orientada pelo primado do *Cognitivismo*, no interior da tradição anglo-saxônica, voltada para traçar estratégias cognitivas que pudessem dar conta da descrição, controle e melhora do processo psicológico subjacente à aprendizagem de línguas estrangeiras, caso dos anos 1980 e até a de uma visão que, a partir dos anos 1980 e fortalecida ao longo dos anos 1990, amplia o horizonte epistemológico e metodológico da LA.

Tratando de modo particular desse último momento mencionado, entre os anos 1980 e 1990, segundo Damianovic (2005, p. 185) as definições de LA destacavam tanto a diversidade de assuntos tratados quanto a dos tipos de fontes disciplinares empregados para abordar os problemas de linguagem. Assim, o foco

do linguista aplicado se ampliou para além das fronteiras do ensino e aprendizagem de línguas e passou a abranger questões outras tais como política e planejamento educacional; uso da linguagem em contextos profissionais; tradução; lexicografia; multilinguagem; linguagem e tecnologia e, ainda, *corpus* linguístico.

Ainda com relação aos anos 1980, Damianovic (2005, p. 185-186) nota que nesse contexto a importação das teorias migra da Linguística para outras áreas das ciências humanas, orientada por uma tentativa de uma LA interdisciplinar que busca diálogos com a Psicologia (sobretudo, a Cognitiva) e a Psicolinguística e campos como a Sociologia, Antropologia, Etnografia, Sociolinguística, Estética e Estilística e Teoria literária. Tem-se, então, uma visão da LA como “articuladora” ou “mediadora” de saberes, convocados de múltiplos domínios e campos do conhecimento, preocupada com questões de linguagem. Conforme Moita Lopes (2009a, p. 15-19), há duas viradas importantes na LA: a primeira gerada por uma mudança quanto à perspectiva da aplicação da Linguística à Linguística Aplicada, sobretudo, por meio da reivindicação da LA como área autônoma da Linguística e a segunda dada a ampliação do seu horizonte para contextos não escolares. Porém, ainda se mantém o entendimento da LA como aplicação da Linguística e a sua circunscrição ao ensino e à aprendizagem de línguas como pontos fortemente difundidos. Consoante Mota e Nicolaides (2019, p. 13), no decorrer do tempo, novas formas de fazer pesquisa surgem e se alteram e, desse modo, a visão da LA como solucionadora de problemas foi sendo abandonada ou ao menos fragilizada. *No momento* não há restrições de áreas que possam contribuir para os seus estudos e, sendo assim, pesquisar em LA implica “[...] estar ciente da possibilidade de atravessar fronteiras disciplinares e questionar conceitos convencionais de produzir conhecimento”.

Em direção similar, Moita Lopes (2009a, p. 17) menciona que a LA, além de se voltar para os contextos institucionais escolares, focados no ensino e na aprendizagem de línguas (preponderantemente o inglês) e na tradução, começa a se interessar pelos “[...] contextos de ensino e aprendizagem de língua materna, no campo dos letramentos, e de outras disciplinas do currículo, e em outros contextos institucionais (mídia, empresa, delegacia de polícia, clínica médica etc.)”. Destacam-se as contribuições de teorias socioculturais como as de Vygotsky e Bakhtin, com ênfase na importância de compreender “[...] a linguagem como instrumento de construção do conhecimento e da vida social, recuperados em muitas áreas de investigação” (MOITA LOPES, 2009a, p. 18), sendo notada tal

mudança no Brasil a partir dos anos 90. Em conformidade com esse autor, se passa a compreender a linguagem como constitutiva da vida institucional, de maneira que a LA passa a ser formulada como uma área centrada na resolução de problemas da prática de uso da linguagem dentro e fora da sala de aula. Extrapolase o foco de pesquisa centrado no ensino e na aprendizagem de línguas, ao ter-se como preocupação problemas de linguagem da *práxis* humana e se torna crucial considerar a natureza situada da ação e o estado dos participantes que agem por meio da linguagem.

Portanto, na década de 1990, devido a esse movimento de diversificação de enfoques, temas e objetos que incidem nas teorias, descrições e metodologias, a LA se indaga enquanto campo de conhecimento. De tal modo, se discute a identidade da área como um todo e se aprofunda o debate em torno de seu caráter *inter* e/ou *transdisciplinar*. Problematiza-se a delimitação do interesse e do foco da pesquisa em LA que transcende o universo do ensino de línguas e a dos objetos de pesquisa e, igualmente, se adensa o debate acerca da natureza *inter* ou *transdisciplinar* das investigações, sendo esse último ponto não consensual. Portanto, não é uma questão menor essa discussão no âmbito da LA e, por isso, não existe um consenso quanto ao entendimento de que orientação seja a mais plausível e consiste em uma problemática atual e corrente. Esse debate, contudo, pode ser mais bem compreendido considerando-se a própria trajetória da LA como disciplina, nos seus inícios, seguida da busca e da sua afirmação como campo autônomo. No bojo dessas discussões, Moita Lopes (2009a, p. 18-19) se refere ao fato de que, no final do século passado e no começo do século atual, as transformações tecnológicas, culturais, econômicas e históricas vivenciadas dão início a um processo de ebulição nas ciências sociais e nas humanidades que alcançam a LA e

Os questionamentos que as Ciências Sociais colocavam à modernidade e as indagações sobre como o sujeito social era teorizado de forma homogênea, tendo as diferenças que o constituem apagadas no interesse de prestigiar aqueles colocados em posição de hegemonia nas assimetrias sociodiscursivas, foram fundamentais ao fazer o vasto campo das Ciências Sociais e Humanas se reteorizarem em termos de visões pós-estruturalistas, feministas, antirracistas, pós-coloniais e *queer*.

As implicações da redescritção do sujeito social são centrais nessa vertente e têm desdobramentos epistemológicos cruciais [...]. (MOITA LOPES, 2009a, p. 18-19)

Na contemporaneidade, conforme Rodrigues e Cerutti-Rizzatti (2011, p. 28), a LA propõe-se revisar seu objeto de estudo e para tal assume uma postura de diálogo com diferentes ciências na investigação de problemas linguísticos social, cultural e historicamente relevantes. Para essas autoras, tal ressignificação requer que o estudo da língua transcenda fronteiras disciplinares a fim de possibilitar o imbricamento entre diversas áreas de conhecimento. Assim, a LA, no dizer das autoras, transita da condição de *disciplina* para a de *campo de conhecimento* que se constitui/se constrói a partir de uma perspectiva *inter/multi/pluri/transdisciplinar*, em que várias disciplinas se enovelam, se entretecem.

No que se refere às epistemologias do campo aplicado, Signorini (2015) recorda que as pesquisas em LA não têm sido pautadas por uma única referência, modelo ou concepção acerca do que seja produção de conhecimento válido ou relevante em contextos institucionais, uma vez que se confrontam e se harmonizam referências várias, que abrangem desde as advindas das ciências naturais (tradições positivistas, racionalistas, objetivistas, naturalistas, etc.) até as das ciências sociais, História e Filosofia da segunda metade do século XX (realismo crítico, neopragmatismo, socioconstrutivismo, construcionismo, desconstrucionismo etc).

A partir desse olhar, o foco da LA não se restringe ao ensino e à aprendizagem de línguas, o mundo social interpenetra e atravessa a prática de pesquisa do linguista aplicado que precisa estar sintonizado com os problemas linguísticos social, cultural e historicamente relevantes e orientar-se por uma agenda ética e politicamente comprometida, sendo as relações com as áreas de conhecimento constantemente pensadas e problematizadas. No campo aplicado podem ser estabelecidos os diálogos entre diferentes conhecimentos e saberes: por meio da *transdisciplinaridade* – que supõe simbiose, eliminação de oposições entre as disciplinas –; da *interdisciplinaridade* – que implica diálogo e aproximação entre disciplinas –, ou ainda, por meio da *indisciplinaridade* – que sugere negação das disciplinas como essas vêm sendo tradicionalmente entendidas. Abordando, especificamente a *indisciplinaridade*, Moita Lopes (2009a, p. 19) chama a atenção de que, quer seja a LA entendida como segundo formulam

muitos atualmente, como *antidisciplinar* ou *transgressiva* (PENNYCOOK, 2006) ou da *desaprendizagem* (FABRÍCIO, 2006), urge

[...] pensar outras formas de conhecimento e outras questões de pesquisa que sejam responsivas às práticas sociais em que vivemos. É sobre essa LA que desejo agora discutir. Ela é *indisciplinar* tanto no sentido de que reconhece a necessidade de não se constituir como disciplina, mas como uma área mestiça e nômade, e principalmente porque deseja ousar pensar de forma diferente, para além de paradigmas consagrados, que se mostram inúteis e que precisam ser desaprendidos (FABRÍCIO, 2006) para compreender o mundo atual. (MOITA LOPES, 2009a, p. 19, grifo nosso)

Em vista do exposto, atualmente a LA pode ser considerada como um complexo campo de problematização das e para as práticas de linguagem, estando associado a amplas questões de natureza social, histórica, política e cultural que atravessam tais práticas. Neste sentido, Moita Lopes (2006, p. 14) anos atrás já tinha sinalizado para a LA como um modo de “[...] criar inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem um papel central”. Desse modo, a LA perdeu o caráter “solucionista” que a acompanhou longamente – no sentido de uma área que busca resolver/solucionar problemas – (MOITA LOPES, 2009a, p. 19) dada a uma forte tendência positivista conhecida como *LA modernista*. (PENNYCOOK, 1998)

Tal compreensão da LA se deve a uma redefinição do seu lugar epistêmico no que diz respeito à dimensão ética da produção e legitimação de saberes e o foco nas realidades e saberes locais, historicamente situados. Resulta, ademais, da afirmação e consolidação da LA como campo independente de produção de conhecimentos e não como mero consumidor e reproduzidor de teorias ou de aplicação de teorias para solução de problemas relacionados aos usos da linguagem. Por isso, como propõe Signorini (2015) a LA não é um campo disciplinar, em acepção restrita, ou seja, não constitui uma disciplina, haja vista que é

[...] antes um campo inter e/ou transdisciplinar, cuja principal característica é a de estar sempre em processo de *re-configuração*, tanto pelas ações dos que nele atuam, quanto pela

metareflexividade que caracteriza grande parte dessas ações, como no caso da pesquisa filiada à Linguística Aplicada inter/transdisciplinar e crítica, que reúne frentes de atuação e reflexão sobre a língua(gem) em uso nas práticas sociais, sobre teorização e política linguística, e sobre o impacto de tudo isso nessas mesmas práticas, inclusive as acadêmicas. (SIGNORINI, 2015, p. 4, grifo nosso)

Podemos dizer que a LA está em permanente reelaboração de seu campo e de sua relação com os sujeitos, saberes e conhecimentos. Para Amorim (2017, p. 4), na segunda década do século XXI, sendo a LA um campo solidificado como área de produção de conhecimento aplicado no quadro das humanidades e das ciências sociais, o linguista aplicado se indaga acerca dos novos rumos possíveis para suas pesquisas. Esse questionamento tem sido realizado de distintas formas pelos pesquisadores, seja na tentativa de construção de vertentes da LA como um “espaço de desaprendizagem” (FABRÍCIO, 2006), “indisciplinar e mestiça” (MOITA LOPES, 2006, 2009a), “transgressiva” (PENNYCOOK, 2006), ou, como sugere o autor, “responsável e responsiva” (BAKHTIN, 2003, 2010) ao momento contemporâneo.

MINHA COMPREENSÃO SOBRE A LA: PESQUISA E PESQUISADOR(A) ENTRE SABERES E CONHECIMENTOS OUTROS

Neste tópico me concentro em duas questões: que deslocamentos são propostos a partir de uma perspectiva outra para a LA e que pode aportar a LA uma aproximação com as epistemologias do Sul, ou ainda, com o pensamento decolonial/anticolonial? Com a finalidade de abordá-las, apresento uma breve contextualização acerca de minha atuação no campo da LA e aponto alguns questionamentos que vem orientando minha pesquisa. Concluo esse texto com a sugestão de algumas obras que considero relevantes para a compreensão da LA contemporaneamente, com a ressalva de que há uma vasta produção da LA e que minhas sugestões levam em conta as reflexões ora apresentadas bem como minha experiência e trajetória social e histórica como pesquisadora e professora. Portanto, não delimitam o campo, mas situam

nesse algumas problemáticas e temáticas que considero urgentes e necessárias como linguista aplicada.

Para discorrer sobre minha compreensão da LA e minha produção nesse campo² saliento a relevância do *locus* de enunciação (BAPTISTA, 2021a, 2021b, 2022) a partir do qual essas se materializam, uma vez que a forma como pensamos e nos posicionamos no campo de pesquisa se vincula aos espaços-territórios em que se produzem e a partir do qual os saberes e conhecimentos tomam corpo e densidade. Essa corporalidade e densidade são situadas em um espaço-tempo-território e, por isso, pensadas e sentidas em constante reformulação e ressignificação. Nesta direção, destaco a relevância de um olhar outro, ou seja, de um pensar ou repensar a partir de outros lugares ontológicos-epistêmicos-praxiológicos os problemas e questões que constituem o campo de pesquisa da LA. Essa compreensão implica, como sugere Kleiman (2013, p. 40), “trazer outras vozes latino-americanas, a fim de ‘sulear’ (orientar para o Sul) o debate e questionar a hegemonia ocidental do Norte, ainda imperante na definição de nossos problemas de pesquisa”. Esse voltar-se para o Sul tem a ver com o conceito de “epistemologia do Sul”, que aponta para “[...] aprender que existe o Sul, aprender a ir para o Sul e aprender a partir do Sul e com o Sul”³ (SANTOS, 1995, p. 508) Para Santos (2019, p. 26), “[...] o Sul anti-imperial, o Sul das epistemologias do Sul, não é a imagem invertida do Norte das epistemologias do Norte”. Desse modo, as epistemologias do Sul não têm por fim “[...] substituir as epistemologias do Norte e nem colocar o Sul no lugar do Norte”, já que “o objetivo é ultrapassar a dicotomia hierárquica entre Norte e Sul. [...] A questão

-
- 2 Iniciei minha atuação como professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, nas linhas de Linguística Aplicada e Práticas discursivas e de textualização, no final de 2005. Em 2015, passei a atuar na Universidade Federal da Bahia e no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, na linha de Linguística Aplicada. Participei do GT da ANPOLL em Linguística Aplicada e atualmente integro o GT Transculturalidade, Linguagem e Educação. Sou líder do grupo de Pesquisa do CNPq DECOLIDE (Decolonialidade, Linguagem, Identidade e Educação), certificado desde 2016 pela UFBA e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (LL/LA). O relatoado compreende minha trajetória e experiência ao longo desses anos, ainda que priorize, no momento, minhas contribuições para a LA no âmbito da UFBA. Agradeço o convite feito pelo prof. dr. Danniell da Silva Carvalho para integrar essa publicação e abordar o campo aplicado bem como relatar minha trajetória como pesquisadora. Agradeço, igualmente, ao professor e linguista aplicado John Robert Schmitz, que me possibilitou os contatos iniciais com a LA ainda enquanto estudante no IEL, Unicamp e será eternamente lembrado pelo seu espírito crítico e pioneirismo na LA.
 - 3 Como recorda Meneses (2008, p. 5), em 1995, Boaventura de Sousa Santos propôs esse conceito que vem sendo crucial para o pensamento e a práxis decoloniais.

não consiste em apagar as diferenças entre norte e sul, e sim apagar as hierarquias de poder que os habitam”. Em direção similar, Ballestrin (2013, p. 108-109) afirma que a *decolonização* não pressupõe a rejeição da criação humana advinda do Norte Global e nem está associada com o que seria genuinamente criado no Sul, considerando-se práticas, experiências, pensamentos, conceitos e teorias. Para a autora o processo de *decolonização*

[...] pode ser lido como contraponto e resposta à tendência histórica da divisão de trabalho no âmbito das ciências sociais (Alatas, 2003), na qual o Sul Global fornece experiências, enquanto o Norte Global as teoriza e as aplica (Connell, 2012). Nesse sentido, é revelador que ao esforço de teorização no Brasil e na América Latina caibam os rótulos de ‘pensamento’ e não ‘teoria’ social e política. (BALLESTRIN, 2016, p. 109)

Essa perspectiva local, ou ainda, situada no Sul para a produção dos saberes tensiona, por sua vez, a tradição de conhecimento gerada a partir de uma episteme ou racionalidade única consolidada no projeto da *modernidade/colonialidade* e que tem servido como guia e ancoragem para as práticas de linguagem. Tal pressuposto é fundamental para pensar e propor possibilidades outras para a LA no Sul Global.

Portanto, o alargamento dos horizontes e deslocamentos das fronteiras epistemológicas mostra cada vez mais que a produção do conhecimento em LA não é neutra (como se tal fosse possível) e nem está desvinculada do seu entorno e que o alcance ético da pesquisa em LA e seus efeitos e implicações nas vidas humanas são decisivas. Consoante Moita Lopes (2009b, p. 37, grifo nosso)

Novas formas de pesquisa (tanto teóricas como metodológicas) são, portanto, necessárias. É crucial *abrir a pesquisa para vozes alternativas* de modo que seja possível revigorar a vida social ou construí-la por meio de *outras narrativas*, aquelas normalmente apagadas no decorrer da modernidade, como as dos pobres, mulheres, indígenas, negros, homossexuais etc. Essas vozes podem não somente apresentar alternativas para compreender o mundo contemporâneo, mas também podem colaborar na

produção de uma *agenda anti-hegemônica ou na construção de novos esquemas de politização* [...].

Diante do apresentado, o(a) pesquisador(a) está inscrito em um espaço de enunciação, em um *locus* de enunciação a partir do qual se redimensiona o fazer pesquisa e produzir conhecimento em que teorização e ação política estão juntos. Neste sentido, Moita Lopes e Fabrício (2019, p. 713) salientam que, em conformidade com uma Linguística Aplicada Crítica (LAC), o conhecimento surge de algum lugar e o(a) pesquisador(a) e sua subjetividade são fundamentais. Dessa maneira, uma LAC enfatiza a “performance do/a pesquisador/a, entendendo que modos de falar, sentir, sofrer, gozar, etc. são inseparáveis do ato de pesquisar”. Nesta direção, Pennycook (1998) observa que a LAC propõe uma ruptura com o *Positivismo* e o *Estruturalismo*, fundamentos do pensamento iluminista europeu ou do *racionalismo*, como modo de explorar dimensões histórica, política e cultural das línguas. Assim, como professores(as) e/ou pesquisadores(as), “[...] precisamos assumir posturas morais e críticas a fim de tentar melhorar e mudar um mundo estruturado na desigualdade”. (PENNYCOOK, 1998, p. 39) Por isso, se questionam e se refutam, constantemente, regimes de verdades, na forma de uma insurgência do pensamento e das práticas, que, no meu modo de ver, se coaduna com a opção decolonial/anticolonial que me orienta.

Esse “giro” para o Sul supõe uma tomada de posição clara quanto ao entendimento sobre o que significa “fazer” LA a partir de nosso *locus* de enunciação e a de uma dada geopolítica de conhecimento como propõe Dussel (1998) ou corpo-política do conhecimento como propõe Grosfoguel (2006), a partir de Anzaldúa (1987) e de Fanon (1967), de maneira eticamente comprometida e localizada com esse espaço-tempo-território e com seus sujeitos e saberes. Dissemina-se na forma de entendimento da relação com os sujeitos do mundo social e com seus saberes e conhecimentos e com suas lutas e reivindicações sociais enquanto coletivos humanos situados no Sul Global. A opção decolonial/anticolonial, portanto, reforça a relevância de um pensar desde o Sul, a partir dos saberes e conhecimentos produzidos nesse Sul e voltados para os sujeitos e a escuta de suas vozes de forma sensivelmente atenta, emancipatória e coletiva. Consoante Kleiman (2013, p. 46), a ciência é crítica quando essa questiona

[...] as categorias das epistemologias do norte (ou do ocidente) que, primeiro, escondem e apagam a diversidade e, segundo, apresentam teorias sobre os movimentos sociais que (re)atualizam o pensamento dicotômico neutralizador do potencial de lutas dos grupos da periferia, em última instância, os atores críticos dos projetos globais.

Por isso, tenho buscado, como professora e pesquisadora do Nordeste brasileiro, problemáticas que envolvem a *decolonialidade*, com foco na educação contemporânea, identidade e linguagens, a partir de uma perspectiva decolonial e crítica no campo da LA tais como: 1) estudos e pensamento decolonial com ênfase na dimensão epistêmica e em seus desdobramentos para e na LA; 2) decolonialidade, linguagem, educação e identidades; 3) políticas identitárias na contemporaneidade e decolonialidade; 4) colonialidade da linguagem/poder e práticas de linguagem; 5) letramentos críticos e letramentos de reexistência; 6) territórios, espaços fronteiriços e superdiversos (cenário de migração e diáspora) e práticas translíngues; 7) netnografia, performances identitárias e práticas de linguagem; e 8) perspectivas críticas, decoloniais e translíngues na e para a educação linguística.

Um dos pontos de interesse tem sido, partindo de uma problematização levantada pelas epistemologias do Sul (MENESES, 2008; SANTOS, 1995, 2010, 2019; SANTOS; MENESES, 2010), ou ainda, pelo pensamento crítico decolonial, estudar como se configuram o *locus* de enunciação, lugar epistêmico e social (ARGÜELLO PARRA, 2016; BAPTISTA; LÓPEZ GOPAR, 2019; BAPTISTA, 2019; GROSFUGUEL, 2006), com ênfase nos saberes localizados e situados e na geopolítica do conhecimento e seus efeitos na constituição da pesquisa em LA. No caso, tenho enfatizado as contribuições do Grupo Latino-americano Modernidade/Colonialidade (MC), formado por nomes como Enrique Dussel, Edgardo Lander, Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Catherine Walsh, entre outros, com o intuito de promover uma crítica ao paradigma da *modernidade*, a partir da experiência histórica da *colonialidade*. Neste sentido, minha atenção tem se voltado para a (re)leitura desses autores (entre outros), bem como para a busca de um espaço problematizador a partir de nosso território, em diálogo com saberes locais e com a produção e pensamento brasileiro. Nesse viés, tenho proposto uma aproximação crítica entre o pensamento decolonial e as

epistemologias do Sul com nossa produção enquanto brasileiros(as) problematizando construtos da *modernidade/colonialidade* e a lógica desses e seus efeitos, sobretudo, nas práticas de linguagem e identitárias, tematizando as tensões periferia-centro.

Desse modo, tenho me ocupado da relevância dos saberes socialmente situados, das dimensões que envolvem os sujeitos e as “tradições” epistêmicas hegemônicas e universais, sugerindo um deslocamento para outros paradigmas e racionalidades. Nesta mesma direção, um aspecto de interesse diz respeito à *colonialidade*, revisitada na forma de uma crítica a relação entre *colonialidade* do saber e da linguagem, com ênfase na produção de práticas de grupos socialmente minorizados. Para tanto, tenho me voltado para questões tais como a dos paradigmas modernos de língua e linguagem (BAPTISTA, 2018), epistemes linguísticas ancoradas nos construtos da *modernidade/colonialidade* e suas implicações nas práticas de linguagem tanto institucionais como periféricas. Neste sentido, para Mignolo (2003, p. 298-300), a *colonialidade* da linguagem consiste na “diferença colonial em ação na língua”, como uma das faces da *modernidade/colonialidade*. Consoante esse autor, os modelos teóricos para o estudo das línguas foram erigidos de “em cumplicidade” com a expansão colonial, ancorados, portanto, na visão e cosmovisão da *modernidade/colonialidade*. Por isso, o cenário de migrações e diásporas bem como espaços outros de práticas de linguagem no Sul Global são fulcrais para a criação de inteligibilidade sobre essas práticas, sujeitos e territórios e para a prática da *desobediência epistêmica* ou da *desaprendizagem*.

Além do mencionado, outro foco tem sido o aprofundamento, a partir de perspectivas críticas, decoloniais/anticoloniais e translíngues, da problematização em torno das práticas de linguagem e do entendimento mais expandido acerca da educação linguística. Esse olhar tem sido orientado pelos seguintes movimentos: a necessidade de estabelecer um amplo diálogo com outros pontos de ancoragem mais sintonizados com o Sul Global tanto do ponto de vista epistêmico como ontológico, a de intensificar um diálogo que transcenda fronteiras disciplinares para enfrentamento das *colonialidades* diversas, notadamente, as que dizem respeito à subalternização dos sujeitos, saberes e epistemes e a de problematizar as práticas de linguagem como um complexo cenário de embate de políticas e performances identitárias. Ademais disso, a relevância de propor

outras vias para a pesquisa em LA, resultante da convergência entre projetos críticos políticos/éticos/epistêmicos, orientados a um mundo pluriversal e não universal e de uma *descolonização* do conhecimento que requer seriedade para com as perspectivas/epistemologias/visões de pensadores críticos do Sul Global que pensam com e a partir de corpos e lugares étnico-raciais/sexuais subalternizados e um intenso processo de reformulação das práticas, temas e formas de fazer pesquisa no campo aplicado.

De tal modo, tenho sugerido deslocamentos relacionados com a aproximação e a opção pelo pensamento decolonial e pelas epistemologias do Sul, particularmente no que se referem à educação e as práticas de linguagem: 1) o desprendimento de uma orientação caracterizada por uma tradição universalizante e universalizadora no tocante as práticas de linguagem; 2) a desconstrução de lógicas de conhecimento que reproduzam ou reafirmem essa tradição através de uma abertura para outras formas de saber e conhecer; 3) a escuta de outras vozes, revendo os lugares epistêmicos e os seus efeitos na vida dos sujeitos; e 4) a reafirmação de uma ética na pesquisa que passe pelas dimensões do compromisso do pesquisador(a) com projetos de relevância social, política e cultural, de forma situada. (BAPTISTA, 2022)

Para concluir, apresento a seguir a 10 referências (livros ou artigos) comentadas, consideradas leituras fundamentais para o entendimento da LA.

HOOKS, B. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. São Paulo: Elefante, 2020.

O livro se inspira na trajetória pessoal da autora como estudante durante e após o regime de segregação racial nos Estados Unidos e sua experiência como educadora que dialoga criticamente com Paulo Freire. Compreende 32 “ensinamentos”, dirigidos a professores e a estudantes, entre os quais se incluem temas como o pensamento crítico, educação democrática, pedagogia engajada, descolonização, engajamento, integridade, colaboração, imaginação, conflito, transmissão oral do conhecimento, sabedoria prática, raça, gênero e classe, entre outros. Por isso, nos leva a repensarmos nossa prática como pesquisadores e pesquisadoras do campo aplicado com foco na educação e em suas implicações nas mais diversas dimensões da esfera da vida humana.

BERNADINO COSTA, J.; MALDONADO TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

O livro reúne uma série de capítulos que enfatizam, a partir de um *locus* brasileiro, como a lógica da *colonialidade* atravessa sujeitos, práticas e epistemês. Propõe-se uma definição dilatada de *decolonialidade*, não circunscrita a um conjunto de autores, para que possa aproximar dos processos de *resistência* e da luta pela *reexistência* das populações afrodiaspóricas, sobretudo, a população negra brasileira. Assim, opta-se pela “longa tradição de resistência das populações negras e indígenas” e defende-se a *decolonialidade* como um projeto político-acadêmico que faz parte da luta das populações africanas e afrodiaspóricas. Inclui textos de Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel, José Jorge de Carvalho, Lewis R. Gordon, Patricia Hill Collins, Oyèrónké Oyèwùmí, Shirley Anne Tate, Angela Figueiredo, Nilma Lino Gomes, Joaze Bernardino-Costa, Valter Roberto Silvério e Osmundo Pinho.

MACIEL, R. F.; TÍLIO, R.; JESUS, D. M.; BARROS, A. L. de E. C. (org.). *Linguística Aplicada para além das fronteiras*. Campinas: Pontes, 2018.

O livro divulga a diversidade de perspectivas da LA com o intuito de (re)construir um *locus* acadêmico-científico dinâmico de pesquisas afinadas com as perspectivas (inter)/(trans)/(in)disciplinar, tendo como ponto crucial a problematização da LA para além das fronteiras. O livro possibilita uma incursão em questões de amplitude epistemológica e metodológica para a LA orientadas por pesquisas variadas em distintos contextos. Inclui textos de Barros, Pennycook, Nicolaidis e Mota, Fabrício, Gonçalves, Rocha e Maciel, Jesus, Martin e Morgan, Baptista, Lynn Mario, Montemor, Stella e Tílio.

MOITA LOPES, L. P. (org.). *Linguística Aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani*. São Paulo: Parábola, 2013.

Abarca um conjunto de textos fundamentais pela abrangência de temas de interesse e de impacto para a LA contemporânea. Discute mudanças relevantes do campo aplicado, abordando modos de produzir conhecimentos e novos posicionamentos que atravessaram a LA e problematizando formas modernistas de produção de conhecimento confrontadas por meio das denominadas “viradas”

pós-estruturalista, icônica, feminista, *queer*, discursiva, pós-colonial ou decolonial, antirracista, dentre outras. Conta com textos de Moita Lopes, Kleiman, Freire e Leffa, Bohn, Miller, Vian Jr., Rajagopalan, Rojo, Signorini e Cavalcanti.

RIBEIRO, D. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro: Polén, 2019.

O livro *O que é lugar de fala?* se divide em cinco partes: “Apresentação”; “Um pouco de história”; “Mulher negra: o outro do outro”; “O que é lugar de fala?”; e “Todo mundo tem lugar de fala”. Ribeiro aborda o conceito de “lugar de fala”, a partir do feminismo negro, posicionamento crucial seja por voltar-se para um debate atual e necessário em que coletivos humanos historicamente marginalizados começam a se ver em espaços privilegiados e a reivindicar sua escuta, seja por alcançar eco socialmente e não se restringir ao espaço acadêmico.

ANZALDÚA, G. *Cómo domar una lengua salvaje*. In: ANZALDÚA, G. *Borderlands/La frontera: la nueva mestiza*. Madrid: Capitán Swing, 2016. p. 103-117.

O livro é uma contribuição decisiva da autora para a redefinição da identidade nacional chicana e da mestiçagem. Problematiza, a partir de uma perspectiva epistemológica da diferença interseccional, a lógica da exclusão da alteridade dos lugares privilegiados da modernidade. Em *Cómo domar una lengua salvaje*, Anzaldúa situa, mais explicitamente, o projeto de recuperação que conduz à consciência social e feminista, denominada *Consciência da Nova Mestiça*, ao centrar-se nas línguas das terras fronteiriças. A leitura do texto de Anzaldúa é essencial pelo enfrentamento de questões e problemas que envolvem a constituição identitária, subjetividades outras, linguagem e os sistemas de saber/poder da *modernidade/colonialidade*, fortalecendo a crítica aos conceitos de sujeito, diferença e *modernidade*.

FABRÍCIO, B. F. *Linguística Aplicada como espaço de “desaprendizagem”*: redescritões em curso. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 45-65.

O texto integra o livro *Por uma Linguística Aplicada Interdisciplinar* que compreende onze capítulos, precedido de uma “Introdução” assinada pelo próprio

organizador Luiz Paulo da Moita Lopes. Em “Linguística Aplicada como Espaço de Desaprendizagem: Redescrições em Curso” a autora sinaliza para a necessidade de os estudos da LA serem orientados para a *desaprendizagem* dos conceitos fixos, uma vez que esses não se ajustam ao movimento e dinamismo do mundo que a LA pretende estudar e para a relevância de serem transgressivos ao romper sempre que necessário as fronteiras disciplinares e produzir mudanças e a importância de seguirem um projeto ético que respeite o objeto estudado.

WALSH, C. Introducción. Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos. In: WALSH, C. (ed.). *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Quito: Abya-Yala, 2013. t. 1. p. 23-68.

O trabalho como pesquisadora e militante de Catherine Walsh envolve o projeto político, epistêmico e ético da interculturalidade crítica, da decolonialidade e de temas inter-relacionados como raça, gênero, conhecimento e natureza e pedagogias sociopolíticas. O livro, organizado por Walsh, permite uma incursão epistêmica que articula as dimensões pedagógica e decolonial, sendo de interesse pela variedade de temas e diversidade de autores que o compõem. Na introdução, “Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos”, Walsh aproxima Freire e Fanon, enfatizando como esses articulam o pedagógico e o político em favor das lutas de descolonização, libertação e humanização. A leitura é relevante por apontar as possibilidades das práticas decoloniais e por situar os interessados quanto a vitalidade da práxis decolonial.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, n. 2, p. 223-244, 1983.

Lélia Gonzales é pioneira no Brasil em questionar o caráter classista e racista do feminismo hegemônico, em favor de uma descolonização do feminismo e a perspectiva de um “feminismo afrolatinoamericano”, protagonizado por mulheres negras e indígenas. Sua proposta de construção de novas epistemologias contrapostas as bases teóricas de origem branco-europeia, por meio da valorização do legado histórico dos povos da América Latina e do Caribe, se materializam na categoria político-cultural “Amefricanidade”. Essa sugestão leva em conta a importância e atualidade do pensamento de Lélia Gonzales, autora

que, na perspectiva brasileira decolonial, traz um questionamento contundente dos sujeitos negros como mero objetos de pesquisa de pesquisadores brancos.

BAPTISTA, L. M. T. R.; NUNES, T. A. (org.). *Práxis descolada e linguagens: por caminhos críticos, decoloniais e translíngues*. Campinas: Pontes, 2021.

A coletânea acolhe trabalhos de pesquisadores e pesquisadoras do Grupo de Pesquisa do CNPq Decolonialidade, Linguagem, Identidade e Educação (DECO-LIDE) formado em 2016. Os trabalhos resultam, em sua maioria, das pesquisas desenvolvidas por estudantes do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia, comprometidos com uma produção profundamente autoral, reafirmando os saberes e conhecimentos locais, em um intenso diálogo com epistemologias críticas e decoloniais/anticoloniais.

REFERÊNCIAS

- ALATAS, S. F. Academic dependency and the Global Division of Labour in the Social Sciences. *Current Sociology*, [s. l.], v. 51, n. 6, p. 599-613, 2003.
- AMORIM, M. A. de. A linguística aplicada e os estudos brasileiros: (inter-)relações teórico-metodológicas. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 1-30, 2017.
- ANZALDÚA, G. *Borderlands/La frontera: la nueva mestiza*. Traducción de Carmen Valle. Madrid: Capitán Swing, 2016.
- ARGÜELLO PARRA, A. Pedagogía decolonial: hacia una comprensión/acción educativa en las sociedades emergentes. In: GÓMEZ ARÉVALO, J. A. A. (comp.). *Educación, sociedad e interculturalidad: diálogos desde la comprensión y acción educativa en América Latina*. Bogotá: Vicerrectoría de Universidad Abierta y a Distancia, 2016. p. 87-135.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, M. *Por uma filosofia do ato responsável*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.
- BAPTISTA, L. M. T. R. Lócus de enunciação, decolonialidades e produção de saberes: algumas inflexões a partir do Sul Global. *Revista Abehache*, [s. l.], n. 20, p. 65-83, 2 sem. 2021a.
- BAPTISTA, L. M. T. R. Lócus de enunciação e coletivo mexicano Batallones femeninos: cartografando uma pedagogia decolonial no Sul Global. *Gragoatá*, Niterói, v. 26, n. 56, p. 1115-1147, set./dez. 2021b.

- BAPTISTA, L. M. T. R. Comunidades imaginadas e práticas inimaginadas: algumas reflexões sobre a educação linguística na contemporaneidade. In: MACIEL, R. F. et al. (org.). *Linguística Aplicada para além das fronteiras*. Pontes: Campinas, 2018. p. 185-203.
- BAPTISTA, L. M. T. R. (De)colonialidade da linguagem, lócus enunciativo e constituição identitária em Gloria Anzaldúa uma “new mestiza”. *Polifonia*, Cuiabá, v. 26, n. 44, p. 123-145, out./dez. 2019.
- BAPTISTA, L. M. T. R.; LÓPEZ GOPAR, M. Educação crítica, decolonialidade e educação linguística no Brasil e no México: questões epistemológicas e metodológicas traçadas por um paradigma-outro. *Revista Letras & Letras*, Uberlândia, v. 35, n. especial, p. 1-27, 2019.
- BAPTISTA, L. M. T. R. “Pedagogia do vírus”, gênero e trabalho: experiências visibilizadas de professoras de espanhol em tempos de pandemia no Sul Global. *Leia Escola*, Campina Grande, v. 22, n. 1, p. 43-57, abr. 2022.
- BAPTISTA, L. M. T. R.; NUNES, T. A. (org.). *Práxis descolada e linguagens: por caminhos críticos, decoloniais e translíngues*. Campinas: Pontes, 2021.
- CONNELL, R. A iminente revolução na teoria social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 80, p. 9-20, out. 2012.
- CONNELL, R. *Southern theory: the global dynamics of knowledge in social science*. Cambridge: Polity Press, 2007.
- DAMIANOVIC, M. C. O linguista aplicado: de um aplicador de saberes a um ativista político. *Revista Linguagem e Ensino*, Pelotas, v. 8, n. 2, p. 181-196, jul./dez. 2005.
- DUSSEL, E. Beyond the Eurocentrism: the world-system and the limits of Modernity. In: JAMESON, F.; MIYOSHI, M. (org.). *The cultures of Globalization*. Durham, NC: Duke University Press, 1998. p. 3-21.
- FABRÍCIO, B. F. Linguística aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Por uma Linguística Aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 45-65.
- FANON, F. *Black Skin, White Masks*. New York: Grove Press, 1967.
- GROSGOQUEL, R. La descolonización de la economía y los estudios postcoloniales: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 4, p. 17-48, enero/jun. 2006.
- KLEIMAN, Â. B. Agenda de pesquisa e ação em linguística aplicada: problematizações. In: MOITA LOPES, L. P. da (org.). *Linguística Aplicada na modernidade recente: Festschrift para Antonieta Celani*. São Paulo: Parábola, 2013. p. 39-58.
- MENESES, M. P. M. Epistemologias do Sul. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80, p. 5-10, mar. 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/689>. Acesso em: 7 jan. 2021.
- MIGNOLO, W. *Historias locales/diseños globales: Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal, 2003.

- MOITA LOPES, L. P. Da aplicação de linguística a linguística aplicada indisciplinar. In: ROCA, P.; PEREIRA, R. C. (org.). *Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2009a. p. 11-24.
- MOITA LOPES, L. P. Linguística Aplicada como lugar de construir verdades contingentes: sexualidades, ética e políticas. *Gragoatá*, Niterói, v. 14, n. 27, p. 33-50, 2. sem. 2009b.
- MOITA LOPES, L. P. Uma Linguística Aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Por uma Linguística Aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 13-43.
- MOITA LOPES, L. P. (org.). *Linguística aplicada na modernidade recente: Festschrift para Antonieta Celani*. São Paulo: Parábola, 2013. p. 39-58.
- MOITA LOPES, L. P.; FABRÍCIO, B. F. Por uma 'proximidade crítica' nos estudos em Linguística Aplicada. *Calidoscópio*, São Leopoldo, v. 17, n. 4, p. 711-723, dez. 2019.
- MOTA, V. M.; NICOLAIDES, C. O fazer pesquisa em Linguística Aplicada: considerações acerca da linguagem, do discurso e da performance no contexto de ensinagem móvel. *Linguagem em Foco*, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 11-24, 2019.
- PENNYCOOK, A. A Linguística Aplicada nos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. (org.). *Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade: questões e perspectivas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 23-49.
- PENNYCOOK, A. Uma linguística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 67-83.
- RAJAGOPALAN, K. Uma linguística aplicada plenamente emancipada: um sonho ou uma perspectiva concreta? *Linguagem em foco*, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 13- 18, 2010.
- RODRIGUES, R. H.; CERUTTI-RIZZATTI, M. E. Linguística Aplicada: constituição e ressignificação como campo de estudos linguísticos. In: RODRIGUES, R. H.; CERUTTI-RIZZATTI, M. E. *Linguística aplicada: ensino de língua materna*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. p. 11-32.
- SANTOS, B. de S. *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. Montevideo: Trilce, 2010.
- SANTOS, B. de S. Por que as epistemologias do Sul? Caminhos artesanais para futuros artesanais. In: SANTOS, B. de S. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 17-38.
- SANTOS, B. de S. *Toward a new common sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. New York: Routledge, 1995.
- SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SIGNORINI, I. Epistemologias da pesquisa no campo aplicado dos estudos da língua(gem). *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 3-6, 2015.
- TOMASELLI, C. K.; LUCENA, M. I. P. Inovação temática e epistemológica: propostas e desafios para a pesquisa em Linguística Aplicada do Século XXI. *Línguas & Letras*, Cascavel, v. 18, n. 41, p. 4-19, 2017.

DEZ OBRAS PARA CONHECER ANÁLISE DO DISCURSO

LUIZ FELIPE ANDRADE SILVA
ADRIANA SANTOS BATISTA

INTRODUÇÃO

Ao compor um guia de leitura para uma área amplamente disseminada nos estudos linguísticos do Brasil, é necessário considerar que as escolhas passam necessariamente pelas nossas próprias leituras e orientações como pesquisadores, pelo diálogo com outras listas já compostas por estudiosos da área, pela definição do público leitor e pelo contexto de elaboração. Assim, delimitamos as nossas indicações nos campos dos estudos discursivos, principalmente, na área com frequência (mas não exclusivamente) denominada como Análise do Discurso e em estudos linguísticos interdisciplinares que se valem de seus conceitos. Para tanto, tomamos como público-alvo alunos de graduação em Letras e também de outros cursos em busca de conhecer e se aprofundar nos estudos discursivos, professores da educação básica e interessados em geral.

O caminho de leitura proposto busca possibilitar a democratização do acesso a materiais que, embora não sejam fundadores da área, dialoguem proficuamente com as obras a partir das quais a Análise do Discurso se desenvolveu e se consolidou no Brasil. Tal escolha nos permite ainda valorizar os esforços e contribuições que os pesquisadores no país têm feito para a divulgação de

seus princípios teóricos e metodológicos e para a consolidação de um conjunto apreciável de revistas acadêmicas e portais de divulgação científica, aos quais nos reportaremos no decorrer do texto.

Tomamos como parâmetro para a escolha das indicações a integrem a lista a sua disponibilidade, o acesso livre do material pela internet sempre que possível. Dado que o projeto surgiu já durante o contexto da pandemia da covid-19, em que situações de privação das mais variadas se impuseram para a sociedade, parece-nos uma escolha ética que essa lista contenha predominantemente materiais que possam ser consultados livremente por aqueles que pretendem iniciar sua caminhada de estudos. Cabe a nós uma postura responsável frente a este momento de modo que se possa valorizar uma forma de fazer e compartilhar ciência em que o acesso seja priorizado.

Em contrapartida, gostaríamos de salientar que é necessário, se não urgente, que o trabalho acadêmico deva se voltar, mesmo que criticamente, às obras inaugurais da disciplina em que se insere. A leitura dos clássicos das diversas áreas, tanto das Letras quanto dos diversos outros campos do saber, muitas vezes é obliterada, seja pela dificuldade enfrentada pelos neófitos na matéria em “transpor” as barreiras impostas pela linguagem com que essas obras (a fim de evitem certo simplismo) são compostas, seja pela inescapável “obsolescência” que acomete as publicações mais antigas.

Tal “obsolescência” é produto do próprio desenvolvimento do acúmulo teórico, etapa inevitável da disciplinarização e da consolidação de um campo de pesquisa qualquer, e se reforça pelo próprio princípio do “corte epistemológico continuado” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 182-183) que a orienta. Esse princípio diz respeito à necessidade de uma disciplina de cunho histórico-social, como a Análise do Discurso, rever continuamente as próprias bases em que foi fundada, a fim de não perder potencial crítico. A revisão, contudo, de suas bases não implica o descarte daquilo que lhe é constitutivo e a diferencia de outras disciplinas com que compartilha (e disputa) o campo do saber em que se insere. Vivendo em uma formação social na qual o “novo” parece ter vantagens sobre o “clássico” ou o “antigo”, aqueles que visam se debruçar sobre tão profícua e multifacetada área do domínio, precisam atentar para os seus textos fundantes, sob a pena de – como afirma Maingueneau (1990, p. 66) – nos portarmos como os personagens dos desenhos animados que, “[...] sem o saber, andam no vazio; percebendo repentinamente que deixaram o solo firme, eles caem no abismo”.

Assim sendo, colocamos como “bússola” desse percurso que sugerimos ao leitor dois “polos magnéticos”: 1) o livre acesso sempre que possível; e 2) o equilíbrio entre materiais que propiciem conhecimento tanto sobre os pressupostos basilares da área, quanto sobre possibilidades de pesquisas realizadas atualmente no Brasil. Cabe destacar a existência de outras listas com sugestões de leituras, como, por exemplo, a elaborada por Sírio Possenti (2016), que apresenta indicações de obras fundamentais para o conhecimento da Análise do Discurso.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ÁREA

Antes de prosseguirmos, talvez se faça necessária ainda uma ressalva, que se coaduna àquilo que já definimos brevemente como “nossas próprias leituras e orientações como pesquisadores”. A simples delimitação de um campo tão diverso com a Análise do Discurso a partir do gentílico “francesa”, que faz referências à elaboração teórica pecheuxtiana e às contribuições dos pesquisadores ligados ao seu grupo de pesquisa no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), não é suficiente. Se por um lado, tal adjetivação – francesa – nos separa de outras vertentes teóricas. por outro, homogeneiza artificialmente um conjunto diverso de desdobramentos e filiações teóricas, do qual a aproximação deve ser realizada com cautela.

A história da Análise do Discurso na França, tal qual elaborada por Maldidier (2003) e Mazière (2007), e pelo próprio Pêcheux em um de seus últimos textos (2010 [1983]), poderia ser organizada em fases. Cada uma delas caracteriza-se por um escopo teórico e metodológico e a prevalência de determinado tipo de *corpus*, e compreende um número crescente de pesquisadores em torno da figura aglutinadora de Michel Pêcheux. O que se observa nessas fases é a ampliação dos *corpora* de análise e um aprofundamento crítico da teoria sobre si mesma, realizado a partir do contato entre teoria e dispositivo analítico, face aos textos específicos que vão sendo analisados.

A compreensão dessas fases se faz necessária, uma vez que há uma contínua revisão de alguns dos instrumentos teóricos e analíticos desenvolvidos; no entanto, deve-se considerar que aquilo que a partir do que se constitui esse campo de estudos e que delimita sua especificidade se mantém: no caso, o *objeto teórico* a que se dedica, o discurso. Trata-se, como o próprio nome indica, não de um “objeto empírico”, encontrado tal qual no mundo, “a olhos nus”, mas de

um objeto que é construído a partir de um instrumento que já implica, em si, uma teoria e uma metodologia de análise.

Pêcheux começa sua reflexão a partir de uma crítica às ciências sociais, em virtude de se valerem da linguagem em suas pesquisas, sem considerá-la em sua “espessura semântica”, ou seja, as ciências sociais compreendem a linguagem como algo transparente, dado, cujo sentido pode ser facilmente apreendido. Por outro lado, Pêcheux critica a Linguística por desconsiderar ou por considerar como transparentes a história e o sujeito, sem se ater à ideologia e ao inconsciente. Assim sendo, a Análise do Discurso se constitui como uma “disciplina de entremeio”, no intervalo entre as ciências sociais e as ciências da linguagem, como “teoria da interpretação” que busca levar em consideração o modo como os sentidos são produzidos de forma nem integralmente linguística, nem intencional, nem neutra, mas sempre atravessada pela opacidade do simbólico, pelo inconsciente do sujeito e pelo político.

Para tanto, elege como seu objeto o discurso: “efeito de sentidos entre [interlocutores]”. (PÊCHEUX, 2019 [1969], p. 39) Considera-se, assim, não apenas que não haja univocidade do sentido (um sentido único, correto), nem que ele esteja inscrito exclusivamente em um texto, ou em uma materialidade discursiva. Os sentidos se produzem na relação, no entre, em movimento constante, e para compreender como determinados efeitos de sentidos são possíveis, e não outros, é preciso observar a relação da linguagem com sua exterioridade, não como contexto empírico observável, mas como um imaginário social que determina os lugares de produção e de recepção desses textos.

Em sua primeira fase, a Análise do Discurso se dedica ao estudo dos textos políticos de esquerda, na França, de modo que a relação entre linguagem e sua exterioridade é tomada de forma bastante mecânica – Pêcheux chega a falar em “máquina discursiva” –; com o tempo e a construção de *corpora* diversificados, quebra-se essa homogeneidade e passa-se a entender o discurso (e o sujeito) como dispersão, como algo que compreende em si mesmo o diferente, o heterogêneo... Na terceira fase, acentua-se assim “[...] o primado teórico do *outro* sobre o mesmo”. (PÊCHEUX, 2010 [1983], p. 311)

Com o falecimento de Pêcheux e o incremento dos mecanismos neoliberais de financiamento das pesquisas, que fomentaram a hipercompetitividade na academia (tanto na França quanto no Brasil), pode-se observar uma pulverização do núcleo de pesquisas que se construiu ao seu redor. No número

117 da prestigiada revista *Langages*, Dominique Maingueneau substitui “[...] o singular ‘*análise do discurso*’ pelo plural ‘*análises do discurso*’”¹ (MAINGUENEAU, 1995, p. 5, grifo do autor, tradução nossa) na França. Apesar de se dividir em diversas tendências e correntes, particularizadas pelas relações teóricas tecidas e pelo privilégio concedido a determinado tipo de *corpus* em detrimento de outros, porém, o autor reconhece a existência de “tendências francesas” que nos permitem considerá-las em bloco.

No *Dicionário de Análise do Discurso* (2008), em parceria com Charaudeau, Maingueneau delimita algumas dessas características comuns: o interesse por *corpus* restrito, privilegiadamente escrito e com interesse histórico; a relação privilegiada com os estudos da enunciação linguística; a consideração das propriedades linguísticas das unidades de um enunciado; a importância dada à inter-relação entre discursos diversos, postos em comparação e diálogo; a reflexão sobre o sujeito do discurso. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 202)

No Brasil, o desenvolvimento da Análise do Discurso inicia-se, durante a ditadura militar – em 1967, de acordo com Orlandi (2014) –, na Universidade de São Paulo (USP) e na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, mas foi na Universidade de Campinas (Unicamp) que se institucionalizou a partir da criação de uma disciplina de graduação e do desenvolvimento de projetos de pesquisa que possibilitaram a concessão de bolsas de pesquisa a mestrandos e doutorandos. Pode-se dizer que essa universidade, e o grupo de ex-orientandos em torno dos nomes, principalmente, de Eni Orlandi, Eduardo Guimarães, Haquira Osakabe e João Wanderley Geraldi, funcionou, para a história da Análise do Discurso no Brasil, da mesma forma que o CNRS para o seu desenvolvimento na França.

Hoje, a partir dos desdobramentos de pesquisas e dos desafios que a teoria encontrou na sua relação com *corpora* brasileiros, chega-se mesmo a falar em “Análise do Discurso do Brasil”, em oposição à uma “Análise do Discurso no Brasil” (PAULA; STAFUZZA, 2010), área profícua, que dispõe de diversos polos de pesquisa nas universidades do país e uma ampla rede de publicações periódicas.² Mais do que isso, pode-se dizer que se trata de uma disciplina que se reorganizou a partir de um “processo de descolonização” (ORLANDI, 2014)

1 Do original: “[...] au singulier de ‘l’analyse du discours’ le pluriel ‘les analyses du discours’”.

2 Para um panorama dos estudos discursivos no Brasil, confira Barros (1999).

que lhe dá contornos particulares, principalmente no que tange ao diálogo com diversos campos do saber (História, Antropologia, Sociologia) e mesmo diversas áreas dos estudos da linguagem (História das Ideias Linguísticas, Linguística Indígena, Formação do Leitor, Semântica Argumentativa). A autora afirma ainda que

o modo como a AD se desenvolve na América Latina pode, e deve, ser diverso daquele com o qual esta se desenvolveu na França. É isso que eu expressaria dizendo que a AD, se somos consequentes com seus pressupostos, ao mesmo tempo em que produz uma certa forma de conhecimento, nos obriga a uma tomada de posição frente à história das ciências. (ORLANDI, 1990, p. 33)

E continua, dizendo que não se trata simplesmente de ignorar ou desprezar o conhecimento/produção em outros centros (europeus, norte-americanos), mas de “[...] nos situar criticamente em certas regiões de sentidos, não impô-los, mas sustentá-los em nossas relações intelectuais com o que não é a América Latina”. (ORLANDI, 1990, p. 34)

As publicações que essa lista propõe como uma aproximação a esse campo não têm a pretensão (inexequível) de dar conta de toda a dispersão do campo sinteticamente conhecido como Análise do Discurso; elas também não visam traçar uma cronologia difusa da área. Isso não implica, porém, que a ordem como a apresentamos seja aleatória; propomo-la como uma forma de contemplar leitores em diferentes etapas de conhecimento teórico.

Como uma espécie de método de leitura, recomendamos que os leitores fiquem atentos aos conceitos mais frequentes nessas publicações e mesmo às fontes bibliográficas. Observará como cada autor chama ao seu texto as vozes de Lacan, Althusser, Marx, Canguilhem, Bachelard, Foucault e poderá costurar, assim, sua reflexão com outras teorias, produzindo uma trilha interminável. A expansão do conhecimento teórico, em qualquer área, se organiza sob a forma de uma espécie de rizoma (DELEUZE; GUATTARI, 2014): a partir da entrada em um texto, em uma disciplina, oferecem-se inúmeros trajetos que podem ser perseguidos a partir dos interesses do leitor, dos acasos e dos encontros. Propomos, assim, que a esse percurso apresentado (um dos muitos

possíveis) se somem inúmeros outros, que se complementem, se aproximem ou mesmo se afastem. Afinal, como salienta Orlandi, a própria “[...] palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento”. (ORLANDI, 2009, p. 15)

O ESSENCIAL (E POSSÍVEL) SOBRE ANÁLISE DO DISCURSO

MARIANI, B. (org.). *Enciclopédia Virtual de Análise do Discurso e áreas afins* (Encidis). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2019. E-book. Disponível em: <http://encidis-uff.com.br/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

Iniciamos o percurso de leitura a partir de um canal de vídeos intitulado a *Enciclopédia Virtual de Análise de Discurso (enciDIS)*,³ organizada em paralelo ao projeto de pesquisa “Produção da enciclopédia audiovisual virtual em análise do discurso e áreas afins: novos verbetes e legendagem para divulgação científica”, pela profa. dra. Bethania Mariani, da Universidade Federal Fluminense (UFF). No canal encontram-se vídeos curtos nos quais diversos pesquisadores da área, de inúmeras instituições de ensino do país, abordam sejam conceitos teóricos da Análise do Discurso, como Memória discursiva, Historicidade, Formação Discursiva, sejam temas e objetos dos quais os pesquisadores se ocupam, tais quais Discurso e Poesia, Voz, Ensino etc.

A *enciDIS* nos oferece um panorama amplo das pesquisas no país, em virtude da apresentação de alguns nomes de prestígio na área, além de tornar acessível sínteses acerca de assuntos que possuem uma vasta e complexa bibliografia. Ademais, em virtude da criticidade que enforma o *modus operandi* da área, lançando questões à produção científica e à pretensa informatividade dos textos, os vídeos-verbetes da *enciDIS* e o projeto como um todo são objeto, eles mesmos, de reflexões, compiladas no volume *Enciclopédia audiovisual virtual de termos, conceitos e pesquisas em Análise de Discurso e áreas afins*. (MARIANI, 2016)

3 Disponível em: <https://www.youtube.com/c/encidis/featured>. Acesso em: 4 jan. 2020.

ORLANDI, E. P. *Volatilidade da interpretação: política, imaginário e fantasia*. [S. l.]: ABRALIN, 18 maio 2020. 1 vídeo (1 h 55 min 08s). [Conferência]. Projeto Abralin ao Vivo – Linguists Online. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MjCsJxfiXtg&t=1520s>. Acesso em: 1 nov. 2020.

Durante a pandemia, a comunidade acadêmica buscou saídas para contornar a impossibilidade de realização de eventos presenciais, como congressos e simpósios, os quais sempre se caracterizam como espaços privilegiados para o diálogo entre pesquisadores e estudantes de diversas instituições. A Associação Brasileira de Linguística, promotora de eventos periódicos em todo o território nacional, propôs uma série de conferências *on-line* com pesquisadores brasileiros e estrangeiros, primando pela acessibilidade (haja vista a sua disponibilização em Libras).

Sugerimos, dessas conferências, aquela ministrada pela profa. dra. Eni P. Orlandi, nome ao qual já fizemos referência algumas vezes neste guia. Ao abordar a pandemia como acontecimento discursivo, Orlandi focaliza a incerteza como um elemento constitutivo na apreensão dos sentidos, valendo-se de inúmeros conceitos e ferramentas teóricas que desenvolveu ao longo de sua trajetória acadêmica. Dentre esses, destacam-se a ideia de silêncio como elemento constitutivo da linguagem, sem o qual é impossível significar, e a noção de dispersão, retrabalhada a partir das contribuições de Foucault e Pêcheux.

POSSENTI, S. *Humor e análise do discurso*. [S. l.]: Parábola, 2020. 5 vídeos (1 h 37 min 21 s). [Minicurso]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=O_MSAXzwnFY&list=PLJTYyIbCOTwKXB0ygfFx4g6Sq9X4cWZMk&index=1. Acesso em: 9 dez. 2020.

O prof. dr. Sírio Possenti apresenta, nesse minicurso em cinco aulas, alguns resultados de sua extensa pesquisa sobre humor e Análise de Discurso. Seus trabalhos privilegiam o modo como a materialidade linguística é acionada para a produção de humor e a relação entre humor e a circulação de sentidos na sociedade, tanto do ponto de vista crítico (principalmente em relação a textos de ordem política) quanto da manutenção do machismo, do racismo etc. Para tanto, vale-se privilegiadamente das contribuições de Dominique Maingueneau.

Maingueneau é um teórico que, assim como outros ligados inicialmente a Pêcheux, desenvolveram novas perspectivas; no caso, a partir de uma inter-relação

entre a noção de prática discursiva (MAINGUENEAU, 1997), segundo a qual o discurso é compreendido como integralmente social e textual, e contribuições da Pragmática e da Teoria da Enunciação. Maingueneau recupera da Pragmática o conceito de prática linguageira como ação que produz efeitos na organização social e, a partir da Teoria da Enunciação, compreende a cena enunciativa, isto é, o modo e o contexto no qual se produzem os enunciados como constitutivos de sua produção de sentidos.

Neste minicurso, Possenti vale-se dessa vertente para a análise de piadas, esquetes de humor e cartuns. A escolha desse *corpus* baseia-se na premissa de que “as piadas [e textos de humor em geral] são uma espécie de sintoma [das questões sociais]” (POSSENTI, 1998, p. 25) e fornecem pistas (textuais) para compreender alguns temas controversos. O minicurso oferece-nos, assim, a possibilidade de acompanharmos a aplicação de alguns conceitos na análise de fatos da linguagem, de maneira dinâmica. Além disso, após assistir às cinco aulas, é possível solicitar um certificado de conclusão.

SOUZA, P. de. *Análise de discurso*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. Disponível em: https://petletras.paginas.ufsc.br/files/2016/10/Livro-Texto_Analise-do-Discurso_UFSC.pdf. Acesso em: 5 jan. 2021.

Esta leitura visa a dar uma organicidade aos conceitos já apresentados na *enciDIS* e nos demais vídeos apresentados. Trata-se de uma espécie de guia ou manual voltado a alunos de graduação, disponibilizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): *Análise de discurso*, de Pedro de Souza (2014). Doutor em Linguística pela Unicamp, com a tese posteriormente publicada em livro, *Confidências da carne* (1997), o autor tem se dedicado ultimamente à análise de materialidades semióticas diversas (voz, imagens), sempre mantendo um diálogo com a obra do filósofo Michel Foucault. O manual de sua autoria espelha esses interesses, trazendo exercícios de análise compostos por canções, filmes, peças publicitárias e fotografias, além de traçar inúmeros diálogos entre a teoria da Análise do Discurso e o pensamento de Foucault. Ao mesmo tempo, porém, não deixa de lado a apresentação dos conceitos fundamentais e do dispositivo analítico da área, tomando como vetor um outro já clássico manual de introdução à área: *Análise de discurso: princípios e procedimentos*, de Eni Orlandi (2009).

Na primeira parte do livro, Pedro de Souza destaca as questões que a Análise do Discurso traz para o campo dos estudos da linguagem, a partir de sua crítica à concepção de linguagem, língua e fala de Saussure. Para tanto, convoca não apenas Pêcheux e Foucault, mas também Barthes, Lacan e Milner (esses últimos do campo da Psicanálise). A partir dessas considerações, o autor busca lançar luz à emergência do discurso como objeto teórico, não previsto inicialmente na constituição da Linguística, e opõe-se à concepção de discurso com um nível de análise dos fenômenos da linguagem que se somaria à Fonética, à Fonologia, à Morfologia, à Sintaxe e à Linguística Textual. Marca-se, assim, de princípio o lugar conflituoso que uma disciplina como a Análise do Discurso assume no campo científico e ainda como não visa solucionar tal conflito, mas mantê-lo sob constante tensão.

A segunda e a terceira parte, por sua vez, dedicam-se respectivamente às contribuições da *arqueologia* de Foucault e às proposições de Pêcheux e Orlandi. Lidas em conjunto, valorizam-se muito mais os pontos de contato entre esses dois polos do que propriamente as suas divergências, sem deixar de contemplar as especificidades das contribuições de cada autor. Outro aspecto que se deve salientar na leitura dessas partes é a ênfase dada à figura da pesquisadora brasileira Eni Orlandi, tratada não como “reprodutora” ou “aplicadora” da teoria de Pêcheux, mas como uma teórica que contribui de forma original para a ampliação dos estudos na área, em que se destacam as obras *As formas do silêncio* (2007) e *Terra à vista!* (1990).

Finalmente, em sua quarta e última parte, *Análise de discurso*, são trazidos exemplos que mostram a operacionalização dos conceitos construídos no trato, sempre desafiador, com o *corpus*. A análise começa com um processo de “dessuperficialização” do texto, ou seja, com a passagem da materialidade discursiva (sua textualidade) ao discurso como efeito de sentidos. Esse processo envolve a deslinearização do texto, pela criação de recortes que permitem compreender o funcionamento específico de determinadas formas linguísticas para a produção de alguns (não todos, nem apenas um) sentidos que serão compreendidos em relação ao processo discursivo. Isso implica dizer que, após essa dessuperficialização, o analista deve compreender o discurso a partir de sua inscrição na história, conseqüentemente, na ideologia, no político (aquilo que chamamos “condições de produção”). É através dessas etapas que a própria teoria vai se consolidando e se reorganizando, a partir de seu rebatimento com/sobre o *corpus*.

GRUPO DE ESTUDO DE ANÁLISE DO DISCURSO (GEADA). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, [202-]. Disponível em: <http://geadaararaquara.blogspot.com/>. Acesso em: 1 dez. 2020.

O *blog* do Grupo de Estudos de Análise do Discurso, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), de Araraquara, reúne a produção, em diferentes meios, dos membros do grupo liderado pela profa. dra. Maria do Rosário Gregolin. Em comparação às indicações apresentadas anteriormente, esta diferencia-se por suas especificidades teóricas e metodológicas, posto que suas pesquisas centram-se nas contribuições de Michel Foucault para a constituição da Análise do Discurso.

Na descrição disponível no *blog*, destaca-se a relevância social dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo “na medida em que auxiliam na tarefa de pensar o papel do discurso na construção da nacionalidade, focalizando fontes históricas, textos que circulam no meio escolar e textos da mídia”. Aos que desenvolvem ou pretendem desenvolver pesquisas sobre discurso escolar e/ou midiático, há indicações de dissertações, teses, artigos e livros.

Cabe ainda um destaque à *webserie Análise do Discurso com Michel Foucault*. Fruto das aulas ministradas pela profa. dra. Maria do Rosário Gregolin no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Unesp-Araraquara, ela possui, até o momento, uma temporada com três episódios. No primeiro deles são apresentados os três momentos da obra de Foucault: a arqueologia do saber, a genealogia do poder e a genealogia da ética; no segundo e no terceiro a professora discute, respectivamente, os conceitos de “dispositivos de poder” e “dispositivo escolar”.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, [202-]. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/site/web/index.php>. Acesso em: 6 jan. 2020.

O Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb) é um “núcleo de pesquisa multidisciplinar” que desenvolve inúmeras atividades desde 1992. Ainda que seu objeto inicialmente fosse a relação entre o saber urbano e a linguagem, tomada a partir de uma perspectiva discursiva, com o tempo foi agregando inúmeros projetos de pesquisa que se relacionam à história das ideias linguísticas. Este campo objetiva avaliar as implicações políticas e sociais dos estudos

da linguagem, mesmo antes da consolidação da Linguística como campo científico autônomo. Busca avaliar, portanto, dicionários, gramáticas, descrições linguísticas como instrumentos que são sintoma e causa de inúmeros efeitos ideológicos na formação histórica da sociedade brasileira.

O portal oferece um variado material de estudo e pesquisa: desde publicações como as revistas *Rua* e *Língua e instrumentos linguísticos* até vídeos com conferências e encontros, incluindo duas enciclopédias: a Enciclopédia das Línguas do Brasil e Enciclopédia Discursiva da Cidade. Nela se encontram verbetes críticos sobre diversos assuntos, em que se destaca uma compreensão da espacialidade como uma materialidade que produz sentidos, ou seja, como discurso.

ANAIS DO SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO (SEAD). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003-. [Vinculada de 2003-2013 à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com publicação em Porto Alegre]. Disponível em: <https://www.discoursead.com.br/anais-do-sead>. Acesso em: 4 dez. 2020.

O site em que estão disponíveis os anais do Seminário de Estudos em Análise do Discurso (SEAD), evento vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras e ao Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), é uma ferramenta de grande auxílio para os que pretendem conhecer os temas que têm sido pesquisados em Análise do Discurso no Brasil desde 2003. Com a reunião dos trabalhos completos apresentados nas diferentes edições do evento, desde a sua criação até sua consolidação como um dos principais seminários da área, é possível vislumbrar como diferentes perspectivas teóricas têm sido mobilizadas, os conceitos mais empregados e os temas mais ou menos presentes.

Há ainda diversos textos oriundos de pesquisas aplicadas a determinados temas específicos, permitindo que se observem movimentos analíticos (gestos de interpretação) sobre materialidades discursivas diversas. Com isso torna-se explícito o caráter transdisciplinar da Análise do Discurso, ou seja, o seu múltiplo diálogo com outros campos do conhecimento, nos quais ela se insere sobre a forma da fissura, do entremeio, ao considerar obras (literárias), notícias e documentos (históricos) em sua discursividade.

CADERNO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS: o discurso e suas análises. Campinas: Unicamp, v. 19, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/issue/view/425>. Acesso em: 5 jan. 2021.

As revistas científicas são um instrumento fundamental para a circulação e ampliação das pesquisas, permitindo tanto o diálogo entre pesquisadores de diversas instituições quanto o acesso universal aos novos desenvolvimentos de cada área, a partir da implementação de suas versões *on-line*. No âmbito dos estudos da linguagem no Brasil, algumas dessas publicações tiveram um importante papel para a consolidação de linhas teóricas, disciplinas e campos de pesquisa. Dentre essas, destacamos o *Caderno de estudos linguísticos*, da Unicamp, publicado desde 1978.⁴

O volume que indicamos, publicado em 1990 e organizado por Eni Orlandi e João Wanderley Geraldi, compreende um conjunto de textos inescapável a quem se interessa pelo “discurso e suas análises”. Dele, constam um artigo de Pêcheux, “Delimitações, inversões e deslocamentos”, no qual o autor aborda a relação entre discurso e revolução; a importante contribuição de Authier-Revuz para a abertura do objeto teórico da Análise do Discurso, “Heterogeneidade(s) enunciativa(s)”, no qual a autora apresenta de forma sucinta sua teoria acerca das heterogeneidades constitutiva e mostrada, formas de explicitação da voz do outro no fio de um discurso; um importante trabalho de Henry para a compreensão da noção de pré-construído, “Construções relativas e articulações discursivas”; além do já citado texto de Maingueneau – “Análise de discurso: a questão dos fundamentos”.

Dentre os artigos brasileiros compilados no volume, temos uma diversidade de perspectivas teóricas e reflexões, dando uma visão mais complexa e ampliada das questões que atravessam o discurso. Destacamos desse conjunto o artigo de Coudry e Morato, “Aspectos discursivos da afasia”, pioneiras na elaboração de uma teoria discursiva da Neurolinguística, e o artigo de Fiorin, “Tendências

4 A título de justiça, mas sem impormo-nos a tarefa de elencar todas as publicações da área (encontradas na *Plataforma Sucupira*; sucupira.capes.gov.br), gostaríamos de chamar atenção para outras revistas que tiveram importante papel para a consolidação dessa área no Brasil, como a *Revista Estudos Linguísticos*, do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo; a *D.E.L.T.A.*, da PUC-SP; os *Cadernos de Linguagem e sociedade*, da UnB; a *Linguagem em (Dis)curso*, da UNISUL; a *Investigações*, da UFPE; e a *Revista do GELNE*, do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste.

da análise do discurso”, no qual aponta as contribuições dos estudos discursivos para a Linguística.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. et al. (org.). *Discurso e poder: teoria e análise.* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2020. Disponível em <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/549/485/1871-1>. Acesso em: 1 dez. 2020.

Esta indicação diz respeito à publicação mais recente resultante do Encontro de Pós-Graduandos em Estudos Discursivos da USP, encontro anual que desde 2009 tem promovido espaço de diálogo entre pesquisadores de programas de pós-graduação da USP e de outras instituições. Após cada edição, os textos referentes aos trabalhos apresentados são avaliados por comissões científicas e os capítulos aprovados integram livros, todos disponíveis no *site* do evento.⁵

Por se tratar de evento que aborda os Estudos Discursivos de modo amplo, há capítulos que tomam como base diferentes correntes teóricas. Assim como os anais do SEAD, indicados anteriormente, sua leitura propicia um panorama sobre temas, metodologias e formas de interdisciplinaridade que vêm se materializando nas pesquisas nos últimos anos.

OLIVEIRA, L. A. (org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas.* São Paulo: Parábola, 2013.

A tensão entre o interesse crescente pelos estudos discursivos em contraste com o pequeno espaço em currículos de Letras frente a outras áreas da Linguística é citada logo na introdução de *Estudos do Discurso: perspectivas teóricas*, organizado por Luciano Amaral Oliveira, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Neste livro, mais do que uma apresentação dos principais teóricos que contribuíram para o desenvolvimento dos estudos discursivos, coloca-se em primeiro plano a seriedade inerente às questões que o discurso nos apresenta: “[...] em uma era dominada pelas tecnologias da informação, pelo poder da palavra, pela manipulação midiática da palavra, fica cada vez mais evidente que discurso é coisa séria. Muito séria”. (OLIVEIRA, 2013, p. 8-9)

5 Ver em: <http://eped.fflch.usp.br/publicacoes>.

Com capítulos que apresentam contribuições de diferentes pensadores para os estudos discursivos, o livro tem como público-alvo estudantes de Letras, graduandos e pós-graduandos que pretendem conhecer minimamente a pluralidade dos estudos discursivos. Cada capítulo historiciza e analisa as contribuições dos seguintes teóricos: Gramsci, Bakhtin, Althusser, Lacan, Foucault, Bourdieu, Ducrot, Pêcheux, Charaudeau, Maingueneau, Fairclough e Van Dijk. Embora das indicações apresentadas nesta lista esta seja a única não disponível em livre acesso na internet, optamos por inseri-la por sua abrangência teórica e pelo fato de inserir textos sobre autores cujos escritos foram fundamentais para a constituição de diferentes correntes dos estudos discursivos.

REFERÊNCIAS

- ANAIIS DO SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO (SEAD). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003-. [Vinculada de 2003-2013 à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com publicação em Porto Alegre]. Disponível em: <https://www.discoursead.com.br/anais-do-sead>. Acesso em: 4 dez. 2020.
- BARROS, D. L. P. de. Estudos do texto e do discurso no Brasil. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 15, n. especial, p. 183-199, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501999000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1 dez. 2020.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação de tradução por Fabiana Komesu. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Kafka: por uma literatura menor*. Tradução de Cíntia Vieira da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- FUNDO MICHEL PÊCHEUX. *Centro de Documentação Urbana*, São Paulo, [201-]. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/cedu/fundo.php>. Acesso em: 4 jan. 2021.
- GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. et al. (org.). *Discurso e poder: teoria e análise*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.u.sp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/549/485/1871-1>. Acesso em: 1 dez. 2020.
- GRUPO DE ESTUDO DE ANÁLISE DO DISCURSO (GEADA). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, [202-]. Disponível em: <http://geadaararaquara.blogspot.com/>. Acesso em: 1 dez. 2020.
- MAINGUENEAU, D. Análise de discurso: a questão dos fundamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, p. 65-74, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636826>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução de Freda Indursky. 3. ed. Campinas: Pontes: Editora da Unicamp, 1997.

- MAINGUENEAU, D. Présentation. *Langages*, Paris, ano 29, n. 117, p. 5-11, 1995. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1995_num_29_117_1702. Acesso em: 20 dez. 2020.
- MALDIDIÉR, D. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux*. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.
- MARIANI, B. (org.). *Enciclopédia audiovisual de termos, conceitos e pesquisas em análise do discurso e áreas afins: investigação, inovação, divulgação*. Rio de Janeiro: Makunaima: FAPERJ, 2016. Disponível em: http://www.edicoesmakunaima.com.br/wp-content/uploads/2022/07/ebook_enciclopedia_audiovisual_virtual_em_ad.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.
- MARIANI, B. (org.). *Enciclopédia virtual de Análise do Discurso e áreas afins* (Encidis). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2019. *E-book*. Disponível em: <http://encidis-uff.com.br/>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- MAZIÈRE, F. *A análise do discurso: história e práticas*. Tradução de Marcos Marciolino. São Paulo: Parábola, 2007.
- OLIVEIRA, L. A. (org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013.
- ORLANDI, E. P. *Terra à vista! Discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- ORLANDI, E. P. *Ciência da linguagem e política: anotações ao pé das Letras*. Campinas: Pontes, 2014.
- ORLANDI, E. P. Volatilidade da interpretação: política, imaginário e fantasia. [S. l.]: ABRALIN, 18 maio 2020. 1 vídeo (1 h 55 min 08 s). [Conferência]. Projeto Abralín ao Vivo – Linguists Online. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MjCsjxfiXtg&t=1520s>. Acesso em: 1 nov. 2020.
- PAULA, L. de; STAFUZZA, G. (org.). *Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil: três épocas histórico-analíticas*. Uberlândia: EDUFU, 2010.
- PÊCHEUX, M. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010 [1983]. p. 307-315.
- PÊCHEUX, M. *Análise automática do discurso*. Tradução de Eni P. Orlandi e Greciely Costa. Campinas: Pontes, 2019 [1969].
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Tradução de Eni P. Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2009 [1975].

POSSENTI, S. *Humor e análise do discurso*. [S. l.]: Parábola, 2020. 5 vídeos (1 h 37 min 21 s). [Minicurso]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=O_MSAXzwnFY&list=PLJTYyIbCoTwkXBoygffx4g6Sq9X4cWZMk&index=1. Acesso em: 9 dez. 2020.

POSSENTI, S. *Os humores da língua: análises linguísticas de piadas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

POSSENTI, S. Os 6 livros definitivos sobre análise do discurso. *Parabolablog*, São Paulo, 8 jun. 2016. Disponível em: <https://www.parabolablog.com.br/index.php/blogs/os-6-livros-definitivos-sobre-analise-do-discurso>. Acesso em: 4 jan. 2021.

SOUZA, P. de. *Análise de discurso*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. Disponível em: https://petletras.paginas.ufsc.br/files/2016/10/Livro-Texto_Analise-do-Discurso_UFSC.pdf. Acesso em: 5 jan. 2021.

SOUZA, P. de. *Confidências da carne: o público e o privado na enunciação da sexualidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

DEZ OBRAS PARA CONHECER A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

DANIELE DE OLIVEIRA

INTRODUÇÃO

Poucas áreas do conhecimento podem se dar ao luxo de ter uma data de nascimento que marca o início dos estudos naquele campo. A Análise Crítica do Discurso (ACD) tem. Nascida em janeiro de 1991, em um congresso em Amsterdã, a ACD nasceu do anseio de alguns linguistas críticos em formalizar uma agenda de estudos cujo objetivo central é investigar como a desigualdade social se manifesta no discurso.

Participaram desse congresso Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Teo van Leeuwen e Ruth Wodak. Não por acaso esses são os expoentes mundiais, além de precursores, nos estudos da ACD. É importante lembrar que todos eles já se dedicavam a fazer análises críticas de discurso anteriormente, mas não de forma organizada com uma agenda de pesquisa. O encontro em Amsterdã é conhecido, portanto, como o início institucional da ACD.

Um outro dado importante é que os analistas críticos do discurso não trabalham todos com os mesmos pressupostos teóricos. Na realidade, cada um deles desenvolve sua pesquisa com premissas, princípios e procedimentos específicos; o que os une é o posicionamento *crítico* e engajado em relação à desigualdade social, o que já sugere também o caráter *heterogêneo* e, portanto, multidisciplinar

da ACD, já que para discutir questões sociais e como elas se manifestam no discurso é importante lançar mão de conceitos e discussões provenientes de outras áreas de conhecimento, notadamente as ciências sociais.

No Brasil, a ACD chega pelas mãos de Izabel Magalhães com sua importante contribuição além da tradução para o português do livro de Norman Fairclough, *Discurso e mudança social* (2001), sobre o qual falaremos mais adiante. É a partir dos estudos de Izabel Magalhães que se desenvolveu um dos grupos mais ativos na pesquisa em ACD hoje no Brasil, na Universidade de Brasília (UnB), além de muitos outros pesquisadores espalhados pelo país. Não podemos nos esquecer da relevância das pesquisas empreendidas também na América Latina.

Como se trata de uma área de conhecimento relativamente nova e proveniente de diversos países, a maioria dos livros e artigos em ACD ainda está, principalmente, em língua inglesa. No entanto, já se encontra material suficiente em língua portuguesa para aqueles que pretendem enveredar pelos caminhos críticos do discurso. Mas fica também uma sugestão sobre um motivo a mais para aprender inglês.

É importante ressaltar que trabalhos em ACD podem ser encontrados também sob o rótulo de Análise do Discurso Crítica (ADC) – a partir do trabalho de Izabel Magalhães – ou Estudos Críticos do Discurso (ECD) – proposta de Van Dijk (2008) por entender que tal expressão reflete melhor o aspecto transdisciplinar da análise do discurso.

Passo agora a uma breve apresentação de uma série de livros e artigos que constituem leituras básicas para se conhecer a ACD. Ressalto, no entanto, que essa é uma lista parcial e, portanto, revela a posição de uma pesquisadora, além de incompleta como todas as listas, mas que foi feita com a intensão de ser apenas um primeiro passo nos estudos daqueles que optarem por se aprofundar e, eventualmente, desenvolver pesquisas, em ACD.

O ESSENCIAL SOBRE ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

O livro *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*, de Viviane Ramalho e Viviane de Melo Resende (Pontes, 2011),¹ é uma ótima

1 Ver em: https://www.academia.edu/16380228/An%C3%A1lise_de_discurso_para_a_cr%C3%ADtica_o_texto_como_material_de_pesquisa.

primeira leitura para um iniciante em ACD. Com uma leitura fluída e clara, as autoras apresentam os conceitos fundamentais da teoria de uma forma didática, além de apresentarem exemplos de práticas de análise a partir da abordagem teórica de Norman Fairclough para uma Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO).

As autoras fazem parte do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELIS), fundado pela precursora Izabel Magalhães, na UnB, há quase 30 anos. Elas compõem um grupo de pesquisadores que tem como meta a divulgação dos estudos críticos da linguagem no Brasil. Como a maior parte da teoria está publicada em inglês, as publicações de Viviane Ramalho e Viviane de Melo Resende se tornam ainda mais importantes, uma vez que facilitam o acesso de iniciantes à ACD.

Em *Análise do discurso (para a) crítica*, as autoras partem de uma apresentação dos conceitos que fundamentam a ACD – discurso, poder, ideologia, além de ressaltarem seu aspecto heterogêneo (há várias abordagens de ACD que estabelecem diferentes relações interdisciplinares); refletem sobre a postura *crítica* e, necessariamente, engajada na mudança social, da ACD, e sobre as ordens de discurso sob a ótica do Realismo Crítico; mostram como planejar pesquisas em ACD (que podem ser etnográficas ou documentais); e fecham o livro apresentando como fazer a análise textual, a partir das categorias analíticas propostas por Fairclough (2003) aplicadas a um texto midiático.

Dessa forma, elas evidenciam a relação entre linguagem e sociedade, como as relações de poder se manifestam na linguagem – nos discursos –, ressaltando a instabilidade das redes de ordens de discurso, ou seja, a possibilidade real de mudança.

Há também um artigo introdutório que apresenta a ACD mostrando historicamente sua constituição como área de pesquisa. Me refiro a “Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos”, de Ruth Wodak (2004), publicado na revista *Linguagem em (Dis)curso*. Esse artigo está disponível no site da revista,² o que permite uma “folheada” também nos outros artigos do mesmo número, já que todos são estudos em ACD e, portanto, demonstram o estado da arte naquela época.

2 Ver em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/297.

Uma das participantes do congresso em Amsterdã, Ruth Wodak adota uma abordagem histórica do discurso em seus estudos. Em “Do que trata a ACD”, a autora, usando uma linguagem acessível, conta a história do começo institucional da área; nos mostra como Linguística Crítica e ACD são termos intercambiáveis, apontando suas semelhanças, o que é evidenciado pelo grupo de analistas críticos apresentado pela autora: Gunther Kress, Roger Fowler, Norman Fairclough, Teun van Dijk, Ruth Wodak e Theo van Leeuwen. Todos esses autores eram linguistas críticos antes de se reunirem com a proposta da ACD. A autora ainda retoma os conceitos centrais – crítica, ideologia e poder – e fecha apontando questões e perspectivas abertas. Vale lembrar que o artigo é de 2004, ou seja, de lá para cá muita coisa já avançou, mas continua relevante exatamente por apresentar autores menos populares no Brasil, como Kress, Fowler, a própria Wodak e Van Leeuwen.

Fechando a tríade de textos com caráter bastante introdutório, para que você dê seus primeiros passos no conhecimento da ACD, apresento *Análise de Discurso Crítica: para linguistas e não linguistas*, organizado por José Ribamar Lopes Batista Jr., Denise Tamaê Borges Sato e Iran Ferreira de Melo (Parábola, 2018). Como se trata de um livro organizado, contém capítulos de autores variados o que permite uma visão mais heterogênea do campo de estudos.

Análise de Discurso Crítica é dividido em duas grandes partes: 1) Teoria e 2) Método. Em “Teoria” são apresentados aspectos teóricos fundamentais da ACD, tais como seu histórico (Iran Ferreira de Melo), suas bases filosóficas (Solange Maria de Barros), seus conceitos-chave (Josenia Antunes Vieira e Denise Silva Macedo), uma discussão sobre a dinâmica entre o discurso e a prática social (Paulo Roberto Gonçalves-Segundo) e, por fim, uma reflexão sobre a teoria social do discurso e a evolução da ACD (Luciane Cristina Eneas Lira e Regysane Botelho Cutrim Alves).

Já em “Método”, somos convidados a refletir sobre as possibilidades de metodologia de pesquisa em ACD. Para tanto, nos apresentam as categorias de análise propostas por Fairclough (Décio Bessa e Denise Tamaê Borges Sato), uma possibilidade de análise do discurso da mídia (André Ricardo Nunes Martins), a etnografia em ACD (Denise Tamaê Borges Sato e José Ribamar Lopes Batista Jr.) e uma reflexão sobre a importância de as análises serem consistentes partindo da análise dos erros mais comuns (Solange de Carvalho Lustosa).

Em suma, a leitura de *Análise de Discurso Crítica* vai te mostrar que fazer pesquisa em ACD vai muito além da análise de textos já que elas devem ser articuladas com outras áreas de conhecimento, e que a análise de textos propriamente dita demanda critério e consistência.

Agora que você já conhece as bases mais gerais da ACD, passemos a apresentação de alguns dos pesquisadores da área. A seleção das obras e, portanto, dos autores a serem apresentados considerou uma articulação entre sua importância, bem como o fato de serem mais estudados no Brasil.

Certamente, o autor mais conhecido em ACD no Brasil é o britânico Norman Fairclough, o que se deve à divulgação do seu trabalho por Izabel Magalhães e seu grupo de pesquisa, o que teve início com a tradução, coordenada pela autora, de *Discourse and social change* (1992), em português, *Discurso e mudança social*, em 2001 (Editora da UnB). Esse marco na história da ACD no Brasil é resultado de um convênio de pesquisa internacional entre a UnB e a Universidade de Lancaster, onde Fairclough ainda atua.

Em *Discurso e mudança social*, Fairclough nos apresenta sua proposta para uma Teoria Social do Discurso, por meio da qual propõe investigar o papel da linguagem na instauração e reprodução de ideologias hegemônicas, bem como seu papel fundamental na mudança social. O autor recupera o conceito de *ordens de discurso* (Foucault) para discutir tanto a possibilidade de reprodução de um discurso quanto a possibilidade de mudança, mudança que, por sua vez, desencadeará em transformações sociais.

Vivemos em um mundo de constantes transformações, por isso é de fundamental importância que o leitor-cidadão seja capaz de perceber, em termos discursivos, como a hegemonia de determinados grupos sociais é mantida em detrimento de outros. Nesse sentido, o trabalho de Fairclough torna-se essencial.

Em *Analysing discourse: textual analysis for social research* (Routledge, 2003) (sem tradução para o português), Fairclough reelabora o modelo teórico apresentado em *Discourse and social change* (1992), o que é fundamentado na articulação da sua teoria social com pressupostos da Linguística Sistêmico-Funcional de Michael Halliday. O autor articula os conceitos de gênero, discurso e estilo às metafunções propostas por Halliday,³ o que resulta em três

3 Considerando que a língua é organizada de maneira funcional e sistêmica, Halliday e Matthiessen (2004) afirmam que ela é estruturada para produzir três principais tipos de significado simultaneamente.

tipos de significados: acional, representacional e identificacional que serão discutidos ao longo do livro.

O livro está organizado em quatro partes. Na parte I, “Análise social, análise do discurso e análise textual”, Fairclough discute a relação dialética entre as análises anunciadas no título, o que revela um dos fundamentos da ACD, qual seja, a relação interna e dialética entre linguagem e sociedade. Na parte II, “Gêneros e ação”, o autor trata do significado acional do discurso, a partir do conceito de gênero. Na parte III, “Discursos e representações”, o foco é o significado representacional, ou seja, as práticas sociais e o mundo material são representados no discurso de pontos de vista ideológicos distintos, ressalte-se. Na parte IV, “Estilos e identidades”, trata do significado identificacional, a partir da categoria estilo. É por meio do significado identificacional que identificamos a nós mesmos e aos outros em nosso discurso. Na “Conclusão”, o autor retoma as categorias analíticas discutidas e apresenta uma proposta de análise textual a partir delas.

Atualizando a teoria tridimensional do discurso apresentada em 1992, Fairclough avança no desenvolvimento de seu modelo teórico, além de ressaltar a importância de se voltar para os estudos da linguagem e do discurso tendo em vista a perspectiva da mudança social. Dessa forma, a análise puramente textual não é suficiente, faz-se necessária uma análise que se relacione com outros campos de conhecimento, que seja, de fato, heterogênea e multidisciplinar.

Outro importante pesquisador em ACD é Teun Adrianus van Dijk,⁴ holandês radicado na Espanha, ele também participou do congresso em Amsterdã, além de ter fundado as revistas *Discourse & Society* e *Discourse Studies*.

O livro *Discurso e poder*, lançado no Brasil em 2008 (Contexto), é uma coleção de textos anteriormente publicados em inglês por Van Dijk e que foram organizados em livro por Judith Hoffnagel e Karina Falcone, ambas professoras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Nesse livro, Van Dijk analisa como as elites simbólicas exercem seu poder, melhor dizendo, como abusam de seu poder, por meio do discurso. O autor usa como exemplo a expressão do racismo no discurso para mostrar como uma

Dessa forma, o sistema semiótico consiste nas metafunções: 1) *ideacional* que constrói a experiência humana; 2) *interpessoal*, que se refere à linguagem como ação; e 3) *textual*, que se refere à organização do fluxo discursivo.

4 A maior parte da sua vasta obra está disponível em <http://www.discourses.org/>, predominantemente em inglês mas com alguma coisa em espanhol.

ideologia pode ser sustentada por meio do controle das mentes. É importante ressaltar que Van Dijk define racismo como um “[...] complexo sistema social de dominação, fundamentado étnica ou ‘racialmente’, e sua consequente desigualdade” (2008, p. 134), tendo em vista que muitas formas de racismo contemporâneo se concentram em diferenças culturais e não necessariamente raciais. E justifica o uso do termo racismo porque a aparência, em geral, constitui parte dos critérios para rotular pessoas (“eles”) como diferentes de “nós”. Em sua pesquisa muitos dos exemplos analisados tratam de xenofobia, problema recorrente na Europa onde estão os veículos midiáticos cujos discursos ele analisa.

Em *Discurso e poder*, o autor nos mostra como desenvolver pesquisa em ACD, apresentando seus procedimentos teórico-metodológicos, e ressaltando em toda a obra a relevância das pesquisas nessa área e seu potencial para uma verdadeira mudança social. De modo mais específico, ele apresenta fundamentos da ACD que pratica, focando na discussão sobre o poder e como ele se articula na sociedade, passando pelo conceito de ideologia; aprofunda discutindo como o controle pode ser exercido nas interações sociais, por meio dos gêneros discursivos; discute sobre a relevância do acesso ao poder, ou seja, a dominância só será exercida por grupos das elites simbólicas; por fim, discute a disseminação velada do racismo na mídia europeia, abordando, entre outros aspectos, a questão da negação do racismo.

O livro tem uma linguagem muito acessível, embora trate de questões complexas; além disso, Van Dijk apresenta muitos exemplos que facilitam a compreensão das questões teóricas que estão sendo discutidas. Um ótimo livro para iniciantes na ACD proposta por Van Dijk!

Em português também encontramos o livro *Discurso, notícia e ideologia: estudos na análise crítica do discurso*, de Van Dijk, lançado em 2005 e reeditado pela Universidade do Minho (Portugal) em 2017.⁵ Essa obra também é uma coletânea de textos organizada para apresentar o trabalho do autor aos acadêmicos portugueses e, dessa forma, constitui um panorama de sua pesquisa até aquele momento. Trata-se, portanto, de uma obra importante para conhecer o trabalho do autor, o que certamente despertará o interesse em novas leituras. É bom que se diga que em seus trabalhos Van Dijk sempre procura evitar o que

5 Disponível *on-line* em: http://lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/viewFile/2872/2778.

denomina como *linguagem esotérica*. O objetivo é publicar seu trabalho de modo que seja acessível inclusive para pessoas não iniciadas nos estudos do discurso.

Nos dois primeiros capítulos, “Introdução: o que é a Análise Crítica do Discurso?”, e “Análise Crítica do Discurso Multidisciplinar: um apelo à diversidade”, Van Dijk apresenta a área de estudos, destacando pontos centrais tais como seu caráter posicionado, seu foco em problemas sociais e nas relações entre discurso e poder, bem como ressalta a importância do aspecto multidisciplinar da ACD. O autor discute também sua opção por uma abordagem sociocognitiva do discurso além de apresentar um exemplo bastante didático de análise de texto.

Na sequência, nos capítulos “O estudo interdisciplinar das notícias como discurso” e “O poder e a imprensa”, o autor discute a importância de se dedicar à análise do discurso da imprensa, voltando seu olhar para a notícia de modo mais específico. Nosso conhecimento social e político, bem como nossas crenças sobre o mundo, de um modo geral, é construído por meio das notícias, o que revela uma das facetas do poder social da imprensa e justifica a importância conferida a esse gênero discursivo em seu trabalho como pesquisador.

Em “Cognição social e discurso” o foco é na Psicologia Social da linguagem e em como uma análise de discurso pode ser articulada a essa área de conhecimento, exemplificando e evidenciando a importância do aspecto multidisciplinar da área de estudos.

Nos próximos quatro capítulos, “Análise do discurso como análise da ideologia”, “Semântica do discurso e ideologia”, “Opiniões e ideologias na imprensa” e “Discurso, conhecimento e ideologia: reformulando velhas questões”, Van Dijk discute vários aspectos do conceito de ideologia, ressaltando sua relação com o discurso. Dessa forma, apresenta o que denomina como *fragmentos de uma nova teoria da ideologia*, discutindo ainda a relação da ideologia com a opinião e com o conhecimento. Exemplos da mídia estadunidense são utilizados para discutir a relação entre ideologia e opinião.

Por fim, no capítulo “Da gramática do texto à análise crítica do discurso”, o autor apresenta de modo resumido a evolução da sua pesquisa desde o início, na década de 1970, quando se dedicava à gramática do texto, até seus estudos sobre discurso, racismo e análise crítica do discurso. Como disse no início da apresentação deste livro, ele foi lançado em 2005, ou seja, esse panorama compreende os estudos entre a década de 1970 e os anos 2000. No entanto, pode-se

acrescentar que Teun van Dijk mantém seu olhar voltado para os estudos do discurso, racismo e ECD⁶ a partir da já comentada perspectiva sociocognitiva.

Como já dissemos, Izabel Magalhães é a principal responsável pela divulgação dos estudos em ACD no Brasil desde os anos 1990. No entanto, somente em 2017 ela, em parceria com André Ricardo Martins e com Viviane de Melo Resende, lança um livro no qual apresenta o seu método etnográfico de pesquisa: *Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa* (UnB).

Com uma escrita fluída, Magalhães, Martins e Resende nos apresentam o método de pesquisa etnográfica preenchendo, dessa forma, uma importante lacuna na ACD praticada no Brasil. O livro foi didaticamente dividido em três partes. Na primeira, “Um método de pesquisa qualitativa para a crítica social”, partem de uma crítica a trabalhos anteriores em ACD tendo em vista que suas análises são puramente textuais, embora ressaltem sua importância. Justificam, portanto, a opção pela etnografia o que dará mais consistência às análises e ao acesso às práticas sociais e discursos.

Na segunda parte, “Análise de Discurso Crítica e etnografia”, os autores apresentam sua proposta de etnografia articulada à ACD como método eficiente para relacionar textos, práticas discursivas e práticas sociais, tendo em vista o papel do discurso na modernidade tardia. Nessa parte, ensinam como planejar uma pesquisa a partir da articulação entre etnografia e ACD. Enfatizam, mais uma vez, a importância da transdisciplinaridade e do debate sobre a relação entre linguagem e sociedade que, articulados à análise de textos e à análise etnográfica, tornarão mais acessível o processo de reconhecimento da instauração e da manutenção do poder por meio do discurso e de outras semioses.

Na terceira e última parte do livro, “Um método de análise textual”, os autores apresentam três análises práticas para exemplificar possibilidades de como se faz ACD articulada à etnografia.

Embora não seja um livro introdutório, sua leitura é fluída e tranquila, tendo em vista a evolução gradual dos conteúdos nos capítulos, com a devida retomada dos conceitos mais fundamentais para a ACD. É importante registrar

6 Como ressaltei na introdução, em *Discurso e poder* (2008), o autor explicita sua opção por Estudos Críticos do Discurso justificando que essa expressão ressalta melhor o caráter transdisciplinar da área de estudos, além de constatar o fato que os ECD não são um método.

também a importância desse livro no que se refere aos avanços metodológicos e também epistemológicos.

Uma das principais pesquisadoras em ACD na América Latina é, sem dúvida, a colombiana Neyla Graciela Pardo Abril. Em seu livro *Cómo hacer análisis crítico del discurso: una perspectiva latino-americana*⁷ (Universidad Nacional de Colombia, 2007), ela mostra sua abordagem de pesquisa discursiva a partir da cultura, desenvolvida ao longo das suas mais de duas décadas como professora-pesquisadora. A proposta que a autora apresenta no livro articula discurso e cognição, além de mostrar seu método de análise a partir de dados qualitativos e quantitativos.

Cómo hacer análisis crítico del discurso está organizado em cinco capítulos. No capítulo 1, “El camino hacia el estudio del discurso”, a autora nos apresenta uma complexa reflexão sobre a história dos estudos do discurso, discutindo por exemplo a centralidade da comunicação e da linguagem na composição do mundo global, até encerrar o capítulo com sua própria concepção multidisciplinar de discurso. Tal discussão continua no capítulo 2, “El discurso: sus recorridos analíticos”, no qual a autora nos convida a revisitar as principais escolas de análise do discurso, incluindo a escola francesa e a Psicologia Social discursiva, além, evidentemente, dos ECDs, abordagem adotada pela autora.

No capítulo 3, “¿Cómo abordar el discurso?”, a autora mostra sua abordagem do discurso, partindo da constituição e tratamento do *corpus*, e propondo quatro etapas de análise, o que inclui a descrição detalhada de organização do *corpus* com a utilização de um *software*, evidenciando a importância da análise qualitativa de dados quantitativos. A proposta é exemplificada com uma análise da representação dos atores armados do conflito colombiano em textos midiáticos. As estratégias analíticas são discutidas no capítulo 4, “Estrategias analítico-descriptivas para los ECD”, com foco na consistência e coerência discursiva até a almejada transformação discursiva. Por fim, a interpretação propriamente dita dos dados é apresentada no capítulo 5, “Estrategias interpretativas para los ECD”. Aqui a autora aciona as ciências sociais críticas de Jürgen Habermas para uma consistente articulação com a análise linguística e cognitiva proposta, o que resulta numa interpretação muito além do texto propriamente dito.

7 Livro ainda não traduzido para o português, pode ser baixado no academia.edu, onde o estudante vai encontrar ainda outros textos de Neyla Pardo. Ver em: <https://unal-co.academia.edu/NeylaPardo>.

Para fechar essa breve introdução aos ECDs, destaco um livro organizado em homenagem à precursora Izabel Magalhães, *Contribuições da Análise de Discurso Crítica no Brasil: uma homenagem à Izabel Magalhães* (Pontes, 2013), organizado por Denise Tamaê Borges Sato e José Ribamar Lopes Batista Júnior. O livro é o volume 5 da coleção Linguagem e sociedade da editora. Optei por fechar com esse livro, bastante diverso em seu conteúdo, por entender que ele apresenta trabalhos de diversos pesquisadores brasileiros e que, portanto, se constitui como uma amostra do que se tem feito em ACD no Brasil, bem como da diversidade de possibilidades de pesquisa na área.

O livro é subdividido em quatro partes. A primeira, “Discurso e Identidade”, apresenta trabalhos que articulam identidade e práticas sociais, na qual destaco o capítulo “Dois casos de violência no Brasil: a representação de fatos e de atores sociais em gêneros da mídia impressa”, de Maria Aparecida Resende Ottoni – professora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Na segunda parte, “Discurso e Mídia”, os autores analisam representações sociais por meio de diferentes veículos da mídia. Destaco o capítulo “‘Viva sem menstruar’: representações da saúde na mídia”, de Viviane Ramalho – professora da UnB. Já a terceira parte, “Discurso, Letramento e Etnografia”, é constituída por trabalhos que articulam análise etnográfica e/ou letramento à ACD, nesse caso, o destaque é para o capítulo “Entre o legado e a ousadia da crítica: análise de discurso crítica, contexto local e etnografia”, de Viviane de Melo Resende – professora da UnB. Por fim, na quarta parte, “Memorial”, a professora, também da UnB, Maria Christina Diniz Leal, apresenta o memorial “A análise de discurso crítica na Universidade de Brasília: uma homenagem a Izabel Magalhães”, no qual destaca a importância do legado da pesquisadora para a ACD no Brasil.

NOTAS FINAIS

No escopo da ACD, minha pesquisa atual versa sobre como as relações raciais se manifestam no discurso da mídia *on-line*, mais especificamente como o discurso da branquitude se manifesta nesse contexto. Por isso, são importantes no meu trabalho discussões sobre as relações raciais no Brasil, racismo, branquitude, entre outros.

Por fim, é importante ressaltar a importância social da ACD, já que ela tem como um de seus objetivos fundamentais a mudança social. O primeiro passo

para que qualquer mudança ocorra é a conscientização sobre determinado problema. E essa conscientização, por sua vez, pode acontecer, por meio de leituras verdadeiramente críticas, o que torna a ACD uma ferramenta fundamental nesse processo.

Boa leitura!

REFERÊNCIAS

- BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de (org.). *Análise de Discurso Crítica: para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Tradução coordenada por Izabel Magalhães. Brasília. DF: Editora UnB, 2001.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *An introduction to functional grammar*. London: Hodder Education, 2004.
- MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. de M. *Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília, DF: Editora UnB, 2017.
- PARDO ABRIL, N. G. *Cómo hacer análisis crítico del discurso: una perspectiva latino-americana*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2007.
- RAMALHO, V.; RESENDE, V. de M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/16380228/An%C3%A1lise_de_discurso_para_a_cr%C3%ADtica_o_texto_como_material_de_pesquisa. Acesso em: 28 maio 2020.
- SATO, D. T. B.; JÚNIOR, J. R. L. B. (org.). *Contribuições da Análise de Discurso Crítica no Brasil: uma homenagem à Izabel Magalhães*. Campinas: Pontes, 2013.
- VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.
- VAN DIJK, T. A. *Discurso, notícia e ideologia: estudos na análise crítica do discurso*. 2. ed. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2017. Disponível em: http://lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/viewFile/2872/2778. Acesso em: 28 maio 2020.
- WODAK, R. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 4, n. especial, p. 223-243, 2004. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/297. Acesso em: 28 maio 2020.

DOZE OBRAS PARA CONHECER OS ESTUDOS DA TRADUÇÃO

ANA MARIA BICALHO
MONIQUE PFAU

INTRODUÇÃO

O campo dos Estudos da Tradução é uma área interdisciplinar que se ancora nos estudos de Literatura, Linguística, Filosofia, Sociologia, Antropologia, História, Tecnologia da Informação, Psicologia e mais outros diversos campos, dependendo da abordagem. Ao propor o termo *Translation Studies* em inglês para a grande área de tradução, Holmes (1972) mapeia categorias de pesquisa na área que perpassam pelo campo teórico (geral, parcial e descritivo) e aplicado (pedagogia, crítica e tecnologias).

Esses diversos caminhos possíveis permitem que os Estudos de Tradução nos ofereçam muitas e diferentes abordagens e possibilidades de pesquisa, tanto no campo das análises teóricas quanto da prática tradutória. O que talvez uma escolha das obras/autores(as) aqui propostos seja o fato de elas serem fundamentais para determinar o lugar da tradução atualmente.

Entendemos que a prática tradutória serve como uma poderosa ferramenta de impulso para que as culturas ultrapassem suas fronteiras geográficas, linguísticas e culturais. Esse trabalho fronteiro da tradução exige, segundo Bhabha (1998, p. 27), “[...] um encontro com ‘o novo’ que não seja parte do *continuum*

de passado e presente”. Traduzir passa a ser, portanto, um trabalho que envolve, além de línguas e culturas, o poder de apoderar-se e adaptar o significado do Outro. A tradução, sob o viés cultural, aponta para a possibilidade do conhecimento do “diferente”, suscitando algumas reflexões:

Se não permito que o Outro me penetre e faça seus ‘estragos’, questionando o que me é próprio, não permito que a tradução cultural se realize de maneira conseqüente, pois a tentativa de reduzir outra cultura aos padrões existentes na minha é imposição. É exercer o poder de mando. A tradução cultural pede uma relação erótica (entender o Outro não como ameaça à própria existência, mas como desafio e promessa) em que certamente os sujeitos saem diferentes no final do processo, transformados. Permanecem sendo eles, mas penetrados pelo Outro. (BORGES; NERCOLINI, 2003, p. 140)

A tradução serve, portanto, como ferramenta trans e intercultural, proporcionando, não apenas o diálogo entre as diferentes culturas mas também, “[...] suplementarmente, produz uma performatividade na linguagem capaz de deslocar, descentrar e rearticular possibilidades de sentidos reversores das forças etnoepistemicidas”. (CARRASCOSA, 2017, p. 73) Por essa razão, o estudo teórico da tradução é essencial para a observação da prática em diversos aspectos relacionados, desde a profusão de obras e conhecimentos oriundos de diferentes culturas até visibilidade do(a) tradutor(a) como produtor(a) ativo de textos, responsabilidade e ética profissional, acessibilidade e novas tecnologias de auxílio.

Nesse sentido, nossas sugestões pretendem abranger as várias sub-áreas do universo da tradução, ainda sabendo que elas não contemplam todas as propostas de pesquisa e estudos de e sobre tradução que acontecem e venham a acontecer na nossa universidade.

O ESSENCIAL SOBRE OS ESTUDOS DA TRADUÇÃO

BERMAN, A. *A tradução e a letra ou o albergue do longínquo*. Tradução de Marie-Hélène C. Torres, Mauri Furlan e Andrea Guerini. 2. ed. Tubarão: Copiart; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

O livro do teórico e crítico de tradução Antoine Berman que propomos aqui foi originalmente um seminário sobre tradução proferido em Paris, em 1984. A importância dessa obra reside na crítica ao que Berman chama de tradução etnocêntrica e hipertextual; e na sua concepção de tradução literal, entendida como ética e poética e, portanto, um processo criativo. Num primeiro momento, o autor propõe uma crítica às principais tendências deformadoras típicas das traduções preocupadas sobretudo com o “sentido” e a “bela forma”; e, num segundo momento, o autor apresenta três estudos de traduções consideradas transgressoras.

CARRASCOSA, D. (org.). *Traduzindo no Atlântico Negro: cartas náuticas afrodiaspóricas para travessias literárias*. Salvador: Ogum's Toques Negros, 2017.

A obra organizada pela profa. dra. Denise Carrascosa (UFBA) traz seis ensaios de tradutoras e pesquisadoras que entendem que tanto a tradução quanto a produção de uma literatura negra solicitam “uma escrevivência, demandam um olhar de raio aberto e um adequar-se ao ritmo proposto, atento às claves negro-afrodiáspóricas”. (ADUN, 2017)

CHESTERMAN, A. *Memes da Tradução: o disseminar de ideias na teoria da tradução*. Tradução de Monique Pfau, Fernanda Costa, Marília Santana, Marília Portela, Nathalia Amaya Borges e Simone Salles. Salvador: Edufba, 2022.

Chesterman aborda as grandes tendências de traduzir e de pensar tradução na história e no mundo contemporâneo (que ele denomina “memes”) compreendendo as teorias tradutórias como um processo de evolução no campo das ideias, que são disseminadas e transformadas. A obra revisita várias teorias que perpassam pela sociobiologia e a filosofia de Karl Popper até as teorias de tradução contemporâneas. Com um enfoque no conceito de normas, Chesterman pensa em tradução na teoria e prática: estratégias tradutórias, tentativas, erros, pedagogia da tradução e reflexões éticas.

PEREZ-GONZALEZ, L. *Audiovisual translation: theories, methods and issues.* London: Routledge, 2014.

A obra aborda estruturas teóricas e metodológicas para o avanço da vertente dos estudos audiovisuais na tradução além de abordar as novas comunidades de discurso de produção e consumo de traduções audiovisuais, com conceitos-chave, estudos de caso e estudos interdisciplinares relevantes para a área.

PYM, A. *Explorando teorias da tradução.* Tradução de Rodrigo Borges de Faveri, Cláudia Borges de Faveri e Juliana Steil. São Paulo: Perspectiva, 2017.

Anthony Pym apresenta os principais paradigmas das teorias da tradução no ocidente a partir dos anos 1960, tendo a noção de equivalência como problema central de todas as teorias. Por se tratar de uma obra que discute diferentes teorias, desde as abordagens clássicas do século XX até discussões mais recentes como a tradução cultural, a consideramos fundamental para quem quer começar a estudar a Teoria da Tradução.

CAMPOS, H. de. *Metalinguagem & outras metas: ensaios de teoria e crítica literária.* São Paulo: Perspectiva, 1959.

Haroldo de Campos apresenta uma crítica da tradução se posicionando como teórico e tradutor apresentando ensaios críticos sobre Literatura, Teoria Literária, semiótica e poética da tradução. A obra aborda a prática textual tradutória e as relações poesia-música a partir do antropofagismo, um conceito sugerido por Oswald de Andrade no modernismo brasileiro e adaptado para a tradução a partir do consumo/apropriação do Outro com o objetivo de enriquecer as formas e possibilidades literárias no Brasil a partir do signo antinormativo da invenção e de uma leitura revisional.

NIRANJANA, T. *Siting Translation: History, Post-Structuralism, and the Colonial Context.* California: University of California Press, 1992.

Nesse livro a autora, professora, teórica da cultura e tradutora indiana Tejaswini Niranjana, se utilizando das contribuições do pós-Estruturalismo, explora a função da tradução na época colonial na Índia, mostrando como a prática de

tradução serve de instrumento eficaz e poderoso na manutenção de poder em contextos de colonização e revelando o papel da tradução na construção de representações do sujeito colonial e pós-colonial. É sem dúvidas um trabalho fundamental para quem quer estudar tradução, por também nos fazer refletir sobre como a tradução deve ser repensada e reformulada à luz da crítica pós-colonial e dos estudos culturais.

NORD, C. *Análise Textual em tradução: bases teóricas, métodos e aplicação didática.* Tradução de Meta Elisabeth Zipser, Christiane Nord, Hutan do Céu de Almeida, Juliana de Abreu, Michelle de Abreu Aio e Silvana Ayub Polchlopek. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016.

Nord contribui com a continuação de uma teoria geral funcionalista baseada na *Skopostheorie* de Hans Vermeer e análises de tipologia textual de Katarina Reiss, entendendo que toda tradução é movida por um propósito específico e todo texto apresenta suas especificidades. Essa obra em especial contribui com a formação de tradutores e tradutoras para uma elaboração detalhada de um projeto de tradução consciente e também serve como um método de análise textual de tradução. Sua principal contribuição são a categorização de fatores intra e extratextuais tanto para a elaboração de um projeto de tradução como para análise de textos traduzidos (propósito, público-alvo, intenção, efeito, pressuposições, características linguístico-culturais etc.)

SIMON, S. *Gender in translation: Cultural identity and the politics of transmission.* New York: Routledge, 1996.

Simon faz parte do círculo de teóricas canadenses que trabalham com a interface entre tradução e feminismo a partir de um viés político-cultural. Nessa obra, Simon observa que a tradução pode desafiar formas sexistas e hegemônicas de discurso. A obra aborda de forma interdisciplinar reflexões sobre tradução em uma perspectiva feminista a partir de teoria, prática e história: desde a escolha e circulação de textos até decisões textuais ancoradas em teorias feministas e de estudos de gênero, podendo ser útil tanto por pesquisadores e pesquisadoras em tradução quanto em outras áreas das ciências humanas.

VENUTI, L. *Escândalos da Tradução*. Tradução de Laureano Pelegrin, Lucinéia Marcelino Villela, Marileide Dias Esqueda e Valéria Biondo. São Paulo: EDUSC, 2002.

A partir de uma perspectiva pós-colonialista e dentro da crítica da tradução, Venuti chama atenção para aspectos de apagamento cultural, tradução de culturas minoritárias, hegemonia literária, autoria e ética da tradução criticando o mercado editorial de tradução estadunidense.

BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas, 1). p. 165-196.

O ensaio de Walter Benjamin, publicado pela primeira vez em 1936, é um texto fundador para se discutir temas relacionados à tradução intersemiótica. Um texto rico e complexo que se propõe a estudar novas condições de produção e de recepção na obra de arte do século XX, sobretudo com o advento da fotografia e do cinema. O autor desenvolve ainda o conceito de “aura” para expressar a singularidade da obra de arte.

PLAZA, J. *Tradução intersemiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

Essa obra do artista, escritor e professor Julio Plaza é fundamental para quem se interessa pelo estudo da tradução intersemiótica. O autor busca, seguindo o conceito empregado desenvolvido por Roman Jakobson e valendo-se de fundamentos da semiótica de Charles Peirce, formular uma teoria da tradução intersemiótica entendendo-a como uma transação criativa entre as diferentes linguagens ou sistemas de signos. (PLAZA, 2008)

REFERÊNCIAS

ADUN, G. Nota do editor. In: CARRASCOSA, D. (org.). *Traduzindo no Atlântico Negro: cartas náuticas afrodiáspóricas para travessias literárias*. Salvador: Ogun's Toques Negros, 2017.

BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BORGES, A. I.; NERCOLINI, M. J. Tradução cultural: transcrição de si e do outro. *Terceira Margem*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 8, p. 138-154, 2003.

CARRASCOSA, D. (org.). *Traduzindo no Atlântico Negro*: cartas náuticas afrodiáspóricas para travessias literárias. Salvador: Ogum's Toques Negros, 2017.

HOLMES, J. *The name and nature of translation studies*. Amsterdam: University of Amsterdam, 1972.

PLAZA, J. *Tradução intersemiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

CAPÍTULO 20

DEZ OBRAS PARA CONHECER CRÍTICA TEXTUAL

DÉBORA DE SOUZA

ISABELA SANTOS DE ALMEIDA

ROSA BORGES

INTRODUÇÃO

A Crítica Textual é uma área do conhecimento que se ocupa do estudo do texto em perspectiva material, histórica e social, considerando os processos de produção e transmissão textuais, nos contextos de circulação e recepção, em duas vertentes editoriais: teleológica e pragmática, oferecendo ao leitor diferentes produtos editoriais: edição fac-similar, paleográfica, diplomática, interpretativa, crítica, crítico-genética, genética, sinóptico-crítica e digital/eletrônica (arquivo hipertextual/hiperedição), em suporte papel, em meio digital, com uso de recursos e programas informáticos, e em rede, orientados pelo exercício da crítica filológica que possibilita leituras ética e política construídas a partir dos registros deixados na materialidade do texto pelos diversos sujeitos históricos envolvidos com as práticas de produção e publicação. A seguir, apresentamos uma lista de dez obras comentadas que possam orientar os estudantes do curso de Letras na área da Filologia como Crítica Textual.

O ESSENCIAL SOBRE CRÍTICA TEXTUAL

Em *Os palácios da memória*, Luiz Fagundes Duarte (2019) reúne uma série de ensaios pertinentes à teoria e à metodologia da Crítica Textual, compilando num livro a experiência de 35 anos de atuação na Filologia. Na primeira parte, tece reflexões acerca da delimitação do campo da Crítica Textual e sua relação com a Filologia e com a Linguística Histórica. Na sequência, discute aspectos elementares para a área, a saber: a figura do autor e sua presença no processo de edição de textos; o espectro de atuação da Filologia na contemporaneidade, especificamente no labor com os manuscritos de gênese; e a relação entre o âmbito público e o privado. A segunda parte do livro é dedicada à discussão de experiências editoriais com autores de língua portuguesa, compreendendo desde textos trecentistas, como a edição dos textos de D. Afonso III, passando pelo século XIX com Camilo Castelo Branco, chegando à contemporaneidade com Vitorino Nemésio. Especial atenção é dada à edição da obra de Eça de Queirós, um dos grandes projetos editoriais do contexto lusófono, com o qual colaborou Duarte. O livro é recomendado para estudantes por trazer a teoria e a prática editorial desenvolvidas com textos de diferentes contextos de produção e que solicitam um tratamento específico. Além disso, finaliza o livro, o “Breviário de Termos da Crítica Textual”, texto já conhecido, mas de fundamental importância, sobretudo para os estudantes que necessitam dominar a terminologia da área.

O livro *Filologia e Humanidades Digitais*, organizado por Isabela Almeida, Patrício Barreiros e Rosa Borges (2018), traz 12 artigos que resultaram de trabalhos apresentados no VIII Seminário de Estudos Filológicos e que dão conta da interação da Filologia com as Humanidades Digitais, com destaque para o uso das tecnologias informáticas nos estudos filológicos, visando à elaboração de edições e constituição de *corpus* informatizado de textos, permitindo o acesso e a difusão de conjuntos documentais, literários e dramaturgicos, nos quais se registram dados para o conhecimento de aspectos linguísticos, históricos, literários, entre outros. Neste livro, o(a) estudante encontrará o resultado de pesquisas que fazem uso das ferramentas informáticas com a finalidade de produzir edições (para diversos fins), organizar acervos de escritores e dramaturgos em arquivo digital, formar *corpus* eletrônico de documentos (banco de textos), a partir de *corpora* anotados que priorizam a descrição da língua e a análise de dados.

Em *Bibliografia e a sociologia dos textos*, Donald F. McKenzie (2018 [1999]) propõe uma guinada interpretativa na área da Bibliografia, que se ocupa dos estudos sobre a forma material dos livros, no que tange ao seu processo de produção (percorrendo o trajeto do manuscrito do autor ao livro impresso), assim como o seu processo de circulação (as formas assumidas pelo livro considerando o tipo de papel, impressão, formato da página etc.). Para o autor é fundamental dedicar atenção às interações sociais que permeiam os referidos processos, assim como problematizar de que maneira tais aspectos são determinantes para a construção dos sentidos, para além do próprio conteúdo dos textos, e como eles participam do processo de legitimação do que pode ser dito em uma sociedade. O estudo analítico das formas materiais permite evidenciar um segundo aspecto basilar: o fato de que as formas dos textos afetam os significados elaborados pelos seus leitores, disto resulta que as escolhas que permeiam a produção do livro repercutem na maneira como estes são lidos. Pensar sobre a técnica da produção dos impressos permitiu ao autor refletir sobre as tecnologias contemporâneas de construção textual e assim propor uma ampliação na noção de texto, incluindo-se aí os mais diversos registros de áudio e vídeo. Esta é uma referência fundamental para se entender a materialidade do texto como forma expressiva, assim como para compreender possíveis caminhos para a atualização da área em função das tecnologias contemporâneas.

No livro *Edição de texto e crítica filológica*, Rosa Borges, Arivaldo Sacramento, Eduardo Matos e Isabela Almeida (2012) situam, no campo da Filologia, a edição de textos, descrevendo os vários tipos de edição, e trazendo os contornos do que seria a crítica filológica. A seguir, apresentam a práxis filológica, entendida como Crítica Textual, a partir de alguns produtos editoriais: edição crítica em perspectiva genética, edição genética, edição interpretativa em meio digital e uma proposta de edição sinóptica, expondo suas respectivas metodologias, acompanhados de um exercício de crítica filológica que se realiza como um feixe de práticas de leitura, interpretação e edição de textos, examinados enquanto materialidade histórica, considerando os processos de produção, transmissão, circulação social e recepção dos textos, conforme as coordenadas e diretrizes histórico-culturais que os tornaram possíveis pela ação dos diversos sujeitos – também históricos – que os produzem, consomem e leem. Tal obra é de grande relevância para os estudantes por explicar, de forma didática e objetiva, diferentes metodologias editoriais e leituras crítico-filológicas desenvolvidas na contemporaneidade.

Filologia, críticas e processos de criação é uma coletânea organizada por Célia Marques Telles e Rosa Borges dos Santos (2012) em que se reúnem 28 textos das conferências e mesas-redondas apresentadas no I Congresso Internacional de Estudos Filológicos e VI Seminário de Estudos Filológicos. O tema central é Filologia, críticas e processos de criação, compreendendo os subtemas: arquivos e acervos; Crítica Textual e Crítica Genética; edição de textos; estudos medievais; Filologia Clássica; Filologia e Estudos do Léxico; Filologia Textual e outras Críticas: literária, biográfica e autobiográfica; Filologia: discurso e semântica; Perspectivas para a Crítica Textual no Brasil; processos de criação em diversas linguagens; Sociologia do texto; texto e memória; textos setecentistas; transmissão do texto e mediação editorial; Filologia e variação. Dentre os trabalhos publicados, destacam-se, para quem busca conhecer diferentes práticas editoriais, “Entre Penélope e Euriclea”, de Luiz Fagundes Duarte; “A filologia e os lugares das críticas textual, genética e sociológica: por um estudo de Quincas Berro d’Água, adaptação de João Augusto”, de Rosa Borges; “Perspectivas para a Crítica Textual no Brasil: ultrapassando fronteiras”, de César Nardelli Cambraia; “O pico dos três irmãos, obra interrompida de Mário de Andrade: pressupostos de uma edição crítica e genética”, de Marcos Antonio de Moraes; “Edição de documentos manuscritos baianos: autos de defloramento”, de Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz; e “Manuscritos baianos: o labor filológico e a memória cultural”, de Gilberto Nazareno Telles Sobral.

Em *Elementos de crítica genética*, Almuth Grésillon (2007 [1994]) nos conduz pela seara dos bastidores da criação literária ao estabelecer o manuscrito de autor como um objeto de pesquisa e sistematizar a metodologia para seu estudo: a Crítica Genética. A Crítica Genética é fruto de um olhar contemporâneo sobre manuscritos autógrafos, nesse sentido, é relevante que a discussão sobre o campo do saber se inicie pela contextualização histórica da disciplina, advinda da aquisição de manuscritos autógrafos de escritores franceses pela Biblioteca Nacional da França. De maneira didática, a autora passa a discutir a delimitação do manuscrito autógrafo como um objeto material, cultural e de conhecimento. Uma vez delimitado, é fundamental compreender como organizar e interpretar a massa documental de manuscritos autógrafos, de onde emerge a noção de dossiê genético. Grésillon passa, então, a demonstrar uma metodologia para a proposição de edições genéticas e, por fim, delinea a emergência de uma teoria da gênese do texto literário. Ao final, traz um glossário de Crítica Genética, de

suma importância para os iniciantes na área. Por se tratar de um livro didático e de linguagem acessível, é altamente indicado para os(as) estudantes que desejam conhecer a teoria e metodologia da Crítica Genética, assim como àqueles que pretendem entender como se dá o diálogo com a Crítica Textual.

César Nardelli Cambraia (2005), em *Introdução à crítica textual*, define e situa, ao longo do tempo, a Crítica Textual, explicando sobre o processo de transmissão dos textos, considerando as especificidades relativas à produção do livro manuscrito e do livro impresso, descrevendo os tipos de edição, apresentando as normas editoriais adotadas para as edições diplomática, paleográfica, interpretativa, além da metodologia para a realização de uma edição crítica. Por fim, traz duas importantes interações na prática de edição de textos: Crítica Textual e informática e Crítica Textual e ensino. Diante da carência de manuais no Brasil, tal obra configura-se como um manual de Crítica Textual que interessa aos estudantes que se iniciam neste campo.

O livro *Fundamentos da Crítica Textual*, de Barbara Spaggiari e Maurizio Perugi (2004), divide-se em duas partes. Na primeira, os autores apresentam e caracterizam a Crítica Textual por meio de informações sobre sua constituição e transformação histórica, evidenciando diferentes teorias e métodos editoriais desenvolvidos na Europa e no Brasil para o trabalho com documentos antigos, medievais e modernos, produzidos antes e depois da invenção da imprensa. Expõem sobre a prática filológica editorial, considerando o método neolachmaniano, a Filologia dos impressos (bibliografia textual, manuscritos e impressos, variantes de transmissão e variantes autorais) e a Filologia dos textos modernos (autógrafos e impressos, filologia e crítica das variantes – genética). Na segunda parte, os autores apresentam “exercícios de crítica textual”, possibilitando ao leitor construir um conhecimento prático, embasado em pressupostos teóricos discutidos e fartamente exemplificados na primeira parte. Ao final do livro, há um glossário (índice remissivo) que ajuda a melhor compreender a obra e o fazer científico no universo da Filologia. Tal obra configura-se como um manual de Crítica Textual de leitura obrigatória para todos(as) que desejam conhecer e especializar-se na área.

O livro *Introdução à edótica: crítica textual*, de Segismundo Spina (1994), é dividido em duas partes: 1) Introdução, em que são apresentadas conceituações prévias sobre edótica e outras áreas do saber, Paleografia, Epigrafia, Diplomática e Codicologia, importantes para o trabalho filológico, sobretudo com documentos

medievais; 2) Edótica, com informações sobre os precursores, um breve histórico da área no contexto da Antiguidade clássica e da Idade Média; sobre a Crítica Textual moderna, destacando de forma minuciosa o método constituído por Karl Lachmann, os pressupostos teóricos e as etapas metodológicas da edição crítica; e a edótica no Brasil. É leitura fundamental para o(a) estudante construir um conhecimento aprofundado sobre Crítica Textual.

Em *Metodología y práctica de la edición crítica de textos literarios contemporáneos*, de Giuseppe Tavani (1988), são apresentadas considerações sobre os textos literários modernos e contemporâneos e as dificuldades enfrentadas pelo editor devido à quantidade e à diversidade de testemunhos existentes nesta tradição textual. Nesse conjunto, geralmente, há documentos do processo de criação (produção) e material paratextual (circulação e recepção), o que requer a colaboração de outros especialistas, sobretudo, do geneticista. Considerando diferentes situações textuais envolvendo textos “autorizados” e “autênticos”, Tavani propõe uma metodologia para a edição de textos literários do século XX, base para a elaboração de edições críticas de autores latino-americanos no âmbito da Coleção Arquivos. Para tanto, coloca-se em discussão as principais operações editoriais e o “problema das variantes”. Nesse sentido, é importante leitura, para todos(as) os(as) interessados(as) na área, por realizar uma atualização da metodologia editorial considerando o manuscrito moderno e suas especificidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, I. S. de; BARREIROS, P. N.; SANTOS, R. B. dos. (org.). *Filologia e Humanidades digitais*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2018.

BORGES, R. et al. *Edição de texto e crítica filológica*. Salvador: Quarteto, 2012.

CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUARTE, L. F. *Os Palácios da memória: ensaios de crítica textual*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/47057>. Acesso em: 6 set. 2019.

GRÉSILLON, A. *Elementos de crítica genética: ler os manuscritos modernos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007 [1994].

MCKENZIE, D. F. *Bibliografia e a sociologia dos textos*. Tradução de Fernanda Veríssimo. São Paulo: Edusp, 2018 [1999].

SPAGGIARI, B.; PERUGI, M. *Fundamentos da Crítica Textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, S. *Introdução à edótica: crítica textual*. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Ars Poética: Edusp, 1994.

TAVANI, G. Méthodologie et pratique de l'édition critique des textes littéraires contemporains. In: SEGALA, A.; TAVANI, G. *Littérature Latino-Américaine et des Caraïbes du XXe siècle: théorie et pratique de l'édition critique*. Roma: Bulzoni, 1988. p. 53-84. (Colección Archivos).

TELLES, C. M.; SANTOS, R. B. dos (org.). *Filologia, críticas e processos de criação*. Curitiba: Appris, 2012.

CAPÍTULO 21

DEZ OBRAS PARA CONHECER A CRÍTICA GENÉTICA

SILVIA LA REGINA

SÍLVIA MARIA GUERRA ANASTÁCIO

INTRODUÇÃO

A crítica e a história literárias, em suas abordagens mais tradicionais e com as quais estamos mais acostumados, em geral escolheram entre duas vertentes fundamentais: estudar o autor e sua produção, privilegiando assim a centralidade da personalidade autoral, ou estudar a obra artística, vinculada ou não ao seu autor. Pensando na tríade composta por autor, obra e leitor, mais recentemente a chamada Teoria da Recepção escolheu como seu foco privilegiado o leitor da obra: assim, temos três diferentes pontos de vista para analisar as obras, seus autores, seus leitores, sempre na intenção de compreender o gesto artístico e sua realização. Há pouco mais de 50 anos, porém, surgiu uma diferente modalidade de análise, nova e por muitos lados revolucionária em sua abordagem: a Crítica Genética, objetivo deste breve texto. A inovação da Crítica Genética, cujo nome apareceu pela primeira vez no título de uma coletânea organizada por Louis Hay em 1979 (GRÉSILLON, 1991), consiste em estudar não a obra completa, realizada, perfeita e divulgada, mas o seu processo de criação, analisado através de suas versões inacabadas, dos rascunhos, dos documentos deixados

pelo autor ao longo de sua jornada criativa e, importante lembrar, não destinados à publicação. (GRÉSILLON, 2007)

Rascunhos, diferentes versões, anotações, referências em cartas ou diários, trechos eliminados são alguns dos elementos estudados pelo geneticista, que assim escolhe, num percurso ideal entre o início da redação da obra e a sua publicação, todas as fases intermédias, para, através delas, desvendar o processo criativo do autor, suas modalidades e suas peculiaridades, entender suas escolhas e suas hesitações, seus arrependimentos e suas dúvidas, até chegar às decisões que levam à obra considerada como acabada.

Estas observações levam a algumas considerações, entre as quais a primeira talvez deva ser a nova concepção de autor, figura que (re)surge de suas cinzas. Sabemos que o Estruturalismo define como central a obra, descartando a figura e a personalidade do autor; Roland Barthes, em 1968, escreveu que “[...] sabemos que, para devolver à escrita o seu devir, é preciso inverter o seu mito: o nascimento do leitor tem de pagar-se com a morte do Autor”. (BARTHES, 2004, p. 70) Com a Crítica Genética, pelo contrário, “o decreto de assassinato do autor fica anulado” (SALLES, 2008, p. 107) e o autor volta à centralidade que já ocupara anteriormente, só que em um viés muito diferente. No diálogo platônico *Íon* (início do IV séc. a.C.), sobre a inspiração poética, Sócrates explica para Íon:

[...] os poetas épicos, os bons poetas, não é por efeito de uma arte, mas porque são inspirados e possuídos, que eles compõem todos esses belos poemas. [...] o poeta é uma coisa leve, alada, sagrada, e não pode criar antes de sentir a inspiração, de estar fora de si e perder o uso da razão. (PLATÃO, 1988, 533d-534b)

Para Platão, a poesia não é fruto de arte nem de labor do autor, mas decorre diretamente da inspiração divina, ou entusiasmo, no poeta, que de certa forma se torna receptor e veículo de poesia, criador indireto. Não é este o autor que a Crítica Genética estuda, nem concebe o artista como o gênio isolado e absoluto pré-romântico e romântico. Livre da irracionalidade da força divina platônica, livre da aura mítica e titânica do criador romântico, o artista, longe de ser leve e alado, fica preso à materialidade do gesto, do papel, à rotina do estudo, das provas, das tentativas e das frustrações, assim como o crítico. O modelo

para este novo autor aqui considerado poderia ser Marcel Proust (que, não por acaso, tem sido muito estudado pelos geneticistas): um escritor que faz das tentativas, dos rascunhos, dos diários e da escrita e reescrita contínua uma de suas marcas. Então, a partir dessa nova liberdade, é possível subverter ordens definidas – escolher estudar algo não terminado, imperfeito – e, como detetives dos romances policiais, buscar evidências, marcas, rastros, ideias. (LA REGINA, 2017) Mais ainda, pode-se escolher objetos/sujeitos variados, em linguagens tão abertas e polimórficas, sentindo o prazer da pesquisa inter, trans, poli disciplinar, buscando realizar, finalmente, a utopia de um mundo aberto a novas buscas, sem barreiras, limites, categorias e suas amarras.

Outra consequência relevante é que, ao escolher estudar uma obra no seu processo, em seu fluxo de criação, evidentemente a Crítica Genética abarca o movimento, a transformação, a relação. Portanto, o foco será sempre o tempo – pois essas relações, essas alterações acontecem, necessariamente, na diacronia – no percurso líquido e incessante das mudanças que dão corpo à criação, ou às diversas criações. Diversas, inclusive porque, pelo menos até a morte definitiva, desta vez física do autor (caso seja só um, caso não seja uma criação coletiva), a obra nunca deixa de ser, ou poder ser, alterada, retomando assim o fluxo do processo.

Importante, nesta altura, demarcar claramente os objetivos da Crítica Genética, como vem se delineando ao longo das últimas décadas: como muito bem explicado por Cecilia Salles e Sílvia Anastácio (2017), a Crítica Genética, sempre a partir dos manuscritos (no sentido mais amplo do termo, e, portanto, dos documentos que acompanham a criação artística), pode perseguir dois diferentes objetivos: através dos manuscritos, procurar compreender o processo de criação das obras analisadas ou se dedicar à edição dos documentos. (SALLES; ANASTÁCIO, 2017) Sobre a metodologia, de grande rigor científico, por causa das limitações de espaço não é possível fornecer detalhes aqui, mas recomenda-se a leitura dos textos indicados a seguir, principalmente os de Salles (2008), Grésillon (2007) e De Biasi (2010).

A Crítica Genética tem ano e lugar de nascimento: 1968, na França. Neste ano, no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) de Paris, Almuth Grésillon e Louis Hay reuniram um grupo de pesquisadores para estudar os manuscritos do poeta alemão Heinrich Heine; com a expansão do estudo dos manuscritos deste e de outros autores, inclusive por parte de cada vez mais

pesquisadores, foi fundado o Institute des Textes et Manuscrits Modernes, o ITEM.¹ A partir daí, a disciplina tem se ampliado enormemente, na França e fora dela, passando a abordar as mais diferentes formas de manuscritos e documentos artísticos, numa visão cada vez mais aberta e interdisciplinar dos processos de criação e do conceito de autoria.

No Brasil, a Crítica Genética chegou pelo menos desde 1985, quando Philippe Willemart, estudioso dos manuscritos de Marcel Proust, entre outros, organizou na Universidade de São Paulo (USP) o I Colóquio de Crítica Textual: o Manuscrito Moderno e as Edições. No colóquio foi fundada a Associação de Pesquisadores do Manuscrito Literário – que, a partir de 2002, passou a se chamar de Associação dos Pesquisadores em Crítica Genética (APCG) – que criou a revista *Manuscritica*, ativa a partir de 1990, hoje no número 41.²

Inicialmente, como vimos, a Crítica Genética se concentrou nos manuscritos de escritores modernos; isto evidentemente restringia seu foco a autores relativamente recentes ou, de qualquer forma, cujos manuscritos pudessem ser encontrados, e antecipava tristemente o fim de suas pesquisas para quando os escritores tivessem todos adotado o computador para redigir seus textos. Na realidade, quanto a esta segunda questão, constatou-se depois que os processadores de texto – o mais comum é o Word – têm todos recursos que permitem guardar e cotejar as alterações, possibilitando assim que os pesquisadores estudem o processo de criação de obras redigidas integralmente no computador. Quanto à questão dos autores mais próximos cronologicamente a nós, ela existe, ainda que, em certos casos, possam ser estudados, do ponto de vista da Crítica Genética, autores que não deixaram manuscritos autógrafos, como é o caso do poeta baiano Gregório de Mattos. (LA REGINA, 2017) Permanece, de qualquer forma, ainda que não exclusivo, o foco privilegiado para autores modernos, da criação de cujas obras podemos acompanhar de forma muito mais cuidadosa os passos e os documentos: o tempo em si apagou os rastros de inúmeros autores mais antigos, dos quais conhecemos, quando muito, a obra dada como acabada. Evidentemente os problemas neste sentido se avolumam e agigantam quando se trata de obras anteriores à invenção da imprensa: pouquíssimos exemplares,

1 Para uma história detalhada e clara do surgimento e do crescimento da crítica genética, ver: Salles (2008).

2 Ver em: <https://www.revistas.usp.br/manuscritica>.

muitas vezes com problemas de datação e/ou de atribuição, não raro com intervenções substanciais dos copistas, e, em geral, nenhum documento de processo, ou seja, daqueles documentos que compõem o chamado dossiê genético, do qual se falará em seguida, e com os quais trabalha o pesquisador da disciplina.

Como aponta Cecilia Salles (2008), a partir da década de 1990 os estudos genéticos têm conhecido uma abertura cada vez maior, ampliando seus horizontes na direção de uma total transdisciplinaridade não só metodológica como também relativa aos objetos de suas pesquisas, agora definitivamente interartes. Não somente Literatura moderna, portanto, mas, de forma radical e revolucionária, todas as artes e seus processos estão agora sob o foco da Crítica Genética, que, assim, aborda a criação em todos seus aspectos e todas as suas múltiplas facetas. Música, Artes Visuais, Arquitetura, tradução, cinema, teatro, Filosofia, Psicanálise... A relevância da Crítica Genética como chave interpretativa da cultura e da sociedade contemporâneas fica evidente nesta sua generosidade e, diria, grandiosidade de interesses e pesquisas que visam, finalmente, entender o processo de criação em si: criação sem a qual não haveria arte nem pensamento.

Como explica claramente a pesquisadora francesa Almuth Grésillon (2007), reconstituir a gênese é uma tarefa a ser cumprida através de um protocolo preciso e rigoroso, feito de numerosas etapas e com terminologia específica. Importante e prévio a todas as operações genéticas é o estabelecimento do *dossiê genético*, “[...] o conjunto material de documentos e manuscritos ligados à gênese que está sendo estudada” (DE BIASI, 2010, p. 40), conjunto não dado, mas selecionado pelo pesquisador e que pode conter manuscritos autógrafos, rascunhos, diários, cartas, atos oficiais, documentos visuais como fotos e desenhos, documentos sonoros como gravações, audiovisuais como filmes e vídeos e ainda outros, reunidos ou produzidos pelo escritor/artista. O termo *prototexto* foi proposto por Jean Bellemin-Noël em 1972 como “o conjunto constituído por rascunhos, manuscritos, provas, ‘variantes’ visto sob o ângulo do que precede materialmente uma obra [...]” (apud GRÉSILLON, 2007, p. 149); a própria Grésillon, porém, lembra que o objetivo final da pesquisa não é o texto (ao qual remete o termo de prototexto, a ser usado, portanto, com cuidado), mas “a escritura como processo de enunciação escrita”. (GRÉSILLON, 2007, p. 150) Acrescentamos aqui que, na acepção interartes que a Crítica Genética alcançou nos anos mais recentes, e de forma cada vez mais consistente, texto e, portanto, prototexto, adquirem necessariamente nova significação, em muitos casos desvinculada

da ideia de escrita e escritura e, ao invés disso, ligada à ideia de criação em novas e múltiplas materialidades e modalidades. Voltando ao prototexto, De Biasi atribui ao termo um sentido um pouco diferente, já que para Grésillon ele coincide com o dossiê genético,³ mas De Biasi os considera dois momentos diferentes e sucessivos, já que

do estatuto indeterminado de ‘manuscritos da obra’, o dossiê de gênese passa ao estatuto científico de prototexto quando todos os seus elementos foram redistribuídos de forma inteligível conforme a diacronia que os fez nascer. (DE BIASI, 2010, p. 41)

Independentemente destas divergências terminológicas, o que importa é frisar como o trabalho do geneticista comece e se desenvolva no labor assíduo de coleta, arrumação, datação, classificação, transcrição dos vários documentos de processo. Obviamente não será possível aqui detalhar as várias operações, abordadas clara e organicamente nos textos relacionados a seguir e aos quais se remete para melhor compreensão da metodologia, sua terminologia, sua simbologia.

Uma questão importante é a relação da Crítica Genética com a crítica textual (ver a introdução da Crítica Textual, 20): a edição crítica, mais antiga e desenvolvida na Filologia (ver Filologia, 2) – clássica ou românica, por exemplo – tem como objetivo a fixação do texto, tal como, supostamente, o autor quis que ele ficasse em sua forma definitiva.⁴ Há edição crítica de textos, antigos, medievais e modernos, todos com aparato crítico que apresenta e esclarece as variantes dos diferentes manuscritos ou das diversas edições impressas, a depender dos casos. A edição genética, por sua vez, tem como objetivo acompanhar e documentar o percurso do autor na redação de sua obra, utilizando, para tanto, um aparato, dito genético, que permite a visualização das diferentes etapas ou campanhas de escritura. Nas palavras de Grésillon (2007, p. 351), a edição genética “[...] apresenta, sob forma impressa e em ordem cronológica

3 “dossiê genético [...]”. Sinônimo: prototexto”. (GRÉSILLON, 2007, p. 331)

4 Ver, entre tantos, a importante contribuição de Stegagno Picchio (1979) e, mais recentemente, Lose e Telles (2017).

do processo de escritura, o conjunto dos documentos genéticos conservados de uma obra ou de um projeto”.

Ao invés de manter uma contraposição artificial e pouco produtiva entre as duas disciplinas, a importância da Crítica Genética para a Filologia foi assinada, ainda em 1997, pelo filólogo italiano Giuseppe Tavani, que definiu a colaboração entre filólogos e geneticistas como “imprescindível”. (TAVANI, 1997, p. 96) E, de fato, longe de os contrapor como antitéticos, existe o cruzamento entre os dois diferentes tipos de edição: a edição crítica em perspectiva genética, ou crítico-genética, que ao mesmo tempo estabelece o texto e documenta o percurso da criação autoral.⁵ Neste sentido, deve ser lembrada a importante atuação no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (ILUFBA) de Rosa Borges na Crítica Genética e justamente no estudo da edição crítica em perspectiva genética.

Pensando em importantes desdobramentos da Crítica Genética, os Estudos de Tradução estão cada vez mais frequentemente se beneficiando da associação com a Crítica Genética, produzindo relevantes estudos sobre a tradução, justamente vista como forma artística, em seu processo.⁶

Deve ser ressaltado, finalmente, como a UFBA representa um polo importante e inovador de pesquisas de Crítica Genética: o grupo de pesquisa PRO.SOM, coordenado por Sílvia Maria Guerra Anastácio, atua com time de pesquisadores em autoria colaborativa e, funcionando desde 2008, com a publicação de artigos, livros, audiolivros, além de produzir dissertações e teses, assim contemplando o tripé pesquisa, extensão e ensino. A acessibilidade também é um aspecto social importante do grupo ao produzir audiolivros, inclusive com versão para pessoas com deficiência visual. Especificamente no que diz respeito à Crítica Genética, o grupo tem ampliado perspectivas, métodos e objetos de pesquisa, como pode ser visto no rol de teses e dissertações que abordam, para citar só alguns, o processo de tradução de uma peça (DIAS, 2019), o estudo do processo criativo da tradução e interpretação em janela de Libras de animações fílmicas (GÓES, 2018), estratégias do processo de adaptação de um romance a uma peça radiofônica (FERRARI, 2016), estudo do processo de roteirização (CORRÊA, 2020) e, como expressão de um dos campos mais relevantes de pesquisa do PRO.SOM,

5 Ver: Telles e Santos (2010), Borges (2012).

6 Ver, por exemplo, Passos (2011).

os manuscritos da escritora estadunidense Elizabeth Bishop – entre outros trabalhos, Anastácio (2000) e Barbosa (2016).

Finalmente, lembro que pelo menos dois volumes da revista dos programas de pós-graduação do ILUFBA, *Estudos linguísticos e literários*, o n. 20 e o n. 42, foram integralmente dedicados à Crítica Genética, a testemunhar a sua importância no nosso instituto e no âmbito de seus pesquisadores.

O ESSENCIAL SOBRE CRÍTICA GENÉTICA

Segue uma breve relação de dez obras sugeridas para uma primeira aproximação, uma introdução do leitor à Crítica Genética, sendo que, evidentemente, esta é apenas uma pequena amostra da grande produção teórico-crítica dos geneticistas; procurou-se aqui, por um lado, privilegiar diferentes aspectos que pudessem dar ideia da variedade de âmbitos e pesquisas existentes, e, pelo outro, relacionar textos de diferente complexidade, que possam ser lidos num crescendo de aprofundamento.

CIRILLO, J.; GIL, F. G.; GRANDO, Â. (org.). *Artistas, autoria e as práticas colaborativas*. São Paulo: Intermeios, 2013.

Este volume reúne trabalhos apresentados no Seminário Íbero-Americano sobre o Processo de Criação, em dezembro de 2013 em Vitória, evento que acolheu pesquisadores europeus, principalmente portugueses e espanhóis, e das Américas. Os textos escolhidos “dedicam-se ao amplo debate sobre o processo de criação e suas mediações no contemporâneo contexto da Sobremodernidade, na busca por compreender o esvaziamento das relações, na superação dos conflitos entre periferia e centro”, com foco também na “revigoração do conceito de autoria” na contemporaneidade e a reflexão sobre as novas práticas criativas e suas diferentes ramificações nas várias artes visuais. (CIRILLO; GIL; GRANDO, 2013, p. 10-11) José Cirillo, docente da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), dedica-se há muitos anos aos estudos da aplicação da Crítica Genética às artes visuais: um ótimo exemplo é o breve mas relevante artigo de 2006, no qual o pesquisador, considerando que o estudo dos “documentos do processo de criação nas artes visuais é olhá-los a partir de sua dinâmica” (CIRILLO, 2006, p. 186), traça uma taxonomia de cinco tipos de experimentação documentada

nos processos de criação: “eidético ou formal, cromático, matérico, topológico ou espacial e conceitual” (CIRILLO, 2006, p. 186), ou seja, abarcando as grandes vertentes da arte contemporânea. Na coletânea aqui apresentada, os três organizadores reúnem numerosos e ótimos exemplos de estudos sobre os processos de criação das mais diferentes vertentes das artes contemporâneas, num diálogo profícuo e inédito tanto pelos assuntos quanto pela abordagem: matérias, gestos e corpos, cores e sonoridade, espaços e fibras formam um afresco poderoso e relevante para a compreensão da criação na contemporaneidade.

DE BIASI, P.-M. *A genética dos textos*. Tradução de Marie-Hélène Paret Passos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

Pierre-Marc De Biasi, pesquisador, escritor e artista plástico, é diretor emérito de pesquisa do ITEM.⁷ Neste volume, De Biasi relata com entusiasmo o surgimento da Crítica Genética, “verdadeira aventura intelectual que insuflava uma segunda vida nos princípios formalistas e que era, ao mesmo tempo, um imenso canteiro de obras para a pesquisa” (2010, p. 10), sua história sucessiva, seus postulados, sua metodologia, sua terminologia – por exemplo, a importante diferença entre edição genética horizontal e vertical – e a relação com as outras áreas do conhecimento, como Psicanálise, Sociologia, a História; no final do volume, apresenta um exemplo de análise microgenética – a primeira frase de *La legende de saint Julien l’Hospitalier*, de Gustave Flaubert. Em suma, um manual fundamental, escrito por um dos mais importantes pesquisadores da área, para elucidar e apresentar de forma clara e ao mesmo tempo aprofundada procedimentos, teorias, pressupostos da Crítica Genética.

GRÉSILLON, A. *Elementos de crítica genética: ler os manuscritos modernos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

A pesquisadora Almuth Grésillon, diretora do ITEM, em Paris, depois de Louis Hay, e hoje diretora emérita de pesquisa daquela instituição, é uma referência tanto na França como no Brasil para os estudiosos de Crítica Genética, disciplina que ajudou a fundar. Este volume, publicado originalmente em 1994, representa,

7 Ver em: <http://www.item.ens.fr/>.

como justamente pontua Philippe Willemart em seu prefácio à edição brasileira, o primeiro panorama da Crítica Genética; sua autora tem desempenhado um papel muito importante no desenvolvimento da Crítica Genética no Brasil. Neste ponto, importante observar que no *site* do ITEM, lê-se que “Com o Japão, o Brasil é sem dúvida a segunda pátria da crítica genética”⁸ (ITEM, [202-], tradução nossa) – graças também às parcerias desenvolvidas através do trabalho de Grésillon. O texto aborda principalmente os manuscritos literários – sem dúvida os desencadeadores da Crítica Genética em sua origem em 1968 – mas em sua Coda (termo mutuado das composições musicais) abre espaço para desenvolvimento de pesquisas sobre a gênese de música, obras visuais, cinema e outras artes, além de manuscritos de cientistas como Louis Pasteur. A obra, que contém um útil glossário de termos genéticos e uma extensa bibliografia, é uma importante introdução à Crítica Genética, abordando, além da definição da própria Crítica Genética, os manuscritos modernos, o dossiê genético, a edição genética e teoria genética, aí incluindo uma estética da criação, um volume completo, ao mesmo tempo claro e profundo, que deve compor a biblioteca de quem quiser conhecer o estudo dos processos de criação.

HAY, L. *A literatura dos escritores: questões de crítica genética*. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

Fundador do ITEM, Louis Hay, que em 1979 publicou uma coletânea de ensaios na qual, pela primeira vez, aparecia o nome de “Crítica Genética”, juntou neste importante volume uma série de ensaios, escritos ao longo de algumas décadas, até o ano de 2000, organizados de forma a apresentar diferentes facetas do labor genético. Assim, temos as seções “Princípios”, “Questões”, “Estudos” e “Práticas”, nas quais o estudioso apresenta a “gênese da genética”, a leitura dos manuscritos, relação entre arte, história e gênese, questões semióticas, exemplos de ensaios críticos sobre escritores como Christa Wolf, Gide e o fundamental Heine (a Crítica Genética surgiu em 1968, a partir dos estudos dos manuscritos de Heine, então recém-adquiridos pela Biblioteca Nacional Francesa) e, finalmente, a prática de análise, catalogação, transcrição dos manuscritos, inclusive com a contribuição cada vez mais preciosa da informática, e a história e

8 Do original: “Avec le Japon, le Brésil est sans doute la seconde patrie de la critique génétique”.

o projeto das edições genéticas. Esta coletânea de ensaios, alguns dos quais inéditos até então, permite não só conhecer a obra de um dos fundadores da genética, como acompanhar, ao longo dos ensaios apresentados, as etapas dos estudos, sua história e seu desenvolvimento, num leque amplo e rico, cheio de exemplos e sugestões para ulteriores leituras.

PASSOS, M.-H. P. *Da crítica genética à tradução literária: uma interdisciplinaridade*. Vinhedo: Horizonte, 2011.

Este volume de Marie-Hélène Passos, adaptado de sua tese de doutorado, foi escolhido por apresentar a importante aplicação da Crítica Genética aos estudos e à prática da tradução literária, e, mais em geral, uma das possíveis e profícuas aproximações entre Crítica Genética e outras disciplinas. Desta forma, nas palavras de Philippe Willemart (2011, p. 11), que assina o prefácio, Passos “ilustra uma nova maneira de ver a tradução”, colocando, e aqui cita a autora, “o processo tradutório no mesmo registro que o processo da criação literária”. (PASSOS apud WILLEMART, p. 12) É importante a afirmação do estatuto artístico da tradução literária (assim como, acrescente-se, da adaptação), pois disso evidentemente decorre logicamente a possibilidade de as traduções também serem estudadas pela Crítica Genética como as demais obras artísticas. O volume aborda, inicialmente, uma visão interdisciplinar da Crítica Genética e da tradução literária, sucessivamente dedica um capítulo à Crítica Genética e outro à tradução literária, trabalhando em ambos um conto inédito de Caio Fernando Abreu, do qual no final são apresentadas a fixação do texto e a sua tradução para o francês.

PASSOS, M.-H. P.; SOARES, N. G.; ROMANELLI, S.; ANASTÁCIO, S. M. G. (org.). *Processo de criação interartes: cinema, teatro e edições eletrônicas*. Vinhedo: Horizonte, 2014.

Este volume é resultado de um Projeto Interinstitucional desenvolvido entre 2013 e 2014, que incluiu docentes e discentes da UFBA, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). O projeto teve como objetivo dar acessibilidade ao público de língua portuguesa, interessado em Crítica Genética, a textos originalmente publicados em francês e inglês sobre processos de criação em teatro, cinema, história

cultural e edição eletrônica. Como resultado do Projeto Interinstitucional, foi publicado o livro, sob a organização da profa. dra. Sílvia Anastácio, da profa. dra. Marie-Hélène Paret Passos, da profa. dra. Noêmia Guimarães Soares e do prof. dr. Sergio Romanelli. Dentre os textos da coletânea, após uma apresentação realizada por Cecília Almeida Salles, podemos ressaltar a contribuição apresentada por Paolo D’lorio, Aurèle Crasson e Pierre-Marc de Biasi acerca dos estudos de processo em ambiente digital; o texto de Henri Mitterand, que traz uma reflexão acerca da Crítica Genética e a história cultural; Almuth Grésillon e Jean-Marie Thomasseau, ao analisar o processo criativo de obras teatrais; Morgan Lefeuve, bem como Ada Ackerman, ao trazerem análises sobre processos criativos no cinema; assim como os estudos apresentados por Carole Aurouet, Jean-Pierre Sarrazac e Anne-Françoise Benhamou.

SALLES, C. A.; ANASTÁCIO, S. M. G. (org.). *A diversidade dos estudos de processo no século XXI*. Salvador: Edufba, 2017.

Este volume reúne alguns dos principais trabalhos apresentados no XI Congresso da Associação Brasileira de Crítica Genética (APCG) que aconteceu na UFBA em outubro de 2015. As organizadoras apresentam como ponto de referência fundamental a semiótica peirceana, a partir da qual se consolidam duas vertentes de estudo, ambas tendo nos manuscritos, ou documentos de processo de criação, o objeto de sua abordagem. A primeira vertente toma os manuscritos como “pistas para a compreensão dos processos de criação das obras em análise” (SALLES; ANASTÁCIO, 2017, p. 9), enquanto a segunda se dedica à edição dos documentos. Temos, portanto, uma abordagem mais teórica e outra mais voltada especificamente à concretude das edições genéticas. Os textos desta coletânea refletem as duas vertentes, apresentando contribuições importantes de pesquisadores de numerosas instituições brasileiras e estrangeiras, de autoria de Alcília Duhá Lose, Paolo D’lorio, Arivaldo Sacramento de Souza, Rosa Borges, Isabela Santos de Almeida, Sílvia La Regina, Noêmia Guimarães Soares, Cassiano Teixeira de Freitas Fagundes e Sergio Romanelli, Olga Anokhina, Lúcia Terezinha Zanato Tureck com Sílvia Maria Guerra Anastácio e Sirlene Ribeiro Góes, Philippe Willemart, Raul Antelo, Cecília Almeida Salles, Ananda Carvalho, Galciani Neves, Carolina Cismondi. Ressaltando o interesse de todas as pesquisas apresentadas, chama-se a atenção especialmente para a contribuição de Paolo D’lorio, sobre

um modelo de edição genética digital, modelo que torna bem mais acessíveis e completas as edições genéticas, dando brilhantes soluções ao impasse das edições em papel, que, para apresentar todas as versões e variantes, oferecem “indicazioni spesso codificate e talvolta criptiche”, prática que “rende illeggibili le edizioni e porta il lettore alla disperazione” (p. 44); igualmente relevante e inovador o contributo de Olga Anokhina sobre o enfoque genético do processo criativo dos escritores plurilíngues.

SALLES, C. A. *Crítica genética: fundamentos dos estudos genéticos sobre o processo de criação artística*. 3. ed. rev. São Paulo: EDUC, 2008.

O pequeno, mas importante, volume de Cecília Salles, um dos principais nomes, não só brasileiros, da Crítica Genética, representa uma brilhante e clara introdução sobretudo à teoria, mas também à prática, da pesquisa do geneticista. Nos densos capítulos desta obra brilhante, Salles, docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), apresenta a gênese da Crítica Genética, sua delimitação, sua relação com os artistas e a demarcação do campo, além de exemplificar uma pesquisa relacionada ao âmbito da dança. O último capítulo detalha as implicações dos estudos genéticos, com importantes observações sobre a “ressurreição do autor”, estudos sobre criação e crítica de arte e novos horizontes da Crítica Genética. Cecília Salles tem trabalhado na direção de uma grande expansão do campo da Crítica Genética, que se, como vimos, começou a partir de manuscritos de escritores europeus modernos, sucessivamente ampliou não só seus objetos e objetivos de pesquisa como a própria concepção de criação artística, de obra e de autoria. Neste sentido, podemos considerar que a Crítica Genética, além de conceber novas teorias a partir dos manuscritos (quais sejam os suportes) ou realizar edições genéticas, portanto com duas formas fundamentais de atuação, tem também duas abordagens fundamentais ao texto, a que mantém seu foco no texto literário escrito com autoria definida e a que abarca todas as diversas formas artísticas, visuais, musicais, teatro, cinema, dança, com autorias muitas vezes múltiplas e colaborativas, sem esquecer a nova fronteira dada pelos estudos genéticos na ciência e seus processos criativos. (SALLES, 1998) Cecília Salles, estudiosa da Crítica Genética sob a perspectiva da semiótica de linha peirceana (SALLES, 2002), tem sido porta-voz desta segunda abordagem, no âmbito da qual tem ampla

e significativa produção: ainda em 1998, em seu *Gesto inacabado*, a estudiosa escrevia sobre a Crítica Genética que com a “[...] dilatação das fronteiras desses estudos, amplia-se o significado de manuscrito. Lida-se com índices de materialidades diversas: rascunhos, roteiros, esboços, plantas, maquetes, cópiões, ensaios, *storyboards* e cadernos de artistas”. (SALLES, 1998, p. 15, grifo da autora)

WILLEMART, P. *A escritura na era da indeterminação: estudos sobre crítica genética, psicanálise e literatura*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

Philippe Willemart, como vimos, introduziu a Crítica Genética no Brasil em 1985 e desde então tem tido uma extensa produção tanto na Crítica Genética quanto nos estudos de psicanálise lacaniana, lembrando que um dos focos principais da pesquisa de Willemart é justamente a relação entre Crítica Genética e psicanálise. São estes âmbitos que o pesquisador conjuga neste volume, publicado recentemente, que ainda abarca uma seção sobre “mente e física”, em que o estudioso aborda Neurociência, Psicanálise e Literatura. No volume são apresentados alguns ensaios sobre Marcel Proust, cujos manuscritos Willemart estuda há muitos anos, e outros autores. A escolha deste denso volume de ensaios deve-se justamente ao fato de aqui encontrarem-se reunidos vários textos, em sua maioria escritos nos últimos anos, que exemplificam a amplitude dos interesses de Willemart e, principalmente, as interseções inovadoras e inéditas que ele propõe entre diferentes âmbitos da cultura e da ciência, que, em sua leitura, parecem perfeitamente compatíveis e logicamente combinados. Roberto Zular frisa em sua apresentação como este volume “[...] aposta na experiência da literatura como forma de lidar com as questões mais complexas apresentadas pelo mundo contemporâneo” (ZULAR, 2019, p. ix); inegáveis, principalmente no mundo atual, a ousadia e ao mesmo tempo a beleza intelectual desta opção, que faz da Literatura, em seu devir desvendado sob diferentes prismas, uma chave de leitura e, talvez, mais ainda de sobrevivência e resistência ao caos.

ZULAR, R. (org.). *Criação em processo: ensaios de crítica genética*. São Paulo: Iluminuras, 2002.

Esta coletânea de ensaios reúne alguns entre os estudiosos brasileiros e franceses mais relevantes da Crítica Genética – alguns deles fundadores da

disciplina – e especificamente do manuscrito literário, apresentados em suas diferentes pesquisas segundo três linhas principais: as origens da Crítica Genética e sua relação com as tendências teóricas anteriores; os conceitos básicos da Crítica Genética; as relações da Crítica Genética com outras áreas, como a Psicanálise, a Literatura Comparada, a semiótica e muitas outras. Os textos de Roberto Zular, Louis Hay, Telê Ancona Lopez (da qual devemos lembrar pelo menos os importantes estudos sobre os manuscritos de Mário de Andrade), Philippe Willemart, Jean-Louis Lebrave, Almuth Grésillon, Cecilia Almeida Salles, Daniel Ferrer e Pierre-Mac de Biasi formam assim uma perfeita introdução à variada e rica pluralidade de vozes da Crítica Genética.

NOTAS FINAIS

Para finalizar este breve percurso pelos caminhos da Crítica Genética, escolho uma citação de Pierre-Marc de Biasi que, assim acredito, elucida em uma pergunta retórica, cuja resposta certamente seria “sim!”, a relevância e o fascínio que essa ainda nova abordagem aos textos representa para os pesquisadores, os críticos e os leitores; sendo que pessoalmente entendo “textos” em seu sentido mais amplo, como manifestações artísticas independentemente de sua forma e matéria. “E se a genética fosse, enfim, uma das vias mais seguras para renovar a nossa leitura dos textos?”. (DE BIASI, 2010, p. 163)

REFERÊNCIAS

- ANASTÁCIO, S. M. G. *O jogo das imagens no universo da criação de Elizabeth Bishop*. São Paulo: Annablume, 2000.
- BARBOSA, E. da S. *A poética dos espaços na obra de Elizabeth Bishop: uma edição genética dos poemas The Armadillo e North Haven*. 2016. Tese (Doutorado em Literatura e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- BARTHES, R. Morte do autor. In: BARTHES, R. *O rumor da língua*. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 65-70.
- BORGES, R. Edição crítica em perspectiva genética. In: BORGES, R. et al. *Edição de texto e crítica filológica*. Salvador: Quarteto, 2012. p. 60-105.
- CIRILLO, J.; GIL, F. G.; GRANDO, Â. Apresentação. In: CIRILLO, J.; GIL, F. G.; GRANDO, Â. (org.). *Artistas, autoria e as práticas colaborativas*. São Paulo: Intermeios, 2013.

CIRILLO, A. J. Desdobrando as funções dos documentos de processo: uma análise nas artes visuais. *Manuscrita*, Vitória, n. 14, p. 185-192, dez. 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/manuscrita/article/view/177581/164614>. Acesso em: 12 fev. 2021.

CORRÊA, S. *A estética radiofônica a serviço da ação dramática: amostragem da roteirização de A lenda de Iping*. 2020. Tese (Doutorado em Literatura e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

DE BIASI, P.-M. *A genética dos textos*. Tradução de Marie-Hélène Paret Passos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

DIAS, R. B. *O processo de criação da tradução da peça “Statement after an arrest under the Immorality Act”, de Athol Fugard*. 2019. Tese. (Doutorado em Literatura e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

FERRARI, F. *Do romance à peça radiofônica: estratégias de adaptação no processo de criação do audiolivro A Guerra dos Mundos*, de H. G. Wells. 2016. Dissertação (Mestrado em Literatura e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

GÓES, S. R. *Estudo do processo criativo da tradução e interpretação em janela de Libras da animação fílmica Raccoon & Crawfish: percorrendo caminhos digitais*. 2018. Tese (Doutorado em Literatura e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

GRÉSILLON, A. Alguns Pontos sobre a História da Crítica Genética. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 7-18, jan./abr. 1991.

GRÉSILLON, A. *Elementos de crítica genética: ler os manuscritos modernos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

ITEM. Partenaires, Paris, [202-]. Disponível em: <http://www.item.ens.fr/partenaires/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

LA REGINA, S. O acervo de manuscritos de Gregório de Mattos: uma galáxia em expansão. In: SALLES, C. A.; ANASTÁCIO, S. M. G. (org.). *A diversidade dos estudos de processo no século XXI*. Salvador: Edufba, 2017.

LOSE, A. D.; TELLES, C. M. Qual edição e o que editar. *Revista A Cor das Letras*, Feira de Santana, v. 18, n. 2, p. 271-293, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/1863/pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

PLATÃO. *Íon*. Introdução, tradução e notas de Victor Jabouille. Lisboa: Inquérito, 1988.

SALLES, C. A. Crítica genética e semiótica: uma interface possível. In: SALLES, C. A. *Criação em processo: ensaios de crítica genética*. São Paulo: Iluminuras, 2002. p. 177-201.

SALLES, C. A. *Crítica genética: fundamentos dos estudos genéticos sobre o processo de criação artística*. 3. ed. rev. São Paulo: EDUC, 2008.

SALLES, C. A. *Gesto inacabado: processos de criação artística*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1998.

SALLES, C. A.; ANASTÁCIO, S. M. G. Apresentação. In: SALLES, C. A.; ANASTÁCIO, S. M. G. (org.). *A diversidade dos estudos de processo no século XXI*. Salvador: Edufba, 2017. p. 9-18.

- SALLES, C. A.; ANASTÁCIO, S. M. G. (org.). *A diversidade dos estudos de processo no século XXI*. Salvador: Edufba, 2017.
- STEGAGNO PICCHIO, L. *A lição do texto: Filologia e literatura*. Tradução de Alberto Pimenta. Lisboa: Edições 70, 1979.
- TAVANI, G. Filologia e genética. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 20, p. 79-96, set. 1997.
- TELLES, C. M.; SANTOS, R. B. Da gênese ao texto editado: produção e transmissão de textos. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 42, p. 63-97, jul./dez. 2010.
- WILLEMART, P. Prefácio. In: PASSOS, M.-H. P. *Da crítica genética à tradução literária: uma interdisciplinaridade*. Vinhedo: Horizonte, 2011. p. 11-12.
- ZULAR, R. Apresentação. In: WILLEMART, P. *A escritura na era da indeterminação: estudos sobre crítica genética, psicanálise e literatura*. São Paulo: Perspectiva, 2019. p. ix-xiv.

DEZ OBRAS PARA CONHECER O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE AUDIOLIVROS

SÍLVIA MARIA GUERRA ANASTÁCIO
SILVIA LA REGINA

INTRODUÇÃO

Considerando a bibliografia básica para se produzir um audiolivro, entendemos ser importante optar por uma abordagem transdisciplinar, passando por várias áreas do conhecimento e contando com uma parceria profícua entre a Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e o Instituto de Letras da UFBA. Mas quais são essas áreas do conhecimento, cuja bibliografia comentada constituirá o tema do presente capítulo? Estudos sobre Tradução, Semiótica, Adaptação, Intermidialidade, Criação de roteiro, Crítica Genética e Audiolivro. Como se pode perceber, o caminho a trilhar é longo até chegar ao audiolivro a ser enviado para publicação, juntamente com o seu correspondente roteiro escrito.

É necessário, também, marcar o lugar de fala das autoras deste capítulo, que aborda a produção de audiolivros de textos literários, valorizando o seu processo de criação e não apenas o produto, ou a obra entregue ao público. Antes da leitura e interpretação do texto a ser traduzido do inglês para o português, é relevante fazer pesquisas sobre o seu autor, suas influências, a época em que viveu e outras obras nas mais diversas mídias que o representaram, de alguma forma. Só depois de uma discussão acerca dessas questões e dos critérios que

serão adotados para determinada prática tradutória, inicia-se o processo de tradução, que visa à publicação de um audiolivro.

BIBLIOGRAFIA COMENTADA

Acreditamos que a obra *Escândalos da tradução* (2002), de Lawrence Venuti, seja uma leitura basilar para os Estudos da Tradução e um norte para quem desejar entender as implicações dessa atividade. O autor comenta os preconceitos que esse tipo de atividade tem sofrido, sendo, muitas vezes, visto como uma “literatura menor”. Na emergência dos estudos dessa disciplina, ela foi marcada sobretudo por uma orientação linguística em detrimento do fato de ser considerada uma prática cultural, que envolve valores, ideologias e crenças. A questão da autoria no exercício dessa prática tem dado margem a questões éticas, que têm sido amplamente discutidas. As traduções domesticadoras são vistas como uma violência à cultura do texto de partida e se faz necessário uma negociação entre a domesticação e a estrangeirização. A heterogeneidade discursiva da tradução precisa, também, ser levada em conta e varia de acordo com cada situação de produção, bem como de sua recepção ou do público leitor ao qual se destina.

Apresentando um histórico dos estudos da tradução, o autor acha importante o tradutor ser capaz de explicar as escolhas das práticas textuais utilizadas para que suas apresentações descritivas não se reduzam a uma ação mecânica e desprovida das reflexões necessárias.

Nos anos 1970, os Estudos da Tradução tendem a dar ênfase a questões culturais e a uma abordagem mais descritiva do que prescritiva, que leva em conta não apenas o polo de partida, mas especialmente, o da língua-alvo, além de questões relacionadas à patronagem. Dentre os críticos de tradução que defendem tais princípios, cita contribuições importantes de Gideon Toury, Itamar Even-Zohar, André Lefevere e José Lambert. Venuti (2002) não apenas apresenta cada um desses autores, mas também, propõe críticas a seus modelos.

Finalmente, comenta a questão da funcionalidade na tradução. Denuncia as assimetrias das relações internacionais que ainda persistem nessa era da globalização, dando margem às línguas consideradas coloniais. Os países colonizadores assumem uma postura hegemônica em relação às nações em desenvolvimento e esses fatores, naturalmente, interferem nas questões tradutórias. Tal prática

acaba servindo como resistência e revela tensões no discurso do colonizado, que teme pela imposição dos valores hegemônicos sobre a sua identidade.

Consideramos, portanto, a referida obra de Venuti, *Escândalos da tradução* (2002), de grande relevância para quem trabalha e estuda tal atividade pelo fato de levantar questões cruciais para se pensar o fenômeno tradutório.

E sendo a tradução uma prática que consiste na transposição de signos de um sistema para outro, a próxima área do conhecimento a ser abordada será a Semiótica, ou ciência dos signos. Para tratar dessa seara do saber, reconheço o livro *Tradução intersemiótica* (2001), de Julio Plaza, como sendo bastante esclarecedor para quem deseja entender um pouco a respeito do signo estético.

Com base na Semiótica do norte-americano Charles Sanders Peirce, o autor Julio Plaza (2001) propõe a abordagem intersemiótica como pensamento em signos. Explica o signo como sinal que representa alguma coisa para alguém e como um complexo de relações, definindo a semiose como ação do signo. A cadeia semiótica, conforme vista por Peirce, é infinita e nunca se completa, ocorrendo dentro de um sistema triádico de relações, a saber: o signo icônico, o indicial e o simbólico.

O simbólico corresponde ao terceiro nível dos estudos fenomenológicos de Peirce. O fato é que o pensamento pode existir na mente como signo, mas só se concretiza ao ser mediado e representado pela linguagem. Nessa função representativa, o signo opera dentro de uma convenção, de um padrão, de um sistema de leis, que é a linguagem. Como tal, será, portanto, um signo simbólico, que se enquadra no patamar da terceiridade na fenomenologia peirceana. Se pensarmos em tradução, estaremos no nível da interpretação de um texto cuja leitura se processa dentro de padrões e convenções, demandando muito do raciocínio lógico do leitor-tradutor.

Já na secundidade, atuam os signos predominantemente indiciais, que são os que colocam um pensamento-signo em relação a outro. Eles expressam contiguidade, apontam para outros signos, como: uma seta, um rastro ou um índice deixado em um manuscrito, por exemplo. Os rastros em um manuscrito são signos que apontam para outros signos; ou seja, um signo ou uma escolha alternativa do autor aponta para outro signo, a palavra que foi riscada e substituída. Uma tradução indicial não é muito semelhante ao texto de partida, mas guarda índices, traços desse texto.

Já na primeiridade, atuam os signos predominantemente icônicos, que expressam a qualidade material da linguagem. Sentimentos, emoções, sensações que ocorrem fugazmente, impelidos pelos nossos sentidos. São cores que chamam nossa atenção, formas, cheiros, enfim, sensações despertadas em nós pela qualidade dos objetos, que podem até provocar uma impressão de semelhança. Se falarmos de tipologia da tradução, uma tradução icônica será bem semelhante ao texto de partida.

Plaza se detém para falar sobre a especificidade do signo estético e seu efeito sobre o fruidor. Levantando, ainda, questões sobre sua traduzibilidade, traz teóricos da tradução, como Haroldo de Campos e Walter Benjamin. Discute sobre possibilidades de uma tradução criativa e, segundo ele, a tradução inter-semiótica pode ser considerada como um intercurso dos sentidos.

Também, o autor traz discussões relacionadas à intermídia e multimídia, bem como à tradução intersemiótica e aos multimeios, ressaltando o papel de McLuhan nas redes midiáticas e na comunicação. Apresenta, finalmente, inúmeras leituras a respeito da tradução simbólica, da indicial e da icônica, conseguindo ilustrar essa tríade peirceana utilizando um rico e variado material estético. Por toda sua rica abordagem da Semiótica aplicada à tradução, o livro de Plaza (2001) é leitura fundamental para quem deseja trabalhar com essas áreas do conhecimento.

Uma das questões trazidas por Plaza (2001) foi a da tradução criativa e suas implicações. Essas discussões nos levarão a pensar no tema da *adaptação* entre mídias, entendendo-a como uma forma criativa de revisitar uma obra já existente. Para dar conta do tema *adaptação*, a indicação é o livro de Linda Hutcheon, *A theory of adaptation* (2006).

Nessa obra, a autora defende que o tema da adaptação não se limita à passagem de obras literárias para o cinema e vice-versa, comentando, inclusive, que não se trata de um fenômeno contemporâneo. Na época vitoriana já era comum todo o tipo de adaptação: histórias de poemas, romances, peças de teatro, óperas, pinturas, músicas, danças e *tableaux vivants* (representação por atores de uma obra pictórica) eram passados de uma mídia a outra.

Hoje, sem dúvida, há outros meios pelos quais transita o processo de adaptação, incluindo o cinema, a televisão, o rádio, as mídias eletrônicas, os *video-games*, os musicais de teatro ou no cinema, as encenações em parques temáticos,

as *performances* históricas, os experimentos com a realidade virtual, para citar algumas possibilidades.

Uma teoria da adaptação é uma tentativa de refletir sobre essa atividade, que tem sido tão popular e, ao mesmo, recebido críticas negativas constantes por quase nunca ser considerada tão boa quanto o chamado “original”. Cita Robert Stam, que denuncia aqueles que veem a adaptação como um ato de infidelidade, traição, deformação, violação e vulgarização.

Hutcheon (2006) reconhece que o adaptador pode enfrentar problemas legais de direitos autorais, mas defende a importância das adaptações e a necessidade de negociá-las. Sob essa perspectiva, analisa a adaptação, considerando a política da intertextualidade que ela implica, dentro de uma perspectiva cultural. Para a autora, é importante ainda considerar a adaptação como um produto, como um processo de criação e também levando em conta a sua recepção. Seu método consiste em identificar um texto base adaptado para uma variedade de mídias, estudá-las comparativamente e analisar suas implicações culturais.

Então, a autora cita a relevância dos estudos de intertextualidade empreendidos por Kristeva, de desconstrução desenvolvidos por Derrida, além de narratologia e perspectiva cultural por Foucault. Quando lhe parece conveniente, também se apoia na Semiótica, na literatura feminista ou pós-colonialista, sem se deixar engessar por nenhum desses caminhos, especificamente, para citar alguns.

Tema, personagem, enredo, focalização são elementos que podem ser adaptados, dentre outros. E, ao pensar no modo como as histórias chegam ao receptor, Hutcheon (2006) comenta que podem ser contadas, mostradas e, ainda, se pode interagir com elas. Essa modalidade interativa remete a adaptações envolvendo instalações interativas digitais e trabalhos desenvolvidos através de conexões da internet, para dar um exemplo e algumas dessas criações colaborativas.

Também, para refletir sobre a adaptação como uma transposição de uma mídia a outra, a autora recorre a uma analogia com o palimpsesto, entendendo que pode ser vista como um palimpsesto estendido em que várias camadas de criação se sucedem. Nesse percurso criativo, a especificidade de cada mídia deve ser revisitada e analisada pelo adaptador.

Hutcheon (2006) apresenta um histórico sobre teóricos da adaptação, datando o primeiro estudo crítico a 1957 por George Bluestone, com estudos de romance para filme. Outras adaptações para as mais diversas mídias são comentadas e, ainda, discutidas as principais dificuldades para viabilizá-las.

A passagem do tempo, por exemplo, é algo que demanda um cuidado especial na adaptação, dentre outras questões.

No seu livro, Hutcheon (2006) questiona sobre: O que adaptar? Quem e por que se dedica a essa prática, no caso a figura do adaptador? Como fazer para que a audiência se envolva nas adaptações? Aonde e quando essa prática ocorre, assim valorizando o contexto da adaptação? Como se pode perceber, trata-se de uma obra que cobre um amplo espectro de questionamentos importantes relacionados à adaptação e, como tal, merece um lugar de destaque nesse tipo de investigação.

Mas se para entender a adaptação, o leitor terá que refletir sobre as mais diversas mídias, então, conhecimentos voltados aos estudos intermídia e interartes são muito bem-vindos. Para dar conta de um espectro tão rico de conhecimentos, indico o livro *Media borders, multimodality and intermediality* (2010a), editado por Lars Elleström. Trata-se de uma coleção de ensaios, que dialogam entre si. Tais ensaios foram escritos por críticos que muito têm contribuído para essa área do conhecimento, como o próprio editor Lars Elleström e Irina Rajewsky, dentre outros.

Elleström (2010a) introduz o livro comentando a relevância dos signos na comunicação e enfatizando que, para expressarem alguma coisa, precisam ser vistos dentro de um sistema sógnico. O signo conta, por sua vez, com uma interface, como uma tela de computador, um papel, um livro... Ocorre dentro de uma temporalidade e, no caso de um signo escrito convencional, como a palavra, também ocupa um lugar no espaço, ou tem certa espacialidade. Então, um signo como uma letra, ou um signo não convencional, ou um poema, uma imagem, uma escultura, ou parte de uma sequência linguística, ou uma marca gráfica em uma superfície, ou um som, ou parte de uma obra de arte ou uma produção midiática, seja lá o que for, precisa de um contexto para ter algum sentido.

No ensaio “The modalities of media: A model for understanding intermedial relations”, Lars Elleström (2010b) busca definir o que é um meio, o que é Intermidialidade, bem como construir uma estrutura teórica, que explique como as mídias se relacionam umas com as outras, identificando o que elas têm em comum e como diferem entre si. Identifica, ainda, quatro modalidades de mídia: modalidade material, sensorial, semiótica e espaço temporal. Além disso, distingue três aspectos relacionados à questão midiática: mídia básica, definida por suas propriedades modais; mídia qualificada, caracterizada por aspectos

históricos, sociais, culturais, sociais, estéticos e comunicativos; mídia técnica, que remete a quaisquer objetos ou corpos, que servem de mediação entre as mídias básicas e as qualificadas.

Indico, também, o ensaio de Irina Rajewsky, “Border talks. The problematic status of media borders in the current debate about intermediality” (2010), em que a autora apresenta muitas abordagens críticas, que discutem a noção de Intermedialidade. Ela distingue a midialidade no sentido restrito de transposição midiática; no sentido restrito de combinações entre mídias; e no sentido restrito de referências intermidiáticas. Reflete, ainda, sobre os limites entre as mídias individuais e os contornos midiáticos que se pode perceber.

Além do livro editado por Elleström (2010a), que levanta muitas questões contemporâneas sobre a Intermedialidade, indico um artigo, que é um clássico da literatura e de autoria do professor Claus Clüver: “Inter Textus/Inter Artes/Inter Media” (2006), em que são discutidos vários conceitos correlatos.

O autor explica que a área em que atuava nos Estados Unidos na década de 1990 chamava-se de Estudos Interartes, disciplina voltada para um Comparativismo entre as artes. Para Clüver (2006), ao se atribuir à Literatura um ponto de referência dominante nesse Comparativismo, parecia-lhe adequado usar o espaço dos Estudos Interartes para tal. Já na Alemanha, esse estudo comparativo levava o nome de Intermedialidade. Então, o autor explica que o termo Intermedialidade em inglês remetia a trabalhos de autores, que se voltavam para a Linguística e de origem alemã. Cita, então, uma série de autores que trabalhavam com esse estudo comparativo e usavam o termo Intermedialidade para defini-lo.

Posteriormente, o conceito de *Intertextus* passou a considerar a comparação de relações textuais na Literatura Comparada e nos Estudos Interartes. Para os semióticos, a obra de arte é uma estrutura sígnica complexa, sendo chamada de texto, independente do seu sistema sígnico. Ampliou-se, assim, o conceito de texto, levantando-se a objeção a uma supervalorização do sistema linguístico. Os Estudos Interartes também incluem aspectos *transmidiáticos*, como modalidades de representação, expressividade, narratividade, tempo e espaço em representação e na fruição.

Desde quando Marcel Duchamp propôs o *ready made*, foi ficando cada vez mais difícil diferenciar o que é arte do que não é. Assim, os Estudos Interartes, *Inter Artes*, que lidavam com obras de arte, foram também sendo olhados como insatisfatórios.

O termo *Inter Media*, Intermidialidade, adotado, remete ao que chamamos de artes (Música, Literatura, Dança, Pintura e demais Artes Plásticas, Arquitetura) e formas consideradas mistas, como ópera, teatro e cinema. Também, inclui as mídias impressas, como a imprensa, o cinema, a televisão, o rádio, o vídeo, mídias eletrônicas e digitais. Nos deparamos com a combinação de artes e mídias para falar de Intermidialidade e passam a surgir outros conceitos, como os que seguem.

Um texto *multimídia* é composto de textos separáveis e separadamente coerentes, compostos em mídias diferentes. Já o *mixmídia*, contém signos complexos em mídias diferentes. A ópera, considerada como modelo textual é multimídia; enquanto encenação e apresentação é mescla de elementos multimídias e *mixmídias*. Um libreto de ópera pode ser publicado e recebido separadamente, logo, *multimídia*.

Segue, finalmente, um quadro panorâmico para estudo em que se possa explicitar: *relações transmídiais* (transposição), *discurso multimídia* (justaposição), *discurso mixed-media* (combinação), *discurso intermídia* (união, fusão).

E para passar de uma mídia a outra, é necessário que essa adaptação ocorra através de um recurso importante: o roteiro. Para falar desse tema, escolhi um autor consagrado no assunto, Doc Comparato, autor de *Da criação ao roteiro* (1995).

Comparato (1995) começa definindo roteiro como sendo a forma escrita de qualquer projeto de natureza audiovisual, que compreende o cinema, o vídeo, a televisão e o rádio. Segundo ele, um roteiro precisa ter três aspectos importantes, que ele define, em seguida. São eles: *logos*, *pathos* e *ethos*. Também, precisa passar por seis etapas de processo, que incluem: a ideia, o conflito, os personagens, a ação dramática, o tempo dramático e a unidade dramática. Para fazer um roteiro, é necessário responder as seguintes perguntas: O quê? Quem? Onde? Quando? Como? Por quê? Nos capítulos seguintes, irá definir os três aspectos do roteiro, as suas etapas e responder as perguntas formuladas, detalhadamente.

O autor propõe reflexões sobre o audiovisual, discutindo as características do cinema e da televisão. Reflete, também, sobre a cultura de massa, indicando que todo ato comunicativo precisa de um emissor, receptor e meio, tópicos que vai explicar, a seguir. Ao pensar sobre o emissor, ressalta questões relacionadas à tecnologia e revolução cultural dos últimos anos. Observa, ainda, a importância de se atentar para a ideologia do emissor de modo que o receptor possa ter um

pensamento crítico sobre o que está processando. Quanto ao meio, comenta as diferenças técnicas e de linguagem entre meios diferentes. Já abordando o ponto de vista do receptor, imagina que este alimente certas expectativas em relação ao produto que vai ser transmitido, o que, por sua vez, tem a ver com o ambiente social e cultural em que vive.

Ao pensar nas etapas do processo genético de um roteiro, vincula a ideia a ser desenvolvida pelo roteirista à sua capacidade criativa. Cita Stephen Spender que, em seu livro *The making of a poem* (1962), reflete sobre a capacidade imaginativa do criador, ponderando sobre características que considera importantes para o sucesso de seu projeto: a concentração, a inspiração, a memória e a autoconfiança.

Quanto à questão do papel do conflito no roteiro, afirma que está associado à ação dramática. O *story line* deve responder perguntas sobre alguma ação que acontece e o que se deve fazer a respeito.

Já ao refletir sobre a construção da personagem, menciona a contribuição de Aristóteles e Henry James. Nesse segmento do livro, define argumento ou sinopse, que conceitua como a *story line* desenvolvida sob o formato de texto, entendendo que após o conflito principal ou matriz ser apresentado, no segundo momento, surgem personagens para viver a história. Explica, ainda, a importância da sinopse ou do argumento para a viabilidade do projeto, que deve considerar a produção, o mercado, o aspecto técnico-artístico e a autoria, tópicos que Doc Comparato (1995) vai definir. No argumento, o roteirista deve responder aquelas perguntas formuladas acima, sobre: o quê, quando, onde, quem, qual?

O autor se detém detalhadamente sobre a construção do perfil da personagem, adequando-a a história, se preocupando em delinear como ela pensa, sente, fala e atua. A questão da verossimilhança também é abordada, bem como o nível de complexidade que cada personagem apresenta, podendo ser mais raso ou *flat*, mais complexo ou *round*. Na sua composição, é necessário considerar os fatores físico, social e psicológico, sendo a correspondência entre intelecto e emoções a responsável por sua identidade. Apresenta um quadro de algumas características que a personagem pode ter, o seu antagonista e os possíveis componentes dramáticos.

Ao pensar na criação do componente dramático, define os termos ficção, realismo e surrealismo. E quanto à apresentação básica de um drama, inclui: 1º ato, apresentação do problema; 2º ato, desenvolvimento; 3º ato, desenlace.

O drama se desenrola a partir de um conflito e da motivação para esse conflito. Deve-se também pensar em um ponto de identificação entre a personagem e o público, que acontece dentro de uma ação dramática. Esta resulta da soma: da vontade da personagem, sua decisão conflituosa e mudanças que irão ocorrer. Entende-se que sem personagem não existe drama.

Nas suas reflexões sobre a ação dramática, cita novamente Aristóteles, que dividiu o drama em: alma, personagem, pensamento, dicção, música e espetáculo. A alma é como vamos desenvolver a ação dramática. Parte-se do argumento e da estrutura, que se subdivide em: macro e microestrutura. A macro ou estrutura geral de um roteiro é o esqueleto das cenas, seu ponto de partida, que deve incluir ganchos ou situações críticas que só se resolvem no capítulo seguinte. A microestrutura é como cada cena se estrutura, visando emocionar a audiência. Um dos recursos principais para envolver o público é criar expectativas, que têm a ver com o que o público antecipa que irá acontecer, gerando suspense. Ou pode-se jogar, ainda, com a inversão de expectativas e a ocorrência do fator surpresa.

Logo, antecipação, expectativa, inversão de expectativas, surpresa, curiosidade, dúvida, perigo, suspense... direcionam a ação dramática, constituindo o núcleo dramático: os personagens. O *plot* é a parte central da ação dramática. Núcleo dramático é o conjunto de personagens unido por uma ação dramática. Logo, a ação dramática é igual a protagonista (e personagens secundários), ação (história) e *plot* (como ocorre). A seguir, detalha quais os princípios do *plot*, tipos e formatos, ilustrando com histórias conhecidas.

Doc Comparato (1995) narra a origem da fábula e suas funções características, ao falar dos tipos de *plot*. Em seguida, apresenta o roteiro de uma história com estrutura clássica, dividida em três atos: conflito, crise, resolução, ilustrando com diagramas explicativos. Ao observarmos as curvas dramáticas, vemos que pode haver vários *plots*, como mostram os diagramas. Exemplifica estruturas de *plot* para cinema e TV, mostrando seus formatos. Detalha a estrutura do *plot*, que pode conter: narrador, legendas, ação direta ou não, *flashbacks*, *flash forward*, cenas (essenciais, de exposição, de preparação, de clímax, de resolução).

Nas reflexões sobre o tempo dramático, reconhece o total e o parcial. Inclui conceitos de: diálogo, solilóquio, monólogo interior, coro, narração. Comenta os dez problemas mais frequentes de um diálogo e o que precisa estar presente

nele. Também, qual a estrutura da elaboração de uma cena, que deve ter começo, desenvolvimento e resolução, com um objetivo e uma função específicos.

A unidade dramática de um roteiro deve ser trabalhada a partir das cenas. Apresenta, então, o roteiro literário e o roteiro técnico, o *script* sendo escrito e reescrito. Ao chegar ao produtor, sofre *découpage*. E há uma série de perguntas que podemos nos fazer para analisar um roteiro.

Outro recurso que pode ser utilizado é o esquema, que vem ilustrado com um complexo diagrama mostrando personagens e as relações entre elas. Define-se *cast* e se deve ter uma visão de conjunto para ver se os atores combinam entre si. Segue discussão de roteiros a serem entregues ao diretor e conversas com ele, inclusive decidindo sobre título do filme, capa e outras informações que devem fazer parte do dossiê do roteiro entregue.

Segue *layout* de roteiro feito por Doc Comparato (1995), que inclui personagens que falam e não falam; localização de interiores e exteriores; inserções de publicidade; anotações musicais; tipos de planos, como *close up*, médio ou americano, geral ou *long/full shot*; diversos pontos de vista; efeitos óticos; elemento montagem com seus cortes, recursos de *fade in*, *fade out*, de encadeamento, congelamento (*freezing*), dentre outros.

Doc Comparato (1995) reflete, ainda, sobre adaptação, distinguindo vários graus. Comenta como é adaptar uma obra a partir de uma peça de teatro, conto, romance. Escrever para crianças, *shows* e musicais, programas educativos, publicidade, *clip*, documentários, fotonovelas, *comics*, rádio, humor (*sitcom*), esportes.

Finalmente, o autor tece reflexões sobre a profissão do roteirista, que é um contador de histórias nas mais diversas mídias. Comenta sobre o mercado de trabalho, contratos e direitos do autor.

Como se pode perceber, o livro de Doc Comparato (1995) sobre roteiro cobre uma ampla abrangência de temáticas e é um guia valioso para quem trabalha com os mais variados tipos desse gênero de escrita. Importante, ainda, valorizar os exercícios comentados que vêm ao final de cada capítulo, portanto, complementando a teoria apresentada com a sua aplicação prática. E, como se pode observar, a seção deste capítulo dedicada ao roteiro foi longa devido à importância desse tema no processo de criação de qualquer produto audiovisual, incluindo os audiolivros, que são o objeto de nossa trajetória investigativa.

É importante ressaltar que todos os passos trilhados para chegar, finalmente, à gravação do audiolivro são cuidadosamente registrados, gerando documentos

que servirão de rastros para análise dos geneticistas interessados em estudar o processo de criação de mídias sonoras. Para organizar o dossiê de criação de um audiolivro, todos os documentos são guardados *on-line* no Google Drive, incluindo áudios de discussões do grupo; fotos e filmagens de atores nos ensaios e no momento da gravação; versões da tradução e da elaboração dos roteiros literários para publicação, bem como dos roteiros técnicos para gravação e edição das trilhas sonoras; pesquisas feitas na internet; *print* de histórico do Google Drive contendo balões de comentários dos tradutores e roteiristas, com data e hora das intervenções (se o relógio do computador estiver marcando correto); *print* de trilhas do Programa Pro.Tools (utilizado nas gravações e edições), mostrando as opções escolhidas e as descartadas na gravação e edição; observações registradas em áudio, no papel ou digitadas no estúdio das falas do diretor com atores nos ensaios e nas gravações. Para datar, organizar, classificar, categorizar, transcrever (quando necessário), descrever e analisar os documentos de processo em questão segue-se o eixo teórico-metodológico da Crítica Genética ou dos Estudos de Processo.

A Genética dos textos (2010), de Pierre-Marc de Biasi, é um guia esclarecedor para o geneticista que precisa lidar com documentos de processo das mais diversas linguagens. Biasi começa com um breve histórico do início da Crítica Genética, nos anos 1970, na França, por Louis Hay, que reivindica uma perspectiva histórica para a leitura do manuscrito. O objeto de investigação seria o devir do texto em estado nascente através do manuscrito, considerado como a quarta dimensão da escritura.

Agregando pesquisadores de outras disciplinas, os geneticistas na França, inicialmente voltados para a Literatura, se agruparam em um Centro de Análise dos Manuscritos fundado por Louis Hay. Mais tarde, em 1982, associado à Biblioteca Nacional e à Escola Normal Superior, surgiu o Instituto de Textos e Manuscritos Modernos (ITEM), onde passaram a se reunir equipes de pesquisadores franceses e estrangeiros para estudar manuscritos. O ITEM continua hoje com estudos voltados também para pesquisa em: codicologia, edição genética, hipertexto, multimídia, gênese textual, gênese e ciências cognitivas, arquivos de criação. Assim, o manuscrito passa de um estatuto autobiográfico e privado para alográfico e público.

O autor define conceitos relacionados à Crítica Genética, como prototexto, dossiê de gênese, rasura (de supressão, substituição, deslocamento, suspensão,

utilização), rascunho, roteiro, esboço dos rascunhos, e pontua, ainda, quais são as fases da escrita: pré-redacional, redacional, pré-editorial e editorial. Além disso, faz referência aos manuscritos dos copistas na Idade Média.

O manuscrito moderno só se torna acessível quando é conservado, quer em bibliotecas públicas ou privadas. Os acervos de manuscritos, originalmente, eram disponibilizados em forma de maços, ou volumes. Termos como maço, folha, fólio e página são definidos.

Quanto ao método de análise, inicia-se com o estabelecimento e a especificação das peças, seguidos por classificação dos rascunhos, deciframento e transcrição (Diplomática, semidiplomática codificada, diacrônica linearizada). No que se refere às técnicas de perícia científica, é útil lançar mão da codicologia, da análise ótica (*laser*) e da análise informática.

Editar manuscritos é uma tarefa complexa e as edições genéticas visam à publicação desses manuscritos a fim de mostrar o trabalho do escritor. Tem-se a edição horizontal e a vertical (integral, parcial, seletiva) e, hoje, a eletrônica enriquecida pelos recursos do hipertexto e da multimídia.

Para analisar os manuscritos, a Crítica Genética tem se aproximado de outras áreas do conhecimento, como a poética, a crítica biográfica, a autobiografia, a Psicanálise, a crítica temática, a Fenomenologia, a Linguística, a História, a sociocrítica, dentre outros. Para ilustrar como analisar manuscritos, é apresentado um exemplo de pesquisa com várias campanhas de correções.

Hoje, o horizonte genético ampliou-se, especialmente a partir dos anos 1980, quando papel e digital passaram a conviver lado a lado, junto com a internet, os programas inteligentes, as bases de dados, as ferramentas gráficas, os *hyperlinks*, a multimídia. A perspectiva genética agregou-se, então, à história, às ciências cognitivas e a inteligência artificial, abrindo-se as perspectivas dos estudos de processo.

Como se pode perceber, o livro de De Biasi expõe aspectos históricos e metodológicos importantes da Crítica Genética, apresentando, de modo objetivo e didático, os passos importantes para se estruturar e analisar os dossiês genéticos.

A Crítica Genética nasceu na França, mas chegou ao Brasil, a partir dos anos 1980, com o prof. dr. Philippe Willemart da Universidade de São Paulo (USP), estudioso de manuscritos de autores franceses, especialmente Flaubert. Para além da Literatura, manuscritos de tantas outras linguagens, com base na Semiótica Peirceana, têm sido estudados pela profa. dra. Cecília Almeida Salles, da PUC de

São Paulo. O seu livro *Redes da criação: construção da obra de arte* (2008) apresenta uma metáfora bastante útil para representar os documentos de processo a serem analisados como uma rede de nós que se comunicam.

Essa metáfora pode remeter à criação artística a partir de um conceito relacional e não linear, que aponta, também, para a ideia de inacabamento, mobilidade e dinamicidade, cujo ponto inicial e final não se pode determinar com certeza. O conceito de rede, portanto, está em conformidade com um paradigma relacional complexo, que se organiza por interações e inferências, acolhendo o acaso como parte integrante do processo e entendendo que há uma incessante troca entre a obra em estado nascente e seu meio, seu espaço, seu tempo social e individual do próprio artista, a sua cultura. O processo de criação é visto, também, como um sistema aberto, como um processo com tendência, que se caracteriza pela incerteza e pela vagueza, pois não existe nada fixo no trajeto criativo. Com base nessa discussão, tem-se a dessacralização da obra como acabada e final.

Ao mencionar a relação com a cultura, surge o conceito de *imprinting*, entendido como restrições sociais, culturais e históricas, que restringem o conhecimento. Mas Morin contrapõe a essa ideia a abertura artística para a autonomia e a inovação, percebendo a importância da efervescência cultural em que o artista está inserido e onde ocorre uma multiplicidade de trocas. Esse movimento vai contra o engessamento do processo artístico, considerando que nas trocas com o meio pode ocorrer uma atividade dialógica e que tende ao desvio, levando, pois, à inovação. Morin defende, ainda, que para que exista organização na macroestrutura da cultura, essas interações são necessárias.

Outro crítico e filósofo, Colapietro, discute o papel do ambiente cultural e sua relação com o processo artístico e com a questão da autoria de modo semelhante, mas com base no ponto de vista semiótico, vendo o artista como um sujeito histórico e inserido nessa rede de relações.

Na abordagem de Cecília Salles (2008) sobre a atividade criadora da mente, ela privilegia a percepção artística, que carrega uma maneira sensível de apreender o seu entorno. Essa singularidade do olhar artístico é flagrada nos seus registros em diários, anotações, correspondência, enfim, nos seus manuscritos. As pessoas são atraídas por alguma coisa que já existe dentro delas de modo potencial, por isso entende-se que a percepção é seletiva e se manifesta através da arte. Sobre essa percepção singular e transformadora do artista, que é viabilizada

com jogos com a realidade, a autora cita Bakhtin, Bioy Casares, Paul Klee, João Carlos Goldenberg, Kundera, Freud, Borges, Mário Quintana, Ledo Ivo e Barthes.

Outra questão importante levantada pela autora é a do biografismo revisto nos estudos de Crítica Genética, acreditando ser impossível reconstruir um artista a partir de sua obra. Claro que os rastros biográficos deixados na obra são importantes, mas não se pode reduzir um autor ao que está escrito em sua obra. A esse respeito, cita: Calvino, Barthes, Johansen.

A obra vai se concretizando com base em recursos ou procedimentos criativos, que envolvem a reconfiguração de sua matéria-prima. No que concerne a esse assunto, a autora cita Godar, Chekhov, dentre outros. A obra vai se concretizando até chegar à etapa da edição, quando será preparada para a sua entrega ao público. Quanto a esse momento do processo de criação artística, cita Eisenstein e suas experiências com o recurso da montagem; Arlindo Machado; G. G. Márquez, dentre outros.

Outra questão relevante a ser discutida é a do processo que já é obra, muito comum na contemporaneidade. Ou obras que são processo. Assim, pode ocorrer que objetos exibidos publicamente façam parte do processo, como no caso da montagem de instalações. Salles (2008) ilustra essa temática com muitos exemplos de artistas que corroboram tal abordagem.

Para acompanhar a construção dessas redes em processo, é necessária uma crítica de processo. A autora começa a teorizar sobre esse fenômeno artístico cada vez mais comum, nos dias de hoje. Ela sugere que é necessária outra forma de aproximação dessas obras cujos bastidores são exibidos ao público e acredita que o conceito de redes da criação possa oferecer possibilidades de análise da crítica de processo.

Como se pode perceber, o livro de Cecilia Salles, *Redes da criação* (2008), aborda temáticas relevantes para entender e teorizar o processo de criação e é um instrumento indispensável para o geneticista que deseja conhecer o paradigma contemporâneo de uma crítica de processo. Aliás, não apenas o texto de Cecilia Salles comentado acima é importante para os que se dedicam aos estudos de processo, mas recomendo todos os livros publicados pela autora como uma fortuna crítica indispensável para quem deseja se aprofundar nessa área do conhecimento. São os estudos de processo, que servem de base para pesquisadores que se dedicam a entender os bastidores da criação das mais

diversas linguagens, inclusive das mídias sonoras, destacando aqui a importância dos audiolivros.

No que concerne à temática dos audiolivros, indicamos *Audiobooks, Literature, and Sound Studies* (2011), editado por Matthew Rubery. Logo na introdução, Rubery (2011) informa que os chamados livros fonográficos começaram a surgir depois de Thomas Edison inventar o fonógrafo em 1877. Aliás, esta era uma das aplicações que Edison imaginava para a sua máquina de falar que, inclusive, ajudaria as pessoas cegas a ter contato com os livros. As pessoas na época se perguntavam se estaria surgindo, então, outro tipo de livro? Na tentativa de criar o que Edison chamava de uma biblioteca de vozes, foram gravados poemas de Alfred Tennyson, Robert Browning e Henry Irving. Mas a máquina de Edison ainda precisava ser aprimorada para estocar muitas gravações e tornar o seu sonho de uma Literatura falada possível. Segue, então, na introdução, um breve histórico de como as gravações de obras literárias em livros falados foram, pouco a pouco, se tornando uma realidade.

Posteriormente, na década de XX, *The American Foundation for the blind* e *The Royal National Institute for the blind* se uniram para empreender pesquisas, que pudessem beneficiar os cegos com o aprimoramento dos livros falados. Ao mesmo tempo, a Literatura começou a ser divulgada para o público em geral, de modo que, para muitas pessoas, o primeiro contato com a Literatura ocorreu primeiro através das ondas sonoras e não pela Literatura impressa. No início do século XX, os livros falados eram ouvidos pelo rádio e a British Broadcasting Corporation (BBC), iniciou programas de recitais e dramatizações de Literatura clássica. Em 1923, extratos das peças de William Shakespeare foram irradiadas; e, nos anos 1930, adaptações para o rádio de romances de Charles Dickens e Joseph Conrad, dentre outros, foram muito apreciados, especialmente, na Europa.

Segue um histórico de como os livros falados se desenvolveram, à medida que a tecnologia avançou, ao longo da segunda metade do século XX. Enquanto o termo livro falado surgiu com programas do governo para beneficiar os leitores cegos na década de 1930, o termo audiolivro foi cunhado na década de 1970, coincidindo com o aparecimento dos vídeos cassetes, até a era dos discos nos anos 1980. Em 2002, os livros falados começaram a ser baixados pela internet em formatos digitais.

O audiolivro é um formato que tem continuado a ser aprimorado. Já o livro falado não tem mais o formato que Thomas Edison tinha imaginado e, hoje,

uma voz sintética substituiu a voz humana. A *New York Public Library* começou a utilizar vozes sintéticas para livros falados a partir de 1978. Atualmente, os livros eletrônicos estão se tornando cada vez mais populares.

Em seguida, fica a pergunta se ouvir um audiolivro é ou não uma atividade passiva, em comparação com o livro impresso, que é lido? O fato é que ainda há uma nostálgica preferência pelo livro impresso e há quem o defenda com seus argumentos. Um deles é de que a interferência da voz na história sugere que esta recebeu uma interpretação antes que o audileitor pudesse ter a sua própria interpretação. Então, a voz utilizada no audiolivro poderia interferir na recepção do texto.

Há quem diga, também, que os audiolivros não requerem tanta concentração quanto os livros impressos. Não há dúvida de que a portabilidade do audiolivro é um ponto positivo a seu favor e há sociólogos que defendam que o fato do audileitor poder usar *headphones* aumentam a concentração do fruidor porque ele consegue se desligar do seu entorno.

Outro ponto negativo que as pessoas atribuem aos audiolivros é que as obras apresentadas por eles são, geralmente, abreviadas para caber no seu formato. Também, outro aspecto é que o ritmo do audiolivro foge ao controle do audileitor. E que esse tipo de leitura seria mais adequado para crianças do que para adultos. Além disso, há quem diga que determinados formatos de narração, como o monólogo interior, por exemplo, não são facilmente transmitidos através do audiolivro, para não falar nas notas de rodapé e outros recursos. Há quem defenda, ainda, que o audiolivro responde somente ao sentido da audição e não da visão. Enfim, prós e contras são discutidos na introdução desse livro, levando o leitor a refletir sobre os aspectos então apresentados.

Em seguida, no capítulo “The Three-minute Victorian Novel. Remediating Dickens into Sound” (2011), Jason Camlot discute a adaptação de um romance vitoriano de Dickens para uma mídia sonora, além de apresentar as primeiras adaptações de Literatura impressa para audiolivro. Tais adaptações atenderam a diferentes funcionalidades, que são também discutidas.

No segundo capítulo, “A Library on the Air. Literary Dramatization and Orson Welles’s *Mercury Theatre*” (2011), James Jesson comenta sobre as apresentações da Rádio BBC a partir de 1935. Um marco relevante foi a série de Orson Welles *Mercury Theatre on the Air* (1938-1940), peça radiofônica que ajudou a definir a importância do audiolivro em relação ao livro impresso. A série remediou

romances clássicos, que foram muito bem aceitos na época. Outra peça radiofônica famosa de Orson Welles, *The War of the Worlds*, assustou os ouvintes que, pelo realismo da transmissão, pensaram realmente que se tratava de uma invasão de alienígenas na terra. Estas e outras obras primas da época fizeram com que o audiolivro assumisse uma posição de destaque.

Recomendamos, especialmente, os capítulos citados do livro de Matthew Rubery, mas há também outros que abordam temáticas relevantes, como: a poética editorial dos audiolivros; a recepção e sua distribuição; a função das trilhas sonoras; tradução, remediação e a dupla autoria dos audiolivros; personalidade do ator e presença vocal; audiolivros para crianças na hora de ir para a cama; contação de histórias e efeitos sonoros; abordagem educacional para crianças através de audiolivros e experiências de leitura; uma fenomenologia do audiolivro. Logo, como se pode perceber, a coletânea de textos editada por Rubery (2011) apresenta um amplo e rico leque de informações sobre audiolivros, sendo importante a sua leitura para aqueles que desejam entender desde a história até os aspectos particulares dessa mídia sonora.

Para finalizar, indicamos mais uma leitura clássica, desta vez, privilegiando um gênero que se tornou importante no aperfeiçoamento das gravações de mídias sonoras: *Introdução à peça radiofônica* (1980), coletânea organizada por George Bernard Sperber.

Fernando Peixoto (1980) começa discutindo a importância do radioteatro, que existiu antes da televisão. Lembra o que sentia quando, colado no rádio, aquele instrumento meio mágico que, com suas histórias, o fazia tremer de emoção quando acompanhava os capítulos da novela *O Direito de Nascer*. Isso aconteceu na sua infância e só mais tarde, quando adulto, ficou sabendo que, em 1924, as peças radiofônicas despontavam na Inglaterra e que, em 1938, Orson Welles abalou a população norte-americana com a sua invasão alienígena, que marcaria história.

Também na década de 1920, na Alemanha, Brecht fazia incursões pelo teatro radiofônico, ousando experimentar uma linguagem expressiva com base em seus próprios recursos narrativos. Brecht defendia que o rádio devia servir a propósitos didáticos, democratizando a arte. Assim, a *Hörspiel* alemã marcaria a história do rádio com a sua técnica acústica, sua nova linguagem e gramática criadas para a mídia sonora. Nesse capítulo, Fernando Peixoto (1980) apresenta o que seria essa peça radiofônica, que floresceu e ainda floresce, hoje, na Alemanha.

Na seção seguinte, Werner Klippert (1980) apresenta os elementos técnicos da peça radiofônica: o microfone e suas características direcionais, dentre outros aspectos; a mesa de mixagem; o som e o ruído; a palavra; a palavra e os sons da fala; a voz, com seu timbre e variações.

Em seguida, Scheffner (1980) apresenta um histórico da peça radiofônica desde os seus primórdios. O autor conceitua o que seria esse gênero, tecendo reflexões a esse respeito e comentando sobre inovações técnicas da peça radiofônica a partir da década de 1960. Finalmente, termina trazendo exemplos de peças radiofônicas.

Como se pode perceber, a coletânea de Sperber é ampla e abrangente, conceituando com detalhes e ilustrando o gênero peça radiofônica, que se tornaria tão conhecido no mundo inteiro, elevando a mídia rádio à categoria de arte.

NOTAS FINAIS

Foi apresentada uma bibliografia comentada de textos importantes para a equipe do Grupo de Pesquisa e Extensão Tradução, Processo de Criação e Mídias Sonoras (PRO.SOM): Estudos de Tradução Interlingual e Interartes desenvolver o seu trabalho de pesquisa, que tem como alvo a produção de audiolivros. Cada processo de criação, que vai desde a tradução de textos literários em língua inglesa para o português, passando por sua roteirização até a gravação de mídias sonoras, tem o seu dossiê de gênese organizado no Google Drive para servir de pesquisa aos geneticistas interessados. A partir desses documentos de processo, muitos trabalhos de iniciação científica, de conclusão de curso, mestrado e doutorado têm sido produzidos. Fazem parte do Grupo PRO.SOM professores, pesquisadores, mestrandos e doutorandos.

Sílvia Maria Guerra Anastácio: Coordenadora do Grupo PRO.SOM

Raquel Borges Dias: Tutora do Grupo PRO.SOM

Sílvia La Regina: Pesquisadora do Grupo PRO.SOM

REFERÊNCIAS

- CAMLOT, J. The three-minute victorian novel: remediating Dickens into Sound. In: RUBERY, M. (ed.). *Audiobooks, literature and sound studies*. New York: Routledge, 2011. p. 25-43.
- CLÜVER, C. Inter Textus/Inter Artes/Inter Media. Tradução de Elcio Loureiro Cornelsen. *Aletria*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 11-41, jul./dez. 2006.
- COMPARATO, D. *Da criação ao roteiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- DE BIASI, P.-M. *A genética dos textos*. Tradução de Marie-Hélène Paret Passos. Porto Alegre: EdPUCRS, 2010.
- ELLESTRÖM, L. (ed.). *Media borders, multimodality and intermediality*. New York: Macmillan, 2010a.
- ELLESTRÖM, L. The modalities of media: a model for understanding intermedial relations. In: ELLESTRÖM, L. (ed.). *Media borders, multimodality and intermediality*. New York: Macmillan, 2010b. p. 11-48.
- HUTCHEON, L. *A theory of adaptation*. New York: Routledge, 2006.
- JESSON, J. A library on the air: literary dramatization and Orson Welles's *Mercury Theatre*. In: RUBERY, M. (ed.). *Audiobooks, literature and sound studies*. New York: Routledge, 2011. p. 44-60.
- KLIPPERT, W. Elementos da peça radiofônica. In: SPERBER, G. B. (org.). *Introdução à peça radiofônica*. São Paulo: Perspectiva, 1980. p. 12-110.
- PEIXOTO, F. Descobrimo o que já estava descoberto. In: SPERBER, G. B. (org.). *Introdução à peça radiofônica*. São Paulo: Perspectiva, 1980. p. 5-10.
- PLAZA, J. *Tradução intersemiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- RAJEWSKY, I. R. Border talks: the problematic status of media borders in the current debate about intermediality. In: ELLESTRÖM, L. (ed.). *Media borders, multimodality and intermediality*. New York: Macmillan, 2010. p. 51-68.
- RUBERY, M. (ed.). *Audiobooks, literature and sound studies*. New York: Routledge, 2011.
- SALLES, C. A. *Redes da criação: construção da obra de arte*. São Paulo: Horizonte, 2008.
- SCHEFFNER, H. Para uma teoria da peça radiofônica. In: SPERBER, G. B. (org.). *Introdução à peça radiofônica*. São Paulo: Perspectiva, 1980. p. 111-164.
- SPENDER, S. *The making of a poem*. New York: W. W. Norton & Co., 1962.
- SPERBER, G. B. (org.). *Introdução à peça radiofônica*. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- VENUTI, L. *Escândalos da tradução: por uma ética da diferença*. Tradução de Laureano Pelegrin, Lucinéia Marcelino Villela, Marileide Dias Esqueda e Valéria Biondo. Bauru: EDUSC, 2002.

SOBRE AS(OS) COLABORADORAS(ES) DO VOLUME I

Adriana Santos Batista – Professora do setor de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura/UFBA.

Ana Carolina Barbosa Pereira – Professora do curso de História da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Ana Maria Bicalho – Professora do setor de Francês do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura/UFBA.

André Vinícius Lopes Coneglian – Professor da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Antonia Vieira dos Santos – Professora do setor de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura/UFBA.

Ari Sacramento – Professor do setor de Filologia do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura/UFBA e Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura/UFBA.

Camilla Santero Pontes – Professora do setor de Espanhol do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Cecilia Aguirre – Professora do setor de Espanhol do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Cristina dos Santos Carvalho – Professora de Língua Portuguesa do curso de Letras - Português da Universidade do Estado da Bahia (UNEB – Campus XIV) e do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (UNEB – Campus I).

Daniele de Oliveira – Professora do setor de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura/UFBA.

Daniel da Silva Carvalho – Professor do setor de Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística/UFAL.

Débora de Souza – Professora do setor de Filologia do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Elizabeth Sara Lewis – Professora de Linguística do Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Emília Helena Portella Monteiro de Souza – Professora do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e aposentada da Faculdade de Educação da UFBA.

Fabiana Prudente – Professora do setor de Filologia do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Felipe Flores Kupske – Professor do Departamento de Línguas Modernas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS.

Fernanda de Oliveira Cerqueira – Professora do setor de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Gredson dos Santos – Professor do setor de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura/UFBA.

Isabela Santos de Almeida – Professora do setor de Filologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura/UFBA.

João Paulo Lazzarini-Cyrino – Professor do setor de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura/UFBA.

Juliana Escalier Ludwig Gayer – Professora do setor de Linguística da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura/UFBA.

Lílian Teixeira de Sousa – Professora do setor de Linguística da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura/UFBA.

Lívia Baptista – Professora do setor de Espanhol do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura/UFBA.

Luiz Felipe Andrade Silva – Professor do setor de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Mailson Lopes – Professor do setor de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Maria Helena de Moura Neves – Professora do Centro de Comunicação e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, professora emérita pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).

Monique Pfau – Professora do setor de Inglês da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Núbia Rabelo Bakker Faria – Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e aposentada da Faculdade de Letras da UFAL.

Rodrigo Borba – Professor da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada/UFRJ.

Rosa Borges – Professora do Setor de Filologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura/UFBA.

Sílvia La Regina – Professora do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura/UFBA.

Sílvia Maria Guerra Anastácio – Professora do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura/UFBA e aposentada da Faculdade de Letras da UFBA.

Formato: 600 x 800 px
Fontes: Milo OR, Kohinoor Bangla
Extensão digital: PDF

Daniel Carvalho

Com doutorado em Linguística (2008) pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Daniel Carvalho é professor de Linguística da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em exercício na UFAL. Realizou pós-doutorado na Queen Mary, University of London, Reino Unido, e no Instituto de Investigaciones Filosóficas da Sociedad de Análisis Filosófico, Buenos Aires, Argentina. Tem experiência na realização de pesquisas em morfossintaxe de línguas naturais, gênero, sexualidade e língua, sociolinguística cuir e linguística colonial.

João Cyrino

É professor do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA) desde 2016 e do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da UFBA desde 2020. É membro do conselho editorial da revista Todas as Letras (Mackenzie) e da Editora da Abralín. Tem experiência na área de Linguística, atuando nas subáreas de Teoria e Análise Linguística e Tipologia Linguística com ênfase nos seguintes temas: interface morfologia e sintaxe, voz, valência e transitividade, comparabilidade tipológica, morfossintaxe computacional.

O *Guia de Leituras do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia – GuiaLET* proporciona uma robusta apresentação das mais diversas faces do curso de Letras para a comunidade: Linguística, Filologia, História, tradução, línguas clássicas e estrangeiras modernas, ensino de língua materna e estrangeira etc. O GuiaLET pretende, portanto, estabelecer um diálogo entre o corpo docente, no que diz respeito a sua formação e pesquisa, e o corpo discente, que, como é sabido, não tem dimensão das possibilidades que o curso de Letras proporciona.

